



**DIMENSÕES DO SABER
E O DIÁLOGO
MULTIDISCIPLINAR**

**HELENA PORTES SAVA DE FARIAS
RONNY RODRIGUES CORREIA**

Helena Portes Sava de Farias
Ronny Rodrigues Correia
Organizadores

DIMENSÕES DO SABER E O DIÁLOGO MULTIDISCIPLINAR

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D582 Dimensões do saber e o diálogo multidisciplinar [livro eletrônico] /
Organizadores Helena Portes Sava de Farias, Ronny Rodrigues
Correia. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2023.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-87809-94-6

1. Educação. 2. Inovação. 3. Abordagem interdisciplinar do
conhecimento. I. Farias, Helena Portes Sava de. II. Correia, Ronny
Rodrigues.

CDD375

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>



Helena Portes Sava de Farias
Ronny Rodrigues Correia
Organizadores

DIMENSÕES DO SABER E O DIÁLOGO MULTIDISCIPLINAR



Rio de Janeiro – RJ
2023

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN	Gercton Bernardo Coitinho
DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Kátia Eliane Santos Avelar Profa. Fabiana Ferreira Koopmans Profa. Maria Lelita Xavier Profa. Eluana Borges Leitão de Figueiredo Profa. Maria Regina da Silva Pinheiro Profa. Cleide Gonçalo Rufino Profa. Roberta Kele Ribeiro Ferreira Profa. Pauline Balabuch Prof. Thiago de Freitas França Prof. Daniel da Silva Granadeiro
----------------------	--

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos ao leitor a obra "Dimensões do Saber e o Diálogo Multidisciplinar". Esta coletânea de artigos é resultado do esforço e da dedicação de pesquisadores brasileiros provenientes de diversas regiões do país, que, por meio de seus estudos, buscam contribuir para o enriquecimento e a expansão do conhecimento em áreas tão diversas quanto a cinematografia nacional, a saúde, a engenharia, as ciências sociais, e a administração, entre outras.

A pluralidade de temas abordados nesta obra reflete a riqueza e a complexidade do panorama acadêmico brasileiro, destacando a diversidade de perspectivas e abordagens presentes em nossa sociedade. Os capítulos aqui apresentados proporcionam uma viagem intelectual que perpassa desde a análise crítica do imaginário do nordestino no cinema nacional, passando pela eficácia da cinesioterapia no tratamento de pacientes com câncer gastrointestinal, até questões complexas como a gestão estratégica do comércio internacional e os impactos das reorganizações societárias nas organizações empresariais.

A interdisciplinaridade é uma característica marcante desta obra, na qual os campos do conhecimento se entrelaçam para proporcionar uma compreensão mais completa e abrangente das questões abordadas. Ao mergulhar nas páginas deste livro, o leitor encontrará não apenas um conjunto de artigos, mas uma tessitura de saberes que se entrelaçam e se complementam, promovendo um diálogo rico e fecundo entre diferentes áreas do conhecimento.

Cada capítulo é uma janela para a reflexão, uma oportunidade de explorar novas fronteiras do saber, enriquecendo a compreensão sobre as complexidades do mundo que nos cerca. Dos desafios enfrentados na educação inclusiva ao impacto da pandemia de COVID-19 na pesquisa científica, passando pelo cuidado pastoral e as implicações fisioterapêuticas na prática clínica, a diversidade de temas abordados revela a amplitude e a profundidade das contribuições dos pesquisadores brasileiros.

No capítulo 1 os autores exploram o papel do cinema nacional na construção do imaginário sobre a região nordestina. Fazendo uso do filme "Lula o Filho do Brasil" como ponto focal, a análise busca desvelar e compreender os discursos estereotipados presentes na representação do nordestino, enriquecendo o debate sobre as representações regionais no contexto cinematográfico brasileiro.

Já o capítulo 2 aborda a aplicação da cinesioterapia no contexto do tratamento de pacientes com câncer gastrointestinal. Os pesquisadores investigam a eficácia e a efetividade clínica dessa abordagem terapêutica, fornecendo insights valiosos para profissionais de saúde envolvidos no manejo desses casos complexos.

No capítulo 3 é discutido sobre as interseções entre engenharia e sustentabilidade, este capítulo apresenta a construção de um protótipo de CNC de baixo custo, destacando sua aplicação inovadora na construção civil com materiais como drywall e steel frame. O estudo contribui para a busca de soluções mais sustentáveis no setor da construção.

O capítulo 4 tem como foco na qualidade de vida de pacientes com câncer avançado, este capítulo realiza uma revisão integrativa sobre a auriculoterapia. Os autores exploram os benefícios dessa abordagem alternativa, fornecendo subsídios importantes para profissionais da saúde que buscam complementar os cuidados tradicionais em oncologia.

O capítulo 5 lança luz sobre os impactos da pandemia de COVID-19 no contexto do ensino de enfermagem e na saúde mental dos estudantes. A análise abrange os desafios enfrentados e propõe reflexões sobre estratégias eficazes para lidar com essas mudanças, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos efeitos da pandemia no campo educacional e na saúde mental.

Já o capítulo 6 explora a interseção entre educação inclusiva e ensino de matemática, este capítulo destaca os desafios específicos enfrentados por educadores no Ensino Fundamental II. A análise aprofundada oferece insights valiosos para o desenvolvimento de práticas inclusivas, visando proporcionar uma educação de qualidade a todos os estudantes.

O capítulo 7 investiga a acessibilidade no ensino superior para alunos com deficiência. Abordando questões de direitos e garantias, a análise propõe estratégias e políticas para promover um ambiente acadêmico inclusivo, destacando a importância da igualdade de oportunidades no acesso à educação superior.

No capítulo 8 os autores mergulham na esfera do direito ambiental ao analisar as políticas públicas voltadas para a eletrificação automotiva no Brasil. Os pesquisadores exploram o papel do direito na promoção de práticas mais sustentáveis na indústria automotiva, contribuindo para o debate sobre a transição para veículos mais sustentáveis.

O capítulo 9 os autores compartilham desafios enfrentados e estratégias adotadas para a reinvenção da prática enfermeira em tempos de crise.

No capítulo 10 lança um olhar crítico sobre as políticas públicas destinadas ao combate ao racismo religioso, com enfoque nas religiões de matriz africana. Os autores abordam a interseção entre direitos humanos e diversidade religiosa, explorando a eficácia das políticas existentes e propondo reflexões para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O capítulo 11 os autores discutem protocolos e estratégias que visam otimizar o atendimento fisioterapêutico em situações críticas, contribuindo para uma abordagem mais abrangente na assistência à saúde.

No capítulo 12 os autores apresentam um relato de experiência na sistematização da assistência de enfermagem a um paciente com histórico de leishmaniose tegumentar e diagnóstico atual de doença arterial obstrutiva periférica. A abordagem teórica de Callista Roy é utilizada como referencial, destacando a importância da integração de teoria e prática na enfermagem.

O capítulo 13 conduzem uma revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados, explorando a eficácia e efetividade da fisioterapia na melhora da funcionalidade articular do ombro em mulheres com câncer de mama. A análise busca consolidar evidências científicas que fundamentem a prática fisioterapêutica nesse contexto específico.

O capítulo 14 aborda a saúde mental desses profissionais em meio à pandemia de COVID-19. Os autores investigam os desafios enfrentados e propõem estratégias de enfrentamento, reconhecendo a importância do cuidado com os cuidadores no contexto da saúde pública.

No capítulo 15 os autores exploram os impactos de variáveis econômicas, políticas e sociais no comércio global, fornecendo uma visão abrangente para profissionais e estudiosos interessados no dinâmico cenário internacional.

O capítulo 16 os autores investigam desfechos não favoráveis, proporcionando insights cruciais para aprimorar as práticas de cuidado neonatal e otimizar resultados positivos.

O capítulo 17 realiza uma análise comparativa dos efeitos dos exercícios do assoalho pélvico em relação a outras intervenções na prevenção de eventos de incontinência urinária no pós-parto. Os autores buscam fornecer subsídios para a prática de profissionais envolvidos na saúde materna.

No capítulo 18 os autores exploram os benefícios dessa abordagem, destacando como o PEI pode contribuir para uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades individuais de cada estudante.

O capítulo 19 apresenta abordagens inovadoras e seus impactos na prática clínica, proporcionando uma visão ampliada das possibilidades terapêuticas no campo da fisioterapia.

O capítulo 20 exploram as nuances psicológicas, sociais e legais envolvidas nesses casos, oferecendo uma compreensão mais profunda de uma questão complexa e multifacetada.

No capítulo 21 A obra busca contribuir para um entendimento mais profundo das complexas relações entre economia, distribuição de recursos e equidade social.

O capítulo 22 mergulha no campo da economia empresarial ao analisar o impacto das reorganizações societárias nos indicadores de endividamento e desempenho econômico da Oi S/A. Os autores fornecem uma análise detalhada das mudanças organizacionais e suas implicações financeiras, contribuindo para o entendimento das dinâmicas corporativas em um contexto de reestruturação.

O capítulo 23 se concentra no campo da contabilidade ao realizar uma análise do perfil da dívida ativa das organizações contábeis brasileiras. Os autores investigam os padrões e tendências relacionados à dívida ativa, oferecendo insights valiosos para profissionais da área e contribuindo para o entendimento das dinâmicas financeiras das organizações contábeis.

O capítulo 24 busca compreender como a contabilização dessa perda impacta a avaliação de mercado das empresas, proporcionando insights relevantes para investidores e analistas financeiros.

O capítulo 25 explora as demandas únicas enfrentadas por esses líderes religiosos, oferecendo reflexões e estratégias para promover o bem-estar integral dos pastores em seu papel de guias espirituais.

O capítulo 26 explora o melhoramento genético no contexto da produção agroecológica. Os autores discutem abordagens que visam otimizar a produção de alimentos de maneira sustentável, promovendo a reflexão sobre como a ciência pode contribuir para práticas agrícolas mais equilibradas e respeitosas ao meio ambiente.

No capítulo 27 o relato de experiência oferece uma visão detalhada e vívida do papel desempenhado pela coordenação de enfermagem em um hospital pediátrico no interior da Bahia durante a pandemia. Os autores compartilham desafios enfrentados, estratégias adotadas e lições aprendidas durante esse período crítico. Explora-se o comprometimento da equipe de enfermagem, a gestão de recursos limitados e o cuidado específico com crianças em meio a um contexto de crise de saúde global.

No capítulo 28 os autores compartilham práticas pedagógicas, experiências e resultados relacionados ao impacto positivo dessas atividades na formação acadêmica e no amadurecimento socioemocional dos estudantes. A narrativa destaca a importância da extensão universitária como uma ferramenta eficaz para promover habilidades que transcendem a esfera acadêmica.

Por fim, no capítulo 29 este relato de experiência oferece insights valiosos sobre as práticas pedagógicas no ensino de psicologia experimental, destacando sua importância na formação de psicólogos. Os autores compartilham abordagens inovadoras, metodologias utilizadas e reflexões sobre os desafios e sucessos encontrados ao ministrar essa disciplina. A narrativa enfatiza a importância de uma abordagem prática e contextualizada para fortalecer o aprendizado dos alunos e prepará-los para os desafios da prática profissional em psicologia.

Esperamos que esta coletânea inspire novas reflexões, promova diálogos frutíferos e contribua para o avanço do conhecimento em suas mais diversas formas. Que cada capítulo seja uma fonte de inspiração para futuras pesquisas e que o leitor encontre nestas páginas um convite para a expansão de horizontes e aprofundamento intelectual.

Boa leitura!

SUMÁRIO

<i>Capítulo 1</i>	13
O IMAGINÁRIO DO NORDESTINO NO CINEMA NACIONAL: UM ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS ESTEREOTIPADOS NO FILME “LULA O FILHO DO BRASIL” <i>José Janderson de Brito</i>	
<i>Capítulo 2</i>	27
EFICÁCIA E EFETIVIDADE CLÍNICA E TERAPÊUTICA DA CINESIOTERAPIA NA MELHORA DA CAPACIDADE FUNCIONAL DE PACIENTES EM TRATAMENTO DE CÂNCER GASTROINTESTINAL <i>Nicolle Maciel de Souza; Beatriz Armelim; Mithillene Suellen Soares do Nascimento; Rafaela de Almeida Quadros; Ronny Rodrigues Correia</i>	
<i>Capítulo 3</i>	51
ENGENHARIA DE SUSTENTABILIDADE: CONSTRUÇÃO DE PROTÓTIPO DE CNC (COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO) DE BAIXO CUSTO PARA CORTE E APLICAÇÃO DE DRYWALL E STEEL FRAME NA CONSTRUÇÃO CIVIL <i>Edivaine Martins Pereira Medeiros; Henrique Francisco Borges; Taisa Quele de Moraes; Walisson Oliveira de Jesus Assis; Janaína Martins Gouveia; Melânia Thainá Souza Septímio</i>	
<i>Capítulo 4</i>	61
AURICULOTERAPIA PARA MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA RELACIONADA A SAÚDE DE PACIENTES COM CÂNCER AVANÇADO: REVISÃO INTEGRATIVA <i>Marieny Felício Franciscon; Bruna Eloise Lenhani; Josemar Batista; Larissa Marcondes</i>	
<i>Capítulo 5</i>	77
INFLUÊNCIA DA PANDEMIA COVID-19 NO ENSINO E NA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM <i>Gideany Maiara Caetano; Heberth Alves Cruz; Regina Celia Diogo Santos; Diego Stefan Catani; Vilanice Alves de Araújo Puschel; Jack Roberto Silva Fhon</i>	
<i>Capítulo 6</i>	89
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS DE ENSINAR MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II <i>Idinéia da Silva Justino</i>	
<i>Capítulo 7</i>	99
A GARANTIA DE DIREITOS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ACESSIBILIDADE QUE ROMPE BARREIRAS <i>Roberta Pires Sales Guedes Ferreira</i>	
<i>Capítulo 8</i>	111
POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À ELETRIFICAÇÃO AUTOMOTIVA NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE DIREITO AMBIENTAL <i>Rafael Martins Santos</i>	

<i>Capítulo 9</i>	125
CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ÂMBITO DA PESQUISA CIENTÍFICA E A REINVENÇÃO DA ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Sandy Barbosa da Silva Soares; Max Amaral Balieiro; Pedro Guilherme Castilho Costa; Nelma Nunes da Silva; Kelly Huany de Melo Braga; Érika Tatiane de Almeida Fernandes</i>	
<i>Capítulo 10</i>	139
DIREITOS HUMANOS E RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO	
<i>Douglas Luiz de Oliveira Moura</i>	
<i>Capítulo 11</i>	147
ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NAS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS	
<i>Mariana Schmidt Manzano; Ronny Rodrigues Correia</i>	
<i>Capítulo 12</i>	157
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A UM PACIENTE COM HISTÓRICO DE LEISHMANIOSE TEGUMENTAR E DIAGNÓSTICO ATUAL DE DOENÇA ARTERIAL OBSTRUTIVA PERIFÉRICA À LUZ DA TEORIA DE CALLISTA ROY: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Kedma Kaetana Sá Rocha; Andriely Katrine Silva Monteiro; Agatha Bianca Schuert Osório; Karyna Pereira Fonseca Sousa; Daylane Natália Pinheiro Oliveira; Diana Dárylm Mascarenhas Martins; Laís Farias dos Santos; Jose Luiz Picanço da Silva; Érika Tatiane de Almeida Fernandes Rodrigues</i>	
<i>Capítulo 13</i>	169
EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA FISIOTERAPIA NA MELHORA DA FUNCIONALIDADE ARTICULAR DO OMBRO EM MULHERES COM CÂNCER DE MAMA: REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS	
<i>Mithillene Suellen Soares do Nascimento; Beatriz Armelino; Nicolle Maciel de Souza; Rafaela de Almeida Quadros; Ronny Rodrigues Correia</i>	
<i>Capítulo 14</i>	183
SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NA PANDEMIA DA COVID-19 E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	
<i>Lucas Henrique de Rosso; Andrey Godoy Duarte; Carolina Bitencourt Leal; Vinícius Rudit Ramos; Maria da Graça Oliveira Crossetti</i>	
<i>Capítulo 15</i>	209
DESAFIOS E TENDÊNCIAS NA GESTÃO ESTRATÉGICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	
<i>Ana Luisa Gordiano de Carvalho</i>	

Capítulo 16.....	223
IMPACTOS DO SURFACTANTE NOS RECÉM-NASCIDOS PREMATUROS SEGUNDO IDADE GESTACIONAL EM RELAÇÃO A DESFECHOS NÃO FAVORÁVEIS: UM OLHAR SISTEMÁTICO	
<i>Beatriz Armelim; Nicolle Maciel de Souza; Mithillene Suellen Soares do Nascimento; Rafaela de Almeida Quadros; Ronny Rodrigues Correia</i>	
Capítulo 17.....	247
ANÁLISE DOS EFEITOS DOS EXERCÍCIOS DO ASSOALHO PÉLVICO VERSUS OUTRAS INTERVENÇÕES NA PREVENÇÃO DE EVENTOS DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO PÓS-PARTO	
<i>Rafaela de Almeida Quadros; Beatriz Armelim; Mithillene Suellen Soares do Nascimento; Nicolle Maciel de Souza; Ronny Rodrigues Correia</i>	
Capítulo 18.....	267
PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO COMO FERRAMENTA DE ENSINO PERSONALIZADO NA FORMAÇÃO DO ALUNO	
<i>Ozeni Ferreira da Silva; Kesley Torres dos Santos; Luciane Porto Frazão de Sousa</i>	
Capítulo 19.....	279
IMPLICAÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NA PRÁTICA CLÍNICA NO MANEJO DA ESPASTICIDADE COM O USO DE TERAPIAS ALTERNATIVAS	
<i>Giovanna Melissa dos Santos Chaparim; Ronny Rodrigues Correia</i>	
Capítulo 20.....	303
QUANDO O AMOR VIRA ÓDIO: ANÁLISE PSICO-SOCIOJURÍDICO DOS CRIMES PASSIONAIS	
<i>Ana Claudia Siqueira; Franco Guerino De Carl; José Manfro</i>	
Capítulo 21.....	327
POBREZA, RIQUEZA E DESIGUALDADES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE	
<i>Jaciara de Santana; Sylvio Carlos Bandeira de Melo e Silva</i>	
Capítulo 22.....	365
IMPACTO DAS REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS NOS INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E DESEMPENHO ECONÔMICO DA OI S/A	
<i>Lidiane Galvão Bessa da Costa; Alinie Rocha Mendes</i>	
Capítulo 23.....	383
UMA ANÁLISE DO PERFIL DA DÍVIDA ATIVA DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS BRASILEIRAS	
<i>Darlan de Moura Ponte; Matheus Henrique Bastos Leite; Alinie Rocha Mendes</i>	
Capítulo 24.....	405
VALUE RELEVANCE DA PERDA DE IMPAIRMENT DO GOODWILL: UM ESTUDO DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3	
<i>Lidiane Galvão Bessa da Costa; Alinie Rocha Mendes</i>	

Capítulo 25.....427
CUIDADO PASTORAL: A SAÚDE FÍSICA, EMOCIONAL E ESPIRITUAL DO PASTOR

Filipe Zappala Massi de Oliveira Francioni

Capítulo 26.....447
MELHORAMENTO GENÉTICO NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Daniel Soares Ferreira; Ana Caroline Figueiredo; João Marcos Soares Ferreira; Serli de Oliveira Cabral; Dalila da Costa Gonçalves; Vanessa Sessa Dian; Morgana Scaramussa Gonçalves; Wilian Rodrigues Ribeiro

Capítulo 27.....463
COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM NA PEDIATRIA DE UM HOSPITAL DO INTERIOR DA BAHIA DURANTE A PANDEMIA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Linalva Oliveira Santos; Gilvana da Silva Mota; Lays Santos França; Liane Oliveira Souza Gomes; Márrissa Oliveira Santos

Capítulo 28.....467
RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS ATIVIDADES CURRICULARIZADAS DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO E O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS

Elimeire Alves de Oliveira; Tiago Moreno Lopes Roberto; Ricardo David Lopes; Ana Paula Rodrigues; Vinicius Guiraldelli Barbosa; Bruno Pontes de Araújo

Capítulo 29.....471
RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

Tiago Moreno Lopes Roberto; Elimeire Alves de Oliveira; Daniela Zagonel Villaça Lima; Andrea Gavazzi Cardoso Felix; Maria Cecília Pereira Soares Ribeiro; Thiago Ruither Vilas Boas

CAPÍTULO 1

O IMAGINÁRIO DO NORDESTINO NO CINEMA NACIONAL: UM ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS ESTEREOTIPADOS NO FILME “LULA O FILHO DO BRASIL”

José Janderson de Brito

Professor do ensino fundamental da rede pública e privada, graduado em História pela Faculdade de filosofia ciências e letras de Caruaru (FAFICA), especializado em antropologia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) e pós-graduado pelo programa de pós-graduação de história da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

RESUMO

A discussão presente se divide em dois momentos, o primeiro tenta dar conta de discutir acerca dos discursos sobre o nordestino e seus aspectos culturais bem como seu lugar de origem, o segundo momento tenta destrinchar a problemática acerca do nordestino que tenta a sorte em São Paulo, tudo isso através das provocações encontradas no filme “Lula o Filho do Brasil” utilizado como principal fio condutor o cinema nacional e relacionando problemáticas tais como xenofobia e discursos estereotipados. Para sustentar esse debate dialogaremos com autores que trabalham tais temáticas citadas como o historiador Durval Muniz, Marc Ferro, Joel Candau entre outros, o período a ser abordado também converge com o tempo cronológico do enredo do filme para facilitar e exemplificar a importância do cinema para o estudo da história.

Palavras-chave: Cinema e História; Xenofobia; Nordeste; Durval Muniz.

INTRODUÇÃO

No presente estudo tentamos discutir alguns aspectos abordados no cinema nacional e mais especificamente no filme “Lula o filho do Brasil” que vai ser o fio condutor das provocações estabelecidas durante a problematização no que tange nosso problema que é como o nordestino é retratado no cinema e como essas ideias se tornam visões estereotipadas não só de um povo e sua cultura, mas também de um determinado local que em na maioria das vezes é retratado como local de atraso e miséria. O filme vai levantar alguns debates da realidade de muitas pessoas não só no que tange o que diz respeito ao Nordeste, mas também o operariado no período

ditatorial, portanto o filme aqui abordado está sendo analisado com a intenção provocativa para a nossa discussão. No entanto devemos nos atentar para a discussão no que tange os aspectos ficcionais cinematográficos e como o reflexo de certas representações do cinema devem ser cuidadosamente analisadas para não sermos levados pelos sentimentos que o filme provoca e o diretor tenta passar em sua interpretação dos fatos. Outro ponto importante a se destacado é como a história e o historiador vai se comportar diante desse desafio que é uma análise biográfica como é o nosso caso e sobre isso devemos ter,

Na base desta postura, evidentemente, está a recusa ao princípio de que a imagem é reflexo imediato do real, e que, portanto, ela traduz verdade dos fatos. Um segundo aspecto comum é o reconhecimento de que todo filme é um objeto de análise para o historiador. Com isso, não só os cinejornais e documentários, mas também os filmes de ficção, se tornam objeto de análise histórica, em última instância pelo fato de nenhum gênero fílmico encerrar a verdade, não importa que tipo de operação cinematográfica lhe deu origem (Kornis, Mônica Almeida. 1992. p. 242-243).

Ou seja, por mais bem escrito que pudesse ser e por mais bem dirigido que fosse o nosso filme em análise, ele por si só não encerraria o debate sobre a figura do nordestino ou o operário na época da ditadura militar, nossa discussão pretende assim apontar possíveis exageros, faltas e apontar questões acerca do discurso estereotipado que perpassa no filme para assim ficar mais evidente como importante é a discussão sobre o cinema, como ele é produzido e como as massas consomem esse produto sem perceber muitas vezes tais discursos que reforçam uma ideia errônea da realidade brasileira, esse ponto é importante também para entendermos a contribuição de uma corrente teórica mais recente que é a história cultural “através de um olhar sensível aos toques, cheiros, sabores, imagens, sons e principalmente fontes variadas de pesquisa, mas claro que com todo cuidado, responsabilidade e respeito às instituições envolvidas” (DE BRITO, 2023).

ANÁLISE DO DISCURSO

O filme escolhido para análise foi “Lula o Filho do Brasil: 2009”, esse filme aborda vários aspectos sociais e históricos que ocorreram antes, durante e depois da Ditadura (1964-1985). Pretendemos discutir aqui nessa análise como o discurso da estereotipia aparece de forma cristalizada no cinema e corrobora para uma visão da sociedade sobre o nordeste, são discursos que ainda hoje perduram, seja por causa da mídia, artes ou da política com uma visão distorcida do Nordeste, o fato é que esse exercício de

reflexão tenta explicar através de diálogos com pensadores elementos despercebidos no nosso cotidiano e que aparece no filme.

É possível perceber logo no início do filme a dificuldade na vida de pessoas que estavam em situação de pobreza extrema, a visão que é passada é principalmente a do sertanejo nordestino que também o filme denuncia não apenas a ausência do estado e direitos básicos do ser humano como saúde, alimentação, educação, moradia e principalmente uma vida digna, mas também reforçam estereótipos que generalizam não só a condição de vida do nordestino mas também o ambiente que ele está inserido como um retrato de todo um nordeste e todo um estado e que são pensados e reproduzidos em três momentos centrais de nossa história, o primeiro é no final do império e início da república com as chamadas indústrias das secas.

As elites deste espaço [Nordeste] descobrem a força da arma que tem nas mãos, como este fenômeno e o cortejo de misérias que acarretava tornavam este tema um argumento quase irresistível na hora de se pedir recursos, em nome de socorrer as vítimas do flagelo, obras públicas, em nome de empregá-los em trabalho regular ou cargos públicos, em nome de organizar e promover a distribuição de socorros. O que se chamará, mais tarde, de indústria das secas é gestada nesse momento, assim como o discurso da seca, que sustentará, a justificará e a promoverá. (Albuquerque júnior, Durval Muniz de. 2012. p 93).

Portanto é possível entender que além de ser uma prática de bastante tempo ela demonstra a intencionalidade das elites locais dos estados da região, o sertanejo que sofre com essas questões se transforma em uma mina de ouro na mão das elites dominantes enquanto alguns elementos dessa época vão contribuir para um tipo de mordada contra os sertanejos como o clientelismo e o coronelismo. É o que vai explicar Lilia Schwarcz (2019) sobre a prática do patrimonialismo muito utilizada para favorecer elites locais e regionais.

Em segundo lugar poderíamos citar os romancistas da década de 30 que irão contribuir para reforçar esse estereótipo do ambiente seco, sem água e sem vida, romances como vidas secas, as pinturas como os retirantes vai reforçar algo que será tido como um todo da região do nordeste e poemas como morte e vida Severina vai retratar apenas um nordeste, apenas uma determinada sub-região.

A crítica nordestina vai caracterizar o “romance de trinta” como uma literatura que atendia às exigências do ambiente físico e social em que se produziu, como “expressão de seu espaço”, como uma “reação nordestina aos cânones antigos sem perder o sentido

universal da cultura brasileira". (Albuquerque júnior, Durval Muniz de, 2012. p. 125.).

O romance de trinta vai ao seu tempo ajudar a construir uma visão cada vez mais sólida do que seria essa região que é retratada apenas como local de desassossego e um sufrágio quase sem fim, mesmo a região tendo locais belos e úmidos, no entanto o que vai ser retratado pelos romancistas é essa imagem depreciativa, e é entendido assim justamente por não retratar as outras paisagens da região conforme (Albuquerque Júnior, Durval Muniz, 2011).

E um terceiro momento já desde a era Vargas até meados dos anos 60,70 tem um personagem que será um grande expoente para o reforço desses estereótipos que já vinham se fortalecendo e cristalizando a visão do nordestino, esse personagem é Luiz Gonzaga que através de suas músicas irá cantar e encantar, mas também vai denunciar e reforçar ainda mais uma visão deturpada de uma região.

Mas as músicas de Luiz Gonzaga também foram responsáveis pela veiculação daqueles temas que iriam servir para reforçar o preconceito contra o nordestino, como a percepção deste sendo um matuto, que teria o jumento como irmão, homem atrapalhado com o mundo da cidade, homem simplório [...], embora a música tenha servido para questionar a própria forma como o nordestino era visto e denunciar as condições de vida em que a maioria da população sertaneja vivia. (Albuquerque júnior, Durval Muniz de, 2012. p 122.).

Apesar de todo seu carisma em suas entrevistas e em shows o sotaque de Luiz vai ser tido como detentor de um sotaque da região e seu modo de se portar com seus trejeitos também reforçarão uma imagem do que seria esse ser nordestino que por muitas vezes é estereotipado, por exemplo, em novelas e quadros de humor.

Esses três momentos que chamamos atenção são importantíssimos para que percebamos que essa visão que é retratada no início do filme é uma ideia "clichê", uma ideia que retrata apenas um lado do nordeste e que vem sendo reproduzida há muito tempo (Albuquerque Júnior, Durval Muniz, 2011).

Mas não só no campo das artes e literatura ou com as elites políticas locais que construíram esse imaginário do nordeste, Gilberto Freyre vai ser o pensador que vai pensar o nordeste, vai contribuir para a discussão acadêmica de sua época sobre o que é o nordeste junto com a imprensa e outros intelectuais influenciando assim não só estudiosos, mas escritores, pintores e assim trabalhando essa região que surge e que é tão diferente das regiões mais ao sul do país.

Vai ser nas páginas do diário de Pernambuco que Gilberto Freyre publicará a sua série de cem artigos numerados, enviados dos estados unidos, onde começa a delinear o que chama de pensamento regionalista. Esse jornal também publica novelas de Mário Sette, como à senhora de engenho, ponto de partida para Freyre pensar na elaboração de um romance regionalista e tradicionalista. Foi em 1925, por ocasião da comemoração do centenário desse jornal, que se produziu a primeira tentativa de dar ao recorte espacial Nordeste, mas do que uma definição geográfica, natural, econômica ou política. (Albuquerque júnior, Durval Muniz de, 2012. p. 86).

Sem dúvida Freyre tem papel preponderante quanto essa formulação da região e sua ideia de regionalismo que vai se opor em vários momentos ao que se denominou de movimento modernista que era adepto das inovações do capitalismo enquanto no regionalismo de Freyre se tem uma visão mais antiga e colonial como afirma o historiador Durval Muniz (2011).

Mas o local geográfico não é determinante para o estabelecimento de uma cultura ou qualquer modo de vida que seja. Pois sabemos que as sub-regiões do nordeste dividem não apenas climas, vegetações e dinâmicas culturais que podemos ver isso até no modo que as pessoas falam diferentemente em estados vizinhos do Nordeste ou outros estados.

À medida que vai abordando a “língua do nordeste”, Marroquim faz emergir formas particulares de falar, às vezes restritas a uma cidade como, por exemplo, a de água branca, em alagoas, onde se acrescentava um “i” ao “l” ou “r” finais: soli, doutori, Sali, amori..., pondo por terra a pretensa língua regional. (Albuquerque júnior, Durval Muniz de, 2011. p. 136.).

O sotaque mineiro é reconhecido assim como o paulista, o carioca e até o gaúcho, mas porque todo o Nordeste tem de falar um mesmo sotaque uma mesma forma de falar? Apenas porque estão em uma mesma região assim como o centro-leste?

E mesmo que fosse uma mesma sub-região isso ainda não seria um fator determinante, para entender melhor esse fenômeno recorreremos à discussão do antropólogo Laraia que cita três exemplos de como povos que vivem em locais idênticos e as vezes no mesmo local podem desenvolver dinâmicas culturais totalmente diferentes, mas aqui trazemos apenas o terceiro para contribuir.

O terceiro exemplo pode ser encontrado no interior de nosso país, os xinguanos propriamente ditos (kamayurá, kalapalo, trumai, waurá etc.) desprezam toda reserva de

proteínas existentes nos grandes mamíferos, cuja caça lhes é interdita por motivos culturais, e se dedicam mais intensamente à pesca e a caça de aves. Os kayabi, que habitam o norte do parque, são excelentes caçadores e preferem justamente os mamíferos de grande porte, como a anta, o veado, o catitu etc. (Laraia, Roque de Barros, 2015. p 23).

Laraia como bom antropólogo que é explica e discute seus exemplos e nós podemos nos apropriar desse estudo para entender tais dinâmicas e demonstrar que a visão do outro que busca muitas vezes estereotipar ou denegrir um povo ou comunidade na maioria das vezes é por falta de conhecimento da localidade em questão ou falta de diálogo que discute sobre temas relevantes para a sociedade tais como esse que fazemos aqui.

Claro que não queremos negar que não haja violência, pobreza e falta de água no nordeste, mas como o próprio (Durval 2012) explica "no nordeste é seca em outras regiões é estiagem" ou "a violência e a miséria não é monopólio do nordeste" e através dessa visão temos uma identidade atribuída ao outro, construída pelas pessoas que não conhecem o conjunto total de fatores e por pessoas que conhecem como as elites locais, mas que se utilizam disso em benefício próprio reforçando essa identidade criada. Esse desconhecimento da conjuntura é perigoso, vejamos o que nos alerta Joel Candau.

Essas teses são muito convincentes, uma vez que sustentam que as identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de "traços culturais" vinculações primordiais, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sócias situacionais, situações, contexto, circunstâncias, de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de "visões de mundo" identitárias ou étnicas. Essa emergência é a consequência de processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam em ação estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados. Esses destaques das "dimensões" e das "significações da identidade" são geradores de diferenças ou, mais exatamente, de fronteiras sociais escorregadias a partir das quais os atores estimam que as coisas e as pessoas "nós" versus "os outros" são diferentes". Essas variações situacionais da identidade impedem de reificá-la, de reduzi-la a uma essência ou substância (Candau, Joel, 2016. p 27).

Ou seja, não podemos reduzir uma identidade de um grupo ou local pela produção de uma memória, e memória essa produzida como já dialogamos com Durval Muniz pelas elites de um determinado local e por produções de intelectuais, artistas e outros que vai conduzir um discurso de retórica holista¹, um discurso que vai se sobrepor aos demais que não tiveram respaldo ou tanta importância no momento, essa retórica holista também contribui para a reafirmação do imagético por parte da população do sul que vai receber essas informações através da imprensa da época e que muitas vezes vai ser tendenciosa em reproduzir discursos preconceituosos da região, é o que Candau explica acima através de seu estudo dos discursos e retóricas dominantes.

É possível perceber a sensibilidade que é transmitida através da migração para o Rio ou São Paulo que eram os destinos mais conhecidos dos nordestinos, através dessa migração é possível perceber o sofrimento e a angústia de ter que sair de seu lar, sua terrinha, seu roçado, seu rincão, o sertanejo nordestino vive uma vida simples, mas por mais simples que seja ela é o suficiente para ele. A partida é o que dói mais, o sertanejo não apenas deixa sua terra, mas sonhos e toda uma cultura, uma tradição e vai à busca da nova vida, nova vida essa que é desconhecida, um mundo estranho com sotaque diferente e costumes diferentes que poderia ter mais oportunidade de uma vida melhor, e ao se deparar com a floresta de pedra e novas dinâmicas socioculturais além do choque cultural, há a dificuldade imensa em adaptação com esse novo mundo que se debruça e ele perde um pouco de sua identidade e ancestralidade nessa absorção de uma nova cultura.

O significado dos locais das gerações surge do vínculo duradouro que famílias ou grupos mantêm com um local determinado. Assim surge uma relação estreita entre as pessoas e o local geográfico: este determina as formas de vida e as experiências das pessoas, tal como estas impregnam o local com sua tradição e histórias. (Assmann, Aleida, 2011. p 328.).

Não é fácil para o nordestino deixar seu espaço, e isso fica claro no filme, os lugares de recordação apenas tem sentido por conta dos vivos, quando não há quem seja detentor dessas memórias e dê o respectivo sentido aquele local ele apenas se torna uma construção abandonada como tantas outras como é o caso dos lugarejos deixados para o esquecimento de

¹ Entendo por "retóricas holistas" o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como outra coisa que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. Designamos assim um reagrupamento de indivíduos (a comunidade, a sociedade, o povo), bem como representações, crenças, recordações (ideologia X ou Y, a religião popular a consciência ou a memória coletiva) ou ainda elementos reais ou imaginários (identidade étnica, identidade cultural). (Candau, Joel. 2016. p 29).

uma comunidade que não mais existe e é o que a Aleida Assmann nos tenta explicar.

Nesse mote, é onde a trama principal vai acontecer, o Lula aqui não é o presidente, mas um garoto recém-chegado no "Sul" como tantos outros, que tem seus sonhos e anseios como ter um macacão azul como uniforme de trabalho, mais que isso, quer uma carteira assinada, ser reconhecido como trabalhador e ter sua renda e sua profissão. É também nesse momento que ele se envolve com os sindicatos, quando se forma em torneiro através do curso técnico e começa a entender como funciona essa nova dinâmica urbana, pois até então sua vida tinha sido no interior do nordeste e em bairros periféricos de São Paulo e é o que vai ser agravante a ele como nordestino, pobre, mestiço e envolvido com as disputas dos sindicatos e outras lideranças, o filme o retrata como sendo alvo de preconceito e de perseguição também.

Esta pouca capacidade de lidar com o fenômeno urbano, atribuída a grande parte dos nordestinos, sua origem rural, foi inclusive argumento utilizado por boa parte da produção sociológica e historiográfica que, desde os anos 1970 do século passado, procurou fazer a história da classe operária no Brasil, para explicar o pretenso peleguismo das principais lideranças operárias, que teriam aderido ao trabalhismo e ao sindicalismo oficial a partir dos anos 1930. (Albuquerque júnior, Durval Muniz de, 2012. p 117.).

É preciso entender esses aspectos para que através desses anseios e dificuldades possamos compreender como esse garoto representado no filme se tornou um símbolo de resistência, luta e esperança para uma classe que ainda hoje sofre. Como um garoto franzino do interior de Pernambuco conseguiu se transformar em um símbolo importante não só de uma classe, mas da história política de uns pais? Para isso temos que entender também que como no filme é mostrada a maioria das pessoas que vem do interior dos estados do nordeste tem como trabalho a agricultura e que agora tem de se readaptar não só a um novo modo de trabalho, mas com um novo local a ser ocupado e determinado, a ele como nos explica Paul Singer,

A migração rural-urbana, que resulta destes múltiplos processos, é simultaneamente um processo de proletarianização, pois nas atividades não agrícolas a organização capitalista já predomina pelo menos desde o início da atual formação da classe operária brasileira. Quando o ex-camponês se insere na sociedade urbana, a probabilidade maior é que ele se integre a classe operária, embora haja também a possibilidade de que ele se torne trabalhador autônomo, isto é, membro da

pequena burguesia urbana. (Singer, Paul, 1988. p. 63-64).

Assim, é compreensível que podemos entender as condições sociais que o protagonista do filme se insere primeiro se formando em um curso técnico em torneiro mecânico e depois com seu macacão azul, com o seu trabalho de carteira assinada e o salário no fim do mês. Com esse ambiente ele se identifica cada vez mais pelas discussões da época e principalmente no que era debatido nas assembleias do sindicato dos metalúrgicos, onde ele tem uma formação política e se insere cada vez mais no mundo político de sua época, demonstrando assim um engajamento nas lutas coletivas pelos direitos trabalhistas que é apenas um aspecto dos movimentos sociais e que é o caminho que segundo as ideias de Thompson os intelectuais deveriam ter também (DE BRITO, 2023).

Talvez seja esse um dos aspectos que fizeram com que se criasse tanto preconceito contra sua figura, primeiro um preconceito de origem, um nordestino e somado agora a um operário que no imaginário das elites e do preconceito não deveria ter nenhuma chance de se tornar uma grande liderança e ainda mais chefe do executivo do país.

A formação da classe operária no Brasil, notadamente, a partir dos anos 1930, teve a contribuição decisiva de migrantes nordestinos, como fica patente se olharmos para as principais lideranças do movimento operário brasileiro, a partir da abertura política do final dos anos 1970, quase todas de origem nordestina, inclusive a maior delas, que hoje é o presidente da república, vítima constante de preconceitos, não só de classe, mas de origem geográfica. (Albuquerque júnior, Durval Muniz de, 2011. p. 117).

Não só Lula fez esse trajeto, mas vários artistas do nordeste seguiram esse caminho para se destacar no cenário nacional como foi o caso do Luiz Gonzaga e outros que trariam de certa forma uma ideia do que seria o nordestino no sul do país em busca de uma vida melhor, como na música ouro de tolo do baiano Raul Seixas que retrata sua trajetória na cidade maravilhosa aonde ele chega a passar fome antes de conseguir ser aclamado não só por ela, ou o paraibano Zé Ramalho que também passou maus bocados no Rio até se consagrar com vários sucessos entre outros artistas não só da música mas também do teatro como os comediantes do Ceará e outros artistas.

Todos esses aspectos pessoais que pensamos até agora tem um agravante ainda maior que foi o período ditatorial que era um tempo de bastante repressão e dificuldades. O filme mostra as perdas pessoais do protagonista como a morte da esposa que tanto amava, e mostra esse período tenebroso de perseguição e crimes cometidos pelo estado contra

cidadãos brasileiros que por muitas vezes sofriam repressão apenas por serem contra e criticarem o governo vigente dos militares que em contrapartida não deixou barato como é mostrado no filme e nas páginas da história "Entre 1964 e 1973, milhares de brasileiros foram atingidos pelos expurgos. Estimasse que 4841 pessoas perderam direitos políticos ou foram cassadas, aposentadas ou demitidas pela ditadura" (Schwarcz, 2015).

Falar desse período conturbado é complicado, pois envolve várias questões que merecem uma atenção maior, por exemplo, o que é tratado no filme como as prisões de amigos, trabalhadores da indústria e até o irmão do Lula é levado pela polícia do departamento de ordem política e social (DOPS), e para se ter uma noção melhor dos números vejamos a quantidade de processos do período,

A distribuição dos processos ao longo dos anos mostra como a repressão esteve concentrada em duas fases: a primeira, entre 1964 e 1966, coincidindo com o governo Castello Branco, quando se somam 2.127 nomes de cidadãos processados. A segunda fase corresponde quase por completo ao mandato de Garrastazu Médici: registram-se 4.460 denunciados entre 1969 e 1974, na avalanche repressiva que se seguiu à decretação do ato institucional n.5, de 13 de dezembro de 1968. (Arns, Paulo Evaristo, 2014.p.83).

Esses números demonstram um pouco dos horrores da ditadura, pessoas que foram cassadas, perseguidas e torturadas em nome de uma ordem nacional e cívica que inclusive foi disciplina escolar para omitir acontecimentos históricos e doutrinar crianças e jovens a causa de um governo que utilizou os símbolos nacionais para sua legitimação moral como no famoso slogan "Brasil ame-o ou deixe-o", assim temos um exemplo do tipo de propaganda que circula na época.

Ao final do filme podemos ver o resultado de sua persistência conseguindo se eleger como presidente, e vários jornais noticiando essa nova época da república em que a representatividade tem a cara da classe trabalhadora agora, e essa representatividade do trabalhador de vários locais do país entra no imaginário de que é possível construir uma nação melhor com mais representatividade popular, educação e como o protagonista do filme mesmo diz "comida no prato" de quem tem fome.

isso traz a discussão sobre como os governos anteriores tratavam a pobreza e a quem atribuíam ela, o geografo Milton Santos traz uma ideia do que seria essa pobreza e esse discurso de meritocracia onde as condições seriam iguais e o mais importante seria a persistência independente dos intemperes,

Há muitas maneiras de esquivar-se ao problema da pobreza, seja tratando o assunto como questão isolada,

seja ignorando que a sociedade é dividida em classes. Existem também formas mais sutis de encobrir a realidade. Já não se procurou fazer uma distinção entre “favelas da esperança” e “favelas do desespero”? (Stoces, 1962). Já não se afirmou que o pobre pode melhorar sua situação através do esforço individual, da iniciativa pessoal ou da educação? É dessa maneira que se alimenta a esperança da mobilidade ascendente, justificando, ao mesmo tempo, a sociedade competitiva. Assim a pobreza é considerada apenas como situação transitória, um estágio necessário na mobilidade social, evitando-se procurar ideias para mudar esse estado de coisas. (Santos, Milton, 2013. p. 20-21.).

É perceptível o preconceito que o candidato Lula sofre nos debates a presidência por não possuir diploma de ensino superior, porém ele próprio é essa figura que o Milton Santos nos explica no que tange o discurso da meritocracia, pois se analisarmos na história da república encontramos presidentes pertencentes a grupos das elites e de famílias muito abastardas, porém o que um torneio mecânico estaria fazendo em uma disputa a presidência e ainda como seria possível ganhar não uma mais duas eleições e sair como um dos governos com maiores índices de aprovação? É onde entendemos o pensamento do Milton Santos pois esse esforço todo para se chegar em determinado local é uma violência por parte do sistema que faz com que essas pessoas sejam sempre superadas por elas mesmas para haver uma exceção a regra.

A luta de Lula foi querer cuidar de sua classe, por isso o filme mostra sua trajetória, para lembrar a um povo de seu passado que foi sofrido e que um homem acreditou um dia que podia fazer a diferença para um país mais justo através das greves e outras mobilizações em sua época, sem dúvidas ele foi um divisor de águas da história política nacional.

O PT confirmou a liderança popular de Luiz Inácio Lula da Silva, um operário, duas vezes presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que o Brasil inteiro conheceu dirigindo as greves de 1978, 1979 e 1980. Em 1980, aos 35 anos, Lula esbanja carisma e só queria saber de política, mas estava longe de imaginar que seria eleito, em 2002, para a presidência da república (Schwarcz, Lília Moritz, 2015. p. 477.).

Sem dúvida sabemos da importância histórica política da figura do Lula, mas o que queremos problematizar é justamente essa liderança que é retratada no filme, pois retrata não apenas um indivíduo, mas um coletivo que com o passar dos tempos e tempos de muita repressão se uniu cada vez mais em busca de seus direitos e de melhoria de vida não só da classe dos metalúrgicos, mas uma reivindicação de toda a classe trabalhadora de base

da pirâmide social. Essa é a ideia que se passa ao final do filme e é possível perceber como foi dito vários tipos de interpretações e preconceitos que atravessam tanto tempo em nossa história, talvez seja essa diferença entre um filme que traz elementos ficcionais, mas que reforçam a ideia sobre o objeto que no caso foi a trajetória de um nordestino e um estudo sobre o objeto em si. Podemos perceber também a importância de se estudar a história e trabalhar o cinema como ferramenta para discussão historiográfica.

Esses três exemplos mostram que um filme, qualquer que seja sempre exerce seu conteúdo. Os exemplos permitiram atingir cada vez uma zona da história que permanecia oculta, inapreensível, não visível [...]. Reunidos, esses exemplos esses filmes, desmontam até certo ponto a mecânica da história racional. Não significa isso dizer que a visão racional da história não seja operacional, mas unicamente lembrar que a análise não poderia, pelo privilégio concedido a uma única abordagem, ser totalitária (Ferro, Marc, 1976. p. 213.).

Por tanto é entendível que a análise biográfica de um filme tem sua importância para que possamos compreender esses "não ditos" que aparecem e que reforça um estereótipo, por exemplo, e por outro lado não é um estudo totalizante que pretende trabalhar minuciosamente os aspectos abordados em todo o filme ou trabalhar em nossa realidade todas as tramas que ocorre no filme mas nos traz uma boa reflexão sobre nossa sociedade e como se constituiu através de provocações feitas ou pelos diálogos aqui problematizados ou pelas cenas que traz o filme.

CONCLUSÃO

Perceber seus elementos de mudanças tanto no âmbito social como também no ficcional que no caso é o estudo sobre o filme, entender essas nuances que aparecem e compreender esses movimentos reais da nossa história nos da autonomia para pensar e entender as questões que são tocadas e percebidas ou até despercebidas no cinema brasileiro e mais especificamente no filme em questão que exerce papel crucial no que tange reafirmação de preconceitos ou denúncias sociais.

Esse texto procurou dialogar com pensadores que trabalham com aspectos perceptíveis no filme como o discurso do estereótipo, xenofóbico, tentar explicar como ocorre no filme e pensados na historiografia, afirmando que há necessidade, por exemplo, de mais estudo e divulgação desses trabalhos acadêmicos que abordam temáticas sobre a construção desses imagéticos e porque não que possibilitam uma desconstrução de narrativas depreciativas não só do nordestino como foi o nosso caso, mas também de outros grupos sociais como as comunidades negras, indígenas LGBT entre

outros, é preciso dialogar é preciso trazer o povo para a discussão com uma linguagem acessível como esse nosso texto que tentou problematizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque Junior, Durval Muniz de. **Preconceito contra origem geografia e de lugar: as fronteiras da discórdia**. 2. ed. São Paulo. Cortez. 2012.

_____. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo. Cortez. 2011.

Arns, Dom Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. 4, ed. Petrópolis, RJ. Vozes. 2014.

Assmann, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP. Editora da Unicamp. 2011.

DE BRITO, José Janderson. Antropologia e História Cultural: um estudo sobre o conceito de cultura a partir do pensamento de Sandra Jatahy Pesavento em sua obra "HISTÓRIA E HISTÓRIA CULTURAL". Rio de Janeiro. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 49, p. 09-16. 2023.

_____. Contribuições do marxismo para a historiografia, história social e sua influência na historiografia brasileira. **Epitaya E-books**, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 63-76, 2023.

Candau, Joel, **memória e identidade**. São Paulo. Contexto. 2012.

Ferro, Marc. In. Le Goff, Jacques. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro. F. Alves. 1976.

Laraia, Roque de Barros. **Cultura: um conceito Antropológico**. 27. Reimpressão, 2015. Rio de Janeiro. Zahar. 1986.

Santos, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo. EDUSP. 2013.

Schwarcz, Lília Moritz. **Brasil: uma Biografia**. São Paulo. Companhia das letras. 2015.

O imaginário do nordestino no cinema nacional: um estudo sobre os discursos estereotipados no filme "Lula o filho do Brasil"

_____. **Sobre o autoritarismo Brasileiro.** São Paulo. Companhia das letras. 2019.

Singer, Paul. **A formação da classe operária.** 5. ed. São Paulo. Atual editora. 1988.

Kornis, Mônica Almeida. História e cinema um debate metodológico. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro. 1992, p. 237-250.

CAPÍTULO 2

EFICÁCIA E EFETIVIDADE CLÍNICA E TERAPÊUTICA DA CINESIOTERAPIA NA MELHORA DA CAPACIDADE FUNCIONAL DE PACIENTES EM TRATAMENTO DE CÂNCER GASTROINTESTINAL

Nicolle Maciel de Souza

Fisioterapeuta

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Beatriz Armelim

Fisioterapeuta

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Mithillene Suellen Soares do Nascimento

Fisioterapeuta

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Rafaela de Almeida Quadros

Fisioterapeuta

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Ronny Rodrigues Correia

Fisioterapeuta

Especialista em Unidade de Terapia Intensiva Adulto

Mestrado e Doutorado em Cirurgia e Medicina Translacional, Universidade Estadual

Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB)

Pesquisador Mestrado Profissional Associado a Residência Médica (MEPAREM) –

Faculdade de Medicina de Botucatu

Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade Metodista de

Piracicaba (UNIMEP)

RESUMO

O câncer é o termo dado a um conjunto com mais de 100 tipos diferentes de doenças malignas que possuem um crescimento desordenado de suas células normais. Ele tem surgimento a partir de uma mutação genética, ou seja, que ocorre no ácido desoxirribonucleico (DNA) da célula, que ao receber informações erradas executa as atividades de forma incorreta. Essas modificações quando atingem genes especiais nomeados de proto-oncogenes, podem ativar as células normais transformando-as em células cancerosas que no geral se formam de forma lenta podendo levar anos para se proliferar. No mundo o câncer é segunda principal causa de morte e nas américas é uma das principais, responsável por matar 9,6 milhões de pessoas no ano de 2018 de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). No Brasil de acordo com o Instituto Nacional de Câncer

(INCA) existem cânceres mais frequentes conforme localização e sexo, considerando o 3º tipo de câncer mais evidente no Brasil, o câncer colo retal, engloba tumores malignos em todo intestino grosso e é considerada uma doença tratável e constantemente curável quando localizada de forma precoce. Por ser uma doença muito ampla, tem a capacidade de se desprender do tumor maligno gerado pelo acúmulo de células fazendo com se desloque pelo organismo. O diagnóstico precoce do câncer é uma das melhores estratégias para se detectar previamente a doença e assim formular um plano de tratamento. Os pacientes evidentemente com câncer irão apresentar numerosas alterações fisiológicas, metabólicas, sociais e emocionais e seu tratamento também consiste em diversas abordagens terapêuticas, esse tratamento pode ser médico realizado por meio de cirurgias, quimioterapia, radioterapia, além de a abordagem ser realizada por uma equipe multiprofissional composta por enfermeiros, nutricionistas, assistentes sociais, entre outros, e também o fisioterapeuta que visa oferecer cuidados paliativos e promover qualidade de vida. A fisioterapia atua diretamente no impacto da qualidade de vida do paciente oncológico, pois sua autonomia não se limita somente ao combate das sequelas, mas a um processo de recuperação completa que auxilia no tratamento e nos impactos decorrentes da doença. Quando realizado um programa de atividades, os mecanismos físicos, biológicos e o sistema imunológico são ativados, o qual auxiliam no processo de reabilitação do organismo. Desta forma o presente trabalho tem por objetivo analisar os resultados da cinesioterapia no tratamento de pacientes com câncer gastrointestinal. Esse estudo seguiu as recomendações para realização de revisões sistemáticas propostas pela Colaboração Cochrane e pelo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). Foram incluídos estudos que fossem ensaios clínicos randomizados, sem restrição de idioma, publicados no período de vinte anos, incluídos estudos com pacientes independentes de sexo e idade, diagnosticados com câncer gastrointestinal, que realizaram como intervenção exercícios terapêuticos da cinesioterapia para o tratamento de câncer gastrointestinal. Dentro do banco de dados eletrônico PubMed e Cochrane, foram encontrados 287 registros. Os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados a partir da leitura do título e resumo dos registros, restando 12 artigos. A amostra total de participantes foi de 1.788 indivíduos de ambos os sexos, com idade ≥ 18 anos e foram necessários que todos os participantes tivessem diagnóstico de câncer gastrointestinal, determinada pela equipe médica (p. ex. oncologista, hematologista e ou gastroenterologista). Nos artigos foram encontrados vários tipos, sendo eles:

treinamento físico, intervenções nutricionais, apoios psicológicos, procedimentos cirúrgicos, quimioterapia e radioterapia. Analisando as intervenções propostas nos tratamentos, é possível observar que em sua grande maioria os tratamentos foram associados a outros tipos de terapia, como a quimioterapia, radioterapia, tratamento cirúrgico, enfim associados a terapias adjuvantes ou somente a cinesioterapia. Foi possível observar que todos os estudos, sem exceções, que utilizaram da cinesioterapia, em específico os treinamentos físicos de caminhada, utilização de ciclo ergômetro como recurso de intervenção, além de atividades físicas personalizadas focadas em força, resistência, relaxamento, propriocepção e coordenação, por meio da realização de natação, ciclismo entre outros recursos, foram os mais indicados baseados na cinesioterapia, para que os pacientes realizassem em seus tratamentos de câncer gastrointestinal. A partir dessa revisão de literatura foi possível encontrar evidências consideráveis e de qualidade que demonstram que, a cinesioterapia seja ela associada a terapias adjuvantes como quimioterapia e radioterapia e também a outros tipos de tratamento p. ex nutricionais, psicológicos, cirúrgicos, ou não, contribuem para melhoria da capacidade funcional de pacientes em tratamento de câncer gastrointestinal.

Palavras-Chave: Câncer; Gastrointestinal; Fisioterapia; Exercícios.

INTRODUÇÃO

O Câncer é o termo dado a um conjunto com mais de 100 tipos diferentes de doenças malignas que possuem um crescimento desordenado de suas células anormais, podendo espalhar-se pelos tecidos adjacentes ou órgãos ao centro. Estas células se dividem rapidamente e tendem a ser de característica muito agressiva e em sua grande maioria incontroláveis, propiciando o surgimento de tumores, que podem espalhar-se para demais regiões do corpo como relata a figura abaixo (INCA, 2022).

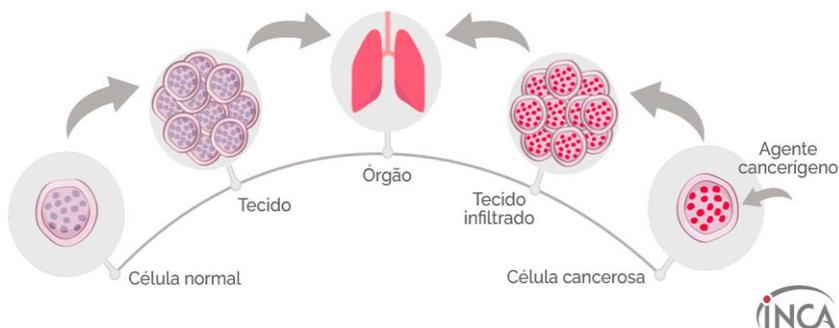


Figura 1 – O que é uma célula cancerosa

Fonte: Instituto Nacional de Câncer -INCA (2022)

O câncer tem surgimento a partir de uma mutação genética, ou seja, uma modificação no ácido desoxirribonucleico (DNA) da célula, que passa a receber informações erradas para execução de suas atividades. Essas modificações podem ocorrer em genes especiais nomeados proto-oncogenes que, inicialmente são inativos em células normais. Porém ao serem ativados eles se tornam agentes que transformam as células normais em células cancerosas que chamamos de carcinogênese ou oncogênese. Sua formação no geral é de maneira lenta, podendo levar muitos anos para que se prolifere e origine-se um tumor visível, também conhecidos como neoplasias (INCA, 2022).

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (2020), o câncer é a segunda principal causa de morte no mundo e uma das principais causas nas Américas, ele foi responsável por matar 9,6 milhões de pessoas no ano de 2018, evidenciando a nível global que uma a cada seis mortes são causadas pela doença, prevendo que, especificamente nas Américas a mortalidade pelo câncer cresça para 2,1 milhões até o ano de 2030.

No Brasil, de acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), os cânceres mais frequentes conforme a localização primária do tumor e o sexo são: nos homens, o câncer de pulmão, com 1,4 milhão (14,3%) dos casos novos, seguido dos cânceres de próstata, com 1,4 milhão (14,1%) e de cólon e reto, com 1 milhão (10,6%). Na mulheres, o câncer de mama é o mais incidente, com 2,3 milhões (24,5%) de casos novos, seguido pelos cânceres de cólon e reto, com 865 mil (9,4%) e por último pulmão, com 771 mil (8,4%) (INCA, 2023).

Considerado o 3º tipo de câncer mais evidente no Brasil, o câncer

colorretal, segundo estimativas do INCA (2023), haverá o surgimento de 44mil novos casos por ano de câncer de intestino ou colorretal, que estarão em maior evidência nas regiões Sudeste e Sul do território brasileiro. O câncer colorretal engloba tumores malignos de todo o intestino grosso, considerada uma doença tratável e constantemente curável quando localizada diretamente no intestino por circunstância do diagnóstico precoce (Agência Brasil, 2023)

Acredita-se que a maioria dos tumores colorretais origine-se de pólipos adenomatosos. Tais pólipos são neoplasias benignas do trato gastrointestinal, mas podem sofrer malignização com o tempo. O tipo histopatológico mais comum é o adenocarcinoma; outros tipos são neoplasias malignas raras, perfazendo 2% a 5% dos tumores colorretais, e requerem condutas terapêuticas específicas (STANLEY et al., 2000).

Por se tratar de uma doença muito ampla, as células cancerosas possuem a capacidade de se desprenderem do tumor maligno gerado pelo acúmulo de células, fazendo com que se desloquem pelo organismo. Esse deslocamento inicialmente percorre o caminho com destino aos tecidos vizinhos podendo chegar dentro de um vaso sanguíneo ou até mesmo linfático, desta forma elas se disseminam alcançando qualquer órgão mais distante de onde se originaram.

Pela razão de serem células menos especializadas nas suas funções, as células cancerígenas ao ocuparem o espaço de células normais, os tecidos invadidos perdem suas funcionalidades gerando alterações no corpo humano (INCA, 2022).

O diagnóstico precoce do câncer é uma das melhores estratégias para se detectar previamente a doença, quando direcionado a indivíduos que possuem indícios ou manifestações duvidosas, ele visa reconhecer o câncer no seu estágio inicial (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017).

A *World Health Organization* (2020), relata que são 3 principais fases importantes que existem para se diagnosticar o câncer de forma precoce: conscientização e busca por assistência à saúde; avaliação clínica e diagnóstica e acesso ao tratamento. Analisando mais profundamente a avaliação clínica e diagnóstica, ele é realizado por meio de profissionais da saúde que investigam e estabelecem o nível e a extensão em que a doença se encontra.

Os pacientes que evidentemente possuem câncer irão apresentar numerosas alterações fisiológicas, metabólicas, sociais e emocionais. Essas

alterações estão inteiramente associadas ao próprio catabolismo que a doença provoca, sendo potencializadas especificamente nos cânceres gastrointestinais, pois interferem na ingestão, digestão e absorção dos alimentos (CARVALHO et al., 2018).

Na maioria dos cânceres o tratamento consiste na combinação de variadas abordagens terapêuticas que se diferem dependendo do tipo e da gravidade da doença (KUMAR et al., 2010). O tratamento médico para o câncer pode ser realizado por meio de cirurgias, quimioterapia, radioterapia ou por transplante de medula óssea, além disso a abordagem ao paciente é realizada por meio de uma equipe multiprofissional composta por enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, fonoaudiólogos, farmacêuticos, assistentes sociais e fisioterapeutas que visam oferecer cuidados paliativos e promover a qualidade de vida ao paciente (INCA, 2023).

A fisioterapia por possuir um forte impacto na qualidade de vida dos pacientes oncológicos, é importante pois ela não está limitada somente a uma autonomia da independência e o combate as sequelas dos pacientes, ela está associada a um processo de recuperação completa que auxilia no tratamento e nos impactos decorrentes da doença (ELAINE, 2011).

De acordo com Celena Freire Friedrich, diretora de Fisioterapia do Hospital Antônio Cândido Camargo Câncer Center (2011), quando se realiza um programa de atividades, os mecanismos físicos, biológicos e o sistema imunológico são ativados, comumente eles auxiliam no aumento da capacidade cardiovascular e pulmonar, elevando também a resistência muscular além da força e da flexibilidade do paciente.

Desta forma diante das afirmações apresentadas, o presente trabalho tem por objetivo analisar a eficácia e a efetividade clínica que a fisioterapia pode proporcionar mediante as técnicas de exercícios (Cinesioterapia), na melhora da capacidade funcional de pacientes que apresentam câncer gastrointestinal.

OBJETIVO

Realizar uma revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados disponíveis na literatura sobre os resultados da cinesioterapia no tratamento de pacientes com câncer gastrointestinal.

OBJETIVO PRIMÁRIO

Analisar a eficácia e efetividade da cinesioterapia para melhora da capacidade funcional em pacientes com câncer gastrointestinal.

METODOLOGIA

RECOMENDAÇÕES

Essa estudo seguiu as recomendações para realização de revisões sistemáticas propostas pela Colaboração Cochrane e pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA).

TIPO DE ESTUDO

Revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados.

LOCAL DO ESTUDO

UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba. Curso de Fisioterapia.

AMOSTRA

Ensaios clínicos randomizados encontrados e que preencheram os critérios de inclusão previamente definidos, sem restrição de idiomas.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

-Tipo de estudos incluídos: ensaios clínicos randomizados, sem restrição de idioma, publicados no período de vinte anos, nos quais foram avaliados a efetividade e a eficácia da cinesioterapia na melhora da capacidade funcional no tratamento de pacientes com câncer gastrointestinal.

-Tipo de participantes: foram incluídos estudos com pacientes independente de sexo e idade, diagnosticados com câncer gastrointestinal.

-Tipo de intervenções: exercícios terapêuticos da cinesioterapia para o tratamento de câncer gastrointestinal.

-Grupos de comparação: quaisquer intervenções com o objetivo de melhorar a capacidade funcional de pacientes oncológicos, tais como:

- Nenhum tratamento ativo, placebo ou *sham*;
- Medicamentosos;
- Cirurgias (ressecção, anastomose e colostomia);
- Tratamentos complementares (quimioterapia e radioterapia).

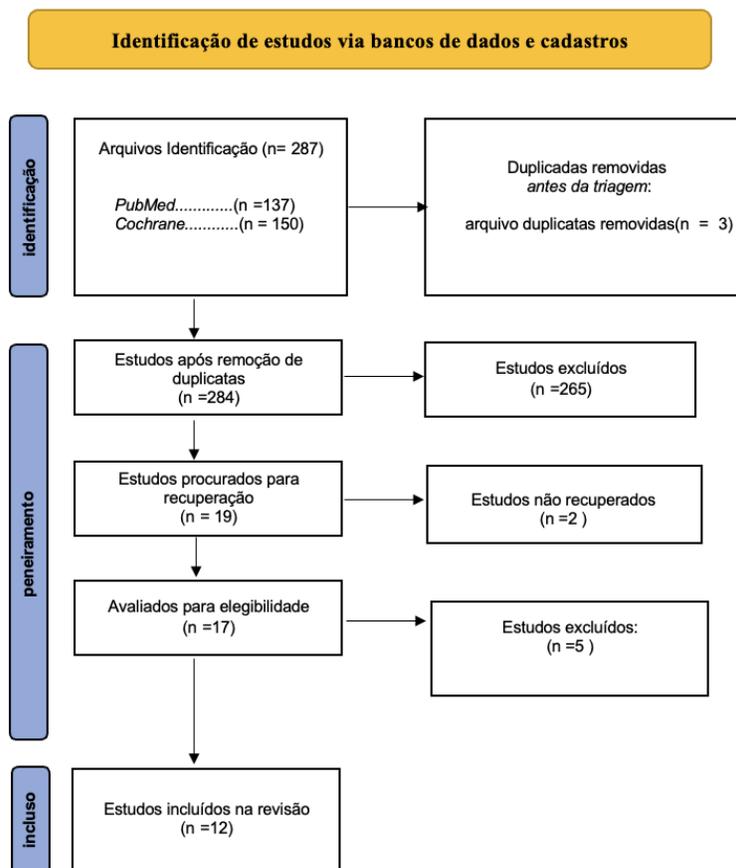
CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Foram excluídos estudos com outros desenhos metodológicos, incluindo revisões sistemáticas, bibliográficas, integrativas, estudos de caso, estudo de coorte, estudos com animais ou que não atendessem a outros critérios de inclusão descritos neste trabalho.

RESULTADOS

Dentro do banco de dados eletrônico *PubMed e Cochrane*, foram encontrados 287 registros; onde 3 artigos foram excluídos por serem duplicatas. Dessa forma, restaram 284 artigos, nos quais 265 foram excluídos por não abordarem o conteúdo proposto. Os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados a partir da leitura do título e resumo dos registros, restando 12 artigos como demonstra a Figura 2. Essa pesquisa nos registros foi realizada no dia 10 de agosto de 2023.

Figura 2 - Diagrama de fluxo de acesso e seleção dos estudos excluídos e incluídos adaptado de (Stovold *et al.*, 2014).



Os doze artigos incluídos tiveram sua qualidade metodológica avaliada pela escala *PEDro*. A partir disso, todos os estudos tiveram realocação aleatória para randomizar os indivíduos em cada grupo e alocação oculta dos sujeitos em cada grupo. Além disso, ao avaliar a qualidade, os artigos possuem nota maior ou igual a 7, sendo apenas artigos de alta qualidade metodológica. A Tabela 1 demonstra de forma resumida os resultados da avaliação metodológica.

Tabela 1 - Avaliação de verificação de qualidade metodológica.

Autor	Critérios											Qualidade Metodológica
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	
Stuecher et al. (2018)	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	9/10
Rojien et al. (2019)	N	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	9/10
Kindred et al. (2019)	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	9/10
Kim et al. (2019)	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	9/10
Carli et al. (2020)	S	S	S	S	N	N	S	S	N	S	S	9/10
Rastogi et al. (2020)	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	9/10
Sheill et al. (2020)	S	S	S	S	N	N	S	S	N	S	S	9/10
Hong et al. (2020)	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	9/10
Vulpen et al. (2021)	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	9/10
Berkel et al. (2022)	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	9/10
Asnog et al. (2022)	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	9/10
Anandavadi velan et al. (2022)	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	9/10

I= critérios de elegibilidade, II= Alocação aleatória, III= Alocação oculta, IV= Comparabilidade de linha de base, V= Assuntos cegos, VI=Terapeutas cegos, VII= Avaliadores cegos, VIII= Acompanhamento adequado, IX= Análise da intenção de tratar, X= Comparações entre grupos, XI= Estimativas pontuais e variabilidade. (Nota: O item dos critérios de elegibilidade não contribui para a pontuação total). S= sim, N= não.

TAMANHO DA AMOSTRA

A amostra total de participantes foi de 1.788 indivíduos de ambos os sexos, com idade ≥ 18 anos.

PARTICIPANTES

Para que os estudos fossem possíveis, foram necessários que todos os participantes tivessem diagnóstico de câncer gastrointestinal, determinada pela equipe médica (p. ex. oncologista, hematologista e ou gastroenterologista). A Tabela 2 demonstra um resumo dos critérios de diagnóstico de elegibilidade.

Tabela 2 - Critérios de diagnóstico de elegibilidade.

Artigo	Amostra	Sintomas
Stuecher et al. (2018)	44 pacientes com câncer gastrointestinal avançado, programado para quimioterapia de primeira linha, com idade maior ou igual a 50 anos.	O artigo não requereu nenhum tipo de sintomatologia clínica
Roijen et al. (2019)	714 Pacientes adultos maiores de 18 anos submetidos a ressecção colorretal eletiva para câncer	Depressão, ansiedade, capacidade funcional e estado nutricional debilitados
Kindred et al. (2019)	46 pacientes maiores de 18 anos de ambos os sexos com diagnóstico de câncer colorretal (estágio 0-3)	Baixo condicionamento físico, gordura corporal, depressão, diminuição da qualidade de vida
Kim et al. (2019)	71 pacientes entre 18 e 75 anos sobreviventes de câncer colorretal em estágio II-III	Diminuição da qualidade de vida, fadiga, depressão e baixos níveis de atividade física

Carli <i>et al.</i> (2020)	110 pacientes sendo 52 do sexo masculino e 58 do sexo feminino, frágeis submetidos a cirurgia colorretal minimamente invasiva	complicações pós-operatórias
Rastogi <i>et al.</i> (2020)	50 díades de sobreviventes de câncer	Stress pós-tratamento, depressão, ansiedade e menor qualidade de vida.
Sheill <i>et al.</i> (2020)	78 pacientes com câncer de esôfago programado para terapia multimodal, incluindo quimio(radio)terapia pré-operatória e esofagectomia	Morbidade, baixa aptidão cardiopulmonar e descondiçnamento físico.
Hong <i>et al.</i> (2020)	204 pacientes com câncer gastrointestinal ou tumor-nódulo-metástase estágio II, III ou IV, com 18 anos ou mais, submetidos a quimioterapia.	Perda de apetite, úlceras bucais, tosse, febre, alopecia, falta de energia, náusea, refluxo ácido e dor nas costas.
Vulpen <i>et al.</i> (2021)	120 pacientes diagnosticados com câncer esofágico recém diagnosticado, com cirurgia de intenção curativa agendada, com 18 anos ou mais.	Complicações pulmonares e cardíacas pós cirúrgicos, vazamento anastomótico, quilotórax e risco de desnutrição.
Berkel <i>et al.</i> (2022)	57 Pacientes sendo 30 do sexo masculino e 27 do sexo feminino com (pré)malignidade colorretal agendados para ressecção colorretal eletiva.	Baixa aptidão aeróbica pré-operatória

Asnog <i>et al.</i> (2022)	104 pacientes que tiveram uma ressecção anterior baixa pelo menos 1 mês após a cirurgia (sem ileostomia) ou após o fechamento da ileostomia	O artigo não requereu nenhum tipo de sintomatologia clínica
Anandavadivelan <i>et al.</i> (2022)	134 pacientes operados de câncer de esôfago	O artigo não requereu nenhum tipo de sintomatologia clínica

INTERVENÇÕES

Nos artigos foram encontrados vários tipos, sendo eles: treinamento físico, intervenções nutricionais, apoios psicológicos, procedimentos cirúrgicos, quimioterapia e radioterapia.

Para avaliar os resultados, foram utilizadas seguintes ferramentas: Questionários de qualidade de vida (EORTC QLQ-CR29 E EORTC QLQ-30 e RAND), questionários de depressão e ansiedade GAD-7 e PHQ-9, Testes de exercício de cardiopulmonar progressivo (TECP), Teste UP-AND-GO, entre outros, conforme discutidos na Tabela 3.

Cada intervenção variou de 4 a 12 semanas com média de três intervenções por semana, no qual a Tabela 3, demonstra de forma mais detalhada as individualidades de cada artigo, com tamanho da amostra, protocolo de intervenções entre os grupos, frequência e métodos de avaliação

Tabela 3 – Diferentes tipos de intervenções e dados epidemiológicos

Artigo	Amostra	Intervenções	Frequência/Período	Ferramentas de avaliação
Stuecher <i>et al.</i> (2018)	44 pacientes com câncer gastrointestinal avançado, programado para quimioterapia de primeira linha, com idade maior ou igual a 50 anos.	Grupo intervenção (atividade física domiciliar + cuidados habituais) Grupo controle (cuidados habituais)	12 semanas	Bateria curta de desempenho físico (SPPB) Transdutor de força extensômetro (ASYS®; SPOREG; 100 Hz) Teste do diapasão de Rydel-Seiffer Mini avaliação nutricional (MNA)

Eficácia e efetividade clínica e terapêutica da cinesioterapia na melhora da capacidade funcional de pacientes em tratamento de câncer gastrointestinal

Rojen et al. (2019)	714 Pacientes adultos maiores de 18 anos submetidos a ressecção colorretal eletiva para câncer	Grupo de treino físico, intervenção nutricional, cessação tabágica e apoio psicológico Grupo controle	4 semanas	Questionários de qualidade de vida (EORTC QLQ-CR29 e EORTC QLQ-C30 e RAND) Avaliação global subjetiva gerada pelo paciente (PG-SGA) Questionários de depressão e ansiedade GAD-7 e PHQ-9
Kindred et al. (2019)	46 pacientes maiores de 18 anos de ambos os sexos com diagnóstico de câncer colorretal (estágio 0-3)	Grupo de atividade física Grupo controle	2x por semana durante 12 semanas	Monitor de frequência cardíaca (FC) Pedômetro (Digi-Walker; Yamax Corporation, Tóquio, Japão)
Kim et al. (2019)	71 pacientes entre 18 e 75 anos sobreviventes de câncer colorretal em estágio II-III	Grupo de exercício Grupo controle	12 semanas	Avaliação Funcional da Terapia do Câncer-Colorretal (FACT-C)
Carli et al. (2020)	110 pacientes sendo 52 do sexo masculino e 58 do sexo feminino, frágeis submetidos a cirurgia colorretal minimamente invasiva	Grupo pré-reabilitação: exercícios, intervenções nutricionais e psicológicas pré-cirúrgicos Grupo reabilitação: exercícios, intervenções nutricionais e psicológicas pós-cirúrgicos	1x por semana durante 4 semanas	Índice abrangente de complicações (ICC)
Rastogi et al. (2020)	50 díades de sobreviventes de câncer	Grupo intervenção de atividade física de intensidade moderada a vigorosa	12 semanas	Lista de Avaliação de Apoio Interpessoal (ISEL)

<p>Sheill et al. (2020)</p>	<p>78 pacientes com câncer de esôfago programado para terapia multimodal, incluindo quimio(radio)terapia a pré-operatória e esofagectomia</p>	<p>Grupo intervenção de atividade física Grupo controle</p>	<p>2 semanas</p>	<p>Teste de exercício cardiopulmonar (TECP) Questionário internacional de atividade física Escore de morbidade pós-operatória (POMS) Escala Clavien-Dindo Índice de classificação abrangente (CCI)</p>
<p>Hong et al. (2020)</p>	<p>204 pacientes com tumor-nódulo-metástase gastrointestinal estágio II, III ou IV, com 18 anos ou mais, submetidos a quimioterapia.</p>	<p>Grupo intervenção de exercícios resistidos Grupo controle de relaxamento</p>	<p>12 semanas</p>	<p>Crítérios de Terminologia Comum para Eventos Adversos, versão 4.0 (CTCAE). Questionário de Qualidade de Vida da Organização Europeia para Pesquisa e Tratamento do Câncer-C30 (EORTC QLQ-C30)</p>
<p>Vulpen et al. (2021)</p>	<p>120 pacientes diagnosticados com câncer esofágico recém diagnosticado, com cirurgia de intenção curativa agendada, com 18 anos ou mais.</p>	<p>Grupo intervenção de exercícios físicos Grupo controle de cuidados habituais</p>	<p>12 semanas</p>	<p>Subescala global de Qualidade de vida. Escala EORTC QLQ-OG25 Multidimensional Fatigue Inventory (MFI)</p>
<p>Berkel et al. (2022)</p>	<p>57 Pacientes sendo 30 do sexo masculino e 27 do sexo feminino com (pré)malignidade colorretal agendados para ressecção colorretal eletiva.</p>	<p>Grupo de treinamento de 40 minutos um cicloergômetro + treinamento de resistência Grupo de cuidados habituais</p>	<p>3x por semana durante 3 semanas</p>	<p>Teste de exercício cardiopulmonar progressivo (TECP) Teste up-and-go cronometrado Questionário curto de avaliação nutricional Indicador de fragilidade de Groningen</p>

Asnog et al. (2022)	104 pacientes que tiveram uma ressecção anterior baixa pelo menos 1 mês após a cirurgia (sem ileostomia) ou após o fechamento da ileostomia	Grupo de intervenção de treinamento muscular do assoalho pélvico Grupo controle	12 semanas	
Anandavadivelan et al. (2022)	134 pacientes operados de câncer de esôfago	Grupo intervenção de atividade física Grupo cuidados padrão	12 semanas	Dinamômetro manual hidráulico (Modelo SH5001 JAMAR, SAEHAN Corporation, Changwon, Coreia do Sul

Tabela 4 – Apresentação dos objetivos e conclusões individuais de cada estudo.

Autor/Ano	Objetivo	Conclusão
Stuecher et al. (2018)	Avaliar os efeitos do exercício domiciliar de intensidade moderada na capacidade funcional, atividades de vida diária (AVD) e composição corporal em pacientes com CIV avançado durante quimioterapia de primeira linha.	Um declínio no Desempenho físico e na composição corporal associadas à Quimioterapia e ao câncer pode ser retardado ou mesmo revertido pelo exercício aeróbico moderado em pacientes com GIC.
Roijen et al. (2019)	Investigar se a pré-habilitação multimodal poderia melhorar o resultado pós-operatório usando o Índice Abrangente de Complicações (ICC) e o Teste de caminhada de seis minutos TC6	E necessário um rigoroso programa de intervenção de pré-habilitação, estreitamente coordenado com todo o programa de tratamento médico pois aumentará o potencial dos pacientes para suportar terapias adicionais, como quimioterapia, imunoterapia direcionada, ressecção de doença metastática e/ou quimioterapia intraperitoneal hipertérmica.
Kindred et al. (2019)	Examinar a relação entre mudanças no condicionamento físico e na gordura corporal com mudanças na estíma corporal entre sobreviventes de câncer colorretal que participaram de uma intervenção de atividade física de 12 semanas.	A melhoria do condicionamento físico e da composição corporal podem melhorar a estíma corporal entre os sobreviventes de câncer gastrointestinal.

Kim et al. (2019)	Examinar os efeitos de um programa de exercícios domiciliares na qualidade de vida, na saúde psicológica e no nível de atividade física em sobreviventes de câncer colorretal.	Um programa de exercícios domiciliares pode melhorar a qualidade de vida e a saúde psicológica em sobreviventes de câncer colorretal.
Carli et al. (2020)	Avaliar até que ponto um programa de pré-habilitação afeta as complicações pós-operatórias de 30 dias em pacientes frágeis submetidos à ressecção de câncer colorretal em comparação com a reabilitação pós-operatória	Em pacientes frágeis submetidos à ressecção de câncer colorretal em um ERP com alta prevalência de cirurgia minimamente invasiva, um programa de pré-habilitação envolvendo exercícios, intervenções nutricionais e psicológicas não pareceram afetar as complicações pós-operatórias.
Rastogi et al. (2020)	O efeito da adição de um módulo de intervenção de atividade física de vários níveis e baseado em tecnologia a um plano padrão de cuidados de sobrevivência para sobreviventes de câncer de mama e colorretal.	A intervenção proporcionou melhorias significativas na qualidade de vida, no apoio social e na deficiência do sono dos sobreviventes
Sheill et al. (2020)	Examinar o efeito de um programa de treinamento intervalado de alta intensidade pré-operatório na aptidão cardiorrespiratória em pacientes programados para esofagectomia e grandes ressecções pulmonares.	O treinamento físico HIIT estimula grandes melhorias na aptidão cardiorrespiratória em curtos períodos em comparação com o treinamento aeróbico contínuo e, portanto, pode ser ideal para a pré-habilitação de exercícios. Este modo de pré-habilitação com exercícios pode atenuar o risco pós-operatório e melhorar a recuperação pós-operatória, melhorando assim a qualidade de vida do paciente e trazendo benefícios econômicos consideráveis para o sistema de saúde.
Hong et al. (2020)	Investigar os efeitos do exercício resistido sobre os sintomas, função física e qualidade de vida (QV) em pacientes com câncer gastrointestinal submetidos à quimioterapia.	O treinamento físico resistido reduziu a incidência de náuseas e refluxo ácido, melhorou as funções físicas e aliviou a fadiga e a perda de apetite em pacientes com câncer gastrointestinal durante a quimioterapia.
Vulpen et al. (2021)	Investigar se um programa de exercícios supervisionados melhora a qualidade de vida, fadiga e aptidão cardiorrespiratória em pacientes no primeiro ano após esofagectomia.	O treinamento aeróbico e de resistência combinado resultou em pequenas melhorias no escore resumido de qualidade de vida, no funcionamento da qualidade de vida e na aptidão cardiorrespiratória em 12 semanas. A intervenção também reduziu os níveis de fadiga, embora não significativamente.

Berkel et al. (2022)	Avaliar os efeitos de um programa de exercícios comunitários de 3 semanas nas complicações pós-operatórias de 30 dias em pacientes de alto risco programados para ressecção colorretal eletiva para (pré) malignidade.	A pré-habilitação com exercícios reduziu as complicações pós-operatórias em pacientes de alto risco programados para serem submetidos à ressecção eletiva do cólon por (pré) malignidade. A pré-reabilitação deve ser considerada como cuidado usual em pacientes de alto risco programados para cirurgia eletiva de cólon e provavelmente também retal.
Asnog et al. (2022)	Investigar a eficácia do treinamento muscular do assoalho pélvico (TMAP) na síndrome de ressecção anterior baixa (LARS) em pacientes após excisão mesorretal total (TME) para câncer retal (RC).	O TMAP para sintomas intestinais após TME resultou em proporções menores e recuperação mais rápida dos sintomas intestinais até 6 meses após a cirurgia/fechamento do estoma, justificando o TMAP como uma opção de tratamento precoce e de primeira linha para sintomas intestinais após RC.
Anandavadivelan et al. (2022)	Testar a hipótese de que uma intervenção personalizada de atividade física (AF) domiciliar melhora a força e a massa muscular em pacientes submetidos a tratamento curativo para câncer de esôfago.	Uma intervenção de AF domiciliar personalizada induziu melhora na força muscular dos membros inferiores entre pacientes com câncer de esôfago que foram submetidos à cirurgia para câncer de esôfago 1 ano antes.

DISCUSSÃO

Analisando as intervenções propostas nos tratamentos, é possível observar que em sua grande maioria os tratamentos foram associados a outros tipos de terapia, como a quimioterapia e a radioterapia.

No estudo de Hong et al. (2020) e Stuecher et al. (2018), observou-se que a intervenção foi associada a terapias adjuvantes, em ambos os casos, os pacientes havia ou estavam sendo submetidos à quimioterapia durante o tratamento de câncer gastrointestinal e receberam um protocolo de tratamento com exercícios físicos conciliando os dois métodos. Os estudos relataram que o treinamento físico associado a quimioterapia desempenhou bons resultados nos sintomas em que as terapias adjuvantes causam, e principalmente melhora da qualidade de vida dos pacientes.

Quando o tratamento de quimioterapia é associado a um exercício aeróbico moderado como intervenção, a capacidade funcional e as atividades de vida diária de um paciente com câncer avançado são revertidas, o que antes ocorria um declínio no desempenho físico e na composição corporal, após a associação dos tratamentos gera um efeito de melhora (STUECHER et. al., 2018).

Assim como o treinamento físico resistido sobre os sintomas, foram reduzidos, e a função física e qualidade de vida de pacientes com câncer

gastrointestinal apresentaram avanços, quando associados ao tratamento de quimioterapia segundo o estudo de Hong et al. (2020), os pacientes recrutados para seu estudo tiveram uma redução significativa de náuseas e refluxo ácido além de melhora das funções físicas e alívio da fadiga e perda de apetite que são sintomas característicos após realizarem a quimioterapia.

Outras intervenções nos apontam o uso da cinesioterapia como recurso de tratamento para melhora da qualidade de vida de pacientes com câncer gastrointestinal, que já passaram pelo tratamento cirúrgico da doença.

Os tratamentos que consistem como principal objetivo alívio dos sintomas após procedimentos cirúrgicos, demonstraram resultados positivos. O treinamento muscular do assoalho pélvico na síndrome de ressecção anterior baixa em pacientes após excisão mesorretal total, realizado no estudo de Asnog et al. (2022), mostra que os pacientes obtiveram recuperação mais rápida dos sintomas causados pela cirurgia, evidenciando dessa forma como uma opção de tratamento.

O estudo de Anandavadivelan et al. (2022) demonstrou que após a realização de uma cirurgia, nesse caso excisão mesorretal, no período após 1 ano de operação, uma intervenção domiciliar com atividades físicas personalizadas induziu melhoras na força muscular, demonstrando que mesmo após um tratamento de caráter cirúrgico, os sintomas são minimizados.

As intervenções domiciliares com treinamentos físicos apresentaram índices significativos quando comparados a intervenções que utilizam outras terapias associadas, pois, em sua grande maioria estimularam a aptidão cardiopulmonar, induziram melhora na força muscular, ofereceram apoio social, promoveram qualidade na deficiência do sono e proporcionaram uma recuperação mais rápida dos sintomas.

No contexto geral, todas as intervenções apresentaram resultados consideravelmente positivos, em contraponto, o único a apresentar um resultado parcialmente negativo é quanto ao estudo de Vulpen et al. (2021), nele foi possível observar que o treinamento aeróbico quando combinado com um treino de resistência não resultou em grandes melhorias na qualidade de vida em pacientes que realizaram cirurgia de esofagectomia no período após um ano do procedimento em comparação a outros métodos que associaram mais de um tipo de treinamento.

Foi possível observar que todos os estudos, sem exceções, que utilizaram da cinesioterapia, em específico os treinamentos físicos de caminhada, utilização de ciclo ergômetro como recurso de intervenção, além de atividades físicas personalizadas focadas em força, resistência,

relaxamento, propriocepção e coordenação, por meio da realização de natação, ciclismo entre outros recursos, foram os mais indicados baseados na cinesioterapia, para que os pacientes realizassem em seus tratamentos de câncer gastrointestinal.

CONCLUSÃO

A partir dessa revisão de literatura foi possível encontrar evidências consideráveis e de qualidade que demonstram que, a cinesioterapia seja ela associada a terapias adjuvantes como quimioterapia e radioterapia e a outros tipos de tratamento ex: nutricionais, psicológicos, cirúrgicos, ou não, contribuem para melhoria da capacidade funcional de pacientes em tratamento de câncer gastrointestinal.

Dessa forma concluímos que diversas abordagens são eficazes no tratamento, todavia, mais estudos precisam ser realizados acerca da utilização do treinamento aeróbico combinado com o de resistência para tratamento e melhora da qualidade de vida em pacientes pós operados de câncer gastrointestinal.

REFERÊNCIAS

1. Anandavadivelan P, Malberg K, Vikstrom K, Nielsen S, Holdar U, Johar A, Lagergren P. Home-based physical activity after treatment for esophageal cancer-A randomized controlled trial. *Cancer Med.* 2023 Feb;12(3):3477-3487. doi: 10.1002/cam4.5131. Epub 2022 Aug 18. PMID: 36812121; PMCID: PMC9939163.
2. Asnong A, D'Hoore A, Van Kampen M, Wolthuis A, Van Molhem Y, Van Geluwe B, Devoogdt N, De Groef A, Guler Caamano Fajardo I, Geraerts I. The Role of Pelvic Floor Muscle Training on Low Anterior Resection Syndrome: A Multicenter Randomized Controlled Trial. *Ann Surg.* 2022 Nov 1;276(5):761-768. doi: 10.1097/SLA.0000000000005632. Epub 2022 Jul 27. PMID: 35894434; PMCID: PMC9534049.
3. Berkel AEM, Bongers BC, Kotte H, Weltevreden P, de Jongh FHC, Eijsvogel MMM, Wymenga M, Bigirwamungu-Bargeman M, van der Palen J, van Det MJ, van Meeteren NLU, Klaase JM. Effects of Community-based Exercise Prehabilitation for Patients Scheduled for Colorectal Surgery With High Risk for Postoperative Complications: Results of a

- Randomized Clinical Trial. *Ann Surg.* 2022 Feb 1;275(2):e299-e306. doi: 10.1097/SLA.0000000000004702. PMID: 33443905; PMCID: PMC8746915.
4. BRASIL, Agência (ed.). **Inca prevê 44 mil casos novos de câncer colorretal no Brasil por ano.** 2023. Elaborada por Alana Gandra. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-01/inca-preve-44-mil-casos-novos-de-cancer-colorretal-no-brasil-por-ano>. Acesso em: 21 abr. 2023.
 5. BRASIL. Instituto Nacional de Câncer - Inca. Ministério da Saúde. **Cuidados Paliativos.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tratamento/cuidados-paliativos>. Acesso em: 26 abr. 2023.
 6. Carli F, Bousquet-Dion G, Awasthi R, Elsherbini N, Liberman S, Boutros M, Stein B, Charlebois P, Ghitulescu G, Morin N, Jagoe T, Scheede-Bergdahl C, Minnella EM, Fiore JF Jr. Effect of Multimodal Prehabilitation vs Postoperative Rehabilitation on 30-Day Postoperative Complications for Frail Patients Undergoing Resection of Colorectal Cancer: A Randomized Clinical Trial. *JAMA Surg.* 2020 Mar 1;155(3):233-242. doi: 10.1001/jamasurg.2019.5474. Erratum in: *JAMA Surg.* 2020 Mar 1;155(3):269. PMID: 31968063; PMCID: PMC6990653.
 7. CARVALHO, Epamela Sulamita Vitor de; LEÃO, Ana Cristina Machado; BERGMANN, Anke. FUNCTIONALITY OF UPPER GASTROINTESTINAL CANCER PATIENTS WHICH HAVE UNDERTAKEN SURGERY IN HOSPITAL PHASE. **Abcd. Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva (São Paulo)**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 1-5, 21 jun. 2018. *FapUNIFESP (SciELO)*. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-672020180001e1353>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abcd/a/Vr66dC6cbdSbwgDSWprqvSs/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2023.
 8. GENEVA. World Health Organization. Who (org.). **Guide to cancer early diagnosis.** 2017. Disponível em:

- <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254500/9789241511940-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 abr. 2023.
9. HAMILTON, Stanley R.; AALTONEN, Lauri A. **Pathology and Genetics of Tumours of the Digestive System**. 2. ed. Lyon: Iarcpress, 2000. 314 p. (3). Disponível em: <https://www.patologi.com/who%20mage.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.
 10. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA (Brasil). Ministério da Saúde. **Como se comportam as células cancerosas?** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/como-surge-o-cancer/como-se-comportam-as-celulas-cancerosas>. Acesso em: 25 abr. 2023.
 11. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA (Brasil). **O que é câncer?** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/o-que-e-cancer>. Acesso em: 20 abr. 2023.
 12. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA) (Brasil). Ministério da Saúde. **Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil**. 2023. ed. Rio de Janeiro: Coordenação de Ensino, 2023. 156 p. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/estimativa-2023-incidencia-de-cancer-no-brasil>. Acesso em: 21 abr. 2023.
 13. Kim JY, Lee MK, Lee DH, Kang DW, Min JH, Lee JW, Chu SH, Cho MS, Kim NK, Jeon JY. Effects of a 12-week home-based exercise program on quality of life, psychological health, and the level of physical activity in colorectal cancer survivors: a randomized controlled trial. *Support Care Cancer*. 2019 Aug;27(8):2933-2940. doi: 10.1007/s00520-018-4588-0. Epub 2018 Dec 18. PMID: 30564936.
 14. Kindred MM, Pinto BM, Dunsiger SI. Association of Body Esteem with Fitness and Body Fat Among Colorectal Cancer Survivors: Secondary Analyses from a Randomized Trial. *Int J Behav Med*. 2019 Dec;26(6):619-628. doi: 10.1007/s12529-019-09819-x. PMID: 31650480.
 15. KUMAR, V.; ABBAS A. K.; FAUSTO, N.; MITCHELL R. N. Robbins – *Patologia Básica*. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 1027 p.

16. Organização Pan-Americana de Saúde. **Câncer**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/cancer>. Acesso em: 20 abr. 2023.
17. Rastogi S, Tevaarwerk AJ, Sesto M, Van Remortel B, Date P, Gangnon R, Thraen-Borowski K, Cadmus-Bertram L. Effect of a technology-supported physical activity intervention on health-related quality of life, sleep, and processes of behavior change in cancer survivors: A randomized controlled trial. *Psychooncology*. 2020 Nov;29(11):1917-1926. doi: 10.1002/pon.5524. Epub 2020 Oct 4. PMID: 32808383; PMCID: PMC7815326.
18. **REDE CÂNCER**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, 16 dez. 2011. Trimestral. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/revistas/rede-cancer-no-16>. Acesso em: 28 abr. 2023.
19. Sheill G, Guinan E, O'Neill L, Normand C, Doyle SL, Moore S, Newell J, McDermott G, Ryan R, Reynolds JV, Hussey J. Preoperative exercise to improve fitness in patients undergoing complex surgery for cancer of the lung or oesophagus (PRE-HIIT): protocol for a randomized controlled trial. *BMC Cancer*. 2020 Apr 15;20(1):321. doi: 10.1186/s12885-020-06795-4. PMID: 32293334; PMCID: PMC7160913.
20. van Rooijen S, Carli F, Dalton S, Thomas G, Bojesen R, Le Guen M, Barizien N, Awasthi R, Minnella E, Beijer S, Martínez-Palli G, van Lieshout R, Gögenur I, Feo C, Johansen C, Scheede-Bergdahl C, Roumen R, Schep G, Slooter G. Multimodal prehabilitation in colorectal cancer patients to improve functional capacity and reduce postoperative complications: the first international randomized controlled trial for multimodal prehabilitation. *BMC Cancer*. 2019 Jan 22;19(1):98. doi: 10.1186/s12885-018-5232-6. PMID: 30670009; PMCID: PMC6341758.
21. van Vulpen JK, Hiensch AE, van Hillegersberg R, Ruurda JP, Backx FJG, Nieuwenhuijzen GAP, Kouwenhoven EA, Groenendijk RPR, van der Peet DL, Hazebroek EJ, Rosman C, Wijnhoven BPL, van Berge Henegouwen MI, van Laarhoven HWM, Siersema PD, May AM. Supervised exercise after oesophageal cancer surgery: the PERFECT multicentre randomized

clinical trial. Br J Surg. 2021 Jul 23;108(7):786-796. doi: 10.1093/bjs/znab078. PMID: 33837380; PMCID: PMC10364897.

22. WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO report on cancer: setting priorities, investing wisely and providing care for all. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/330745>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CAPÍTULO 3

ENGENHARIA DE SUSTENTABILIDADE: CONSTRUÇÃO DE PROTÓTIPO DE CNC (COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO) DE BAIXO CUSTO PARA CORTE E APLICAÇÃO DE DRYWALL E STEEL FRAME NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Edivaine Martins Pereira Medeiros

edivainemedeiros.0290@aluno.una.br

Henrique Francisco Borges

henriqueborges.0130@aluno.una.br

Taisa Quele de Moraes

taisamoraesagri@gmail.com

Walisson Oliveira de Jesus Assis

eng.walissonassis.0067@aluno.una.br

Ma. Janaína Martins Gouveia

janaina.gouveia@prof.una.br

Melânia Thainá Souza Septimio

melania_septimio@outlook.com

RESUMO

A construção civil tem apresentado um grande avanço econômico no Brasil. É fato que esta é uma área que apresenta um alto consumo de recursos naturais, e exatamente por esse motivo, cada vez mais surgem propostas sustentáveis, que aliem a demanda da construção civil à responsabilidade ambiental. Nesse contexto, o presente artigo tem como o objetivo apresentar a construção de um protótipo de CNC (Comando Numérico Computadorizado) de baixo custo, com materiais reutilizáveis, para processos de cortes e produção de casas pré-montadas de sistemas construtivos a seco (Steel Frame e Drywall). O protótipo foi testado a princípio em papelão, por se tratar de um laser de menor capacidade, cuja construção e características são apresentadas no decorrer do texto. Os resultados demonstram que o protótipo foi capaz de responder a comandos sofisticados, atingindo o objetivo do corte de precisão, porém, ambiciona-se para trabalhos futuros, desenvolver um protótipo para o material em questão, podendo ser aplicado de fato, na construção civil.

Palavras-chave: CNC; Lixos Eletrônicos; Arduino; Drywall; Steel frame.

INTRODUÇÃO

A construção civil tem apresentado um grande avanço econômico no Brasil. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor movimentou mais de R\$ 266.000.000,00 (duzentos e seiscentos e seis milhões de reais), com mais de 124 mil de empresas ativas no Brasil. A Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) apontou que houve um total de 44.534.380 (quarenta e quatro milhões e quinhentos e trinta e quatro mil e trezentos e oitenta) toneladas de resíduos de construção e demolição (RCD) no Brasil em 2019.

A área da construção civil possui alto consumo de recursos naturais, bem como a geração de grandes impactos ambientais, que abrangem desde a fabricação de cimentos e suas emissões de gás carbônico na atmosfera até a deposição de resíduos em aterros decorrente de grande perda em canteiros de obras.

Com a quarta revolução industrial, denominada “A Indústria 4.0”, se fez um novo cenário de automação nas indústrias de todos os segmentos, que consiste em resguardar a produtividade e redução de gastos e custos. Uma das áreas que passou por grande revolução, foi a área mecânica-industrial, trazendo máquinas-ferramentas e equipamentos controlados por sistemas inovadores de linguagem computacionais que respondem a comandos numéricos computadorizados, as conhecidas “CNC”.

Os sistemas construtivos a secos permitem edificar grandes estruturas com ótimas vedações que atendem aos mais sofisticados projetos arquitetônicos. O steel frame, termo em inglês que significa “estrutura em aço com a vedação em drywall”, ou simplesmente, placas de gesso, permitem, através do laser de corte comandado por softwares de linguagem numérica computadorizados, produzir casas pré-montadas que apresentam menores descartes de resíduos de construção e demolição.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar a construção de estrutura sustentável, através de um comando numérico computadorizado de baixo custo para corte de sistemas construtivos de Steel Frame com vedação em Drywall.

METODOLOGIA

Este trabalho reuniu conhecimentos e princípios relacionados à linguagem de programação, conceitos construtivos e mecânicos. Nesta circunstância, a seguir está descrita a metodologia aplicada na construção do protótipo.

COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO

O comando numérico computadorizado consegue receber e ler códigos através da linguagem de programação e transmitir os comandos para equipamentos eletrônicos. Rebeyka (2008, p. 03) afirma:

O CNC utiliza um programa de instruções que é transmitido eletronicamente ao equipamento de produção para regular suas funções e sua operação. A capacidade de mudança no programa é que faz do CNC uma tecnologia flexível e apropriada para produção de baixo e médio volume. É muito mais fácil escrever novos programas do que modificar o equipamento de produção. Isto faz com que as máquinas CNC sejam elementos do CIM executando funções da produção de forma automatizada.

ESTRUTURA FÍSICA

A estrutura física integrada ao CNC, conforme vista a seguir, comporta e organiza os equipamentos mecânicos e eletrônicos, acoplando o laser e a base do eixo dentro de um plano cartesiano, cuja origem se dá no marco zero.

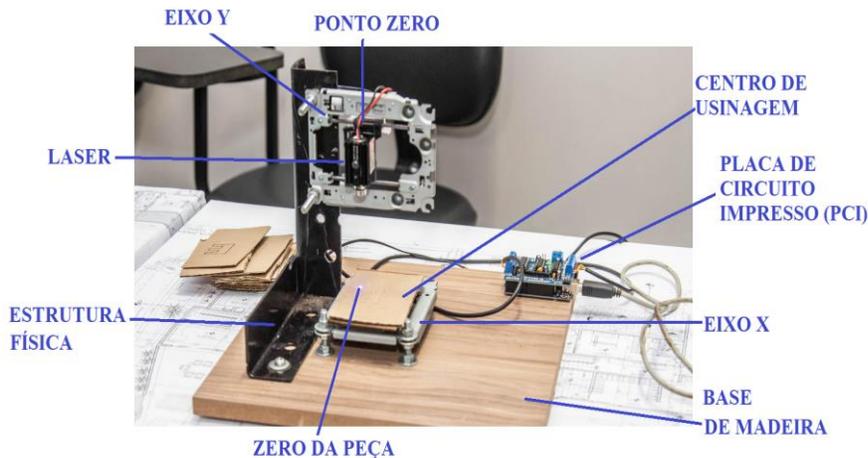


Figura 1 - Protótipo CNC

A construção do protótipo foi feita de materiais reutilizados de lixos eletrônicos descartados de maneira irregular, que foram totalmente agrupados à estrutura do CNC.

A base foi construída a partir da reutilização de uma placa de MDF, dimensões de 30cm de cada lado e espessura de 15mm.

A sustentação do CNC se deu por duas cantoneiras reutilizadas de 20 cm de comprimento por 3,8 cm, lixadas e pintadas por tinta spray preta, como pode ser visto na figura 2 a seguir:

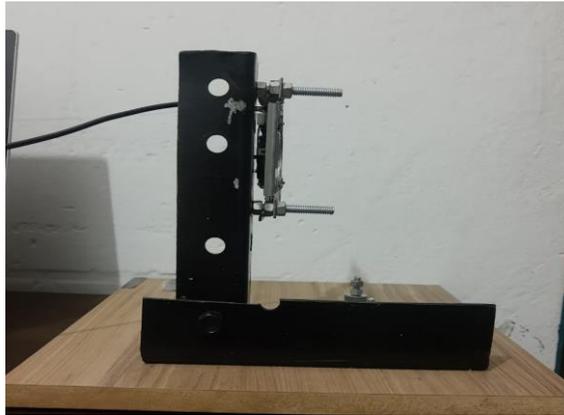


Figura 2 - Estrutura

Através da estrutura, foram adaptados dois leitores de aparelhos de DVD, com os suportes e os motores de passo (5V, modelo 28BYJ-48), os quais possibilitaram que o laser seguisse todo o percurso recebido pelos comandos do microcontrolador Arduino.

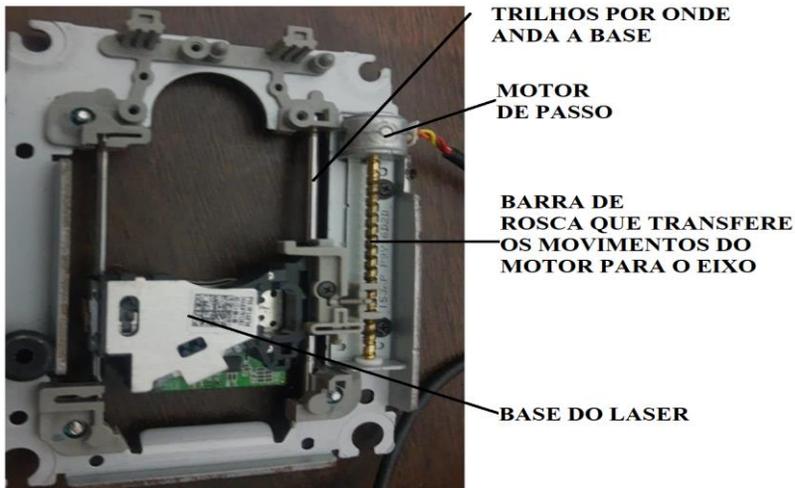


Figura 3 - Leitores de Aparelho de DVD

O laser, mostrado a seguir na figura 4 (suporte do laser) tem a função de efetuar o contorno da geometria solicitada pelo o Arduino, que neste protótipo foi colado com fita dupla face na base do suporte do leitor de dvd, para que ele consiga percorrer todo o perímetro da geometria. Neles são representados os eixos X e Y do plano cartesiano.



Figura 4 - Suporte do laser

PLANO CARTESIANO (X E Y)

O plano cartesiano é formado por duas retas perpendiculares, conhecidas como eixos X (horizontal) e Y (vertical), onde a interseção das duas retas forma um ponto de referência para representações de gráficos, imagens ou até mesmo análises de equações.

Com a locação dos pontos é possível reproduzir qualquer imagem gráfica dentro das dimensões do plano cartesiano. Quando inseridos dentro da lógica de programação, o software lê as dimensões de locações de pontos gerando dados para serem executados pelo o corte, obtendo a geometria solicitada.

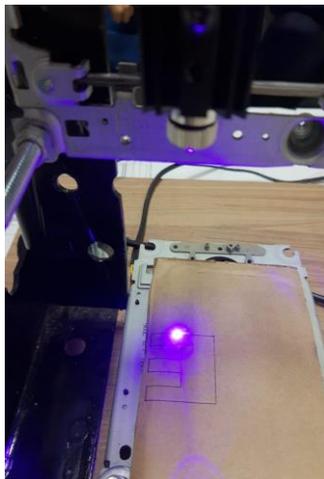


Figura 5 - Laser funcionando

Drivers, equipamentos eletrônicos e softwares de funcionamento

Os dois motores (5v 28BYJ-48) de funcionamento são ligados na Shield L293D - Driver Ponte H para Arduino.

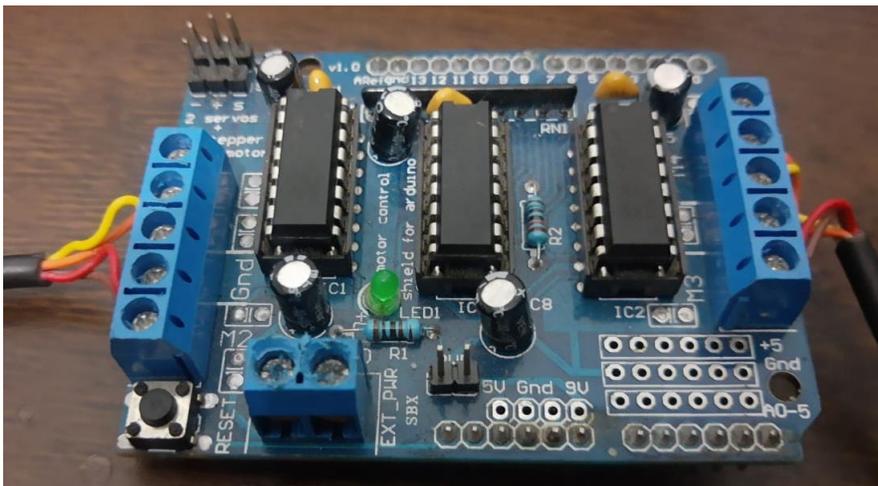


Figura 6 - Shield L293D - Driver Ponte H para Arduino

O Arduino Uno acoplado no motor shield L293D, utilizado na CNC, tem capacidade de controlar dois motores de passo 5v 28BYJ-48 ao mesmo

tempo, e para isso os motores foram ligados diretamente no shield, Vale ressaltar que não é necessária uma fonte de alimentação externa para os motores, pois a alimentação é fornecida pelo shield, nesse caso só deixar a função do shield (PWR) acionada.

Os motores necessitam de 2048 passos para completar uma volta (360°).a. Através de uma regra de 3 simples, pode-se calcular o número de passos a serem dados para atingir determinada rotação ou movimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção a seco é feita a partir de materiais brevemente fabricados sob medida. Basicamente compõem a sua estrutura, as armações de aço galvanizado conhecidas popularmente como “Steel Frame”, que consiste no acabamento em “Drywall”, substituindo as paredes de alvenaria por chapas de gesso com uma camada de acabamento externa de cimento. Esta estrutura suporta janelas, portas e tomadas, e possui baixo gerador de resíduos, pois é pré-montada através de sistemas de cortes de precisão CNC.

Todo o processo se inicia na elaboração de projetos estruturais e arquitetônicos, que posteriormente serão enviados para as máquinas de corte de precisão. O uso do comando numérico de fabricação de baixo custo para equipamentos estruturais pré-fabricados em Steel Frame se faz de extrema importância para viabilizar a comercialização deste método construtivo.

Com base nos estudos analisados foi possível projetar e produzir uma maquete (de estrutura em aço galvanizado (Steel Frame) com vedação em Drywall, cujo objetivo foi o de analisar os esforços estruturais e análises de vedação com ênfase na parte exterior, que está mais exposta a deterioração. Analisando as resultantes, a estrutura tem resistência suficiente para atender diversos esforços solicitantes e consegue flexibilidade para atender a demanda arquitetônica incluindo acabamentos sofisticados que conseguem resistir à degeneração.



Figura 7 - Maquete

Após o processo de dimensionamento da estrutura de Steel Frame e corte as peças são direcionadas para montagem e vedação com Drywall.

A Chapa ou placa Drywall, é composta por gesso natural e seus aditivos, revestido de uma lâmina cimentícia, proporcionando uma resistência a tração, e tornando o material altamente resistente as placas são brevemente cortadas com cortes de precisão CNC, trazendo assim as paredes prontas para receber toda instalação elétrica, hidrossanitário, bem como portas e janelas. A espessura das placas varia de acordo com a necessidade previamente dita em projeto, reduzindo assim os custos da obra.

CONCLUSÕES

Ao finalizar este trabalho, considerando a proposta inicial de fabricação de um CNC com laser de corte de baixo custo, apresentamos um protótipo do mesmo... Analisando-o e levando em consideração os testes que foram realizados, concluímos que os objetivos foram alcançados parcialmente: conseguimos produzir uma CNC com materiais reutilizáveis, porém o laser não alcançou a potência necessária para realizar o corte em chapas de aço, ficando restrito a materiais de menores resistências, como papelões.

A pesquisa se fundamentou nas construções a seco, que vem ganhando espaço no mercado por suas metodologias construtivas e que permite a diminuição de todo o resíduo gerado na construção fabricação de construções a seco utiliza-se o corte de precisão, que em grande parte ou são manuais ou são feitos por máquinas de comandos computadorizados. Desta forma, entendemos que nosso trabalho poderia contribuir grandemente para um corte mais preciso e para a diminuição de resíduos, tornando as construções mais rápidas e sustentáveis.

A construção de uma CNC de baixo custo para a finalidade descrita aqui, e a popularização da metodologia de execução, irá auxiliar e viabilizar a utilização dos métodos de montagem da estrutura do Steel Frame, que por sua vez, impulsiona o mercado ao alcançar diversas classes sociais.

O site MF ENGENHARIA traz um comparativo entre a Alvenaria Convencional e o Light Steel Framing:

O sistema Light Steel Framing é uma proposta de construção que alia rapidez com o diferencial competitivo técnico, mercadológico e de negócios. A siderurgia brasileira, juntamente com o apoio do CBCA, vem trabalhando intensamente no desenvolvimento desse sistema construtivo no país. Podemos citar como exemplo desse esforço a USIMINAS, que buscou, com sua coligada Argentina, SIDERAR, o conhecimento da tecnologia e do desenvolvimento de mercado, além de adquirir expertise nos Estados Unidos e Japão. Outro

passo importante na consolidação do Light Steel Framing foi o comprometimento do setor siderúrgico, juntamente, com os demais fabricantes de materiais para o sistema, no desenvolvimento da tecnologia, através do aprimoramento das técnicas construtivas e da aplicação dos materiais para a realidade do mercado brasileiro, além de ações como o desenvolvimento de montadores e o treinamento de mão de obra técnica, arquitetos e engenheiros.

Identificamos após a pesquisa que as atuais empresas de fabricação e corte do Steel Frame e Drywall utilizam metodologias de cortes diferentes que, posteriormente, poderão ser analisadas e testadas. Nosso grande desafio será adaptar os equipamentos em escala maior para cortes profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arduino. ARDUINO CC, 2021. Disponível em: <https://www.arduinoecia.com.br/motor-de-passo-28byj-48-motor-shield/>. Acesso em: 20 de março de 2021.

CBIC, Construção contribui com a criação de empregos formais, mas saldo ainda é insuficiente para o setor. CBIC, 23 de abril de 2018. Disponível em: <https://cbic.org.br/construcao-contribui-com-a-criacao-de-empregos-formais-mas-saldo-ainda-e-insuficiente-para-o-setor/>. Acesso em: 20 de março de 2021.

Controlando motor de passo 28BYJ-48 com Arduino Motor Shield L293D. ARDUINO E CIA, 21 de julho de 2014. Disponível em: <https://www.arduinoecia.com.br/motor-de-passo-28byj-48-motor-shield/>. Acesso em: 20 de março de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil em Síntese. 2014. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/comercio.html>. Acesso em 20 de março de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas Sociais. 2021. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/links-base-dados.html>. Acesso em 20 de março de 2021.

MEGASTEEL. Viga |, 2021. Disponível em: <https://www.megasteel.com.br/vigas-i>. Acesso em: 20 de março de 2021

Moura Cardoso, Luiza. Tudo sobre os resíduos sólidos da construção civil. Sienge Plataforma. 29 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/residuos-solidos-da-construcao-civil/>. Acesso em 20 de março de 2021.

Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil. ABRELPE, São Paulo - SP, 2021. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: 20 de março de 2021.

Rebeyka, Claudimir. CNC Comando numérico computadorizado. Curso de Programação, agosto de 2008. Disponível em: <http://www.labusig.ufpr.br/TMEC105/Apostl-Prof-Rebeyka.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2021.

Revolução Industrial - Da Indústria 1.0 à Indústria 4.0. DESOUTTER INDUSTRIAL TOOLS, São Paulo - SP, 2021. Disponível em: <https://www.desouttertools.com.br/industria-4-0/noticias/507/revolucao-industrial-da-industria-1-0-a-industria-4-0>. Acesso em: 20 de março de 2021.

RODRIGUES, Alessandro Roger. Manufatura Assistida por Computador (SEM-0350); EESC - USP. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4188303/mod_resource/content/1/Te%C3%B3rica%20-%20CNC.pdf. Acesso em 20 de março de 2021.

ROSSI, Fabrício. "Plano Cartesiano"; Light Steel Frame, Passo a Passo! Disponível em: <https://pedreiro.com.br/light-steel-frame-passo-a-passo/>. Acesso em 20 de março de 2021.

SILVA, Luiz Paulo Moreira. "Plano Cartesiano"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/matematica/plano-cartesiano.htm>. Acesso em 20 de março de 2021.

CAPÍTULO 4

AURICULOTERAPIA PARA MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA RELACIONADA A SAÚDE DE PACIENTES COM CÂNCER AVANÇADO: REVISÃO INTEGRATIVA

Marieny Felício Franciscon

ORCID: <https://orcid.org/009-0007-0191-1593>

Discente de graduação de enfermagem do Centro Universitário Santa Cruz, Brasil

Bruna Eloise Lenhani

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6009-3400>

Professor Adjunto de Enfermagem do Centro Universitário Santa Cruz, Brasil

Josemar Batista

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9838-1232>

Professor Adjunto de Enfermagem do Centro Universitário Santa Cruz, Brasil

Larissa Marcondes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8745-6486>

Professor Adjunto de Enfermagem do Centro Universitário Santa Cruz, Brasil

RESUMO

Objetivo: é identificar na literatura o uso da auriculoterapia em pacientes com câncer avançado para melhora da qualidade de vida. Método: Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com artigos publicados entre 2014 a 2023, no idioma português e inglês, disponível na íntegra nas bases de dados da Scopus, Web of Science, National Library of Medicine, Portal da Biblioteca Virtual de Saúde. A pesquisa bibliográfica foi realizada durante o mês de maio de 2023. Auriculoterapia, pacientes oncológicos, câncer e terapias complementares foram os descritores utilizados na busca, sendo combinados de maneira diferente entre si utilizando os operadores booleanos AND e OR. Resultados: 12 artigos obedeceram aos critérios de inclusão e exclusão, demonstrando como a auriculoterapia é utilizada nos pacientes com câncer. Considerações finais: a auriculoterapia é benéfica para pacientes com câncer, proporcionando melhora dos sintomas relatados. A acupressão auricular pode ser recomendada como terapia complementar no tratamento do câncer, visando a melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

Palavras-chave: Auriculoterapia; Câncer; Detecção precoce do câncer; Terapias Complementares.

INTRODUÇÃO

O câncer é reconhecido como um dos principais problemas de saúde pública em todo o mundo, devido à sua alta taxa de mortalidade e ao impacto negativo na qualidade de vida dos pacientes. Essa condição afeta o funcionamento do organismo em várias dimensões, incluindo a física, social, psicológica e espiritual. No entanto, quando o câncer é identificado nos estágios iniciais da doença, há uma redução significativa na morbidade e nos sintomas relacionados ao tratamento (Silva *et al.*, 2022; Niedzwiedz *et al.*, 2019; Valim *et al.*, 2019).

O crescimento populacional, o desenvolvimento socioeconômico e o aumento da expectativa de vida são fatores que contribuem para o aumento da probabilidade de desenvolvimento do câncer. Esses aspectos expõem as pessoas a agentes de risco de forma direta e indireta, o que pode estimular a progressão do processo oncológico e ter um impacto significativo na incidência da doença e na morbimortalidade da população (Silva *et al.*, 2022; Brasil, 2023). São responsáveis por aproximadamente 30% das mortes prematuras relacionadas a doenças não transmissíveis em adultos com idades entre 30 e 69 anos. Essa estatística demonstra a significância e a gravidade desse agravamento à saúde (Silva *et al.*, 2022).

Estima-se que até o ano de 2040, cerca de 37 milhões de pessoas serão diagnosticadas com câncer. De acordo com dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA), é prevista a ocorrência de aproximadamente 704 mil novos casos de câncer no Brasil entre os anos de 2023, 2024 e 2025. Essas projeções reforçam a importância de ações de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado para enfrentar esse desafio crescente (Brasil, 2023).

É importante ressaltar que a detecção precoce por meio da realização de exames de rotina, como a mamografia, é fundamental para identificar a doença em seus estágios iniciais, quando as chances de cura são maiores. No Brasil, a taxa média de mortalidade por câncer de mama é de 16 óbitos a cada 100 mil mulheres, mesmo considerando o prognóstico favorável associado ao diagnóstico precoce da doença (Brasil, 2023).

Dada a alta prevalência do câncer no cenário mundial, é importante considerar a associação de práticas alternativas que possam complementar o tratamento convencional, a fim de melhorar a qualidade de vida das mulheres afetadas pela doença e aliviar os sintomas apresentados. Nesse contexto, com o objetivo de reduzir o impacto da doença, os pacientes recorrem às Práticas Integrativas e Complementares (PICs), que são

utilizadas em conjunto com o tratamento biomédico tradicional (Araújo & Kerkhoff, 2022; Silva et al., 2022).

As PICs são ferramentas assistenciais que visam auxiliar no tratamento convencional e fornecer assistência à saúde do indivíduo. Um dos principais objetivos dessas ferramentas é prevenir e minimizar os efeitos adversos da terapia, bem como lidar com o impacto emocional e físico do diagnóstico. Elas desempenham um papel crucial ao fornecer suporte e cuidados adicionais para melhorar a qualidade de vida do paciente durante o processo de tratamento (Vallim, 2018; Araújo & Kerkhoff, 2022).

Essas ferramentas podem incluir terapias complementares, como a auriculoterapia (AA), como uma ferramenta não farmacológica para o tratamento de diversas condições de saúde. A AA tem como objetivo regular a função psicofísica do corpo através da estimulação de pontos energéticos localizados na orelha, que representam o organismo como um todo em um microsistema (Brasil, 2015; Araújo & Kerkhoff, 2022).

Existem evidências que sugerem possíveis benefícios da auriculoterapia, tais como alívio da dor, melhora do apetite e qualidade do sono, redução de náuseas e fadiga, além de contribuir para a melhora dos sintomas de ansiedade e depressão. Esses benefícios podem ser alcançados por meio da estimulação adequada dos pontos auriculares, que podem ajudar a equilibrar as funções orgânicas e promover uma sensação de bem-estar (Lima et al., 2022).

Neste sentido, o objetivo desta revisão é identificar na literatura o uso da auriculoterapia em pacientes com câncer avançado para melhora da qualidade de vida.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa, pois envolve a síntese e sistematização dos dados analisados integralmente, com o intuito de construir resultados sobre uma temática pré-estabelecida. O principal objetivo desse estudo é analisar os benefícios da auriculoterapia na qualidade de vida de pacientes com câncer avançado (Silva et al., 2022).

O estudo de revisão integrativa é composto por várias etapas, incluindo o desenvolvimento da questão norteadora, a busca da literatura em bases de dados, a coleta de dados dos estudos selecionados, a avaliação crítica desses estudos, a análise e discussão dos resultados, bem como a apresentação da revisão integrativa (Silva et al., 2022; Mendes et al., 2019).

O eixo temático e a problemática deste estudo foram estabelecidos utilizando o acrônimo PICO. Nesse contexto, o "P" representa a população, que neste estudo são os pacientes oncológicos. O "I" refere-se à intervenção aplicada, que é a auriculoterapia. O "C" corresponde à controle, que é o cuidado usual ou padrão. Por fim, a letra "O" refere-se aos resultados, a eficácia da auriculoterapia nesses pacientes (Polit, 2019).

Com base nesses elementos, a seguinte pergunta norteadora foi elaborada para guiar o estudo: *“Os pacientes com câncer avançado, durante seu tratamento, têm benefício com a utilização da auriculoterapia como estratégia para a melhoria da qualidade de vida relacionada a saúde?”*.

Na estratégia de busca, foram utilizados os descritores pré-estabelecidos pelos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles: “Auriculoterapia”, “Pacientes oncológicos”, “Câncer” e “Terapias Complementares”, sendo combinados de maneira diferente entre si utilizando os operadores booleanos AND e OR, com o objetivo de realizar uma busca abrangente das pesquisas.

A busca bibliográfica ocorreu durante o mês de maio de 2023, nas bases de dados eletrônicas: *Scopus*, *Web of Science*, *PUBMED-National Library of Medicine*, Portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Google acadêmico.

Utilizou-se os seguintes critérios de inclusão: artigos completos publicados eletronicamente em português e inglês, cujos resultados abordaram a temática da auriculoterapia relacionada à qualidade de vida em pacientes com câncer; artigos publicados entre os anos de 2014 e 2023. Os critérios de exclusão incluíram estudos duplicados nas bases de dados.

Após a aplicação dos critérios estabelecidos, uma análise minuciosa dos títulos e resumos foi realizada. Em seguida, os artigos selecionados foram lidos na íntegra, sendo escolhidos aqueles que responderam à questão norteadora. O presente estudo não requer parecer do Comitê de Ética, uma vez que não envolve pesquisa em seres humanos, mas sim uma revisão bibliográfica na forma de uma revisão de literatura.

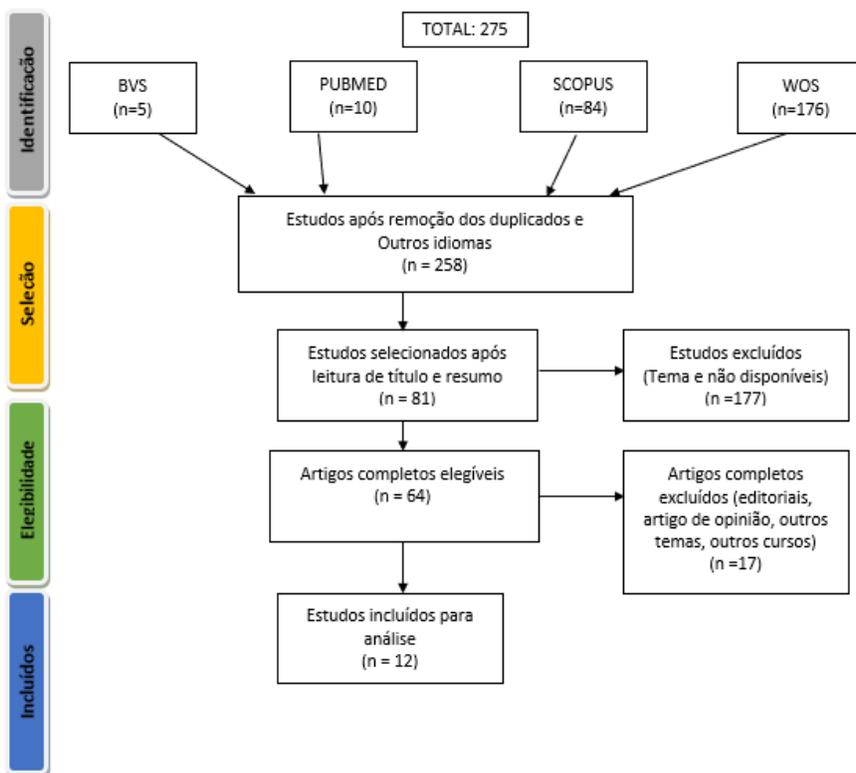
RESULTADOS

Foi realizado o cruzamento dos descritores nas bases citadas e encontrados 936 artigos durante a pesquisa. Depois de filtrados e analisados conforme critério de inclusão e exclusão e retirados os repetidos nas bases, foram considerados 12 artigos. As etapas que foram utilizadas para identificação, seleção, contendo suas principais legitimidade dos artigos

escolhidos, de acordo com os estudos abordados nesta pesquisa de revisão, estão descritos no **Fluxograma 1**.

A partir da descrição, análise e seleção dos artigos, foi utilizada uma ferramenta adaptada da literatura pela autora, que aborda as características de identificação de cada artigo (autor e ano de publicação, título, objetivo) e a metodologia utilizada (tipo de estudo) (**Quadro 1**).

Fluxograma 1 - Seleção dos artigos revisados



Fonte: Adaptado do Fluxograma Prisma

Quadro 1 – Descrição dos artigos selecionados

AUTOR/ANO	TÍTULO	OBJETIVO	MÉTODO
Yeh et al., 2014.	Efficacy of auricular therapy for pain management: a systematic review and meta-analysis.	Avaliar a eficácia da terapia auricular através da inclusão de um grupo controle de terapia simulada.	Ensaio clínico randomizado e metanálise.
Yeh et al., 2015.	Auricular Point Acupressure as an Adjunct Analgesic Treatment for Cancer Patients: A Feasibility Study	Examinar a viabilidade de um protocolo de pesquisa de acupressão de ponto auricular (APA) em termos de recrutamento e para a avaliação e manejo da dor e examinar os potenciais efeitos analgésicos da APA para pacientes com câncer.	Pesquisa descritiva, qualitativa.
Lv. et al., 2015	Clinical observation of depression after breast cancer operation treated with auricular point sticking therapy	Avaliar a eficácia na depressão após a operação de câncer de mama tratada com terapia de adesivo de ponto auricular.	Ensaio clínico randomizado.
Ruela et al., 2017	Efetividade da auriculoterapia na dor de pessoas portadoras De câncer em tratamento quimioterápico: um ensaio clínico randomizado	Avaliar a efetividade da auriculoterapia na dor de pacientes com câncer em tratamento quimioterápico.	Ensaio clínico randomizado.
Ruela et al., 2018	Efetividade da acupuntura auricular no tratamento da dor oncológica: ensaio clínico randomizado	Avaliar a efetividade da acupuntura auricular na dor de pacientes oncológicos em tratamento quimioterápico e possíveis alterações no consumo de analgésicos após a aplicação da intervenção	Ensaio clínico randomizado.

Kang & Yeo, 2019.	Effects of Auricular Acupressure on Anxiety and Sleep among Patients Undergoing Chemotherapy for Breast Cancer	Avaliar a viabilidade da acupuntura para uma variedade de sintomas relacionados ao tratamento em sobreviventes de câncer de mama.	Ensaio clínico randomizado.
Valim, 2018.	Efeitos da acupressura auricular para melhoria da qualidade de vida de mulheres com câncer de mama em tratamento quimioterápico: ensaio clínico randomizado	Avaliar os efeitos da acupressura auricular na qualidade de vida geral de mulheres com câncer de mama em uso de quimioterapia.	Ensaio clínico randomizado.
Valim et al., 2019.	Acupressão auricular na qualidade de vida de mulheres com câncer de mama: ensaio clínico randomizado	Avaliar os efeitos de uma intervenção de acupressão auricular na qualidade de vida de mulheres com câncer de mama submetidas à quimioterapia comparadas com aquelas que não realizaram a intervenção	Ensaio clínico randomizado.
Yang et al., 2020.	The effects of auricular therapy for cancer pain: a systematic review and meta-analysis	Avaliar sistematicamente a eficácia e a segurança da terapia auricular na oncologia.	Ensaio clínico randomizado e controlado.
Abdoral et al., 2021.	Educação em saúde no cuidado de pacientes oncológicos com o uso da auriculoterapia no manejo da dor	Verificar o efeito da auriculoterapia no manejo da dor de pacientes oncológicos em tratamento quimioterápico	Estudo de coorte, prospectivo, observacional, de centro único e caráter quanti-qualitativo
Dymackova et al., 2021.	Effect of Acupuncture in Pain Management of Head and Neck Cancer Radiotherapy: Prospective Randomized Unicentric Study	Avaliar o papel da acupuntura no tratamento da dor relacionada à (quimio)radioterapia curativa	Estudo prospectivo randomizado

Araújo & Kerkhoff, 2022.	Análise da qualidade de vida em mulheres com câncer de mama em tratamento clínico oncológico submetidas a auriculoterapia	Analisar os prejuízos na qualidade de vida de mulheres com Câncer de Mama (CM) submetidas à quimio, imuno ou radioterapia, e à eficácia da auriculoterapia (AA) na melhora dos efeitos adversos do tratamento oncológico	Estudo experimental, intervencional e analítico do tipo antes e depois, com abordagem quantitativa.
--------------------------	---	--	---

DISCUSSÃO

Em um estudo realizado por Yeh et al. (2014), o autor buscou avaliar a eficácia da auriculoterapia na diminuição da dor em pacientes com câncer. Para isso, foram analisados 13 estudos publicados entre os anos de 1900 e 2013, que apresentavam ensaios randomizados. Os resultados dessa análise demonstraram um efeito significativo da auriculoterapia na diminuição da dor, com uma diferença de 1,59 desvios-padrão entre o grupo submetido à auriculoterapia e os grupos placebo e controle. Os pesquisadores também observaram que a prática de auriculoterapia foi a mais eficaz no alívio da dor. No entanto, eles ressaltaram a necessidade de realizar mais estudos randomizados para obter resultados conclusivos nesse aspecto (Yeh et al., 2014).

Em 2015, um novo estudo conduzido por Yeh et al. (2015) em que a técnica de auriculoterapia com sementes foi utilizada bilateralmente em ambas as orelhas como uma abordagem para aliviar a dor em pacientes com diagnóstico de câncer. O estudo teve a duração de 7 dias, e os resultados mostraram uma diminuição de 55% na potência da dor e uma redução de 57% na dor média após esse período. Além disso, foi observado de modo prospectivo que houve uma diminuição significativa no uso de medicações, com 78% dos pacientes reduzindo o uso de analgésicos durante o estudo.

No entanto, é importante ressaltar que o estudo apresentou limitações devido à ausência de um grupo controle placebo, o que impossibilitou a coleta de evidências concretas. Apesar dos resultados favoráveis à auriculoterapia observados, é necessário realizar estudos adicionais com um grupo controle adequado para obter evidências mais robustas (Yeh et al., 2015).

No estudo de Kang & Yeo (2019), os autores conduziram um estudo com o objetivo de analisar o impacto da auriculoterapia na diminuição da ansiedade e na melhora da qualidade do sono dos pacientes. Pode-se observar a eficácia da auriculoterapia como tratamento, onde se busca a melhora da qualidade de vida dos pacientes oncológicos, especificamente se concentrando em pacientes com câncer de mama submetidos à quimioterapia.

Nesse estudo, participaram 60 mulheres, divididas em 2 grupos (placebo e tratado), onde as aplicações de auriculoterapia foram realizadas nos pontos Shenmen, localizados na Fossa Triangular. O grupo tratado foram de 30 pacientes, que durante 3 semanas, sendo 3 vezes ao dia, receberam o tratamento, enquanto o grupo placebo, composto por outras 30 pessoas, não recebeu o tratamento. Os pontos escolhidos têm como função manter o equilíbrio entre o corpo e a mente (Kang & Yeo, 2019).

Ao final do estudo, foi observada uma significativa diminuição na ansiedade e uma melhora do sono das pacientes submetidas a técnica de auriculoterapia. Esses resultados indicam que essa técnica é uma prática eficaz para reduzir a ansiedade em pacientes que estão tratamento contra o câncer e gerar uma melhora na qualidade do sono desses indivíduos (Kang & Yeo, 2019; Lv et al., 2015).

Lv et al. (2015), observou que aplicação da auriculoterapia em pacientes oncológicos para tratar o relaxamento muscular progressivo tem sido comprovadamente benéfica no alívio do estresse muscular, proporcionando uma sensação geral de bem-estar. Além disso, essa prática contribui para a redução do estresse e da ansiedade, tornando esse período mais tranquilo para os pacientes.

No estudo realizado por Ruela (2017), os participantes foram divididos em 2 grupos (controle e tratado), cada um recebeu um total de oito sessões de auriculoterapia, com um intervalo de sete dias entre cada sessão, ao longo de um período de oito semanas. Ao final do estudo, pode-se observar que a auriculoterapia, com um tratamento individualizado, demonstrou ser efetiva na redução da intensidade da dor e da redução das doses de analgésicas diárias em pacientes com câncer submetidos a tratamento quimioterápico e com isso na melhora da qualidade de vida.

Outro estudo realizado com o objetivo de investigar a eficiência da auriculoterapia na diminuição da dor em pacientes quimioterápicos, bem como observar possíveis alterações na necessidade de analgésicos durante o tratamento. Os participantes foram divididos em 2 grupos: o grupo placebo e o grupo tratado. No grupo tratado, os pacientes receberam auriculoterapia

nos pontos específicos da orelha direita, incluindo simpático, Shenmen, relaxamento muscular, rim e equilíbrio energético, alternando-se entre as orelhas à medida que as sessões avançavam. Por outro lado, o grupo placebo recebeu a técnica nos pontos da traqueia e do olho. Sendo realizadas de 8 a 9 sessões, com um intervalo de uma semana entre cada sessão, permitindo uma avaliação adequada dos efeitos da técnica de auriculoterapia na dor dos participantes. (Ruela et al., 2018).

Os resultados desse estudo corroboraram com os apresentados anteriormente (Yeh et al., 2015), indicando a eficácia na redução da dor em pacientes com câncer que utilizam a técnica da auriculoterapia. Os resultados desse estudo demonstraram que essa técnica foi eficaz na diminuição da dor e na redução, por parte dos pacientes, das doses de analgésicos utilizada. Esses achados reforçam a eficácia da técnica, que se mostrou uma opção terapêutica segura e de baixo custo, gerando uma melhora na qualidade de vida dos pacientes (Ruela et al., 2018).

A utilização da auriculoterapia pode trazer benefícios significativos ao aliviar a dor e reduzir a necessidade de medicamentos analgésicos, proporcionando assim uma abordagem complementar promissora para o tratamento de pacientes com câncer (Ruela et al., 2018).

Em 2018, Vallim pode comprovar que a auriculoterapia é um método seguro e eficaz, que apresenta ausência de efeitos colaterais significativos nos pacientes que a usam, além de ser de baixo custo. Em seu estudo participaram 54 pacientes, sendo divididos em 2 grupos (controle e intervenção). A análise dos resultados sugere-se que a auriculoterapia proporcionou uma pequena melhoria na qualidade de vida do grupo de intervenção, sendo capaz de reduzir sintomas como a dor, náuseas e enjoos. No entanto, o grupo controle apresentou uma discreta piora durante o tratamento quimioterápico.

Em um estudo realizado por Yang et al. (2020), foi feita uma análise sistemática da eficácia e segurança da auriculoterapia no tratamento da dor causada pelo tratamento contra o câncer. Foram selecionados 275 estudos, incluindo nove ensaios clínicos randomizados com um total de 783 pacientes que sofriam esse tipo de dor, sendo que em 4 desses pacientes, a auriculoterapia adotada como única forma de tratamento (Yang et al., 2020).

Os resultados indicaram que a terapia medicamentosa associada a auriculoterapia apresentou vantagens significativas em relação à redução do grau da dor e a possíveis efeitos adversos. Adicionalmente, foi observado que essa técnica demonstrou ter mais eficácia no alívio da dor quando comparada com a auriculoterapia simulada. Em vista disso, os autores

concluíram que a auriculoterapia é funcional e segura no tratamento da dor causada pelo tratamento do câncer, com indicações claras de seus benefícios (Yang et al., 2020).

Um estudo de coorte investigou o uso da auriculoterapia para o controle e diminuição da dor em pacientes oncológicos. Os resultados mostraram que, antes de utilizarem a técnica da auriculoterapia, 41,67% dos pacientes utilizavam analgésicos. No entanto, após o início do tratamento com auriculoterapia, esse número diminuiu para 16,67%, indicando uma redução no uso desses medicamentos pelos pacientes (Abdoral et al., 2021)

Além disso, observou-se no estudo de Abdoral et al., (2021), que após a aplicação da auriculoterapia, 33,33% dos pacientes relataram uma redução no uso de medicamentos para dor, 50% apresentaram uma diminuição na dosagem, 33,33% experimentaram uma redução na frequência de uso e 75% afirmaram que o grau da dor diminuiu. Esses resultados indicam uma melhora na redução da dor com o uso da técnica da auriculoterapia utilizando sementes.

No estudo conduzido por Vallim et al. (2019), também se constatou que a técnica de auriculoterapia resultou em uma diminuição da dor e uma melhora na qualidade de vida dos pacientes com câncer. Além disso, no estudo realizado por Ruela et al., (2018), a auriculoterapia demonstrou eficácia na diminuição no grau de intensidade da dor em pacientes que realizam tratamentos quimioterápicos. Além disso, a auriculoterapia contribuiu para a diminuição do uso de analgésicos por parte dos participantes, proporcionando um tratamento complementar seguro, com boa eficácia e custo financeiro reduzido.

No estudo realizado por Araújo & Kerkhoff (2022), as mulheres foram divididas em dois grupos, sendo o primeiro grupo a auriculoterapia realizada semanalmente e no segundo grupo a cada 21 dias. Pode-se observar que a auriculoterapia possui um efeito terapêutico positivo, independentemente da duração do tratamento, seja por um período de 7 ou 21 dias para a manutenção dos pontos.

Em ambas as abordagens, foram observados benefícios significativos em diversos aspectos quando comparados aos próprios indivíduos antes do tratamento. Tanto no grupo de 7 dias como no de 21 dias, houve melhorias na função cognitiva, função física, qualidade do sono, alívio da constipação e aumento do prazer sexual. Além disso, a saúde emocional e as perspectivas futuras também apresentaram melhorias significativas em ambos os grupos (Araújo & Kerkhoff, 2022).

Nesse mesmo estudo, observou que a redução do estresse e da ansiedade foram os fatores mais frequentemente relatados no primeiro grupo. Cerca de 78% das mulheres mencionaram uma diminuição do estresse, enquanto 74% relataram uma redução da ansiedade. Além disso, 56% das participantes disseram ter experimentado uma diminuição nos níveis de nervosismo e irritabilidade, e 39% referiram uma melhora no humor deprimido. No segundo grupo, por sua vez, 53% das mulheres relataram uma redução do estresse, 69% mencionaram uma diminuição da ansiedade, 44% observaram uma redução no nervosismo e irritabilidade, e 34% experimentaram uma melhora no humor deprimido (Araújo & Kerkhoff, 2022).

Diversos estudos têm evidenciado uma melhora na qualidade de vida e uma redução na intensidade da dor causada pelo tratamento quimioterápicos, além de uma redução relevante no consumo de analgésicos, ao utilizarem a técnica de auriculoterapia (Yeh et al., 2014). A utilização dessa técnica também apresentou benefícios em relação à qualidade do sono, ansiedade e fadiga, resultando em uma melhora global no corpo e na mente dos pacientes estudados (Kang & Yeo, 2019).

É importante destacar que a auriculoterapia é uma técnica totalmente segura e de baixo custo para os pacientes, resultando em menos efeitos colaterais, o que é especialmente relevante para indivíduos com câncer (Dymackova et al., 2021). Devido à alta prevalência de efeitos adversos e dores não resolvidas associadas à doença, é essencial adotar uma abordagem que melhore os sintomas e minimize os eventos adversos. Isso se torna fundamental, uma vez que os pacientes enfrentam não apenas o impacto da própria doença, mas também os efeitos adversos dos tratamentos quimioterápicos (Contim et al., 2020).

Os resultados obtidos podem afirmar que a auriculoterapia é amplamente utilizada como uma medida preventiva e terapêutica em diversos países. Os pesquisadores destacam que o uso da auriculoterapia resulta em melhora dos sintomas e na qualidade de vida dos pacientes oncológicos e recomendam essa prática integrativa como uma intervenção livre de riscos e bem tolerada pelos pacientes (Contim et al., 2020).

CONCLUSÃO

Os resultados desta revisão integrativa demonstram que a auriculoterapia é benéfica para pacientes com câncer, proporcionando melhora dos sintomas relatados. Os autores recomendam essa abordagem como uma intervenção segura e bem tolerada pelos pacientes, enfatizando

que os benefícios superam os pequenos efeitos colaterais que podem surgir durante o procedimento. Portanto, a acupressão auricular pode ser recomendada como terapia complementar no tratamento do câncer, visando a melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdoral, P. R. G., *et al.* (2021). Educação em saúde no cuidado de pacientes oncológicos com o uso da auriculoterapia no manejo da dor. *REAS*, 13(8), e8569-e8569.

Araújo, J. B. & Kerkhoff, V. V. (2022). Análise da qualidade de vida em mulheres com câncer de mama em tratamento clínico oncológico submetidas a auriculoterapia. Monografia (Graduação em medicina) - Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó.

Brasil. (2015). Ministério da saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília, DF. https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf

Brasil. (2023). Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil. Instituto Nacional do Câncer - INCA. <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//estimativa-2023.pdf>

Contim, C. L. V. *et al.* (2020). Aplicabilidade da auriculoterapia em pacientes oncológicos: revisão integrativa da literatura. *Revista escola de enfermagem USP*, 54, e03609. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019001503609>.

Dymackova, R. *et al.* (2021). Effect of Acupuncture in Pain Management of Head and Neck Cancer Radiotherapy: Prospective Randomized Unicentric Study. *JOCMR*, 10(5), 1111.

Kang, M. & Yeo, H. N. (2019). Effects of Auricular Acupressure on Anxiety and Sleep among Patients Undergoing Chemotherapy for Breast Cancer. *KJHSM*, 13(3), 81-92.

Lima, C. S. A. *et al.* (2022). Auriculotherapy as an integrative practice to improve the quality of life in cancer patients. *Research, Society and Development*, 11(4), e57911427482. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i4.27482>

Lv, X. *et al.* (2015). Clinical observation of depression after breast cancer operation treated with auricular point sticking therapy. *Zhongguo zhen jiu= Chinese acupuncture & moxibustion*,35(5), 447-450.

Mendes, K. D. S. *et al.* (2019). Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 28

Niedzwiedz, C. L. *et al.* (2019). Depression and anxiety among people living with and beyond cancer: a growing clinical and research priority. *BMC cancer*, 19(1), 1-8. <https://doi.org/10.1186/s12885-019-6181-4>.

Polit D.F & Beck CT. (2019). Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 9^a ed. Porto Alegre: Artmed.

Ramos, P. C. R. *et al.* (2021). Acupuntura no controle de náuseas e vômitos em pacientes oncológicos. *Revista de Enfermagem UFPE Online*, 15, e244637. <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021.244637>.

Ruela, L. D. O. *et al.* (2018). Efetividade da acupuntura auricular no tratamento da dor oncológica: ensaio clínico randomizado. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 52.

Ruela, L. D. O. *et al.* (2017). Efetividade da auriculoterapia na dor de pessoas portadoras de câncer em tratamento quimioterápico: um ensaio clínico randomizado. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e saúde materno-infantil) - Universidade Federal de Alfenas. Alfenas.

Silva, C. P. *et al.* (2022). Benefits of auriculotherapy in the treatment of symptoms in people diagnosed with cancer: integrative review. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 10, p. e279111032743. DOI: 10.33448/rsd-v11i10.32743

Vallim E. T. A. *et al.* (2019). Auriculoterapia com Agulhas para Melhora da Qualidade de Vida em Pacientes com Câncer: Revisão Integrativa. *Rev Fund Care online*. out./dez.; 11(5):1376-1382. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i5.1376-1382>

Vallim E. T. A. (2018). Efeitos da acupressura auricular para melhoria da qualidade de vida de mulheres com câncer de mama em tratamento quimioterápico: ensaio clínico randomizado. Dissertação (Mestrado em enfermagem) - Universidade Federal do Paraná. Paraná.

Volpatto, S. J. *et al.* (2020). Análise bioquímica de pacientes com câncer de mama submetidos à auriculoterapia e/ou protocolo de exercício físico resistido. *Jornada de iniciação científica e tecnológica*, v. 1, n. 10.

Yang, Y. *et al.* (2020). The effects of auricular therapy for cancer pain: a systematic review and meta-analysis. Doi: 10.1155/2020/1618767. PMID: 32565846;

Yeh, C. H. *et al.* (2014). Efficacy of auricular therapy for pain management: a systematic review and meta-analysis. DOI: 10.1155/2014/934670.

Yeh, C. H. *et al.* (2015). Auricular point acupressure as an adjunct analgesic treatment for cancer patients: a feasibility study. *Pain Management Nursing*, 16(3),285-293.

CAPÍTULO 5

INFLUÊNCIA DA PANDEMIA COVID-19 NO ENSINO E NA SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM

Gideany Maiara Caetano

Enfermeira, Mestranda do Programa de Pós-graduação na Saúde do Adulto, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

Heberth Alves Cruz

Enfermeiro, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

Regina Celia Diogo Santos

Enfermeira, Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação na Saúde do Adulto, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

Diego Stefan Catani

Enfermeiro, Doutorando do Programa de Pós-graduação na Saúde do Adulto, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP

Vilanice Alves de Araújo Puschel

Enfermeira, Professora titular do Programa de Pós-graduação na Saúde do Adulto, Departamento de Enfermagem Médico-cirúrgica, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

Jack Roberto Silva Fhon

Enfermeiro, Professor doutor do Programa de Pós-graduação na Saúde do Adulto, Departamento de Enfermagem Médico-cirúrgica, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

RESUMO

Objetivo: analisar a influência da pandemia COVID-19 no ensino não presencial e na saúde mental de estudantes de enfermagem de uma instituição pública. *Método:* Pesquisa transversal e analítica de abordagem quantitativa, com 62 alunos de todos os semestres do curso de graduação em enfermagem. A coleta das informações foi realizada através dos seguintes instrumentos: Perfil sociodemográfico, Características no ensino, Inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp, Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE) e Inventário de depressão de Beck. A análise descritiva de variáveis categóricas inclui tabelas de frequência absolutas e relativas e das variáveis quantitativas, medidas de tendência central e de variabilidade. A parte analítica foi realizada por meio da regressão binária e linear tendo a significância de $p < 0,05$. *Resultados:* 82,3% eram do sexo feminino, idade média de 23,3 anos, 95,2% sem parceiro, 96,8% sem filhos, 66,1% moram com os pais e 51,6% recebiam apoio financeiro. Identificou-se algum nível de estresse (93,5%), ansiedade e

sintomas depressivos (18,2 pontos) ocasionado pela pandemia. Na análise de regressão se identificou que o estresse foi associado com falta de motivação, e que IDATE estado associou-se com idade e falta de motivação, o IDATE traço foi associado com a idade e por alguma doença do estudante. Ademais, a depressão foi associada com alguma doença do estudante e ter distrações ou responsabilidades em casa. *Conclusão:* Os efeitos da pandemia e medidas de contingenciamento, como o distanciamento social e a suspensão de atividades presenciais de ensino, podem desencadear maior desconforto emocional e aumento do risco de doenças psicológicas e psiquiátricas, e gerar sintomas como estresse, ansiedade e depressão.

Palavras-chave: Estudantes de Enfermagem; Ensino; Saúde mental; Pandemias; Universidades.

INTRODUÇÃO

A pandemia COVID-19 tem afetado a educação de crianças, jovens e adultos em todo o mundo (UNESCO, 2021a). Os estudantes foram afetados pelo fechamento de instituições de ensino para conter a propagação do vírus SARS-CoV-2 por meio do isolamento e distanciamento social, além disso, houve alterações na forma de aprendizagem, formação de novos profissionais que impactou na saúde física, mental e bem-estar dos estudantes (UNESCO, 2021b).

As universidades públicas e privadas, departamentos acadêmicos e cursos universitários precisaram se adequar ao ensino remoto, com a finalidade de reduzir danos na formação dos estudantes e garantir a manutenção da educação superior de qualidade e segura (GUSSO et al., 2020) com a instalação imediata das atividades a distância com pouco conhecimento do corpo docente e administrativo (SILVA et al., 2021).

As universidades capacitaram a equipe administrativa, professores e alunos para realizar os diferentes cursos via *on-line* e dar continuidade ao ano acadêmico. Essas modificações exigiram que professores e alunos dominassem o uso de sistemas de gerenciamento de aprendizagem tais como *Moodle*, *Blackboard*, *Brightspace*, *Google Education* entre outros, ademais de produtos de *software* de comunicação de ensino à distância tais como *Zoom*, *Google Meet*, *Skype* e *Teams*, entre outros (CHAMPAGNE, GRANJA, 2021).

Além disso, foram realizados ajustes nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos dos cursos e no gerenciamento departamental, a fim de lidar com a emergência sanitária (GUSSO et al., 2020). Essas modificações, no entanto, tiveram impacto no ensino e na educação superior na área da saúde.

Um estudo realizado na Croácia com 2.520 estudantes de área de ciências da saúde, identificou-se que a satisfação geral com essa modalidade de estudo foi avaliada com nota média de 3,7 de 5. Em comparação com a aprendizagem em sala de aula, a motivação foi igual ou superior para

frequentar aulas exclusivas a distância, sendo relatado satisfatório por 64,4%. Com relação à duração das aulas exclusivas neste formato, a motivação foi igual ou superior em 65,5% dos participantes. Menos da metade dos alunos disseram se sentir preocupados com a falta das aulas de laboratório e das aulas práticas (PULJAK et al., 2020).

Além das modificações no próprio ensino, o isolamento social exigiu que as atividades dos estudantes fossem reduzidas e/ou suspensas por tempo indeterminado. Essas incertezas e a sobrecarga de atividades extracurriculares por estarem mais tempo em casa, podem ter afetado a saúde mental dos estudantes. Estudo da Tailândia realizado com 416 estudantes universitários e constatou que a maioria dos alunos apresentaram alto nível de estresse, alto quociente de adversidade e adequado comportamento de saúde sendo que o quociente de adversidade e estresse foram preditores de comportamentos negativos de saúde física e mental (SUKSATAN et al., 2021).

No Brasil, um estudo com estudantes e docentes de enfermagem sobre as aulas remotas durante a pandemia identificou que este período ocasionou desafios no campo educacional e, devido a necessidade de isolamento e distanciamento social, o uso das tecnologias digitais foi necessário para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. O formato das aulas remotas contribuiu para a formação dos estudantes na autonomia, criatividade e no desenvolvimento de habilidades, mas houve dificuldades no uso do recurso virtual, com a internet intermitente, na demanda maior de tempo e dependência da tecnologia (SILVA et al., 2021).

Considerando as dificuldades e limitações da retomada das atividades presenciais e a importância das aulas práticas tanto em laboratório de habilidades como estágio em instituições de saúde, devem ser investigados o impacto do ensino remoto em cursos de enfermagem, onde a prática é indispensável e a teoria e a prática são complementares. O objetivo deste estudo foi analisar a influência da pandemia COVID-19 no ensino não presencial e na saúde mental de estudantes de enfermagem de uma instituição pública.

MÉTODO

Pesquisa transversal e analítica de abordagem quantitativa, realizada em uma escola de enfermagem de uma universidade pública. A coleta de dados para este estudo foi realizada entre os meses de abril e agosto de 2022 com 62 alunos de todos os semestres do curso de graduação em enfermagem.

A amostra foi não probabilística e por conveniência sendo que os critérios de inclusão foram: alunos matriculados no ano de 2020 e 2021, quando foi decretada a pandemia de COVID-19, e ter acesso a internet. Os critérios de exclusão foram: alunos que tiveram licença médica ou que trancaram matrícula durante os anos de 2020 e 2021.

A coleta de dados foi realizada por meio da *web-based survey*, inicialmente foi encaminhada uma carta convite para os alunos via *e-mail* institucional com o link do *Google Forms* e que tinha um tempo de demora de preenchimento das informações de aproximadamente 15 minutos. A coleta das informações foi realizada através dos seguintes instrumentos:

Perfil sociodemográfico: elaborado para coleta de informações como gênero, idade (em anos), estado civil, se tem filhos, número de filhos, com quem mora, escolaridade (em anos), ano da graduação, se é bolsista e renda mensal (em reais).

Características no ensino: criado um instrumento derivado de pesquisas que avaliaram o ensino remoto durante a pandemia em que se pergunta sobre as características do ensino como as metodologias utilizadas, acessibilidade e dificuldades enfrentadas.

Inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL): fornece uma medida objetiva da sintomatologia do estresse em jovens acima de 15 anos e adultos. Sua aplicação leva aproximadamente 10 minutos e pode ser realizada individualmente. O instrumento é formado por três quadros referentes às fases do estresse.

O primeiro quadro (Q1), composto de 15 itens referente a sintomas físicos ou psicológicos que a pessoa tenha experimentado nas últimas 24 horas.

O segundo quadro (Q2), composto de 10 sintomas físicos e 05 psicológicos, está relacionado aos sintomas experimentados na última semana.

E o terceiro quadro (Q3), composto de 12 sintomas físicos e 11 psicológicos, refere-se a sintomas experimentados no último mês.

No total, o ISSL apresenta 37 itens de natureza somática e 19 psicológicas, sendo os sintomas muitas vezes repetidos, diferindo somente em sua intensidade e seriedade. A presença de estresse pode ser constatada se qualquer dos escores brutos atingir os limites determinados (maior que 6 no Q1, maior que 3 no Q2, maior que 8 no Q3). (LIPP, 1994).

Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE): validado para o Brasil, compreende duas escalas para mensurar a ansiedade-traço (IDATE-T) e a ansiedade-estado (IDATE-E). Cada escala é constituída por 20 afirmações, do tipo Likert, com escores variando de 1 (absolutamente não) a 4 (muitíssimo) para o IDATE-E, e 1 (quase nunca) a 4 (quase sempre) para o IDATE-T. O escore total de cada escala varia de 20 a 80. Os valores mais altos indicam maiores níveis de ansiedade (SPIELBERGER, GORSUCH, LUSHENE, 2003).

Inventário de depressão de Beck: Criada pela *American Psychiatric Association* (1994) e validada para o português (GORENSTEIN, ANDRADE, 1998, APA, 1995), é utilizada mundialmente para detectar sintomas depressivos. O instrumento consiste em 21 afirmações, 4 delas são referentes à intensidade das manifestações da depressão, e são representadas com a pontuação de 0 a 3.

A soma do valor obtido nos 21 itens permite classificar o resultado em sem depressão (0 a 10 pontos), depressão leve a moderada (11 a 18), depressão moderada a grave (19 a 29) e depressão grave (30 a 63).

A análise foi realizada no *software Statistical Package for the Social Science* v. 25 (SPSS). A análise descritiva de variáveis categóricas inclui tabelas de frequência absolutas e relativas e das variáveis quantitativas, medidas de tendência central (média e mediana) e de variabilidade (amplitudes e desvio padrão). A parte analítica foi realizada por meio da regressão binária e linear tendo a significância de $p < 0,05$.

O estudo foi aprovado pela comissão da graduação e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Ao acessarem o link, os estudantes foram direcionados para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) digital, onde puderam ler e aceitar ou não de participar do estudo sendo registrada a resposta de forma automática.

RESULTADOS

Identificou-se que dos 62 participantes, 82,3% eram do sexo feminino, idade média de 23,3 anos, 95,2% sem parceiro, 96,8% sem filhos, 66,1% moram com os pais e 51,6% recebiam apoio financeiro por meio das bolsas oferecidas pela universidade e agências de financiamento (Tabela 1).

Tabela 1 – Perfil demográfico do estudante de enfermagem de uma universidade pública, São Paulo, 2022

Variável	Categoria	N (%)	Média (=DP) Min - Max
Gênero	Feminino	51 (82,3)	
	Masculino	11 (17,7)	
Idade			23,3 (4,7) 18 - 47
Estado civil	Sem parceiro	59 (95,2)	
	Com parceiro	3 (4,8)	
Tem filhos	Não	60 (96,8)	
	Sim	2 (3,2)	
Número de filhos			0,1 (0,8) 0 - 6
Com quem mora	Pais	41 (66,1)	
	Amigos	7 (11,3)	
	Sozinho	6 (9,7)	
	Moradia USP	4 (6,5)	
	Namorado / esposo	4 (6,5)	
Escolaridade			15,2 (3,1) 11 - 30
Ano da graduação	Segundo	23 (37,1)	
	Terceiro	13 (21,0)	
	Quarto	26 (41,9)	
Bolsista	Sim	32 (51,6)	
	Não	30 (48,4)	
Renda			1.730,81 (2.192,76) 0 – 10.000

Os estudantes referiram que as metodologias de ensino utilizadas durante a pandemia como aulas síncronas (33,9%), videoaula (35,5%), leitura grupal (30,6%), leitura dirigida (32,3%), fórum de discussão (30,6%),

dinâmica de grupo (32,3%), debate (27,4%) e aprendizagem baseado em problemas (32,3%) foram regulares. Já as aulas assíncronas (40,3%), trabalho individual (48,4%), trabalho grupal (37,1%) e seminários (27,4%) foram bons, e o uso de exercícios (38,7%), estudo de caso (33,9%) e discussão grupal (30,6%) foram ótimos.

Sobre a acessibilidade às atividades virtuais, os estudantes referiram que a interação com o docente (43,5%), aprendizagem (40,3%), qualidade de ensino (51,6%), material de ensino postado na plataforma (53,2%) e plataforma utilizada (37,1%) foram bons.

Dentre as dificuldades que os estudantes de enfermagem apresentaram durante a pandemia destaca-se a mudança de casa (75,8%), mudança de cidade (71,0%), doença do próprio estudante (41,9%), doença do familiar e acesso a biblioteca (32,3%), respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – Dificuldades apresentadas pelos estudantes de enfermagem durante a pandemia de uma universidade pública, São Paulo, 2022

Dificuldades no estudo	Nunca N (%)	Algumas vezes N (%)	Frequentemente N (%)	Sempre N (%)
Estar fora do ambiente institucional	20 (32,3)	21 (33,9)	15 (24,2)	6 (9,7)
Falta de local para estudar em casa	15 (24,2)	10 (16,1)	21 (33,9)	16 (25,8)
Distrações ou responsabilidade em casa	22 (35,5)	26 (41,9)	13 (21,0)	1 (1,6)
Mudança de casa	3 (4,8)	2 (3,2)	10 (16,1)	47 (75,8)
Mudança de cidade ou volta pra casa dos pais devido a pandemia	6 (9,7)	6 (9,7)	6 (9,7)	44 (71,0)
Problemas com a internet	20 (32,3)	7 (11,3)	22 (53,2)	2 (3,2)
Acesso a biblioteca	12 (19,4)	16 (25,8)	14 (22,6)	20 (32,3)
Falta de motivação	20 (32,3)	27 (43,5)	13 (21,0)	2 (3,2)
Problemas financeiros	15 (24,2)	9 (14,5)	25 (40,3)	13 (21,0)
Medo de contaminação pela COVID-19	21 (33,9)	16 (25,8)	17 (27,4)	8 (12,9)
Doença do estudante	7 (11,3)	9 (14,5)	20 (32,3)	26 (41,9)
Doença de algum familiar	11 (17,7)	9 (14,5)	22 (35,5)	20 (32,3)

Identificou-se que os estudantes de enfermagem apresentaram algum nível de estresse (93,5%), ansiedade e sintomas depressivos (18,2 pontos) ocasionado pela pandemia e as dificuldades para estudar (Tabela 3)

Tabela 3 – Identificação de estresse, ansiedade e sintomas depressivos em estudantes de enfermagem durante a pandemia de uma universidade pública, São Paulo, 2022

Variáveis	Média (=DP)	N (%)
Com estresse		58 (93,5)
Sem estresse		4 (6,5)
Alerta	5,7 (2,4)	26 (41,9)
Resistência / quase exaustão	7,7 (2,9)	57 (91,9)
Exaustão	8,7 (4,2)	33 (53,2)
Ansiedade		
IDATE-estado	43,4 (6,3)	
IDATE-traço	47,2 (8,4)	
Sintomas depressivos	18,2 (10,2)	

Na análise de regressão se identificou que o Q1 do estresse, que identifica sintomas físicos e psicológicos nas últimas 24 horas, foi associado com falta de motivação dos estudantes durante a pandemia de Covid-19. O Q2, que identifica sintomas físicos e psicológicos na última semana e o Q3, que identifica sintomas físicos e psicológicos no último mês, não tiveram associações com as variáveis de estudo (Tabela 4).

Tabela 4 – Associação entre variáveis sociodemográficas e dificuldades no estudo com estresse em estudantes de enfermagem durante a pandemia, São Paulo, 2022

Variáveis	Quadro 1		
	B	p-valor	IC95%
Gênero	0,13	0,89	0,16-8,19
Idade	0,02	0,80	0,86-1,20
Bolsista	0,77	0,34	0,43-10,85
Renda	0,00	0,63	1,00-1,00
Com quem mora	-4,43	0,29	0,28-1,46
Estar fora do ambiente institucional	0,08	0,91	0,22-5,20
Falta de local para estudar em casa	0,23	0,78	0,24-6,52
Distrações ou responsabilidade em casa	1,00	0,19	0,59-12,44
Mudança de casa	3,32	0,09	0,58-13,30
Mudança de cidade ou volta pra casa dos pais	-0,75	0,63	0,02-10,24
Problemas com a internet	-1,83	0,07	0,02-1,23
Acesso a biblioteca	0,15	0,88	0,16-8,41
Falta de motivação	-2,38	0,01	0,01-0,64
Problemas financeiros	1,63	0,09	0,77-34,27
Medo de contaminação pela COVID-19	1,26	0,09	0,81-15,44
Doença do estudante	-0,25	0,82	0,08-7,02
Doença de algum familiar	1,27	0,16	0,58-21,75

Na análise de regressão linear identificou-se que IDATE estado associou-se com idade e falta de motivação. O IDATE traço foi associado com a idade e por alguma doença do estudante. Ademais, a depressão foi associada com alguma doença do estudante e ter distrações ou responsabilidades em casa (Tabela 5).

Tabela 5 – Associação entre variáveis sociodemográficas e dificuldades no estudo com ansiedade e depressão em estudantes de enfermagem durante a pandemia, São Paulo, 2022

Variáveis	IDATE Estado			IDATE Traço			Depressão		
	B	p-valor	95% IC	B	p-valor	95% IC	B	p-valor	95% IC
Idade	-0,51	<0,001	-0,81 - -0,20	-0,60	0,005	-1,02 - -0,192			
Falta de motivação	-2,05	0,02	-3,84 - -0,27						
Por alguma doença do estudante				-2,00	0,04	-3,39 - -0,05	-2,64	0,02	-4,97 - -0,31
Distrações ou responsabilidades em casa							-4,95	0,002	-7,93 - -1,96

Variáveis que saíram do modelo: Gênero, bolsista, renda, com quem mora, estar fora do ambiente institucional, falta de local para estudar em casa, mudança de casa, mudança de cidade ou volta para casa dos pais devido à pandemia, acesso à biblioteca, falta de motivação, problemas financeiros,

medo de contaminação pela COVID-19, e por alguma doença de algum familiar.

DISCUSSÃO

No estudo foi identificado que variáveis sociodemográficas e de dificuldades para o estudo estavam associadas ao estresse, ansiedade e depressão nos estudantes de enfermagem durante a pandemia. Ademais, a maioria apresentava estresse no nível de resistência/quase exaustão, sintomas de ansiedade e estresse pela vivência da pandemia e as dificuldades que enfrentaram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

O fechamento de escolas e universidades foi uma das medidas amplamente utilizadas para reduzir a propagação do vírus na comunidade, rompendo assim com importantes cadeias de transmissão (SILVA, ROSA, 2021). A situação da pandemia da Covid-19, o distanciamento social e o ensino no formato remoto, influenciaram significativamente os níveis de estresse e ansiedade entre os estudantes pesquisados. Do ponto de vista discente, os impactos econômicos vivenciados, efeitos pandêmicos na vida diária e atrasos acadêmicos podem constituir-se como potencializadores dos efeitos psicológicos (CAO et al., 2020).

Mediante aos avanços tecnológicos testemunhados pelo mundo inteiro e uma certa urgência em continuar a vida cotidiana depois de um cenário de longos meses estagnados, a população, percebendo sua necessidade, veio a se familiarizar com as ferramentas tecnológicas oferecidas. Em todos os segmentos da vida como lazer, trabalho e principalmente os estudos, a tecnologia trouxe a sala de aula para dentro dos lares. Devido a essa nova conduta, o processo de adaptação do meio físico para o virtual no âmbito acadêmico ocorreu de modo acelerado, surpreendendo alunos e professores, que precisaram adaptar suas estratégias a um novo formato. Condizente a isso, o impacto do ensino a essa modificação técnica acabou afetando a saúde mental dos estudantes, gerando um potencial alerta sobre o aprendizado (TEIXEIRA et al., 2021).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o impacto da pandemia da Covid-19 na saúde mental das pessoas é extremamente preocupante. O isolamento social, o medo de contágio e a perda de membros da família foram agravados pelo sofrimento causado pela perda de renda e o desemprego. Durante a pandemia, na China, os profissionais de saúde relataram altas taxas de depressão (50%), ansiedade (45%) e insônia (34%) e, no Canadá, 47% dos profissionais de saúde relataram a necessidade de suporte psicológico (ONU, 2020).

Identificou-se que os estudantes de enfermagem com menos idade apresentaram menos sinais de ansiedade. Um estudo multicêntrico e de métodos mistos de três universidades espanholas que incluiu 305 estudantes

no final da graduação em Enfermagem mostrou que 92,13% desses estudantes estavam preocupados com seu futuro emprego e a análise aprofundada das entrevistas identificou a incerteza de encontrar um emprego como enfermeiro e as precárias condições de emprego previstas, ou seja, falta de estabilidade resultante de contratos temporários diários ou semanais, caso conseguissem encontrar trabalho (ACEA-LÓPEZ et al. 2022).

Ademais, identificou-se associação entre a falta de motivação com o estresse nos estudantes de enfermagem. Um estudo realizado em uma universidade na Turquia, com 321 estudantes de enfermagem constatou que houve uma correlação positiva significativa entre a média do escore de estresse da prática e as médias dos escores de motivação intrínseca e extrínseca, concluindo que embora o estresse intenso afete negativamente a saúde, a produtividade no trabalho e a qualidade de vida dos indivíduos, um estresse leve a moderado, que não perturba o indivíduo, afeta positivamente a motivação do indivíduo (KARABULUT, GURKAYIR, YILDIZ, 2021).

Conforme os resultados apresentados, os estudantes sentiram ansiedade relacionado com sofrer de alguma doença. Diante deste cenário é inegável que, além das preocupações com a própria saúde, os estudantes tiveram que lidar com a ruptura da rotina pessoal e com incertezas relacionadas à continuidade do percurso acadêmico. Em suma, essa emergência de saúde gerou medo e pode desencadear maior desconforto emocional e consequências psicológicas, que vão desde respostas de angústia, como ansiedade, depressão, e abuso de substâncias, até mudanças comportamentais, como dificuldade para dormir e alterações alimentares (SILVA, ROSA, 2021).

Além disso, identificou-se que as distrações ou ter responsabilidades em casa podem levar os estudantes a apresentar depressão durante a pandemia. As distrações e responsabilidades com os afazeres domésticos acometeu mais da metade da população neste cenário pandêmico, onde tiveram que se isolar em famílias ou comunidades para diminuir a curva de transmissão. Por conta disso, os estudantes tiveram dificuldades na absorção de conhecimentos e integração ao meio acadêmico (TEIXEIRA et al., 2022).

Além do medo de adoecer pela Covid-19, o fechamento de escolas e universidades gerou despesas adicionais para muitas famílias, com a aquisição/adequação de equipamentos/instalações para o aprendizado nos ambientes residenciais. As questões econômicas, sociais e de saúde potencializaram a carga psicológica, principalmente entre pessoas de baixa renda (HUNG, et al., 2021).

As alterações na saúde mental nos estudantes podem ter impactado no progresso acadêmico, assim como evidenciado em estudo realizado em uma comunidade acadêmica espanhola, cuja prevalência de estresse em estágios moderado e severo foi de 28,14% após duas semanas de confinamento (ODRIOZOLA-GONZÁLEZ, et al., 2020).

Na comunidade acadêmica, as mudanças de rotina impostas pelo ensino remoto, as demandas pedagógicas e a dualidade entre vida pessoal,

profissional e acadêmica exercem efeito na saúde psicológica dos estudantes (PEDROLO et al.,2021). Embora o foco deste estudo não tenha sido avaliar a variação do nível de estresse em decorrência da pandemia, resultados apontam que mais de 90% dos entrevistados têm apresentado algum tipo de sintoma.

O estudo apresenta limitações, a primeira é a não inferência dos resultados para todos os alunos da instituição estudada e a segunda o pequeno tamanho da amostra. Nesse sentido, os dados devem ser interpretados com cautela. Ademais, é preciso indicar que os achados mostram resultados relevantes do sofrimento do estudante de enfermagem durante a pandemia.

CONCLUSÃO

O presente estudo aponta que o período de pandemia impulsionou consideráveis níveis de estresse, ansiedade e depressão nos estudantes do curso de enfermagem e que esteve associado com algumas variáveis sociodemográficas e de dificuldade para estudar.

Com base nos achados, conclui-se que os efeitos da pandemia e medidas de contingenciamento, como o distanciamento social e a suspensão de atividades presenciais de ensino, podem desencadear maior desconforto emocional e aumento do risco de doenças psicológicas e psiquiátricas, e gerar sintomas como estresse, ansiedade e depressão.

Estes sintomas, por sua vez, contribuem para o aparecimento de prejuízos cognitivos que conseqüentemente afetam o desenvolvimento da aprendizagem o que pode afetar negativamente o desempenho acadêmico do estudante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEA-LOPEZ, L. et al. Job expectations and intolerance to uncertainty of nursing students: Results from a multicentre, mixed-methods study in Spain. *Nurse Education in Practice*, n. 62, p. 103337, 2022.

American Psychiatric Association (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-IV. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CAO, W. et al. (2020). The psychological impact of the COVID-19 epidemic on college students in China. *Psychiatry Research*, v. 287, p. 112934. DOI: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32229390/>.

CHAMPAGNE, E.; GRANJA, A. D. How the COVID-19 pandemic may have changed university teaching and testing for good. 2021. Disponível em:

<<https://theconversation.com/how-the-covid-19-pandemic-may-have-changed-university-teaching-and-testing-for-good-158342>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

CHAVES, U. S. B. et al. Repercussões do ensino a distância no processo de formação em enfermagem na pandemia da COVID-19. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 5, p. e27510514702, 2021.

GUSSO, H. L. et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. *Educ Soc*, v. 41, p. e238957, 2020.

HUNG, M. S. Y. et al. The Psychological and Quality of Life Impacts on Women in Hong Kong during the COVID-19 Pandemic. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 13, p. 6734, 2021. DOI: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/13/6734/htm>.

KARABULUT, F.; GURCAYIR, D.; YILDIZ, B. Z. Effect of Stress on Academic Motivation and Achievement of Students in Nursing Education. *International Journal of Caring Sciences*, v. 14, n. 1, p. 370-384, 2021.

LIPP, M. E. N.; GUEVARA, A. J. H. Validação empírica do Inventário de Sintomas de Stress. *Estudos de Psicologia*, v. 11, n. 3, p. 43-49, 1994.

ODRIOZOLA-GONZÁLEZ, P. et al. Psychological effects of the COVID-19 outbreak and lockdown among students and workers of a Spanish university. *Psychiatry Research*, v. 290, p. e113108. DOI: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165178120313147>.

PEDROLO, E. et al. Stress and Quality of Life in the educational context during the COVID-19 pandemic. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 15, p. e89101522719, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.22719. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22719>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PULJAK, L. et al. Attitudes and concerns of undergraduate university health sciences students in Croatia regarding complete switch to e-learning during COVID-19 pandemic: a survey. *BMC Medical Education*, v. 20, p. 416, 2020. DOI: 10.1186/s12909-020-02343-7.

SILVA, C. M. et al. Pandemia da COVID-19, ensino emergencial a distância e Nursing Now: desafios à formação em enfermagem. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 42, n. especial, 2021.

SILVA, F. O. et al. Experiência em aulas remotas no contexto da pandemia da COVID-19. Revista Enfermagem UFPE Online, v. 15, p. e247581, 2021.

SILVA, S. M.; ROSA, A. R. (2021). O impacto da COVID-19 na saúde mental dos estudantes e o papel das instituições de ensino como fator de promoção e proteção. Revista Práxis, v. 2, p. 189–206. DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.2446>.

SPIELBERGER, C. D.; GORSUCH, R. L.; LUSHENE, R. E. Inventário de Ansiedade Traço-Estado. 2ª ed. Rio de Janeiro: CEPA, 2003.

SUKSATAN, W. et al. Predictors of health behaviors among undergraduate students during the COVID-19 pandemic: A cross-sectional predictive study. Journal of Multidisciplinary Healthcare, v. 14, p. 727-734, 2021. DOI: 10.2147/JMDH.S306718.

TEIXEIRA, L. A. C. et al. Saúde mental dos estudantes de Medicina do Brasil durante a pandemia da coronavirus disease 2019. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 70, n. 1, p. 21-29, 2021. DOI: 10.1590/0047-2085000000315.

UNESCO. Building resilient education systems in the COVID-19 era. 2021b. Disponível em: <<https://en.unesco.org/news/building-resilient-education-systems-covid-19-era>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

UNESCO. COVID-19 Educational disruption and response. 2021a. Disponível em: <<http://www.iiep.unesco.org/en/covid-19-educational-disruption-and-response-13363>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

AGRADECIMENTO:

"O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Unificado de Bolsas (PUB), Universidade de São Paulo e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001."

CAPÍTULO 6

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DESAFIOS DE ENSINAR MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Idinéia da Silva Justino

Professora. Doutora em Educação.
Mestra em Matemática pelo PROFMAT.
Especialista em Educação Matemática,
Especialista em Educação Especial Inclusiva.
Professora efetiva da Rede Municipal de Nova Alvorada do Sul- MS.

RESUMO

A pesquisa busca proporcionar reflexões na estrutura das escolas públicas brasileiras, as condições para a oferta do atendimento que estabelecem o compromisso da gestão pública com a organização e oferta centrada nas necessidades educacionais específicas de estudantes de educação especial, cada vez mais presentes na rede de ensino municipal e estadual. No entanto, faltam subsídios e uma preparação adequada para os docentes de matemática no ensino fundamental II que atuam nas diversas áreas de conhecimentos e que, em sua maioria, não se sentem preparados metodologicamente para receberem os alunos com necessidades especiais em suas turmas. É necessário redefinir-se os conceitos sobre a educação inclusiva, não apenas, acolhendo os alunos com necessidades especiais no contexto escolar, mas oferecendo-lhes condições adequadas para o desenvolvimento da aprendizagem da matemática de forma significativa. Embora, no atual cenário educacional haja toda a legislação pertinente a educação especial, mas encontra-se ainda, barreiras que impedem que se efetive as aplicações dessas leis. Entre os problemas enfrentados, verifica-se ainda, um grande despreparo por parte dos educadores e por parte dos alunos, que se inserem em uma sala de aula muitas vezes desestruturada e com muita indisciplina, falta de material didático adequado. O método de ensino inclusivo deve fundamentalmente ser capaz de garantir oportunidades para que esse aluno participe de toda dinâmica das atividades na sala de aula, e que as metodologias sejam de qualidade curricular, que possa identificar as barreiras de aprendizagem e que se comprometa em removê-las, com a finalidade básica de que cada aluno seja contemplado e essencialmente respeitado em seu processo de aprendizagem na disciplina de matemática.

Palavras-Chave: Ensino inclusivo; Matemática; Desafios da educação.

INTRODUÇÃO

Para tratar a inclusão de alunos com necessidades especiais na educação regular brasileira é fundamental que haja cada vez mais a efetivação das políticas públicas nessa área, devido ser um dos temas mais discutidos nessa área nas últimas décadas. Este tema, vem no contexto educacional sendo abordado em amplos debates, em congressos e algumas pesquisas científicas. No atual contexto está inserida em uma proposta de intervenção fomentada por legislações em vigor no país, em nível federal, quanto estadual e municipal. (LEONEL, 2014)

Destaca-se que a Educação inclusiva está inserida no contexto brasileiro em níveis diferenciados de educação escolar: educação básica regular desde a educação infantil até o ensino médio e até mesmo, educação superior. (GUGEL, 2007)

Como questão problema verifica-se que os alunos da Educação Especial possuem necessidades individualizadas e diferenciadas dos demais alunos do ensino fundamental II na disciplina de matemática.

Portanto, é necessário que docentes de matemática utilizem práticas pedagógicas inclusivas e métodos de aprendizagens específicas para esses alunos?

Para que a inclusão de fato aconteça é necessária uma reestruturação das metodologias e didáticas na disciplina de matemática no ensino fundamental II, pois a educação inclusiva é desafiante, para os professores e alunos, onde eles devem continuamente promover diálogos e fomentar o respeito às diferenças. (LEONEL, 2014)

O objeto dessa pesquisa é descrever a educação inclusiva e os desafios de ensinar matemática no Ensino Fundamental II.

HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INCLUSÃO

A inclusão no contexto brasileiro veio sendo inserida na educação desde o Império, percorreu um longo caminho até o momento, para obter todo o respaldo que tem na Legislação atualmente.

Para tanto, é preciso considerar as limitações de cada indivíduo enquanto ser humano. A escola, assim como a família, deve buscar recursos que possibilitem desde os primeiros anos de vida a participação das crianças com necessidades educacionais especiais no meio em que estão inseridas garantindo não só seu acesso e permanência na rede regular de ensino, como também qualidade no ensino oferecido, infraestrutura e pessoal capacitado buscando alternativas que assegurem uma educação de qualidade para todos. (PIRES, 2006)

Desta forma, os docentes desenvolvem uma concepção de que tais alunos pouco aprendem ou nada aprendem na escola comum. Desenvolvem uma expectativa baixa em relação às possibilidades do aluno com deficiência em aprender. O docente desenvolve um sentimento e uma representação

social de que este aluno é de um outro lugar e de uma outra equipe educacional, que não o da escola regular e nem de sua competência pedagógica. (SEABRA JUNIOR, 2006)

Verifica-se nesse cenário que o maior desafio está nas salas de aula onde o processo ensino-aprendizagem ocorre de forma sistemática e programada. A grande questão parece ser: como planejar e desenvolver práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas, de modo a atender a todos e a cada um, valorizando o trabalho na diversidade, entendida como um recurso e não como obstáculo?

O que nos falta para desenvolver práticas pedagógicas com direção inclusiva? Essas questões precisam ser objeto de nossas reflexões, a começar pela problematização de alguns aspectos que vão desde a arrumação da sala de aula, até o desenvolvimento da aprendizagem cooperativa, com ênfase para a cultura do pensar. Desta forma, há a necessidade de investir como ocorrem essas práticas pedagógicas em sala de aula levando em consideração a diversidade de alunos, voltando também o olhar para o aspecto legal.

O AVANÇO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Ainda no Segundo Império, foi implantado em Salvador o Hospital Estadual de Salvador, 1874 (atual Hospital Juliano Moreira). “Poderia tratar-se de assistência médica a crianças deficientes mentais e não propriamente atendimento educacional, ou, ainda, atendimento médico-pedagógico”. É neste pensamento liberal onde a crença no “progresso natural” da sociedade com parte do “progresso natural e necessário de todo o universo” que nasce estas instituições. (PIRES, 2006)

São inúmeros os relatos dos problemas com as pessoas que apresentavam alguma forma de deficiência física ou mental, e foi só na Idade Contemporânea, a partir de políticas implementadas que teve início as conquistas de direitos das pessoas com deficiência. Assim, no decorrer da história, os países começaram a se preocupar com a reabilitação das pessoas com deficiência, enquanto o Brasil não possuía o interesse de garantir nenhum tipo de atendimento especializado para essas pessoas. Com o passar do tempo, preocupados com a educação de pessoas com deficiência em decorrência dos movimentos, no Brasil se dá o princípio da educação especial em 1854 e 1857, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos atualmente: Instituto Benjamin Constant e o Imperial Instituto de Surdos-mudos (SOUZA, 2014).

Ainda no Segundo Império, foi implantado em Salvador o Hospital Estadual de Salvador, 1874 (atual Hospital Juliano Moreira) que segundo Mazzota (1996, pg.30) “Poderia tratar-se de assistência médica a crianças deficientes mentais e não propriamente atendimento educacional, ou, ainda atendimento médico-pedagógico”.

A sociedade começa a se mostrar mais interessada pelos portadores de deficiência no começo do século XX, onde aparecem trabalhos científicos sobre a educação de deficientes mentais como a Educação e tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas, do doutor Carlos Eiras e outros. (PIRES, 2006, p. 112)

No contexto atual, os termos integração e inclusão estão sendo amplamente difundidas por toda a sociedade, especialmente também, na área educacional. A disseminação dessas conceituações iniciou na década de 1950, sendo que nesse período houve uma preocupação em efetivar a igualdade de direitos e acesso à educação entre todas as pessoas. (LIMA, 2017).

Januzzi (2006) descreve que nesse novo cenário foram desenvolvidos e efetivadas políticas educativas, através do compromisso em apresentar aprendizagens inovadoras, que pudessem atender as necessidades especiais dessas pessoas. Embora, haja legislação específica amparando esses alunos, o trajeto percorrido foi árduo e passou por várias etapas.

Na década de 1950 todas as ideias voltadas à igualdade estavam embasadas no princípio da normalização, devido esse modelo realizar uma crítica aos modelos tradicionais do período, os quais destacavam a segregação, ou seja, buscavam proporcionar às pessoas com necessidades especiais o mesmo padrão de acesso que as pessoas “normais” tinham na sociedade. (SEABRA JUNIOR, 2006).

No cenário brasileiro, a LDB 1996, expõe sobre os deficientes:

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) promulgada em 1996 amplia o atendimento ao deficiente na própria rede pública de ensino e promove a participação da sociedade em relação ao atendimento da educação especial. A LDB de 1996 parece ser a grande aliada do deficiente para que participe da vida escolar e da sociedade como cidadão e supere as barreiras da exclusão. (LDB, 1996)

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR NA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

O ensino da Matemática no decorrer dos anos foi sofrendo diversas modificações, como também ocorreu no contexto brasileiro com todo o ensino regular e suas metodologias didáticas de ensino-aprendizagem. Dessa forma há muitas possibilidades e até mesmo desafios vêm surgindo com as novas propostas, normas e formas de pensar e reagir ao processo educativo atualmente. Entre as temáticas que vêm se destacando e servindo de campo prático para os docentes está o processo inclusivo nas salas de aula de discentes com alguma deficiência, sendo esta perspectiva de novas descobertas para o novo professor como também, para aquele que já se encontra lecionando, mas ainda não teve oportunidade de trabalhar tal aspecto educacional. (CARVALHO, 2021)

Na Matemática e em outras ciências, esse tema vem sendo alvo de debates, com o objetivo de tornar o ensino dessas disciplinas mais inclusivo; por conseguinte, a partir de tal ação, se busca também tornar a nossa sociedade mais inclusiva para pessoas com deficiência, desenvolvendo sua autonomia, sua criticidade e sua reflexão e possibilitando a esse aluno uma aprendizagem real dos conteúdos, buscando seu desenvolvimento global. (CARVALHO, 2021)

Muitos docentes ainda não estão devidamente preparados para atuar em sala de aula com a inclusão de alunos com necessidades educacionais, como relatam algumas pesquisas realizadas no contexto brasileiro. Em relação aos professores de matemática a situação é mais complexa, devido esta ciência possuir uma função social fundamental, seja incluindo ou mesmo, excluindo pessoas. Embora, a matemática seja de grande aplicação na sociedade em geral, o seu ensino vem convivendo com sérios questionamentos, ou seja: Como tornar a matemática mais inclusiva para os alunos com NEE? Nessa linha de pensamento, é fundamental a realização de pesquisas científicas que relatem os desafios que os docentes de matemática enfrentam ao procurar estabelecer novas metodologias e didáticas para uma aprendizagem que seja significativa para esses alunos. (SANTOS Et. Alii, 2016).

Pesquisadores têm buscado discutir estas questões ligadas à educação inclusiva e o ensino de matemática, porém ainda nos parece insuficientes quanto aos efeitos que algumas pesquisas têm possibilitado no ambiente educacional. Além disso, em se tratando da inclusão nas aulas de matemática, a situação não se configura tão simples. Conhecer a(s) dificuldade(s) que professores de matemática apresentam em trabalhar com os alunos com NEE é uma urgência na atualidade, devido à necessidade de inclusão que estes alunos passam. (SANTOS Et alii, 2016)

A inclusão no contexto escolar embora, tenha avançado de forma significativa, ainda apresenta desafios para a estrutura educacional.

Moraes (2007) contribui afirmando que quanto mais flexíveis forem o ensino e a aprendizagem para a inclusão, menores os impactos negativos de o sujeito diferente se sentir efetivamente inserido nas classes regulares.

Monteiro (2015) ressalta em suas pesquisas que ao inserir o aluno portador de deficiência em uma escola regular, que ainda não rompeu com seus paradigmas ultrapassados, esse cenário torna-se excludente, e não terão uma aprendizagem satisfatória. A inclusão deve ter possibilidade de

transformar a estrutura educacional, desconstruir práticas segregacionistas, e isso implica.

No atual contexto educacional, embora, houve uma evolução significativa na inclusão, ainda existem muitos direitos a serem conquistados, que por mais que sejam já assegurados em legislações, na prática não são de fato efetivados. As escolas consideradas tradicionais geralmente têm uma tendência de buscar um modelo já pré-estabelecido do tipo de educandos que elas querem receber, acabam construindo um molde que passa para os docentes, e com isso, torna-se limitada, passando a aceitar somente aos que se adequem ao seu sistema, ou seja, também, caracteriza-se como uma atitude discriminatória, pois acabam rejeitando aqueles que não se adaptam.

Ao contrário disso, geralmente a escola inclusiva acredita que sabe lidar com a multiplicidade de pessoas com suas diferenças, concebendo um padrão único a ser estabelecido e seguido, trabalhando na perspectiva de que o espaço escolar se deve essencialmente adaptar-se as características de cada educando, com isso, o ambiente se adapta ao aluno e não o aluno ao ambiente onde está inserido (SOUZA et al, 2016).

Outro obstáculo significativo que impacta são frutos oriundos da desinformação, o que acaba reforçando isso, é real desinteresse de instituições escolares ao ignorarem totalmente o fato de que não deixaram de existir, mas sim, essencialmente passaram a dar suporte ao ensino regular para esses alunos poderem ser inclusos, levando-as a reverem suas próprias práticas pedagógicas. Outro grande desafio são as ideias errôneas feitas sobre as pessoas com deficiências, como também, a própria família, e de certa relação de proteção, onde a grande maioria dos educadores e gestores acreditam que essas minorias têm que ficar fora desse processo. Dessa forma, verifica-se que as mudanças são realmente necessárias, pois são instrumentos eficazes para alcançar uma educação de qualidade e principalmente de igualdade.

As deficiências trazem para a instituição escolar o desafio de atingir seus objetivos de ensinar, fazendo com que esse educando aprenda os conteúdos didáticos e curriculares, devido esses alunos com deficiências se relacionam com o saber de forma diferenciada. Porque não conseguir aprender os conteúdos escolares pode também, ser vivenciado por alunos sem deficiências ou mesmo, que apresentem outras deficiências. (MAQ, 2017)

O processo da inclusão no ensino regular determina uma grande transformação da instituição educacional atual. Sendo que a escola que deve buscar adaptar-se às condições desses alunos e não de forma contrária, pois de acordo com a proposta de inclusão no contexto contemporâneo, defende uma escola que tenha um olhar mais atento para ensinar se preocupando somente com a aprendizagem, mas, essencialmente respeitando-o e buscando valorizá-lo, independente de sua deficiência. (BERNARDES, 2017)

A inclusão de pessoas com deficiências não deve ocorrer, somente porque está amparada na legislação brasileira, porque manter esses alunos

no ensino regular, não é garantir a inclusão, mas, sim procurar engajá-lo, tendo a capacidade da escola poder trabalhar as diferenças individuais de seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva é um direito conquistado por todas as crianças a nível mundial, destacando, que a educação nessa perspectiva, traz muitos benefícios não só para o próprio educando, mas também para todos os envolvidos neste processo educacional.

Destaca-se que a educação Inclusiva para esses discentes, para realmente ser efetivada, precisa do comprometimento de toda a sociedade em participar, exigir e fazer valer esses direitos pautados em legislações que ainda não são oferecidos a todos.

Uma educação inclusiva para ser reconhecida como realmente inclusiva, precisa apoiar a diversidade do seu aluno e, nessa perspectiva, procurar adaptar a didática às características de aprendizagem dele. E para o Professor de Matemática no Ensino Fundamental II a dificuldade se concentra em encontrar uma didática de acordo com as suas necessidades. O Professor dessa disciplina, deve oferecer respostas adequadas e, diversificadas, que possam proporcionar ao educando condições de superar seus limites e poder enfrentar as dificuldades no processo da aprendizagem.

De acordo com os princípios basilares da Educação Inclusiva, o aluno com dificuldades de aprendizagem na disciplina de matemática deve ser ensinado através de metodologias eficazes, que superem os desafios, visto que a estrutura educacional deve adaptar a didática às suas reais necessidades, proporcionando o seu desenvolvimento global.

Em suma, a inclusão somente será incorporada no ensino fundamental II na disciplina de matemática de acordo com a pesquisa realizada, se for algo que beneficiará todos os envolvidos no processo educacional, quando todos realmente abraçarem essa causa e tornarem-se conscientes do que é a inclusão, que será uma troca de produzir e principalmente, compartilhar saberes de todas as disciplinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, A. O. **Da integração à inclusão, novo paradigma** - disponível em:
<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0252.html> -
Acesso em 19 de novembro de 2023.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2015. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusao-de-estudantes>.

CARVALHO, Renata de Souza. LIMA, Claudiney Nunes de. A inclusão no ensino e na aprendizagem em matemática. Educação Pública. 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/1/a-inclusao-no-ensino-e-na-aprendizagem-em-matematica>

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GUGEL, Maria A. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho.** Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

LEONEL, W. H. dos S.; LEONARDO, N. S. T. Concepções de professores da educação especial (APAEs) sobre a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual: um estudo a partir da teoria vigotskiana. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 4, p. 541-554, dez. 2014.

LIMA, Denise Maria de Matos Pereira. **As avaliações em larga escala e a construção de políticas públicas para a educação especial no Paraná.** Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Políticas Públicas, no setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

MAQ, Marco Antonio de Queiroz. ARTIGOS: **Concepções de Deficiência: da Grécia Antiga aos dias de hoje**, do Site Bengala Legal. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/artigos> -Acesso em 03 de noev. De 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? 2.** ed. São Paulo: Moderna, 2006a. _____. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006b, p. 15-30.

MONTEIRO, Maria Rosangela Carrasco. **Educação Inclusiva e Implicações no Currículo Escolar: a invenção de outros processos de ensinar e de aprender. Tese (Doutorado)** -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2015.

MORAES, M. G. de. (2007). **Acessibilidade e inclusão social em escolas. [Trabalho de Conclusão de Curso]**. Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru. <https://www.scielo.br/j/cp/a/Mn6nQZYbCQwFgRv9L3XGHzk/>

PIRES, José. **Por uma ética de inclusão**. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al. (Orgs). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação do Brasil**. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006b, p. 3173.

SANTOS Et alii, Jean Martins de Arruda. Desafios do ensino de matemática para alunos com deficiência no ensino regular. 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA16_ID615_12102016185706.pdf

SEABRA JUNIOR, Luiz. **Inclusão, necessidades especiais e educação física: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar.** 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SOUZA, Sirlene Brandão de; ROMERO, Rosana Aparecida Silva. **Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual.** Disponível em: Acesso em: 20 de nov. de 2023. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Maria-de-Fatima-Matos-Ferreira.pdf>

CAPÍTULO 7

A GARANTIA DE DIREITOS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ACESSIBILIDADE QUE ROMPE BARREIRAS

Roberta Pires Sales Guedes Ferreira

"Assistente Social, formada pela UFRJ,
Especialista em Gestão de Projetos Sociais e Docência do Ensino Superior.
Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia, Saúde Coletiva, Estratégia de Saúde da
Família e em Serviço Social e Políticas Públicas.
Ativista pelos direitos PcD
Ex-conselheira estadual de direitos da PcD
Ex-presidente do Conselho Estadual de Políticas para as Pessoas com Deficiência.

RESUMO

Este artigo explora como se dá a garantia de direitos de estudantes com deficiência no Ensino Superior, e a fundamental relevância da acessibilidade no cotidiano frente aos desafios enfrentados. São discutidas estratégias, boas práticas e tecnologias que potencializam na prática, a inclusão e a vivência educacional desses alunos, além de instrumentalizarem o corpo docente com estratégias metodológicas mais inclusivas. A construção deste artigo foi inspirada nas experiências do Programa Rompendo Barreiras: luta pela inclusão (UERJ), que tem como missão primordial, garantir direitos educacionais, e recursos para a permanência dos estudantes com deficiência na Universidade, seja no suporte em tecnologias assistivas, seja na mediação acadêmica.

Palavras-chave: Inclusão. Acessibilidade. Direitos. Deficiência. Educação.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito humano fundamental, garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição brasileira, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou socioeconômicas. No entanto, as pessoas com deficiência ainda enfrentam diversos desafios para acessar e permanecer no ensino superior.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2021, apenas 0,6% dos estudantes

de graduação no Brasil se declararam pessoas com deficiência. Esse número ainda é muito baixo, se comparado ao percentual de pessoas com deficiência na população brasileira, que é de aproximadamente 24%.

No contexto do ensino superior, a acessibilidade é essencial para garantir a participação plena dos estudantes com deficiência. Ela permite que esses estudantes tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas ou intelectuais.

Vale dizer que a acessibilidade é um direito fundamental das pessoas com deficiência, pois garante, ou deveria garantir, o acesso a bens, serviços e oportunidades, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Este artigo discute a importância da acessibilidade como um mecanismo para garantir os direitos desses estudantes. E apresenta algumas ações que podem ser implementadas para promover a acessibilidade no ensino superior, que envolvam a adequação das infraestruturas físicas, a oferta de recursos pedagógicos e de apoio, criação de serviços especializados e de assistência estudantil, e a capacitação dos profissionais da educação.

DESENVOLVIMENTO

Os principais desafios enfrentados por estudantes com deficiência no ensino superior incluem as famosas barreiras arquitetônicas: muitas instituições de ensino superior ainda não possuem infraestruturas físicas acessíveis, o que dificulta a locomoção e o acesso a espaços e serviços.

As Barreiras pedagógicas: onde os currículos e as metodologias de ensino nem sempre são adaptados às necessidades dos estudantes com deficiência. A dimensão pedagógica mencionada ainda contempla detalhes importantes integrantes da rotina acadêmica: a escolha e disponibilização dos materiais teóricos. O corpo docente ainda não está plenamente preparado ou empático para adaptar recursos, como por exemplo, o formato de arquivos de texto permitidos para softwares de leitura, ou descrição de imagens em apresentações.

Neste contexto, as barreiras pedagógicas interferem diretamente nas barreiras comunicacionais: Os materiais didáticos e as atividades de comunicação nem sempre são acessíveis para pessoas com deficiência visual, auditiva ou intelectual. Em que as tecnologias assistivas deveriam ser contempladas ao longo do planejamento das atividades.

Sabendo que a acessibilidade física se refere à adequação das

infraestruturas físicas para garantir a locomoção, melhor mobilidade e o acesso a espaços e serviços por pessoas com deficiência. Algumas medidas que podem ser adotadas para promover a acessibilidade física no ensino superior incluem: Construção de rampas, elevadores e banheiros acessíveis. Instalação de sinalização acessível, incluindo legendas em libras e audiodescrição. Adaptação de salas de aula, laboratórios e bibliotecas para pessoas com deficiência visual, auditiva ou intelectual.

Contudo, na modalidade de ensino à distância, onde o ambiente virtual é a “salade aula”, as plataformas, chats, fóruns, suporte, todos os recursos estruturantes, precisam ser acessíveis. Sobre tudo com janela de libras, alto contraste, e leitor de texto integrado.

Pedagogicamente, a adequação dos currículos e das metodologias de ensino para atender às necessidades dos estudantes com deficiência é elemento chave. Prevendo a oferta de recursos pedagógicos adaptados, como livros em braile, material em áudio e tecnologias assistivas. A adaptação dos conteúdos e das atividades avaliativas para pessoas com deficiência, e disponibilização de profissionais de apoio especializado para o cotidiano das aulas, e para a realização das avaliações.

A acessibilidade comunicacional refere-se à disponibilização de materiais didáticos e atividades de comunicação acessíveis para pessoas com deficiência visual, auditiva ou intelectual. Reforço que a oferta de materiais didáticos em formatos acessíveis, como braile, audiolivros, legendagem em libras e audiodescrição em atividades de comunicação, como palestras, vídeos e aulas online.

Para que haja, de fato, a promoção da acessibilidade no ensino superior é requerida a atuação conjunta de diferentes atores, incluindo as instituições de ensino, o governo e a sociedade civil, em uníssono. Estrategicamente ações devem ser implementadas para promover a acessibilidade no ensino superior, considerando o urgente treinamento de professores e equipes de apoio, o respeito ao design universal para o ensino, a criação de um ambiente empático, inclusivo e acolhedor. Onde ocorra envolvimento dos alunos com deficiência no processo de decisão.

O direito à acessibilidade no ensino superior brasileiro não se trata de benesse ou favor. É garantido por diversos instrumentos legais e normativos, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passando pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e a Resolução nº 7, de 24 de abril de 2022, do

Conselho Nacional de Educação. Todos os referidos instrumentos reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao acesso à educação em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que "toda pessoa tem direito à educação" e que "o ensino superior deve ser igualmente acessível a todos em função do seu mérito". A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por sua vez, estabelece que os Estados Partes devem garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso em igualdade de condições com as demais pessoas às escolas e outras instituições de ensino de todos os níveis, inclusive universidades.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) estabelece que "o acesso à educação é direito fundamental das pessoas com deficiência, garantido pelo sistema educacional inclusivo em **todosos níveis e modalidades de ensino**, bem como o atendimento educacional especializado". A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define a educação especial como uma modalidade de educação escolar queperpassa todos os níveis, modalidades e etapas do ensino, com vistas a garantir o acesso, a participação e o sucesso de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Resolução nº 7, de 24 de abril de 2022, do Conselho Nacional de Educação, estabelece que "a acessibilidade, em suas dimensões física, pedagógica e comunicacional, é condição para o pleno acesso, permanência e sucesso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na educação superior".

Portanto, pode-se afirmar, que o Brasil possui amplo arcabouço legal para falar de acessibilidade. E a atualidade demanda a execução correta das políticas públicas envolvidas. A problematização sobre a inclusão deve abrir espaço para a realização de tudo o que já foi convencionado na sociedade, perante lutas e mobilização da sociedade civil, movimentos estudantis, coletivos de docentes e demais trabalhadores da Educação. Nesta esfera o Controle Social, através dos conselhos municipais, estaduais e nacional de Educação, tem feito pressão positiva para que o financiamento público seja condizente com os investimentos necessários para que a inclusão educacional seja uma realidade.

Em tempo, apesar de setores da sociedade resistirem aos "gastos públicos" e investimentos para a diversidade e inclusão na Educação, instituições de Ensino Superior tem apresentado resultados interessantes e

pioneiros na criação de programas e projetos estruturados nos princípios da acessibilidade, configurando assim, boas práticas.

Como a acessibilidade no ensino superior é um desafio global, após pesquisas, foi possível identificar que existem boas práticas internacionais passíveis de ser consideradas como inspiração, e adotadas, conforme cada contexto cultural. Algumas delas são:

- A Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, oferece uma ampla gama de recursos e serviços para estudantes com deficiência, incluindo: Serviço de intérpretes de língua de sinais para estudantes surdos ou com deficiência auditiva; Serviço de leitores para estudantes com deficiência visual; Serviço de suporte acadêmico para estudantes com deficiência intelectual.

- A Universidade de Oxford, no Reino Unido, tem uma política de inclusão que garanta todos os estudantes, independentemente de suas deficiências, tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais. A universidade oferece: Cursos e materiais didáticos acessíveis a estudantes com deficiência visual, auditiva ou intelectual; Exames e avaliações adaptados às necessidades de estudantes com deficiência.

- A Universidade de Melbourne, na Austrália, oferece um programa de mentoria para estudantes com deficiência, que os ajuda a se adaptarem ao ambiente universitário e a desenvolverem suas habilidades acadêmicas. O programa é coordenado por um grupo de estudantes voluntários que são treinados para fornecer apoio e orientação a estudantes com deficiência.

- A Universidade de Toronto, no Canadá, tem um centro de recursos para estudantes com deficiência, que oferece uma variedade de serviços, incluindo orientação, aconselhamento e suporte acadêmico. O centro também oferece workshops e eventos para promover a conscientização e a sensibilização para a diversidade e a inclusão.

- A Universidade de Barcelona, na Espanha, tem uma política de inclusão que garanta todos os estudantes, independentemente de suas deficiências, tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais. A política inclui uma série de medidas, como: Oferta de cursos e materiais didáticos acessíveis a estudantes com deficiência visual, auditiva ou intelectual; Oferta de exames e avaliações adaptados às necessidades de estudantes com deficiência.

No Brasil, temos boas práticas de acessibilidade no ensino superior em praticamente todas as regiões:

- A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): que criou a Comissão de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (CAPD), responsável por promover a acessibilidade física, pedagógica e comunicacional na universidade.

- A Universidade de São Paulo (USP): que oferece recursos pedagógicos adaptados, como livros em braille, material em áudio e tecnologias assistivas, para apoiar estudantes com deficiência.

- A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): que capacita seus docentes e servidores para atuar com a diversidade, incluindo pessoas com deficiência.

No nordeste do Brasil, apesar de muitos desafios socioeconômicos, existem diversas universidades que estão se esforçando para adotar boas práticas de inclusão no ensino superior:

- A Universidade Federal do Ceará (UFC) oferece um programa de mentoria para estudantes com deficiência, que os ajuda a se adaptarem ao ambiente universitário e a desenvolverem suas habilidades acadêmicas. O programa é coordenado por um grupo de estudantes voluntários que são treinados para fornecer apoio e orientação a estudantes com deficiência.

- A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) oferece um centro de recursos para estudantes com deficiência, que oferece uma variedade de serviços, incluindo orientação, aconselhamento e suporte acadêmico. O centro também oferece workshops e eventos para promover a conscientização e a sensibilização para a diversidade e a inclusão.

- A Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem uma política de inclusão que garante que todos os estudantes, independentemente de suas deficiências, tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais. A política inclui uma série de medidas, como oferta de cursos e materiais didáticos acessíveis a estudantes com deficiência visual, auditiva ou intelectual, e a oferta de exames e avaliações adaptados às necessidades de estudantes com deficiência.

No Sudeste, há o destaque para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que é uma das pioneiras na implementação de políticas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Em 1988, a instituição criou o Programa Rompendo Barreiras, que tem como objetivo assegurar a acessibilidade e a permanência de graduandos com deficiência na UERJ.

O Programa Rompendo Barreiras oferece uma série de serviços e recursos para apoiar estudantes com deficiência, incluindo:

- **Acessibilidade física:** com investimento na adequação de suas infraestruturas físicas para garantir a acessibilidade de estudantes com deficiência. A universidade conta com rampas, elevadores, banheiros acessíveis e sinalização acessível.
- **Acessibilidade pedagógica:** com a oferta de uma série de recursos pedagógicos adaptados para atender às necessidades de estudantes com deficiência. A universidade conta com livros em braille, material em áudio, tecnologias assistivas e apoio pedagógico especializado.
- **Acessibilidade comunicacional:** oferecendo recursos de acessibilidade comunicacional para estudantes com deficiência visual, auditiva ou intelectual. A universidade conta com legendas em libras, audiodescrição e tradução para Libras.

O Programa Rompendo Barreiras tem sido reconhecido por sua atuação pioneira na promoção da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. A universidade foi premiada em 2019 pelo Ministério da Educação com o Prêmio Nacional de Educação Inclusiva.

Em abril de 2023, o Programa completou 35 anos e comemorou com a realização do seu IV Encontro, um seminário presencial, com transmissão online das palestras e mesas de debate de grande qualidade, contando com a presença de ativistas com e sem deficiência. Já em agosto, conseguiu inaugurar nova sala, mais bem equipada para atender à toda a comunidade acadêmica. Na referida inauguração, ex-alunos com deficiência compartilharam suas experiências em uma rica roda de conversa, aberta ao público.

Como resultado prático dos investimentos para a inclusão, a Universidade teve expressivo aumento da matrícula de estudantes com deficiência. Em 2021, a UERJ contava com mais de 1.000 estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação. Recebeu relatos reais de melhoria da qualidade de vida e da aprendizagem de estudantes com deficiência, já que o Programa permite e incentiva o acesso à educação inclusiva de qualidade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Essas são apenas algumas das boas práticas que podem ser adotadas para promover a acessibilidade no ensino superior. É importante que as instituições de ensino estejam comprometidas com a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, e que trabalhem para criar ambientes inclusivos e acessíveis para todos.

É fundamental ainda, destacar ações que podem ser implementadas pelas instituições de ensino para promover a acessibilidade: a adoção de normas e diretrizes para acessibilidade física, pedagógica e comunicacional; a realização de diagnósticos para identificar barreiras e

lacunas na acessibilidade. E a Implementação de ações de conscientização, sensibilização sobre acessibilidade, e capacitação de profissionais da educação para atuar com a diversidade. Tais ações são essenciais para garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso à educação de qualidade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Além da implementação das mudanças pró inclusão no ensino superior, é fundamental o mapeamento das instituições que já estão nesta trajetória. Uma ferramenta interessante para identificar Universidades e suas avaliações de qualidade é o Guia da Faculdade, que recebe uma edição nova a cada ano, composta por informações valiosas sobre cursos de graduação em todo o país. A publicação é elaborada pela Quero Educação (uma empresa privada que oferece serviços de orientação educacional e profissional).

Os critérios de avaliação dos cursos de graduação abordados no Guia da Faculdade 2023, por exemplo, foram: a qualidade do projeto pedagógico (conteúdo programático dos cursos, a carga horária das disciplinas e a metodologia de ensino); o corpo docente (a formação, a experiência e a qualificação dos professores dos cursos); a infraestrutura (as instalações físicas das instituições de ensino, incluindo laboratórios, bibliotecas e salas de aula); e a empregabilidade (que observa as oportunidades de emprego e estágio oferecidas pelos cursos).

A inovação é que o Guia da Faculdade 2023 também avalia os cursos de graduação em termos de **acessibilidade**, com base na oferta de recursos e serviços para estudantes com deficiência. Disponibiliza ainda um ranking visando contribuir para a melhoria da qualidade do ensino superior e para a inclusão de estudantes com deficiência. O que ajuda não apenas aos estudantes, como suas famílias, no processo de escolha de cursos e instituições.

Já para as instituições de ensino, o referido Guia é um instrumento de avaliação que pode provocar positivamente, e estimular a melhoria da qualidade dos cursos e serviços oferecidos, considerando que instituições que desejam obter boas avaliações precisam oferecer recursos e serviços para estudantes com deficiência, garantindo que eles tenham as mesmas oportunidades de sucesso acadêmico e profissional, além de investir na qualidade do ensino, na formação dos professores e na infraestrutura.

De acordo com o ranking do Guia da Faculdade 2023, o curso de graduação mais bem avaliado em termos de acessibilidade no Brasil é o curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Que obteve a nota máxima (5) na categoria "Acessibilidade".

A UFSC oferece uma série de recursos e serviços para estudantes com deficiência, incluindo: Oferta de cursos e materiais didáticos em formatos acessíveis, como Braille, Libras e legendas; Oferta de exames e avaliações adaptados às necessidades de estudantes com deficiência; Oferta de suporte acadêmico personalizado para estudantes com deficiência; Promoção de oportunidades de interação e convivência entre estudantes com e sem deficiência.

O curso de Direito da UFSC também oferece um programa de mentoria para estudantes com deficiência, que os ajuda a se adaptarem ao ambiente universitário e a desenvolverem suas habilidades acadêmicas.

Outros cursos de graduação que também obtiveram boas avaliações na categoria "Acessibilidade" são:

Curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo (USP)
Curso de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Curso de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Curso de Educação da Universidade Federal de Brasília (UnB)

Curso de Administração da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

A avaliação da acessibilidade dos cursos de graduação foi realizada pelo Guia da Faculdade com base em uma análise de documentos e entrevistas com professores, alunos e funcionários das instituições de ensino.

CONCLUSÃO

A garantia de direitos de alunos com deficiência no ensino superior é um desafio que requer a atuação conjunta de diferentes atores, incluindo as instituições de ensino, o governo e a sociedade civil. Considerando que no Brasil e no Mundo, a acessibilidade é um mecanismo essencial para garantir os direitos dos estudantes com deficiência no ensino superior. A acessibilidade física, pedagógica e comunicacional é fundamental para que as pessoas com deficiência possam participar plenamente do processo educacional.

Todas as instituições de ensino devem se comprometer com a promoção da acessibilidade no ensino superior, devendo adotar práticas para adequar as infraestruturas físicas, oferecer recursos pedagógicos e de apoio, e capacitar os profissionais da educação para atuar com a diversidade. E em contrapartida, sociedade civil e governos devem apoiar

as instituições de ensino na promoção da acessibilidade, na disponibilização de recursos financeiros e técnicos.

Em paralelo, se faz necessária a ampliação da avaliação da acessibilidade dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil, de forma a garantir que todos os estudantes, independentemente de suas deficiências, tenham acesso à educação em igualdade de condições, progredindo academicamente e nas titulações possíveis. Tudo isso, irá contribuir para a construção de uma sociedade mais diversa, justa e equitativa, uma vez que mais profissionais e acadêmicos com deficiência poderão “tervez e voz”, fazendo uso de fato do lugar de fala, que lhes é próprio.

A acessibilidade no ensino superior **é uma questão de justiça social**. É uma questão de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou intelectuais, tenham acesso à educação em igualdade de condições. Podemos afirmar também que a acessibilidade é **uma questão de oportunidade**. É uma questão de garantir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de sucesso acadêmico e profissional que as demais pessoas. Por fim, a acessibilidade **é uma questão de futuro**. É uma questão de garantir que as pessoas com deficiência possam contribuir plenamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, rompendo barreiras e reforçando a máxima “nada sobre nós, sem nós”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3.292, de 30 de dezembro de 2012. Dispõe sobre o Programa de Educação Inclusiva para Pessoas com Deficiência na Educação Superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2022. Brasília: Inep, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 24 de abril de 2022. Fixa Diretrizes para a Educação Superior no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 abr. 2022.

FONSECA, Ana Lúcia. Acessibilidade e educação superior: desafios e perspectivas. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 36, n. 131, p. 1027-1046, out. 2015.

GUIA DA FACULDADE. [S.l.]: Quero Educação, 2023. 100 p.

JOAQUIM, Ana Paula. Acessibilidade no ensino superior: uma revisão de literatura. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 25, n. 1, p. 1-18, jan./mar. 2019.

KRAMER, Sonia. Educação inclusiva: a escola e a diversidade. São Paulo: Moderna, 2011.

MARTINS, Maria Helena. Educação inclusiva e acessibilidade no ensino superior: um estudo de caso em uma universidade pública do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MELLO, Suely de Fátima. Educação inclusiva e a formação de professores: desafios e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1029-1046, out. 2004.

NETO, J. A. de A.; SÁ, M. L. de O.; ALMEIDA, M. I. S. de. Acessibilidade no ensino superior: uma revisão bibliográfica. Revista Brasileira de Educação

Especial, Marília, v. 22, n. 1, p. 11-28, jan./mar. 2016.

OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. A. de; SILVA, M. M. da. Acessibilidade no ensino superior: desafios e perspectivas. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 29, n. 63, p. 391-404, jan./abr. 2016.

SANTIAGO, Carlos Roberto. Acessibilidade no ensino superior: um estudo de caso em uma universidade pública do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, M. A. da. Acessibilidade no ensino superior: políticas, práticas e desafios. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 21, n. 3, p. 383-398, jul./set. 2015.

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À ELETRIFICAÇÃO AUTOMOTIVA NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE DIREITO AMBIENTAL

Rafael Martins Santos

Advogado OAB/DF. Mestrando em Direito e Políticas Públicas. Especialista em Direito Constitucional. Residente Jurídico no Tribunal de Contas Estadual do Paraná – TCE-PR. Membro de Comissão de Direito Previdenciário - OAB/DF. Secretário-Geral da Comissão de Valorização e Apoio da Jovem Advocacia - OAB/DF.

RESUMO

A principal proposta do artigo em tela é proporcionar uma reflexão a respeito do papel das políticas públicas brasileiras (ou normas políticas) para tornar acessível a aquisição de veículos “verdes”, ou seja, elétricos (EVs) ou híbridos (HEVs e PHEVs). Serão igualmente apresentados os estudos acerca dos gases efeito estufa (GEEs) quando relacionados com a legislação nacional (Direito Constitucional e Ambiental) e internacional (Direito Internacional). Ao final, será possível entender o contexto em que o Estado brasileiro tem se posicionado quanto a transição (ou substituição) dos veículos à combustão.

Palavras-Chave: Automóvel; Elétrico; Híbrido; Meio ambiente; Gases efeito estufa.

INTRODUÇÃO

Existe um consenso que o Direito se dedica a explorar conteúdos interdisciplinares, afinal, será por meio de seus enunciados (doutrinários, jurisprudenciais, legais etc.) que serão preservados os direitos alheios de uma pessoa ou de toda a sociedade. Dessa maneira, pondera-se o papel do Direito Ambiental em relação ao mundo jurídico. A resposta pode ser desenvolvida com base no entendimento do autor Rômulo Sampaio (2013, p. 3):

O direito ambiental está inserido neste contexto. Um ramo do direito que regule a relação entre a atividade humana e o meio ambiente. Por sua natureza interdisciplinar, o direito do ambiente acaba se comunicando com outras áreas da ciência jurídica. Em alguns casos com peculiaridades próprias e distintas, em outros, se socorrendo de noções e conceitos clássicos de outras áreas. Assim, o direito ambiental está intimamente

relacionado ao direito constitucional, administrativo, civil, penal e processual. Pelo fato das atividades poluidoras e de degradação do meio ambiente não conhecerem fronteiras, o direito ambiental também está intimamente ligado ao direito internacional e, com ele, compõe uma disciplina própria conhecida como direito internacional ambiental.

E como efeito, considerando toda a importância dos estudos da área ambiental, o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado foi imortalizado no texto constitucional brasileiro, por meio do art. 225. Sendo assim, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nessas circunstâncias, tendo em vista que praticamente tudo que acontece no ecossistema é de interesse da área de Direito Ambiental, não restam dúvidas que os impactos à qualidade do ar (ou até mesmo da atmosfera como um todo) sejam uma preocupação alarmante para essa disciplina.

Assim como lembrou o autor Dessler (2000), a camada de ozônio tem importância fundamental para a vida no planeta Terra. É ela que absorve a radiação UV-B do sol, e assim não permite que esta radiação, prejudicial à saúde, chegue até a superfície da Terra.

Ocorre que, infelizmente, na mencionada camada, que acumula o componente O_3 , está ocorrendo a deterioração da substância naturalmente necessária para que os impactos da radiação sejam equilibrados. Em outras palavras, o popularmente conhecido “buraco na camada de ozônio”, que surgiu em razão da exagerada emissão de substâncias poluentes, é o responsável pela aceleração do processo natural efeito estufa.

Dentre os principais causadores dessa deterioração da camada de ozônio, podem ser destacados: (i) dióxido de carbono (CO_2); (ii) metano (CH_4); (iii) óxido nitroso (N_2O). O CO_2 é o gás que tem maior contribuição para o aquecimento global, pois representa a maior parte das emissões de GEE e o seu tempo de permanência é de, no mínimo, 100 anos, resultando em impactos no clima ao longo de séculos (WWF, 2023).

O grande vilão, dióxido de carbono (CO_2), se espalha com a queima de combustíveis fósseis e, nessas condições, o setor automotivo representa cerca de 20% das emissões globais do poluente (Carvalho, 2011, p. 9). No Brasil, segundo informações do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o setor de transporte responde por cerca de 9% das emissões totais de CO_2 (CNT, 2009).

Dessa forma, os automóveis e comerciais leves, com menos de 30% de participação total de viagens realizadas, contribuem com metade das emissões do poluente (Carvalho, 2011, p. 10). Ainda que o transporte público seja uma alternativa para reduzir a quantidade de emissões por veículo

conduzido, nota-se que os brasileiros tendem a não optar por essa possibilidade em razão da falta de transporte coletivo de qualidade.

Seguindo as tendências internacionais, uma nova alternativa surge com o mercado dos automóveis “verdes”. Assim como bem lembrou o Pesquisador Thiago José Rodrigues (2022, p. 145), os veículos elétricos (EVs) e híbridos (HEVs e PHEVs) tendem a revolucionar o mercado automotivo nacional. Assim sendo, entende-se que os elétricos vão zerar a quantidade de emissões de gases efeito estufa (GEEs), enquanto os veículos híbridos (HEVs), vão reduzir a quantidade de emissões (considerando que o motor à combustão trabalhará em conjunto com o motor movido à eletricidade).

A recarga da bateria elétrica não traria grandes impactos ambientais, afinal, o Brasil possui processo de geração energética baseada em fontes limpas e renováveis, o que contribuiria fortemente para a diminuição da degradação ambiental por gases efeito estufa (Castro, 2018).

Ainda assim, muitos desafios aguardam os brasileiros que queiram ter um veículo “verde” em sua garagem. Afinal, o custo elevado para a produção de um automóvel tão tecnológico possibilitará apenas a aquisição do produto pela classe média-alta brasileira.

E nessa lógica, caberá ao Estado, mediante políticas públicas (ou normas políticas) ampliar os recursos necessários para tornar os veículos “verdes” mais acessíveis. Atualmente, fala-se em incentivo tributário à importação de veículos com energia limpa e isenção no pagamento de IPVA. Para tanto, considerando as recentes mudanças nos mencionados benefícios, percebe-se que muito ainda deverá ser feito.

ELETRIFICAÇÃO AUTOMOTIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

É perceptível como as mudanças climáticas têm influenciado significativamente em nossas vidas. De acordo com relatório climático divulgado pelas Nações Unidas (UN, 2023), nota-se que os dados da Organização Meteorológica Mundial apontaram que a temperatura média global ficou 0,72°C acima da média entre 1991 e 2020. E dessa forma, o mês de julho de 2023 foi confirmado com o mês mais quente da história (pelo menos até então).

O aumento da temperatura do Planeta Terra é um efeito ocasionado principalmente pelo aquecimento global. Este aquecimento pode ser compreendido como um fenômeno climático de larga extensão, ou seja, um aumento de temperatura média superficial global, provocado por fatores internos e/ou externos (Silva, Paula; 2009; p. 43).

Assim como bem colocam os Professores Robson Willians e Beatriz Lima de Paula (2009, p. 43), o mencionado fenômeno se dá em razão de fatores internos de grande complexidade e estão diretamente associados a sistemas caóticos não lineares. Em outras palavras, trata-se de um fenômeno

natural (que poderia, por exemplo, ocorrer em razão da atividade solar, composição físico-química atmosférica, tectonismo e vulcanismo).

Porém, sua aceleração se deu, principalmente, em razão de fatores externos antropogênicos, como por exemplo, emissões de gases-estufa por queima de combustíveis fósseis, principalmente carvão e derivados de petróleo, indústrias, refinarias, motores e queimadas (Silva, R.; Paula, B.L; 2009; p. 43). Veja-se que foram ações humanas que proporcionaram a intensificação de um processo que inicialmente seria natural.

Dessa maneira, a gravidade da velocidade com que as mudanças ocorrem pode ser facilmente compreendida por meio da disposição da Prof. Maria Assunção Faus da Silva (2006, p. 45), apresentada em sua pesquisa sobre efeito estufa e mudanças climáticas regionais, conforme segue:

A consequência do efeito estufa na forma de aquecimento global configura-se no que entendemos por mudança climática; mas, se olharmos para o passado remoto de nosso planeta, veremos que mudanças climáticas em escala geológica fazem parte da evolução natural ocorrendo ao longo de centenas e milhares de anos e repetindo-se em intervalos irregulares. O fato inusitado de nossos tempos é a velocidade com que as mudanças estão ocorrendo, sobrepondo-se à variabilidade climática corriqueira, que identificamos como natural, e causando efeitos visíveis, que atribuímos de forma genérica à ação poluidora do homem, tais como derretimento do Mar Ártico, das geleiras dos Andes e uma intensificação dos eventos extremos como furacões.

E foi considerando os efeitos climáticos extremos que o Conselho da União Europeia se adiantou e apresentou o Pacto Ecológico, contendo pacote de iniciativas estratégicas para colocar em xeque a participação da União Europeia (UE) na via rumo à transição ecológica, com objetivo último de se alcançar a neutralidade climática até o ano de 2050 (Conselho UE, 2023).

Dentre as principais novidades constantes no Pacto, vale destacar o Objetivo 55, que foi responsável por registrar um conjunto de propostas destinadas a rever e atualizar a legislação da UE, assim como criar novas iniciativas com intuito de assegurar que as políticas do bloco econômico estejam em consonância com os objetivos climáticos acordados pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu (Conselho UE, 2023).

E nesses termos, foi no “Objetivo 55” que ficou registrado o interesse da UE em reduzir as emissões de gases com efeito estufa – em especial o dióxido de carbono (CO₂) - em, pelo menos, 55% até o ano de 2030. Dentre suas prioridades para vislumbrar tal redução, destaca-se a transição para veículos com nível nulo de emissões, tendo em vista que, nos países membros, os automóveis de passageiros e veículos comerciais são

responsáveis por cerca de 15% do total de emissões de **CO₂** (Conselho UE, 2023).

Não restam dúvidas que a proposta apresentada e aderida pelos Estados Partes do bloco econômico não só traria impactos positivos ao meio ambiente, mas igualmente no mercado automotivo global. A mais nova tendência iniciada na Europa chegaria, a passos curtos, na América Latina, mais especificamente no Brasil.

Afinal, assim como nos países da Europa, os gases emitidos por veículos à combustão também representam impactos extremamente negativos em território brasileiro. A título de exemplo, conforme pesquisa elaborada no ano de 2022 pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), observou-se que o estado acumulou em sua qualidade de ar as seguintes taxas de poluentes: 95,63% de monóxido de carbono (CO); 70% de hidrocarbonetos; 59,61% de óxidos de nitrogênio (NOx) e 40% de matéria particulada (PM) [CETESB, 2022]. Ressalta-se que a pesquisa considerou emissões de veículos como automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus e motocicletas.

Cientes de que os veículos “verdes” poderiam diminuir ou zerar a emissão dos poluentes, a diferenciação dos modelos híbridos (HEVs) e elétricos (VEs) se torna pertinente para os estudos aqui propostos, e dessa forma, vale destacar a classificação apresentada pelo Pesquisador Thiago José Rodrigues (2022, p. 145):

O carro elétrico (VEs) é um modelo automobilístico sustentável e cuja propulsão do motor ocorre mediante conexão face as baterias de armazenamento de energia. Além disso, há a classe de veículos híbridos (HEVs), ou seja, a junção de motores de combustíveis interna que são destinados a carregarem as baterias ou a corresponsabilidade pela tração do veículo e, no mais, o modelo híbrido de plug-in (PHEVs) que dispõe de motores a combustão que permitem o acionamento deste em pequenos trajetos – dispondo também da recarga de baterias via rede elétrica.

Em outras palavras, somente os carros 100% elétricos (VEs) não usarão combustível para seu funcionamento. Os híbridos, sejam os modelos plug-in (PHEVs) ou convencionais (HEVs), terão tanque destinado ao consumo de gasolina. Sendo assim, conclui-se que o modelo elétrico não vai emitir, durante seu uso, nenhum tipo de gás efeito estufa (GEEs). Por outro lado, os modelos híbridos, em algum momento, emitirão uma determinada quantidade reduzida de gases poluentes.

Ainda que algumas montadoras afirmem que o uso de veículos alternativos (e menos poluentes) é uma iniciativa recente, é interessante lembrar que em 1975, a montadora nacional Gurgel apresentou o primeiro carro 100% elétrico nacional, o hatch Itaipu E150. Mais tarde, em 1980, a

Gurgel fez o lançamento do furgão elétrico Itaipu E400. Os elétricos da época sofreram com problemas que ainda são muito atuais: o peso das baterias, baixa autonomia e tempo de recarga. Infelizmente, a empresa faliu em 1994 e encerrou suas atividades em 1996 (Schaun, 2021).

Mais de uma década depois, o primeiro carro híbrido (HEV) vendido no Brasil foi anunciado: o Ford Fusion Hybrid, no ano de 2010 (Souza, 2017). Em seguida, outro automóvel muito conhecido no território nacional foi anunciado: o Toyota Prius. O modelo foi comercializado a partir de 2013, assim como oficialmente divulgado pelo site da montadora Toyota (2023). Conclui-se então que a tendência da eletrificação (VE) ou hibridismo automotivo (HEV) não se trata de um fenômeno inédito e recente em território nacional.

Atualmente, existe uma vasta variedade de automóveis híbridos e elétricos no mercado nacional. Ainda que as ações climáticas representem significativo incentivo para aquisição desses veículos, o preço elevado de carros tão tecnológicos é um fator que desmotiva o consumidor em optar um automóvel “verde” no momento de sua compra.

Considerando todo o contexto ambiental que cerca a funcionalidade de um automóvel com zero emissão de **CO₂**, ou que pelo menos contenha emissão reduzida, caberá ao Estado, mediante políticas públicas, desenvolver meios para facilitar o acesso amplo dos consumidores aos automóveis híbridos/elétricos.

E nestes termos, é importante destacar o que seriam compreendidas como políticas públicas. Embora haja várias definições, parte-se da ideia de que se trata do conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em um sentido amplo (Marques, 2013, p. 24). Essas mencionadas ações têm como objetivo específico, para o estudo aqui proposto, tornar acessível a compra de veículos “verdes”.

Assim como observado em pesquisa de campo elaborada pelo Professor Gilson Luiz da Silva (2021), foi possível concluir que as seguintes políticas públicas podem contribuir, significativamente, para o processo de eletrificação da frota veicular brasileira: redução de impostos, isenções fiscais, desenvolvimento de uma Política Nacional de Eletromobilidade, compras coletivas para os serviços públicos, desenvolvimento de infraestrutura de abastecimento.

O texto constitucional, em vez de regular direta ou indiretamente determinados interesses, limitou-se a traçar princípios, para serem cumpridos pelos seus órgãos, como programas das respectivas atividades, visando à realização dos fins sociais do Estado (Filho, 2002, p. 148).

Em outras palavras, serão utilizados recursos da Administração Pública para que a norma constitucional alcance seu objetivo. E nessas condições, normas infraconstitucionais surgirão para delimitar aquele assunto inicialmente tratado no texto constitucional, porém de maneira ainda mais específicas. Essas legislações que têm como intuito a construção ou regulação de políticas públicas, poderiam ser entendidas como “normas

políticas”, assim como bem colocou a autora Cristiane Derani (2005, p. 23), conforme segue:

Fins a serem obtidos, parâmetros das ações, programas de ações - indicadores das políticas, instrumentos e caminhos para a realização das ações -, tudo isto é normatizado, inicialmente, pela Constituição. Normas reguladoras da construção de políticas públicas são normas políticas. A norma política é prescrição que traz os elementos para construção da política pública. Como e por que meios. Ela traz programas e também prescreve condutas

Diante do exposto, nota-se que poucas medidas foram tomadas no Brasil. Não restam dúvidas de que o caminho mais eficaz para ampliar o acesso aos automóveis “verdes”, mediante ações governamentais (ou políticas públicas), é a chamada tributação indutora. De acordo com o Professor Luiz Felipe Seixas (2017), a tributação indutora refere-se à capacidade da tributação de induzir condutas, estimulando ou desestimulando o comportamento dos agentes econômicos em direção a objetivos específicos de interesse do Estado.

Ora, se é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional e promover o bem-estar de todos (art. 3º, III e IV, CF de 1988), assim como é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à tecnologia, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (art. 23, V e VI, CF de 1988) e, ainda, deverá existir, por parte do Estado, o zelo pela defesa do meio ambiente inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação (art. 170, VI, CF de 1988), é presumível que deverão existir meios de garantir o acesso de toda a sociedade aos automóveis “verdes”.

E nessas condições, pode-se mencionar que a política pública que mais apresentou resultados positivos para o mercado brasileiro, foi aquela que possibilitou a isenção de Impostos de Importação de veículos “verdes”. Conforme pesquisa divulgada pela Associação Brasileira do Veículo Elétrico - ABVE (2023), nos primeiros oito meses de 2023, exatos 49.052 carros eletrificados foram vendidos no Brasil. Trata-se de um crescimento de 76% na comparação com o mesmo período de 2022 (27.812) e praticamente o total de todas as vendas daquele ano (49.245).

Ainda que os números sejam expressivos, em decisão recente, assim como divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (2023), o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex) divulgou que a isenção de imposto de carros elétricos (de 35%), híbridos e híbridos plug-in, comprados de fora do país, não mais existirá a partir de janeiro de 2024.

Segundo informações divulgadas na mesma nota anteriormente mencionada, a retomada da cobrança de impostos será de maneira gradual. Nessas circunstâncias, a alíquota do imposto de carros híbridos se dará da seguinte forma: 15% (em janeiro de 2024); 25% (julho de 2024); 30% (julho de 2025); e 35% (apenas em julho de 2026). Quanto aos híbridos plug-in: 12% (em janeiro de 2024); 20% (em julho de 2024); 28% (em julho de 2025); e 35% (em julho de 2026). Para os elétricos, a sequência é: 10% (janeiro de 2024), 18% (julho de 2024), 25% (julho de 2025) e 35% (julho de 2026). Todas as informações foram retiradas do sítio oficial do Governo Federal (2023).

Segundo informações divulgadas em conjunto com as novas taxas, o Governo Federal (2023) entende que essa é uma medida essencial para o incentivo à neointustrialização no Brasil, bem como meio necessário para que empresas estrangeiras iniciem investimento em indústrias dentro do território nacional, e com isto, sejam gerados novos empregos.

Embora o retorno gradual das tributações tenham sido uma triste notícia para os ambientalistas mais fervorosos e entusiastas automobilistas, grandes montadoras estrangeiras já haviam iniciado suas instalações no Brasil.

Assim como divulgado pelo jornalista Fernando Pedroso (2023), por meio de entrevista divulgada no canal Auto Esporte, a montadora chinesa *Build Your Dreams* (BYD), conhecida mundialmente por seus veículos à base de energia limpa, assumiu o complexo industrial anteriormente ocupado pela montadora norte-americana Ford, que anunciou sua saída do Brasil (como fabricante) em 2021. O atual investimento da empresa chinesa é de aproximadamente R\$ 3 bilhões. Os primeiros nacionais da marca serão os modelos: Hatch Dolphin (EV); SUV Yuan Plus (EV); e SUV Song Plus (PHEV).

Outro grande investimento, assim como apresentou o jornalista Paulo Amaral (2023), do Portal CanalThc, foi feito pela montadora chinesa *Great Wall Power* (GWM), que assumiu a linha de produção da antiga fábrica da Mercedes Benz no Brasil. A empresa planeja investir R\$ 10 bilhões em um período de 10 anos no Brasil, com a apresentação e lançamento de vários modelos eletrificados, puros ou híbridos.

Com a nacionalização de montadoras dedicadas à produção de veículos “verdes”, ainda que o incentivo à importação tenha sido encerrado, é possível vislumbrar um cenário em que o transporte urbano, pessoal ou familiar, se torne predominantemente isento de emissão de gases efeito estufa (GEEs) e com valores mais acessíveis aos brasileiros que desejem comprar automóveis com essas configurações.

Ademais, existe uma política pública destinada aos compradores de veículos “verdes” que se manteve, mesmo com as mudanças anteriormente apresentadas. Trata-se da isenção de imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

Assim como consta no artigo 24, inciso I, da Constituição de 1988, a competência para legislação em matéria de direito tributário será da União, Estados e Distrito Federal. Nestas circunstâncias, os Estados terão livre

iniciativa para criar leis que isentem o pagamento ou redução dos valores referente ao IPVA.

A título de exemplo, em se tratando do Distrito Federal, serão isentos de IPVA os automóveis movidos a motor elétrico, inclusive os híbridos, movidos a motores à combustão e também a motor elétrico, de acordo com art. 2º, inciso XIII, da Lei distrital nº 6.466/2019.

Por outro lado, em se tratando do estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Lei estadual nº 2.877/1997, art. 10, inciso VI-A, a alíquota do IPVA de veículos que utilizem gás natural ou veículos híbridos que possuem mais de um motor de propulsão, usando cada um seu tipo de energia para funcionamento sendo que a fonte energética de um dos motores seja a energia elétrica, será de apenas 1,5%.

Em contrapartida, assim como consta no art. VII da mesma legislação, em se tratando de veículos que utilizem motor de propulsão especificado de fábrica para funcionar, exclusivamente, com energia elétrica, a alíquota será de apenas 0,5%.

De fato, para melhor compreender sobre o incentivo tributário estadual destinado aos modelos automotivos “verdes”, é imprescindível conhecer as disposições legislativas regionais, que poderão (ou não) conter benefícios para os consumidores.

CONCLUSÃO

Não restam dúvidas que a principal pauta de debate internacional é sobre os meios de diminuir os impactos ao meio ambiente, principalmente no cenário atual em que os “efeitos colaterais” do descuido com o ecossistema trouxeram intensas consequência climáticas (que inclusive, vinham sido alertadas ao decorrer dos anos).

Essa mencionada preocupação global (Silva, Xavier, Alencar; 2022; p. 82), pode ser confirmada pelos mais variados fóruns internacionais sobre o tema, como por exemplo: a) Conferência de Estocolmo organizada em Organizações da Nações Unidas (ONU em 1972; b) Protocolo de Montreal de 1987; c) Rio 92 (ECO-92); d) o Protocolo de Kyoto de 1997; e) Rio+10 realizado em Johannesburgo; f) Rio+20 em 2012; g) Acordo de Paris de 2015.

A reação positiva de Estados europeus à eletrificação é nítida. Atualmente, vários países da região já anunciaram que pretendem cessar a produção de veículos à combustão até 2040, sendo a Noruega até 2025, a Alemanha até 2030 e o Reino Unido até 2040 (Zhao, 2018).

Para além das declarações dos Estados anteriormente mencionados, o “Objetivo 55” do Conselho da União Europeia determinou uma meta de redução de emissões de gases efeito estufa (GEEs) em, pelo menos 55%, até o ano de 2030. Trata-se de propósito em comum dos mais variados membros do grupo econômico.

Para tanto, a realidade de países em desenvolvimento (ou emergentes) é totalmente diferente. Para que se torne viável a redução ou

até mesmo o fim das emissões de gases efeito estufa (GEEs), o governo deverá traçar metas para tornar acessível, principalmente, os automóveis “verdes” para toda a população.

Com o fim progressivo do incentivo à isenção de impostos na importação desses veículos, o que antes parecia um pesadelo, tem se tornado uma esperança com os recentes anúncios de investimentos confirmados pelas montadoras que atuam no setor automotivo de energia limpa.

Para tanto, a nacionalização dos automóveis será um projeto que acontecerá a médio prazo. E claro, deve ser discutido entre a Administração Pública e as montadoras, a eminente necessidade de criação de pontos de recarga para veículos elétricos. Afinal, o Brasil é um país que ostenta processos de geração energética baseada em fontes limpas e renováveis, as quais facilitariam a diminuição da degradação ambiental e possibilitariam a recarga consciente das baterias elétricas dos veículos.

E até lá, caberá ao Estado, por meio de políticas públicas alternativas, traçar mecanismos para tornar o problema com as emissões dos GEEs menos inconveniente. O investimento em transporte público de energia limpa e de qualidade, rodízios de veículos à combustão ou até mesmo novos benefícios tributários para os cidadãos, sem sombra de dúvidas, poderiam diminuir a poluição do ar e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Ademais, ainda que as ações positivas do Estado mediante políticas públicas (ou por meio de normas políticas) destinadas ao mercado automotivo “verde” proporcionem melhoras no setor econômico do Brasil, assim como mais empregos (considerando os investimentos das montadoras), o propósito ambiental se sobressai ao passo que o direito ao meio ambiente equilibrado, transindividual ou difuso, é imprescindível para a existência (ou sobrevivência) da espécie humana e suas gerações futuras.

REFERÊNCIAS

Brasília, DF: *Presidente da República*, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 29/11/2023.

BRASÍLIA. *Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019*. Governador do Distrito Federal. Brasília, 27 de dezembro de 2019. Disponível em: [Último acesso em 29/11/2023.](https://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=6466&txtAno=2019&txtTipo=5&txtParte=.)

CASTRO, T. S. *Análise econômica e ambiental de sistemas de geração alternativa para suprimento energético de carros elétricos*. 2018. 153 f. Tese (Doutorado – Engenharia Mecânica) – Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153770/castro_ts_dr_guara.pdf;jsessionid=089FFAF2D6B68332670DB04ACA83ECC1?sequence=3. Acesso em: 2 jun. 2020.

CETESB. *Relatório de qualidade do ar no Estado de São Paulo: 2022*. São Paulo, 2023 (Série Relatórios). P-76-80. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/ar/publicacoes-relatorios/>. ISBN: 978-65-5577-058-2. Último acesso em 26/11/2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT). *Oficina Nacional: transporte e mudança climática*. Brasília, 2009.

Conselho Europeu da União Europeia. *Pacto Ecológico Europeu*. Infografia – Objetivo 55: porque está a UE a reforçar as normas em matéria de emissões de CO₂ para automóveis de passageiros e veículos comerciais? Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/fit-for-55-emissions-cars-and-vans/>. Último acesso em 26/11/2023.

Conselho Europeu da União Europeia. *Pacto Ecológico Europeu*. Objetivo 55. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/fit-for-55-the-eu-plan-for-a-green-transition/>. Último acesso em 26/11/2023.

Conselho Europeu da União Europeia. *Pacto Ecológico Europeu*. Políticas. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/#:~:text=O%20Pacto%20Ecol%C3%B3gico%20Europeu%20%C3%A9%20um%20pacote%20de%20iniciativas%20estrat%C3%A9gicas,uma%20economia%20moderna%20e%20competitiva>. Último acesso em 26/11/2023.

DERANI, Cristiane. *Política Pública e a Norma Política*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. n. 41, p. 19–28, jul./dez., 2005. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2005;1000806142>. Último acesso em 28/11/2023.

DESSLER, Andrew. *The chemistry and Physics of stratospheric ozone*. Londres: Academic Press, 2000.

DIAS, Maria Assunção Faus da Silva. *Efeito Estufa e Mudanças Climáticas Regionais*. Revista USP, São Paulo. n. 71. p. 44-54. setembro 2006.

GILSON, L.; Xavier, J.; Alencar, Yanko. *A Função Indutora da tributação como ferramenta viabilizadora da instalação de uma montadora de veículos elétricos no nordeste brasileiro*. Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável. V. 8. Nº 1. 2022. p. 77-93. e-ISSN: 2526-0057 GOV.BR. *Imposto de importação para veículos eletrificados será retomado em janeiro de 2024*. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Brasília. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/imposto-de-importacao-para-veiculos-eletrificados-sera-retomado-em-janeiro-de-2024>>. Último acesso em 27/11/2023.

KAKUTA, A.; JORDÃO, E. *Os oito meses que mudaram a eletromobilidade*. Associação Brasileira do Veículo Elétrico – ABVE. Notícias. 2023. Disponível em: <<http://www.abve.org.br/oito-meses-que-mudaram-o-mercado-de-eletromobilidade/>>. Último acesso em 27/11/2023.

MARQUES, Eduardo. *As Políticas Públicas na Ciência Política*. A Política Pública como Campo Multidisciplinar. – São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. P. 23-46. ISBN 978-85-393-0401-1 [Editora Unesp] ISBN 978- 85-7541-422-4 [Editora Fiocruz]
Nações Unidas. *Julho de 2023 é confirmado como o mês mais quente da história*. ONU News - Perspectiva Global Reportagens Humanas. 2023. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2023/08/1818742>>. Último acesso em 26/11/2023.

PEDROSO, Fernando. *Oficial: BYD assume fábrica da Ford na Bahia e vai produzir o primeiro carro elétrico nacional*. Autoesporte. Indústria. Disponível em: <<https://autoesporte.globo.com/industria/noticia/2023/10/byd-assume-fabrica-que-era-da-ford-na-bahia-e-vai-produzir-carros-eletricos.ghtml>>. Último acesso em 27/11/2023.

Rio de Janeiro. *LEI Nº 2.877 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1997*. Dispõe sobre o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Publicada no D.O.E. de 23.12.1997. Disponível em: <https://legislacao.fazenda.rj.gov.br/wcc/?web_id=98872>. Último acesso em: 28/11/2023.

RODRIGUES, Thiago José. *Políticas Públicas: o carro elétrico enquanto mecanismo de consciência ambiental*. Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial. Ed. 3. 2022. Belo Horizonte, MG. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. ISBN: 978-65-5648-512-6

SAMPAIO, Rômulo. *Manual de Direito Ambiental*. Fundação Getúlio Vargas. Direito Rio. 2013. p. 3. Disponível em: <https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Direito_ambiental_2013.pdf>. Último acesso em: 29/11/2023.

SCHAUN, André. *Gurgel Itaipu foi o primeiro carro elétrico nacional, mas morreu por problemas que existem até hoje*. Auto Esporte. Um só Planeta. 2021. Disponível em: <<https://autoesporte.globo.com/um-so-planeta/noticia/2021/04/gurgel-itaipu-foi-o-primeiro-carro-eletrico-nacional-mas-morreu-por-problemas-que-existem-ate-hoje.ghtml>>. último acesso em 28/11/2023.

Scientometrics, v. 117, n. 1, p. 473-493, 2018.

SEIXAS, Luiz Felipe Monteiro. *Tributação Indutora e Análise Econômica do Direito: uma investigação crítica*. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

Silva R. W. C., Paula B. L. 2009. *Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural*. Terræ Didática. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/>>. Último acesso em 26/11/2023.

SILVA, Gilson Luiz da. *Mobilidade elétrica no Brasil: desafios, fatores e oportunidades com a expansão da frota veicular elétrica*. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade Potiguar, Natal, 2021.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*, 7ª edição, São Paulo - Malheiros, 2007, p. 63-87

Souza, Gustavo. *Ford Fusion Hybrid: o primeiro carro híbrido do Brasil*. Disponível em: <<https://carroeletrico.com.br/blog/ford-fusion-hybrid/>>. Último acesso em 27/11/2023.

Toyota Comunica. Toyota comemora dez anos do seu primeiro híbrido no Brasil e reforça pioneirismo no desenvolvimento de novas tecnologias. Notícias. Disponível em: <<https://www.toyotacomunica.com.br/toyota-comemora-dez-anos-do-seu-primeiro-hibrido-no-brasil-e-reforca-pioneirismo-no-desenvolvimento-de-novas-tecnologias/#:~:text=A%20Toyota%20comemora%20em%202023,meio%20ambiente%2C%20a%20h%C3%ADbrida%20flex.>>. Último acesso em 27/11/2023.

World Wide Fund for Nature (WWF). Efeito Estufa e mudanças climáticas. 2023. Disponível em:

<https://www.wwf.org.br/nossosconteudos/educacaoambiental/conceitos/efeitoestufa_e_mudancasclimaticas/>. Último acesso em 29/11/2023.

ZHAO, Q. *Electromobility research in Germany and China: structural differences*.

CAPÍTULO 9

CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ÂMBITO DA PESQUISA CIENTÍFICA E A REINVENÇÃO DA ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sandy Barbosa da Silva Soares

Enfermeira, Universidade Federal do Amapá, Macapá

Max Amaral Balieiro

Acadêmico de Bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal do Amapá, Macapá

Pedro Guilherme Castilho Costa

Acadêmico de Bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal do Amapá, Macapá

Nelma Nunes da Silva

Fisioterapeuta, Universidade Federal do Amapá, Macapá

Kelly Huany de Melo Braga

Enfermeira, Universidade Federal do Amapá, Macapá

Érika Tatiane de Almeida Fernandes

Enfermeira, Dr^a em Ciências, Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal do Amapá, Macapá

RESUMO

O Coronavírus 2019 (COVID-19), declarado em 11 de março de 2020 como uma pandemia global pela Organização Mundial da Saúde (OMS), instruiu aos países que assumissem estratégias para mitigar a propagação do vírus e minimizar seus impactos. O Estado do Amapá adotou medidas de isolamento, inclusive no ensino, onde a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) suspendeu as aulas presenciais em março de 2020. No âmbito das pesquisas científicas com o isolamento social, muitos pesquisadores se depararam com dificuldades em realizar a execução do seu plano de trabalho e tiveram que se reinventar e mudar a maneira de coletar os dados para suas pesquisas. **Objetivos:** Discutir as consequências da pandemia de COVID-19 na pesquisa científica e analisar como a enfermagem pôde superar tais obstáculos. **Métodos:** Trata-se de um relato de experiência do tipo descritivo, vivenciado durante o período da pandemia de COVID-19, como bolsista de iniciação científica PROBIC da UNIFAP. **Resultados:** A pesquisa científica está presente na sociedade há séculos, mostrando à população suas descobertas, vantagens e desvantagens sobre variadas temáticas. Contudo, a pesquisa científica não pode parar e apesar dos diversos obstáculos que a

pandemia de COVID-19 trouxe consigo, os pesquisadores na área da enfermagem reinventaram-se, de modo a mudar a metodologia de coleta de dados na pesquisa científica, trabalhando com estudos que sejam mais específicos e menos cansativos. **Conclusão:** A pandemia resultou em alterações transitórias e permanentes para o campo de pesquisa em enfermagem, o que exigiu da comunidade acadêmica destreza e perseverança para contornar os empecilhos específicos desta área vivenciados neste período, a fim de continuar com produção científica de qualidade. Ademais, faz-se necessário reconhecer a importância deste período para a ciência, que apesar de sombrio e difícil, possibilitou o fomento de novos saberes e novas perspectivas para a produção científica e inovação nas práticas da enfermagem.

Palavras-chaves: COVID-19; Enfermagem; Avaliação da Pesquisa em Saúde.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na metrópole de Wuhan, na China, o primeiro registro de uma enfermidade respiratória provocada pelo Coronavírus, a síndrome respiratória aguda grave, emergiu. Inicialmente, acreditava-se ser um problema de alcance local. Apenas em 11 de março de 2020, quando a propagação da contaminação evidenciou seus efeitos na Europa e nas Américas, a gravidade tornou-se clara. No Brasil, o primeiro caso foi identificado em 25 de fevereiro (Couto; Couto; Cruz, 2020).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a situação como pandemia, e o isolamento social foi recomendado como a estratégia mais eficaz para enfrentar o vírus, desacelerar sua disseminação e preservar vidas. As fronteiras entre nações foram fechadas, atividades comerciais, espaços de lazer, escolas e universidades foram temporariamente suspensos. Tudo sofreu uma mudança radical na vida da maioria das pessoas de todos os países do mundo (Couto; Couto; Cruz, 2020).

Assim, com a pandemia sendo declarada, e o vírus se disseminando globalmente, afetando corpos e resultando em milhares de pessoas gravemente doentes. Os sistemas de saúde de várias nações, independentemente de sua posição econômica, enfrentaram colapsos, enquanto o número de mortes aumentou significativamente. O pânico se disseminou, impactando profundamente as conexões comerciais e pessoais tão valorizadas. Houve restrições nas fronteiras, limitando o direito de livre circulação (Harari, 2020).

O comércio, as escolas, as atividades esportivas, culturais e sociais foram afetadas, interrompendo encontros, contatos, conversas e afetos. Aeroportos fecharam, o transporte público parou, e viagens e passeios foram cancelados. As atividades educacionais sofreram interrupções abruptas. O mundo se viu obrigado a um fechamento global. Uma condição reminescente das pragas do passado emergiu: viver em isolamento social, imerso em um mar de informações contraditórias, sem uma liderança global ou local confiável para fornecer orientação e direção (Harari, 2020).

Nas pandemias anteriores, permanecer em casa implicava em um tipo rigoroso e desafiador de auto isolamento. No entanto, o atual isolamento social durante a Pandemia da Covid-19 adquire uma natureza distinta. As residências já não atuam como uma barreira para o mundo exterior; pelo contrário, com a vasta gama de recursos e canais de comunicação online, transformaram-se em pontos de interseção eletrônica, funcionando como centros de mobilidade. Assim, estar em casa agora implica uma rápida circulação pelos espaços virtuais. Tudo isso, com o propósito de não apenas interromper a propagação do vírus, mas também com o intuito de reduzir a velocidade do aumento de casos, evitando que os hospitais atingissem sua capacidade máxima e causasse um colapso no sistema de saúde do país (Giamatney *et al.*, 2021).

Essa percepção de interconexão virtual foi evidenciada pela postura adotada pelas universidades federais, as quais decidiram suspender suas atividades presenciais durante a pandemia. Em vez de encarar o isolamento como um completo afastamento, a suspensão das atividades presenciais visou preservar a saúde física, promovendo a conexão por meios virtuais para garantir a continuidade do ensino e demais atividades acadêmicas. Esse movimento não se tratou apenas do fechamento físico dos campus, mas sim de um ajuste rápido a uma situação em que os ambientes convencionais de sala de aula presencial se tornaram consideravelmente mais difíceis (Bryson; Andres, 2020).

Diante de tal situação, as atividades educacionais de diferentes níveis e tipos foram interrompidas por volta daquela época, logo após os estados começarem a emitir seus decretos individuais. Algum tempo depois, escolas particulares, tanto do ensino fundamental e médio quanto do ensino superior, seguiram as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional e pelos Conselhos Estaduais de Educação, implementando plataformas de aprendizado semelhantes às que já estavam em uso no modelo de Educação a Distância (EaD) (Castioni *et al.*, 2021).

Em contraponto a isso, as universidades federais explicaram que a restrição ao acesso à tecnologia e a carência de preparação tanto por parte dos professores quanto dos alunos impossibilitaria a transição das disciplinas do ensino presencial para o formato remoto. Exceto por algumas universidades mais focadas em áreas específicas de conhecimento - como as instituições em Minas Gerais, em Lavras, Alfenas, Itajubá, e outras sete (Brasil, 2020). Nesse viés, é importante mencionar que a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) foi uma das instituições de ensino superior do estado que acataram as medidas de isolamento, incluindo a suspensão das aulas presenciais em março de 2020.

No âmbito do ensino superior, as instituições como colégios, faculdades e universidades interromperam abruptamente seus processos de internacionalização e de expansão, resultando em mudanças significativas em suas rotinas de ensino e pesquisa. Estas passaram a ser conduzidas remotamente sempre que viável. Conseqüentemente, tornou-se frequente a manutenção de certas atividades de ensino, extensão e pesquisa relacionadas ao contexto epidemiológico de enfrentamento à COVID-19 sob protocolos emergenciais (Senhoras, 2020).

Destarte, devido a tal conjuntura, vários pesquisadores enfrentaram desafios na execução de seus planos de trabalho e foram obrigados a se reinventar nas atividades de pesquisa científica que costumavam ser conduzidas em laboratórios, salas de aula ou por meio de entrevistas presenciais, visando alcançar o público-alvo do estudo. Conseqüentemente, redirecionando de tal forma, a maneira de coletar os dados de suas pesquisas. Face ao exposto, o presente estudo teve como objetivos discutir as consequências da pandemia de COVID-19 na pesquisa científica e analisar como a enfermagem pôde superar tais obstáculos.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de um relato de experiência do tipo descritivo, qualitativo, vivenciado por acadêmico da UNIFAP durante o período da pandemia de COVID-19, enquanto bolsista de iniciação científica modalidade PROBIC/UNIFAP. Para tanto, pondera-se que a pesquisa qualitativa é primariamente fundamentada em análises não estatísticas dos dados, distinguindo-se inicialmente pela ausência de uso de ferramentas estatísticas (Bardin, 2011).

Depreende-se que a pesquisa qualitativa tem uma presença significativa em várias áreas das Ciências Sociais e Humanas, além de

demonstrar um progresso notável nas Ciências da Saúde, revelando-se cada vez mais complexa e multifacetada. Contrariamente à ideia ultrapassada de ser meramente baseada em suposições, as abordagens qualitativas, fundamentadas em um conjunto diversificado de expressões e significados, possuem a capacidade de gerar evidências a partir das interpretações do pesquisador. Apesar da presença da subjetividade, há uma tendência crescente das abordagens qualitativas em incorporar o rigor associado às metodologias quantitativas, algo que os céticos e adeptos do positivismo consideram como uma característica exclusiva destas últimas (Cardano, 2017).

Ao definir as questões e os objetivos de pesquisa e ao estabelecer o desenho metodológico para uma abordagem qualitativa, o pesquisador se depara com desafios significativos relacionados aos fundamentos epistemológicos, ontológicos, éticos, entre outros. Estes fundamentos demandam uma análise crítica por parte do pesquisador, visando a sistematização dos conhecimentos gerados e perpetuados pelas ciências (Cardano, 2017). Além disso, ela não se restringe apenas a ser uma "pesquisa não quantitativa", mas constrói sua própria identidade. Seu propósito é compreender, descrever e explicar os fenômenos sociais de maneiras distintas, por meio da análise de experiências individuais e coletivas, exploração de interações e comunicações em desenvolvimento, além da investigação de documentos (textos, imagens, filmes ou músicas) e manifestações semelhantes de experiências e integrações (Flick, 2009).

As pesquisas desse tipo têm como foco principal a descrição minuciosa das características de uma população específica ou de um fenômeno, ou ainda, a estabelecimento de relações entre variáveis. Há uma grande diversidade de estudos que podem ser enquadrados nessa classificação, e uma de suas características distintivas é a aplicação de técnicas padronizadas para a coleta de dados. Além disso, destaca-se que entre as pesquisas descritivas, merecem destaque aquelas que visam analisar as particularidades de um grupo específico, incluindo sua composição por faixa etária, gênero, origem, nível educacional, estado de saúde física e mental, entre outros aspectos (Gil; 1994; Gil, 2010).

Trivínos (2011) destaca a necessidade de o pesquisador possuir um conjunto de informações bem definidas sobre a área a ser investigada nos estudos descritivos. Para garantir a validade científica da pesquisa, é fundamental uma delimitação precisa das técnicas, métodos, modelos e teorias que guiarão a coleta e interpretação dos dados. Além disso, Trivínos

(2011) salienta que os estudos descritivos podem ser categorizados também como estudos qualitativos.

Outrossim, as pesquisas descritivas têm como objetivo identificar correlações entre variáveis e se concentram não apenas na descoberta, mas também na análise dos fatos, descrevendo-os, classificando-os e interpretando-os. Isso implica em uma análise minuciosa da realidade investigada. Os fundamentos teóricos da pesquisa descritiva são elaborados após a análise de dados empíricos e são refinados posteriormente (Dalfovo; Lana; Silveira, 2008).

Ademais, pode-se destacar o relato de experiência como um meio de construir conhecimento, onde são compartilhadas vivências acadêmicas e/ou profissionais relacionadas aos princípios essenciais da educação universitária, como ensino, pesquisa e extensão (Mussi; Flores; Almeida, 2021). Nesse contexto, o relato de experiência destaca-se como um veículo essencial para compartilhar as vivências e desafios enfrentados durante a fase singular e desafiadora do contexto vivido pelo acadêmico da UNIFAP durante a pandemia de COVID-19, principalmente, considerando a condição de bolsista de iniciação científica, no cenário de pesquisas brasileiras.

RESULTADOS

O decreto da pandemia de COVID-19 desencadeou impactos profundos em todos os setores da sociedade, com a pesquisa científica emergindo como uma peça fundamental no entendimento e enfrentamento dessa crise global. Nesse contexto, a ciência assumiu um papel crucial ao oferecer respostas embasadas sobre a transmissão do vírus, tratamentos e desenvolvimento de vacinas, tornando-se um guia valioso em meio à incerteza generalizada. A interseção entre pesquisa e sociedade intensificou-se, propiciando colaborações e inovações essenciais para lidar com os desafios impostos pela pandemia, evidenciando a importância da ciência na construção de um futuro mais resiliente (Oliveira, 2021).

A mudança para o isolamento social provocou mudanças substanciais na comunidade acadêmico-científica, expondo desafios como dificuldades na utilização de tecnologias da informação, falta de concentração em longos períodos de exposição às telas, escassez de recursos para trabalho online e uma crescente desmotivação da população para participar de pesquisas virtuais. Grupos vulneráveis, especialmente os de baixa renda sem acesso à internet e equipamentos eletrônicos, enfrentaram dificuldades

adicionais, contribuindo para implicações na qualidade de vida (Frenette; Frank; Deng, 2020; Moura *et al.*, 2022).

Na esfera da enfermagem, a pandemia demandou dos pesquisadores uma adaptação rápida, conduzindo à transição para métodos virtuais de coleta de dados. Essa transformação implicou na reconfiguração das abordagens metodológicas e na necessidade de aprofundamento nos estudos de plataformas e programas tecnológicos, que antes não eram comuns. A familiarização e prática dessas ferramentas tornaram-se cruciais para garantir a continuidade da pesquisa, demonstrando a resiliência da comunidade acadêmica diante das adversidades (Lana; Parker; Viviene, 2022).

Nesse viés, é notório observar como no bicentenário de nascimento de Florence Nightingale, a sociedade global enfrentou um dos maiores desafios em saúde deste século, conforme indicado por epidemiologistas (World Health Organization, 2020). Enquanto o Brasil aderiu às medidas de distanciamento social e os diversos setores econômicos se adaptaram a essas novas diretrizes, tornou-se crucial refletir sobre o impacto desse cenário no sistema educacional, particularmente no ensino e na pesquisa universitária em enfermagem.

A interrupção abrupta das atividades planejadas previamente para aulas presenciais, que normalmente combinam teoria e prática, resultaram em impactos de curto, médio e longo prazos em todos os níveis educacionais. Especificamente, as comunidades socioeconomicamente vulneráveis foram as mais prejudicadas, potencialmente exacerbando as desigualdades sociais no acesso a serviços e bens essenciais, como a educação, entre outros aspectos. Os indicadores de abandono escolar podem aumentar substancialmente, bem como os de abandono de pesquisa, o que reforça os efeitos mencionados (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization, 2020).

No contexto educacional, a abordagem inovadora na organização de eventos destaca a necessidade de medidas específicas para promover uma interação eficiente e enriquecedora entre alunos e professores. A utilização de tecnologias como o Canva para criar convites visualmente atrativos e o Google Meet para conduzir entrevistas evidencia o compromisso em superar desafios como segurança digital e privacidade. Essas práticas não só facilitam a interação virtual, mas também ressaltam a importância de aprimorar estratégias para uma experiência educacional positiva e produtiva, reconhecendo a necessidade contínua de inovação (França *et al.*, 2022).

A revolução na condução da pesquisa científica durante a pandemia revelou a notável resiliência dos pesquisadores diante das adversidades. Ao se tornarem proficientes em tecnologias emergentes, esses profissionais não apenas superaram desafios logísticos imediatos, mas também demonstraram uma adaptabilidade surpreendente. Essa capacidade inovadora transcende a resolução de problemas imediatos, traduzindo-se em uma redefinição estratégica das práticas profissionais, promovendo uma abordagem mais dinâmica e eficiente no cenário científico em constante transformação (Lana; Parker; Vivieni, 2022).

O mundo pós-moderno, caracterizado pela hiperconectividade e abundância de informações verdadeiras e falsas, destaca a necessidade de o sistema de ensino promover o discernimento entre conhecimento popular e científico. No entanto, nem sempre isso ocorre, e muitos sistemas educacionais podem inadvertidamente contribuir para reproduzir desigualdades. Para abordar isso, é essencial uma abordagem educacional que vá além da transmissão de fatos científicos, priorizando o desenvolvimento do pensamento crítico, a alfabetização midiática e a ética da informação. Essa transformação capacitaria os alunos a avaliar informações de forma independente, distinguindo entre aquelas respaldadas por evidências científicas sólidas e aquelas que não são, contribuindo assim para uma sociedade mais informada e crítica (Silveira, 2023).

Aliado aos desafios supracitados De acordo com uma pesquisa conduzida pelo Pew Research Center em 2019, o Brasil apresenta uma das populações com menor confiança na ciência em todo o mundo (Funk *et al.*, 2019). O estudo, realizado em 20 países com mais de vinte mil habitantes, revela que 36% dos brasileiros têm pouca ou nenhuma confiança no trabalho dos cientistas. Apenas 23% dos entrevistados no país demonstraram grande confiança na comunidade científica. A possível correlação entre essa desconfiança na ciência e a falta de alfabetização científica na educação básica, juntamente com o contexto da hiperconectividade atual, pode explicar muitos dos problemas sociais que enfrentamos atualmente.

Além disso, a ascensão da era digital acarretou uma mudança profunda nos modos como as informações são produzidas, recebidas e reproduzidas. A disseminação instantânea por meio das redes sociais, a acessibilidade à vasta quantidade de dados online e a rapidez com que as notícias circulam transformaram radicalmente a dinâmica da informação. Essa revolução tecnológica não apenas democratizou o acesso à informação, mas também gerou desafios significativos relacionados à veracidade, manipulação e saturação de conteúdo. Nesse novo paradigma, a capacidade

de discernir entre fontes confiáveis e informações enganosas tornou-se essencial, destacando a necessidade de alfabetização digital e crítica na sociedade contemporânea (Santaella, 2020).

Para Morin (2020), a busca por uma sociedade totalmente automatizada e governada por algoritmos não resultaria em aprimoramento humano, mas sim em algo desumano. Para mais, o autor argumenta que a aspiração por uma racionalidade rigidamente algoritmizada corre o risco de nos transformar em máquinas triviais, sugerindo que a complexidade e a riqueza da experiência humana não podem ser reduzidas a simples algoritmos. Ademais, refuta a ideia de que a total automação sob a lei do algoritmo é um ideal genuíno, alertando para os perigos de perdermos a essência e a singularidade que caracterizam a natureza humana nesse processo.

Considerando a ótica da educação e do ensino de ciências, enfrentamos um dos maiores desafios durante a pandemia, relacionado à disseminação da desinformação e ao surgimento do negacionismo científico. Esses fenômenos são alimentados pela hiperinformação e hiperconectividade na sociedade pós-verdade, destacando a urgência da alfabetização científica. Resulta alarmante constatar, por meio de pesquisas realizadas por institutos renomados, que os jovens demonstram desconhecimento em relação à ciência do próprio país, sendo incapazes até mesmo de mencionar o nome de cientistas. Além disso, é preocupante observar que suas principais fontes de informação para assuntos científicos são plataformas como *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*. Essa constatação evidencia a necessidade crítica de fortalecer os programas de alfabetização científica para cultivar uma compreensão sólida e confiável da ciência entre as gerações futuras (Silveira, 2023).

CONCLUSÃO

Especificamente na área da enfermagem, a adaptação metodológica foi essencial para superar os obstáculos impostos pela pandemia. Os pesquisadores se viram compelidos a modificar a forma de coleta de dados, optando por estudos mais específicos e utilizando a entrevista via remota. A utilização de cartas-convite elaboradas no programa Canva e a realização de entrevistas por meio da plataforma Google Meet se tornaram ferramentas cruciais para a continuidade das pesquisas. Foi necessária uma rápida imersão no estudo destas ferramentas, já que seu uso não era tão frequente antes da pandemia.

É imperativo ressaltar que, mesmo diante dos desafios apresentados pela pandemia, a pesquisa científica não pode e não deve cessar. A busca pelo conhecimento e a contribuição para a melhoria da sociedade exigem esforços contínuos, mesmo em contextos adversos. Esta experiência trouxe valiosos aprendizados, reforçando a importância da flexibilidade, adaptação e inovação na condução da pesquisa científica, especialmente na área da enfermagem, diante de cenários desafiadores como o enfrentado durante a pandemia de COVID-19.

Por fim, apesar de tal contexto, suas repercussões socioculturais resultaram em alterações transitórias e permanentes para o campo de pesquisa em enfermagem, o que exigiu da comunidade acadêmica destreza e perseverança para contornar os empecilhos específicos desta área vivenciados neste período, a fim de continuar com produção científica de qualidade. Portanto, faz-se necessário reconhecer a importância deste período para a ciência, que apesar de sombrio e difícil, possibilitou o fomento de novos saberes e novas perspectivas para a produção científica e inovação nas práticas da enfermagem.

O mundo pós-moderno, marcado pela hiperconectividade e excesso de informações, destaca a necessidade de uma transformação no sistema educacional. O desafio reside em promover o discernimento entre conhecimento popular e científico, superando desigualdades presentes em muitos sistemas educacionais. Para abordar essa questão, é crucial adotar uma abordagem educacional abrangente, priorizando o desenvolvimento do pensamento crítico, a alfabetização midiática e a ética da informação.

A pesquisa do Pew Research Center revela a falta de confiança na ciência no Brasil, especialmente entre os jovens, destacando a necessidade urgente de fortalecer a alfabetização científica na educação básica. A ascensão digital impõe desafios relacionados à veracidade das informações, exigindo uma ênfase na alfabetização digital e crítica. O alerta sobre a automação total sob algoritmos destaca a importância de preservar a essência humana diante dos avanços tecnológicos. Em síntese, a revisão educacional, o fortalecimento da alfabetização científica e digital, juntamente com a preservação da singularidade humana, são essenciais para uma sociedade informada e resiliente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. S. RAMALHO, M. AMORIM, L. **O novo coronavírus e a divulgação científica.** 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/40823/O%20novo%20?sequence=2>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coronavírus: monitoramento nas instituições de ensino.** Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRYSON, J. R.; ANDRES, L. (2020). Covid-19 and rapid adoption and improvisation of online teaching: Curating resources for extensive versus intensive online learning experiences. **Journal of Geography in Higher Education**, 44(4), 608–623. DOI: <https://doi.org/10.1080/03098265.2020.1807478>.

CARDANO, Mario. Manual de pesquisa qualitativa. **A contribuição da teoria da argumentação.** Tradução: Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

COUTO, E. S.; COUTO, E. S.; CRUZ, I. M. P. (2020). #FIQUEEMCASA: EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19. **Interfaces Científicas - Educação**, 8(3), 200–217. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>

HARARI, Y. N. **Na batalha contra o Coronavírus, faltam líderes à humanidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CASTIONI, R. et al. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, v. 29, p. 399-419, 2021.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Ciência Aplicada.** Blumenau, v. 2, n. 04, p. 01-13, 2008.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNK, C; TYSON, A; KENNEDY, B; JOHNSON, C. Science and Scientists Held in High Esteem Across Global Publics. Pew Research Center, 2019. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/science/2020/09/29/science-and-scientists-held-in-high-esteem-across-global-publics/>>. Acesso em: 30 de Nov de 2023.

FRANÇA, G. F. et al. Usabilidade e Experiência do Usuário: estudo de caso sobre o ambiente virtual de aprendizagem ColabWeb. **AEC&D-Arte, Educação, Comunicação & Design**, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/dcae/article/view/10101>>. Acesso em: 30 de Nov de 2023.

FRENETTE, M.; FRANK, K.; DENG, Z. School closures and the online preparedness of children during the COVID-19 pandemic. **Economic Insights, Ottawa**. 2020.

GILBERTO, Irene Jeanete Lemos. Um olhar sobre a sala de aula virtual: Construindo conhecimentos sobre a docência. **Educação e Conhecimento** Volume, p. 23. 2023. Disponível em: <[Educao-Conhecimento-vol1.pdf \(researchgate.net\)](#)>. Acesso em 30 de nov de 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

LANA, G. L.; PARKER, M.; VIVIENE, C. M. Comunidade de prática e o desenvolvimento profissional docente de professores de educação física em uma escola brasileira. **Movimento (0104754X)**, v. 28, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-8918.113015>>. Acesso em 23 de nov de 2023.

GIAMATTEY, M. E. P. et al. Rituais fúnebres na pandemia de COVID-19 e luto: possíveis reverberações. **Escola Anna Nery**, v. 26, n. spe, p. e20210208, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0208>>. Acesso em: 28 de nov de 2023.

MORIN, Edgar. **Conhecimento, ignorância, mistério**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

MOURA, A. A. M. et al. Seria o isolamento social durante a pandemia de COVID-19 um fator de risco para depressão?. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0594>>. Acesso em 25 de nov de 2023.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práx. Educ. Vitória da Conquista**, v.17, n. 48, p. 60-77, out. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>>. Acesso em: 26 de nov de 2023.

OLIVEIRA, V. H. N. Desafios para a pesquisa no campo das ciências humanas em tempos de pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (Boca)**, v. 5, n. 14, p. 93-101, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.4513773%20>>. Acesso em 30 de nov de 2023.

RAMOS, J. F.; ROSÁRIO, E. S.; ROSARIO, S. A. S. Formação Continuada E O Uso De Ferramentas Digitais No Ensino: Desafios E Possibilidades Durante A Pandemia Da Covid-19 Em Bragança-Pa. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 4, p. 3774-3796, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.55905/cuadv15n4-042>>. Acesso em 30 de nov de 2023.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?**. Editora estação das letras e cores, 2020. Disponível em: <A Pós-Verdade é Verdadeira ou Falsa? - Lucia Santaella - Google Livros>. Acesso em 30 de nov de 2023.

SENHORAS, E. M. . CORONAVÍRUS E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS ASSIMÉTRICOS . **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 128–136, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3828085. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.3828085>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SILVEIRA, Filipe Xerxeneski da. **Da revolução científica à revolução da pós-verdade: a retórica das evidências na Educação em Saúde**. 2023.

Disponível em: Da revolução científica à revolução da pós-verdade: a retórica das evidências na Educação em Saúde (ufrgs.br). Acesso em: 30 nov. 2023.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação, 1º edição, São Paulo, Atlas. 2011

UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, United Nations Children's Fund, World Food Programme, World Bank. **Framework for reopening schools** [Internet]. April 2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/documents/framework-reopening-schools>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO. **Director General's opening remarks at the media briefing on COVID-19** [Internet]. Geneva: WHO; 2020. Disponível em: <[https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihf-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihf-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov))>. Acesso em: 23 nov. 2023

CAPÍTULO 10

DIREITOS HUMANOS E RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO RACISMO RELIGIOSO

Douglas Luiz de Oliveira Moura

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG). Especialista em Cultura Afro-brasileira pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG). Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG)

RESUMO

O texto aborda a persistência da intolerância religiosa como um desafio significativo na contemporaneidade, especialmente em relação às religiões de matriz africana. Questiona a existência desse mesmo fundamento com um arcabouço jurídico que assegura a liberdade de crença religiosa. Destaca a Constituição Federal, que, em seu artigo 5º, assegura a liberdade religiosa, e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que veda a discriminação por motivos religiosos. O estudo utiliza uma metodologia de pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, baseando-se em fontes doutrinárias de juristas renomados e na análise da legislação pertinente. A pesquisa visa aprofundar o conhecimento sobre a intolerância religiosa, propondo uma abordagem extensiva do problema quantitativa e qualitativa. No que tange aos resultados, o estudo analisa as políticas públicas de enfrentamento ao racismo religioso, especialmente nas religiões de matriz africana, destacando a complexidade da liberdade religiosa em um país com forte tradição religiosa. Enfatiza que a intolerância persiste, prejudicando a diversidade democrática de ideias e filosofias. A conclusão destaca a necessidade de políticas públicas mais severas contra a intolerância religiosa, respeitando a diversidade cultural. Aponta que o Estado deve adotar uma postura neutra no campo religioso, evitando a interferência de correntes religiosas em assuntos sociais, políticos e culturais. Propõe uma reforma baseada na integração cultural e no reconhecimento da diversidade, promovendo a consagração dos direitos humanos e a promoção da igualdade de influência.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Racismo religioso; Religião de Matrizes Africanas; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Refletindo sobre a questão da intolerância religiosa, fica evidente que este constitui um dos desafios mais significativos na contemporaneidade, persistindo desde tempos ancestrais, principalmente devido ao fanatismo religioso que permeia a sociedade. Esse fenômeno provoca debates intensos e, em alguns casos, até mesmo conflitos armados, supostamente em nome da religião.

Desta maneira, a partir dessa perspectiva este estudo tem como problemática entender o *porquê do racismo religioso* e da discriminação as religiões de matrizes africanas, quando se tem um arcabouço jurídico que assegura, sobretudo, a liberdade de crença religiosa a todos os cidadãos, protegendo-se inclusive a manifestação religiosa, de modo a afastar qualquer interferência e intolerância de correntes religiosas? Como se afigura o direito à liberdade religiosa? Qual o papel do Estado nesse contexto da intolerância a manifestação religiosa diante do dever de neutralidade e da Laicidade?

Ao pensar como se afigura o direito à liberdade, salta aos olhos que a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso VI, disciplina a liberdade religiosa, que há que ser exteriorizada pela livre manifestação do pensamento compreendido em todas as suas formas, de consciência, de crença e de culto religioso, garantidos na forma da lei pela inviolabilidade e assegurando o livre exercício. O dispositivo preceitua com clareza quanto a inviolabilidade da liberdade, sendo esse direito ainda reservado pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos que veda a discriminação por motivo de religião (Art. 2º, § 1º) e garante a liberdade de pensamento, de consciência e de religião (Art. 18).

A liberdade religiosa é extraída do princípio da dignidade da pessoa humana maximizado pela Constituição Federal, que conduz ao entendimento que o indivíduo tem direito de escolher livremente sua opção de culto religioso, que não se trata meramente de uma simples adoração a Deus, mas um conjunto de manifestações como os segmentos afro religiosos sem qualquer conveniência de ordem pública e aos bons costumes.

É importante destacar, que apesar de a sociedade ter evoluído, intolerância religiosa que é fruto de um longo processo histórico de doutrinação vivenciado pela sociedade deste os tempos mais remotos, continuam protagonizando novos casos de discriminação, fazendo-se necessário, nesse passo o estabelecimento de políticas públicas mais severas de enfrentamento a intolerância ao racismo religioso, principalmente porque muitos são vitimizados em decorrência de suas crenças e manifestações religiosas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo em questão trata-se de pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, que será feito no campo teórico, tomando-se por base inúmeras fontes doutrinárias de juristas como Marcelo Novelino, Jose Afonso da Silva, Uadi Lammêgo Bulos, Celso Ribeiro Bastos, associado ao estudo da legislação pertinente, no intuito de delimitar os conceitos relacionado a essa temática da intolerância ao racismo religioso de matrizes africanas lançada ao debate nesta pesquisa (CARVALHO, 2007).

As formas de pesquisas para o alinhamento deste trabalho serão em sua maioria descritivas e de fontes primárias e secundárias, utilizando revisões de literaturas pelo levantamento de materiais publicados em meios escritos ou eletrônicos disponíveis em cervos de bibliotecas e páginas de internet que enfrentando a questão do direito à liberdade religiosa previsto na Constituição Federal de 1988, desmistificam as Políticas Públicas de enfrentamento a intolerância religiosa

Deveras com a revisão bibliográfica pretende-se aprofundar o conhecimento sobre a intolerância e assim dar direcionamento inovador por meio de uma abordagem extensiva do problema, propondo um balanço do ponto de vista quantitativo e qualitativo, com vistas a compreensão da intolerância religiosa enquanto processo constitutivo e desafiador para a garantia do direito de consciência e crença do ser e a dignidade humana de cada um.

O método como base lógica da investigação permite decidir sobre o alcance da investigação e as regras de explicação. Para tanto na elaboração deste trabalho é aplicado o método indutivo, muito aplicável nas ciências naturais, proposto por filósofos empiristas como Hobbes e Locke, segundo os quais o conhecimento é fundamentado na experiência (CARVALHO, 2007).

RESULTADOS

O presente estudo se propõe a analisar dentro do panorama jurídico as Políticas Públicas de enfrentamento ao racismo religioso as religiões de matrizes africanas porque se observa que hodiernamente inexiste no âmbito brasileiro respeito entre os diferentes segmentos religiosos, havendo flagrantes casos de discriminação em prejuízo às essas religiões.

A temática envolvendo a liberdade religiosa se apresenta bastante intrincada e até se pode dizer, causadora de certa “tensão dialética”, em razão da complexidade que se acentua, em países, assim como o Brasil, de forte tradição religiosa, nas quais a distinção entre manifestações culturais e religiosas nem sempre possui uma nítida linha divisória que possibilite identificar os limites entre liberdade de convicção e intolerância manifestada em forma de racismo religioso de matrizes africanas

Tamanha a complexidade que até a mera tentativa de conceituar liberdade já provoca acalorados debates, quando preconceito, marginalização, criminalização e racismo estão presentes até nos dias de hoje por meio de perseguições afro religioso, decorrentes de divergências que levam a violência na tentativa de impor ao outra sua própria crença e consciência religiosa, em completa ofensa a liberdade fundamental de cada pessoa de manifestação de credo.

O texto constitucional brasileiro consagrou em seus dispositivos que trata dos direitos e garantias fundamentais, dentre outros, o direito à liberdade de consciência, crença religiosa ou convicção filosófica, por qualquer forma, sem censura prévia, sendo certo que, se não forem respeitados esses ditames de modo a salvaguardar referido direito, o agente agirá contra o regime democrático de direito.

Dentro da essência da liberdade, enquanto expressão humana está se define como sendo “um poder de atuação do homem em busca de sua realização pessoal, de sua felicidade”. E sob esse enfoque, o jurista Rivero, citado por SILVA (2002) nós da conta que: “a liberdade é um poder de autodeterminação, em virtude do qual o homem escolhe por si mesmo seu comportamento pessoal”.

Em termo de definições gerais, pode-se ir mais além e trazer o conceito que preconiza que a liberdade “consiste na possibilidade de coordenação consciente dos meios necessários à realização da felicidade pessoal” (SILVA, 2002).

Em assentamento a ideia de liberdade religiosa, partindo dessa ideia genérica de liberdade acima trazida, aquela consiste na escolha do indivíduo da sua religião, sem esgotamento na fé ou na crença. Basicamente ela implica uma prática religiosa ou um culto como um dos elementos fundamentais do que resulta também inclusa, na liberdade religiosa, a possibilidade de organização destes mesmos cultos (BASTOS, 1989).

A liberdade de consciência é a liberdade de foro íntimo; igualmente o é a liberdade de crença, ambas logram o *status de livre*, porque ninguém pode obrigar outrem a pensar deste o daquele modo, visto que é facultado a cada um conscientizar-se da concepção ou diretriz de vida que melhor lhe aprouver, porque essa liberdade situa-se no plano do intelecto, no recanto mais profundo da alma, e a Constituição a declara inviolável (BULOS, 2002).

Segundo lições de Moraes (2001) a liberdade de consciência constitui o núcleo básico de onde derivam as demais liberdades do pensamento. É nela que reside, pela ótica do autor Mello Filho (1986) “o fundamento de toda a atividade política, cujo exercício regular não pode gerar restrições de direito ao seu titular”.

A abrangência do preceito constitucional da liberdade se mostra amplíssimo, haja vista que a religião se define como um complexo de princípios que dirigem os pensamentos, ações e dogmas das pessoas de modo que o constrangimento na forma de violência ao ser humano de forma

a renunciar sua fé representa o desrespeito à diversidade democrática de ideias, filosofias e a própria diversidade espiritual (MORAES, 2001)

E essa maneira com que as pessoas, ditas fanáticas, tentam esposar no outro ser humano seu inconformismo com a consciência e a crença diferente da sua, numa clara expressão de desrespeito à diversidade fortalecem as situações de caos e violência noticiadas em todo canto do mundo, pela sua incapacidade de aceitar a forma como o próximo manifesta sua crença.

Essa incapacidade é chamada de intolerância, que no contexto da religião vem empregada para definir a incapacidade que tem a pessoa em aceitar e respeitar a religião ou crença de outros, que se manifesta, notadamente pela discriminação, bem como pela violência física e ideológica, ou qualquer ato que fira a liberdade.

É notório que os indivíduos são naturalmente diferentes entre si, sendo que muitos destes caracteres distintivos são facilmente identificáveis, os quais, todavia, não poderão ser, em todo e qualquer caso, erigidos, validamente em elementos justificadores de tratamentos jurídicos diferenciados ou de manifesta intolerância a liberdade de crença, por tratar-se a liberdade de direito inalienável do homem, tal como proclamado nos modernos documentos constitucionais (CANOTILHO, 1993).

O conteso desta abordagem consta de um estudo reflexivo acerca do o papel do Estado nesse contexto da intolerância a manifestação religiosa pela implementação de políticas públicas diante do dever de neutralidade e da Laicidade, exigências para se pautar as condutas dos poderes públicos e estabelecer os meios de penalizar as condutas intolerantes contra qualquer insinuação antirreligiosa (NOVELINO, 2013).

A busca por uma verdade centralizada na própria razão promove no seio da sociedade a incapacidade de aceitar que cada um tem direito e liberdade de manifestar sua crença sem que sofra ameaça, como se tem visto nos dias de hoje como sequela do evidente o preconceito com relação às religiões de matrizes africanas, casos de maior destaque, e que tem alicerce nos ideais que não levam em conta a constituição da identidade de cada ser individualmente (OLIVEIRA, 2011).

Mesmo com o alcance da consagração da maturidade de um povo pela conquista constitucional da liberdade, salientada por Cavalcanti (1966) a intolerância às religiões, notadamente as de origem africana se encontra no topo das faces do racismo brasileiro e deste modo, assim como tal, embora tenha sido alçado a categoria de crime imprescritível e inafiançável na Constituição de 1988, o racismo infelizmente resiste ao tempo e rotineiramente agride de morte o processo de democratização no país (MANDARINO, 2007) em visível desrespeito à diversidade democrática das ideias, filosofias e a própria diversidade espiritual (MORAES, 2001).

Não se pode olvidar, outrossim, que o Brasil deve adotar uma postura neutra no campo religioso, de sorte a não apoiar ou discriminar nenhuma religião. Com efeito, em consonância com a Constituição da República

Federativa do Brasil e com toda a legislação que asseguram a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais, etc.

Nesse desenvolver, um dos temas que gera maiores polêmicas na atualidade, diz respeito a temática aqui tratada, que são as manifestações de atos de intolerância religiosa, dentre eles cita-se os que afrontam as religiões de matriz africana, como o exemplo do Candomblé e segmentos afro religiosos, sobretudo, em decorrência da forma com que essa manifestação religiosa é vista pela sociedade brasileira, até por conta do contexto histórico de marginalização e perseguições por parte da religião predominante do país por muitos e árduos anos com forte influência no início da incrementação da república (SILVA, 2007).

Salienta-se que na história da evolução da sociedade para a conquista da liberdade de crença, numa sociedade onde imperava o catolicismo, considerada inclusive a religião oficial da Colônia e do Império, não sendo admitida nenhuma prática contrária as suas diretrizes e regras ditadas por esta religião dominante, a perseguição aos que eram contrários marcou toda uma era social e não se pode, mesmo em tempos de evolução e de conquista da liberdade que se encerrou (MATTOS, 2010) ao ponto de não se flagrar mais a manifesta intolerância de alguns.

Vale ressaltar que o protagonismo da intolerância religiosa de matrizes africanas sempre tomada de um certo grau de violência explícita tem sua origem no processo histórico de construção social das religiões, em que pese vem sendo pregado desde a conquista da liberdade de crença a doutrina da tolerância religiosa postulado do direito natural do homem (MALEK, 2004).

CONCLUSÃO

Um ponto interessante a se apontar é que entre os mais variados sentidos que o termo tolerância abarcou depois de anos de perseguição de povos e culturas, sobressai um ponto comum, que se relaciona com a superioridade e a inferioridade entre duas culturas. É o que se pode então denominar de predominância da identidade individual sobre a diversidade, está que é inerente ao acontecer humano, que segundo LIMA (2006), “ela pode ser definida como a norma da espécie humana”.

Ao examinar o Estado moderno Nacional calcado nas acepções capitalistas, originário da intolerância com aqueles que não partilhavam da identidade nacional, dependente em seu desenvolvimento de políticas de intolerância, exploratórias, uniformizadoras, já não suporta os anseios de um mundo interconecto, uma aldeia global, por onde os direitos humanos necessitam ser reconstruídos imediatamente por novas políticas, a fim de evitar as manifestações públicas contrárias a essa liberdade religiosa dos

povos africanos, que vão deste a invasão terreiros visando a destruir altares, até as reações públicas com ofensas verbais e que culminam geralmente em agressão física (SILVA, 2007).

Essa reforma não deve ser perpetrada não meramente por meio de mecanismos de uniformização ou de imposição cultural do poder enquanto estética do belo, mas sobremaneira como mecanismo de integração cultural frente a toda a diversidade cultural existente, enquanto mecanismo de reconhecimento dessa gama de interlocuções de povos.

A bem da verdade impera a necessidade de consagração da diversidade advinda por ocasião da expansão da globalização virtual, onde as culturas excluídas da lógica do Estado Moderno capitalista, não de ser sopesadas na contemplação dos direitos humanos, a fim de que haja a uniformização da igualdade de crenças.

Como ideário de um povo que de fato alcançou a maturidade na consagração da liberdade religiosa qualquer que seja sua matriz, ainda que tenha alinhamentos distintos do catolicismo que dominou por longos séculos, é que o Estado, como verdadeiro defensor do Estado Democrático de Direito que é, quando verificar a existência de conflitos de natureza religiosa em prejuízo aos cultuantes, aplique as normas previstas no ordenamento jurídico pátria e principalmente aquelas contidas na Declaração Universal de Direitos Humanos dizendo o direito em cada caso concreto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Celso Ribeiro. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1989.

BULOS, Uadi Lamêgo. **Constituição Federal Anotada**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo : Saraiva, 2002.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 6. ed. rev. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

CARVALHO, Natalia. *Metodologia Científica*. Marília: Fundação Unimed, 2007.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **A Dívida Pública Brasileira**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/a-camara/altosestudios/pdf/Livro%20DIVIDA%20PUBLICA.pdf>>. Acesso em ago.2019.

LOCKE, John [1689]. **Carta a respeito da tolerância**. São Paulo: IBRASA, 1964

MALEK, Roman. Jidu Zongjiao: **expressões e situação atual do cristianismo no contexto da política religiosa da República Popular da China**. Cadernos Adenauer, ano V, n. 4, p. 27-47, 2004.

MELLO FILHO, Jose Celso. **Constituição Federal Anotada**. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1986.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2001.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de direito constitucional**. 8ª ed., São Paulo: Método, 2013.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos. **Perseguição aos cultos de origem africana no Brasil: o direito e o sistema de justiça como agentes da (in)tolerância**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=13d83d3841ae1b92>>. Acesso em ago.2019.

RIBEIRO, Milton. **Liberdade Religiosa: uma proposta para debate**. São Paulo: Mackenzie, 2002

SAHEL, Claude. (org.). **A Tolerância: por um humanismo mais herético**. Porto Alegre: L&PM, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 20ª.ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, V. G. da (Org.). **Intolerância religiosa. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo, 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Candomblé e umbanda - caminhos da devoção brasileira**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro - Grupo Summus, 2005.

CAPÍTULO 11

ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NAS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

Mariana Schmidt Manzano

Fisioterapeuta

Universidade Metodista de Piracicaba

Ronny Rodrigues Correia

Fisioterapeuta

Especialista em Unidade de Terapia Intensiva Adulto

Mestrado e Doutorado em Cirurgia e Medicina Translacional, Universidade

Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Medicina de

Botucatu (FMB). Pesquisador Mestrado Profissional Associado a Residência

Médica (MEPAREM) – Faculdade de Medicina de Botucatu

Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade Metodista de Piracicaba

(UNIMEP)

RESUMO

Introdução: No hospital o serviço de urgência e emergência é a porta de entrada para pessoas que procuram atendimento devido a complicações físicas e biológicas, que podem até significar risco de morte. Esse serviço entra em ação quando um paciente precisa de atendimento e ações rápidas para que lesões ou traumas não evoluam para quadros mais graves. Vale salientar que a fisioterapia é elencada nas normas do Ministério da Saúde no que diz respeito ao serviço de urgência e emergência no Brasil, porém mesmo diante de tudo, a fisioterapia ainda não está definida nos modelos organizacionais nas unidades de urgência e emergência. **Objetivo:** Analisar e avaliar as inserções, importância e previsões históricas da atuação dos profissionais de fisioterapia em serviços de urgência e emergência. **Métodos:** Essa pesquisa (revisão sistemática caracterizado *overview*) segue as recomendações para a realização de revisões sistemáticas propostas pela Cochrane Handbook (Higgins & Green, 2021). Foi seguido também as recomendações da declaração PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis*) (PAGE et al., 2021). Os estudos foram obtidos por meio das seguintes bases de dados: *Medline*, via *PubMed* (janeiro 2003 até janeiro 2023), *Embase* (janeiro 2003 até janeiro 2023), *Lilacs* (janeiro 2003 até janeiro 2023) e *PeDro* (janeiro 2003 até janeiro 2023). **Conclusão:** Fica claro a necessidade e importância do fisioterapeuta nos serviços de urgência e emergência, assim como a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para inserção e obrigatoriedade desse profissional nesses serviços, a fim de diminuir eventuais riscos e aumentar a qualidade de vida e sobrevida dos pacientes.

Palavras-chave: Socorro de urgência; Fisioterapeuta; Assistentes fisioterapeutas.

INTRODUÇÃO

No hospital o serviço de urgência e emergência é a porta de entrada para pessoas que procuram atendimento devido a complicações físicas e biológicas, que podem até significar risco de morte. Esse serviço entra em ação quando um paciente precisa de atendimento e ações rápidas para que lesões ou traumas não evoluam para quadros mais graves. (SOUZA et al., 2023)

O termo emergência diz respeito ao risco iminente de morte, indicando que o atendimento deve ser feito por uma equipe multidisciplinar da área da saúde de maneira rápida e eficaz, como por exemplo: traumatismo crânio-encefálico, parada respiratória, entre outros. Já o termo urgência indica que inicialmente não existe risco de morte, porém se acontecer um agravamento do quadro pode ser fatal, como nos casos de fraturas. (FREITAS et al., 2017)

O tempo de espera prolongado nos serviços de urgência e emergência está associado ao aumento da mortalidade e morbidade, por isso existe uma classificação de risco para melhor atender os pacientes, com o intuito de reduzir as taxas de mortalidade. Ela visa avaliar e identificar os pacientes que necessitam de atendimento prioritário, de acordo com a gravidade clínica, potencial de risco, agravos à saúde ou grau de sofrimento. (ALEGRE, 2021)

Essa classificação é feita através do protocolo de *Manchester*, que é um sistema de triagem dos pacientes de acordo com cores. Essas cores representam a gravidade do quadro e o tempo de espera para atendimento de cada paciente. São elas: o vermelho, que indica a necessidade de atendimento imediato pois existe o risco de morte, não podendo haver espera (emergência); o laranja indica que é um quadro muito urgente e precisa de atendimento quase imediato, sendo o tempo máximo de espera 10 minutos; o amarelo significa que é urgente, porém pode ter um tempo de espera para o atendimento, sendo no máximo de 50 minutos; o verde significa que é um quadro pouco urgente e pode aguardar até 120 minutos; e a cor azul mostra que o caso não é urgente e pode esperar por atendimento até 240 minutos ou ser encaminhado para outros serviços de saúde. (FREITAS et al., 2017)

Figura 1. Ilustração didática da classificação *Manchester*.



No Brasil a primeira experiência relatada na literatura de atuação e inserção da fisioterapia no serviço de emergência aconteceu no ano 2000 no Hospital Estadual do Grajaú, em São Paulo, devido a necessidade de um atendimento rápido e eficaz, para obter menores índices e tempo de intubação orotraqueal e ventilação mecânica invasiva/não-invasiva, menores taxas de complicações, infecções e tempo de internação hospitalar(SILVA; SANTOS, 2019).

Em 2013 foi publicado o primeiro parecer técnico sobre a inserção do fisioterapeuta nas urgências e emergências. Nessa portaria é relatado que na época ainda não estava consolidada ou definida nos modelos organizacionais de gestão a atuação do fisioterapeuta nesse seguimento, porém a discussão da inserção desse profissional estava promovendo questionamentos e investigações sobre os benefícios que poderia trazer aos atendimentos hospitalares e aos pacientes. (WEBER; DE MELLO, 2013)

Entretanto, de acordo com a Resolução nº 509/2019 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), é reconhecida a atuação e importância do fisioterapeuta nas unidades de emergência e urgência, conforme o fundamento de que a fisioterapia é membro da equipe da área de saúde em diversos setores, entre eles: unidades de terapia intensiva (UTIs), pronto atendimentos, emergências e outros setores. Além de também ser atribuição desse profissional o uso da ventilação mecânica invasiva, da oxigenoterapia e da ventilação mecânica não invasiva. Vale salientar que a fisioterapia é elencada nas normas do Ministério da Saúde no que diz respeito ao serviço de urgência e emergência no Brasil. Porém, mesmo diante de tudo isso, a fisioterapia ainda não está definida nos modelos

organizacionais nas unidades de urgência e emergência. (“PARECER ASSOBRAFIR No 03/2021 EMENTA: FISIOTERAPIA. UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO. REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS. VENTILAÇÃO MECÂNICA”, [s.d.]

A fisioterapia nas unidades de urgência e emergência atua nos atendimentos de pacientes graves, amenizando os sinais e sintomas clínicos e funcionais, otimizando a função respiratória, diminuindo o desconforto respiratório com técnicas específicas fisioterapêuticas, suporte ventilatório e oxigenoterapia, e com condutas efetivas nos casos de traumatismos. (SOUZA et al., 2023)

O objetivo deste estudo foi analisar e avaliar as inserções, importância e previsões históricas da atuação dos profissionais de fisioterapia em serviços de urgência e emergência.

MÉTODOS

O método desta pesquisa seguiu as recomendações para a realização de revisões sistemáticas propostas pela Cochrane Handbook (Higgins & Green, 2021). Foi seguido também as recomendações da declaração PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis*) (PAGE et al., 2021).

- **Tipo de estudo**

Revisão sistemática caracterizado *overview*;

- **Local**

Universidade Metodista de Piracicaba/SP (UNIMEP), curso de Fisioterapia;

- **Amostra**

- Estudos que foram encontrados e que preenchem os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos:

- **Critérios de inclusão:**

- Estudos que relatarem histórico de atuação de fisioterapeutas no setor de urgência e emergência intra-hospitalar;
- Estudos os últimos 20 anos;
- Sem restrições de idioma.

- **Critérios de exclusão:**

- Estudo fora dos últimos 20 anos;
- Estudos que não relatem atuação de fisioterapeutas no setor de urgência e emergência intra-hospitalar.

- **Estratégia de busca:**

Os estudos serão obtidos por meio das seguintes bases de dados: *Medline*, via *PubMed* (janeiro 2003 até janeiro 2023), *Embase* (janeiro 2003 até janeiro 2023), *Lilacs* (janeiro 2003 até janeiro 2023) e *PeDro* (janeiro 2003 até janeiro 2023).

- **Modelo da estratégia de busca associado operadores booleanos:**

(Socorro de Urgência) OR (Emergency Relief) OR (Socorro de Urgencia) OR (Secours d'Urgence) AND (Physical Therapist) OR (Physicaltherapist) OR (Physical Therapist Assistants) OR (Assistentes de Fisioterapeutas) OR (Asistentes de Fisioterapeutas) OR (Assistants de kinésithérapeutes).

RESULTADOS

A estratégia de busca identificou 50 títulos, sendo os 50 pelo Pubmed. Esses estudos aparentemente atenderam os requisitos mínimos, sendo considerados como referências em potencial. Após uma segunda análise, foram excluídos 38 estudos que, em algum momento, não se enquadravam nos critérios de inclusão da nossa revisão. Doze estudos atenderam os requisitos temáticos considerados para inclusão nesta revisão, sendo que, em todos, foi realizada análise qualitativa.

Figura 2 Diagrama de fluxo de acesso e seleção dos estudos excluídos e incluídos adaptado de (STOVOLD et al., 2014).

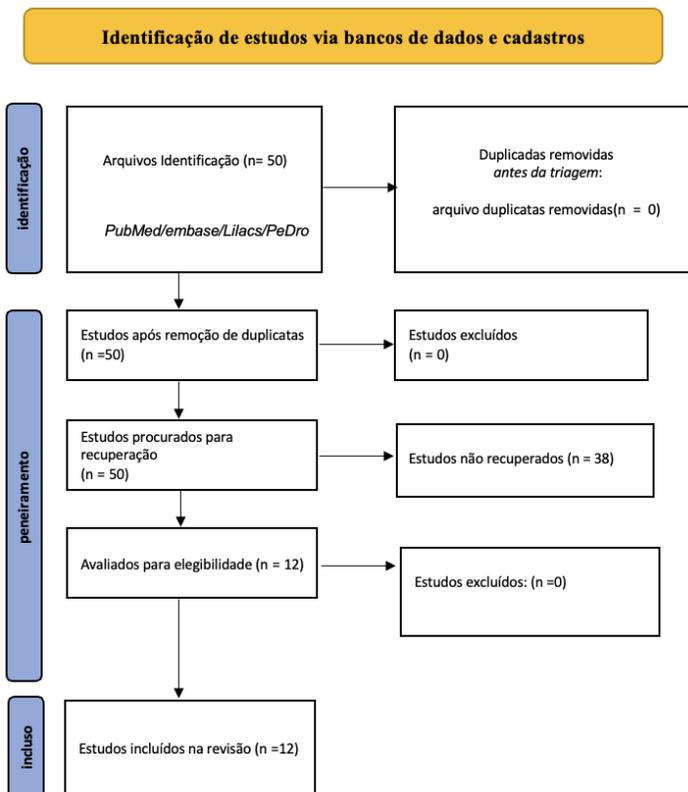


Tabela 1. Categorização dos estudos e informações relevantes

			em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed (motor de busca da MEDLINE) e a Physiotherapy Evidence Database (PEDro), utilizando descritores e palavras-chave.	primário (áreas de atuação avançadas e expandidas) e contato secundário.	da profissão, de modo que seja correspondidas as demandas sociais do campo profissional, além das necessidades do mercado de trabalho.
(PARECER ASSOBRAFIR Nº 03/2021 EMENTA: FISIOTERAPIA. UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO. REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS. VENTILAÇÃO MECÂNICA</i>, n.d.)	Não relata.	Parecer/ementa ASSOBRAFIR.	Diz respeito a preparação da consulta fisioterapêutica da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) durante a pandemia de COVID-19.	Precisa responder às solicitações em 2 horas, triar pacientes, gerenciar casos moderados, estabelecer casos graves e prestar atendimento a unidades de emergência.	A ASSOBRAFIR opina pela retomada do modelo assistencial assertivo, respaldado pelo artigo 12 da Portaria Nº 10/2017 do Ministério da Saúde, proporcionando a manutenção das atividades dos fisioterapeutas nos turnos matutino, vespertino e noturno.
(MASTROANTÔNIO; JÚNIOR; JÚNIOR, 2018)	Não relata.	Revisão bibliográfica da literatura.	Foram realizadas buscas na base de dados Literatura Americana e do Caribe – Lilacs. O acesso as bases de dados foi realizado pelo portal Biblioteca Virtual de Saúde – BV5 e para as buscas foram utilizados os descritores DeCS. A busca foi realizada combinando os descritores através do operador booleano "AND". Foram incluídos os estudos publicados entre 2001 a 2016.	Os resultados dos dados mostram que para diminuir as comorbidades é necessário traçar medidas que visem a prevenção de adoecimentos e internações, iniciando o tratamento precocemente para diminuir agravos e promover a saúde pública.	É importante que os profissionais que atuam nesta nova área busquem atualização técnico-científica constante, pois ela abrange um campo amplo. É reconhecida a importância do trabalho em equipe para melhor segurança, eficácia e tratamento da população em situações de crise.
(FREITAS et al., 2017)	Emergência do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNESC) – Porto Alegre.	Relato de experiência.	Relato de uma vivência na emergência do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNESC).	A implementação do Sistema de Classificação de Risco Protocolo de Manchester (CRPM) priorizou os atendimentos de casos emergenciais e urgentes de forma justa, organizando assim o fluxo dos pacientes no setor.	A CRPM organiza o fluxo das emergências e urgências, acarretando benefícios aos pacientes que precisam de atendimento, pois antes de consultar o médico, ele tem contato com profissionais capacitados para uma primeira análise da gravidade do seu quadro.
(WEBER; DE MELLO, 2013)	Emergência do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNESC) pertencente ao Grupo Hospitalar Conceição (GHC), instituição hospitalar pública, situada no município de Porto Alegre/RS.	Estudo descritivo prospectivo.	Os pacientes admitidos e internados na emergência foram recrutados. A coleta de dados foi realizada cinco vezes por semana (segunda a sexta), durante 3 horas diárias, no período da manhã ou da tarde, pelo preenchimento de uma ficha de avaliação composta de dados coletados do prontuário: dados pessoais, diagnóstico, reincidência, classificação de risco, evolução da	Dos 189 pacientes classificados como urgência absoluta e que necessitaram de internação na sala vermelha, 49(25,9%) utilizaram oxigênio; destes, 36(73,4%) utilizaram cateter nasal, 11(22,4%) máscara de Venturi, 1(2%) óculos nasais e 1(2%) máscara de reservatório. A intubação orotraqueal foi realizada em 105(55,5%) pacientes; destes, 103(98%) fizeram uso de ventilação mecânica invasiva e dois pacientes necessitaram de	A colocação de um fisioterapeuta qualificado na equipe de atendimento em serviços de emergência pode promover o tratamento precoce e o manejo de condições agudas ou crônicas e comorbidades, reduzindo o risco de deterioração clínica em pacientes que permanecem sob cuidados por muito tempo nessas unidades.

			emergência, tempo de permanência na emergência, necessidade de oxigenioterapia, intubação traqueal e assistência ventilatória.	intubação somente para proteção de via aérea, sem uso de pressão positiva. A ventilação mecânica não invasiva foi utilizada por dois (1%) dos pacientes.	
(ALEGRE, 2021)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.	Revisão bibliográfica da literatura.	A busca foi realizada em cinco bases de dados: MEDLINE, utilizando a interface Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed (motor de busca da MEDLINE) e a Physiotherapy Evidence Database (PEDro).	Os artigos de disponibilidade e adequação incluídos nesta revisão parecem argumentar juntos sobre a necessidade de tratamento fisioterapêutico, o que confirma conclusões anteriores sobre a necessidade de pesquisas que justifiquem a presença de um fisioterapeuta em emergências.	As reflexões sobre a temática do trabalho como fisioterapeuta emergencial responsabiliza por repensar os rumos da profissão, de forma que responde não só às necessidades do mercado de trabalho, mas também às demandas sociais do campo profissional de atuação.
(Miorin et al., 2019)	Não relata	Revisão integrativa da literatura.	A busca dos estudos foi realizada no mês de junho de 2019 e não foi instituído recorte temporal. Os estudos foram selecionados nas bases de dados eletrônicas Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Ind Cumulativa ex para Enfermagem e Allied Health Literature (CINAHL), Biblioteca Nacional de Medicina (PubMed) e SciVerse Scopus (SCOPUS). Para proceder com a busca, utilizaram-se Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) para as bases de dados em língua portuguesa e espanhola e os Assunto Médico Titulos (MeSH) correspondentes para a busca nas bases eletrônicas em língua inglesa. Foram definidas ainda as palavras-chave.	Foi detectado a necessidade de melhorar a comunicação de informações entre as equipes de saúde, parecendo estar ser um obstáculo a ser vencido pelos profissionais tanto do atendimento pré-hospitalar quanto do Intra-hospitalar.	É necessário desenvolver outros estudos relacionados a colaboração profissional com base em diferentes métodos de investigação, que possam assim melhorar a qualidade da ajuda prestada e as relações entre os departamentos.
(Pereira et al., 2019)	Hospital Adamastor de Oliveira (Hospital Regional de Vilhena – HRV).	Relato de experiência.	Relato de experiência, baseado na rotina de uma profissional de fisioterapia na residência multiprofissional em urgência e trauma, realizada entre março de 2016 e março de 2018.	No início de rodizio, cada setor do hospital é apresentado ao residente, bem como a equipe multidisciplinar que o compõe, suas rotinas, práticas e protocolos. Após a apresentação do campo de atuação, o residente deve elaborar seu próprio plano de ação, que deve ser apresentado mensalmente ao supervisor junto com um relatório mensal.	Evidencia-se a necessidade de garantir recursos humanos e materiais adequados para que os profissionais de saúde possam contribuir para a assistência integral e humanizada exigida pela legislação brasileira aos usuários do SUS.

DISCUSSÃO

O fisioterapeuta pode agir como profissional de primeiro contato desde pacientes de classificação de risco verde, que necessitam de atendimento de baixa complexidade, realizando consultas, tratamento ambulatorial, evitando complicações respiratórias e motoras, até casos de maiores complexidades, como em pacientes que precisam de ventilação mecânica, preparando e ajustando os parâmetros ventilatórios durante a intubação, no processo de desmame e na extubação. (SILVA; SANTOS, 2019), (CORDEIRO; DE BARROS; GARDENGHI, [s.d.]).

É de extrema importância para a equipe multidisciplinar que o fisioterapeuta esteja presente na urgência e emergência, contribuindo para uma menor taxa de óbito e redução de custos. O profissional da fisioterapia atua reduzindo o tempo de internação, diminuindo o quadro algico, acarretando a redução do número de mortes e possíveis sequelas de origem musculoesquelética, acarretadas pela síndrome do imobilismo, principalmente em diagnósticos de alteração cardiopulmonar que necessita de oxigenoterapia e ventilação mecânica invasiva e não invasiva. (SOUZA et al., 2023), (CORDEIRO; DE BARROS; GARDENGHI, [s.d.]).

Com a inclusão da fisioterapia nas urgências e emergências foi observado uma grande mudança no número de altas de idosos com complicações respiratórias, o que mostra uma diminuição na taxa de mortalidade em pacientes que precisam dos serviços de emergência, ressaltando a necessidade do profissional dessa área nesse ambiente. (“PARECER ASSOBRAFIR No 03/2021 EMENTA: FISIOTERAPIA.. UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO. REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS. VENTILAÇÃO MECÂNICA”, [s.d.]

A fisioterapia contribui com o tratamento precoce e manejo de condições agudas ou crônicas agudizadas, intervindo com assistência ventilatória ideal e com a profilaxia de morbidades, realizando as mobilizações precoces, melhorando assim a mecânica respiratória, aumentando a oxigenação, diminuindo atelectasias, preservando e recuperando a força muscular e mobilidade articular. (SOUZA et al., 2023)

O profissional da fisioterapia tem muito a oferecer nos setores de urgência, devido ao manejo efetivo das técnicas de oxigenoterapia, ventilação mecânica não-invasiva (VNI) e ventilação mecânica invasiva (VMI).

É legitimado a este profissional a utilização dessas intervenções quando necessário ao paciente, realizando os ajustes ventilatórios, manobras de recrutamento alveolar e de reexpansão pulmonar. (SOUZA et al., 2023)

A necessidade da fisioterapia na urgência e emergência foi observada devido ao grande número de pacientes com alterações cardiopulmonares que requerem oxigenoterapia e ventilação mecânica invasiva e não invasiva. A fisioterapia possui o reconhecimento técnico e específico para manuseio clínico dessas intervenções, podendo atuar tanto na prevenção quanto no tratamento de doenças respiratórias, em nível

ambulatorial, intra-hospitalar (em alas de internação coletiva como as enfermarias de clínicas médicas e cirúrgica) e em unidade de terapia intensiva. (SOUZA et al., 2023), (SILVA; SANTOS, 2019)

A inserção do fisioterapeuta no pronto socorro é recente, porém já mostra com eficiência sua importância na diminuição no número de mortalidades, diminuição do tempo de internação, diminuição de custos e aumento de altas hospitalares. Esses profissionais têm ganhado destaque e espaço com a crescente necessidade do uso de ventilação mecânica, oxigenoterapia e assistência em alterações cardiopulmonares. Devido ao grande conhecimento das técnicas de intervenção respiratória em pacientes graves, a fisioterapia também é considerada fundamental na equipe de transporte, ajudando na estabilização e segurança dos pacientes, o que mostra que os profissionais dessa área estão ganhando cada vez mais espaço e importância nos setores de urgência e emergência. (SOUZA et al., 2023)

CONCLUSÃO

Após esboço apresentado, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para inserção e obrigatoriedade do profissional de fisioterapia em unidades de urgência e emergência, a fim de diminuir eventuais riscos e aumentar a qualidade de vida e sobrevida de pacientes seguindo o modelo do hospital do Grajaú.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRE, P. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO Mônica de Almeida Souza e Mello ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NOS SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA. 2021.

Atuação do fisioterapeuta em urgência e emergência: uma análise de condutas em uma unidade de pronto atendimento. Disponível em: <<https://cpocrjournal.org/article/5ef0fb8d0e88258c1bc092e1>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CORDEIRO, J.; DE BARROS, M.; GARDENGHI, G. A importância do fisioterapeuta integrando a equipe multidisciplinar nas unidades de urgência e emergência Endereço para correspondência. [s.d.].

FREITAS, S. et al. MINISTÉRIO DA SAÚDE GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E PESQUISA EM SAÚDE-ESCOLA GHC INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL-CÂMPUS PORTO ALEGRE

CURSO TÉCNICO EM REGISTROS E INFORMAÇÕES EM SAÚDE O USO DO PROTOCOLO DE MANCHESTER PODE AUXILIAR NO ATENDIMENTO HUMANIZADO EM UMA EMERGÊNCIA? 2017.

MASTROANTONIO, E. M.; JÚNIOR, S. L. A. DE M.; JÚNIOR, S. L. A. DE M. O Fisioterapeuta como Membro da Equipe Multidisciplinar no Pronto Socorro. **Journal of Health Sciences**, v. 20, n. 1, p. 34–39, 30 mar. 2018.

MELLO, M. DE A. S. E. Atuação do fisioterapeuta nos serviços de emergência. 2021.

PARECER ASSOBRAFIR Nº 03/2021 EMENTA: FISIOTERAPIA.. UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO. REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS. VENTILAÇÃO MECÂNICA. [s.d.].

SILVA, C. C. M. DA; SANTOS, I. M. DOS. A importância da fisioterapia no setor de urgência e emergência: uma revisão de literatura/ The importance of physiotherapy in the emergency and emergency sector: a literature review. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 18335–18343, 8 out. 2019.

SOUZA, L. C. P. et al. ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NO DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA É EMERGÊNCIA: UMA REVISÃO LITERÁRIA. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 3, p. 1448–1463, 17 fev. 2023.
STOVOLD, E. et al. Study flow diagrams in Cochrane systematic review updates: an adapted PRISMA flow diagram. **Syst Rev**, v. 3, p. 54, 2014.

Vista do A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH) NO ESTADO DO PARANÁ: REVISÃO DE LITERATURA. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.unibrazil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/5452/4243>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Vista do ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE FISIOTERAPIA NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM URGÊNCIA E TRAUMA: RELATO DE EXPERIÊNCIA. Disponível em: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1381/706>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

WEBER, R.; DE MELLO, M. Indicações para Inserção do Profissional Fisioterapeuta em uma Unidade de Emergência Indications for the Physiotherapist Insertion in an Emergency Unit. **Abr**, v. 4, n. 1, p. 33–41, 2013.

CAPÍTULO 12

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A UM PACIENTE COM HISTÓRICO DE LEISHMANIOSE TEGUMENTAR E DIAGNÓSTICO ATUAL DE DOENÇA ARTERIAL OBSTRUTIVA PERIFÉRICA À LUZ DA TEORIA DE CALLISTA ROY: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Kedma Kaetana Sá Rocha

Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal do Amapá, Campus Marco-Zero

Andriely Katrine Silva Monteiro

Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal do Amapá, Campus Marco-Zero

Agatha Bianca Schuertz Osório

Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal do Amapá, Campus Marco-Zero

Karyna Pereira Fonseca Sousa

Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal do Amapá, Campus Marco-Zero

Daylane Natália Pinheiro Oliveira

Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal do Amapá, Campus Marco-Zero

Diana Dárylm Mascarenhas Martins

Enfermeira, Universidade Federal do Amapá, Campus Marco-Zero

Laís Farias dos Santos

Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal do Amapá, Campus Marco-Zero

Jose Luiz Picanço da Silva

Especialista em Enfermagem Cirúrgica, Docente na Universidade Federal do Amapá, Campus Marco-Zero

Érika Tatiane de Almeida Fernandes Rodrigues

Doutora em Ciências, Docente na Universidade Federal do Amapá, Campus Marco-Zero

RESUMO

Objetivo: Elaborar sistematização da assistência de enfermagem (SAE) para paciente internado em ambiente hospitalar com histórico de Leishmaniose Tegumentar (LT) e atual diagnóstico de Doença Arterial Obstrutiva Periférica (DAOP) com base na Teoria de Callista Roy. **Metodologia:** Este estudo consiste em um relato de experiência do tipo descritivo, com abordagem qualitativa. Foi realizado na clínica médica do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá (HU-UNIFAP), localizado na cidade de Macapá - AP, no período de 21 a 28 de agosto de 2023 com o paciente J.P.R.

Resultados: A pesquisa evidenciou que é nítido o papel da SAE associada à teoria de Callista Roy como instrumento fundamental e indispensável na recuperação da saúde e na adaptação do cliente, minimizando os danos e visando a promoção de bem-estar físico, emocional e psicológico.

Conclusão: Observou-se considerável evolução no quadro clínico do cliente, melhora física, emocional e psicológica, sendo indispensável o apoio prestado ao paciente de toda equipe multiprofissional e, em especial a implementação da SAE.

Palavras-chave: Leishmaniose Tegumentar; Sistematização da Assistência De Enfermagem; Callista Roy; Úlceras Cutâneas; Doença Arterial Obstrutiva Periférica.

INTRODUÇÃO

A Leishmaniose Tegumentar (LT) é uma doença zoonótica que se manifesta de diversas maneiras, sendo conhecida por apresentar várias formas clínicas distintas (Neves, 2005). É uma enfermidade infecciosa, de evolução crônica e não transmissível que afeta a pele e as mucosas, sendo causada por protozoários pertencentes ao gênero *Leishmania*. Embora raramente fatal, essa doença pode resultar em deformidades significativas que afetam a autoestima dos indivíduos infectados (Brasil, 2018).

É classificada como uma doença negligenciada, uma vez que é mais comum em comunidades de baixa renda, e continua sendo um problema de saúde pública relevante, com altas taxas de incidência e prevalência no país, principalmente quando associado ao trabalho braçal e ambientes de florestas (Brasil, 2018; Brasil, 2020).

Segundo o Ministério da Saúde, os 3 tipos de *Leishmania* mais relevantes são o *amazonensis* que se distribui pelas florestas da Amazônia Legal (Amazonas, Pará, Rondônia, Tocantins e Maranhão), o *guyanensis* que está limitado à Região Norte (Acre, Amapá, Roraima, Amazonas e Pará), especialmente em florestas de terra firme que não se alagam no período de chuvas e o *braziliensis* que é encontrado em todo território brasileiro. A nível nacional são registrados em média 21.000 casos/ano, e sua maior incidência está na Região Norte com 46, 4 casos/100.000 habitantes (Brasil, 2023).

Tabela 1 - Casos em localidades endêmicas, 2022.

Local	Casos Diagnosticados
Amapá	467
Região Norte	6.560
Amazônia Legal	9.283

Fonte: Ministério da Saúde/SVSA - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2023.

A princípio a lesão apresenta características do tipo papulovesiculosa que pode ser acompanhada de linfangite, além de inflamação dos gânglios linfáticos mais próximos, posteriormente há ulceração dessa pápula e exibição de úlcera, indolor, com bordas ligeiramente elevadas e regulares (talhadas a pique), pouco exsudativa e com tecido de granulação na superfície. Dentro de alguns meses pode haver disseminação hematogênica e/ou linfática, levando a parasitos e lesões em novas localizações e agravamento das feridas (Rey, 2010).

As lesões leishmanióticas tendem a cronicidade e desenvolvimento lento, tanto para expansão quanto para cicatrização que pode durar vários anos, principalmente se o paciente tiver outras patologias como Doença Arterial Obstrutiva Periférica (DAOP) que, por impedir fluxo sanguíneo adequado para alguma região do corpo compromete a cicatrização (Hinkle e Cheever, 2020; Rey, 2010).

Em síntese, DAOP faz parte do conjunto de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (Fowkes *et al.*, 2013). Sua fisiopatologia está relacionada com o acúmulo anormal de depósitos lipídicos, cálcio, componentes sanguíneos, carboidratos e tecido fibroso na túnica íntima nas paredes das artérias causando estenose total ou parcial e embora existam muitas teorias sobre a formação da aterosclerose, o princípio de diversas delas é a resposta a lesão, que leva à uma agregação plaquetária e de monócitos localizada que gera isquemia nos tecidos e órgãos não supridos (Burihan e Júnior, 2019; Hinkle e Cheever, 2020).

As manifestações clínicas de DAOP incluem claudicação intermitente, com a progressão da doença, dor em repouso (persistente, intensa e perturbadora), particularmente à noite, e pode ser incapacitante. A temperatura e pulso do membro podem ser alterados quando comparados com o outro, o que está afetado apresentará uma temperatura mais baixa e o pulso fraco ou ausência de pulso. Podem estar evidentes alterações cutâneas e ungueais, ulcerações, gangrena e atrofia muscular (Hinkle e Cheever, 2020).

Essas ulcerações presentes na pele tanto por LT quanto por DAOP se caracterizam por “[... qualquer interrupção na solução de continuidade do tecido cutâneo-mucoso, acarretando alterações na estrutura anatômica ou função fisiológica dos tecidos afetados.]” (Brasil, 2002).

Sobre o grau das úlceras, elenca-se grau I para o acometimento da epiderme, há sinais de enrijecimento, descoloração e hiperemia, no entanto a pele continua íntegra; enumera-se grau II para lesões que perdem parcialmente o tecido envolvendo a epiderme ou a derme, se apresenta em forma de escoriação ou bolha e é superficial; considera-se grau III aquelas lesões que comprometem a epiderme, derme e hipoderme; e descreve-se úlcera de grau IV aquela que afeta a epiderme, derme, hipoderme e tecidos mais profundos como tecido muscular e ósseo (Brasil, 2002).

Esses aspectos são estabelecidos de acordo com a etiologia da úlcera. Geralmente, a maioria das úlceras apresenta mais de uma etiologia.

Os principais sinais e sintomas comuns de variadas úlceras são algia, odor fétido, tecido de granulação friável, regiões com fibrina e/ou necrose, leve anemia e edema. Esta pode encontrar-se exsudativa ou recoberta por escaras (Abbade *et al.*, 2020; Balista, 2016; Brasil, 2002; Hinkle e Cheever, 2020).

Considerando a complexidade da situação percebe-se a importância de utilizar-se a sistematização da assistência de enfermagem (SAE) para prestar assistência adequada, proporcionar conforto e qualidade de vida para pacientes que possuem essas patologias, visto que a SAE consiste no instrumento base para o exercício das atividades de toda a equipe de enfermagem, elaborada de forma privativa pelo enfermeiro, sendo através dela que o enfermeiro investiga, diagnostica, planeja, implementa e avalia seu paciente de forma individualizada (Silva *et al.*, 2020).

A elaboração da SAE desenvolve-se fundamentados nas Teorias de Enfermagem de forma que, a partir delas, o enfermeiro obtém embasamento científico para elaboração e execução de cuidados para promoção, manutenção e recuperação da saúde (George *et al.*, 2000; Silva *et al.*, 2020). A partir disso, neste trabalho utilizou-se a Teoria de Callista Roy que visa estabelecer o atendimento de enfermagem ideal a partir de 4 modos, são eles: fisiológico, autoconceito, função do papel e interdependência para sustentar a assistência de enfermagem ao paciente atendido em ambiente hospitalar com as patologias supracitadas a fim de oferecer qualidade de vida no que tange sua adaptação levando em consideração os problemas sociais e psicológicos que apresentam-se junto às lesões cutâneas.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em um relato de experiência do tipo descritivo, com abordagem qualitativa que objetiva descrever os diagnósticos de enfermagem encontrados durante a assistência de enfermagem ao paciente com histórico de LT e atual diagnóstico de DAOP e úlceras cutâneas à luz da teoria de Callista Roy.

O estudo foi realizado na clínica médica do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá (HU-UNIFAP), localizado na cidade de Macapá - AP, durante o período de 21 a 28 de agosto de 2023, o cliente foi internado no dia 16/08/2023 com CID L 98.8 e apresenta história clínica de diagnóstico e tratamento ineficiente para LT.

O participante do estudo foi o J.R.P., 61 anos, do sexo masculino, viúvo, 8 filhos, natural de Vizeu - PA, reside no bairro Marabaixo em Macapá-AP, tabagista, se autodeclara pardo e seu nível de escolaridade é ensino fundamental incompleto. Antes de ser acometido por LT há um 1 ano e 4 meses, trabalhava como pedreiro nos municípios de Cutias e Porto Grande, ambos pertencentes ao estado do Amapá.

Os dados foram coletados por meio de entrevista com o próprio paciente, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Ademais, se utilizou a análise do prontuário para coleta de informações de enfermagem, médicas e outros profissionais da saúde que o atendiam, além da realização do exame físico completo para construção do histórico clínico. Somado a isso, foram utilizadas anotações realizadas no campo pelas autoras para incrementar este estudo.

A implementação da SAE ao paciente J.R.P foi introduzida a partir dos diagnósticos de enfermagem encontrados no “North American Nursing Diagnosis Association (NANDA) 2021 - 2023”, das intervenções em enfermagem em “Nursing Interventions Classification (NIC) 7ª edição” e dos resultados esperados em “Nursing Outcomes Classification (NOC) 5ª edição” associadas a teoria da adaptação de Roy.

Este estudo segue a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, a qual ressalta diretrizes e normas regulamentadoras quanto às questões éticas no processo da pesquisa envolvendo indivíduos humanos, entre elas: respeito a dignidade, a liberdade, a autonomia, a privacidade, a confidencialidade e a voluntariedade; não maleficência, beneficência, justiça e equidade.

RESULTADOS

Neste estudo encontrou-se 10 diagnósticos de enfermagem que compreendem problemas de saúde de ordem física e emocional que prejudicam a qualidade de vida do paciente de forma significativa. A SAE foi estruturada a partir das necessidades do cliente de forma individualizada, humanística e integral (Quadro 1).

Com a SAE foi possível identificar os estímulos, o modo de adaptação e o mecanismo regulador de cada diagnóstico, essas três características estipulam o sistema adaptativo holístico para este indivíduo. Foi possível estabelecer que 3 diagnósticos se encontram no estímulo focal, estes confrontam a pessoa imediatamente, enquanto 2 diagnósticos se encontram no estímulo contextual, este pode ser interno ou externo e gera um efeito positivo ou negativo na pessoa. Já os 5 diagnósticos restantes se enquadram no estímulo focal e contextual (George *et al.*, 2000).

Dentro do sistema adaptativo também se encontram os mecanismos de enfrentamento, que configuram os processos de controle da pessoa e podem ser inatos ou adquiridos. Os mecanismos de controle foram definidos por Roy & Andrews (1991) como reguladores, que podem ser de origem interna ou externa, de natureza química, neural ou endócrina; ou cognatos, também podendo ter origem externa ou interna, e são relacionados com as funções cerebrais superiores de percepção ou de processamento das informações, do julgamento e da emoção. Esses mecanismos não são diretamente observáveis, entretanto eles geram respostas, que são as saídas do sistema adaptativo, e consistem em comportamento gerados pelos mecanismos de controle e que podem ser tanto observadas, quanto medidas ou ainda comunicadas (George *et al.*, 2000).

Sistematização da assistência de enfermagem a um paciente com histórico de leishmaniose tegumentar e diagnóstico atual de doença arterial obstrutiva periférica à luz da teoria de Callista Roy: relato de experiência

Quadro 1 - Assistência de Enfermagem associando a teoria da Callista Roy com NANDA, NIC e NOC.

Diagnóstico	Metas	Prescrição	Avaliação	Modo de Adaptação	Estímulo	Mecanismo Regulador
Excesso de volume de fluidos, definido por edema, relacionado a desvios que afetam a eliminação de fluidos.	Melhora do edema periférico.	Avaliar local e extensão de edema; Ajustar a dieta para uma dieta hipossódica; usar massagem isoladamente ou em conjunto com outras medidas, conforme apropriado.	Resolvido, mas é necessário continuar com os cuidados, considerando seu déficit de vascularização.	Fisiológico	Focal	Regulador
Insônia, definida por humor alterado, expressão de insatisfação com o estado de saúde prejudicado, relacionada ao desconforto e dor.	Controlar dor e melhorar qualidade do ciclo de sono.	Proporcionar o alívio ideal da dor do paciente com o uso dos analgésicos prescritos; Monitorar o padrão de sono do paciente e observar as circunstâncias físicas e/ou psicológicas que interrompem o sono.	Parcial, houve melhora, porém os problemas persistem.	Fisiológico	Focal e Contextual	Regulador
Mobilidade física prejudicada, definida por andar alterado e diminuição das habilidades motoras, relacionada à dor e diminuição do controle muscular.	Melhora na mobilidade e locomoção.	Identificar e minimizar as características do ambiente que podem aumentar o potencial de quedas; Proporcionar o alívio ideal da dor do paciente com o uso dos analgésicos prescritos.	Parcial, evoluiu positivamente, mas ainda precisa de auxílio.	Fisiológico	Focal e Contextual	Regulador
Risco de pressão arterial instável.	Manter a pressão arterial pretendida.	Monitorar pressão arterial, conforme apropriado; Avaliar a necessidade de tratamento medicamentoso para controle da pressão arterial.	Não resolvido, paciente segue apresentando picos hipertensivos.	Fisiológico	Focal e Contextual	Regulador
Desesperança, definida por expressão de esperança diminuída, sensação de incerteza sobre o futuro, relacionada a suporte social inadequado, baixa autoeficácia, isolamento social e doença grave não controlada.	Acolhimento da situação dos pensamentos negativos.	Usar perguntas ou declarações para encorajar a expressão de pensamentos e preocupações; Avaliar o humor inicialmente e a medida que o tratamento progride.	Resolvido.	Autoconceito	Contextual	Cognato
Risco de quedas em adultos, relacionado à mobilidade física prejudicada.	Solicite assistência e use os dispositivos de assistência.	Identificar os comportamentos e fatores que afetam o risco de queda; Orientar o paciente a pedir auxílio quando em movimento, conforme indicado.	Não resolvido, paciente se mostra relutante.	Fisiológico	Contextual	Regulador
Risco de disfunção neurovascular periférica, relacionado a obstrução vascular.	Boa perfusão tissular periférica.	Realizar avaliação abrangente da circulação periférica; Orientar o paciente sobre fatores que interferem na circulação.	Não resolvido, paciente mostra sinais de prejuízo circulatório em membros inferiores.	Fisiológico	Focal	Regulador
Integridade da pele prejudicada, definida por dor aguda, cor da pele alterada, descamação, pele seca e pele macerada, relacionada a conhecimento inadequado do cuidador sobre como manter a integridade do tecido e aderência inadequada ao tratamento.	Melhora na integridade e tecedual da pele.	Monitorar a pele quanto ao excesso de ressecamento, umidade, pressão e atrito; Realizar hidratação; Aplicar curativo oclusivo limpo e estéril.	Parcial, evoluiu satisfatoriamente, mas os cuidados precisam ser mantidos.	Fisiológico	Focal e Contextual	Regulador
Integridade do tecido prejudicada, definido por dor aguda, sangramento, integridade da pele prejudicada, edema localizado, exposição do tecido abaixo da epiderme, relacionada a aderência inadequada ao tratamento.	Tamanho da ferida diminuído.	Remover curativo e inspecionar a lesão e tecido adjacente; Aplicar pomada apropriada na pele/lesão; Limpar e secar a pele ao redor após o procedimento.	Parcial, evoluiu positivamente, porém os cuidados devem continuar.	Fisiológico	Focal e Contextual	Regulador
Síndrome de dor crônica, definida por insônia, regulação do humor prejudicada, mobilidade física prejudicada, isolamento social	Reconhece e relata o início da dor	Explorar com o paciente os fatores que melhoram/pioram a dor; Selecionar e implementar uma variedade de medidas (farmacológicas, não farmacológicas e interpessoais) para facilitar o alívio da dor.	Parcial, reconhece que a dor o incapacita, mas relata a relatar para o enfermeiro.	Fisiológico	Focal	Regulador

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Na teoria de Roy, foram identificados quatro modos adaptativos para a investigação de comportamentos gerados pelos mecanismos reguladores e cognatos, e ao observar tais comportamentos, o enfermeiro pode identificar se as respostas se configuram como adaptativas ou ineficientes nas situações de saúde e doença. Os modos adaptativos são: modo fisiológico, que representa a resposta física aos estímulos ambientais, e tem como necessidade básica a integridade fisiológica da pessoa, composta de necessidades de oxigenação, nutrição, eliminação, atividade, repouso e proteção; modo do autoconceito, que se relaciona com a necessidade básica da integridade psíquica, com subcategorias do ser físico e pessoal, como autoimagem, autopercepção, auto coerência, auto ideal e da moral e ética espiritual; modo de função do papel, que identifica padrões de interação social da pessoa em relação aos outros refletidos pelos papéis que exerce, que podem ser pré determinados ou adquiridos, seja por consequência ou

vontade própria; por fim, tem-se o modo de interdependência, onde as necessidades afetivas são preenchidas, tendo reflexo dos valores humanos, afetivos, amorosos e afirmativos que derivam dos relacionamentos interpessoais a nível individual ou em grupo (George *et al.*, 2000).

Neste paciente, foi observado somente 1 diagnóstico que possui como mecanismo de enfrentamento o cognato, que foi o ' Desesperança, definida por expressão de esperança diminuída, sensação de incerteza sobre o futuro, relacionada a suporte social inadequado, baixa autoeficácia, isolamento social e doença grave não controlada', este diagnóstico foi detectado, pois o quadro do cliente teve início há mais de um ano e devido a não continuidade, levou a uma piora; ao seu estado socioeconômico, por ser autônomo e não estar apto para trabalhar devido prejuízo na mobilidade e internação, o que gera sentimento de desamparo e excesso de preocupação financeira, uma vez que ele é responsável pela providência para seus dois filhos mais novos; e em relação a sua rede de apoio, relatando sentimento de solidão e desamparo por não possuir pessoas que possam ajudar em sua situação, tanto no que diz respeito ao cuidado e tratamento, quanto ao que se refere a condição econômica. Tais fragilidades foram identificadas através de conversas ao longo da semana, e foram utilizadas estratégias de escuta ativa, aconselhamento e promoção da esperança para melhora do quadro, além de encaminhamento ao profissional psicólogo. Ao final do período de estágio, pôde-se notar nitidamente uma melhora no aspecto emocional, psicológico, de adaptação e do humor de J.R.P.

No caso de J.R.P, 9 diagnósticos se encaixam no modo adaptativo fisiológico, entre eles destacam-se o ' Risco de disfunção neurovascular periférica, relacionado a obstrução vascular e Risco de pressão arterial instável', pois considerando a história clínica do paciente, o qual relata que fuma há 46 anos, relaciona-se este, com o fato de que a nicotina está relacionada com a redução do fluxo sanguíneo para as estruturas periféricas, o que eleva a pressão arterial (PA) comprovado pelo exame físico (25/08/23) que consta PA = 150 x 90 mmHg, suscitando em vasoconstrição dos membros. Além disso, também influencia na agregação plaquetária o que aumenta o risco de formação de coágulo (que também está inclusa no quadro clínico do paciente) (Hinkle e Cheever, 2020).

Somado a isso, Hinkle e Cheever (2020) declaram também que a queima do tabaco libera gás carbônico que quando inalado se liga à molécula de hemoglobina por ter mais afinidade do que com o oxigênio (O₂), isso gera uma privação de O₂ nos tecidos, que gera hipóxia, isquemia e por fim necrose. Esse quadro está demonstrado na figura 1.

Figura 1 - Lesões em MIE do paciente J.R.P.



Legenda: A e B - Lesões na panturrilha e pododáctilo esquerdo, respectivamente (23/08/2023).
C e D - Lesões na panturrilha e pododáctilo esquerdo, respectivamente (25/08/2023).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Dentre os diagnósticos que apresentaram concomitantemente os estímulos focal e contextual, destacam-se: Integridade da pele prejudicada, definida por dor aguda, cor da pele alterada, descamação, pele seca e pele macerada, relacionada a conhecimento inadequado do cuidador sobre como manter a integridade do tecido e aderência inadequada ao tratamento; e Integridade do tecido prejudicada, definido por dor aguda, sangramento, integridade da pele prejudicada, edema localizado, exposição do tecido abaixo da epiderme, relacionada a aderência inadequada ao tratamento. Para estes, as medidas interventivas consistiram na troca de curativo oclusivo diariamente, com a realização da limpeza e antisepsia, administração de tratamento tópico com pomada colagenase no leito das feridas e da hidratação das bordas da ferida e área perilesional com ácido graxo essencial (AGE), juntamente com a realização de desbridamento mecânico em duas ocasiões para retirada da fibrina e do tecido necrosado e aplicação de placa de alginato com prata. Com a implementação dos cuidados, as lesões apresentaram diminuição da extensão, profundidade e tecido de esfacelo, com todo o tecido necrótico aparente retirado com o desbridamento, aumento do tecido de granulação, aumento do nível de hidratação e consequentemente diminuição do ressecamento e descamação, bem como diminuição do edema de ++++/4+ para +/4+. Além disso, o cliente demonstrou sentimentos de satisfação e gratidão com o resultado das intervenções, e foi possível perceber mudanças em seu estado de humor e percepção sobre o tratamento e recuperação.

No diagnóstico de 'Insônia, definida por humor alterado, expressão de insatisfação com dormir, estado de saúde prejudicado, relacionada ao desconforto e dor' e 'Síndrome de dor crônica, definida por insônia, regulação do humor prejudicada, mobilidade física prejudicada, isolamento social', os mecanismos de controle encontrados foram os reguladores. O quadro de dor apresentava melhora quando era realizado a administração de analgésicos, porém, em determinados momentos, não surtia efeito. A partir da observação ao longo dos dias e de informações colhidas com o cliente, conversou-se com a equipe multiprofissional de saúde para recomendação de uma reavaliação dos métodos utilizados no controle da dor, uma vez que esta atrapalha o bom funcionamento fisiológico do paciente e afeta negativamente seu estado emocional e psicológico.

Com base no caso de J.R.P., torna-se nítido o papel da SAE enfermagem como instrumento fundamental e indispensável na recuperação da saúde e na adaptação do cliente durante o processo, minimizando os danos e visando a promoção de bem-estar físico, emocional e psicológico ao cliente. A teoria da adaptação de Callista Roy pode ser identificada nesse processo, visando a adaptação do cliente ao seu estado de saúde através da identificação do quadro e dos seus precedentes, juntamente dos aspectos que o afetam direta ou indiretamente, para que as intervenções sejam elaboradas objetivando a adaptação constante do cliente e o bom estado de funcionamento da pessoa vista por Roy como um sistema adaptativo holístico.

CONCLUSÃO

Através deste relato de experiência, foi possível observar considerável evolução no quadro clínico do cliente, melhora física, emocional e psicológica, sendo indispensável o apoio prestado ao paciente de toda equipe multiprofissional do hospital, com investigação, diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação, todos voltados para as necessidades que o paciente apresenta. Essas características são importantes para dar continuidade a um tratamento eficaz, pois cada doença e paciente se comportam de maneiras distintas e particulares, o paciente, ao decorrer dos dias, se mostrou esperançoso com os métodos aplicados, deixando evidências de que uma equipe profissional e com autonomia diante ao protocolo estabelecido, pode ser primordial para um avanço positivo do quadro clínico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, L. P. F. *et al.* Consenso sobre diagnóstico e tratamento das úlceras crônicas de perna — Sociedade Brasileira de Dermatologia. **Anais Brasileiros de Dermatologia**. Rio de Janeiro, v.95, n.1, p.1-18, 2020. DOI: 10.1016/j.abd.2020.06.002. Disponível em: <https://www.anaisdedermatologia.org.br/pt-pdf-S266627522030312X>. Acesso em: 17 out. 2023.

BALISTA, A. L. **ELABORAÇÃO DE UM LINHA DE CUIDADO DO INDIVÍDUO COM ÚLCERA CRÔNICA DE PERNA, EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Enfermagem na Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. **Miltefosina para o tratamento da Leishmaniose Tegumentar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/relatorios/2018/relatorio_miltefosina_leishmaniosetegumentar.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Departamento de Atenção Básica Área Técnica de Dermatologia Sanitária. **Manual de Condutas para Úlceras Neurotróficas e Traumáticas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_feridas_final.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde - **DATASUS**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/ltabr.def>. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Leishmaniose Tegumentar**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/l/lt>. Acesso em: 17 out. 2023.

BURIHAN, M. C. (ed.); JÚNIOR, W. C. (ed.). **Consenso e Atualização no Tratamento da Doença Arterial Obstrutiva Periférica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 52 p.

BUTCHER, H. K. *et al* (ed.). **Nursing Interventions Classification - NIC**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. 1720 p.

FOWKES, F. G. R. *et al*. Comparação de estimativas globais de prevalência e fatores de risco para doença arterial periférica em 2000 e 2010: uma revisão e análise sistemática. **The Lancet** [s.l.], v. 382, n. 9901, p. 1329-1340. DOI: 10.1016/S0140-6736(13)61249-0. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0140673613612490>. Acesso em: 17 out. 2023.

GEORGE, J.B. *et al*. **TEORIAS de ENFERMAGEM: Os Fundamentos à Prática Profissional**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 355 p.

HINKLE, J.L.; CHEEVER, K.H. B. **BRUNNER & SUDDARTH Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. 8000 p.

MOORHEAD, S. *et al*. **Nursing Outcomes Classification - NOC**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 1344 p.

North American Nursing Diagnosis Association International - NANDA I. Diagnósticos de enfermagem: definições e classificação 2021 - 2023. Porto Alegre: Artmed, 2021. 412 p.

Sistematização da assistência de enfermagem a um paciente com histórico de leishmaniose tegumentar e diagnóstico atual de doença arterial obstrutiva periférica à luz da teoria de Callista Roy: relato de experiência

NEVES, D. P. **Parasitologia humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005, 499 p.

REY, L. **Bases da Parasitologia Médica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 427 p.

ROY, S.C.; ANDREWS, H.A. **The Roy adaptation model: the definitive statement**. Norwalk, Connecticut: Appleton e Lange, 1991. 472p.

SILVA DA, R. R. *et al.* As teorias de enfermagem de Roy e Orem Intrínsecas à sistematização da assistência de enfermagem para promoção da saúde. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 52049 - 52059, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n7-741. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14001/11703>. Acesso em: 28 set.. 2023.

CAPÍTULO 13

EFICÁCIA E EFETIVIDADE DA FISIOTERAPIA NA MELHORA DA FUNCIONALIDADE ARTICULAR DO OMBRO EM MULHERES COM CÂNCER DE MAMA: REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS

Mithillene Suellen Soares do Nascimento

Fisioterapeuta
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Beatriz Armelim

Fisioterapeuta
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Nicolle Maciel de Souza

Fisioterapeuta
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Rafaela de Almeida Quadros

Fisioterapeuta
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Ronny Rodrigues Correia

Fisioterapeuta
Especialista em Unidade de Terapia Intensiva Adulto
Mestrado e Doutorado em Cirurgia e Medicina Translacional, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB)
Pesquisador Mestrado Profissional Associado a Residência Médica (MEPAREM) – Faculdade de Medicina de Botucatu
Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

RESUMO

O câncer de mama é o tipo de câncer que afeta muitas mulheres, tendo em torno de 2,3 milhões de casos anual, conseqüentemente sendo a segunda doença com alta taxa de mortalidade no Brasil. Os diagnósticos podemos citar a mamografia, ultrassom de mama e ressonância magnética, na parte cirúrgica mastectomia e como tratamento temos radioterapia e quimioterapia. Dentre os efeitos da cirurgia pode-se citar diminuição de amplitude de movimento e incapacidade funcional, entre os recursos disponíveis a essas mulheres está a fisioterapia, que tem o objetivo de melhorar qualidade de vida, amplitude de movimento, auxiliar na fadiga, diminuição de dor e edema, aonde no ambiente oncológico são propostos exercícios supervisionados e demonstrado um plano de tratamento para mostrar os resultados dos exercícios propostos. Frente a este recurso terapêutico faz-se necessário

avaliarmos a eficácia e efetividade da fisioterapia na funcionalidade articular do ombro em mulheres com câncer de mama após intervenções cirúrgicas.

Palavras-Chave: Câncer de Mama; Fisioterapia; Reabilitação.

INTRODUÇÃO

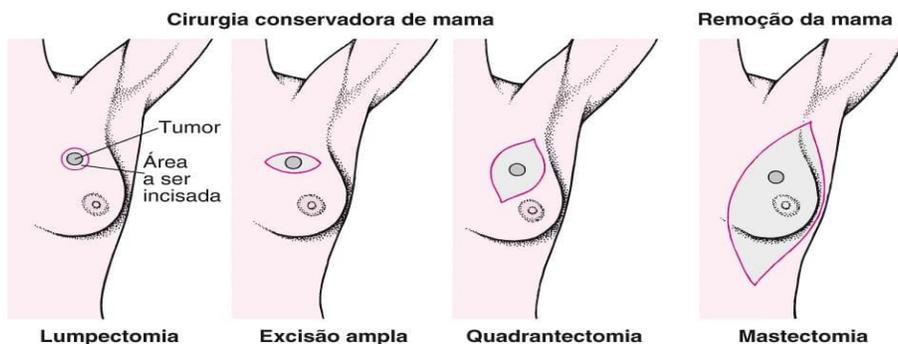
O câncer é uma doença multifatorial que abrange um grupo de doença (INCA 2018) dentre esses o câncer de mama é um tumor maligno que distende nos seios, e o tipo mais comum encontrado nas mulheres em todo o mundo e possui uma incidência em torno de 2,3 milhões de casos anual, em 2022 o número de casos de câncer de mama foi de 73.610, se tornando a segunda doença maior índice de mortalidade no Brasil e a patologia caracterizada como neoplasia maligna (INCA 2022). Aproximadamente 20% dos pacientes podem progredir para um linfedema (inchaço dos canais linfáticos) relacionado ao câncer de mama (Hasenoehrl et al., 2020).

Ansiedade, distúrbios do sono, fadiga, dor, diminuição da qualidade de vida e depressão são alguns riscos que as mulheres com câncer podem desenvolver (Odynets et al., 2019). O processo de reabilitação é iniciado na fase final de recuperação da cirurgia e se tiver intercorrências atrasa o processo de reabilitação, dentre os efeitos da cirurgia pode se citar diminuição da amplitude de movimento (ADM) e incapacidade funcional dos pacientes (Heiman et al., 2021).

Dentre os diagnósticos pode se citar mamografia, ultrassom de mama, ressonância magnética, galactografia, desses a triagem do câncer de mama pela mamografia como padrão ouro e demonstra evidências da diminuição da mortalidade associada ao câncer de mama (Zubor et al., 2019). O Instituto Nacional do Câncer (INCA) recomenda a execução do exame clínico de mama e a mamografia (INCA 2018).

Na parte cirúrgica, como demonstrado na figura 1, temos as técnicas de mastectomia com ou sem reconstrução mamaria e lumpectomia que são capazes de ocasionar outros efeitos psicológicos e fisiológicos (Akram et al., 2017).

Figura 1- Tipos principais de cirurgia para o câncer de mama



Fonte: Google imagem

Da mesma forma a radioterapia e quimioterapia podem acarretar alterações físicas e fisiológicas que acarretam sintomas de diminuição de força e amplitude de movimentos, náuseas, fadiga, inchaço do braço (linfedema) e neuropatias (Neil-sztramko et al., 2014). O apoio psicológico, acupuntura, ginecologistas, enfermagem, massagens, fisioterapia, nutricionistas são normalmente adotados com pacientes de câncer de mama (Palesh et al., 2018).

A avaliação nutricional calcula as necessidades energéticas diárias do paciente, visando o cuidado do controle de peso após a cirurgia, sendo assim é elaborado um cardápio com três refeições principais ao dia, onde é demonstrado ao paciente as doses e o que se pode comer em um dia, e em caso de náuseas é indicado comidas frias ou temperatura ambiente (Carayol et al., 2019).

Entre os recursos propostos a essa população está a fisioterapia, que é um valioso recurso para melhorar a qualidade de vida, diminuição dos efeitos colaterais do tratamento do câncer, aonde no ambiente oncológico são propostos exercícios supervisionados e demonstrado um plano de tratamento para mostrar os resultados dos exercícios propostos (Sweeney et al., 2019). A fisioterapia pode auxiliar na fadiga, os sintomas dos tratamentos oncológicos, reduzir a dor e promover a qualidade de vida ao longo do tratamento desses pacientes, e com o passar do processo de tratamento as proporções dos resultados interferem e ocorrem mudanças significativas nas atividades de vida diária, em grupos e familiar (Klein et al., 2021).

É essencial no pós-operatório a fisioterapia, para melhoria de amplitude de movimento do ombro e diminuição de dor e edema, mobilizações passivas, exercícios de alongamento. São indicados os exercícios de flexão, abdução e abdução com rotação externa, exercícios de força, massagens suaves e exercícios. Os pacientes passam por avaliações diárias na qual são feitos testes de intensidade de dor, (como por

exemplo Escala Visual Analógica) observado a cicatrização da cirurgia, na amplitude de movimento do ombro ativa (Bruce et al., 2022).

Frente á este recurso terapêutico faz-se necessário avaliarmos a eficácia e efetividade da fisioterapia na funcionalidade articular do ombro em mulheres com câncer de mama após á intervenções cirúrgicas.

OBJETIVO

Analisar a eficácia e efetividade na melhora da funcionalidade articular do ombro em mulheres com câncer de mama, compreender os efeitos das intervenções de exercícios com alternativas da dor relacionada ao câncer de mama, e evidenciar a qualidade de vida dessas mulheres e o progresso do efeito dos exercícios na função do ombro.

MÉTÓDO

Tipos de Estudo:

Revisão Sistemática

Local do Estudo:

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Piracicaba - São Paulo, curso de fisioterapia.

Critérios de inclusão:

Foram incluídos estudos que cumpriram os seguintes critérios: (1) publicados como artigos completos em inglês ou português; (2) desenvolvidos como estudos de ensaios clínicos randomizados (ECRs); (3) incluídos mulheres adultas (idade 30 a 60 anos) e (4) diagnosticadas com câncer de mama, via mamografia.

Critérios de exclusão:

Critérios de exclusão: (1) Estudos de diferente desenho metodológicos (por exemplo: caso; series de caso; caso controle; coorte e revisão sistemática); (2) excluídos mulheres fora da faixa etária e (3) diferentes métodos de diagnóstico.

Métodos de Pesquisa:

Pesquisamos minuciosamente as bases de dados *PubMed*, *PEDro* e *Scielo* com os termos *breast cancer* combinado com *physiotherapy*. A pesquisa final do estudo foi realizada em 08 de maio de 2023.

RESULTADOS

Dentro do banco de dados eletrônico *PubMed*, foram encontrados 1.000 registros; onde 895 foram excluídos por serem revisões de literatura. Dessa forma, restaram 105 nos quais os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados a partir da leitura do título e resumo dos registros, restando 8 artigos como demonstra a Figura 2. Essa pesquisa nos registros foi realizada no período de fevereiro de 2023 a julho de 2023.

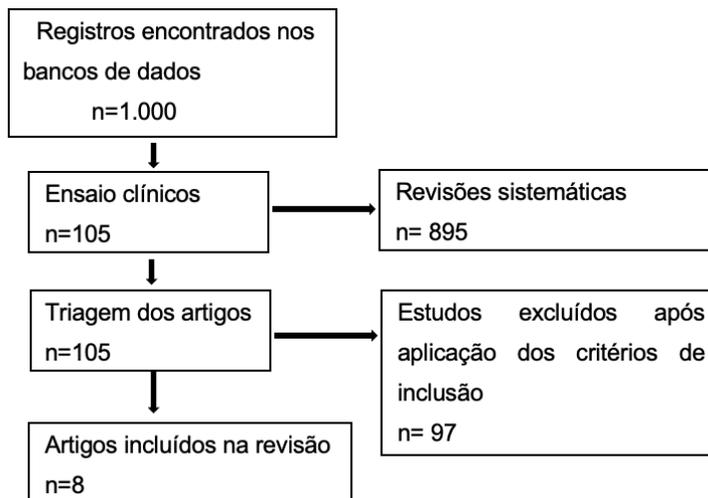


Figura 2 - Diagrama de fluxo de acesso e seleção dos estudos excluídos e incluídos adaptado de (Stovold *et al.*, 2014).

Os oito artigos incluídos tiveram sua qualidade metodológica avaliada pela escala *PeDro*. A partir disso, todos os estudos tiveram realocação aleatória para randomizar os indivíduos em cada grupo e alocação oculta dos sujeitos em cada grupo. Além disso, ao avaliar a qualidade, os artigos possuem nota 10, sendo apenas artigos de alta qualidade metodológica. A Tabela 1 demonstra de forma resumida os resultados da avaliação metodológica.

Tabela 1 - Avaliação de verificação de qualidade metodológica.

Autor	Critérios											Qualidade Metodológica
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	
Heiman <i>et al.</i> , 2021	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	10/10
Bruce <i>et al.</i> , 2021	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	10/10
Klein <i>et al.</i> , 2021	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	10/10
Ammitzbøll <i>et al.</i> , 2019	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	10/10
Dong <i>et al.</i> , 2019	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	10/10
Paskett <i>et al.</i> , 2021	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	10/10
Rizzi <i>et al.</i> , 2021	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	10/10
Møller <i>et al.</i> , 2020	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	10/10

I= critérios de elegibilidade, II= Alocação aleatória, III= Alocação oculta, IV= Comparabilidade de linha de base, V= Assuntos cegos, VI=Terapeutas cegos, VII= Avaliadores cegos, VIII= Acompanhamento adequado, IX= Análise da intenção de tratar, X= Comparações entre grupos, XI= Estimativas pontuais e variabilidade. (Nota: O item dos critérios de elegibilidade não contribui para a pontuação total). S= sim, N= não.

Tamanho da Amostra

A amostra total de participantes foi de 1.798 mulheres, com idades entre 18 a 75 anos.

Participantes

Para que os estudos fossem possíveis, foram necessários que todas as participantes tivessem câncer de mama, com base nos sintomas clínicos onde os sintomas duram ≥ 4 semanas e ≥ 16 semanas. A amostra também variou de mulheres com idade entre 18 a 40 anos. A Tabela 2 demonstra um resumo dos critérios de diagnóstico de elegibilidade.

Tabela 2 - Critérios de diagnóstico de elegibilidade

Artigo	Amostra	Sintomas	Duração dos sintomas	Dor provocada por atividades funcionais
Heiman et al., 2021	400 mulheres com diagnóstico de CA e agendamento para cirurgia	Falta de ar, linfedema	≥ 4 semanas	Não relata dor
Bruce et al., 2021	392 Mulheres submetidas a cirurgia de CA	Dor no movimento de ombro, braço pesado, linfedema	≥ 30 semanas	Levantar o braço acima de 90°, exercícios de ADM em MMSS
Klein et al., 2021	157 mulheres com diagnosticadas com CA e encaminhadas para cirurgia	Dor na ADM e função máxima de ombro, linfedema, limitação de ADM	≥ 12 semanas	Levantar o braço acima de 90°, exercícios de ADM em MMSS
Ammitzbøll et al., 2019	158 mulheres com CA unilateral, dissecação de linfonodos axilares, sem metástase.	Inchaço pós cirúrgico do braço, linfedema, edema	≥ 12 semanas	Levantar o braço acima de 90°, exercícios de ADM em MMSS
Dong et al., 2019	60 mulheres recrutadas para investigar os efeitos da intervenção combinada de exercícios baseada em software de internet em pacientes pós operatório de CA	Dor corporal, fadiga, limitações funcionais, linfedema	12≥ semanas	Levantar o braço acima de 90°, exercícios de ADM em MMSS
Paskett et al., 2021	554 Mulheres diagnosticados com CA estágio I-III	Linfedema, inchaço	13≥ semanas	Levantar o braço acima de 90°, exercícios de ADM em MMSS
Rizzi et al., 2021	62 mulheres com CA submetidas à cirurgia oncológica conservadora.	Limitação da ADM do ombro, dor, seroma	3 ≥ semanas	Não relata dor
Møller et al., 2020	153 participante Comparar efeitos de exercícios em pacientes com CA	Dor, fadiga, dispneia e ansiedade	39≥ semanas	Levantar o braço acima de 90°, exercícios de ADM em MMSS

Intervenções

Nos artigos foram encontrados vários tipos de exercícios, sendo eles: treinamento cardiorrespiratório em bicicletas ergométricas, treinamento de resistência, fortalecimento, alongamento, treino de força, flexão, abdução e abdução do ombro com rotação externa.

Para avaliar os resultados, foram utilizadas seguintes medidas: A escala de Nível de Atividade Física Saltin-Grimby (SGPALS), escala de avaliação de dor numérica de 0 a 10 e escala de Borg.

Cada intervenção variou de quatro a oito semanas com média de três intervenções por semana, no qual a Tabela 3 demonstra de forma mais detalhada as individualidades de cada artigo, com tamanho da amostra, protocolo de intervenções entre os grupos, frequência e métodos de avaliação.

Tabela 3 – Diferentes tipos de intervenções e dados epidemiológicos

Artigo	Amostra	Intervenções	Frequência/Período	Ferramentas de avaliação
Heiman et al., 2021	400 mulheres com diagnóstico de CA e agendamento para cirurgia	Grupo intervenção Grupo controle	30 minutos diariamente durante 2 semanas	Escala de Nível de atividade física Saltin-Grimby (SGPALS) Classificação de Clavien-Dindo Índice de Complicação Abrangente e de propriedade da universidade
Bruce et al., 2021	392 Mulheres submetidas a cirurgia de CA	Cuidados habituais (folhetos informativos) apenas Cuidados habituais mais um programa de exercícios conduzidos por fisioterapia	7-10 dias após cirurgia durante 12 semanas	Questionário Disability of Arm, Hand and Shoulder Avaliação funcional da terapia do câncer de mama
Klein et al., 2021	157 mulheres com diagnosticadas com CA e encaminhadas para cirurgia	Exercício terapêuticos até atingir ADM total, alongamentos e força Grupo controle	3x por dia	Escala numérica de avaliação de dor Questionário de incapacidade de braço, ombro e mão
Ammitzbøll et al., 2019	158 mulheres com CA unilateral, dissecação de linfonodos axilares, sem metástase.	Grupo intervenção exercícios com cargas e intensidades que foram levantadas até a fadiga Grupo de cuidados habituais não recebeu nenhuma intervenção	2x por semana durante 20 semanas	Escala de avaliação de dor numérica de 0 a 10 Diferença de volume entre os membros
Dong et al., 2019	60 mulheres recrutadas para investigar	Grupo de controle tratamento	4x por semana durante 8 semanas	Questionário Short Form

	os efeitos da intervenção combinada de exercícios baseada em software de internet em pacientes pós operatorio de CA	tradicional e reabilitação Grupo de intervenção treinamento de resistência cardiopneumática		Health Survey (SF-36) Teste de levantar e sentar da cadeira Teste de levantamento de braço
Paskett et al., 2021	554 Mulheres diagnosticados com CA estagio I-III	Grupo de intervenção de educação apenas (EO) Grupo de educação e prevenção de linfedema (LEAP) Exercícios de respiração, alongamento, fortalecimento	15minx por dia durante 18 semanas	Teste <i>Cochran-Mantel-Haenszek</i> Equação de estimativa generalizada(GEE)
Rizzi et al., 2021	62 mulheres com CA submetidas á cirurgia oncolástica conservadora.	Grupo intervenção exercicios protocolares e atividades de vida diária em amplitude livre. Grupo controle pacientes orientados a não elevar os MMSS além da altura dos ombros.	1 a 3 x ao dia	Escala verbal analógica de 0 a 10 Questionário Disabilites of the Arm, Shoulder, and Hand(DASH) Teste de Shapiro-Wilk Teste de Mann-Whiney Teste de Fisher Teste de assimetria Teste post hoc de Tukey Software INC.
Møller et al., 2020	153 participante Comparar efeitos de exercicios em pacientes com CA	Exercicios supervisionados treinamentos cardiorespiratorio em bicicletas ergométricas, treinamento de resistência, treinamento de relaxamento e massagem.	30 min/dia durante 12 semanas	Pedômetro Escala de Borg Questionario de qualidade de vida Escala hospitalar de ansiedade e depressão

Tabela 4 - Apresentação dos objetivos e conclusões individuais de cada estudo.

Autor/Ano	Objetivo	Conclusão
Heiman <i>et al.</i> , 2021	Avaliar se a recomendação de atividade física não supervisionada melhora a recuperação após cirurgia de câncer de mama.	Uma intervenção com atividade física não supervisionada recomendada antes e depois da cirurgia de câncer de mama não melhorou a recuperação em 4 semanas após a cirurgia
Bruce <i>et al.</i> , 2021	Avaliar se um programa de exercícios melhorou os resultados funcionais e de qualidade de vida em comparação com os cuidados habituais para mulheres com incapacidades de MMSS após cirurgia de câncer de mama.	Foram encontradas evidências que o exercício precoce, estruturado e progressivo é seguro e clinicamente eficaz em mulheres com alto risco de desenvolver problemas nos ombros e MMSS após cirurgia.
Klein <i>et al.</i> , 2021	Avaliar o efeito da fisioterapia precoce, dor e ADM, nas complicações pós operatórias em mulheres com cirurgia de CA.	Fisioterapia precoce avaliada a extensão de cirurgia contribui para redução da dor e melhor resultado em escores de incapacidade funcional, menor impacto na ADM.
Ammittzbøll <i>et al.</i> , 2019	Se o treinamento de resistência progressiva após a cirurgia de câncer de mama é seguro, mais o efeito preventivo no linfedema do braço.	Não foram encontrados evidências de que o treinamento de resistência progressiva possa prevenir o linfedema após a cirurgia de CA.
Dong <i>et al.</i> , 2019	Investigar os efeitos da intervenção combinada de exercícios baseado em software de internet e mídia social, na qualidade de vida, força muscular e capacidade cardiorrespiratória em pacientes pós-operatórias de câncer de mama.	As 12 semanas efeitos da intervenção combinada de exercícios baseado em software de internet e mídia social melhorou a qualidade de vida dos pacientes pós-operatórios de câncer de mama
Paskett <i>et al.</i> , 2021	Comparar a eficácia de 2 intervenções na incidência de linfedema em um grupo cooperativo randomizado.	Um estudo randomizado em grupo para testar a eficácia de 2 intervenções para reduzir o risco de linfedema em mulheres com CA primário não conseguiu encontrar uma diferença na incidência de linfedema.
Rizzi <i>et al.</i> , 2021	Avaliar o efeito da limitação da ADM do ombro por 15 ou 30 dias nas complicações cirúrgicas e na ADM do ombro, dor e função dos MMSS em pacientes com CA após cirurgia.	Não houve diferença entre os grupos na incidência e prevalência de complicações pós-operatórias. Não houve diferença entre os grupos de ADM livre e limitada em relação à ADM do ombro e à dor pós-operatória.
Møller <i>et al.</i> , 2020	Comparar os efeitos de duas intervenções de exercícios de 12 semanas em resultados fisiológicos e resultados relatados pelo paciente.	Mostrou que os efeitos benéficos podem ser obtidos a partir de programas de exercícios intensivos supervisionados em hospitais.

DISCUSSÃO

Segundo Cinar et al. (2018), no seu estudo descobriram que o início precoce do programa de reabilitação após mastectomia, melhorou a mobilidade e a capacidade funcional do ombro, sem causar efeitos adversos no período pós-operatório. No que se diz a respeito a reabilitação de complicações motoras e funcionais no pós-operatório de câncer de mama, principalmente quando iniciada precocemente, com restauração da função do ombro e melhora da qualidade de vida das pacientes.

Bruce et al. (2021), recrutou 392 mulheres, realizando exercícios de fortalecimento pelo menos duas vezes por semana, durante 30 minutos, obtiveram melhora na função dos membros superiores, a dor pós-operatória, os sintomas do braço e a qualidade de vida em 12 meses. O programa de exercícios fisioterapêuticos, introduzido dentro de sete a dez dias após a cirurgia de câncer de mama, não aumentou as complicações relacionadas à ferida, dor neuropática ou sintomas de linfedema em um ano após os cuidados habituais.

Para Gentilini et al. (2016), utilizaram uma versão curta do questionário DASH para avaliar a função dos membros superiores em pacientes antes e após cirurgia oncoplástica, com e sem dissecação axilar, e encontraram comprometimentos funcionais em pacientes submetidos à biópsia de linfonodo sentinela ou linfadenectomia axilar. Portanto, foi visto que a piora das funções dos membros superiores e que os movimentos de ADM livre a partir do pós-operatório tiveram um impacto positivo na função dos membros superiores dos pacientes do grupo controle.

Rizzi et al. (2021), afirma que não há padronização de métodos, devido à falta de padronização científica e de protocolos específicos, há também uma falta de estudos que mencione sobre os exercícios específicos, sendo assim necessário mais estudos.

No estudo de Klein et al. (2021), os programas de tratamento que incluíram exercícios foram eficazes na redução da dor e na melhora da ADM após a cirurgia de mama, e a intervenção não contribuiu para melhora na ADM ou na função. Ao contrário dessa hipótese Moller et al. (2020), não foi observado nenhuma diferença entre os grupos, em intervenção de exercícios em grupo de intensidade moderada a alta supervisionada em hospital versus um programa de pedômetro individual baseado em casa.

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados desse estudo, a fisioterapia precoce favoreceu em menores impacto de dores, fadiga, qualidade de vida, dores pós-operatórios, melhorou a função de membros superiores. No entanto alguns estudos não obtiveram melhora no linfedema do braço no primeiro ano após a cirurgia.

Conclui-se que tivemos efeitos benéficos para as pacientes, como melhora de ADM, menor desconforto pós cirúrgico, puderam ser obtidos a partir de exercícios supervisionados, a melhora da resiliência aos efeitos colaterais da terapia adjuvante subsequente, sendo a Fisioterapia muito importante, pois os tratamentos não mudam apenas aparência física, mas também a forma positiva que cada um se vê após realizá-los, melhorando autoestima e consequentemente a sua qualidade de vida. Os efeitos a longo prazo, e efeitos tardios após tratamento do câncer de mama, deve-se ser analisado.

REFERÊNCIAS

1. **O câncer é uma doença, as principais causas da doença.** Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/es/node/2081#:~:text=O%20c%C3%A2ncer%20%C3%A9%20uma%20doen%C3%A7a,as%20principais%20causas%20da%20doen%C3%A7a>>. Acesso em: 20 mar 2023
2. **Conceito e Magnitude.** Disponível em: <<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/controlado-cancer-de-mama/conceito-e-magnitude>>. Acesso em: 20 mar. 2023
3. HASENOEHRL, T. et al. Resistance exercise and breast cancer-related lymphedema—a systematic review update and meta-analysis. **Supportive Care in Cancer**, v. 28, 15 maio 2020.
4. ODYNETS, T.; BRISKIN, Y.; TODOROVA, V. Effects of Different Exercise Interventions on Quality of Life in Breast Cancer Patients: A Randomized Controlled Trial. **Integrative Cancer Therapies**, v. 18, p. 153473541988059, jan. 2019.
5. HEIMAN, J. et al. Recovery after breast cancer surgery following recommended pre and postoperative physical activity: (PhysSURG-

- B) randomized clinical trial. **British Journal of Surgery**, v. 108, n. 1, p. 32–39, 28 dez. 2020.
6. ZUBOR, P. et al. Why the Gold Standard Approach by Mammography Demands Extension by Multiomics? Application of Liquid Biopsy miRNA Profiles to Breast Cancer Disease Management. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 20, n. 12, 13 jun. 2019.
 7. AKRAM, M. et al. Awareness and current knowledge of breast cancer. **Biological Research**, v. 50, n. 1, 2 out. 2017.
 8. NEIL-SZTRAMKO, S. E. et al. Aerobic capacity and upper limb strength are reduced in women diagnosed with breast cancer: a systematic review. **Journal of Physiotherapy**, v. 60, n. 4, p. 189–200, 1 dez. 2014.
 9. PALESH, O. et al. Management of side effects during and post-treatment in breast cancer survivors. **The Breast Journal**, v. 24, n. 2, p. 167–175, 27 ago. 2017.
 10. SWEENEY, F. C. et al. Aerobic and Resistance Exercise Improves Shoulder Function in Women Who Are Overweight or Obese and Have Breast Cancer: A Randomized Controlled Trial. **Physical Therapy**, v. 99, n. 10, p. 1334–1345, 16 jul. 2019.
 11. KLEIN, I. et al. A pilot study evaluating the effect of early physical therapy on pain and disabilities after breast cancer surgery: Prospective randomized control trail. **The Breast**, v. 59, p. 286–293, out. 2021.

12. BRUCE, J. et al. Exercise to prevent shoulder problems after breast cancer surgery: the PROSPER RCT. **Health Technology Assessment**, v. 26, n. 15, p. 1–124, fev. 2022.

CAPÍTULO 14

SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NA PANDEMIA DA COVID-19 E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Lucas Henrique de Rosso

Enfermeiro, doutorado em enfermagem - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.

Coordenador de graduação em enfermagem - Faculdade de Ciências da Saúde Moinhos de Vento

Andrey Godoy Duarte

Enfermeiro - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.

Pós-graduando como Especialista em Estratégia de Saúde da Família e Auditoria em Enfermagem - Faculdade Iguazu

Coordenador de Enfermagem – ILPI

Carolina Bitencourt Leal

Acadêmica de Enfermagem - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.

Vinícius Ruduit Ramos

Acadêmico de Enfermagem - Faculdade de Ciências da Saúde Moinhos de Vento, Porto Alegre – RS.

Maria da Graça Oliveira Crossetti

Enfermeira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.

Doutora em Filosofia na Enfermagem - Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Titular do DEMC da Escola de Enfermagem da UFRGS

RESUMO

Introdução: a pandemia da Covid-19 marca um momento histórico na saúde mundial, com números de infectados e de mortalidade elevados, proporcionando um estado de emergência nos serviços de saúde. Assim, frente aos desafios vivenciados pelos profissionais de enfermagem durante o período pandêmico, emergiram repercussões negativas na saúde mental, entretanto, estratégias de enfrentamento necessitaram ser realizadas a fim de superar esse momento de crise. **Objetivo:** identificar os problemas de saúde mental dos profissionais de enfermagem na pandemia da Covid-19 e suas estratégias de enfrentamento. **Método:** revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados CINAHL, PubMed, SciELO, Scopus e Web of Science, no período de janeiro de 2020 a julho de 2021, utilizando descritores controlados e não controlados, resultando em uma amostra final de 31 artigos. **Resultados:** os problemas de saúde mental predominantes foram: ansiedade, insônia, síndrome de burnout, exaustão física e depressão. As

estratégias de enfrentamento pessoal corresponderam: proteção de si e do outro, adesão aos protocolos de uso de Equipamento de Proteção Individual e medidas de controle de infecção, conversa com familiares e amigos, pensamentos positivos, conhecimento sobre a doença e realização de atividade física. As estratégias de enfrentamento institucional referem-se: apoio de colegas, apoio organizacional, treinamentos e condições de emprego sustentáveis. **Conclusão:** os resultados permitiram conhecer os problemas de saúde mental vivido pelos profissionais de enfermagem durante a pandemia e as estratégias de enfrentamento realizadas a fim de superar os momentos difíceis, assim, proporcionando o equilíbrio da saúde mental, estado de bem-estar e satisfação no ambiente de trabalho.

Palavra-chave: Saúde Mental; Adaptação Psicológica; Covid-19; Coping; Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo vírus *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus-2* (SARS-CoV-2), que causa a Doença por Coronavírus 2019 (Covid-19), marcou um momento inesquecível e inigualável na história da população mundial, em especial na área da saúde. Um vírus até então desconhecido, com alta transmissibilidade resultou em índices elevados de infectados e sem tratamentos e vacinas eficazes, provocou um estado de emergência nos serviços de saúde com altas taxas de internação, principalmente em Unidades de Terapia Intensiva, repercutindo em números exorbitantes de mortalidade.

Assim, frente ao cenário pandêmico, os profissionais da saúde, em especial os profissionais de enfermagem, vivenciaram momentos desafiadores no decorrer do processo de cuidar de pacientes com Covid-19, ocasionando o surgimento de doenças que fragilizaram esses profissionais psicologicamente, refletindo em problemas na sua saúde mental (SILVA; NETO, 2021; GIUST *et al.*, 2020; AYANIAN, 2020).

A saúde mental é definida, segundo a Organização Mundial da Saúde (2001), como “um estado de bem-estar, no qual os indivíduos compreendem suas próprias habilidades, enfrentam as tensões normais provenientes de suas vidas, trabalham produtivamente e demonstram capacidades de contribuir, de alguma forma, para a comunidade” (WHO, 2001).

Nesse sentido, já se evidencia na literatura científica estudos que apontam os problemas na saúde mental dos profissionais da saúde que atuaram na pandemia da Covid-19 (SILVA; NETO, 2021; GIUST *et al.*, 2020; AYANIAN, 2020). Uma pesquisa referente as repercussões psiquiátricas em profissionais da saúde, que atuaram no enfrentamento das implicações clínicas ocasionadas pela Covid-19, concluíram que esse grupo se apresentava gravemente afetado por transtornos relacionados à depressão,

ansiedade, angústia, insônia, estresse e traumatização indireta, quando comparados a outros grupos ocupacionais (SILVA; NETO, 2021).

Um estudo realizado numa instituição de saúde localizada no norte da Itália com profissionais da saúde que atendiam pacientes suspeitos ou confirmados da doença, observou que 71,2% apresentavam escores de ansiedade acima da média, 26,8% depressão, 31,3% ansiedade, 34,3% estresse e 36,7% estresse pós-traumático. Em relação à síndrome de *burnout*, constatou-se que 35,7% tinham exaustão emocional moderada e 31,9% severa; 14% possuíam níveis moderados de despersonalização e 12,1% níveis graves; 40,1% evidenciaram níveis moderados e 34,3% graves de realização profissional reduzida. Além disso, verificou-se que os preditores das três dimensões do *burnout*, a saber: exaustão emocional, despersonalização e realização profissional, foram horas de trabalho, comorbidades psicológicas e medo de se infectar (GIUST *et al.*, 2020).

No Brasil, pesquisa realizada com profissionais de enfermagem atuantes na linha de frente, constatou que os principais problemas de saúde mental vivenciado foram: ansiedade – relacionada à falta de equipamentos de proteção individual, pressão proveniente da chefia imediata e notícias disponibilizadas pela mídia; estresse – devido ao aumento da demanda de pacientes e a elevação das taxas de óbitos; medo – referente a infectar-se e/ou infectar algum familiar; ambivalência – oriunda da sociedade que os aplaudem, mas os discriminam evitando o contato; depressão – por motivo de solidão, afastamento familiar, morte de colegas de trabalho; e exaustão ou esgotamento emocional – em virtude do aumento do volume de trabalho (HUMEREZ; OHL; SILVA, 2020).

Nesse contexto, os resultados das pesquisas elucidam os problemas vivenciados pela equipe de enfermagem no combate à pandemia, com dados alarmantes que circulam entre os ambientes de atuação profissional e domiciliar. Observa-se quão dificultoso foi o trabalho e a vida desses profissionais, o que aponta para a necessidade emergente de cuidar de quem cuida e promover reflexões sobre estratégias que visem manter o equilíbrio da saúde mental para o enfrentamento dos momentos difíceis. Assim, refletir sobre os problemas de saúde mental e estratégias de enfrentamento é oportunizar a busca por alternativas pautadas em princípios científicos que possibilitem a recuperação do seu completo estado de bem-estar.

Deste modo, frente a problemática apresentada, este estudo apresenta como objetivo identificar os problemas de saúde mental dos profissionais de enfermagem na pandemia da Covid-19 e suas estratégias de enfrentamento.

METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura que apresenta como objetivo sintetizar e analisar os dados existentes de pesquisas sobre determinado tema, a fim de desenvolver conclusões mais abrangentes, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento e da prática baseada em evidências (COOPER,1989).

Para a realização deste estudo foram percorridas cinco etapas, conforme o referencial metodológico adotado, sendo: formulação do problema e questão norteadora, coleta de dados, avaliação dos dados, análise e interpretação dos dados e apresentação dos resultados e discussão (COOPER,1989).

A formulação do problema por meio da questão norteadora do estudo se deu conforme o acrônimo PICO: P – profissionais de enfermagem, I – atuação na pandemia da Covid-19 e O – problemas na saúde mental e estratégias de enfrentamento. Destaca-se que a letra C não foi utilizada. Frente a isso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os problemas na saúde mental dos profissionais de enfermagem e as estratégias de enfrentamento durante a atuação na pandemia da Covid-19?

A coleta de dados foi realizada no período de agosto a outubro de 2021. Para o levantamento dos estudos foram consultadas as bases de dados: *Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature* (CINAHL), *US National Library of Medicine National Institutes of Health* (PubMed), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Scopus e *Web of Science*. Cabe salientar que a escolha por essas bases de dados se deu devido à sua criticidade científica.

Para a busca, foram utilizados os descritores controlados, segundo os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): profissionais de enfermagem (*nurse practitioners, enfermeiras praticantes*), enfermagem (*nursing, enfermería*), infecções por coronavírus (*coronavirus infections, infecciones por coronavirus*), Covid-19, saúde mental (*mental health, salud mental*), adaptação psicológica (*adaptation, psychological, adaptación psicológica*), doenças profissionais (*occupational diseases, enfermedades profesionales*) e saúde do trabalhador (*occupational health, salud laboral*). Os descritores não controlados foram: estratégias de enfrentamento (*coping strategies, estrategias de afrontamiento*) e enfrentamento (*confrontation, confrontación*). A estratégia de busca foi elaborada utilizando os operadores booleanos AND e OR, as quais foram realizadas da mesma forma em todas as bases de dados, com intuito de evitar viés de seleção: “*nurse practitioners*” OR “*nursing*” AND “*coronavirus infections*” AND “*mental health*” OR “*adaptation, psychological*” OR “*occupational diseases*” OR “*occupational health*” AND “*coping strategies*” OR “*confrontation*”.

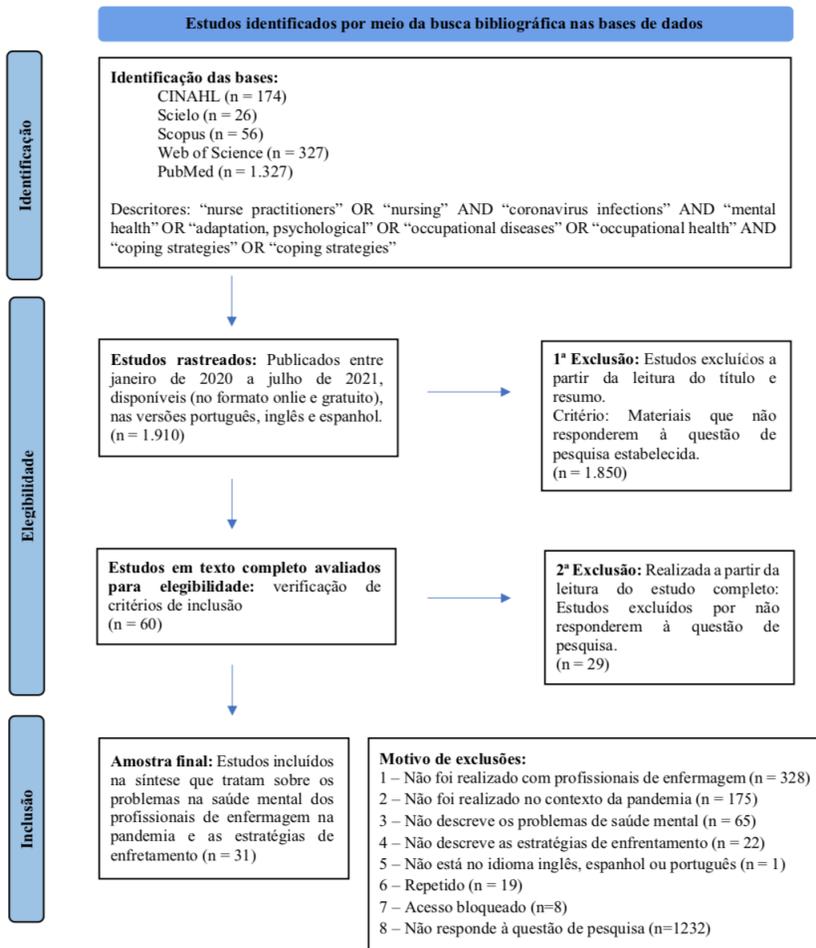
O recorte temporal estabelecido foi de janeiro de 2020 a julho de 2021. Justifica-se esse período devido ao primeiro caso positivo para a Covid-19 ter sido registrado no dia 31 de dezembro de 2019.

Para a seleção da amostra, foram adotados os critérios de inclusão: artigos da área da enfermagem que buscassem responder à questão de pesquisa, independente do referencial metodológico estabelecido (pesquisas quantitativas, qualitativas, quanti-quali, métodos mistos), disponíveis no formato online e gratuito, nos idiomas português, inglês e espanhol. Os critérios de exclusão definidos corresponderam: materiais que não respondessem à questão de pesquisa, editoriais, livros, reflexões teóricas, revisões sistemáticas, integrativas e *scoping reviews*, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, reportagens de jornais, *guidelines* e sites de organizações de saúde.

Para a avaliação dos dados, primeiramente realizou-se a leitura na íntegra dos artigos dos artigos selecionados a fim de identificar aqueles que respondiam à questão norteadora em atenção ao objetivo do estudo. Após, iniciou-se o preenchimento do instrumento de coleta de dados, com o objetivo de sintetizar os dados com os principais achados, sendo composto por: base de dado, título, autor, ano, periódico, país, delineamento de pesquisa, abordagem metodológica, principais resultados relacionados à questão de pesquisa.

Nesse sentido, apresenta-se, na figura 1, o fluxograma com detalhamento da seleção dos estudos, o qual seguiu as recomendações PRISMA (PAGE *et al.*, 2021), sendo a amostra final desta pesquisa constituída por 31 artigos.

Figura 1 - Fluxograma de identificação e seleção dos artigos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A etapa de análise e interpretação se concretizou por meio de um quadro sinóptico geral, tendo em vista sintetizar e comparar os achados entre os diferentes autores, extraídos do instrumento de coleta de dados a fim de identificar os principais resultados em atenção a questão norteadora.

Referente a última fase os resultados foram descritos por meio de frequência e porcentagem, apresentados em quadros e discutidos com a literatura científica em atenção ao objetivo da pesquisa.

RESULTADOS

A revisão integrativa foi composta por uma amostra de 31 artigos. No que tange a caracterização dos estudos, observou-se que o ano com maior número de publicação com 77,4% (n=24) foi 2021 e o idioma presente em 90,3% (n=28) dos estudos foi o inglês. Referente aos periódicos em que os manuscritos foram publicados, destaca-se com 16,2% (n=5) o *Journal of Clinical Nursing*. As pesquisas foram realizadas em dez países, porém, predominou com 38,7% (n=12) a China, seguido com 16,1% (n=5) a Turquia. O delineamento utilizado em 100% (n=31) dos estudos foi o descritivo, sendo prevalente com 51,6% (n=16) a abordagem qualitativa. No quadro 1, é apresentada a caracterização dos artigos que compuseram a amostra do estudo.

Quadro 1 - Caracterização dos estudos que constituíram a amostra da RI, Porto Alegre - RS, Brasil.

Identificação Artigo	Título/Autores	País/Periódico/ano de publicação	Delineamento metodológico/Abordagem
A1	It was difficult, but our struggle to touch lives gave us strength': The experience of nurses working on COVID-19 wards DEMIRCI, A.D.; ORUC, M.; KABUKCUOGLU, K.	Turquia Journal of Clinical Nursing 2020	Descritivo Qualitativo
A2	A Large-Scale Survey on Trauma, Burnout, and Posttraumatic Growth among Nurses during the COVID-19 Pandemic CHEN, R. <i>et al.</i>	China International Journal of Mental Health Nursing 2021	Descritivo Quantitativo
A3	A survey of coping strategies among clinical nurses in China during the early stage of coronavirus disease 2019 pandemic: A cross-sectional study TANG, J. <i>et al.</i>	China Nursing Open 2021	Descritivo Quantitativo
A4	Analysis of mental health symptoms and insomnia levels of intensive care nurses during the COVID-19 pandemic with a structural equation model KANDEMIR, D. <i>et al.</i>	Turquia Journal of Clinical Nursing 2021	Descritivo Quantitativo
A5	Behaviours and experiences of nurses during the COVID-19 pandemic in Turkey: A mixed methods study CENGİZ, Z. <i>et al.</i>	Turquia Journal of Nursing Management 2021	Descritivo Métodos Mistos
A6	Burnout and its influencing factors between frontline nurses and nurses from other wards during the outbreak of Coronavirus Disease-COVID-19-in Iran HOSEINABADI, T. S. <i>et al.</i>	Irã Investigación y Educación en Enfermería 2020	Descritivo Quantitativo

A7	Challenges experienced by ICU nurses throughout the provision of care for COVID-19 patients: A qualitative study MORADI, Y. <i>et al.</i>	Irã Journal of Nursing Management 2021	Descritivo Qualitativo
A8	Desafios de profissionais de Enfermagem Pediátrica frente à pandemia da COVID-19 GÔES, F. G. B. <i>et al.</i>	Brasil Revista Latino-Americana de Enfermagem 2020	Descritivo Qualitativo
A9	Coping and growing in dilemma: Clinical work experience of front-line nurses in Wuhan during the early stage of COVID-19 epidemic XU, F. <i>et al.</i>	China Japan Journal of Nursing Science 2021	Descritivo Qualitativo
A10	Depressão e ansiedade em profissionais de enfermagem durante a pandemia da covid-19 SANTOS, K. M. R. <i>et al.</i>	Brasil Escola Anna Nery 2021	Descritivo Quantitativo
A11	Dispatched nurses' experience of wearing full gear personal protective equipment to care for COVID-19 patients in China-A descriptive qualitative study CHEN, F. <i>et al.</i>	China Journal of Clinical Nursing 2021	Descritivo Qualitativo
A12	Experiences and psychosocial problems of nurses caring for patients diagnosed with COVID-19 in Turkey: A qualitative study KACKIN, O. <i>et al.</i>	Turquia International Journal of Social Psychiatry 2021	Descritivo Qualitativo
A13	Experiences of front-line nurses combating coronavirus disease-2019 in China: A qualitative analysis LIU, Y. E. <i>et al.</i>	China Public Health Nursing 2020	Descritivo Qualitativo
A14	Experiences of nurses amidst giving care to COVID-19 patients in clinical settings in Iraqi Kurdistan: A qualitative descriptive study ABDULAH, D. M.; MOHAMMEDSADIQ, H. A.; LIAMPUTTONG, P.	Iraque Journal of Clinical Nursing 2021	Descritivo Qualitativo
A15	Experiences of nurses who have children when caring for COVID-19 patients SIMSEK, D. C.; GUNAY, U.	Turquia International Nursing Review 2021	Descritivo Qualitativo
A16	Factors influencing risk perception and nosocomial infection prevention practices of frontline nurses during the COVID-19 pandemic LYU, X. <i>et al.</i>	China BMC Nursing 2021	Descritivo Quantitativo
A17	Feelings, Stress, and Adaptation Strategies of Nurses against COVID-19 in Guayaquil FRANCO, J. A.; LEVÍ, P. L. A.	Equador Investigación y Educación en Enfermería 2020	Descritivo Quantitativo
A18	Late-onset PTSD and coping strategies for frontline nurses during the COVID-19 epidemic in China JIANG, Y. <i>et al.</i>	China Nursing Open 2021	Descritivo Quantitativo
A19	Nurse managers' perceptions and experiences during the COVID-19 crisis: A qualitative study DELDAR, K.; FROUTAN, R.; EBADI, A.	Irã Iranian Journal of Nursing and Midwifery Research 2021	Descritivo Qualitativo

A20	Nurses' stressors and psychological distress during the COVID-19 pandemic: The mediating role of coping and resilience LORENTE, L.; VERA, M.; PEIRÓ, T.	Espanha Journal of Advanced Nursing 2020	Descritivo Quantitativo
A21	Nurses' pandemic lives: A mixed-methods study of experiences during COVID-19 GRAY, K. <i>et al.</i>	Estados Unidos Applied Nursing Research 2021	Descritivo Métodos Mistos
A22	Nurses' psychological changes and coping strategies during home isolation for the 2019 novel coronavirus in China: A qualitative study ZHANG, M. M. <i>et al.</i>	China Journal of Advanced Nursing 2021	Descritivo Qualitativo
A23	Nursing home staff perceptions of challenges and coping strategies during COVID-19 pandemic in China ZHAO, S. <i>et al.</i>	China Geriatric Nursing 2021	Descritivo Qualitativo
A24	O 'NOVO' da COVID-19: impactos na saúde mental de profissionais de enfermagem? QUEIROZ, A. M. <i>et al.</i>	Brasil Acta Paulista de Enfermagem 2021	Descritivo Qualitativo
A25	Psychological impact of COVID-19 outbreak on frontline nurses: A cross-sectional survey study NIE, A. <i>et al.</i>	China Journal of Clinical Nursing 2020	Descritivo Quantitativo
A26	Psychological Impact on the Nursing Professionals of the Rioja Health Service (Spain) Due to the SARS-CoV-2 Virus POZO-HERCE, P. D. <i>et al.</i>	Espanha Environmental Research and Public Health 2021	Descritivo Quantitativo
A27	Resilience of frontline nurses during the COVID pandemic in China: A qualitative study HUANG, F. <i>et al.</i>	China Nursing e Health Science 2021	Descritivo Qualitativo
A28	Stress, Burnout, and Coping Strategies of Frontline Nurses During the COVID-19 Epidemic in Wuhan and Shanghai, China ZHANG, Y. <i>et al.</i>	China Frontiers in Psychology 2021	Descritivo Quantitativo
A29	The experiences of critical care nurses caring for patients with COVID-19 during the 2020 pandemic: A qualitative study GORDON, J. M.; MAGBEE, T.; YODER, L. H.	Estados Unidos Applied Nursing Research 2021	Descritivo Qualitativo
A30	The Psychological Impact of Coronavirus Disease 2019 on Nurses in Saudi Arabia and Their Coping Strategies MUHARRAQ, E. H. A.	Arábia Saudita SAGE Open Nursing 2021	Descritivo Quantitativo
A31	The psychological well-being of primary healthcare nurses during COVID-19: A qualitative study ASHLEY, C. <i>et al.</i>	Austrália Journal of Advanced Nursing 2021	Descritivo Qualitativo

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Após a avaliação dos dados, análise e interpretação, foram identificados os problemas de saúde mental dos profissionais de enfermagem na pandemia e as estratégias de enfrentamento, as quais serão apresentadas a seguir.

Foram identificados diferentes problemas de saúde mental vivenciado pelos profissionais de enfermagem na pandemia, entretanto, predominou a ansiedade com 48,4% (n=15), insônia com 19,4% (n=6), síndrome de *burnout* com 16,1% (n=5), exaustão física com 12,9% (n=4) e depressão com 12,9% (n=4).

No quadro 2, são apresentados os problemas de saúde mental dos profissionais de enfermagem, seus achados e respectivos artigos.

Quadro 2 - Problemas de saúde mental dos profissionais de enfermagem, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Problemas de saúde mental dos profissionais de enfermagem	Achados	Artigos
Problemas de Saúde Mental	Ansiedade	1, 4, 5, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 27, 29, 31
	Insônia	2, 4, 5, 13, 23, 29
	Síndrome de burnout	2, 6, 10, 16, 28
	Exaustão física	7, 26, 29, 30
	Depressão	4, 5, 10, 12
	Colapso mental/ desestabilização emocional	1, 15, 26, 27
	Alcoolismo	3, 18, 29
	Problemas na saúde física	7, 29
	Crescimento pós-traumático	2, 18
	Compulsão alimentar	3, 18
	Aumento do tabaco	3, 18
	Aumento no uso de drogas	3, 18
	Comportamentos obsessivos	5, 12
Sofrimento psicológico	20	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No que se refere as estratégias de enfrentamento, após análise e interpretação dos dados foi possível dividi-las em estratégias de enfrentamento pessoais e estratégias de enfrentamento institucionais.

As estratégias de enfrentamento pessoais se relacionaram com as ações que os profissionais de enfermagem buscaram no ambiente de trabalho ou domiciliar para superar os momentos difíceis, destacando-se nas publicações a proteção de si e do outro, adesão aos protocolos de uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e medidas de controle de infecção com 38,7% (n=12), conversar com familiares e amigos com 32,3% (n=10), pensamentos positivos com 29% (n=9), conhecimento sobre a doença com 25,8% (n=8) e realizar atividade física com 22,6% (n=7). No quadro 3, é apresentada as estratégias de enfrentamento pessoais e seus respectivos achados.

Quadro 3 – Estratégias de enfrentamento pessoais, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Estratégias de Enfrentamento	Achados	Artigos
Estratégias de enfrentamento pessoais	Proteção de si e do outro/adesão aos protocolos de uso de EPI/medidas de controle de infecção	8, 11, 12, 14, 16, 17, 21, 22, 25, 28, 30, 31
	Conversar com familiares e amigos	1, 3, 10, 17, 18, 21, 22, 27, 28, 30
	Pensamentos positivos	3, 12, 17, 18, 22, 23, 27, 28, 30
	Conhecimento sobre a doença	17, 18, 21, 22, 23, 27, 28, 30
	Realizar atividade física	10, 12, 17, 21, 22, 28, 31
	Atividades de lazer	3, 17, 18, 21, 23, 28, 30
	Apoio psicológico	1, 12, 27, 28, 30, 31
	Evitar a mídia	12, 21, 22, 28, 30, 31
	Cozinhar / alimentação saudável	12, 17, 22, 28, 29, 31
	Apoio familiar	22, 23, 25, 27, 29, 31
	Afastar-se do trabalho / não fazer horas extras	3, 17, 18, 30, 31
	Não expressar sentimento negativos	3, 12, 17, 18
	Recusar-se a pensar nisso/ não pensar	3, 12, 18, 28
	Ouvir música	12, 27, 28, 29
	Espiritualidade/religião/buscar crenças	3, 18, 19, 29
	Alcoolismo	3, 18, 29
	Apoiar-se em experiências semelhantes	3, 18, 23
	Ler livros	1, 12, 22
	Ligações on-line	12, 21, 23
	Assistir filmes e séries	12, 21, 22
	Ser valorizado/reconhecido pela sociedade	1, 15, 21
	Compulsão alimentar	3, 18
	Aumento do tabaco	3, 18
	Aumento no uso de drogas	3, 18
	Atividade mente-corpo	10, 29
	Achar que é temporário	12, 18
	Pintar	12
	Terapia com vitaminas e ozônio	1
Uso de redes sociais	27	
Uso de medicação	28	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Em relação as estratégias de enfrentamento institucionais se observaram as ações desenvolvidas dentro das instituições de saúde ou órgãos de apoio aos profissionais de enfermagem, as quais prevaleceram o apoio de colegas com 32,3% (n=10), apoio organizacional com 25,8% (n=8) e treinamentos e condições de emprego sustentáveis com 19,4% (n=6) cada. É descrito no quadro 4 as estratégias de enfrentamento e os resultados evidenciados.

Quadro 4 – Estratégias de enfrentamento institucionais, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Estratégias de Enfrentamento	Achados	Artigos
Estratégias de enfrentamento institucionais	Apoio de colegas	1, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 28, 29, 30
	Apoio organizacional	1, 9, 22, 23, 26, 27, 28, 31
	Treinamentos	11, 16, 19, 23, 27, 28
	Condições de emprego sustentáveis	1, 6, 12, 16, 28, 30
	Presença de recursos hospitalares	6, 26, 28, 30
	Intervalos prolongados e escolha de plantões/ organizar o horário de trabalho	1, 12, 21, 28
	Trabalho em equipe	17, 23, 30
	Suporte informativo	1, 30
	Diminuição da carga de trabalho	17
	Equipe suficiente	26

DISCUSSÃO

A pandemia da Covid-19 revolucionou o cenário da saúde pública a nível mundial, devido a um vírus ainda desconhecido e com alta transmissibilidade, as taxas de infectados e de mortalidade apresentaram número trágicos. Frente a situação pandêmica, os profissionais de enfermagem se destacaram pela brava atuação nos diferentes serviços de saúde. Ser um profissional de enfermagem e estar na linha de frente foi viver com total atenção e apreensão, exigindo que fossem além dos seus limites e buscassem em seu interior forças para superar este período (RIBEIRO *et al.*, 2021).

Assim, ir além dos seus limites para desenvolver suas práticas assistenciais fez com que os profissionais de enfermagem desenvolvessem ou agravassem problemas relacionados a sua saúde mental.

Deste modo, o problema de saúde mental relacionado a ansiedade (DEMIRCI; ORUC; KABUKCUOGLU, 2020, CENGIZ *et al.*, 2021; KACKIN *et al.*, 2021; ABDULAH; MOHAMMEDSADIQ; LIAMPUTTONG, 2021; SIMSEK, GUNAY, 2021; FRANCO; LEVÍ, 2020; ZHANG *et al.*, 2021; ZHAO *et al.*, 2021; QUEIROZ; OLIVEIRA, 2021; HUANG *et al.*, 2021; GORDON; MAGBEE; YODER, 2020) estava relacionado com a exaustão emocional, sendo que esse fator contribuiu para um alto nível do estado de ansiedade dos profissionais de enfermagem (LIU *et al.*, 2020).

Além disso, observou-se que a ansiedade se relacionou a diferentes fatores, mas, principalmente, ao aparecimento súbito de uma doença desconhecida com risco de vida, aumento da carga de trabalho, fadiga física, EPIs inadequados, contaminação nosocomial e a necessidade de tomar decisões éticas difíceis em relação aos pacientes (PAPPA *et al.*, 2020; KANDEMIR *et al.*, 2021).

Um estudo realizado no Brasil, com profissionais de enfermagem durante a pandemia, identificou que 39,6% apresentaram sintomas de ansiedade moderadamente severa ou severa, sendo os fatores associados a essa condição: ser pardo, trabalhar em vínculo empregatício privado ou ter vínculo público e privado, ter sintomas de síndrome de *burnout*, ser profissional de serviços sem estrutura para a pandemia (SANTOS *et al.*, 2021).

Os autores concluíram ainda que 38% da amostra apresentava sintomas de depressão moderadamente severa ou severa. Esse resultado foi associado ao sexo feminino, renda mensal de três a quatro salários-mínimos, morar com pais e irmãos, atuar apenas em serviços privados, ter se afastado do serviço ou função alterada em decorrência da pandemia, ter sintomas de síndrome de *burnout* e ser profissional de serviços sem estrutura para pandemia (SANTOS *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, um estudo realizado na Turquia assemelhou-se com os achados da pesquisa brasileira, uma vez que foi verificado que 12,9% dos enfermeiros apresentavam nível de ansiedade moderado, 13,4% grave e 32% extremamente grave. Em relação a depressão, constatou-se que os enfermeiros apresentaram 26,3% nível depressão moderada, 12,9% grave e 26,3% extremamente grave (KANDEMIR *et al.*, 2021).

Desse modo, os dados dos estudos referentes a ansiedade e depressão são alarmantes e atingem de forma significativa a saúde mental dos profissionais de enfermagem, ainda, esses problemas contribuem para o aparecimento de outros problemas, como por exemplo, a insônia (CENGIZ *et al.*, 2021; ZHAO *et al.*, 2021; GORDON; MAGBEE; YODER, 2021; LIU *et al.*, 2020; KANDEMIR *et al.*, 2021; CHEN *et al.*, 2021).

A insônia se refere a dificuldade de dormir ou manter o sono ou quando acorda e não consegue voltar a dormir. Ter dificuldades com o sono desencadeia problemas não só de saúde mental, mas também doenças fisiológicas, como doenças cardiovasculares, ansiedade, depressão e tendência ao suicídio (KANDEMIR *et al.*, 2021).

O referido problema de saúde mental foi um sintoma físico vivenciado por inúmeros profissionais de enfermagem, pois toda a pressão vivida no ambiente de trabalho dificultava o processo de dormir, descansar e relaxar, pois não conseguiam parar de pensar no plantão que passou e o plantão que estaria por vir. Sendo o estresse psicossocial associado a insônia (GORDON; MAGBEE; YODER, 2021; KANDEMIR *et al.*, 2021), dessa forma, não dormir aumentava de forma significativa a exaustão física (GORDON; MAGBEE; YODER, 2021; MORADI *et al.*, 2021; POZO-HERCE *et al.*, 2021; MUHARRAQ, 2021).

No Irã, uma pesquisa demonstrou que a exaustão física dos enfermeiros foi associada ao uso de EPIs, pois esses eram pesados, além disso, dificultava as necessidades básicas, como comer, beber e usar o

banheiro. Dessa forma, o cuidado prolongado de pacientes com Covid-19 gerou desgaste físico e mental, bem como complicações incluindo cansaço físico, danos na pele e desequilíbrio hormonal (MORADI *et al.*, 2021).

Assim, a exaustão física dos profissionais de enfermagem foi um fator contribuinte a síndrome de *burnout* (ZHANG *et al.*, 2021; LIU *et al.*, 2020; SANTOS *et al.*, 2021; CHEN *et al.*, 2021; HOSEINABADI *et al.*, 2020) que é definida como um distúrbio emocional que apresenta como principais sintomas a exaustão extrema, estresse e esgotamento físico, os quais são resultados de situações de trabalho desgastante e excesso de trabalho. Essa síndrome é comum em profissionais que atuam diariamente sobre pressão e que apresentam grandes responsabilidades, como enfermeiros, médicos, professores, dentre outros (BRASIL, 2022).

Um estudo elaborado no Irã com dois grupos de enfermeiros, onde um grupo estava exposto (linha de frente) e o outro não (enfermarias sem pacientes Covid-19), identificou-se que o grupo exposição apresentou resultados significativamente maiores para síndrome de *burnout*, quando comparado ao outro grupo (HOSEINABADI *et al.*, 2020). No Brasil, uma pesquisa elaborada com profissionais de enfermagem verificou que os sintomas da síndrome de *burnout* estavam presentes em 62,4% da amostra, ainda, a síndrome foi associada a maiores níveis de ansiedade e depressão (SANTOS *et al.*, 2021).

Desse modo, infere-se que ser um profissional de enfermagem e atuar na pandemia pode trazer a esta classe profissional problemas de saúde mental, os quais devem ser examinados a fim de minimizar os possíveis danos, assim, foi necessário que os próprios profissionais buscassem por estratégias de enfrentamento para superar estes momentos difíceis.

No que tange as estratégias de enfrentamento pessoais, os profissionais de enfermagem buscaram proteger a si e aos outros, aderindo à protocolos de uso de EPIs e medidas de controle de infecção a fim de minimizar o contágio pelo vírus da Covid-19 (ABDULAH; MOHAMMEDSADIQ; LIAMPUTTONG, 2021; FRANCO; LEVÍ, 2020; ZHANG *et al.*, 2021; LIU *et al.*, 2020; CHEN *et al.*, 2021; MUHARRAQ, 2021; GÓES *et al.*, 2020; GRAY *et al.*, 2021; NIE *et al.*, 2020; ASHLEY *et al.*, 2021).

O uso de EPIs causou diferentes reações negativas nos profissionais de enfermagem, como cefaleia, sensação de hipoxemia, dificuldades na ingestão de bebidas e comidas, uso do banheiro, entre outros. Entretanto, os profissionais tinham o conhecimento de que era de extrema importância esses equipamentos, assim, buscaram por medidas que minimizasse esses desconfortos, como: ajuste adequado dos EPIs, uso de curativo de espuma nos locais mais sensíveis do rosto, mover-se lentamente ao realizar tarefas, realizar pausas, entre outros, assim, a aderência ao protocolo de uso de EPIs tornou-se mais eficaz (CHEN *et al.*, 2021).

Foram grandes os desafios relacionados ao processo de cuidar de pacientes com Covid-19, o que demandou muito dos profissionais de enfermagem. Assim, além de prestarem uma assistência integral e de qualidade aos pacientes, eles se preocupavam com a sua proteção e a dos outros (colegas de trabalho, familiares, etc.) a fim de evitar o contágio da doença, adotando medidas de proteção como a lavagem de mãos, evitar contatos desnecessários, usar máscaras, medir a temperatura, etc (CHEN *et al.*, 2021; GÓES *et al.*, 2020; GRAY *et al.*, 2021).

No ambiente domiciliar, os profissionais de enfermagem adotaram medidas para protegerem seus familiares, por exemplo, a realização do isolamento social, sala especial para a troca de roupas quando chegavam em casa, desinfecção de roupas e sapatos antes de entrarem no domicílio e limpeza regular de superfícies e portas (ABDULAH; MOHAMMEDSADIQ; LIAMPUTTONG, 2021).

Outra estratégia que contribuiu de forma significativa para o enfrentamento da pandemia foi conversar com familiares e amigos (DEMIRCI; ORUC; KABUKCUOGLU, 2020; FRANCO; LEVÍ, 2020; ZHANG *et al.*, 2021; HUANG *et al.*, 2021; MUHARRAQ, 2021; GRAY *et al.*, 2021; TANG *et al.* 2021; JIANG *et al.* 2021). O apoio social, seja ele de familiares, amigos ou colegas, foi uma das principais estratégias de enfrentamento adotadas pelos profissionais de enfermagem para reduzir as emoções negativas (ZHANG *et al.*, 2021). Poder expressar com algum ente querido todos os sentimentos vivenciados durante a jornada de trabalho, proporcionou aos profissionais de enfermagem sensações de alívio, compreensão e minimização do sofrimento, dessa forma, eles se sentiam acolhidos e motivados pelas suas redes de apoio.

Apesar de todas as sensações e experiências negativas, os profissionais de enfermagem buscaram ter pensamentos positivos (KACKIN *et al.*, 2021; FRANCO; LEVÍ, 2020; ZHANG *et al.*, 2021; ZHAO *et al.*, 2021; HUANG *et al.*, 2021; MUHARRAQ, 2021; TANG *et al.* 2021; JIANG *et al.* 2021). Uma pesquisa realizada na China, com enfermeiros gestores, observou que uma das alternativas utilizada por eles para seguirem fortes na luta contra a Covid-19 foi manter o pensamento positivo, sendo que esses pensamentos foram construídos com base na experiência e na busca de informações para prever a recuperação da crise (ZHAO *et al.*, 2021).

Os pensamentos positivos foram associados com o passar dos dias e a atuação dos profissionais de enfermagem nos ambientes com pacientes Covid-19, uma vez que o medo foi sendo minimizado, foram aceitas e sentidas as emoções como felicidade, calma e otimismo, devido estarem se adaptando à situação e expandirem o conhecimento sobre a doença (HUANG *et al.*, 2021).

O conhecimento sobre a doença também foi evidenciado como uma estratégia de enfrentamento pessoal (FRANCO; LEVÍ, 2020; ZHANG *et al.*,

2021; ZHAO *et al.*, 2021; HUANG *et al.*, 2021; MUHARRAQ, 2021; GRAY *et al.*, 2021). No início, o conhecimento sobre a doença era restrito, mas com passar do tempo foram descobrindo e conhecendo mais sobre a Covid-19. Dessa forma, os conhecimentos foram aprimorados, o que fez os profissionais de enfermagem se sentirem mais seguros para o desenvolvimento de sua prática assistencial. Muitos profissionais de enfermagem buscaram por pesquisas e informações relacionadas a doença a fim de deterem conhecimento sobre o assunto e, assim, minimizarem os níveis de ansiedade e qualificarem a assistência prestada a esses pacientes (GRAY *et al.*, 2021).

Na Arábia Saudita, um estudo apontou que uma das estratégias de enfrentamento utilizadas pelos profissionais de enfermagem foi a obtenção por conhecimento relacionados a doença, principalmente, relacionados a prevenção e transmissão (MUHARRAQ, 2021). Esse dado corroborou com uma pesquisa na China, a qual observou que uma das principais estratégias de enfrentamento utilizadas foi aprender ativamente sobre a Covid-19 e aplicar o conhecimento na prática clínica (ZHANG *et al.*, 2021).

A atividade física foi citada como uma estratégia de enfrentamento realizada pelos profissionais de enfermagem (KACKIN *et al.*, 2021; FRANCO; LEVÍ, 2020; ZHANG *et al.*, 2021; SANTOS *et al.*, 2021; GRAY *et al.*, 2021; ASHLEY *et al.*, 2021). Uma pesquisa produzida no Brasil, com profissionais de enfermagem atuantes na pandemia, identificou que realizar atividade física foi um fator associado a menor prevalência de depressão moderadamente severa ou severa. Sendo assim, praticar exercícios físicos reduziu em 36% a predominância de sintomas grave de depressão (SANTOS *et al.*, 2021). Nessa vertente, na China, os enfermeiros que trabalhavam em hospitais que atendiam pacientes Covid-19 relataram que comportamentos saudáveis, como realizar exercícios físicos, comer alimentos saudáveis e adotar comportamentos de saúde, contribuíram para a manutenção de um humor mais otimista, resultando em aumento da confiança no combate à doença (ZHANG *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, percebe-se que as estratégias dependiam do profissional de enfermagem, o qual buscava formas de amenizar os problemas de saúde mental para seguir em frente. Entretanto, as instituições também colaboraram com a implantação e implementação de estratégias de enfrentamento que contribuíssem para resultados positivos em saúde.

O apoio dos colegas (DEMIRCI; ORUC; KABUKCUOGLU, 2020; FRANCO; LEVÍ, 2020; ZHANG *et al.*, 2021; HUANG *et al.*, 2021; GORDON; MAGBEE; YODER, 2021; MUHARRAQ, 2021; GRAY *et al.*, 2021; NIE *et al.*, 2020; DELDAR; FROUTAN; EBADI, 2021) foi retratado pelos profissionais de enfermagem como um aspecto que contribuiu significativamente para o gerenciamento do processo de enfrentamento, pois todos encontravam-se vivenciando a mesma situação (DEMIRCI; ORUC; KABUKCUOGLU, 2020).

No Equador, um estudo com enfermeiros atuantes na pandemia, verificou que um dos fatores que favoreceu a diminuição do estresse foi quando todos os colegas da unidade demonstraram atitudes positivas e quando realizavam o trabalho em equipe dentro da área (FRANCO; LEVÍ, 2020). Assim, comportamentos de solidariedade entre os colegas auxiliou a suportar e gerenciar a exaustão causada por turnos de trabalho cansativos, nas tarefas frustrantes ao usar kits de segurança pessoal por longas horas, bem como o estresse e as preocupações dos colegas menos experientes (DELDAR; FROUTAN; EBADI, 2021).

Também, o apoio organizacional favoreceu o processo de enfrentamento (DEMIRCI; ORUC; KABUKCUOGLU, 2020; ZHANG *et al.*, 2021; ZHAO *et al.*, 2021; HUANG *et al.*, 2021; POZO-HERCE *et al.*, 2021; ASHLEY *et al.*, 2021; XU *et al.*, 2021). Observou-se que dentre as ações de apoio realizadas pelas instituições de saúde estavam ações relacionadas com aspectos que contribuíssem para a imunidade dos profissionais, suporte à EPIs, suporte informativo, intervalos prolongados entre plantões e escolha dos plantões (DEMIRCI; ORUC; KABUKCUOGLU, 2020).

Os componentes organizacionais com apoio a disponibilidade de recursos materiais e humanos adequados às necessidades foram elementos entendidos como fatores de proteção contra os riscos psicológicos dos profissionais de enfermagem (POZO-HERCE *et al.*, 2021).

Uma pesquisa na China identificou que o apoio de gerentes e administradores hospitalares favoreceu os profissionais de enfermagem a conseguirem lidar com o estresse, ansiedade e preocupações provenientes do trabalho. Ainda, esse apoio foi um fator que contribuiu para a resiliência mental dos profissionais (HUANG *et al.*, 2021).

Uma das estratégias utilizadas pelas organizações de saúde refere-se à realização de treinamentos para as equipes (ZHANG *et al.*, 2021; ZHAO *et al.*, 2021; HUANG *et al.*, 2021; CHEN *et al.*, 2021; DELDAR; FROUTAN; EBADI, 2021; LYU *et al.*, 2021). Evidenciou-se que muitos profissionais de enfermagem não estavam preparados para atuar com pacientes Covid-19, principalmente, no uso de EPIs. Desse modo, a realização de treinamentos com a equipe, as imagens do procedimento padrão para a colocação e retirada de EPIs e os passos da higienização das mãos a fim de orientar os profissionais de enfermagem, minimizaram a deficiência que eles tinham em relação aos assuntos (CHEN *et al.*, 2021).

Dessa forma, algumas organizações utilizaram treinamentos presenciais e/ou virtuais, sendo esses necessários a fim de proteger as equipes de saúde. Assim, os profissionais tornaram-se seguros, empoderados e capacitados para a prestação da assistência aos pacientes infectados pelo vírus (DELDAR; FROUTAN; EBADI, 2021).

Além dos treinamentos, as instituições de saúde tinham o dever e a responsabilidade de fornecer condições de emprego sustentáveis aos

profissionais de enfermagem (DEMIRCI; ORUC; KABUKCUOGLU, 2020; KACKIN *et al.*, 2021; ZHANG *et al.*, 2021; MUHARRAQ, 2021; HOSEINABADI *et al.*, 2020; LYU *et al.*, 2021).

No início da pandemia, as altas taxas de morbimortalidade nos serviços de saúde resultou, na falta de recursos humanos e materiais para atender tamanha demanda. No entanto, o processo de evolução sobre a doença possibilitou que órgãos governamentais buscassem entre si apoio relacionado a esses aspectos com intuito de melhorar as condições de trabalho dos profissionais de enfermagem. Nesse sentido, a disponibilização de um ambiente de trabalho com condições sustentáveis gerou nos profissionais de enfermagem maior segurança para desenvolverem suas práticas, melhorando o desempenho laboral e a prevenção de infecções hospitalares (LYU *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, identifica-se que as estratégias de enfrentamento pessoais e institucionais contribuíram de forma significativa para a melhora dos problemas de saúde mental dos profissionais de enfermagem, assim, possibilitando que eles continuassem determinados e com perseverança na luta contra a Covid-19.

Como limitações deste estudo, aponta-se a população definida nesta revisão, ou seja, profissionais de enfermagem, o que restringiu o número de artigos analisados, uma vez que excluiu aqueles realizados com outros profissionais da saúde que atuaram no período da pandemia. Assim, recomenda-se a realização de novas pesquisas com demais profissionais da saúde a fim de conhecer ou até mesmo reafirmar os problemas de saúde mental experienciados e as estratégias de enfrentamento realizadas por profissionais atuantes na pandemia da Covid-19.

CONCLUSÃO

Este estudo respondeu à questão norteadora e alcançou o objetivo proposto, visto que foi possível identificar os problemas de saúde mental dos profissionais de enfermagem e as estratégias de enfrentamento durante a atuação no período pandêmico.

Assim, observou-se que vivenciar essa crise de nível mundial foi um momento de grandes desafios para os profissionais de enfermagem, os quais tiveram que enfrentar situações difíceis no seu cotidiano de trabalho, que contribuíram para o desenvolvimento ou agravamento de problemas de saúde mental. No entanto, devido a necessidade de terem que seguir no combate à pandemia, buscaram por estratégias de enfrentamento que os auxiliaram a passar por esse momento difícil, assim, superando os desafios internos e externos por um bem maior: cuidar do próximo.

Deste modo, acredita-se que esta pesquisa possa auxiliar profissionais de enfermagem e outros profissionais da saúde, bem como, gestores de serviços, conhecerem os possíveis problemas de saúde mental provenientes da vivência de momentos difíceis e, assim, proporem estratégias que venham a contribuir para o enfrentamento de tais problemas, proporcionando o equilíbrio da saúde mental, completo estado de bem-estar e maior satisfação no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDULAH, D. M.; MOHAMMEDSADIQ, H. A.; LIAMPUTTONG, P. Experiences of nurses amidst giving care to COVID-19 patients in clinical settings in Iraqī Kurdistan: A qualitative descriptive study. **J Clin Nurs**, v. 31, n. 1-2, p. 294-308. 2021.

ASHLEY, C. *et al.* The psychological well-being of primary healthcare nurses during COVID-19: A qualitative study. **J Adv Nurs**, v. 77, n. 9, p. 3820-3828. 2021.

AYANIAN, J. Z. Mental Health Needs of Health Care Workers Providing Frontline COVID-19 Care. **JAMA Health Forum**, v. 1, n. 4, e200397, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Síndrome de Burnout**. Brasília. 2022.

CENGIZ, Z. *et al.* Behaviours and experiences of nurses during the COVID-19 pandemic in Turkey: A mixed methods study. **J Nurs Manag**, v. 29, n. 7, p. 2002-2013. 2021.

CHEN, F. *et al.* Dispatched nurses' experience of wearing full gear personal protective equipment to care for COVID-19 patients in China-A descriptive qualitative study. **J Clin Nurs**, v. 30, n. 13-14, 2021.

CHEN, R. *et al.* A Large-Scale Survey on Trauma, Burnout, and Posttraumatic Growth among Nurses during the COVID-19 Pandemic. **Int J Ment Health Nurs**, v. 30, n. 1, p. 102-116. 2021.

COOPER, H. M. **Interating research: A guide for literature reviews**. 2. ed. Newbury Park: Sage, 1989. 157 p.

DELDAR, K.; FROUTAN, R.; EBADI A. Nurse managers' perceptions and experiences during the COVID-19 crisis: A qualitative study. **Iran J Nurs Midwifery Res**, v. 26, n. 3, p. 238-244. 2021.

DEMIRCI, A. D.; ORUC, M.; KABUKCUOGLU, K. It was difficult, but our struggle to touch lives gave us strength': The experience of nurses working on COVID-19 wards. **J Clin Nurs**, v. 30, n. 5-6, p. 732-741. 2020.

FRANCO, J. A.; LEVÍ, P. L. A. Feelings, Stress, and Adaptation Strategies of Nurses against COVID-19 in Guayaquil. **Invest Educ Enferm**, v. 38, n. 3, e07, 2020.

GIUST, E. M *et al.* The Psychological Impact of the COVID-19 Outbreak on Health Professionals: A Cross-Sectional Study. **Front Psychol**, v. 11, 1684, p. 1-9, 2020.

GÓES, F. G. B. *et al.* Desafios de profissionais de Enfermagem Pediátrica frente à pandemia da COVID-19. **Rev Lat Am Enfermagem**, v. 38, e3367, 2020.

GORDON, J. M.; MAGBEE, T.; YODER, L. H. The experiences of critical care nurses caring for patients with COVID-19 during the 2020 pandemic: A qualitative study. **Appl Nurs Res**, v. 59, 151418, 2021.

GRAY, K. *et al.* Nurses' pandemic lives: A mixed-methods study of experiences during COVID-19. **Appl Nurs Res**, v. 60, 151437, 2021.

HOSEINABADI, T. S. *et al.* Burnout and its influencing factors between frontline nurses and nurses from other wards during the outbreak of Coronavirus Disease-COVID-19-in Iran. **Invest Educ Enferm**, v. 38, n. 3, p. e3, 2020.

HUANG, F. *et al.* Resilience of frontline nurses during the COVID pandemic in China: A qualitative study. **Nurs Health Sci**, v. 23, n. 3, p. 639-645. 2021.

HUMEREZ, D. C.; OHL, R. I. B.; SILVA, M. C. N. Mental health of brazilian nursing professionals in the context of the COVID-19 pandemic: action of the nursing federal council. **Cogitare enferm.**, n. 25, e74115, 2020.

JIANG, Y. *et al.* Late-onset PTSD and coping strategies for frontline nurses during the COVID-19 epidemic in China. **Nurs Open**, v. 8, n. 6, p. 3055-3064. 2021.

KACKIN, O. *et al.* Experiences and psychosocial problems of nurses caring for patients diagnosed with COVID-19 in Turkey: A qualitative study. **Int J Soc Psychiatry**, v. 67, n. 2, p. 158-167. 2021.

KANDEMIR, D. *et al.* Analysis of mental health symptoms and insomnia levels of intensive care nurses during the COVID-19 pandemic with a structural equation model. **J Clin Nurs**, v. 31, n. 5-6, p. 601-611, 2021.

LIU, Y. E. *et al.* Experiences of front-line nurses combating coronavirus disease-2019 in China: A qualitative analysis. **Public Health Nurs**, v. 37, n. 5, p. 757-763. 2020.

LORENTE, L.; VERA, M.; PEIRÓ, T. Nurses ' stressors and psychological distress during the COVID-19 pandemic: The mediating role of coping and resilience. **J Adv Nurs**, v. 77, n. 3, p. 1335-1344. 2020.

LYU, X. *et al.* Factors influencing risk perception and nosocomial infection prevention practices of frontline nurses during the COVID-19 pandemic. **BMC Nursing**, v. 20, n. 78, 2021.

MORADI, Y. *et al.* Challenges experienced by ICU nurses throughout the provision of care for COVID-19 patients: A qualitative study. **J Nurs Manag**, v. 29, n. 5, p. 1159-1168, 2021.

MUHARRAQ, E. H. A. The Psychological Impact of Coronavirus Disease 2019 on Nurses in Saudi Arabia and Their Coping Strategies. **SAGE open Nurs**, v. 20, n. 7, 23779608211011322, 2021.

NIE, A. *et al.* Psychological impact of COVID-19 outbreak on frontline nurses: A cross-sectional survey study. **J Clin Nurs**, v. 29, v. 21-22, p. 4217-4226, 2020.

PAGE M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 72, p. 1-9, 2021.

PAPPA, S. *et al.* Prevalence of depression, anxiety, and insomnia among healthcare workers during the COVID-19 pandemic: A systematic review and meta-analysis. **Brain, Behavior, and Immunity**, v. 88, p. 901-907. 2020.

POZO-HERCE, P. D. *et al.* Psychological Impact on the Nursing Professionals of the Rioja Health Service (Spain) Due to the SARS-CoV-2 Virus. **Int J Environ Res Public Health**, v. 18, n. 2, p. 580, 2021.

QUEIROZ, A. M. *et al.* O 'NOVO' da COVID-19: impactos na saúde mental de profissionais de enfermagem? **Acta Paul Enferm**, v. 34, eAPE02523, 2021.

RIBEIRO, J. F. *et al.* Profissionais de enfermagem na UTI e seu protagonismo na pandemia: legados da COVID-19. **REC**, v. 10, n. 2, p. 347-365, 2021.

SANTOS, K. M. R. *et al.* Depressão e ansiedade em profissionais de enfermagem durante a pandemia da covid-19. **Esc. Anna. Nery**, v. 25 (esp.), e20200370, 2021.

SILVA, F. C. T.; NETO, M. L. R. Psychiatric symptomatology associated with depression, anxiety, distress, and insomnia in health professionals working in patients affected by COVID-19: A systematic review with meta-analysis. **Prog Neuropsychopharmacol Biol Psychiatry**, v. 104, 110057, p. 1-8, 2021.

SIMSEK, D. C.; GUNAY, U. Experiences of nurses who have children when caring for COVID-19 patients. **Int Nurs Rev**, v. 68, n. 2, p. 219-227, 2021.

TANG, J. *et al.* A survey of coping strategies among clinical nurses in China during the early stage of coronavirus disease 2019 pandemic: A cross-sectional study. **Nurs Open**, v. 8, n. 6, p. 3583-35-92, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental health 2001**. 2000.

XU, F. *et al.* Coping and growing in dilemma: Clinical work experience of front-line nurses in Wuhan during the early stage of COVID-19 epidemic. **Jpn J Nurs Sci**, v. 18, n. 4, e12428, 2021.

ZHANG, M. M. *et al.* Nurses' psychological changes and coping strategies during home isolation for the 2019 novel coronavirus in China: A qualitative study. **J Adv Nurs**, v. 77, v. 1, p. 308-317, 2021.

ZHANG, Y. *et al.* Stress, Burnout, and Coping Strategies of Frontline Nurses During the COVID-19 Epidemic in Wuhan and Shanghai, China. **Front Psychiatry**, v. 26, n. 11, p. 565520, 2021.

ZHAO, S. *et al.* Nursing home staff perceptions of challenges and coping strategies during COVID-19 pandemic in China. **Geriatr Nurs**, v. 42, n. 4, p. 887-893, 2021.

CAPÍTULO 15

DESAFIOS E TENDÊNCIAS NA GESTÃO ESTRATÉGICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Ana Luisa Gordiano de Carvalho

Graduada em Comércio Exterior pela Universidade Salvador (UNIFACS),
Especialista em Gestão Empresarial,
Especialista em Gestão Estratégica de Negócios pela Faculdade Focus

RESUMO

A gestão estratégica do comércio internacional ganha relevância no contexto globalizado, dada a crescente interconexão das economias. O comércio internacional, apesar de teoricamente simples, é complexo por fatores como corrupção, instabilidade política e terrorismo. A globalização traz riscos adicionais, enfatizando a importância da gestão de riscos para a segurança econômica. A pandemia de COVID-19 intensificou desequilíbrios de poder, culminando em protecionismo nacional e mudanças nas estratégias empresariais. Por outro lado, uma gestão eficaz pode proporcionar um ambiente de concorrência equitativo e impulsionar o crescimento econômico. Além disso, a gestão do conhecimento é vital para o planejamento estratégico. Desafios específicos surgem no comércio pós-soviético, incluindo conflitos e dependência de tecnologias ocidentais.

Palavras-chave: Globalização, Gestão estratégica, Comércio internacional, Protecionismo, Pandemia de COVID-19.

INTRODUÇÃO

A gestão estratégica do comércio internacional é uma área de crescente importância no cenário globalizado atual. À medida que as economias se tornam mais interconectadas, a necessidade de uma gestão eficaz e estratégica do comércio internacional torna-se crucial. No entanto, essa tarefa é permeada por desafios e tendências emergentes que moldam constantemente o panorama do comércio global.

O comércio internacional, em sua essência, envolve a troca de bens e serviços entre países. Esta troca, embora pareça simples em teoria, é complexa, na prática devido a uma série de fatores. Nezhyya, Zaremba e Mysiuk (2021) destacam que, em um ambiente de comércio internacional, as empresas enfrentam desafios como corrupção, instabilidade política e terrorismo. Além disso, com a crescente tendência da globalização, as

empresas enfrentam riscos específicos, tornando a gestão de riscos extremamente vital para a segurança econômica.

O impacto da pandemia de COVID-19 também revisitou novos desafios para o comércio internacional. Segundo um estudo de 2021, a pandemia intensificou desequilíbrios de poder preexistentes, levando a um maior protecionismo nacional e alterando as estratégias de gestão de crises das empresas durante a pandemia (Missing, 2021).

No entanto, apesar dos desafios, existem oportunidades significativas. Ge (2022) argumenta que a gestão eficaz por parte dos departamentos governamentais e organizações é crucial para proporcionar um ambiente de concorrência justo e harmonioso para as atividades comerciais. A capacidade de prever mudanças no comércio de importação e exportação e formular políticas preferenciais direcionadas é de grande importância para avaliar o desenvolvimento da economia nacional e promover seu crescimento.

A gestão estratégica do comércio internacional é uma área dinâmica e em constante evolução. Com a abordagem e estratégia corretas, as empresas podem não apenas navegar com sucesso no complexo mundo do comércio internacional, mas também prosperar e crescer.

A gestão estratégica do comércio internacional enfrenta uma série de desafios em um mundo globalizado. Com a crescente interconexão das economias, as empresas são confrontadas com obstáculos que vão desde a instabilidade política até riscos associados à globalização (Nezhyva, Zaremba & Mysiuk, 2021). Além disso, a recente pandemia de COVID-19 intensificou desequilíbrios de poder preexistentes e levou a um aumento do protecionismo nacional, alterando significativamente as práticas e atitudes de negócios internacionais (Missing, 2021). Diante desse cenário, surge a problemática: Como as empresas podem adaptar suas estratégias de gestão para enfrentar os desafios emergentes do comércio internacional e aproveitar as oportunidades em um ambiente em constante mudança?

JUSTIFICATIVA

A gestão estratégica do comércio internacional enfrenta uma série de desafios e tendências emergentes. Em primeiro lugar, a gestão do conhecimento tem se destacado como uma ferramenta fundamental para melhorar o desempenho, aumentar a produtividade e a criatividade e promover a inovação em ambientes organizacionais. Esta gestão é essencial para fornecer conhecimento valioso e informações que reforçam

o planejamento estratégico, conforme destacado por Rossidis Ioannis e Dimitrios Belias (2020).

Além disso, o comércio internacional no espaço pós-soviético, especialmente dentro da União Econômica Eurasiática (EAEU), apresenta desafios como a baixa eficiência da estrutura institucional e conflitos econômicos e políticos entre os países membros. A dependência de tecnologias ocidentais em algumas indústrias-chave também é uma preocupação, como observado por V. Kot et al.(2022).

A evolução do conceito de gestão estratégica também é digna de nota. Ao longo dos anos, várias escolas e abordagens surgiram, indicando diferentes fatores que permitem o sucesso na gestão estratégica, desde a definição de objetivos de longo prazo até a utilização de oportunidades e criação de inovação, conforme discutido por Tomasz Kafel e B. Ziębicki(2021).

Em um ambiente de comércio internacional, é vital operar eficientemente e atrair investimentos. Os desafios, como corrupção, instabilidade política e terrorismo, são amplificados. Com a globalização, as empresas enfrentam uma variedade de desafios com riscos específicos, tornando essencial uma abordagem eficaz de avaliação e gestão de riscos, como apontado por M. Nezhyva, O. Zaremba e V. Mysiuk(2021).

A digitalização e a inovação têm desempenhado um papel fundamental na gestão estratégica do comércio internacional. A transformação digital, por exemplo, apresenta tanto desafios quanto oportunidades para as organizações. As empresas estão adaptando seus modelos de negócios à digitalização e às tendências de sustentabilidade, buscando oferecer benefícios não apenas para si mesmas, mas também para os clientes e a sociedade em geral (C. Troise et al., 2022).

Além disso, a relação entre comércio internacional e desenvolvimento inovador de um país é crucial. Uma análise bibliométrica das publicações relacionadas ao comércio internacional e inovações revelou uma ligação funcional entre o comércio internacional e o nível de desenvolvimento inovador de um país. Esta ligação é significativa, pois indica que o desenvolvimento inovador de um país pode influenciar sua posição no campo do comércio internacional Lamiya Huseynova & A.S. Huseynov(2022)

A pandemia de COVID-19 também trouxe desafios significativos para a gestão de recursos humanos (RH) em empresas em todo o mundo. As organizações tiveram que se adaptar a novas formas de trabalho, como o trabalho remoto, e enfrentar desafios como o medo e

o estresse no local de trabalho, a redução da produtividade dos funcionários e problemas no trabalho em equipe devido ao trabalho remoto. Nesse contexto, a gestão de RH teve que ser reinventada para responder adequadamente a esses novos problemas e desafios (Agneš Slavic´ et al., 2021).

A pandemia de COVID-19 também intensificou tendências sociais preexistentes, como a concentração de riqueza e poder e o domínio de grandes empresas e tecnologias. A devastação das economias dos países em desenvolvimento revelou sua dependência do comércio com países mais ricos e empresas multinacionais, que podem cortar sua lealdade impiedosamente por interesse próprio.

OBJETIVO GERAL

Analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, os desafios e tendências na gestão estratégica do comércio internacional, considerando as transformações digitais, inovações e impactos da pandemia de COVID-19.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar, através da literatura, os principais desafios enfrentados pelas organizações no âmbito da gestão estratégica do comércio internacional nos últimos anos.
2. Compreender o papel da digitalização e inovação na transformação dos modelos de negócios e estratégias de comércio internacional.
3. Avaliar os impactos da pandemia de COVID-19 na gestão estratégica do comércio internacional, especialmente em relação à gestão de recursos humanos e adaptações necessárias.
4. Examinar a relação entre o desenvolvimento inovador de países e sua posição no comércio internacional, conforme evidenciado na literatura.
5. Propor, com base nos achados bibliográficos, recomendações para empresas e gestores que buscam aprimorar sua gestão estratégica no contexto do comércio internacional atual.

REFERENCIAL TEÓRICO

O cenário global do comércio internacional tem passado por rápidas transformações nas últimas décadas. As alianças estratégicas, por exemplo, têm atraído considerável atenção tanto da indústria quanto do meio acadêmico. No entanto, devido à rápida evolução tecnológica, mercados saturados e globalização dos negócios, o ambiente estratégico das empresas está mudando rapidamente (He et al., 2023).

Um dos principais desafios enfrentados é a desglobalização do mercado, marcada por eventos como o Brexit, a guerra comercial entre EUA e China, a pandemia da COVID-19 e conflitos como a guerra na Ucrânia. Essas mudanças fundamentais e rápidas no ambiente mais amplo exigem uma revisão das percepções teóricas e práticas (He et al., 2023).

Além disso, iniciativas de negócios internacionais, como a Iniciativa Belt and Road proposta pela China em 2013, têm aprofundado a cooperação econômica estratégica entre os países ao longo da rota. Essa iniciativa tem contribuído positivamente para o desenvolvimento da integração econômica regional e para a exportação e troca em áreas como tecnologia, cultura e educação (Qiao, 2023).

Os sistemas agroalimentares em todo o mundo também enfrentam desafios de choques de curto prazo e mudanças de oferta e demanda de longo prazo. A necessidade de transformação para sistemas agroalimentares mais sustentáveis e resilientes tornou-se central para a indústria agroalimentar e tomadores de decisão políticos (Mao, Shanoyan & Brooks, 2023).

A gestão estratégica do comércio internacional enfrenta desafios e tendências emergentes que exigem uma abordagem adaptativa e inovadora para garantir a sustentabilidade e resiliência em um ambiente global em constante mudança.

A Iniciativa Belt Road (BRI) da China é um programa ambicioso para conectar a Ásia com a Europa, África e América Latina através de redes de transporte terrestre e marítimo. O objetivo é avançar na integração econômica, aumentar o comércio e estimular o crescimento. A Ucrânia, devido à sua localização estratégica na BRI, perto da interseção da Europa e da Ásia, é vista como um potencial “portal para a Europa”. No entanto, a invasão da Ucrânia pela Rússia está tendo um efeito disruptivo e apresenta inúmeros desafios para a Iniciativa. Isso afetou alguns dos pilares e objetivos gerais da BRI. Atualmente, a conectividade da infraestrutura está sendo prejudicada por desenvolvimentos como

menos opções de financiamento, menor cooperação internacional e choques geopolíticos. Além disso, o comércio sem impedimentos via BRI está sendo afetado à medida que a guerra causa interrupções nas cadeias globais de valor, enfraquece o livre comércio e intensifica a insegurança alimentar e energética (Mendez, Forcadell & Horiachko, 2022).

Por outro lado, a Z Energy Limited, uma empresa de combustíveis da Nova Zelândia, tem enfrentado desafios relacionados à energia elétrica. Embora a empresa tenha tentado responder positivamente às variações do mercado e esteja otimista quanto ao futuro, os resultados são menos prováveis de serem otimistas. Do ponto de vista macroeconômico, a Z é significativamente influenciada pelos preços globais do petróleo bruto e pelas taxas de câmbio, sendo sensível às mudanças nas condições de mercado (Wang, 2021).

Além disso, a pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo nas atitudes e práticas de negócios internacionais. A pandemia intensificou tendências sociais preexistentes, como a concentração de riqueza e poder e o domínio de grandes empresas e tecnologias. A devastação das economias dos países em desenvolvimento revelou o quão dependentes eles são do comércio com países mais ricos e empresas multinacionais (Missing, 2021).

DESAFIOS NA GESTÃO ESTRATÉGICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional tem sido um pilar fundamental da economia global, permitindo a troca de bens, serviços e capital entre países. No entanto, a gestão estratégica desse comércio enfrenta desafios significativos, especialmente à luz das rápidas mudanças no ambiente global.

As alianças estratégicas têm sido uma ferramenta crucial para empresas e países navegarem no cenário complexo do comércio internacional. No entanto, com a rápida evolução tecnológica, mercados saturados e a globalização dos negócios, o ambiente estratégico está mudando rapidamente. Eventos como o Brexit, a guerra comercial entre EUA e China, a pandemia da COVID-19 e conflitos como a guerra na Ucrânia têm desafiado as noções tradicionais de alianças estratégicas (He et al., 2023).

A Iniciativa Belt and Road (BRI) da China, proposta em 2013, é um

exemplo de uma tentativa de aprofundar a cooperação econômica estratégica entre os países. Esta iniciativa visa promover a integração econômica regional e facilitar as exportações e trocas em áreas como tecnologia, cultura e educação. No entanto, a implementação da BRI enfrenta desafios, especialmente no contexto do direito comercial internacional (Qiao, 2023).

Os sistemas agroalimentares globais também enfrentam desafios significativos. A necessidade de transformação para sistemas mais sustentáveis e resilientes é evidente. Inovações tecnológicas em áreas como gestão da cadeia de abastecimento, proteção ambiental e melhoria da nutrição têm o potencial de desempenhar um papel catalisador nessa transformação (Mao, Shanoyan & Brooks, 2023).

Além disso, a contestação discursiva entre as instituições da UE sobre o conceito de “soberania estratégica” afeta o equilíbrio institucional entre elas. A crise tem inclinado o equilíbrio institucional da UE em favor do nível supranacional de regulação (Romanova & Mazanik, 2022).

DIGITALIZAÇÃO E O COMÉRCIO ELETRÔNICO TRANSFRONTEIRIÇO

A era da economia digital trouxe consigo uma revolução no comércio internacional, com o comércio eletrônico transfronteiriço emergindo como um dos principais impulsores da globalização digital. Este fenômeno tem desempenhado um papel estratégico no crescimento do comércio mundial, mas também apresenta desafios significativos.

A digitalização do comércio internacional tem sido impulsionada por iniciativas como a Iniciativa Belt and Road da China, que busca acelerar o desenvolvimento da indústria de comércio eletrônico transfronteiriço. No entanto, o crescimento do comércio eletrônico é acompanhado por desafios, especialmente no contexto da infraestrutura logística. A análise empírica sugere que a infraestrutura logística tem sido o fator chave para o desenvolvimento sustentável do comércio eletrônico transfronteiriço (Gurbanova & Wang, 2023).

Além disso, a política de comércio eletrônico transfronteiriço tem contribuído significativamente para o crescimento do valor, preço e quantidade de importações na China. A eficácia da política é determinada pela tecnologia digital e pelo desenvolvimento, e os efeitos heterogêneos entre os países de origem das importações e as regiões de importação doméstica indicam um efeito de desigualdade crescente do

comércio eletrônico e da economia digital (Zhang, Zhang & Zhao, 2023).

A digitalização da moeda também está se tornando uma tendência global, com a moeda digital desempenhando um papel importante nos pagamentos de comércio trans- fronteiro. A análise dos dados de comércio eletrônico entre a China e a ASEAN sugere que a promoção da supervisão padronizada da moeda digital e a melhoria dos acordos de swap de moeda bilateral são essenciais para a cooperação transfronteiriça da moeda digital RMB (Yao & Wang, 2023).

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SEUS IMPACTOS NA GESTÃO ESTRATÉGICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A inovação tecnológica tem sido um dos principais impulsionadores da transformação no comércio internacional. Com a crescente digitalização e a revolução da Indústria 4.0, as empresas estão cada vez mais adotando tecnologias avançadas para otimizar suas operações e alcançar mercados globais.

A Iniciativa Belt and Road (BRI) da China, por exemplo, tem como objetivo promover a cooperação econômica e a conectividade entre países. Uma parte fundamental dessa iniciativa é a construção de zonas de livre comércio (FTZs) que visam facilitar o comércio internacional. No entanto, a inovação tecnológica, particularmente no domínio do comércio eletrônico, tem um papel crucial a desempenhar para maximizar o potencial dessas zonas. A pesquisa sugere que a construção de FTZs tem um impacto positivo no comércio eletrônico, segurança alimentar e inovação tecnológica, especialmente quando considerados fatores como compatibilidade cultural e inclusão social (Guo, 2023).

Além disso, a gestão estratégica em empresas de mineração tem visto a inovação tecnológica como uma forma de otimizar seus sistemas de manutenção. A implementação de práticas de gestão estratégica centradas na inovação tecnológica pode melhorar a produtividade, sustentabilidade e competitividade dessas empresas (Castillo Perdomo et al., 2023).

A inovação tecnológica também tem um papel fundamental na gestão de propriedade intelectual das empresas. A gestão estratégica da propriedade intelectual, vista sob a perspectiva da inovação tecnológica, pode melhorar significativamente o desempenho da inovação tecnológica e, por sua vez, impulsionar a rentabilidade das empresas (Wu, 2022).

CULTURA E ESTRATÉGIAS DE NEGOCIAÇÃO NA GESTÃO ESTRATÉGICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A cultura desempenha um papel fundamental nas negociações internacionais, influenciando as abordagens, estilos e expectativas dos negociadores. Em um mundo globalizado, onde as transações comerciais cruzam fronteiras e envolvem múltiplas culturas, entender as nuances culturais tornou-se essencial para a gestão estratégica eficaz do comércio internacional.

A negociação internacional de negócios é uma parte indispensável do comércio transfronteiriço. Estratégia, psicologia e contexto social são três fatores críticos em tais negociações. A estratégia abrange o trabalho preparatório antes da negociação, enquanto a psicologia envolve compreender as atividades mentais da outra parte. O contexto social, por sua vez, engloba o país e o background cultural do negociador. Notavelmente, as diferenças culturais entre o Oriente e o Ocidente influenciam as prioridades e hábitos de negociação, exigindo estratégias adaptadas para enfrentar situações econômicas variadas. Duas estratégias principais, a distributiva e a abrangente, são frequentemente empregadas, cada uma com intenções e comportamentos distintos. O Modelo de Brett oferece uma conexão valiosa entre diferenças culturais e prioridades de negociação, permitindo uma análise mais profunda das negociações em diferentes contextos culturais (Chen, 2023).

Além disso, a gestão estratégica nas empresas de mineração tem incorporado a cultura como um elemento-chave em suas estratégias de negociação, reconhecendo a importância de abordagens culturalmente sensíveis para otimizar sistemas de manutenção e melhorar a produtividade (Castillo Perdomo et al., 2023).

REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DA GESTÃO ESTRATÉGICA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional, como um pilar da economia global, está em constante evolução, impulsionado por inovações tecnológicas, mudanças geopolíticas e transformações culturais. As reflexões sobre o futuro da gestão estratégica neste domínio são essenciais para antecipar desafios e capitalizar oportunidades.

A internacionalização, com sua ênfase na importância do enraizamento em processos de internacionalização, destaca a

necessidade de mapear pesquisas, identificar tendências principais e propor futuras linhas de investigação. A revisão bibliométrica sugere que a internacionalização é crucial nos contextos de negócios atuais, tanto em termos de desenvolvimento das atividades das empresas quanto em suas redes de relacionamento locais. Quatro clusters principais emergem como tendências na literatura: gestão estratégica internacional, networking através de joint ventures internacionais, empreendedorismo internacional e comércio e relações internacionais (Rocha, Marques & Galvão, 2022).

Além disso, a interconexão entre turismo e transporte aéreo civil, dois setores profundamente afetados pela crise da COVID-19, destaca a necessidade de gestão estratégica e de crises como pilares principais para a recuperação. A atenção é focada na gestão de crises do setor público em termos de definição e implementação de estratégias de reconstrução, na interconexão dos setores de turismo e transporte aéreo e na cooperação no ambiente internacional (Ploch & Palatková, 2022).

Finalmente, as pequenas empresas, que formam a espinha dorsal de muitas economias, têm a capacidade de se recuperar do impacto da pandemia global e se tornar mais sustentáveis. Reconstruir forças internas e desenvolver novas capacidades permitirá a elaboração de estratégias relevantes para capitalizar as futuras oportunidades oferecidas pelo comércio internacional (“Surviving a major crisis”, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

RESULTADOS

Evolução da Gestão Estratégica no Comércio Internacional: A literatura recente destaca uma evolução significativa na gestão estratégica do comércio internacional. Com a crescente globalização e a revolução digital, as empresas estão adotando abordagens mais integradas e tecnologicamente avançadas para otimizar suas operações e alcançar mercados globais. A Iniciativa Belt and Road da China, por exemplo, tem enfatizado a construção de zonas de livre comércio para facilitar o comércio internacional, com um foco particular no comércio eletrônico e na inovação tecnológica (Guo, 2023; Zhang et al., 2023).

Impacto da Cultura nas Estratégias de Negociação: A cultura desempenha um papel crucial nas negociações internacionais, influenciando as abordagens e expectativas dos negociadores. A análise

bibliométrica sugere que a internacionalização é fundamental nos contextos de negócios atuais, com ênfase na importância do enraizamento em processos de internacionalização (Rocha, Marques & Galvão, 2022).

DISCUSSÕES

Digitalização e Comércio Eletrônico Transfronteiriço: A digitalização tem revolucionado o comércio internacional, com o comércio eletrônico transfronteiriço emergindo como um impulsionador chave. No entanto, essa tendência também apresenta desafios, especialmente em termos de infraestrutura logística e políticas de comércio eletrônico. A análise empírica sugere que a infraestrutura logística é um fator determinante para o desenvolvimento sustentável do comércio eletrônico transfronteiriço (Gurbanova & Wang, 2023).

Desafios Futuros e Reflexões: A literatura sugere que, enquanto o comércio internacional continua a evoluir, surgirão novos desafios e oportunidades. A gestão estratégica, portanto, precisará ser adaptativa e proativa, levando em consideração fatores como inovações tecnológicas, mudanças geopolíticas e nuances culturais. Além disso, a interconexão entre setores, como turismo e transporte aéreo civil, destaca a necessidade de uma abordagem holística e integrada à gestão estratégica (Ploch & Palatková, 2022).

METODOLOGIA

DEFINIÇÃO DO TEMA E OBJETIVO DO ARTIGO

Este artigo visa explorar os desafios e tendências na gestão estratégica do comércio internacional, utilizando uma abordagem que engloba uma revisão bibliográfica extensiva sobre o tema.

BUSCA BIBLIOGRÁFICA

A busca bibliográfica será realizada em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scopus, Web of Science, Google Scholar, entre outras, utilizando palavras-chave como “gestão estratégica”, “comércio internacional”, “desafios”, “tendências”, e termos correlatos.

SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS

Serão identificados artigos, teses, dissertações e outros documentos acadêmicos que sejam pertinentes e atuais, que abordem os desafios e tendências na gestão estratégica do comércio internacional. A seleção será baseada na relevância do conteúdo, metodologia empregada, referências citadas e autoridade dos autores no campo da gestão estratégica e comércio internacional.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

Cada documento selecionado será examinado para identificar as principais discussões, teorias e resultados apresentados sobre os desafios e tendências na gestão estratégica do comércio internacional, avaliando as abordagens e contribuições dos autores para o entendimento do tema.

ORGANIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Os documentos serão classificados com base nos principais temas e subtemas identificados, tais como “desafios da gestão estratégica no comércio internacional”, “tendências emergentes no comércio internacional”, “impacto da tecnologia na gestão estratégica do comércio”, entre outros.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Será conduzida uma discussão crítica dos resultados encontrados, estabelecendo conexões com a literatura existente e debatendo suas implicações para a gestão estratégica do comércio internacional. Lacunas na literatura existente serão identificadas e direções futuras para a pesquisa serão recomendadas.

CONCLUSÃO

À medida que o cenário global evolui, a gestão estratégica do comércio internacional enfrenta desafios sem precedentes. A recente pandemia da COVID-19, por exemplo, desafiou as expectativas de estabilização dos mercados e economias, demonstrando a volatilidade e a incerteza inerentes ao comércio global (Iancu & Dinicu, 2023). Além das consequências econômicas diretas, eventos geopolíticos, como conflitos e instabilidades financeiras, amplificaram a complexidade do ambiente de negócios internacionais.

A relevância da gestão estratégica torna-se ainda mais crítica. As organizações devem não apenas reagir às mudanças, mas também antecipar e se adaptar proativamente a um ambiente em constante mudança. A capacidade de uma organização de entender seu ambiente externo, avaliar suas próprias capacidades e adaptar-se estrategicamente será crucial para seu sucesso a longo prazo (Iancu & Dinicu, 2023).

A gestão estratégica do comércio internacional não é apenas sobre navegar pelos desafios atuais, mas também sobre preparar-se para as incertezas do futuro. As organizações que adotarem uma abordagem proativa e adaptável estarão melhor posicionadas para prosperar em um mundo cada vez mais interconectado e imprevisível.

A gestão estratégica do comércio internacional, em sua essência, é uma dança contínua entre adaptação e antecipação. No mundo pós-pandêmico, essa dança tornou-se ainda mais complexa, com a estabilidade econômica permanecendo elusiva e eventos geopolíticos adicionando camadas de incerteza (Iancu & Dinicu, 2023). No entanto, a complexidade não é o único desafio. A globalização, especialmente no setor de aviação, apresenta desafios específicos para a gestão estratégica. A política de formação de estratégias para empresas se internacionalizarem é uma forma crucial de gestão estratégica, visando o crescimento de longo prazo da eficiência com a minimização de riscos (Gurina & Podrieza, n.d.). Esta política é especialmente relevante para países como a Ucrânia, que buscam harmonizar sua cooperação com entidades maiores como a UE e a OTAN e melhorar as condições para a exportação de seus bens no cenário internacional.

O sucesso em qualquer negócio baseia-se essencialmente em conhecer e aproveitar ao máximo as capacidades da organização e adaptar-se adequadamente às mudanças nas condições externas (Iancu & Dinicu, 2023). A gestão estratégica, portanto, continua sendo

relevante, mesmo em um contexto complexo e fluido, e as organizações devem estar preparadas para enfrentar os desafios emergentes e aproveitar as oportunidades que surgem.

A integração com a economia global oferece oportunidades para taxas mais altas de crescimento econômico. No entanto, essa integração também exige uma formação e desenvolvimento claros do potencial de exportação, tanto para países inteiros quanto para empresas individuais (Gurina & Podrieza, n.d.). Portanto, a regulação do potencial de exportação deve ser uma meta estratégica da política econômica de um país.

A gestão estratégica do comércio internacional é uma tarefa multifacetada que exige uma combinação de visão, adaptabilidade e uma compreensão profunda das nuances do cenário global. As organizações e países que conseguirem equilibrar eficazmente esses elementos estarão bem posicionados para não apenas enfrentar os desafios do presente, mas também capitalizar as oportunidades do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IANCU, D.; DINICU, A. Strategic Management in a Complex Geopolitical and Economic Context. 2023. Disponível em: <<https://sciendo.com/pdf/10.2478/kbo-2023-0019>>. Acesso em: 15 out. 2023.

GURINA, G.; PODRIEZA, S. Globalization challenges of strategic management of the export potential of aviation complex enterprises. s.d. Disponível em: <https://smart-scm.org/wp-content/uploads/19-23_j_hurina.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

ROCHA, R.; MARQUES, C.; GALVÃO, A. Embeddedness in internationalization: Knowledge map and research agenda proposal. 2022. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1177/07316844211047161>>. Acesso em: 15 out. 2023.

PLOCH, J.; PALATKOVÁ, M. Strategic Management and Crises Management as the Main Pillars of Recovery in the International Tourism and Civil Aviation Transport. 2022. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.2478/crdj-2022-0003>>. Acesso em: 15 out. 2023.

Surviving a major crisis. 2022. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1108/sd-12-2021-0170>

>. Acesso em: 15 out. 2023.

CHEN, Y. The influence of different cultures on international business negotiations & Strategies. 2023. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.54097/hbem.v10i.8033>>. Acesso em: 15 out. 2023.

CASTILLO PERDOMO, A. et al. Strategic Management Plan for Maintenance in Mining Companies As A Form of Technological Innovation. 2023. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.15379/ijmst.v10i2.1212>>. Acesso em: 15 out. 2023.

GUO, B. The impact of free trade zone construction (FTZs) on food security under the “Belt and Road” strategy and influencing e-commerce and technological innovation. 2023. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.55267/iadt.07.13492>>. Acesso em: 15 out. 2023.

WU, S. Research on the Implementation Path of Enterprise Strategic Property Management from the Perspective of Technological Innovation. 2022. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1142/s0219649222500915>>. Acesso em: 15 out. 2023.

GURBANOVA, N.; WANG, Z. The Chinese Experience of Developing Cross-Border E-Commerce Under the “Belt and Road” Framework: Factors, Challenges, and Solutions. 2023. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.4018/jgim.321185>>. Acesso em: 15 out. 2023.

ZHANG, L.; ZHANG, Y.; ZHAO, C. The Impact of Cross-Border E-Commerce Policy on Imports: Evidence From China. 2023. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.4018/jgim.321178>>. Acesso em: 15 out. 2023.

YAO, J.; WANG, S. A Study on the Integration Path of China-ASEAN Digital RMB Cross-border E-commerce in the Context of Big Data. 2023. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.54097/ehss.v16i.9773>>. Acesso em: 15 out. 2023.

MENDEZ, Á.; FORCADELL, F. J.; HORIACHKO, K. Russia–Ukraine crisis: China's Belt Road Initiative at the crossroads. 2022. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1057/s41291-022-00195-1>>. Acesso em: 15 out. 2023.

WANG, H. Integrated Performance Evaluation and Strategic Implication Report on Z Energy Limited. 2021. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.25236/AJBM.2021.030705>>. Acesso em: 15 out. 2023.

MISSING, D. Reflections on the COVID-19 pandemic's human challenges. 2021. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1108/sd-06-2021-0057>>. Acesso em: 15 out. 2023.

HE, Q.; MEADOWS, M.; ANGWIN, D. N.; GOMES, E.; CHILD, J. Problematizing Strategic Alliance Research: Challenges, Issues and

Paradoxes in the New Era. 2023. Disponível em:

<<https://dx.doi.org/10.1111/ijmr.12353>>. Acesso em: 15 out. 2023.

QIAO, Y. A Primary Analysis of the Global Economic Cooperation Model in the Context of International Business Law - a Study of the Belt and Road Initiative. 2023. Disponível em:

<<https://dx.doi.org/10.54254/2754-1169/8/20230295>>. Acesso em: 15 out. 2023.

MAO, R.; SHANOYAN, A.; BROOKS, K. Editorial. 2023. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.22434/ifamr2023.x001>>. Acesso em: 15 out. 2023.

ROMANOVA, T.; MAZANIK, S. V. Coordinative Discourse of Strategic Sovereignty Tilting the European Union's Institutional Balance. 2022. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.24833/2071-8160-2022-5-86-79-112>>. Acesso em: 15 out. 2023.

TROISE, C.; TANI, M.; MATRICANO, D.; FERRARA, E. Guest editorial: Digital transformation, strategic management and entrepreneurial process: dynamics, challenges and opportunities. 2022. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JSMA-08-2022>

-363/full/pdf?title=guest-editorial-digital-transformation-strategic-management-and-entrepreneurial-process-dynamics-challenges-and-opportunities>. Acesso em: 15 out. 2023.

HUSEYNOVA, L.; HUSEYNOV, A. S. Management of International Trade in the Context of Ensuring Innovative Development. 2023. Disponível em: <https://armgpublishing.com/wp-content/uploads/2023/03/A675-2023-08_Huseynova-et-al_.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

SLAVIĆ, A.; POÓR, J.; BERBER, N.; ALEKSIĆ, M. Human Resource Management in the Time of Covid-19 Pandemic: Trends and Challenges. 2021. Disponível em: <<https://sm.ef.uns.ac.rs/index.php/proceedings/article/download/124/232>>. Acesso em: 15 out. 2023.

ROSSIDIS, I.; BELIAS, D. COMBINING STRATEGIC MANAGEMENT WITH KNOWLEDGE MANAGEMENT: TRENDS AND INTERNATIONAL PERSPECTIVES. 2020. Disponível em:

<<https://econjournals.com/index.php/irmm/article/download/9621/pdf>>.

Acesso em: 15 out.

2023.

KOT, V.; BARSUKOVA, A.; STRIELKOWSKI, W.; KRIVKO, M.; SMUTKA, L. International

Trade in the Post-Soviet Space: Trends, Threats, and Prospects for the Internal Trade within the Eurasian Economic Union. 2022. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1911-8074/16/1/16/pdf?version=1673928032>>. Acesso em: 15 out. 2023.

KAFEL, T.; ZIEBICKI, B. Dynamics of the evolution of the strategic management concept: From the planning school to the neostrategic approach. Disponível em: <https://jemi.edu.pl/uploadedFiles/file/all-issues/vol17/issue2/JEMI_Vol17_Issue2_2021_Article1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

NEZHYVA, M.; ZAREMBA, O.; MYSIUK, V. International trade risk management under the impact of globalization. 2021. Disponível em: <https://www.shs-conferences.org/articles/shsconf/pdf/2021/22/shsconf_eecme2021_01016.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

MISSING, D. Reflections on the COVID-19 pandemic's human challenges. 2021. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1108/sd-06-2021-0057>>. Acesso em: 15 out. 2023.

GE, D. Challenges of International Trade and Government Governance from the Perspective of Economic Globalization. 2022. Disponível em: <<https://downloads.hindawi.com/journals/am/2022/5157048.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2023.

CAPÍTULO 16

IMPACTOS DO SURFACTANTE NOS RECÉM-NASCIDOS PREMATUROS SEGUNDO IDADE GESTACIONAL EM RELAÇÃO A DESFECHOS NÃO FAVORÁVEIS: UM OLHAR SISTEMÁTICO

Beatriz Armelim

Fisioterapeuta

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Nicolle Maciel de Souza

Fisioterapeuta

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Mithillene Suellen Soares do Nascimento

Fisioterapeuta

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Rafaela de Almeida Quadros

Fisioterapeuta

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Ronny Rodrigues Correia

Fisioterapeuta

Especialista em Unidade de Terapia Intensiva Adulto

Mestrado e Doutorado em Cirurgia e Medicina Translacional, Universidade

Estadual Paulista” Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Medicina de

Botucatu (FMB)

Pesquisador Mestrado Profissional Associado a Residência Médica

(MEPAREM) – Faculdade de Medicina de Botucatu

Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade Metodista de Piracicaba

(UNIMEP)

RESUMO

Introdução: Surfactante é um medicamento fármaco de corticoides na qual previne que ocorra o colapso dos pulmões ao final de cada expiração. Sua função é estabilidade alveolar e prevenir atelectasia e edema devido a diminuição da tensão superficial. A ausência do surfactante, pode gerar uma síndrome do desconforto respiratório. Classificado em: Pré-termo: > que 37 semanas; Termo: entre 37 e 41 semanas; Pós-termo: igual a 42 semanas gestacionais. **Objetivo:** Avaliar a efetividade do uso do surfactante como método de tratamento e assim, evitar as possíveis complicações respiratórias. **Métodos:** Revisão sistemática: um olhar sistemático. Realizado as pesquisas nas bases de dados da *Cochrane e PubMed* em 28 de agosto de 2023. Incluídos ensaios clínicos randomizados entre o período de 2019-2023 realizados em recém-nascidos menor que 37 semanas gestacional de utilização de surfactante e corticóides. **Resultados:** Foram incluídos 9 estudos, com o total de 1.977 participantes neonatos onde não obteve um

padrão de duração e dosagem. Conclusão: Conclui-se que, diante de todos os dados obtidos, analisa-se a importância de mais métodos de intervenção menos invasiva que não lesione a cavidade nasal do recém-nascido, para assim, levar a obter desconforto facial e displasia broncopulmonar pelo tempo de tratamento. Onde a duração da oferta de surfactante seja menor e mais eficaz e a dosagem seja de forma única sem geral sofrimento respiratório ao prematuro.

Palavras-chave: Surfactante; idade gestacional; intubação; recém-nascido.

INTRODUÇÃO

Prematuridade

A prematuridade está associada a condições clínicas neonatais estas a sepsis, hemorragia, displasia broncopulmonar; a tratamentos que são baseados em esteroides e corticoides que conduzem risco ao recém-nascido onde o nascimento prematuro ocorre por vários fatores como múltiplos fetos; técnica de reprodução assistida; ruptura prematura da placenta; tabagismo; ausência de cuidados pré-natal; hipertensão; doença renal e diabetes (BALLEST, 2022a).

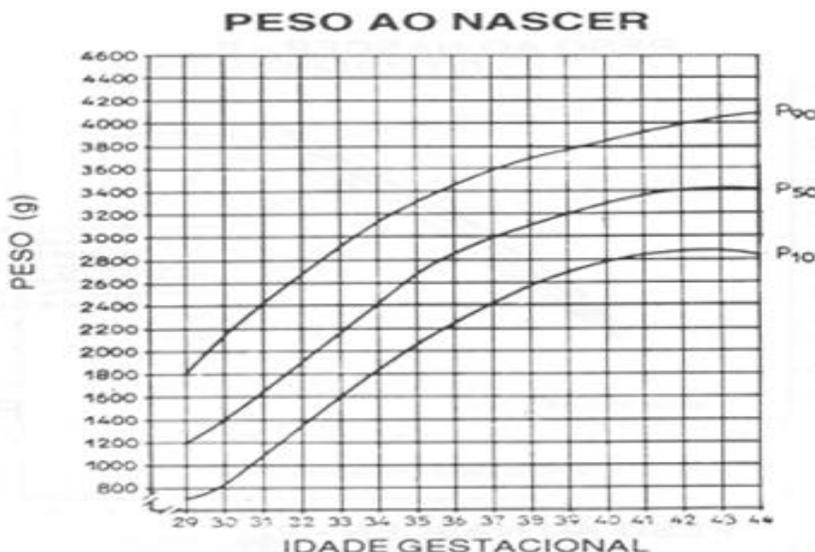
Os recém-nascidos que nascem antes do tempo adequado de 37 semanas gestacional, são denominados de prematuros como também a sua classificação é dividida em 3 termos estes pré-termo (idade gestacional inferior a 37 semanas); termo (entre 37 e 41 semanas e 6 dias); pós-termo (idade gestacional igual ou maior que 42 semanas) (BALLEST, 2022b).

O peso do prematuro é menor que 2,5 quilogramas sendo necessário permanecer em uma unidade de terapia intensiva neonatal em um tempo indeterminado, até que seus órgãos funcionem de forma voluntária, sem o auxílio de suporte; a desordem do prematuro se relaciona ao tamanho pequeno do recém-nascido (cabeça maior que o corpo, pele rosada, veias visíveis sob a pele e pouco cabelo).

A respiração possui um fluxo inconsistente por até 20 segundos ou mais, apresentando a imaturidade no cérebro onde não consegue coordenar a alimentação e a respiração de forma voluntária; sua estrutura respiratória pulmonar não possui a maturação dos alvéolos.

Caracterizadas por sacos minúsculos que são responsáveis na absorção do oxigênio e à remoção do dióxido de carbono através do sangue assim, com a má formação da substância gordurosa denominada como surfactante ocorre o colapso ao final de cada respiração (BALEST, 2022a).

Figura 1. Demonstração dos parâmetros de prematuridade.



Fonte: Nutrição acessível, 2015.

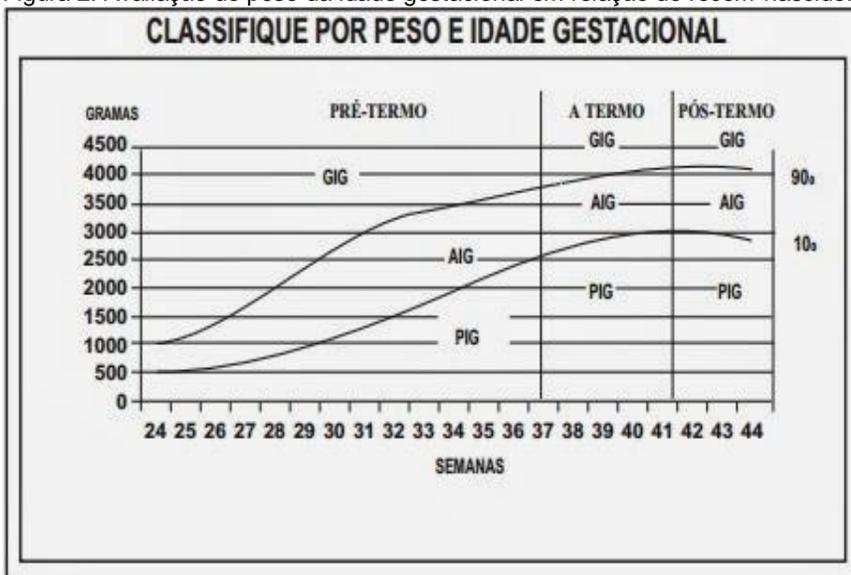
Idade gestacional

O tempo gestacional entre a concepção ao nascimento é chamada de gestação, onde no decorrer deste período o recém-nascido se desenvolve no útero da mãe a cada semana gestacional da medida do primeiro dia do último ciclo menstrual até a data recente de 38 a 42 semanas de gestação.

O ultrassom auxilia nas medidas (cabeça, abdome e fêmur) para comparação de crescimento gestacional e depois do nascimento onde é realizado medidas (peso, comprimento, sinais vitais, reflexos, circunferência de cabeça, tônus muscular, postura, condições da pele e cabelo) (BALEST, 2022a).

A avaliação quanto ao crescimento e o desenvolvimento do recém-nascido pós o termo é definido pelo peso de nascimento, onde o primeiro peso que o recém-nascido apresenta corresponde a idade do calendário apresentados como pequeno para idade gestacional, adequado para idade gestacional e grande para a idade gestacional (MARGOTTO, 2018).

Figura 2. Avaliação do peso da idade gestacional em relação do recém-nascido.



Fonte: Jesthar, 2014.

Quadro 1. Avaliação da condição do Apgar segundo a frequência cardíaca, respiração, tônus muscular, irritabilidade reflexa e a cor da pele

	0	1	2
Frequência Cardíaca	Ausente	<100	>100
Respiração	Ausente	Fraca, irregular	Forte, choro
Tônus muscular	Flácido	Alguma flexão	Movimentos ativos
Irritabilidade reflexa	Sem resposta	Caretas	Choro forte
Cor da pele	Pálida ou Cianótica	Rósea com cianose de extremidades	Completamente rósea

Fonte: Adaptado de Apgar VA. Curr Res Anesth Analg.1953; 32: 260-7.

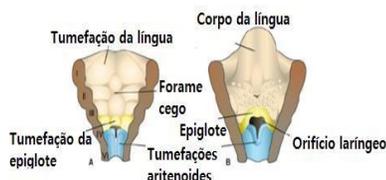
Maturação dos pulmões

No processo de maturação pulmonar, o uso de corticoides auxilia na prevenção à síndrome do desconforto respiratório nos prematuros e administrado corticoides onde não possui uma medida exata para a (dosagem, frequência, uso e horário) sendo administrado à mãe durante a gravidez, para prevenir problemas na gestação.

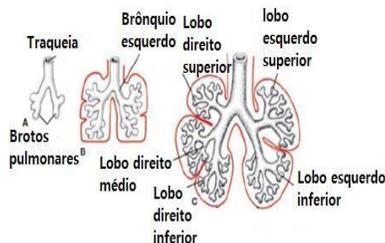
Os corticosteroides atuam no amadurecimento pulmonar antes até do nascimento, utilizado nos partos prematuros onde não existe consenso na literatura sobre qual é mais benéfico e menos prejudicial, tanto para a mãe quanto para o prematuro.

Existem dois tipos de corticosteroides (betametasona e dexametasona); a betametasona possui fosfato dissódico sendo sua solução meia-vida biológico curta de 36 a 72 horas e o acetato de dexametasona apresenta meia-vida longa, utilizadas para maximizar a eficiência do medicamento e diminuir o número de injeções à mãe atravessando a placenta (WILLIAMS et al., 2022).

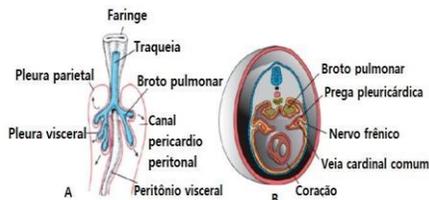
Figura 3. Distribuição da maturação dos pulmões segundo as classificações da idade gestacional.



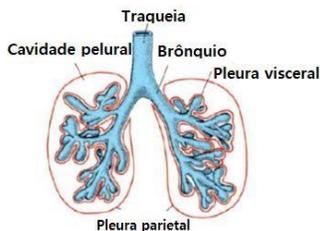
Orifício laringeo e tumefações circundantes em estágios sucessivos do desenvolvimento. A. Seis semanas B. Doze semanas



Estágio no desenvolvimento da traqueia e dos pulmões. A. Cinco semanas. B. Seis semanas. C. Oito semanas.



Expansão dos brotos pulmonares nos canais pericardioperitoneais. Nesse estágio, os canais estão em comunicação com as cavidades peritoneal e pericárdica. A. Vista lateral dos brotos pulmonares. B. Corte transversal através dos brotos pulmonares mostrando as pregas pleuricárdicas que dividirão a porção torácica da cavidade corporal nas cavidades pleural e pericárdica.



Depois que os canais pericardioperitoneais separam-se das cavidades pericárdica e peritoneal, respectivamente os pulmões se expandem nas cavidades pleurais. Observe as palavras visceral e parietal e a cavidade pleural definitiva. A pleura visceral se estende entre os lobos dos pulmões.

Fonte: Passei direto- Embriologia sistema respiratório.

Surfactante

Tem sua função na defesa do hospedeiro para combater as infecções respiratórias, ocasionada por uma deficiência na substância química de revestimento natural do pulmão (surfactante); ocorrendo com maior índice em prematuros nascidos antes do termo de 37 semanas gestacional (MOHAMED et al., 2012).

Uma fusão de gordura chamada de fosfolípidios e proteínas que revestem o tecido pulmonar permitindo assim a respiração na sua ausência, onde o tecido (surfactante) que envolve os sacos de ar do pulmão colabado por conta da força de tensão superficial após a inspiração provoca um colapso nos alvéolos (MOURA, 2012)

Na expansão do pulmão, este infla com o ar a cada respiração fazendo com que seja mais árduo o fornecimento de oxigênio para o corpo, a sua funcionalidade é estabilizar os alvéolos e bronquíolos à fase expiratória promovendo o recrutamento alveolar, reduzindo o edema alveolar; propriedades imunológicas, antibacterianas e anti-inflamatórias (MOHAMED, 2010).

Se ramifica em intubados na sala de parto e não intubados na sala de parto; quando é utilizado na sala de parto, administra precocemente (<2

horas de vida) em ênfase no desmame ativamente e extubação assim que possível, colocado em pressão positiva contínua nas vias aéreas ou ventilação não invasiva, se não intubado na sala de parto, ocorre critérios de falha de suporte não invasivo (MOURA, 2012).

Suas condições podem variar de acordo com a gravidade, seu aspecto mais grave causa a síndrome do desconforto respiratório agudo no recém-nascido; estes apresentam extrema dificuldade para respirar tornando-se incapaz de atingir oxigênio suficiente; onde a ausência de oxigênio danifica o cérebro e outros órgãos do recém-nascido.

Apresentando sintomas de disfunção surfactante mais grave, nas quais são difundidos pelos aspectos de uma respiração anormal rápida (taquipnéia); leva a incapacidade no recém-nascido ganhar peso e a baixa concentração de oxigênio no sangue (hipoxemia) (MOHAMED et al., 2012).

Para a pré-administração, checar monitorização do prematuro, sinais vitais e os parâmetros ventilatórios; avaliar raio-x de tórax, volume pulmonar, presença de escapa de ar e a posição do tubo ou cânula endotraqueal, aumentar a fração expiratória de oxigênio para a saturação e a estabilizar, manobras de recrutamento no uso de ventilador manual em T, aspirar o tubo orotraqueal e a auscultar pulmonar (MOHAMED et al., 2021).

O tratamento integra a instalação de surfactante artificial se localizando diretamente na traqueia do recém-nascido e de ventilação mecânica, o uso deste se pondera de lesões pulmonares que pode afetar a longo prazo, o surfactante nebulizado reduz a necessidade da intubação traqueal após o nascimento do prematuro evitando danos pulmonares.

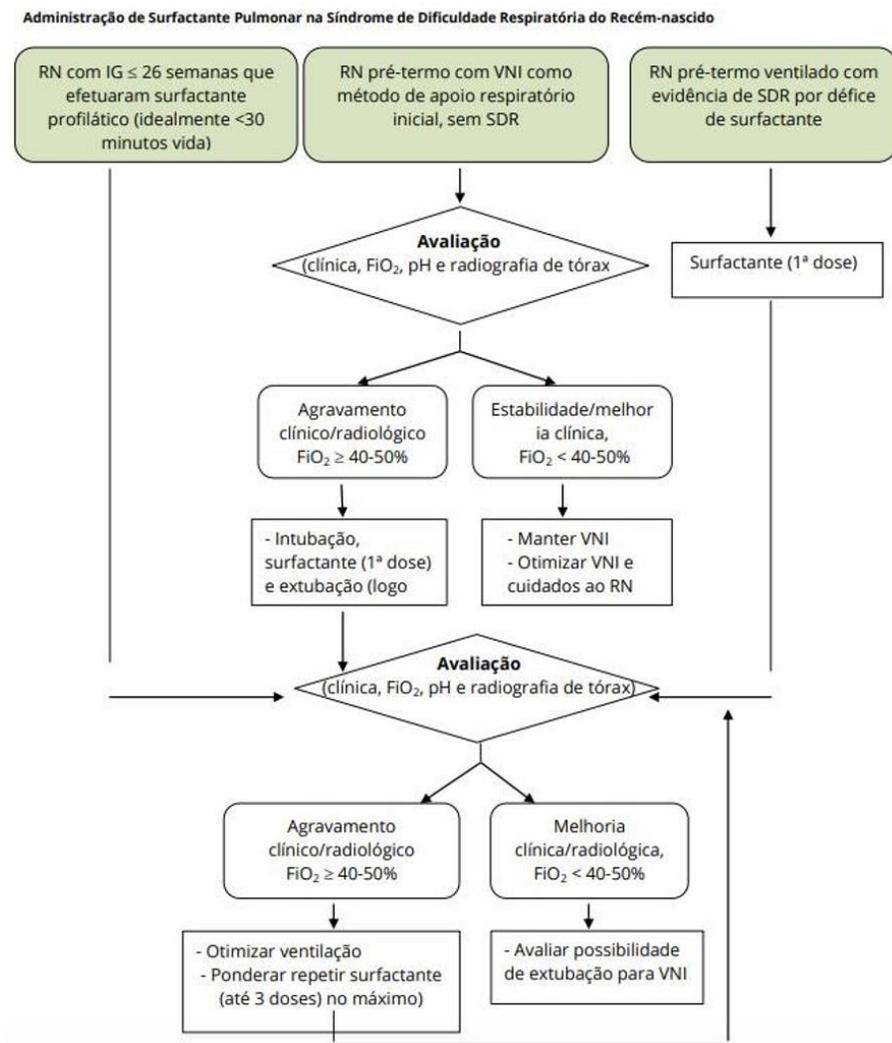
Sua composição de administração consiste em fosfolípidos, lípidos neutros e a proteínas que atuam na redução da tensão superficial na interface ar-líquido alveolar, que previne o colapso no final da expiração.

Sua aplicação se mostrou de grande eficácia em vários ensaios clínicos e metanálises quanto a sua redução de risco de pneumotórax, redução do risco de enfisema pulmonar intersticial e redução da mortalidade; sem alteração associadas a prematuridade como displasia broncopulmonar, hemorragia intraventricular juntamente a periventricular e retinopatia da prematuridade.

Surfactantes sintéticos de primeira geração como colfosceril contêm lípidos dipalmitoil fosfatidilcolina e fosfatidilglicerol, ausência de proteínas do surfactante; na comparação dos dois tipos de surfactantes, afunilou-se a uma conclusão de eficácia e os surfactantes naturais apresentam maior redução de risco de pneumotórax e mortalidade com aumento do risco de hemorragia intra e periventricular (Grau 1 e 2).

A segunda e terceira dose de surfactante são administradas caso presente dificuldade respiratória, necessitando de oxigênio 6 horas após a primeira dose, com maior eficácia nas primeiras 12 horas de vida, não possuem evidências que justifique a administração maior que 3 doses de surfactantes (MOURA, 2012).

Fluxograma 1. Representatividade sobre o processo de avaliação para o procedimento de tratamento com surfactante.



Fonte: Direção-Geral da Saúde; 2012,012/2012.

Recém-nascido

O recém-nascido que se apresentam como síndrome do desconforto respiratório agudo advêm à intubação e ventilação mecânica convencional para desobstruir as vias aéreas no processo da respiração, onde a lesão pulmonar secundária por uso deste método sendo considerado como uma das causas para o fundamento no desenvolvimento de displasia broncopulmonar.

Manobras de recrutamento de pulmões são postuladas por meio da redução de lesões pulmonares através do uso de intubação e ventilação mecânica na unidade de terapia intensiva neonatal, determinado por um esforço a fim de promover transitoriamente as pressões das vias aéreas dos pacientes, inflando as regiões pulmonares em colapso e aumentar o número de alvéolos que auxilia na troca gasosa (BLAZEK et al., 2021).

A Displasia broncopulmonar continua evoluindo há cerca de 50 anos entre as doenças da medicina neonatal que mais afetam os recém-nascidos onde estes necessitam de suporte respiratório para a melhor oxigenação acarretando ao longo prazo complicações.

Classificada em três graus (leve, moderado e grave) necessitando do suporte de oxigênio de pressão positiva contínua nas vias aéreas ou da cânula nasal de alto fluxo segundo 36 semanas de idade pós-conceptual, os que apresentam displasia broncopulmonar mais grave tipo 2 necessitam permanecer no ventilador e mais suscetíveis a complicações como hipertensão pulmonar, problemas neurodesenvolvimento e crescimento deficiente (Abman et al., 2016).

Quadro 2. Definição da displasia broncopulmonar e sua gravidade.

Gravidade da DBP	Definição (Modificada de Jobe e Bancalari ⁴)	Incidência relativa (dados de Ehrenkranz et al ⁵)	Mortalidade pós-alta (dados de Ehrenkranz et al ⁵)
Nenhum	Tratamento com O ₂ <28 d e ar ambiente respirando em 36 semanas PMA ou alta para casa, o que ocorrer primeiro	23,1%	1,8%
Leve	Tratamento com O ₂ por pelo menos 28 dias e respirando ar ambiente em 36 semanas PMA ou alta para casa, o que ocorrer primeiro	30,3%	1,5%

Moderado	Tratamento com O ₂ por pelo menos 28 d e recebendo <30% O ₂ em 36 semanas de PMA ou alta para casa, o que ocorrer primeiro	30,2%	2,0%
	Tratamento com O ₂ por pelo menos 28 d e recebendo ≥30% de O ₂ ou CPAP/CNAF nasal em ≥36 semanas de PMA	16,4%	4,8%
Grave (tipo 1)	Tratamento com O ₂ por pelo menos 28 dias e recebendo ventilação mecânica em ≥36 semanas PMA.		
Grave (tipo 2)			

Fonte: Atendimento Interdisciplinar de crianças com displasia broncopulmonar grave, 2016.

Intubação orotraqueal

A intubação orotraqueal neonatal é um método utilizado para proteção das vias aéreas e a diminuição de probabilidades no aumento da mortalidade nessa população específica.

Alguns tubos endotraqueais é um procedimento equipado com um manguito que pode ser inflado após a sua inserção nas vias aéreas para limitação de vazamento ou aspiração, tubos endotraqueais mostraram eficientes diante da literatura com resultados positivos em neonatos (MOHAMED et al., 2021).

O uso pode ser acompanhado por uma instabilidade hemodinâmica que se engloba no aumento da pressão intracraniana, hipóxia, flutuação da pressão arterial e bradicardia, evidências mostram que o pulmão de um recém-nascido é imaturo e que apresenta deficiência de surfactante podendo exacerbar no desenvolvimento de displasia broncopulmonar (MOHAMED et al., 2012).

Compreende-se que, o surfactante em prematuros procede de uma substância essencial para o manejo pulmonar em neonatos, notavelmente a ausência deste gera uma síndrome do desconforto respiratório agudo tornando a qualidade de vida do recém-nascido dificultosa.

A sua utilização reduz o caso de pneumotórax e a mortalidade em prematuros que apresentam riscos do desconforto respiratório, analisados

em evidências científicas o quanto tem se mostrado eficiente como tratamento do desconforto respiratório agudo (BALEST, 2022a).

JUSTIFICATIVA

Do ponto de vista fisioterapêutico é observado que a prematuridade como uma forma complexa que nos refere a manutenção dos mecanismos fisiológicos desenvolvimento normal, sendo assim os efeitos do surfactante de corticoide na maturação pulmonar, estão relacionadas a idade gestacional levando a vários fatores de riscos principalmente a síndrome do desconforto respiratório. Em foco faz-se importante o fisioterapeuta saber desde o mecanismo fisiológico até o manejo pulmonar dos pacientes com síndrome do desconforto respiratório.

OBJETIVO

Analisar a eficácia e efetividade da aplicação do surfactante e eventualmente corticoides em recém-nascidos prematuros segundo a idade gestacional onde enfatizaremos a influência na manutenção alveolar e pulmonar afim de evitar as possíveis complicações respiratórias e eventos de intubação e pressão positiva contínua nas vias aéreas.

MÉTODOS

Tipos de Estudo:

Revisão Sistemática “*overview*”.

Método de busca:

Realizado método de pesquisa em diferentes bases de dados, estas como

MEDLINE (PubMed), *Cochrane Database of Systematic Reviews (Cochare)* e *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e Descritores de em Ciências da Saúde (DeCS).

Local:

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)- Piracicaba- São Paulo, curso de fisioterapia.

Amostra:

Ensaio clínico randomizados que correlacionam a utilização do surfactante e corticoides em recém-nascidos prematuros e correlacionar com dados referentes as complicações respiratórias, intubação e pressão positiva contínua nas vias aéreas.

Critérios de inclusão:

Coletados estudos dos últimos 10 anos;
Predominantemente seja realizado com recém-nascidos prematuros segundo a idade gestacional menor que 37 semanas;
Utilização de surfactante, corticoides;
Desfechos relacionados a intubação e pressão positiva contínua nas vias aéreas cateter nasal ou oxigenioterapia e eventuais complicações respiratórias.

Critérios de exclusão:

Artigos que não sejam de qualidade metodológica com ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas e que não contemplem a temática e os desfechos de interesse. Temática de recém-nascidos prematuros que utilizem o surfactante e corticoide e que não envolvam desfechos de intubação, pressão positiva contínua nas vias aéreas, oxigênio e complicações respiratórias.

RESULTADOS

Dentro do banco de dados eletrônico *Pumed* e *Cochrane* foram encontrados 620 registros; onde 528 foram excluídos estes estudos por serem revisões sistemáticas de literatura. Dessa forma, restaram 9 nos quais os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados a partir da leitura do título e resumo dos registros. Como demonstra a Figura 2. Essa pesquisa nos registros foi realizada no período de 10 de agosto de 2023 a dezembro de 2023.

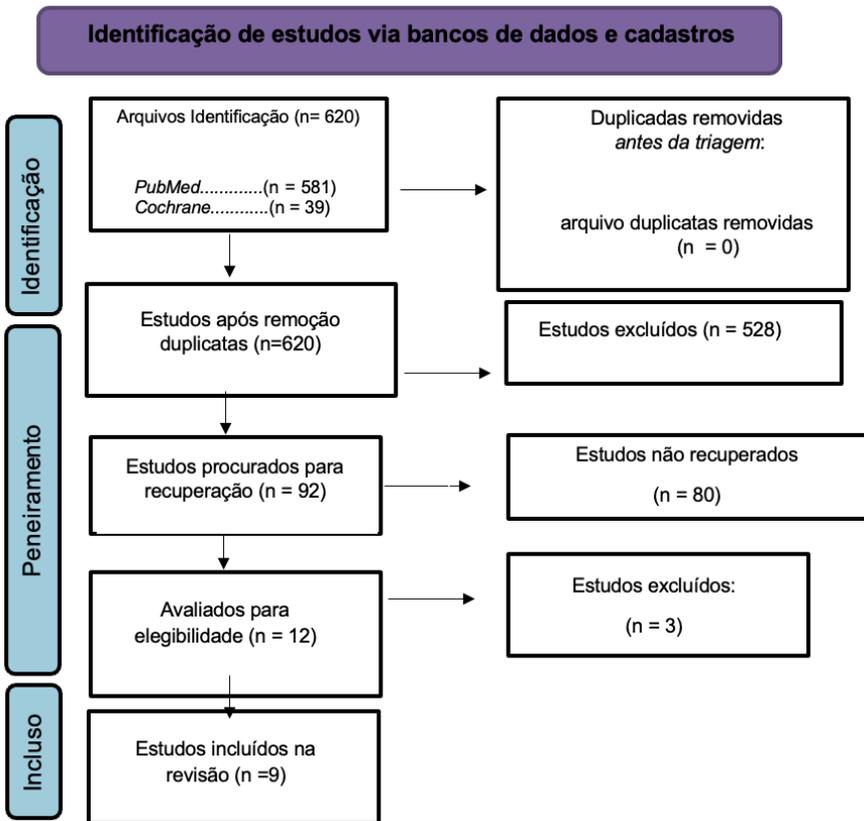


Figura 4 - Diagrama de fluxo de acesso e seleção dos estudos excluídos e incluídos adaptado de (Stovold *et al.*, 2014).

Os 9 artigos incluídos tiveram sua qualidade metodológica avaliada pela escala PEDro. A partir disso, todos os estudos tiveram realocação aleatória para randomizar os indivíduos em cada grupo e alocação oculta dos sujeitos em cada grupo. Além disso, ao avaliar a qualidade, os artigos possuem nota maior ou igual a 7, sendo apenas artigos de alta qualidade metodológica. A Tabela 1 demonstra de forma resumida os resultados da avaliação metodológica.

Tabela 1 - Avaliação de verificação de qualidade metodológica.

Autor	Critérios											Qualidade Metodológica
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	
Jena SR <i>et al.</i> , 2019	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10
Gupta BK <i>et al.</i> , 2020	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10
Herting E <i>et al.</i> , 2020	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10
Liu HQ <i>et al.</i> , 2020	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10
Pan R <i>et al.</i> , 2021	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10
Salas AA <i>et al.</i> , 2021	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10
Yang Y <i>et al.</i> , 2022	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10
Balasubramanian H <i>et al.</i> , 2022	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10
Mishra A <i>et al.</i> , 2023	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10

I= critérios de elegibilidade, II= Alocação aleatória, III= Alocação oculta, IV= Comparabilidade de linha de base, V= Assuntos cegos, VI=Terapeutas cegos, VII= Avaliadores cegos, VIII= Acompanhamento adequado, IX= Análise da intenção de tratar, X= Comparações entre grupos, XI= Estimativas pontuais e variabilidade. (Nota: O item dos critérios de elegibilidade não contribui para a pontuação total). S= sim, N= não.

Tamanho da Amostra

A amostra total de participantes foi de 1.977 recém-nascidos de ambos sexos, >37 semanas.

Participantes

Para que os estudos fossem possíveis, foram necessários que todos os participantes tivessem síndrome do desconforto respiratório ou displasia

broncopulmonar, com base nos sintomas clínicos onde os apresenta insuficiência setenta e oito indivíduos >37 semanas de idade gestacional. A

Tabela 2 demonstra um resumo dos critérios de diagnóstico de elegibilidade.

Artigo	Amostra	Sintomas	Duração dos sintomas
Jena SR <i>et al.</i> , 2019	175	Recém-nascido que apresenta Síndrome do desconforto respiratório.	72 horas de vida.
Gupta BK <i>et al.</i> , 2020	58	Recém-nascido que apresenta Síndrome do desconforto respiratório.	72 horas de vida.
Herting E <i>et al.</i> , 2020	112	Recém-nascido que apresenta Broncodisplasia	72 horas de vida.
Liu HQ <i>et al.</i> , 2020	92	Recém-nascido que apresenta Síndrome do desconforto respiratório.	72 horas de vida.
Pan R <i>et al.</i> , 2021	284	Recém-nascido que apresenta Broncodisplasia.	72 horas de vida.
Salas AA <i>et al.</i> , 2021	810	Recém-nascido que apresenta Síndrome do desconforto respiratório.	72 horas de vida.
Yang Y <i>et al.</i> , 2022	184	Recém-nascido que apresenta Síndrome do desconforto respiratório.	72 horas de vida.
Balasubramanian H <i>et al.</i> , 2022	212	Recém-nascido que apresenta Síndrome do desconforto respiratório.	72 horas de vida.
Mishra A <i>et al.</i> , 2023	150	Recém-nascido que apresenta Síndrome do desconforto respiratório.	72 horas de vida.

Intervenções

Foram encontrados vários tipos de métodos, sendo eles: Surfactante cateter fino; Surfactante tubo endotraqueal; Surfactante sem intubação endotraqueal; Intubação surfactante e extubação; Pressão positiva das vias

aéreas; Pressão positiva intermitente; Pressão de distensão contínua; Instilação Intratraqueal de surfactante; Placebo; Pressão positiva bifásica; Administração menos invasiva do surfactante; Ventilação mecânica; Fluxo nasal aumentado; Fluxo nasal padrão; Evitar Ventilação Mecânica. Para avaliar os resultados, foram utilizadas seguinte medida: Escala de Barley.

Cada intervenção variou de quatro a oito semanas com média de três intervenções por semana, no qual a Tabela 3 demonstra de forma mais detalhada as individualidades de cada artigo, com tamanho da amostra, protocolo de intervenções entre os grupos, frequência e métodos de avaliação. Ventilação Mecânica. Para avaliar os resultados, foram utilizadas seguinte medida: Escala de Barley.

Tabela 3 – Diferentes tipos de intervenções e dados epidemiológicos

Artigo	Amostra	Intervenções	Frequência/Período	Ferramentas de avaliação
Jena SR et al., 2019	175	Surfactante sem intubação com tubo endotraqueal. Intubação surfactante e extubação. Pressão positiva contínua nas vias aéreas.	60 à 90 segundos	Surfactante sem intubação e endotraqueal e Intubação surfactante e extubação.
Gupta BK et al., 2020	58	Técnica intubar surfactante extubado. Ventilação não invasiva com pressão positiva.	40 minutos	Intubação surfactante e extubação e Surfactante minimamente invasivo.
Herting E et al., 2020	112	Pressão positiva nasal de dois níveis nas vias aéreas versus pressão positiva contínua nasal nas vias aéreas.	1 vez ao dia	Pressão positiva contínua das vias aéreas e Pressão positiva de dois níveis aéreas.
Liu HQ et al., 2020	92	surfactante para intubação endotraqueal. surfactante minimamente invasivo.	70-100 mg/kg	Surfactante minimamente invasivo e Surfactante para intubação endotraqueal

Pan R et al., 2021	284	Intubação surfactante e extubação. Ventilação Mecânica.	25cm H2O, 15s.		Surfactante minimamente invasivo e Surfactante para intubação endotraqueal.
Salas AA et al., 2021	810	Administração menos invasiva do surfactante. Intubação surfactante e extubação.	Não resultado frequência	obteve de	Administração menos invasiva do surfactante. Intubação surfactante e extubação.
Yang Y et al., 2022	184	Pressão positiva contínua nasal nas vias aéreas. Intubação precoce para administração de surfactante.	Não resultado frequência	obteve de	Pressão positiva contínua das vias aéreas.
Balasubramanian H et al., 2022	212	Pressão positiva contínua nasal nas vias aéreas. Terapia de alto fluxo.	8-10 L-min		Terapia fluxo nasal pagrão e Pressão positiva contínua das vias aéreas.
Mishra A et al., 2023	150	Administração menos invasiva do surfactante. Evitar ventilação mecânica.	Não resultado frequência	obteve de	Administração menos invasiva do surfactante e Evitar ventilação mecânica.

Tabela 4 - Apresentação dos objetivos e conclusões individuais de cada estudo.

Autor/Ano	Objetivo	Conclusão
Jena SR et al., 2019	Bebês prematuros com síndrome do desconforto respiratório que necessitam de terapia com surfactante têm tradicionalmente recebido surfactante por intubação surfactante e extubação, que compreende intubação traqueal, administração de surfactante e extubação.	Em neonatos prematuros com estabilizados com, a técnica para administração de surfactante resulta na redução da necessidade de e também pode diminuir a taxa de em algumas subpopulações vulneráveis.
Gupta BK et al., 2020	Comparar a necessidade de ventilação mecânica invasiva nas primeiras 72 horas de vida e,	Não há diferença entre e em neonatos prematuros com com como modo primário de suporte

	secundariamente, persistência do canal arterial hemodinamicamente significativa, hemorragia intraventricular (> grau 2), displasia broncopulmonar.	respiratório. São necessários estudos multicêntricos maiores para explorar melhor as diferenças na falha do tratamento.
Herting E et al., 2020	Examinar a eficácia da pressão positiva de dois níveis nas vias aéreas versus pressão positiva contínua nas vias aéreas em bebês prematuros com peso ao nascer inferior a 1.500g e síndrome do desconforto respiratório após tratamento com intubação-surfactante-extubação.	Após a Intubação surfactante e técnica de extubação a taxa de reintubação de bebês dentro de 72 horas de idade foi comparável entre o grupo e o grupo. O foi superior ao em termos de menor duração (dias) de suporte e suplementação de oxigênio. Não houve diferenças nas incidências de Displasia broncopulmonar.
Liu HQ et al., 2020	Explorar a viabilidade e segurança da administração minimamente invasiva de surfactante em neonatos prematuros com síndrome do desconforto respiratório.	A administração de surfactante minimamente invasiva é aplicável em prematuros com idade gestacional ≤30 semanas. Embora a duração de todo o procedimento seja maior do que a administração por via endotraqueal, o benefício de diminuir a incidência de displasia broncopulmonar supera esse demérito.
Pan R et al., 2021	Comparar a eficácia terapêutica do procedimento de recrutamento pulmonar mais intubação-surfactante-extubação sozinho para neonatos prematuros com síndrome do desconforto respiratório.	O recrutamento pulmonar associado ao intubação surfactante e extubação pode reduzir a necessidade de VM dentro de 72 horas após a extubação e não aumentou a incidência de complicações e mortalidade.
Salas AA et al., 2021	Encontrar necessidade de intubação e ventilação mecânica dentro de 72 horas após o nascimento. Os neonatos foram acompanhados até a alta/óbito para eventos adversos e complicações.	Administração menos invasiva do surfactante e Intubação surfactante e extubação são igualmente eficazes na respiração espontânea de prematuros para administração de surfactante no tratamento da síndrome do desconforto respiratório.
Yang Y et al., 2022	Avaliar os efeitos do tratamento precoce com pressão positiva contínua nas vias aéreas na ingestão nutricional e nas taxas de crescimento hospitalar de prematuros extremos.	Os bebês randomizados para pressão positiva das vias contínuas, precoce não tiveram taxas de crescimento hospitalar mais altas do que os bebês randomizados para intubação precoce.
Balasubramanian H et al., 2022	O estudo teve como objetivo comparar a eficácia e a segurança de duas taxas diferentes de alto fluxo nasal para suporte respiratório primário em neonatos prematuros.	O estudo teve como objetivo comparar a eficácia e a segurança de duas taxas diferentes de alto fluxo nasal para suporte respiratório primário em neonatos prematuros.
Mishra A et al., 2023	Relatar o acompanhamento de 2 anos do primeiro estudo multicêntrico controlado randomizado (8) Administração menos invasiva do surfactante, o estudo: Evitar ventilação mecânica.	Nenhuma diferença no resultado foi observada em 2 anos. Administração menos invasiva do surfactante parece segura nesse aspecto.

DISCUSSÕES

Segundo Jena et al., (2019), em seu estudo de ensaio clínico randomizado, foi recrutado um número de 175 participante utilizado no grupo intervenção o surfactante em pacientes não intubados e no grupo controle a intubação surfactante sobe a necessidade de ventilação mecânica, ambos receberam a mesma dosagem de 5ml/kg. Como desfecho primário, os efeitos da técnica do surfactante em pacientes não intubados sobre a necessidade ventilação mecânica nas primeiras 72 horas de vida em seu resultado, sendo mais benéfico o surfactante em pacientes não intubados viavelmente quanto ao tempo de duração mais curto.

Afirma Gupta et al., (2020), em um ensaio clínico randomizado, contendo 58 recém-nascidos onde foram divididos em dois grupos de intervenção utilizado a técnica de intubação com surfactante o grupo controle com a terapia de surfactante minimamente invasivo que menos lesiona as vias aéreas onde no desfecho primário foi comparado as necessidades de ventilação mecânica invasiva nas primeiras 72 horas de vida e nos resultados, os pacientes submetidos a terapia com surfactante minimamente invasiva foram eficazes diante da dosagem em comparação ao grupo controle.

Herting et al., 2020. Ensaio clínico randomizado, 112 neonatos e de intervenções de administração menos invasiva do surfactante e o Grupo controle com o método de evitar ventilação mecânica e o desfecho primário foi a redução da necessidades de ventilação mecânica durante toda a internação hospitalar (33 vs 73%) bem como a duração da oxigenação no dia 28 930 vs 45%) a favor do grupo de administração menos invasiva do surfactante e uma tendência redução na taxa de displasia broncopulmonar às 36 semanas (8 vs 14%).

Liu et al., (2020) Apresenta 92 neonato que foram alocados em dois grupos, o grupo de intervenção onde foi aplicado o surfactante minimamente invasivo e o grupo controle com a técnica de surfactante intubação endotraqueal com a mesma dosagem de 70/100 ml/kg. Tendo como desfecho primário, avaliar a eficácia e a viabilidade e a segurança da aplicação minimamente invasiva do surfactante pulmonar em prematuros, que apresentam síndrome do desconforto respiratório, onde o resultado foi que no grupo surfactante minimamente invasivo foi mais eficaz quanto ao tempo de internação.

Pan et al., (2021), recrutou 284 neonatos, dividido em dois grupos, onde o grupo de intervenção contendo 142 participantes utilizou o suporte ventilatório de pressão positiva de dois níveis nas vias aéreas viáveis e o grupo controle com 142 participantes aplicou a pressão positiva contínua das vias aéreas, na qual a sua dosagem foi proporcional, de 20 ml/kg em cada grupo. Seu desfecho primário menciona que a taxa de intubação em recém-nascidos nas 72 horas de vida diminuiu bem como resultado, a pressão

positiva de dois níveis nas vias aéreas foi mais viável e o tempo de duração menor.

No estudo de Salas et al., (2021) foram recrutados 810 neonatos separados em dois grupos, o de intervenção com o procedimento de pressão positiva de vias aéreas e o grupo controle com a técnica de intubação precoce para administração de surfactante para a melhor eficiência do suporte de ventilação em ambos sem relatos de dosagem aplicada assim como o desfecho primário a seleção do atraso cognitivo como um dos resultados do estudo resultando que, não obteve diferença no tempo de internação e duração.

Yang et al., (2022) Demonstrou em seu estudo onde foi recrutado 184 neonatos. O grupo de intervenção contendo 92 neonatais e teve como procedimento o surfactante minimamente invasivo que menos lesiona as vias aéreas e o grupo controle contendo 92 neonatais com o método do surfactante em pacientes não intubados com a mesma dosagem de 200 ml/kg em cada grupo. Tendo como desfecho primário, a necessidade de ventilação mecânica e a ventilação não invasiva; a oxigenação total, o tempo de internação e complicações. O resultado diante disto foi que houve diminuição de casos com displasia broncopulmonar.

Balasubramanian et al., (2022) possui uma quantia de 212 neonatos no grupo intervenção foi aplicado a terapia de fluxo nasal aumentado com uma dosagem de 8-10 ml/kg e no grupo controle como método de terapia fluxo nasal padrão com dosagem de 5-7 ml/ kg e o desfechos primários aborda a falha da terapia nasal de alto fluxo composto pela necessidade de maior suporte respiratório utilizando a pressão positiva contínua nas vias aéreas ou ventilação mecânica. O resultado mostra que o fluxo nasal não obteve a eficácia em sua aplicação portanto, não mostra ser viável.

Como demonstra Mishra et al., (2023) em seu estudo tendo um número de 150 neonatos, o grupo de intervenção contendo 75 participantes utilizou a intubação surfactante e o grupo controle com 75 participantes utilizou a administração menos invasiva do surfactante como método onde a dosagem foi de 30 ml/kg em ambos grupos. O desfecho primário é encontrar as necessidades de intubação e ventilação mecânica dentro de 72 horas após o nascimento e o resultado desta comparação mostra que ambos tiveram números eficazes no tempo de aplicação.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, diante de todos os dados obtidos, analisa-se a importância de mais métodos de intervenção menos invasiva que não lesione a cavidade nasal do recém-nascido, para assim, levar a obter desconforto facial e displasia broncopulmonar pelo tempo de tratamento. Onde a duração da oferta de surfactante seja menor e mais eficaz e a dosagem seja de forma única sem geral sofrimento respiratório ao prematuro.

REFERÊNCIAS REFERÊNCIAS

ADBUL Aziz et al; 2020. **Surfactante para hemorragia pulmonar em neonatos**. Cochrane Database Syst Rev. 2020

<https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD005254.pub4/fu?highlight=abstract=surfactant%7Csurfactants> . Acessado em 23 de março de 2023.

ABMAN, S. H., Collaco, J. M., Shepherd, E. G., Keszler, M., Cuevas-Guaman, M., Welty, S. E., Truog, W. E., McGrath-Morrow, S. A., Moore, P. E., Rhein, L. M., Kirpalani, H., Zhang, H., Gratny, L. L., Lynch, S. K., Curtiss, J., Stonestreet, B.

S., McKinney, R. L., Dysart, K. C., Gien, J., Baker, C. D. **Bronchopulmonary Dysplasia Collaborative (2017)**. Interdisciplinary Care of Children with Severe Bronchopulmonary Dysplasia. *The Journal of pediatrics*, 181, 12–28.e1. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jpeds.2016.10.082> Acessado em 28 de abril de 2023.

BALEST, Arcangela Lattari; 2022. **Recém-nascidos prematuros (pré-termo)**.

Md, University of Pittsburg, School of Medicine. Disponível em:

<https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/problemas-de-sa%C3%BAdeinfantil/problemas-gerais-em-rec%C3%A9m-nascidos/rec%C3%A9m-nascidoprematuro> Acessado em 02 de abril de 2023. (a)

BALEST, Arcangela Lattari; 2022. **Prematuros -Pediatria**. Md,

University of Pittsburg, School of Medicine. Disponível em:

<https://www.msdmanuals.com/ptpt/profissional/pediatria/problemas-perinatais/prematuros> Acessado em 02 de abril de 2023. (b)

BLAZEK V Elizabeth, et al; 2021. **Manobras de recrutamento pulmonar para redução da mortalidade e morbidade respiratória em recém-**

nascidos ventilados mecanicamente. Cochrane Database of Systematic Reviews 2021.

Disponível em:

<https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD009969.pub2/fu>

II?highlightAbstract=idade%7Cgestacion%7Ce%7Cnascido%7Cgestacional%7Cnascidos%7Crecem%7Cnascid%7Cidad Acessado em 02 de abril de 2023.

HIGGINS JPT, Thomas J, Chandler J, Cumpston M, Li T, Page MJ, Welch VA (editores). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions* version 6.2 (atualizado em fevereiro de 2021). Cochrane, 2021.

Disponível em www.training.cochrane.org/handbook.

MARGOTTO, R Paulo; 2018. **Crescimento intra-uterino (percentis de peso, estatura e perímetro cefálico ao nascer de RN únicos de gestações normais e seus correspondentes pesos placentários em diferentes períodos gestacionais).** Disponível em:

<http://paulomargotto.com.br/crescimento-intra-uterino-percentis-de-pesoestatura-e-perimetro-cefalico-ao-nascer-de-rn-unicos-de-gestacoes-normais-eseus-correspondentes-pesos-placentarios-em-diferentes-periodos-gestacionais/>

Acessado em 24 de março de 2023.

MOHAMED E Abdel-Latif et al; 2010. **Surfactante intra-amniótico para mulheres em risco de parto prematuro para prevenir desconforto respiratório em recém-nascidos.** Cochrane Database of Systematic Reviews 2021. Disponível em:

<https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD007916.pub2/fu>

II?highlightAbstract=premature%7Cprematuro%7Csurfact%7Csurfactant Acessado em 24 de março 2023.

MOHAMED E Abdel-Latif et al; 2012. **Surfactante nebulizado em prematuros com ou em risco de síndrome do desconforto respiratório.** Cochrane Database of Systematic Reviews 2012. Disponível em: <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD008310.pub2/full?highlightAbstract=premature%7Cprematuro%7Csurfactant%7Csurfactant>. Acessado em 23 de março de 2023.

MOHAMED E Abdel-Latif et al 2021. **Terapia com surfactante via cateter fino em prematuros com ou em risco de síndrome do desconforto respiratório.** Cochrane Database of Systematic Reviews 2021. Disponível em: <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD011672.pub2/full?highlightAbstract=premature%7Cprematuro%7Csurfactant%7Csurfactant> Acessado em 24 de março de 2023.

MONGELLI, et al; 1997. **Peso ao nascer, prematuridade e precisão da idade gestacional.** Disponível em: [https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1016/S0020-7292\(96\)2902835-4](https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1016/S0020-7292(96)2902835-4) Acessado em 24 de março de 2023.

MOURA, Francisco Henrique; 2012. **Prescrição de Surfactante Pulmonar na Síndrome de Dificuldade Respiratória do Recém-nascido.** Disponível em: https://www.spp.pt/UserFiles/file/EVIDENCIAS%20EM%20PEDIATRIA/DGS_01_2_2012_ACTUALIZADA%2008.2014.pdf Acessado em 19 de abril de 2023.

OUZZANI, M. et al. Rayyan-a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 5, n. 1, 5 dez. 2016.

OXMAN, A. D. Grading quality of evidence and strength of recommendations. **British Medical Journal**, v. 328, n. 7454, p. 1490–1494, 2004.

PAGE, M. J. et al. **The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. The BMJ** Publishing Group, , 29 mar. 2021.

WILLIAMS, Myfanwy J et al; 2022. **Diferentes corticosteróides e regimes para acelerar a maturação pulmonar fetal para bebês com risco de parto prematuro.** Cochrane Database of Systematic Reviews 2022. Disponível em:

<https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD006764.pub4/fu>

ll?highlightAbstract=a%7Cpulmao%7Cmaturaca%7Cdos%7Cpulma%7Cmatura cao%7Cca Acessado 02 de abril de 2023.

CAPÍTULO 17

ANÁLISE DOS EFEITOS DOS EXERCÍCIOS DO ASSOALHO PÉLVICO VERSUS OUTRAS INTERVENÇÕES NA PREVENÇÃO DE EVENTOS DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA NO PÓS-PARTO

Rafaela De Almeida Quadros

Fisioterapeuta
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Beatriz Armelim

Fisioterapeuta
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Mithillene Suellen Soares do Nascimento

Fisioterapeuta
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Nicolle Maciel de Souza

Fisioterapeuta
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Ronny Rodrigues Correia

Fisioterapeuta
Especialista em Unidade de Terapia Intensiva Adulto
Mestrado e Doutorado em Cirurgia e Medicina Translacional, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB)
Pesquisador Mestrado Profissional Associado a Residência Médica (MEPAREM) – Faculdade de Medicina de Botucatu
Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

RESUMO

INTRODUÇÃO: A incontinência urinária (IU), determinada pela *International Continence Society* como a queixa de vazamento involuntário de urina, gera interferências na qualidade de vida em âmbito social, profissional e familiar. A gestação e o parto vaginal ocasionam alterações fisiológicas na musculatura do assoalho pélvico, como a redução na força de contração e distensão muscular acentuada, portanto, a paridade é fator de risco elevado para o desenvolvimento da IU, sendo comum essa condição estar presente em puérperas. Como forma de tratamento, é recomendado o treinamento muscular do assoalho pélvico, pois promove ganho de força e função dessa musculatura. **OBJETIVO:** Analisar e comparar a eficácia e efetividade e segurança dos exercícios do assoalho pélvico e outras intervenções na

prevenção da incontinência urinária no período do pós-parto. **MÉTODO:** Revisão sistemática de literatura, com metodologia propostas pela Cochrane Handbook e as recomendações da declaração PRISMA. Foi realizada uma pesquisa nas bases de dados *Cochrane, Lilacs, PEDro, PubMed, Scopus e Web of Science* em 10 de agosto de 2023. Foram incluídos ensaios clínicos randomizados publicados no período de 2019 – 2023, sem restrição de idioma, nos quais foram avaliados a efetividade dos exercícios do assoalho pélvico e outras intervenções na prevenção dos eventos de incontinência urinária no período pós-parto. **RESULTADOS:** Foram incluídos 8 estudos, com um total de 1.008 participantes do sexo feminino com idade entre 27 – 48 anos. Referente a qualidade metodológica, por meio da avaliação pela escala *PEDro*, os estudos apresentaram alta pontuação. As intervenções variaram de 4 – 24 semanas e apresentaram diferenças significativas quanto a frequência. **CONCLUSÃO:** Por meio dos resultados obtidos, conclui-se que o treinamento dos músculos do assoalho pélvico é eficaz no tratamento da incontinência urinária no período pós-parto, podendo estar associado com outras terapias e intensificado com o uso de dispositivos. Ressalta-se a necessidade de novos estudos que indiquem qual a melhor frequência e tempo de duração das intervenções.

Palavras-chave: Assoalho pélvico; Incontinência urinária; Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

Assoalho pélvico

O assoalho pélvico (AP) é composto pelos diafragmas pélvico e urogenital, estruturas responsáveis por ocluir a pelve, sustentar os órgãos pélvicos, proporcionar ação esfinteriana para uretra, vagina e reto e oportunizar a passagem do feto no canal do parto (figura 1) (GAMEIRO, 2014; BARACHO, 2018).

O músculo levantador do ânus é considerado o principal músculo do diafragma pélvico e é constituído pelos músculos puborretal, pubococcígeo e iliococcígeo. Na maior parte do tempo esses músculos permanecem em contração tônica viabilizando a manutenção da continência urinária e fecal, a sustentação dos órgãos pélvicos e o auxílio da ação esfinteriana (GAMEIRO, 2014; BARACHO, 2018).

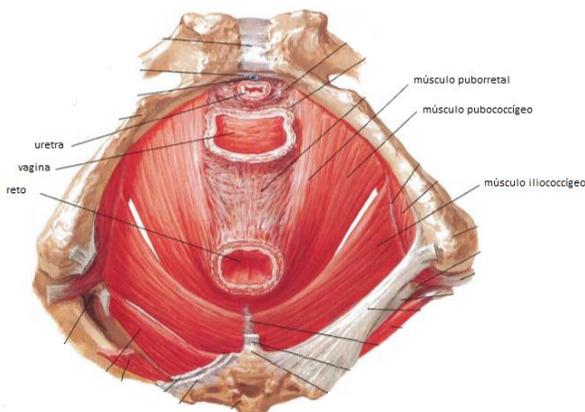


Figura 1 - Vista inferior do assoalho pélvico com destaque aos músculos que compõem o músculo levantador do ânus.

Fonte: NETTER, Frank H. Atlas de Anatomía Humana. 4. ed. Barcelona: Elsevier Masson, 2007.

Efeitos da gestação no assoalho pélvico

A gestação acarreta uma série de alterações fisiológicas, resultante de quatro fatores: hipervolemia, crescimento do feto, aumento do peso corporal e hormonais, a fim de propiciar um ambiente adequado para o desenvolvimento do feto (GAMEIRO, 2011). Contudo, essas mudanças podem implicar em distúrbios no assoalho pélvico, como a incontinência urinária e fecal e o prolapso dos órgãos pélvicos (SUT et al., 2015).

Na gravidez, comumente as gestantes adotam a postura de anteversão pélvica, promovendo alterações no ângulo de inserção dos músculos do assoalho pélvico (MAP) e conseqüentemente ocasionando redução na força de contração dessa musculatura e distensão muscular acentuada. Em adição, o crescimento do útero gravídico de em média 70 gramas para 1.000 gramas acarreta o deslocamento inferior do AP e a compressão da bexiga, razão do aparecimento de sintomas urinários irritativos no 3º trimestre da gestação (SUT et al., 2015; SILVA et al., 2019).

A ação dos hormônios progesterona e relaxina também deve ser destacada uma vez que modificam a estrutura do colágeno e remodelam o tecido conjuntivo, interferindo na função esfinteriana, no suporte dos MAP e favorecendo o surgimento da incontinência urinária de esforço (SILVA et al., 2019).

No parto vaginal, o períneo, o músculo levantador do ânus e o nervo pudendo podem ser lesados na fase de dilatação cervical, sendo que cerca de 13 a 36% das mulheres podem apresentar defeitos do músculo levantador do ânus após o parto vaginal na primeira gravidez, aumentando a possibilidade de ocorrer uma alteração no posicionamento da bexiga urinária

e da uretra, considerando que esse músculo é o responsável por oferecer o suporte e a posição adequada da junção uretrovesical e da uretra (GAMEIRO, 2011; HILDE et al., 2013; GAMEIRO, 2014).

As lesões que sucedem do parto vaginal estão associadas com a estimativa de que a cabeça fetal seja quatro vezes maior que o diâmetro do hiato urogenital, havendo estiramento significativo dos MAP no período expulsivo, ilustrado na figura 2. Além disso, são fatores de risco: recém-nascido dispor de peso superior a quatro quilos, segundo estágio do trabalho de parto prolongado, uso de ocitocina e parto vaginal assistido por meio do uso do fórceps ou vácuo-extrator (BARACHO, 2018).

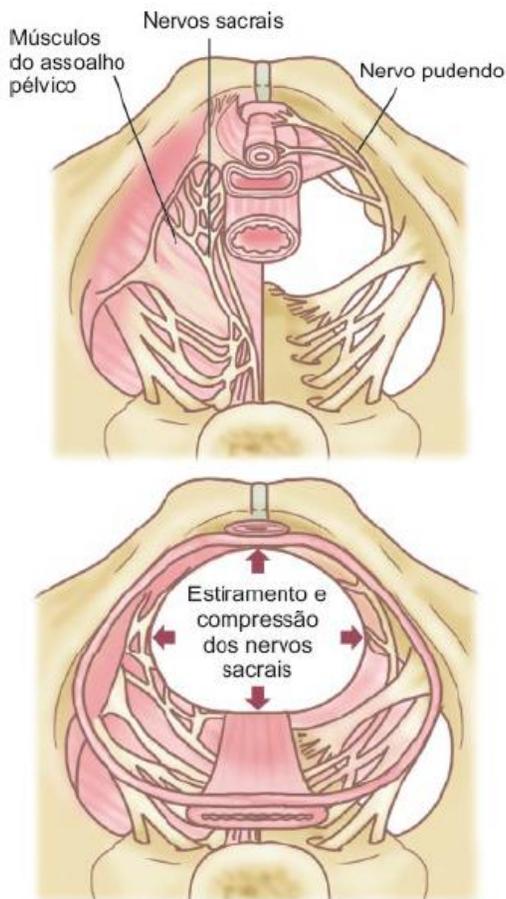


Figura 2 - Estiramento das estruturas do AP durante o parto vaginal.

Fonte: BARACHO, Elza. *Fisioterapia Aplicada à Saúde da Mulher*. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

As alterações fisiológicas citadas anteriormente contribuem com o surgimento da Incontinência Urinária (IU), que em conformidade com a *International Continence Society* (ICS) trata-se da queixa de vazamento involuntário de urina, a qual promove efeitos negativos na qualidade de vida, interferindo no âmbito social, profissional e familiar (KOCAÖZ et al., 2012; ÅHLUND et al., 2013).

Apesar disso, habitualmente a IU é percebida como normal pelas gestantes e, em algumas situações, não é considerada um problema pelos profissionais da área da saúde, fazendo com que não busquem um tratamento adequado (KOCAÖZ et al., 2012). Dessa maneira, agrava-se o comprometimento social e psicológico na vida dessas mulheres levando à perda da autoestima (GAMEIRO, 2014).

A IU apresenta três principais tipos: incontinência urinária de esforço (IUE), incontinência urinária de urgência e incontinência urinária mista. Dentre essas, a IUE é a mais comum, sendo definida como a queixa de vazamento involuntário de urina por esforço, espirro ou tosse. E está associada à falta de força muscular na estrutura de apoio composta pelos MAP, tecidos conjuntivos e fásia (ÅHLUND et al., 2013). Os fatores que contribuem com a fraqueza dessa musculatura são: parto vaginal, intervenções cirúrgicas na cavidade pélvica, modificações na inervação, deficiência hormonal na menopausa, tosse crônica e obesidade (GAMEIRO, 2014).

Etiologia, epidemiologia e incidência

Quanto à etiologia da incontinência urinária, os fatores de risco são a idade, a obesidade (mulheres obesas têm três vezes mais chance de apresentar IU do que não-obesas), a paridade, o tipo de parto, o tabagismo e a história familiar (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2021).

Especificamente sobre a gestação e o parto, de acordo com Åhlund et al (2013) a prevalência de IU na gravidez varia de 7 a 64% e após o parto (dois a três meses após o parto) de 3 a 38%. Um estudo realizado na cidade de Botucatu-SP com amostra de 685 mulheres apresentando idade superior a 20 anos constatou a prevalência de IU em 27% da amostra, sendo 30% dos casos associados ao parto, 9% à gravidez e 61% sem causa visível (AMARO et al., 2009).

Ademais, Baracho (2018), em concordância com uma publicação de 2017 da *International Continence Society*, também aponta a paridade como fator de risco elevado para o desenvolvimento da IU, principalmente na terceira e quarta década de vida, reduzindo na meia-idade e desaparecendo na idade avançada, onde outros fatores possuem maior relevância.

Ao comparar o parto vaginal com o parto cesáreo, o primeiro é um fator de risco no desenvolvimento de incontinência urinária de esforço, contudo, isso não viabiliza afirmar que a cesariana é um fator protetor (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2022).

Treinamento muscular do assoalho pélvico

O *National Institute of Clinical Excellence* (NICE), objetivando a prevenção de disfunções do AP, principalmente a IU, recomenda para todas as mulheres que em sua primeira gravidez realizem exercícios supervisionados para os MAP (KOCAÖZ et al., 2012).

O treinamento dos músculos do assoalho pélvico (TMAP) melhora a força e a função desses músculos, apresentando nível de evidência 1A - nível mais elevado de evidência, sendo obtida da revisão sistemática de ensaios clínicos controlados ou randomizados - na população feminina para o tratamento da IU. As mulheres que praticaram durante a gestação o TMAP como prevenção primária apresentaram risco reduzido de 62% de possuírem IU no final da gravidez e de 29% três a seis meses após o parto (ÅHLUND et al., 2013; SIGURDARDOTTIR et al., 2020).

Outro método conhecido são os exercícios de Kegel, amplamente utilizado para o tratamento da IU sem a necessidade de intervenção cirúrgica. Esse método foi desenvolvido por Arnold Kegel após investigações realizadas durante a segunda guerra mundial, onde criou uma sequência de exercícios para recuperar a musculatura pélvica no período pós-parto imediato (SUT et al., 2015; BARACHO, 2018).

Esse treinamento melhora o controle e a coordenação motora dos MAP e sinergistas, portanto eleva-se a capacidade de ativação, relaxamento e inibição dos músculos voluntariamente, como nas circunstâncias de urgência e perda durante os esforços (BARACHO, 2018).

Justificativa

Abundantes estudos examinam os efeitos dos exercícios do assoalho pélvico na força da musculatura pélvica, todavia, são poucos os estudos que focam em examinar os efeitos gerados nas funções miccionais durante a gestação e o período pós-parto (SUT et al., 2015).

Sendo assim, diante do exposto em relação aos efeitos que a gestação pode provocar no assoalho pélvico, os quais levam à sintomas negativos no pós-parto, em especial a incontinência urinária, esse estudo visa analisar qual a efetividade dos exercícios do assoalho pélvico e de outras possíveis intervenções na prevenção da IU a fim de contribuir com essa temática.

OBJETIVO

Realizar uma revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados sobre a eficácia e efetividade e segurança dos exercícios do assoalho pélvico e outras intervenções na prevenção da incontinência urinária no período do pós-parto.

MÉTODOS

Recomendações

O estudo seguiu as recomendações para realização de revisões sistemáticas propostas pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) e pela Colaboração Cochrane.

Tipo de estudo

Revisão Sistemática de ensaios clínicos randomizados.

Local do estudo

UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba, curso de fisioterapia.

Amostra

Ensaio clínicos randomizados encontrados por meio da busca manual que preencham os critérios de inclusão previamente definidos.

Crterios de inclusão

- **Estudos incluídos:** Ensaio clínicos randomizados, publicados no período de cinco anos, sem restrição de idioma, nos quais foram avaliados a efetividade dos exercícios do assoalho pélvico e outras intervenções na prevenção dos eventos de incontinência urinária no período pós-parto;
- **Participantes:** Foram incluídos estudos com mulheres no período pós-parto;
- **Intervenções:** Exercícios do assoalho pélvico;
- **Grupos de comparação:** Quaisquer intervenções que tenham como objetivo a prevenção e/ou tratamento da incontinência urinária, tais como:
 - Nenhum tratamento ativo, placebo ou *sham*;
 - Medicamentos (anticolinérgicos);
 - Tratamentos complementares (e.g., pilates e academia).

Critérios de exclusão

Foram excluídos estudos com outros desenhos metodológicos, incluindo revisões sistemáticas, bibliográficas, integrativas, estudos de caso, estudo de coorte, estudos com animais, estudos de opinião de especialistas e estudos *in vitro*. Também foram excluídas publicações fora do período de 2019 – 2023 e que não atendessem aos outros critérios de inclusão.

RESULTADOS

Dentro dos bancos de dados eletrônicos consultados -*Cochrane, Lilacs, PEDro, PubMed, Scopus e Web of Science*- encontrou-se estudos na *Cochrane, PEDro e PubMed* sendo, respectivamente, 94, 26 e 10 estudos, totalizando 130. Dentre esses, 6 duplicatas foram retiradas, restando 124 estudos nos quais aplicaram-se os critérios de inclusão e exclusão por meio da leitura do título e resumo, resultando na inclusão de 8 estudos como demonstra a Figura 3. Essa pesquisa foi realizada no dia 10 de agosto de 2023.

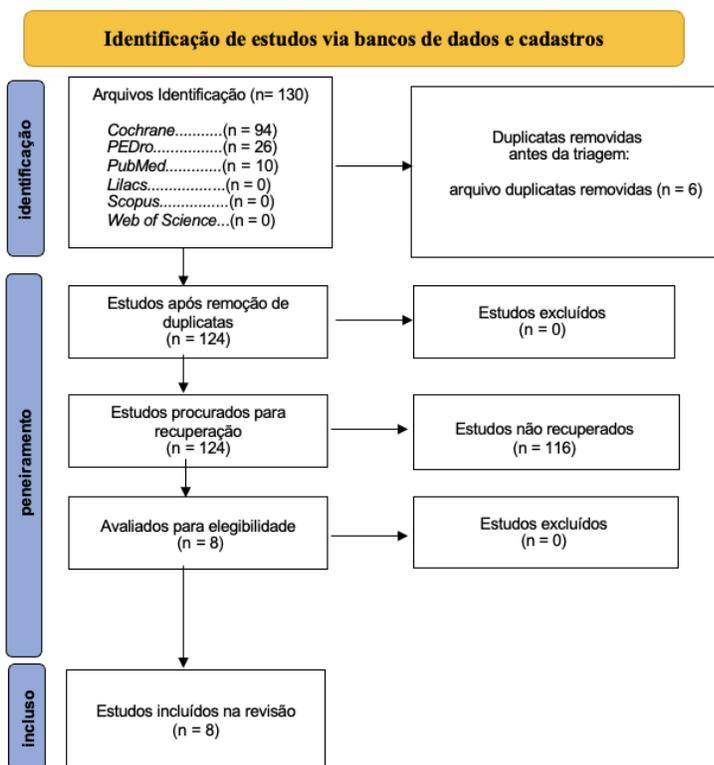


Figura 3 - Diagrama de fluxo de acesso e seleção dos estudos excluídos e incluídos adaptado de (Stovold et al., 2014).

A avaliação da qualidade metodológica dos oito artigos incluídos na revisão sistemática se deu pela escala *PEDro*. De acordo com a análise, todos os estudos apresentaram alocação aleatória e oculta para a randomização das participantes, além de uma alta qualidade metodológica.

A Tabela 1 demonstra os resultados da avaliação metodológica.

Tabela 1 - Avaliação de verificação de qualidade metodológica.

Autor	Critérios											Qualidade Metodológica
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	
Liu et al., 2019	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	9/10
Qi et al., 2019	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	9/10
Artymuk et al., 2020	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	9/10
Bergman et al., 2020	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	9/10
Sigurdardottir et al., 2020	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	9/10
Wang et al., 2020	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	9/10
Chen et al., 2022	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	9/10
Chen et al., 2023	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	9/10

I= Critérios de elegibilidade, II= Alocação aleatória, III= Alocação oculta, IV= Comparabilidade de linha de base, V= Assuntos cegos, VI=Terapeutas cegos, VII= Avaliadores cegos, VIII= Acompanhamento adequado, IX= Análise da intenção de tratar, X= Comparações entre grupos, XI= Estimativas pontuais e variabilidade. (Nota: O item dos critérios de elegibilidade não contribui para a pontuação total). S= Sim, N= Não.

Tamanho da Amostra

A amostra total de participantes foi de 1.008 indivíduos do sexo feminino, com idade média entre $27,5 \pm 48,48$.

Participantes

Para que os estudos fossem possíveis, as participantes deveriam apresentar sintomatologia clínica de incontinência urinária ou disfunção do assoalho pélvico no período pós-parto. Quanto a amostra, a variação foi de 70 – 240 mulheres com idade entre 27 – 48 anos. A Tabela 2 demonstra o resumo dos critérios de diagnóstico de elegibilidade.

Artigo	Amostra	Sintomas
Liu et al., 2019	240 primíparas e grávidas únicas	Sintomas normais da gestante segundo indicações de parto natural
Qi et al., 2019	240 puérperas com parto vaginal a termo único	O estudo não requiriu sintomatologia clínica
Artymuk et al., 2020	70 puérperas	O estudo incluiu mulheres no período pós-parto sem requerer sintomatologia clínica
Bergman et al., 2020	70 primíparas ou multíparas	Incômodos no assoalho pélvico relacionados a lesão perineal de segundo grau mal cicatrizada
Sigurdardottir et al., 2020	84 primíparas	Incontinência urinária associada ou não a incontinência fecal no período pós-parto
Wang et al., 2020	108 primíparas	Incontinência urinária de esforço no período pós-parto com frequência de episódios ≥ 1 nos últimos três meses
Chen et al., 2022	70 puérperas	Disfunção do assoalho pélvico no período pós-parto
Chen et al., 2023	126 gestantes com gravidez única	O estudo não requiriu sintomatologia clínica

Intervenções

Nos artigos foram encontradas diferentes intervenções, dentre elas têm-se: treinamento muscular do assoalho pélvico, podendo utilizar dispositivo de biofeedback como facilitador; treinamento muscular do assoalho pélvico com orientação por áudio; treinamento muscular do assoalho pélvico utilizando treinadores (*EmbaGYNTM* e *Magic Kegel Master*); tratamento cirúrgico; terapia tripla SLK e treinamento muscular do assoalho pélvico associado a cuidados psicológicos e educação em saúde.

Para a avaliação dos resultados utilizou-se as seguintes ferramentas: Apgar, *Australian Pelvic Floor Questionnaire* (tradução islandesa), *Broome Pelvic* – Escala de Autoeficácia Muscular, Consulta Internacional sobre Questionário Modular de Incontinência - Formulário Abreviado de Incontinência Urinária, Eletromiografia de superfície, Escala de Sintoma de Angústia, Escala Oxford modificada, Impressão Global de Melhoria do Paciente, Índice de Função Sexual Feminina, Inventário de Desconforto do Assoalho Pélvico, Manometria vaginal e anorretal, Palpação vaginal, Questionário de Impacto da Incontinência-7, Questionário de Impacto do Assoalho Pélvico, Questionário de Incontinência para Sintomas do Trato Urinário Inferior Feminino, Questionário Sexual sobre Prolapso de Órgãos Pélvicos/Incontinência Urinária, Questionário sobre Incontinência Urinária e Ultrassonografia Perineal.

As intervenções variaram de 4 – 24 semanas e apresentaram diferenças significativas quanto a frequência de sessões realizadas por dia e por semana, no qual a Tabela 3 demonstra de forma detalhada as individualidades de cada artigo, com tamanho da amostra, protocolo de intervenções entre os grupos, frequência e métodos de avaliação.

Tabela 3 – Diferentes tipos de intervenções e dados epidemiológicos.

Artigo	Amostra	Intervenções	Frequência/Período	Ferramentas de avaliação
Liu et al., 2019	240 primíparas e grávidas únicas	Grupo de terapia tripla SLK Grupo controle	Treinamento de Sofrologia – Realizado até a 28ª semana de gestação, 3 a 5x por semana com 30 minutos de duração; Treinamento de Sofrologia + Treinamento de Kegel – Realizado da 28ª a 32ª semana de gestação, 3x por semana com 20 minutos de duração para cada método; Treinamento de Sofrologia + Treinamento de Kegel + Treinamento Respiratório Lamaze – 32ª semana de gestação até o parto, 3x por semana com 15 minutos de duração de cada método	Apgar Escala Oxford modificada Escala de Sintoma de Angústia Índice de Função Sexual Feminina Questionário de Incontinência para Sintomas do Trato Urinário Inferior Feminino

Análise dos efeitos dos exercícios do assoalho pélvico versus outras intervenções na prevenção de eventos de incontinência urinária no pós-parto

Qi et al., 2019	240 puérperas com parto vaginal a termo único	Grupo CCRP Grupo controle	Realizado semanalmente durante 6 semanas	Instrumento de reabilitação do assoalho pélvico (Phenix) para avaliar a pressão vaginal de repouso, a pressão de contração vaginal e a duração da contração vaginal
Artymuk et al., 2020	70 puérperas	Grupo EmbaGYNTM Grupo Magic Kegel Master	1 série diária de 20 minutos durante 4 semanas	Índice de Função Sexual Feminina Inventário de Desconforto do Assoalho Pélvico Mensuração da força muscular do assoalho pélvico com o aparelho Pneumatic Pelvic Muscle Trainer XFT-0010
Bergman et al., 2020	70 primíparas ou múltiparas com sintomas do incômodos do assoalho pélvico relacionados a lesão perineal de segundo grau mal cicatrizada	Grupo tratamento cirúrgico Grupo tratamento conservador	10 contrações máximas com 5 segundos de duração, 3x ao dia, durante 24 semanas	Impressão Global de Melhoria do Paciente Inventário de Desconforto do Assoalho Pélvico Questionário de impacto do assoalho pélvico Questionário Sexual sobre Prolapso de Órgãos Pélvicos/Incontinência Urinária
Sigurdardottir et al., 2020	84 primíparas apresentando sintomas de incontinência urinária associada ou não	Grupo de treinamento muscular do assoalho pélvico utilizando dispositivo de biofeedback	1 sessão de 45-60 minutos por semana durante 12 semanas. Realizar 3 séries de 10 contrações próximas do máximo com 7 segundos de	<i>Australian Pelvic Floor Questionnaire</i> (tradução islandesa)

	incontinência fecal no pós-parto		<i>NeuroTrack Simplex</i> + orientações para casa	espera e 10 segundos de descanso entre cada contração	Manometria vaginal e anorretal
			Grupo controle		
Wang et al., 2020	108 primíparas apresentando sintomas de incontinência urinária de esforço		Grupo áudio Grupo controle	14x por semana (2x ao dia) durante 12 semanas. Realizar 30 minutos por dia ou 150 contrações por dia	<i>Broome Pelvic</i> – Escala de Autoeficácia Muscular Consulta Internacional sobre Questionário Modular de Incontinência - Formulário Abreviado de Incontinência Urinária Eletromiografia de Superfície Índice de Função Sexual Feminina Palpação Vaginal Ultrassonografia Perineal
Chen et al., 2022	70 puérperas com disfunção do assoalho pélvico		Grupo experimental (treinamento de reabilitação do assoalho pélvico baseado na rotina de enfermagem) Grupo controle	Grupo experimental realizou 2x na semana por 20 minutos Grupo controle realizou 1x ao dia por 15 minutos	Inventário de Desconforto do Assoalho Pélvico Questionário de Consulta Internacional sobre Incontinência - Formulário Resumido Ultrassonografia do Assoalho Pélvico
Chen et al., 2023	126 gestantes com gravidez única		Grupo experimental (orientações orais sobre o treinamento do assoalho pélvico associado com a	21x por semana (3x ao dia) durante 8 semanas	<i>Broome Pelvic</i> – Escala de Autoeficácia Muscular Consulta Internacional

intervenção do aplicativo UIW)	sobre Questionário Modular de Incontinência - Formulário Abreviado de Incontinência Urinária
Grupo controle	Questionário de Impacto da Incontinência-7
	Questionário sobre Incontinência Urinária

Tabela 4 - Apresentação dos objetivos e conclusões individuais de cada estudo.

Autor/Ano	Objetivo	Conclusão
Liu et al., 2019	Investigar os efeitos da terapia tripla SLK na maternidade e saúde do recém-nascido, função do assoalho pélvico e qualidade de vida	O treinamento tripla SLK apresentou índices de melhora nos resultados da gravidez, na função do assoalho pélvico pós-parto, consequentemente reduzindo a taxa de incontinência urinária pós-parto, na prevenção da depressão e na função sexual
Qi et al., 2019	Analisar o efeito do CCRP (programa abrangente de cuidados e reabilitação) na prevenção da incontinência urinária de esforço pós-parto e no fortalecimento das funções musculares do assoalho pélvico	O CCRP mostrou-se eficiente no fortalecimento das funções musculares do assoalho pélvico e reduziu a incidência de incontinência urinária de esforço pós-parto em puérperas
Artymuk et al., 2020	Avaliar a eficácia de dois treinadores do assoalho pélvico na prevenção da disfunção do assoalho pélvico no período pós-parto	O treinamento muscular do assoalho pélvico com treinadores aumentou a força muscular do assoalho pélvico e reduziu os sintomas de prolapso de órgãos pélvicos, incontinência urinária e fecal. O dispositivo Magic Kegel Master mostrou-se significativo na redução dos sintomas de disfunção sexual, enquanto o EmbaGYNTM foi mais eficaz no tratamento dos sintomas da incontinência urinária

Bergman et al., 2020	Comparar os resultados da terapia muscular do assoalho pélvico com a perineorrafia e a colporrafia posterior distal no tratamento de mulheres com lesão obstétrica de segundo grau mal cicatrizada, diagnosticada no mínimo seis meses após o parto	O treinamento muscular do assoalho pélvico resultou em melhoras no quadro de incontinência urinária e outros desfechos secundários, no entanto, o tratamento cirúrgico mostrou-se superior no alívio dos sintomas relacionados a lesão obstétrica de segundo grau mal cicatrizada
Sigurdardottir et al., 2020	Estudar os efeitos da aplicação do treinamento individualizado da musculatura do assoalho pélvico orientado por fisioterapeuta no pós-parto precoce sobre a incontinência urinária e fecal, o incômodo relacionado e a força e a resistência da musculatura do assoalho pélvico	O treinamento individualizado da musculatura do assoalho pélvico apresentou impacto significativo na redução da taxa de incontinência urinária e incômodos relacionados seis meses após o parto, bem como no aumento da força e resistência dos músculos do assoalho pélvico e esfíncter anal. Contudo, não apresentou efeito na taxa de incontinência fecal
Wang et al., 2020	Determinar a eficácia do treinamento da musculatura do assoalho pélvico baseado em áudio por aplicativo no tratamento da incontinência urinária de esforço em primíparas	O treinamento da musculatura do assoalho pélvico baseado em áudio por aplicativo mostrou-se eficiente no tratamento da incontinência urinária por esforço, sendo perceptível a melhora um mês e meio após o parto. Somado a isso, houve redução de lesão muscular do assoalho pélvico, aumento da resistência muscular, menor descida do colo vesical e pontuações mais elevadas no Índice de Função Sexual Feminina em relação ao grupo controle seis meses após o parto
Chen et al., 2022	Analisar o valor da aplicação do algoritmo de realce de imagem na avaliação do treinamento em reabilitação do assoalho pélvico na prevenção da disfunção do assoalho pélvico no pós-parto	A aplicação do algoritmo de realce de imagem poderia aumentar a taxa de diagnóstico clínico e contribuir com a avaliação desde que sanada algumas deficiências. O treinamento de reabilitação do assoalho pélvico apresentou melhoras nos sintomas clínicos de pacientes com disfunção do assoalho pélvico, incluindo a incontinência urinária
Chen et al., 2023	Analisar a eficácia da intervenção baseada no aplicativo UIW na melhoria dos	A intervenção baseada no aplicativo UIW reduziu de maneira eficaz a gravidade dos sintomas de incontinência

sintomas da incontinência urinária em grávidas na China	urinária durante o final da gravidez e até seis semanas após o parto. Também gerou níveis mais elevados de qualidade de vida, autoeficácia com treinamento muscular do assoalho pélvico e conhecimento de incontinência urinária
---	--

DISCUSSÃO

Os ensaios clínicos randomizados incluídos nesta revisão sistemática tiveram como amostra puérperas apresentando disfunções do assoalho pélvico, onde a incontinência urinária foi avaliada como desfecho primário ou secundário, de modo a contribuir com a análise da eficácia das intervenções na prevenção e/ou tratamento da incontinência urinária no período pós-parto.

Quanto às intervenções, os estudos demonstraram diferentes métodos e tempo de aplicação, todavia, ambos aplicaram o treinamento dos músculos do assoalho pélvico (TMAP) no grupo intervenção e/ou grupo controle e obtiveram resultados positivos na redução das taxas de incontinência urinária, estando de acordo com a informação de Sigurdardottir et al., 2020 de que o TMAP apresenta nível de evidência 1A na população feminina para o tratamento da incontinência urinária. Ademais, a análise dos ensaios também permite observar que o TMAP pode ser praticado na presença de um profissional ou em ambiente domiciliar mediante orientações profissionais.

Referente às orientações para aplicação do TMAP no ambiente domiciliar, destaca-se os estudos de Wang et al., 2020 e Chen et al., 2023, nos quais ambos os grupos -intervenção e controle- receberam educação básica em saúde e orientações orais sobre a prática correta do TMAP, porém o grupo intervenção possuiu o adicional de utilizar um aplicativo durante o período de tratamento, o qual dava acesso a orientações por meio de áudios e elementos visuais. Para Wang et al., 2020 ambos os grupos apresentaram melhora da sintomatologia clínica, contudo o grupo intervenção foi superior no aumento da força muscular do assoalho pélvico, na melhora da mobilidade do colo vesical e nas pontuações do Índice de Função Sexual Feminina. Enquanto para Chen et al., 2023 o grupo intervenção teve sintomas de incontinência urinária menos graves comparado ao grupo controle. Esses resultados indicam que uma boa orientação é essencial no tratamento e a utilização de aplicativos pode ser uma grande aliada.

Os exercícios musculares do assoalho pélvico também podem ser feitos com o auxílio de dispositivos, como o biofeedback e treinadores. No estudo de Artymuk et al., 2020 as participantes foram divididas entre o grupo *EmbaGYNTM* (Reino Unido) e o grupo *Magic Kegel Master* (China) e realizaram uma série diária de 20 minutos de exercícios usando os

dispositivos por quatro semanas. Os resultados mostraram que ambos os grupos apresentaram aumento da força muscular do assoalho pélvico e redução dos sintomas de incontinência urinária, incontinência fecal e prolapso dos órgãos pélvicos, no entanto, ao comparar os grupos o aparelho *EmbaGYNTM* foi superior no tratamento dos sintomas individuais da incontinência urinária.

Outros estudos também combinaram o TMAP com terapias adjuvantes objetivando potencializar o tratamento. Liu et al., 2019 apresenta dois grupos em seu ensaio, o grupo que recebeu a reabilitação física convencional e o grupo que recebeu a terapia tripla SLK, a qual combina o treinamento do método de parto Sophrology, o treinamento de Kegel e o treinamento respiratório Lamaze em uma única intervenção. De acordo com os resultados, dentre outros benefícios, a terapia tripla SLK é benéfica ao pós-parto em mulheres primíparas, tendo a taxa de incontinência urinária pós-parto significativamente menor comparado ao grupo controle.

No que diz respeito a frequência e período de aplicação das intervenções, cada estudo possui sua particularidade tornando difícil uma comparação precisa entre eles. O tempo de duração total das intervenções variou de 4 – 24 semanas, enquanto a frequência variou de 1 – 21 vezes na semana. Isso se dá pelo fato de que a quantidade de séries e repetições de contrações, bem como o tempo de descanso entre cada série, também apresentam uma grande variação.

CONCLUSÃO

Por meio dos resultados obtidos, conclui-se que o treinamento dos músculos do assoalho pélvico é eficaz no tratamento da incontinência urinária no período pós-parto, podendo estar associado com outras terapias e intensificado com o uso de dispositivos.

Ressalta-se também a necessidade de novos estudos que indiquem qual a melhor intervenção no que se refere a frequência e tempo de duração, bem como a quantidade de séries e repetições.

REFERÊNCIAS

ÅHLUND, Susanne; NORDGREN, Birgitta; WILANDER, Eva-Lotta; WIKLUND, Ingela; FRIDÉN, Cecilia. Is home-based pelvic floor muscle training effective in treatment of urinary incontinence after birth in primiparous women? A randomized controlled trial. *Acta Obstetricia Et Gynecologica Scandinavica*, [S.L.], v. 92, n. 8, p. 909-915, 10 jun. 2013. <http://dx.doi.org/10.1111/aogs.12173>.

AMARO, Joao L. et al. Prevalence and risk factors for urinary and fecal incontinence in brazilian women. *International Braz J Urol*, [S.L.], v. 35, n. 5,

p. 592-598, out. 2009. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s1677-55382009000500011>.

Artymuk NV, Khapacheva SY. Device-assisted pelvic floor muscle postpartum exercise programme for the management of pelvic floor dysfunction after delivery. *J Matern Fetal Neonatal Med.* 2022 Feb;35(3):481-485. doi: 10.1080/14767058.2020.1723541. Epub 2020 Feb 4. PMID: 32019378.

BARACHO, Elza. *Fisioterapia Aplicada à Saúde da Mulher*. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

Bergman I, Westergren Söderberg M, Ek M. Perineorrhaphy Compared With Pelvic Floor Muscle Therapy in Women With Late Consequences of a Poorly Healed Second-Degree Perineal Tear: A Randomized Controlled Trial. *Obstet Gynecol.* 2020 Feb;135(2):341-351. doi: 10.1097/AOG.0000000000003653. PMID: 31923073.

Chen L, Lu C. Image Enhancement Algorithm-Based Ultrasound on Pelvic Floor Rehabilitation Training in Preventing Postpartum Female Pelvic Floor Dysfunction. *Comput Math Methods Med.* 2022 Apr 19;2022:8002055. doi: 10.1155/2022/8002055. PMID: 35495879; PMCID: PMC9042637.

Chen L, Zhang D, Li T, Liu S, Hua J, Cai W. Effect of a Mobile App-Based Urinary Incontinence Self-Management Intervention Among Pregnant Women in China: Pragmatic Randomized Controlled Trial. *J Med Internet Res.* 2023 Jun 27;25:e43528. doi: 10.2196/43528. PMID: 37368465; PMCID: PMC10337423.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Postagens: **Urgência e Incontinência Urinária**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/urgencia-e-incontinencia-urinaria/>>. Acesso em: 23 mai. 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Postagens: **Principais Questões sobre Incontinência e Urgência Urinária**. Rio de Janeiro, 21 fev. 2022. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/principais-questoes-sobre-incontinencia-e-urgencia-urinaria/>>. Acesso em: 23 mai. 2023.

GAMEIRO, Luís Felipe Orsi. *Análise funcional da musculatura do assoalho pélvico pós-parto em mulheres primigestas*. 2011. 80 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Bases Gerais da Cirurgia, Faculdade de Medicina de Botucatu - Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2011.

GAMEIRO, Luís Felipe Orsi. Estimulação elétrica com eletrodos não implantáveis no tratamento da bexiga hiperativa em adultos: revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados. 2014. 108 f. Tese (Doutorado) - Curso de Bases Gerais de Cirurgia, Faculdade de Medicina de Botucatu - Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2014.

HILDE, Gunvor; STÆR-JENSEN, Jette; SIAFARIKAS, Franziska; ENGH, Marie Ellström; BØ, Kari. Postpartum Pelvic Floor Muscle Training and Urinary Incontinence. *Obstetrics & Gynecology*, [S.L.], v. 122, n. 6, p. 1231-1238, dez. 2013. Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). <http://dx.doi.org/10.1097/aog.0000000000000012>.

KOCAÖZ, Semra; EROĞLU, Kafiye; SIVASLİOĞLU, Ahmet Akın. Role of Pelvic Floor Muscle Exercises in the Prevention of Stress Urinary Incontinence during Pregnancy and the Postpartum Period. *Gynecologic And Obstetric Investigation*, [S.L.], v. 75, n. 1, p. 34-40, 27 out. 2012. S. Karger AG. <http://dx.doi.org/10.1159/000343038>.

LIU, Dan; HU, Wan-Liang. SLK Triple Therapy Improves Maternal and Fetal Status and Promotes Postpartum Pelvic Floor Function in Chinese Primiparous Women. **Medical Science Monitor**, [S.L.], v. 25, p. 8913-8919, 24 nov. 2019. International Scientific Information, Inc.. <http://dx.doi.org/10.12659/msm.917330>.

Qi X, Shan J, Peng L, Zhang C, Xu F. The effect of a comprehensive care and rehabilitation program on enhancing pelvic floor muscle functions and preventing postpartum stress urinary incontinence. *Medicine (Baltimore)*. 2019 Aug;98(35):e16907. doi: 10.1097/MD.0000000000016907. PMID: 31464923; PMCID: PMC6736454.

SIGURDARDOTTIR, Thorgerdur; STEINGRIMSDOTTIR, Thora; GEIRSSON, Reynir T.; HALLDORSSON, Thorhallur I.; ASPELUND, Thor; BØ, Kari. Can postpartum pelvic floor muscle training reduce urinary and anal incontinence? *American Journal Of Obstetrics And Gynecology*, [S.L.], v. 222, n. 3, p. 247.e1-247.e8, mar. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ajog.2019.09.011>.

SILVA, Marcela Ponzio Pinto e; MARQUES, Andréa de Andrade; AMARAL, Maria Teresa Pace do (org.). *Tratado de Fisioterapia em Saúde da Mulher*. 2. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2019.

SUT, Hatice Kahyaoglu; KAPLAN, Petek Balkanli. Effect of pelvic floor muscle exercise on pelvic floor muscle activity and voiding functions during pregnancy and the postpartum period. *Neurourology And Urodynamics*, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 417-422, 3 fev. 2015. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/nau.22728>.

Wang X, Xu X, Luo J, Chen Z, Feng S. Efeito do treinamento muscular do assoalho pélvico baseado em áudio baseado em aplicativo no tratamento da incontinência urinária de esforço em primíparas: Um ensaio clínico randomizado e controlado. *Int J Nurs Stud*. 2020 Abr;104:103527. DOI: 10.1016/j.ijnurstu.2020.103527. Epub 2020 21 de janeiro. PMID: 32058140.

CAPÍTULO 18

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO COMO FERRAMENTA DE ENSINO PERSONALIZADO NA FORMAÇÃO DO ALUNO

Ozeni Ferreira da Silva

Cursando o Projeto de Extensão "Diálogos necessários entre Profissionais da Educação Básica Regular e Profissionais das APAEs de Mato Grosso do Sul com Vistas a uma Educação por Valores e Inclusiva". Especialista em AEE e Salas de Recursos Multifuncionais pela Faculdade Futura. Professora do AEE em Sala de Recursos Multifuncional da Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso do Sul. E-mail: ozenifs@hotmail.com

Kesley Torres dos Santos

Cursando o Projeto de Extensão "Diálogos necessários entre Profissionais da Educação Básica Regular e Profissionais das APAEs de Mato Grosso do Sul com Vistas a uma Educação por Valores e Inclusiva". Graduando 5º semestre em Pedagogia. E-mail: kesley.torres@ufms.br

Luciane Porto Frazão de Sousa

Pós doutoranda em Ciências Humanas pela Logos University International, Doutora em Educação pela University of California, pesquisadora do Observatório Interdisciplinar de Educação Especial, Inclusiva e Diversidades/PPGE-UniLogos, Observatório Interdisciplinar _ Teoria e Prática na Formação de Professores/PPGE-UniLogos, Professora Associada da Logos University. Professora do Instituto IEPSIS _ Instituto de Educação e Pesquisa em Saúde e Educação. Especialista em Atendimento Educacional Especializado. Psicopedagoga CBO 2394-25 CRPp 638. Consultora Educacional. Coordenadora na RIOincludi_Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro. E-mail: lufraza07@gmail.com

RESUMO

O Plano Educacional Especializado (PEI) é uma ferramenta de ensino desenvolvida para atender o público-alvo da Educação Especial (PAEE) ou algum aluno que não tenha desenvolvimento escolar satisfatório segundo o currículo padrão da unidade de ensino, mesmo com todos os esforços de docentes para ensiná-lo. O objetivo dessa pesquisa é analisar os processos de elaboração e implementação do PEI, na Educação Básica, aplicada a estudantes PAEE ou que apresentam algum transtorno funcional e/ou cognitivo específico. Dessa forma, foi realizada uma revisão sistemática da literatura acerca do tema, através de artigos científicos publicados nas plataformas Scielo, Periódicos Capes e Google Acadêmico preferencialmente nos últimos 10 anos, escritos nas línguas inglesa e portuguesa. Após análise

dos artigos observou-se que o PEI é um instrumento efetivo ao introduzir práticas pedagógicas auxiliadoras na rotina de ensino. Porém há uma incipiência na literatura relacionada à produção de conhecimento sobre o PEI e a forma de planejar e executar por parte da equipe do Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas. Conclui-se que a falta de um Plano Individualizado, pode dificultar a inclusão escolar, levando a um desempenho insatisfatório dos alunos e pouco avanço na sua caminhada escolar e social. Justamente por esse motivo mais formações devem ser implementadas acerca da inclusão e execução do PEI no ensino.

Palavras-Chave: Educação Especial. Formação Docente. Plano Educacional Individualizado. Atendimento Educacional Especializado

INTRODUÇÃO

A imaginação contemporânea tem exigido dos educadores novas estratégias e propostas curriculares a fim de garantir o sucesso dos processos de ensino e aprendizagem que atendam às peculiaridades e diferenças apresentadas pelos alunos (AMORIM, 2019). Assim, o Plano Educacional Especializado (PEI) pode ser um instrumento que favoreça os processos inclusivos no ambiente escolar.

Indo ao encontro, Barros (2019) afirma que o PEI se identifica como uma ferramenta pertinente para auxiliar a prática pedagógica por meio de planejamentos e reavaliações contínuas. E sua estruturação sofrerá tanto adaptações curriculares específicas quanto implementação de novas metodologias de trabalho com o indivíduo. Essa forma de planejamento contribui no sucesso desse processo, de maneira que qualquer pessoa que apresente características específicas de aprendizado, estando em uma escola regular ou especializada, poderá se beneficiar do conhecimento.

Valadão (2014) reafirma que o PEI é para aquele estudante que, em razão da sua condição de público-alvo da educação especial (PAEE) ou de algum outro transtorno funcional específico, não se enquadra satisfatoriamente ao currículo padrão da escola, onde, mesmo com o empenho dos docentes não é possível que ele aprenda e se desenvolva. Portanto, pode ser necessária uma intervenção personalizada e diferente daquela ofertada aos demais alunos.

Levando em consideração tais prerrogativas, objetivamos aqui abordar conceitualmente as práticas pedagógicas dirigidas a alunos com Deficiência, utilizando a ferramenta Planejamento Educacional Individualizado, e se possível pontuar a dificuldade em utilizar as estratégias pedagógicas elaboradas no PEI.

A metodologia utilizada nesta revisão de literatura foi uma busca nas bases de dados Scielo, Periódicos Capes e Google Acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chave: PEI, Plano Educacional Individualizado, Planejamento Educacional Individualizado e Plano de Ensino Individualizado.

Após selecionados seguiu-se as determinadas etapas de elaboração, como: identificação da questão de pesquisa, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, identificação dos estudos selecionados, categorização dos estudos selecionados, análise e interpretação dos resultados, e apresentação da revisão que contemple uma amostra da importância do PEI na aprendizagem de estudantes que necessitam de uma abordagem personalizada de educação.

Breve histórico sobre o plano educacional individualizado

O conceito de planejar o plano educacional individualizado na educação como estimulador de avanços na aprendizagem dos estudantes se inicia com a própria educação ocidental, é possível constatar que, desde os primórdios, a educação começa de maneira elitizada, segregada e individualizada. Pontua-se que a Educação Especial, foi iniciada no final do século XVI e começo do século XVII, quando Jean Itard defendia uma pedagogia para todos, baseada na observação e experimentação de método que permitia a percepção do desenvolvimento de cada aluno e de suas semelhanças.

Reforçando, após um século a literatura científica vem sendo cada vez mais incisiva quanto ao planejamento educacional individualizado para aperfeiçoar o percurso de desenvolvimento dos alunos para nortear na sala de aula e na escola, garantindo o resultado esperado no processo de escolarização. Porém, segundo Lima (2018) a Educação Especial mudou ao longo dos anos e pode se identificar em três fases a iniciar pela fase da exclusão do seu público de qualquer tipo de escolarização, passando pela fase da segregação escolar, em que esse público começou a frequentar instituições com objetivos educacionais pedagógicos, num sistema paralelo em relação à educação geral, e, por fim, chegando à última fase de inclusão escolar, que é a escolarização do seu público-alvo no mesmo sistema de ensino dos outros alunos. Ao longo dessas duas últimas fases, em que já se parte do princípio do direito à educação dessa população, é que começa a necessidade de planejar o ensino para que esses estudantes que antes não tinham espaços nas escolas e hoje incluídos tenham seus direitos e espaços garantidos no ambiente escolar e na sociedade, respeitando e valorizando seu limite e potencial diferenciado.

Com base no movimento de escola-novista, foram realizadas reformas pedagógicas, permitindo-se, ainda, a inserção das pesquisas e práticas da psicologia na educação. Pesquisadores e educadores como Maria Montessori, Seguin, Binet e Simon deram a base para a educação e, conseqüentemente, para o currículo das instituições que recebiam o alunado PAEE da época (MAGALHÃES, 2018).

Além do surgimento dos primeiros documentos sobre direitos humanos no mundo ocidental, a fase da inclusão escolar começa a ganhar força. Com base em diagnóstico de impedimentos a integração de inclusão

escolar e social com o foco de PEI como planejamento de desenvolvimento do indivíduo com a importância de evitar rótulos (O' BRIEN E O'BRIEN, 2000).

Com mudança no foco do PEI para o PAEE. De início, esse era baseado nos modelos médico e psicopedagógico de deficiência, estando o foco do diagnóstico centrado nos impedimentos, tendo em vista que a necessidade do atendimento. Inicia pela integração e, posteriormente pela inclusão escolar e social, o foco do planejamento passou a ser o próprio indivíduo e suas particularidades.

Consta na Lei nº 9.394/96, em seu artigo 59, inciso I, prevê que os estudantes devem ter assegurado o PAEE, pelos sistemas de ensino, os “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996). Bem, como no Decreto de 17 de setembro de 2008, Nº 6.571/08 - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado – AEE.

Assim, como a Lei nº 13.148, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência visando a inclusão social e cidadania que assegura direitos e liberdades fundamentais e promove condições de igualdade visando à sua inclusão e cidadania. Surgem, em diferentes países, legislações federais com dispositivos referentes ao PEI, que preconizam a escolarização de pessoas PAEE em escolas comuns e privadas que diminuem a demanda de planejamento centrado na instituição, ampliando a demanda pelo planejamento centrado no aluno.

EXECUÇÃO DO PEI EM OUTROS PAÍSES

Nos Estados Unidos, Itália e França, o processo de inserção escolar de pessoas com deficiência pressupõe um planejamento personalizado, individual, que definirá como serão organizados o processo de ensino-aprendizagem e o percurso educacional do aluno, haja vista que, nesses países, requisitos legais e regulamentos oficiais garantem esse tipo de procedimento, segundo Valadão (2010).

O autor citado descreve que, especificamente, nos Estados Unidos, o PEI faz referência aos aspectos adaptados ou modificados do programa educacional e centra-se na atenção sobre as necessidades pedagógicas. Mesmo que os alunos também apresentem outras necessidades educacionais que não exigem o mesmo grau de intensidade de planejamento e monitorização, as mesmas são identificadas no PEI. Nem todos os aspectos da vida escolar e do currículo precisam ser modificados para os alunos com deficiência.

A estrutura de adequação e apoio irá variar de acordo com as necessidades individuais de aprendizagem de cada aluno, podendo os mesmos com necessidades mais complexas exigirem modificações educacionais mais elaboradas. Já na Itália, por exemplo, o PEI deve estar em acordo com os objetivos educacionais organizados para atender às capacidades, às habilidades e às potencialidades dos alunos com deficiência,

incluindo objetivos didáticos, de reabilitação, além dos aspectos sociais. A ideia é oferecer ao aluno uma diversidade de condições, com outras atividades extracurriculares, para favorecer a transição para o trabalho, a vida adulta e a escola técnica ou o ensino superior universitário

Na França, por sua vez, o PEI determina precisamente os procedimentos tanto para a conduta da escolarização e das ações pedagógicas quanto para as ações psicológicas, educativas, sociais, médicas e paramédicas, a fim de satisfazer as necessidades dos alunos com deficiência. Apesar dessa tendência padronizada dos modelos, ainda assim se percebe, pelo menos, uma variação entre os modelos de planejamento centrado no aluno, que se refere à abrangência ou ao escopo do planejamento. A esse respeito, o modelo que mais se diferencia é o da França, por ser mais abrangente, envolvendo a necessidade de avaliações mais globais e abrangendo não apenas a escola, mas a vida em sociedade como um todo. Ademais, o modelo francês não é restrito à idade de escolarização, mas abrange todo o ciclo vital da pessoa.

Embora, nos demais países, tais benefícios sociais das pessoas com deficiência estejam garantidos em leis, como, por exemplo, o benefício de prestação continuada no Brasil, a diferença, em se tratando da França, é que naquele país há uma política mais integrada, de responsabilidade de uma única instituição, que são as chamadas “*maisons departamentales du handicap*”, responsáveis pela avaliação e pelo planejamento de todos os suportes de que o aluno precisa. Nos demais países, há uma distribuição dessas responsabilidades entre setores educacionais, de saúde, da assistência social, do trabalho etc., e disso decorre uma fragmentação dos serviços que dificultam avaliar o quanto as políticas de fato caminham para garantir os direitos sociais das pessoas com deficiência.

CONCEITO E CONSTRUÇÃO DO PEI

No Brasil, constata-se a existência de indicações em algumas leis estaduais e municipais, particularmente do começo dos anos 2000, garantindo o plano educacional que assume nomenclaturas diversas, tais como: plano de desenvolvimento individualizado — PDI — e plano de atendimento individualizado — PAI (SANTOS, 2020). Então, planejamento educacional pode ser compreendido como as ações prioritárias que devem ser realizadas em uma pequena região, de acordo com os recursos locais e visa a contemplar as necessidades da população à qual ele é direcionado. Já o currículo formal já existente é o conteúdo padrão e oficial programado para todos os estudantes de uma classe, independentemente de sua limitação ou especificidade (PEREIRA, 2018). Assim, o PEI quebra a barreira do padrão, auxiliando o currículo oficial, especificando e estruturando o tipo de atividade e apontando qual apoio profissional é conveniente para um estudante PAEE, de modo que, com isso, não haja limite, ao contrário, haja estímulo no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Santos (2020), além dos dados que identificam o estudante, no PEI devem ser registradas as suas necessidades educacionais especiais, suas habilidades e dificuldades, os objetivos e metas esperados e como alcançá-los, os métodos e critérios de avaliação destinados a garantir ao estudante o direito à educação, incentivando sua inclusão, autonomia, melhoria das habilidades sociais e desenvolvimento de aprendizagem. O plano também deve explicitar todas as intervenções e adaptações voltadas para a aprendizagem do aluno, de forma compartilhada por todos os sujeitos nele envolvidos

Por fim realizar o Relatório Circunstanciado, onde consta informações a respeito de ingresso do aluno na instituição, quanto tempo matriculado, reprovação, rendimento, se precisou de adaptações curriculares, tem diagnóstico de patologias, precisa de acompanhante, interage bem com outras pessoas, entre outras perguntas nessa temática. O documento também deve incluir informações sobre o desempenho escolar do aluno e de que forma a necessidade educacional especial afeta a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento diante do currículo padrão. Essas informações podem ser obtidas a partir dos resultados das avaliações, do dever de casa e da observação dos pais, professores e outros profissionais da escola (LIMA, 2018).

Apresentar um laudo clínico que indica a condição de público-alvo da Educação Especial ou a presença de algum transtorno funcional específico não significa que o estudante terá um PEI. Há pessoas nessa situação que apresentam avanço na aprendizagem e no desenvolvimento diante de um planejamento padrão pensado para toda a turma. Desse modo, quando o currículo padrão da escola atende adequadamente, não será necessário intervir por meio de ações individualizadas.

No caso de intervenção por meio do PEI, ela deve ser iniciada o mais cedo possível. Em relação ao estudante calouro, o primeiro passo da escola é sua identificação como PAEE ou com algum transtorno funcional específico. Nesta seção, apresentamos um modelo de fluxo de trabalho, constituído por cinco passos sequenciais com a finalidade de identificar previamente o estudante PAEE ou com algum transtorno funcional específico e, se for o caso, avaliar sua elegibilidade ou não ao planejamento individualizado. Muitas vezes o PEI é elaborado somente pelos docentes do aluno, mas não cabe apenas a eles a responsabilidade pelo documento, que deve ser formulado em equipe, em um trabalho colaborativo por meio dos diferentes sujeitos da escola, além da família e do aluno, quando for possível sua participação

Nesse mesmo grau de importância está a participação dos vários atores que auxiliarão a escola a ter um olhar sobre o aluno nos seus diferentes contextos de vida, como os especialistas extraescolares, os quais realizam ou já realizaram atendimento ao aluno a quem será dirigido o PEI. Esses são os principais sujeitos que devem se envolver nos trabalhos com o plano

É muito importante que o PEI não seja elaborado de forma isolada, já que o documento requer o compartilhamento de vários saberes, um complementando o outro. O trabalho colaborativo é uma das estratégias que pode favorecer a inclusão. Desse modo, trabalhar com o planejamento individualizado tem sido um desafio para muitos educadores. Portanto, investir na formação desses profissionais é uma necessidade contínua.

A formação continuada em educação especial é essencial não apenas para os docentes, mas para todos os educadores que querem se tornar inclusivos. Para se trabalhar com um planejamento educacional individualizado realmente efetivo é fundamental uma ação colaborativa entre vários sujeitos, e não uma ação restrita do docente

Outro fator essencial nos trabalhos com o PEI é o conhecimento do estudante a quem o plano será dirigido e do seu contexto escolar e territorial. É preciso conhecer suas NEEs e suas habilidades, capacidades, dificuldades etc., além de compreender como a escola se organiza, quais recursos humanos, materiais etc. ela dispõe e conhecer a rede de apoio ao PAEE. Tudo isso é necessário para se planejar ações que correspondam às especificidades do estudante.

BENEFICIADOS COM O PEI

Como uma ferramenta norteadora que intermedia a trajetória acadêmica e pessoal do público-alvo da educação especial no processo de ensino aprendizagem no âmbito das escolas brasileiras, e com a finalidade educacional específica de uma reflexão, ao implementar as necessidades com conhecimentos prévios, potencialidades, limites e habilidades dos estudantes

O PEI é uma construção que cumpre o papel de planejar, desenvolver e avaliar ações específicas para o estudante no PAEE. Além do público-alvo da educação especial, deve também ser proposto para aqueles que apresentam transtornos funcionais específicos, como a dislexia, a discalculia, o TDAH etc. requeiram uma intervenção com ações individualizadas.

As estratégias individualizadas utilizadas no ensino como guia, não deve ser confundida com o ato de segregar. Deve, sim, ser entendida no sentido de incluir tal público, oferecendo a mesma oportunidade de aprendizagem dos demais estudantes, porém, com adequações que torne efetiva a sua participação, atendendo às várias especificidades do seu desenvolvimento, sendo elas de natureza neurológica, comportamental, cognitiva ou sensorial. E, portanto, devem estar contextualizadas às ações dirigidas à turma em que esse estudante está inserido (MASCARO, 2018)

DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PEI

Ocorre a necessidade de o sistema assegurar o plano de atendimento educacional especializado (AEE), sendo essa responsabilidade

atribuída ao professor do AEE de elaborar e executar o plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade.

Com base em resoluções o professor especializado, que atue em Sala de Recursos, Inerência ou classe regida pelo professor especializado, deve elaborar e desenvolver o Plano de Atendimento Individualizado com base nas dificuldades e limitação apresentadas, com o objetivo de relatá-los e caracterizá-los.

Valadão (2014) analisou 200 planos de AEE de um município do interior do estado de São Paulo, elaborados entre os anos de 2011 e 2012, com o objetivo de relatá-los e caracterizá-los. Os achados da pesquisa evidenciaram que os preenchimentos desses documentos pareciam ser feitos por mera formalidade, pois foram encontrados:

- Repetições, independentemente da série/ano e/ou do tipo de categoria de deficiência em que esse aluno estava inserido;
- Incoerências, como, por exemplo, o profissional mais utilizado era o profissional de apoio, mas, quanto à parte do plano de AEE que previa que o professor de AEE deveria orientá-los, não havia nenhuma informação na maioria dos planos;
- Ausências no preenchimento desses documentos, pois apenas um terço dos alunos PAEE do município tinham esse documento preenchido de forma concisa.

Independentemente da série/ano e/ou do tipo de categoria de deficiência em que esse aluno estava inserido ao ser preenchido os documentos, alunos PAEE do município tinham esse documento preenchido de forma concisa.

Além disso, os resultados indicaram que muito do que se fazia sobre esse plano, nessa temática, se centrava no planejamento das ações do professor da sala de recurso multifuncional — SRM, ou no AEE, enquanto não era evidenciada a relação com o ensino ofertado em classe comum de forma colaborativa.

A legislação educacional brasileira, a LDB n. 9394/96, reformulada em 2013, traz um mecanismo que garantiria um certificado de escolaridade, denominado como finalidade seria a de comprovar grau de escolarização. Entretanto, se a aprendizagem desses alunos não for devidamente avaliada e planejada, o certificado de terminalidade específica pode, além de mascarar o fracasso escolar, excluir da escola estudantes que não avançam para o ensino médio e no futuro serão impedidos de continuar por falta de aquisição de conhecimento que perpassa a educação básica ao ensino superior em determinadas áreas da aprendizagem dificultando a dar continuidade. Mas se os alunos apresentarem o PAEE, com o roteiro registrado todo percurso de sua escolarização, será oferecida a continuidade do seu conhecimento acadêmico com qualidade.

Com base na Resolução n. 4, em 2009, no Art. 1º implementa o Decreto nº 6.571/2008, é mencionada que os sistemas de ensino devem

matricular os alunos com deficiência nas classes comuns regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou Instituição comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Sendo assim, essa responsabilidade atribuída ao professor do AEE, em elaborar e executar plano de estratégias com recursos de acessibilidades que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

A Educação Especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional. Sendo essencial o uso do documento norteador o PEI como ferramenta de continuidade ao processo ensino e aprendizagem dos estudantes em suas limitações, dificuldades e habilidades. Porém pode-se fazer uso desse plano para acompanhar demais estudantes em suas limitações educativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como se pode perceber, mesmo em países que já instituíram a prática do PEI, a educação apropriada de pessoas PAEE ainda não está devidamente garantida, porque os planos nem sempre são bem elaborados, ou, se o são, nem sempre são seguidos conforme planejado. Entretanto, em contextos em que não há nenhuma garantia de se ter um PEI, a pessoa PAEE certamente não terá meios de assegurar seu direito à educação.

Portanto as etapas de realização do PEI se baseiam na identificação do aluno, o que é possível adaptar no currículo do mesmo e as modificações que isso resultaria na vida acadêmica do indivíduo. Nessa fase necessita da avaliação diagnóstica do docente com a finalidade de definir o nível de desempenho e as habilidades pertinentes ao estudante.

Um segundo passo é a avaliação, determinar as necessidades educacionais do aluno e suas limitações para realizá-las. Pontuar o nível de comunicação oral, leitura, escrita e cognitivo. Por fim a implementação, onde os docentes já elaboraram os conteúdos a serem trabalhados, estratégias, materiais e a promoção do ensino de qualidade e individualizado.

O fluxograma exemplificando essas fases pode ser observado na Figura 1.

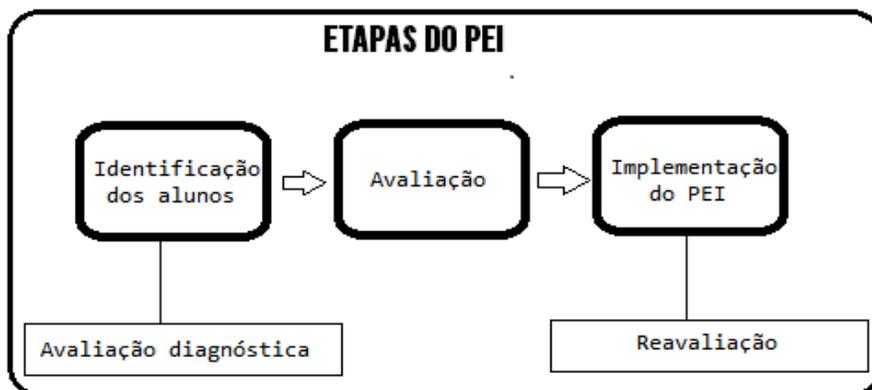


Figura 1 – Fluxograma das etapas de elaboração do PEI

Se continuar o planejamento do ensino desses alunos de modo independente, na classe comum e nos serviços especializados, vamos ainda produzir muitos estudos para constatar que há queixas recorrentes de que esses alunos não estão avançando no processo de escolarização, que a escolarização para eles tem apenas função de socialização, que os professores da classe comum não sabem como ensiná-los, que alunos adolescentes e adultos precisam tomar um rumo e sair da escola básica, enfim, reforçando a descrença de que a escola comum seja afinal o melhor lugar para escolarizá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de inclusão escolar no Brasil tem levado ao crescimento contínuo de matrículas dos alunos PAEE nas escolas públicas regulares. O Brasil não possui dispositivos na legislação federal que garantam que tais estudantes tenham um PEI baseado em suas peculiaridades e, na prática, esse tipo de planejamento tem sido centrado apenas nos serviços das salas de recursos multifuncionais e nos centros de atendimento educacional especializado, portanto em época de política de Inclusão Escolar, temos um plano elaborado ao PAEE que é típico da fase da segregação educacional.

De acordo com o explanado no artigo, reitera-se a percepção de que a elaboração e aplicação do PEI pode ser uma estratégia efetiva para nortear a organização curricular no sentido de impulsionar o desenvolvimento social e acadêmico de alunos das escolas públicas com necessidades especiais, bem como, apoiar suas perspectivas de inclusão escolar e laboral.

Após as análises, espera-se que o PEI, ao ser elaborado de forma colaborativa entre colaboradores, professores regulares e a equipe do AEE das escolas públicas seja um instrumento efetivo ao introduzir práticas pedagógicas auxiliadoras na rotina de ensino. Visto ainda, que há necessidade de se ampliar os estudos do PEI, com a finalidade de validar sua

aplicação. Sugere-se então, para investigações futuras, o aperfeiçoamento do método proposto neste estudo por pesquisadores da área da educação e docentes das escolas públicas, com a publicação dos achados teórico-práticos, a fim de se incrementar a produção do conhecimento sobre o PEI e a avaliação do alunado com necessidades educacionais especiais.

A falta de um Plano Individualizado, pode dificultar a inclusão escolar, tendo como consequência um desempenho reduzido dos alunos e pouco avanço em seu percurso de escolarização, justamente pela dificuldade de professores e equipe escolar de elaborar objetivos e metas a serem alcançadas para seu desenvolvimento educacional e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Cynthia Loureiro et al. **Formação de professores do Programa Escola Integrada (PEI) na perspectiva da educação especial e inclusiva**. 2019.

BARROS, Alessandra Belfort et al. **Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva—PNEE/PEI: análise do processo de implementação em São Luís/MA (2008-2015)**. 2019.

BEZERRA, Giovani Ferreira. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto) crítica propositiva. **Roteiro**, v. 46, n. 1, p. 1-26, 2021.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** — LDB. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2013.

LIMA, Letícia Aparecida Alves; FERREIRA, Ana Eliza Gonçalves; DA SILVA, Marcus Vinicius Gonçalves. O Plano Educacional Individualizado: proposta de um método de pesquisa na formação docente. **Educação em Perspectiva**, v. 9, n. 1, p. 127-141, 2018.

MAGALHÃES, Tamara França de Almeida; CORRÊA, Roberta Pires; CAMPOS, Érica Costa Vliese Zichtl. O Planejamento Educacional Individualizado (pei) como estratégia para favorecer a elaboração conceitual em alunos com deficiência intelectual: o caso de Júlio. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 14, n. 4, p. 101-125. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/12007>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 205, p. 12-22, 2018.

O'BRIEN, C. L.; O'BRIEN, J. The origins of person-centered planning. A community of practice perspective. Responsive systems associates from the center on human policy. **Syracuse University for the Research and Training Center on Community Living**. 2000. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED456599.pdb>>. Acesso em: 10 ago. 2018

PEREIRA, Debora Mara; DE PAULA NUNES, Débora Regina. Diretrizes para a elaboração do PEI como instrumento de avaliação para educando com autismo: um estudo interventivo. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 63, p. 939-980, 2018.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas críticas**, v. 18, n. 35, p. 193-208, 2012.

REDIG, Annie Gomes; DE CARVALHO MASCARO, Cristina Angélica Aquino; DA SILVA DUTRA, Flávia Barbosa. A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa?. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 4, n. 1, 2017

SANTOS, Jessica Rodrigues. **Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais brasileiros**. 2020.

VALADÃO, Gabriela Tannus. **Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial**: Propostas oficiais na Itália, França, Estados Unidos e Espanha. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)– Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

VALADÃO, Gabriela Tannus. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado**: avaliação de um programa de formação continuada para educadores. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

CAPÍTULO 19

IMPLICAÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NA PRÁTICA CLÍNICA NO MANEJO DA ESPASTICIDADE COM O USO DE TERAPIAS ALTERNATIVAS

Giovanna Melissa dos Santos Chaparim

Fisioterapeuta

Universidade Metodista de Piracicaba

Ronny Rodrigues Correia

Fisioterapeuta

Especialista em Unidade de Terapia Intensiva Adulto

Mestrado e Doutorado em Cirurgia e Medicina Translacional, Universidade

Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Medicina de

Botucatu (FMB)

Pesquisador Mestrado Profissional Associado a Residência Médica

(MEPAREM) – Faculdade de Medicina de Botucatu

Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade Metodista de

Piracicaba (UNIMEP)

RESUMO

INTRODUÇÃO: A paralisia cerebral é um grupo de transtornos motores não progressivos que afetam o cérebro em desenvolvimento, causando diversos sintomas e problemas musculoesqueléticos secundários, como a espasticidade. A espasticidade trata-se de uma forma de hipertonia muscular que, se não tratada, pode levar a dor, contraturas, deformidades e diminuição da qualidade de vida. Muitas intervenções cirúrgicas tem sido estudadas para melhora da espasticidade, no entanto, algumas podem apresentar custos elevados e efeitos adversos. Nesse cenário, canabinoides são componentes que vêm sendo estudados como possíveis agentes terapêuticos na melhora da dor e espasticidade. **OBJETIVO:** Analisar as implicações fisioterapêuticas na prática clínica no manejo da espasticidade com o uso de terapias alternativas. **MÉTODOS:** Revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados desenvolvida com base nas diretrizes PRISMA. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, PeDRO, Scopus, Lilacs, Scielo, Cochrane e os estudos foram selecionados por dois pesquisadores independentes com base nos critérios de inclusão. **RESULTADOS:** A busca identificou 62 estudos no total. Destes, dez duplicatas foram excluídas, resultando em 52 referências. Após a leitura de título e resumo, 48 estudos

foram excluídos sendo 29 revisões, 2 estudos experimentais em modelo animal, 1 comentário, 1 editorial, 11 artigos não estudaram qualquer componente canabinoide e 6 artigos não relacionaram o uso de canabinoides com a PC. No total, 2 estudos foram selecionados para a leitura na íntegra e preencheram os critérios de inclusão do estudo. RESULTADOS: Foram incluídos 2 estudos, com um total de 97 participantes, o tempo de duração variou de 12 semanas a 5 meses e os tipos de intervenção foram óleo enriquecido a 5% de cannabis e medicamento canabinoide nabiximol em spray. Os resultados dos estudos foram conflitantes, com uma das pesquisas apresentando melhora enquanto a outra mostrou não ter havido diferença entre os grupos intervenção e controle. CONCLUSÃO: Não há evidências científicas suficientes que permitam afirmar o real benefício da intervenção à base de canabinoides no tratamento da espasticidade em pacientes neurológicos com paralisia cerebral.

Palavras-chave: Paralisia Cerebral, Espasticidade, Canabinoides, Canabidiol.

REFERENCIAL TEÓRICO

Definição de paralisia cerebral

A paralisia cerebral (PC) designa um grupo de transtornos motores não progressivos, que podem variar desde dificuldades no controle motor fino à espasticidade severa (Descritores em Ciências da Saúde, 2023).

Etiologia da paralisia cerebral

Considerada a causa mais comum de deficiência motora na infância. Ocorre por uma lesão ou anormalidade não progressiva no cérebro em desenvolvimento, período que abrange desde o pré-natal até os primeiros cinco anos de vida, e apesar de permanente, não é imutável, podendo alterar-se ao longo da vida de um indivíduo (Graham *et al.*, 2016; Morris, 2007).

Os fatores de risco relacionados à PC são divididos nas fases do desenvolvimento em que podem afetar o sistema nervoso central (SNC), sendo eles: fatores preconcepção, fatores pré-natais, fatores perinatais e fatores pós-natais (Paul *et al.*, 2022).

Fatores preconcepção são relacionados às condições de saúde da mãe antes da concepção. A exemplo tem-se doença sistêmica materna, uso de drogas estimulantes, distúrbios do sistema imunológico anteriores à gravidez, etc. Condições pré-natais podem levar ao dano cerebral durante a gestação e incluem nascimento prematuro, baixo peso ao nascer, malformação do SNC, entre outros. Já as razões relacionadas ao momento do nascimento são denominadas perinatais, dentre essas tem-se o parto

premature, parto assistido por vácuo e trabalho de parto prolongado, por exemplo. Fatores de risco pós-natais são relacionados ao período após o nascimento, a se citar encefalopatia hipóxico-isquêmica neonatal, infecção do SNC, entre outros (Paul *et al.*, 2022).

Apesar da identificação dos fatores de risco para PC, estima-se que 80% dos casos não possuem causa clara e são considerados idiopáticos (Vitrikas, 2020).

Prevalência da paralisia cerebral

A prevalência da PC é estimada com uma variação entre 1 a quase 4 crianças a cada 1000 nascidos vivos (Centers for Disease Control and Prevention, 2022).

Uma das razões para tal variação se dá por conta de fatores socioeconômicos que diferem de país para país, com a maior prevalência sendo indicada em países de baixa e média renda, enquanto países de alta renda possuem menor prevalência (Mcintyre *et al.*, 2022).

Diagnóstico da paralisia cerebral

O diagnóstico ou a identificação para o risco de PC pode ocorrer antes dos 6 meses de idade corrigida da criança. De maneira geral, o diagnóstico se dá através de três critérios: sinais clínicos combinados a exames de neuroimagem, como a ressonância magnética, anamnese sobre fatores de risco e ferramentas de avaliações motoras padronizadas (Novak *et al.*, 2017).

Classificação da paralisia cerebral

Por se tratar de um grupo de transtornos motores, possui grande heterogeneidade, devido a isso, é classificada com base em fatores como topografia funcional, nível funcional do indivíduo acometido e sintomas (Mathewson; Lieber, 2015; Wimalasundera; Stevenson, 2016).

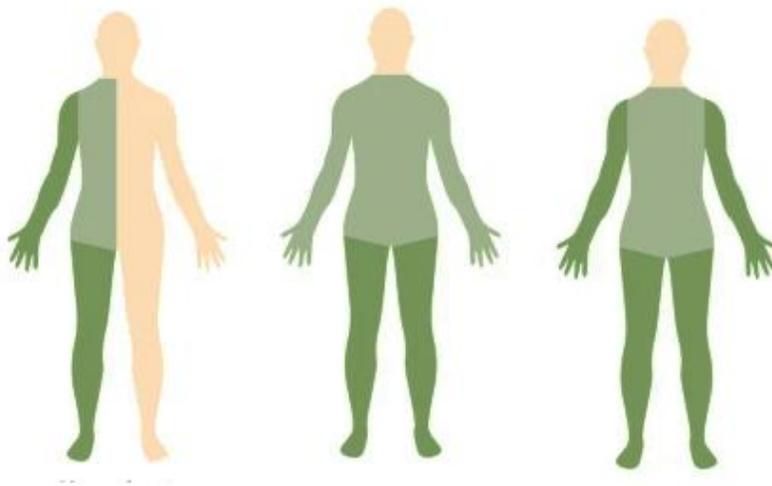
Topografia funcional da paralisia cerebral

A classificação topográfica da PC é descrita pelo envolvimento anatômico do transtorno motor e três padrões comumente são utilizados, são eles hemiplegia, diplegia e quadriplegia. Em quadros de hemiplegia, existe um envolvimento regional do corpo, no qual o membro superior e inferior de um hemicorpo é afetado (Upadhyay; Tiwari; Ansari, 2020).

Na diplegia os quatro membros são afetados, destes, os membros superiores apresentam um envolvimento leve enquanto membros inferiores apresentam envolvimento severo. Na quadriplegia, há o envolvimento

funcional de todo o corpo, correspondendo aos quatro membros e o tronco (Upadhyay; Tiwari; Ansari, 2020). A ilustração gráfica da topografia funcional da PC é apresentada a seguir (Figura 1).

Figura 1 - Topografia funcional da PC



Legenda: Descrição topográfica na paralisia cerebral. Da esquerda para a direita, hemiplegia, diplegia e quadriplegia. Na hemiplegia, um lado do corpo é afetado. Na diplegia, todos os membros são afetados, porém os membros inferiores tem acometimento maior. Na quadriplegia, ocorre o envolvimento dos quatro membros e tronco.

Fonte: Graham *et al.* (2016).

Nível funcional

Devido à sua etiologia diversa e múltipla, pode afetar diferentes partes do cérebro, o que contribui para uma grande variedade de achados clínicos distintos entre os indivíduos acometidos (Vitrikas, 2020). Trata-se de um transtorno que pode ser acompanhado por distúrbios de percepção, cognição, comunicação, comportamento, epilepsia ou problemas musculoesqueléticos secundários (Morris, 2007).

Devido a isso, o nível funcional dos pacientes é heterogêneo, acarretando diferentes tipos de prejuízos na função motora grossa, postura, habilidade manual ou limitação de atividades funcionais (Piscitelli *et al.*, 2023). Nesse contexto, a classificação funcional destes pacientes é importante pois nem sempre a classificação de topografia funcional ou tipo motor podem revelar a atividade e participação do indivíduo nas atividades de vida diária (Wimalasundera; Stevenson, 2016).

Por essa razão, diversos instrumentos avaliativos foram

desenvolvidos para classificar diferentes aspectos do nível funcional de crianças e adolescentes com PC, como a *Gross Motor Function Classification System* (GMFCS), uma escala funcional reconhecida como padrão ouro para classificar a função motora em crianças de até doze anos que busca examina o desempenho funcional cotidiano da criança, durante transferências, mobilidade e postura sentada (Mathewson; Lieber, 2015; Wimalasundera; Stevenson, 2016; Piscitelli *et al.*, 2021).

Outras escalas como a *Manual Ability Classifications System* (MACS) e a *Communication Function Classification System* (CFCS) foram desenvolvidas com o objetivo de avaliar diversos aspectos da funcionalidade, como a habilidade manual e a comunicação da criança, respectivamente (Piscitelli *et al.*, 2023).

Tipos de paralisia cerebral

Os tipos de PC se devem à área e extensão da lesão durante o desenvolvimento do SNC, e são comumente descritos como espástico, discinético, atáxico e misto, quando pacientes são classificados com mais de duas formas motoras (Rethlefsen; Ryan; Kay, 2010; Seyyar; Aras; Aras, 2019). Cada um dos tipos motores de PC será descrito a seguir.

A PC do tipo espástica é o subtipo motor mais comum, representando cerca de 80% dos casos (Paul *et al.*, 2022). Normalmente relacionada à lesão de regiões do córtex motor e da substância branca subjacente (Zhou; Butler; Rose, 2017). Pacientes com esse tipo apresentam sinais de lesão do neurônio motor superior, tais como hiperreflexia (clônus) e resposta extensora plantar (Gulati; Sondhi, 2018). O aprofundamento dos sinais clínicos e fisiopatologia da espasticidade serão abordados na próxima seção.

A PC discinética, também conhecido como atetóide, é o segundo subtipo mais comum e está associada a lesões em gânglios da base e tálamo, caracterizada por posturas e movimentos anormais relacionados ao tônus muscular prejudicado, prejuízo do controle de movimento e na coordenação (Li; Arya, 2022; Monbaliu *et al.*, 2017).

Indivíduos com esse tipo de PC podem possuir atraso no desenvolvimento motor e diminuição de movimentos espontâneos durante a infância, e podem apresentar distonia (contrações musculares involuntárias sustentadas ou intermitentes que causam movimentos repetitivos e torção involuntária ou posturas anormais) e coreoatetose (coreia - contrações rápidas, involuntárias e espasmódicas; atetose - movimentos lentos em constante mudança e contorção das extremidades distais) como dois tipos de padrões principais de movimentos involuntários (Li; Arya, 2022; Monbaliu *et al.*, 2017; Rethlefsen; Ryan; Kay, 2010).

A PC atáxica é o subtipo motor menos frequente de PC e ocorre pelo dano no cerebelo e suas projeções, caracterizada por padrões anormais de postura e de coordenação muscular, anormalidades na força e ritmo muscular, o que prejudica a precisão e trajetória de movimentos voluntários

típicos. Além disso, indivíduos com esse tipo apresentam ataxia da marcha, falta de equilíbrio, controle de tronco prejudicado, movimentos oculares anormais como o nistagmo e hipotonia (Descritores em ciências da saúde, 2023; Seyyar; Aras; Aras, 2019).

Espasticidade

De acordo com os Descritores em Ciências da Saúde (2023), a espasticidade muscular é uma forma de hipertonia muscular associada a danos nos neurônios motores superiores. Normalmente acompanhada de hiperreflexia e graus variados de debilidade muscular, clônus (contrações musculares rápidas), espasmos musculares e contraturas (Descritores em ciências da saúde, 2023; Lance, 1990).

Se não tratada, a espasticidade pode levar à dor, insônia induzida por dor, contraturas, deformidades, comprometimento da mobilidade, aumento do risco de quedas, imobilidade severa e desenvolvimento de úlceras de pressão por conta de tensão muscular sobre proeminências ósseas, conseqüentemente, afetando a qualidade de vida (Bhimani; Anderson, 2014).

Fisiopatologia da espasticidade

O tônus muscular é a tensão constante do músculo em repouso necessário para manter atividades básicas do corpo como a postura (Berne; Levy, 2009). A espasticidade é reconhecida como o aumento patológico velocidade dependente desse tônus, determinada por uma doença do neurônio motor superior (Bhimani; Anderson, 2014).

Há diversos mecanismos excitatórios e inibitórios relacionados ao tônus muscular, que incluem o funcionamento de neurônios espinhais e sistemas motores, bem como sistemas supraespinhais e suprassgmentares (Sáinz-Pelayo *et al.*, 2020). Não se tem certeza sobre qual é o mecanismo exato responsável pela fisiopatologia da espasticidade. No entanto, acredita-se que o desequilíbrio dos processos inibitórios e excitatórios nos reflexos de estiramento muscular (Mukherjee; Chakravarty, 2010).

Por exemplo, um dos possíveis mecanismos causadores da espasticidade pode se dar através da perda do controle inibitório do reflexo espinhal. Quando isso ocorre, o desequilíbrio pende em favor da excitação, o que resulta na hiperexcitabilidade dos reflexos (Mukherjee; Chakravarty, 2010).

Muitos outros tipos de mecanismos fisiopatológicos têm sido estudados como possíveis contribuintes da espasticidade, e apesar de não ser bem definido seu mecanismo causal exato, acredita-se que diversas alterações interdependentes contribuam para o desenvolvimento do quadro (Mukherjee; Chakravarty, 2010; Sáinz-Pelayo *et al.* 2020).

Intervenções convencionais para tratamento da espasticidade

Tendo em vista a importância e complexidade da espasticidade, há uma variedade de métodos para o seu manejo e incluem desde métodos convencionais como fisioterapia, terapia ocupacional, uso de órteses, intervenções farmacológicas orais e toxina botulínica até intervenções mais invasivas como procedimentos ortopédicos e neurocirúrgicos, infusão intratecal de baclofeno (relaxante muscular) e rizotomia dorsal (Ismail *et al.*, 2022; Peck *et al.*, 2020).

Algumas dessas intervenções podem apresentar efeitos adversos, como no caso de injeção focal de toxina botulínica nos músculos afetados por espasticidade, que podem gerar fraqueza ou atrofia em alguns casos, outras intervenções possuem custo elevado, como no caso da infusão intratecal de baclofeno (Kaya; Keles; Ates, 2022; Shih *et al.*, 2018).

Medicina canabinoide

A cannabis é um gênero de plantas da família *canabaceae*, encontrada em habitats e altitudes variadas (Elsohly *et al.*, 2017) que pode ser classificada quanto à intenção de uso, podendo ser recreativa ou medicinal (Ebbert; Scharf; Hurt, 2018).

Usada e cultivada há milênios por povos no Egito e na Ásia para obtenção de fibras para cordas e redes, acredita-se que sua disseminação pelos continentes ocorreu através de sementes levadas por povos nômades e trocas comerciais (Crocq, 2020). A planta possui caules verticais e ramificados em sua base, com folhas ligadas por um pecíolo e possui bordas em forma de lança e serradas (Medeiros *et al.*, 2020).

Taxonomia

Taxonomicamente, a cannabis é constituída de duas espécies principais, sendo elas, cannabis indica e sativa. Destas, a cannabis sativa é uma espécie economicamente importante e difundida, sendo principal alvo de pesquisas de seus possíveis usos medicinais (Elsohly *et al.*, 2017).

O uso da cannabis de forma medicinal pode ser conceituado como um grupo de agentes farmacológicos derivados de plantas desse gênero, que pode ser administrada de várias formas (inalação, ingestão, aplicação tópica na pele ou mucosa bucal), consumida com a intenção de aliviar um sintoma ou doença (Ebbert; Scharf; Hurt, 2018).

A cannabis possui mais de 500 compostos naturais, destes, pouco mais de 100 canabinoides foram isolados até o momento (Elsohly *et al.*, 2017; Lafaye *et al.*, 2017).

Tetraidrocanabidiol (THC) e Canabidiol (CBD)

Dois desses canabinoides foram estudados com maior afinco, sendo eles o tetraidrocanabinol (THC), componente psicoativo da cannabis (substância responsável pelos efeitos psicotrópicos da planta), e o canabidiol (CBD), principal substância responsável pelos efeitos terapêuticos da cannabis medicinal (Amin; Ali, 2019; Lafaye *et al.*, 2017).

A ampla variedade de quimiotipos é especialmente pertinente para formas medicinais de cannabis, onde os produtores visam criar fenótipos químicos específicos com alto teor de CBD e baixo teor de THC, a fim de minimizar seus efeitos psicotrópicos indesejados (Amin; Ali, 2019).

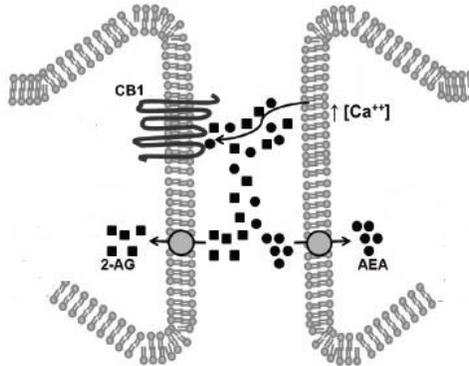
Para a compreensão dos mecanismos através dos quais os componentes canabinoides afetam o organismo, é necessário, em primeiro lugar, elucidar sobre o sistema endocanabinoide.

O sistema endocanabinoide recebe seu nome por ter sido investigado a primeira vez através da observação da interação entre o componente THC e células de mamíferos (Lu; Mackie, 2021).

Trata-se de um sistema composto por dois receptores acoplados à proteína G da membrana celular, denominados receptor canabinoide tipo 1 (CB1) e receptor canabinoide tipo 2 (CB2), capazes inibir canais de cálcio ou estimular canais de potássio retificadores internos (Chayasirisobhon, 2020; Lu; Mackie, 2021).

O funcionamento do sistema endocanabinoide ocorre através da sinalização retrógrada: os canabinoides endógenos (sintetizados dentro do corpo), N-araquidonoiletanolamina (AEA) ou anandamida e 2-araquidonoilglicerol (2-AG), são sintetizados na membrana celular do neurônio pós-sináptico após influxo de cálcio e posteriormente fluem em direção ao terminal pré-sináptico para interagir com os receptores CB1 e CB2. A ativação desses receptores gera diminuição do influxo de cálcio nos terminais axônicos, diminuindo sua liberação pelo neurônio pré-sináptico, o que modula as sinapses e diminui a excitabilidade do neurônio (Crocq, 2020; Saito; Wotjak; Moreira, 2010). A ilustração esquemática do funcionamento do sistema endocanabinoide é apresentada a seguir (Figura 2).

Figura 2 - Ilustração do funcionamento do sistema endocanabinoide.



Legenda: Representação do funcionamento do sistema endocanabinoide. Após o influxo de cálcio no interior da célula pós-sináptica, os endocanabinoides anandamida (AEA) e 2-araquidonoilglicerol (2-AG) são sintetizados a partir dos fosfolípidios da membrana do neurônio pós-sináptico. Eles são liberados no espaço sináptico e fluem em direção ao neurônio pré-sináptico para se ligarem ao receptor CB1 dessa célula. A ativação desse receptor acarreta diminuição da liberação do neurotransmissor pelo neurônio pré-sináptico, conseqüentemente, modulando a sinapse.

Fonte: adaptado de Ferretjans *et al.* (2012).

Acredita-se que a função endocanabinoide é diminuída em vários distúrbios como enxaqueca, fibromialgia, epilepsia, esclerose múltipla e doença de Parkinson. Nesses casos, o THC e CBD também são capazes de se ligar aos receptores CB1 e CB2, desempenhando o papel terapêutico para tratar tais distúrbios (Chayasirisobhon, 2020).

Vários instrumentos farmacológicos foram desenvolvidos para interferir no sistema endocanabinoide (Saito; Wotjak; Moreira, 2010). Os canabinoides produzidos em laboratório são projetados com base no THC, o que pode acarretar efeitos adversos como palpitações, paranoia, ansiedade, náuseas ou vômitos, confusão e convulsões (Chayasirisobhon, 2020).

Apesar disso, devido ao seu potencial terapêutico, pesquisas sobre as possíveis aplicações desses componentes cresceram nos últimos anos (Islas-Andrade *et al.*, 2023) e sugerem aplicação terapêutica em diversas áreas, como no manejo de dor neuropática (dano nervoso que resulta de doenças, genética, inflamação ou toxina) (Lee *et al.*, 2018), doenças reumáticas (Boehnke; Häuser; Fitzcharles, 2022), ansiedade, depressão e desordens psicóticas (García-Gutiérrez *et al.*, 2020), epilepsia (Oshiro; Castro, 2022), câncer (Nahler, 2022), melhora da dor e espasticidade em pacientes com esclerose múltipla e pacientes pós-AVC (Cristino; Bisogno; Di Marzo, 2020; Filippini *et al.*, 2022).

Justificativa

Fisioterapeutas tem a obrigação de saber sobre os diferentes métodos de tratamento alternativos, atualmente muito comuns. Sendo assim, é necessário saber quais as implicações terapêuticas do uso de terapias alternativas nas lesões do moto neurônio superior que levam a espasticidade com disfunção incapacitante nos indivíduos acometidos.

OBJETIVO

Analisar as implicações fisioterapêuticas na prática clínica no manejo da espasticidade com o uso de terapias alternativas.

PERGUNTA CLÍNICA

O uso de canabinoides é mais efetivo quando comparada a outras intervenções em pacientes com paralisia cerebral para melhora da espasticidade?

Hipótese nula

Não há diferença nos resultados entre o uso de canabinoides quando comparada a quaisquer outras formas de tratamento na melhora da espasticidade.

Não há diferença nos resultados entre o uso de canabinoides quando comparada a nenhuma intervenção ativo na melhora da espasticidade.

Hipótese alternativa

A utilização de canabinoides é mais eficaz quando comparada a outras formas de tratamento na melhora da espasticidade.

A utilização de canabinoides é mais eficaz quando comparada a nenhuma intervenção ativa na melhora da espasticidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido com base nas diretrizes fornecidas do *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) e seguiu as recomendações Cochrane para elaboração de revisões sistemáticas.

Tipo de estudo

Revisão sistemática.

Local

O estudo foi desenvolvido na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Piracicaba – São Paulo, curso de fisioterapia.

Amostra

Ensaio clínico randomizado e outros tipos de estudos que não sejam revisões, mas contemplem a temática abordada.

Critérios de inclusão

- Ensaio clínico randomizado;
- Participantes – Indivíduos com paralisia cerebral;
- Tipo de intervenção – CBD ou THC;
- Grupo comparação – Nenhum tratamento ativo; toxina botulínica A; Fármacos; tratamentos complementares.

Desfechos clínicos estudados

- Melhora da espasticidade;
- Melhora da qualidade de vida;
- Melhora dos sinais clínicos de dor;
- Melhora da marcha e função motora.

Estratégia de busca para identificação dos estudos

Os estudos foram obtidos por meio da busca nas bases de dados PubMed, PeDRO, Scopus, Lilacs, Scielo, Cochrane.

A estratégia de busca utilizada foi composta pelas seguintes palavras-chave: “Cerebral Palsy” AND “cannabinoids” OR “cannabidiol” OR “tetrahydrocannabinol” OR “THC”

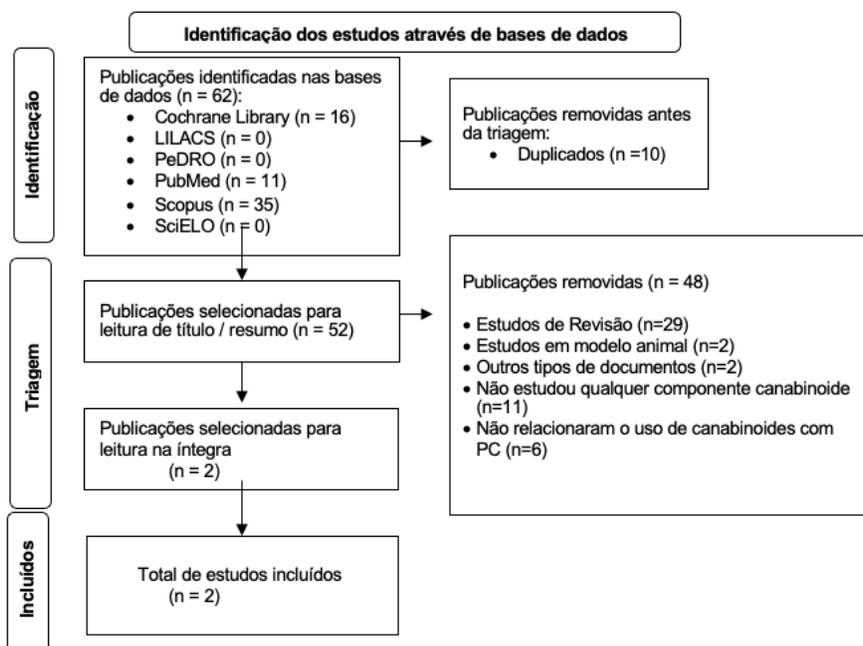
Seleção dos estudos

Os estudos identificados na busca das bases de dados foram analisados por dois revisores independentes (G.M.C) e (L.F.O) e selecionados com base nos critérios de inclusão. Sem restrições quanto ao ano de publicação ou idioma.

RESULTADOS

A estratégia de busca identificou 62 estudos, dos quais, 16 foram identificados pela Cochrane, 11 foram identificados pelo PubMed e 35 pela Scopus, as demais bases de dados não retornaram resultados. Inicialmente, foram excluídos dez títulos duplicados, resultando em 52 referências. Após a leitura de título e resumo, 48 estudos foram excluídos, sendo 29 revisões, 2 estudos experimentais em modelo animal, 1 comentário, 1 editorial, 11 artigos não estudaram qualquer componente canabinoide e 6 artigos não relacionaram o uso de canabinoides com a PC. No total, 2 estudos foram selecionados para a leitura na íntegra e preencheram os critérios de inclusão do estudo, sendo selecionados para a análise final. O fluxograma da seleção dos estudos encontra-se na Figura 3.

Figura 3 - Fluxograma de seleção dos estudos avaliados nas diferentes bases de dados.



Foram incluídos 2 estudos (Fairhurst *et al.*, 2020; Libzon *et al.*, 2018). Ambos os estudos se trataram de ensaios clínicos randomizados. A tabela 1 apresenta as principais características dos estudos incluídos na pesquisa.

Autor (Ano)	Participantes	Duração do estudo	Tipo de intervenção	Principais resultados	Efeitos colaterais observados
Fairhurst <i>et al.</i> (2020)	Total = 72 GI = 47 GC = 25	12 semanas	GI = Nabiximol em Spray GC = Placebo	Não houve diferença no escore de espasticidade entre o grupo intervenção e grupo placebo e nenhuma diferença significativa foi encontrada nos desfechos secundários investigados entre os grupos.	Regurgitações, vômitos, nasofaringite e baixa qualidade do sono foram efeitos em alguns pacientes do GI. Constipação intestinal foi um efeito colateral encontrado em alguns pacientes do GC.
Libzon <i>et al.</i> (2018)	Total = 25 G1 = 14 G2 = 11	5 meses	G1 = Óleo enriquecido a 5% de cannabis 6:1 (razão CBD/THC) G2: Óleo enriquecido a 5% de cannabis 20:1 (razão CBD/THC)	Houve uma melhora significativa na espasticidade e qualidade de vida na população de ambos os grupos em comparação ao início da pesquisa. O grupo 6:1 também apresentou melhorias na função motora grossa na posição deitada e na qualidade do sono, enquanto o grupo 20:1 apresentou melhorias na distonia e funcionamento intestinal.	Alterações comportamentais e agravamento de convulsões em indivíduos com convulsões parcialmente controladas no início da intervenção, no entanto, não houve agravamento na atividade epilética no EEG

Legenda: GI = Grupo Intervenção; GC = Grupo controle; EEG = Eletroencefalograma
Fonte: Autoria própria

No total, participaram 97 indivíduos, os quais 25 eram do estudo de Libzon *et al.* (2018) e 72 do estudo de Fairhurst *et al.* (2020).

Quanto ao tempo de seguimento dos estudos, o estudo de Fairhurst *et al.* (2020) teve uma duração de 12 semanas, enquanto o estudo de Libzon *et al.* (2018) teve a duração de 5 meses.

Em relação à intervenção dos estudos, o estudo de Libzon *et al.* (2018) procurou comparar a eficácia de duas formulações de óleo 5% com concentrações diferentes de THC e CBD, para isso, os participantes foram divididos em dois grupos que receberam uma das formulações. O primeiro produto possuía uma proporção de canabidiol para THC de 6:1 (quantidade mais elevada de THC), enquanto o segundo produto possuía uma proporção de canabidiol para THC de 20:1 (quantidade mínima de THC).

Por outro lado, o estudo de Fairhurst *et al.* (2020) buscou investigar a eficácia de medicamento canabinoide nabiximol em spray comparado a placebo em seus participantes.

Quanto aos desfechos avaliados dos estudos, o artigo de Fairhurst *et*

al. (2020) avaliou a espasticidade, qualidade de sono, dor musculoesquelética, conforto, qualidade de vida, depressão e habilidades funcionais dos pacientes. No estudo de Libzon *et al.* (2018) foram avaliados a distonia, espasticidade, funcionalidade, humor, sono, apetite, constipação, dor, bem como resultados de eletrocardiogramas, eletroencefalograma e exames sanguíneos.

Os resultados do estudo de Fairhurst *et al.* (2018) mostraram não haver diferença entre os pacientes do grupo intervenção e grupo controle no quesito de espasticidade, nem houve diferença significativa em relação aos desfechos secundários de dor, qualidade do sono, qualidade de vida e conforto dos pacientes do estudo.

Por outro lado, o estudo de Libzon *et al.* (2018) mostrou diferenças entre os grupos de intervenção, com melhora significativa no aspecto da espasticidade e qualidade de vida em ambos os grupos, além de outros desfechos secundários avaliados como função motora grossa na posição deitada e qualidade de sono que aumentaram no grupo 6:1 e melhora na distonia e funcionamento intestinal no grupo 20:1.

Por outro lado, os estudos relataram ter havido efeitos colaterais na utilização do medicamento, dentre os quais, Fairhurst *et al.* (2020) relatou regurgitações, vômitos, nasofaringite e baixa qualidade do sono em alguns pacientes do GI, assim como constipação intestinal foi um efeito colateral encontrado em alguns pacientes do GC.

Libzon *et al.* (2018), por sua vez, encontraram efeitos colaterais relacionados a alterações comportamentais e agravamento de convulsões em indivíduos com convulsões parcialmente controladas no início da intervenção, no entanto, não houve agravamento na atividade epilética no EEG.

As tabelas 2 e 3 representam as tabelas originais de características dos participantes dos estudos de Fairhurst *et al.* (2020) e Libzon *et al.* (2018), respectivamente.

Quanto à caracterização dos participantes, ambos os estudos contaram com a participação de crianças de ambos os sexos de até 18 anos, Libzon *et al.* (2018) incluiu crianças de 1 a 18 anos diagnosticadas com distúrbios motores complexos com predominância de distonia, espasticidade ou ambos, enquanto Fairhurst *et al.* (2020) incluíram crianças de 8 a 18 anos com espasticidade devido a paralisia cerebral ou lesão traumática não progressiva do sistema nervoso central.

Tabela 1 - Tabela traduzida de características dos participantes originais do estudo de Fairhurst *et al.* (2020)

Característica	Nabiximols (n=47)	Placebo (n=25)
Sexo, n (%)		
Masculino	29 (61.7)	15 (60.0)
Feminino	18 (38.3)	10 (40.0)
Etnia, n (%)		
Branco	42 (89.4)	21 (84.0)
Negro	1 (2.1)	1 (4.0)
Asiático	1 (2.1)	2 (8.0)
Outros	3 (6.4)	1 (4.0)
Idade (a:me)	12:7 (3:4)	11:11 (2:5)
Altura (m)	1.34 (0.185)	1.34 (0.160)
Peso (kg)	34.0 (14.6)	31.3 (10.2)
IMC (kg/m ²)	18.2 (4.78)	17.1 (3.55)
Paralisia cerebral, n (%)	43 (91.5)	21 (84.0)
Lesão traumática SCN, n (%)	4 (8.5)	4 (16.0)
Tempo desde o diagnóstico (a:me)	10:4 (4:3)	10:6 (3:7)
Nível GMFCS, n (%)		
III	1 (2.1)	0
IV	10 (21.3)	10 (40.0)
V	36 (76.6)	15 (60.0)

índice de massa corporal; SNC, sistema nervoso central; GMFCS, Sistema de Classificação da Função Motora Grossa.

Fonte: adaptado de Fairhurst *et al.* (2020).

Tabela 2 - Tabela traduzida de características dos participantes originais do estudo de Libzon *et al.* (2018)

Medida	Grupo 6:1	Grupo 20:1	Valor P
Idade	7.15+4.63	5.71+4.97	.46
Média THC, mg/d (visita 7)	6.27+7.20	3.67+3.61	.32
Média CBD, mg/d (visita 7)	38+43.67	91.75+69.11	.06
Média THC, mg/kg/d (visita 7)	0.61+0.69	0.28+0.24	.22
Média CBD, mg/kg/d (visita 7)	3.73+4.18	5.53+4.85	.42
THC absoluto, mg/d	14.85	10.50	
CBD absoluto, mg/d	90	210	
THC máximo, mg/kg/d	1.78	0.76	
CBD máximo, mg/kg/d	10.79	15.22	
Sexo feminino, %	35.7	36.4	.97
Diagnóstico, %, PC/G	71.4/28.6	81.8/18.2	.55
GMFCS, %			.51
3	7.10	0.00	
4	21.40	36.40	
5	71.40	63.60	
TA, %	21.4	27.3	.73

Legenda: CBD = cannabidiol; THC = d-9-tetrahydrocannabinol; PC = Paralisia Cerebral; TA = Tubo de alimentação; G= Síndrome neurogenética; GMFCS = Sistema de Classificação da Função Motora Grossa.

Fonte: adaptado de Libzon *et al.* (2018).

DISCUSSÃO

A paralisia cerebral é um transtorno motor não progressivo que se origina no cérebro em desenvolvimento, que pode levar à espasticidade nos indivíduos acometidos. A espasticidade, por sua vez, se não tratada, pode levar à diminuição da qualidade de vida do indivíduo, devido a diversos fatores que são comprometidos concomitantemente, tais como o comprometimento da mobilidade, contraturas, deformidades, dor, entre outros (Bhimani; Anderson, 2014; Lance, 1990). Assim, a busca por possíveis tratamentos para a espasticidade tem sido intensa para melhorar a qualidade de vida desses pacientes.

A utilização de canabinoides como tratamento para a espasticidade vem sendo estudada desde o início da década de 80 (Petro; Ellenberger, 1979 apud Petersen, 1980). No entanto, a concentração das áreas de pesquisa vem sendo focadas em indivíduos com espasticidade em indivíduos adultos com desordens neurológicas de origem espinal ou relacionadas à esclerose múltipla (Petro; Ellenberger, 1981). A utilização desse medicamento como intervenção para espasticidade em pacientes com PC foi pouco estudada até então. De fato, mesmo que os estudos incluídos na pesquisa tenham tido a intervenção em pacientes com PC, ambos apresentaram o objetivo de verificar medicamentos à base de canabinoides na espasticidade em desordens de movimento pediátricas de maneira geral, não focando exclusivamente na paralisia cerebral.

Outro fator marcante é que mesmo que o foco do presente estudo não tenha sido em pacientes pediátricos, os estudos encontrados focaram em crianças até dezoito anos.

Assim, o presente estudo buscou analisar a eficácia dos resultados obtidos por tratamento de canabinoides em espasticidade em indivíduos com paralisia cerebral.

A teoria para a diminuição da espasticidade através de medicamentos à base de canabinoides se dá através da estimulação do sistema endocanabinoide, que é responsável por uma sinalização retrógrada que se inicia do neurônio pós-sináptico em direção aos terminais pré-sinápticos, capaz de inibir canais de cálcio sensíveis à voltagem e estimular canais de potássio retificadores internos, fazendo um papel de feedback negativo na condução nervosa (Lu; Mackie, 2021).

Os resultados dos estudos encontrados foram conflitantes, com uma das pesquisas (Libzon *et al.*, 2018) apresentando melhora enquanto a outra (Fairhurst *et al.*, 2020) mostrou não ter havido diferença entre os grupos

intervenção e controle. Diversos fatores podem estar envolvidos com a diferenças nos resultados.

Primeiramente, apesar de ambas as pesquisas serem um ensaio clínico randomizado, o estudo de Libzon *et al.* (2018) não apresentou nenhum grupo controle para comparação, o que consistiu em dois grupos intervenção com formulações distintas em concentração de componentes de CBD/THC entre os grupos. Por outro lado, a pesquisa de Fairhurst *et al.* (2020) contou com participantes em um grupo intervenção e um grupo controle que recebeu placebo. De forma geral, essas diferenças no desenho dos estudos podem ter sido responsáveis pelos diferentes resultados, como a primeira pesquisa supracitada não apresentava um grupo controle para comparação, não se pode descartar o tempo ou o efeito placebo como causa da melhora dos sintomas dos pacientes.

Em segundo lugar, os canabinoides possuem um perfil farmacocinético altamente variável, que difere entre as formulações, portanto, uma variável importante para a eficácia do medicamento é a via de ingestão. O Nabiximol é um extrato derivado de cannabis em formato de spray que contém quantidades quase iguais de THC e CBD, no qual, em 100 µL são fornecidos aproximadamente 2,7 mg de THC, 2,5 mg de CBD e componentes canabinóides e não canabinóides adicionais para a mucosa sublingual ou oral. Este medicamento foi a forma de intervenção do estudo de Fairhurst *et al.* (2020), no qual os indivíduos não poderiam ultrapassar 12 borrifadas por dia.

Já no estudo de Libzon *et al.* (2018), a administração foi feita a base de óleo, que deveria ser ingerido com um conta gotas inicialmente 3 vezes por dia, isso foi gradualmente aumentado até atingir uma dose máxima de 15 mg de THC por dia. Do ponto de vista terapêutico, a ingestão oral a base de óleo pode acarretar efeitos medicamentosos mais duradouros e com baixa toxicidade, por conta de uma absorção mais lenta, demonstrando maior biodisponibilidade nesse tipo de formulação (Poyatos *et al.*, 2020).

Em terceiro lugar, uma das dificuldades desse sistema pode se dar pela necessidade de encontrar a quantidade de formulação correta do THC e CBD, visando oferecer o melhor efeito terapêutico possível e diminuir efeitos colaterais indesejados, assim, as diversas possibilidades de concentrações diferentes desses componentes nas formulações de produtos de cannabis medicinal podem acarretar diferenças nas suas propriedades farmacológicas (Bilbao; Spanagel, 2022).

Isso fica exemplificado através do estudo de Libzon *et al.* (2018), que buscou comparar a utilização de duas diferentes formulações de óleo a base de cannabis, com concentrações de CBD/THC diferentes entre si. Dentro do mesmo estudo, houveram desfechos secundários diferentes entre os pacientes que receberam cada tipo de medicamento, no qual, o grupo que ingeriu maior concentração de THC (Grupo 6:1) apresentou melhorias na função motora grossa na posição deitada e na qualidade do sono, enquanto

o grupo que ingeriu menor quantidade de THC (Grupo 20:1) apresentou melhoria nos questionários e escalas de distonia e funcionamento intestinal.

Dentre os achados dos estudos, a utilização de canabidiol não apresentou melhorias em relação a nenhum desfecho, seja ele a espasticidade ou possíveis desfechos secundários investigados no estudo de Fairhurst *et al.*, (2020). Em adição aos achados, a utilização de medicamento em spray a base de cannabis acarretou efeitos colaterais a alguns participantes como regurgitações, vômitos, nasofaringite e baixa qualidade de sono. Por outro lado, indivíduos alocados no grupo placebo também tiveram a apresentação de alguns desses efeitos adversos, mas principalmente apresentaram constipação intestinal. Devido ao exposto, não se pode, portanto, descartar a hipótese da possibilidade de efeitos nocivos nos participantes da pesquisa (Rodrigues *et al.*, 2022).

Em contrapartida, no estudo de Libzon *et al.* (2018), houve a melhora de aspectos relacionados à espasticidade e qualidade de vida na população de ambos os grupos da pesquisa, além de melhorias específicas em cada grupo. De maneira geral, os efeitos adversos relatados foram principalmente relacionados a alterações comportamentais, além de agravamento de convulsões em dois indivíduos com convulsões parcialmente controladas no início da intervenção, no entanto, não foi encontrado agravamento da atividade epilética no eletroencefalograma desses pacientes ao comparar o final e início da pesquisa.

Dentro do explicitado, não se pode descartar a hipótese de que a diferente farmacocinética e biodisponibilidade dos componentes dos medicamentos à base de cannabis que ainda têm sido investigados, através de diferentes formulações e vias de ingestão, são responsáveis pelos diferentes desfechos da espasticidade, bem como desfechos secundários e efeitos colaterais dos pacientes.

CONCLUSÃO

Não há evidências científicas suficientes que permitam afirmar o real benefício da intervenção à base de canabinoides no tratamento da espasticidade em pacientes neurológicos com paralisia cerebral. Faz-se então necessário que haja novos estudos para se definir fatores como a real dosagem, tempo de intervenção e tempo para o início da terapia, para que seja de fato possível obter uma boa análise clínica do ponto de vista funcional e prognóstico a longo prazo nesses pacientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, M. R.; ALI, D. W. Pharmacology of Medical Cannabis. **Advances in experimental medicine and biology**, [s.l.], v. 1162, p. 151–165, 2019.

BERNE, R. M.; LEVY, M. N. (Ed.). **Fisiologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

BHIMANI, R.; ANDERSON, L. Clinical Understanding of Spasticity: Implications for Practice. **Rehabilitation Research and Practice**, United States, v. 2014, p. 1–10, 2014.

BILBAO, A.; SPANAGEL, R. Medical cannabinoids: a pharmacology-based systematic review and meta-analysis for all relevant medical indications. **BMC medicine**, v. 20, n. 1, p. 259, 2022.

BOEHNKE, K. F.; HÄUSER, W.; FITZCHARLES, M. A. Cannabidiol (CBD) in Rheumatic Diseases (Musculoskeletal Pain). **Current Rheumatology Reports**, United States, v. 24, n. 7, p. 238-246, 2022.

Centers for Disease Control and Prevention. **Cerebral Palsy**, 2022. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/ncbddd/cp/index.html>>. Acesso em: 18 de abr. 2023

CHAYASIRISOBHON, S. Mechanisms of Action and Pharmacokinetics of Cannabis. **The Permanente journal**, United States, v. 25, p. 1–3, 2020.

CRISTINO, L.; BISOGNO, T.; DI MARZO, V. Cannabinoids and the expanded endocannabinoid system in neurological disorders. **Nature Reviews Neurology**, England, v. 16, n. 1, p. 9-29, 2020.

CROCQ, M. A. History of cannabis and the endocannabinoid system. **Dialogues in Clinical Neuroscience**, England, v. 22, n. 3, p. 223–228, 2020.

Descritores em Ciências da Saúde: **Descritores em Ciências da Saúde**. 2023. ed. rev. e ampl. São Paulo: BIREME / OPAS / OMS, 2017. Disponível em: <http://Descritores em Ciências da Saúde.bvsalud.org>. Acesso em: 02 de maio 2023.

EBBERT, J. O.; SCHARF, E. L.; HURT, R. T. Medical Cannabis. **Mayo Clinic Proceedings**, England, v. 93, n. 12, p. 1842-1847, 2018.

ELSOHLY, M. A. *et al.* Phytochemistry of Cannabis sativa L. **Progress in the chemistry of organic natural products**, Austria, v. 103, p. 1-36, 2017.

FAIRHURST, C. *et al.* Efficacy and safety of nabiximols cannabinoid medicine for paediatric spasticity in cerebral palsy or traumatic brain injury: a randomized controlled trial. **Developmental medicine and child neurology**, [s.l.], v. 62, n. 9. p. 1031–1039, 2020.

FILIPPINI, G. *et al.* Cannabis and cannabinoids for symptomatic treatment for people with multiple sclerosis. **Cochrane Database of Systematic**, England, v. 5, n. 5, p. CD013444, 2022.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, M. S. *et al.* Cannabidiol: A potential new alternative for the treatment of anxiety, depression, and psychotic disorders. **Biomolecules**, Switzerland, v. 10, n. 11, p. 1–34, 2020.

GRAHAM, H. K. *et al.* Cerebral palsy. **Nature Reviews Disease Primers** Nature Publishing Group, England, v. 2, p. 150827, 2016.

GULATI, S.; SONDHI, V. Cerebral Palsy: An Overview. **Indian Journal of Pediatrics**, India, 85, 1006–1016, 2018.

ISLAS-ANDRADE, S. *et al.* Cannabinoids and their therapeutic use. **Gaceta de México**, Mexico, v. 159, n. 1, p. 1-2, 2023.

ISMAIL, A. *et al.* The economic burden and determinant factors of parents/caregivers of children with cerebral palsy in malaysia: A mixed methods study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Switzerland, v. 19, n. 1, p. 475, 2022.

JACQUELIN, P. B. *et al.* Interventional Approaches to Pain and Spasticity Related to Cerebral Palsy, **Psychopharmacology bulletin**, United States, v. 50, p. 108-120, 2020.

KELES, K. C. S.; ATES, F. Botulinum Toxin Intervention in Cerebral Palsy-Induced Spasticity Management: Projected and Contradictory Effects on Skeletal Muscles. **Toxins**, Switzerland, v. 14, n. 11, p. 772, 2022.

LAFAYE, G. *et al.* Cannabis, cannabinoids, and health. **Dialogues in Clinical Neuroscience**, England, v. 19, n. 3, p. 309–316, 2017.

LANCE, J. W. What is spasticity? **The Lancet**, England, v. 335, n. 8689, 1990.

LEE, G. *et al.* Medical Cannabis for Neuropathic Pain. **Current Pain and Headache Reports**, United States, v. 22, n. 1, 2018.

LI, X.; ARYA, K. **Athetoid Cerebral Palsy**. [Updated 2022 Sep 26]. In: StatPearls [Internet]. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing; 2023 Jan-. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK563160/>. Acesso em: 28 de abr. 2023.

LIBZON, S. *et al.* Medical Cannabis for Pediatric Moderate to Severe Complex Motor Disorders. **Journal of child neurology**, United States, v. 33, n. 9, p. 565–571, 2018.

LU, H. C.; MACKIE, K. Review of the Endocannabinoid System. **Biological Psychiatry: Cognitive Neuroscience and Neuroimaging**, United States, v. 6, n. 6, p. 607–615, 2021.

LUCAS, C. J.; GALETTIS, P.; SCHNEIDER, J. The pharmacokinetics and the pharmacodynamics of cannabinoids. **British Journal of Clinical Pharmacology**, England, v. 84, n. 11, p. 2477–2482, 2018.

MATHEWSON, M. A.; LIEBER, R. L. Pathophysiology of Muscle Contractures in Cerebral Palsy. **Physical Medicine and Rehabilitation Clinics of North America**, England, v. 26, n. 1, p. 57–67, 2015.

MCINTYRE, S. *et al.* Global prevalence of cerebral palsy: A systematic analysis. **Developmental Medicine and Child Neurology**, England, v. 64, n. 12, p. 1494–1506, 2022.

MONBALIU, E. *et al.* Clinical presentation and management of dyskinetic cerebral palsy. **The Lancet Neurology**, England, v. 16, n. 9, p. 741–749, 2017.

MORRIS, C. Definition and classification of cerebral palsy: A historical perspective. **Developmental Medicine and Child Neurology Supplement**, England, v. 109, p. 3–7, 2007.

MUKHERJEE, A.; CHAKRAVARTY, A. Spasticity mechanisms - for the clinician. **Frontiers in Neurology**, Switzerland, v. 1, p. 149, 2010.

NOVAK, I. *et al.* Early, accurate diagnosis and early intervention in cerebral palsy: Advances in diagnosis and treatment. **JAMA Pediatrics**, United States, v. 171, n. 9, p. 897–907, 2017.

OSHIRO, C. A.; CASTRO, L. H. M. Cannabidiol and epilepsy in Brazil: a current review. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, Brasil, v. 80, p. 182–192, 2022.

PAUL, S. *et al.* A Review on Recent Advances of Cerebral Palsy. **Oxidative Medicine and Cellular Longevity**, United States, v. 2022, 2022.

PETERSEN, R. C. **Marijuana Research Findings**, 1980. Department of Health and Human Services, Public Health Service, Alcohol, Drug Abuse, and Mental Health Administration, National Institute on Drug Abuse, Division of Research, 1980.

PETRO, D. J.; ELLENBERGER, C. Treatment of human spasticity with delta 9-tetrahydrocannabinol. **Journal of clinical pharmacology**, [s.], n. 21, v. S1, p. 413S–416S, 1981.

PISCITELLI, D. *et al.* Measurement properties of the Gross Motor Function Classification System, Gross Motor Function Classification System-Expanded & Revised, Manual Ability Classification System, and Communication Function Classification System in cerebral palsy: A systematic review with meta-analysis. **Developmental Medicine & Child Neurology**, England, v. 63, n. 11, p. 1251–1261, 2023.

POYATOS, L. *et al.* Oral Administration of Cannabis and Δ -9-tetrahydrocannabinol (THC) Preparations: A Systematic Review. **Medicina**, Switzerland, v. 56, n. 6, p. 309, 23 jun. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3390/medicina56060309>>.

RETHLEFSEN, S. A.; RYAN, D. D.; KAY, R. M. Classification systems in cerebral palsy. **Orthopedic Clinics of North America**, United States, v. 41, n. 4, p. 457-467, 2010.

RODRIGUES, B. A. *et al.* Nocebo effect in health communication: how to minimize it?. **Revista CEFAC**, Brasil, v. 24, n. 4, p. e3022, 2022.

SÁINZ-PELAYO, M. P. *et al.* Espasticidad en la patología neurológica. Actualización sobre mecanismos fisiopatológicos, avances en el diagnóstico y tratamiento. **Revista de neurologia**, Barcelona, v. 70, n. 12, p. 453-460, 2020.

SAITO, V. M.; WOTJAK, C. T.; MOREIRA, F. A. Exploração farmacológica do sistema endocanabinoide: novas perspectivas para o tratamento de transtornos de ansiedade e depressão? **Brazilian Journal of Psychiatry**, Brasil, v. 32, p. 57–514, 2010.

SEYYAR, G. K.; ARAS, B.; ARAS, O. Trunk Control in Children With Ataxic Cerebral Palsy. **Perceptual and Motor Skills**, United States, v. 126, n. 5, p. 815–827, 2019.

SHIH, S. T. F. *et al.* Economic evaluation and cost of interventions for cerebral palsy: a systematic review. **Developmental Medicine and Child Neurology**, England, v. 60, n. 6, p.543-558, 2018.

TROMPETTO, C. *et al.* Pathophysiology of spasticity: Implications for neurorehabilitation. **BioMed Research International**, United States, v. 2014, 2014.

UPADHYAY, J.; TIWARI, N.; ANSARI, M. N. Cerebral palsy: Aetiology, pathophysiology and therapeutic interventions. **Clinical and Experimental Pharmacology and Physiology**, Australia, v. 47, n. 12, p. 1891–1901, 2020.

VITRIKAS, K.; D. H. Cerebral palsy: An Overview. **American Family Physician**, United States, v. 101, n. 4, p. 213–220, 2020.

WIMALASUNDERA, N.; STEVENSON, V. L. Cerebral palsy. **Practical Neurology**, England, v. 16, n. 3, p. 184–194, 2016.

ZHOU, J.; BUTLER, E. E.; ROSE, J. Neurologic correlates of gait abnormalities in cerebral palsy: implications for treatment. **Frontiers in Human Neuroscience**, [s./], v.11, n.103, p. 1-20, 2017.

CAPÍTULO 20

QUANDO O AMOR VIRA ÓDIO: ANÁLISE PSICO-SOCIOJURÍDICO DOS CRIMES PASSIONAIS

Ana Claudia Siqueira

Graduanda em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (2021).
Trabalho de Curso (Graduação em Direito) – Curso de Direito.

Franco Guerino De Carli

Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (2008). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2020). Diretor Mato Grosso do Sul da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas. Advogado - SENER E DE CARLI ADVOGADOS, pesquisador e professor de graduação e pós-graduação na Universidade Católica Dom Bosco.

José Manfroí

Mestrado em Educação pela UFMS. Doutorado em Educação pela UNESP, Campus de Marília/SP. Professor, pesquisador, orientador na Universidade Católica Dom Bosco desde 1991.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A paralisia cerebral é um grupo de transtornos motores não O presente trabalho tem por objetivo estudar os crimes passionais¹ e a psicologia aplicada aos motivos relevantes que levam um indivíduo a tirar a vida de outrem, as influências para seu acontecimento, analisando os aspectos jurídico e criminológico. Inicialmente, definiremos o que seja os crimes passionais e os elementos que o norteiam, exemplificando com o estudo de casos reais de grande relevância para a sociedade brasileira. O caso em tela, é uma expressão utilizada para nomear os homicídios cometidos por intensa paixão e violenta emoção, tanto homens como mulheres podem cometer esse delito, mas em sua grande maioria, elas são vítimas. Analisaremos os aspectos gerais dos homicídios, seus motivadores, os sentimentos que movem a pessoa a praticar o homicídio, até a sua penalidade, as causas de diminuição de pena, assim como as excludentes, também sobre a legítima defesa da honra, entre outros. O estudo busca a tese

¹ Crimes passionais são aqueles que resultam de um relacionamento em que a paixão humana se sobrepõe ao amor verdadeiro. Pode ser de relações heterossexuais ou homo afetivas, desde que haja, como elemento básico, o sentimento de paixão pelo outro

qualitativa, com o uso de material bibliográfico dos casos ocorridos referente ao crime, artigos científicos e internet. Apresentar o conceito do crime e compreender a real motivação, de forma clara delimitando os homicídios provenientes de relacionamentos amorosos.

Palavras-Chave: Crimes Passionais; Homicídios; Emoção e Paixão; Amor e Ódio; Direito Penal;

INTRODUÇÃO

No Brasil, existem muitos casos de crimes passionais, conduta motivada pela intensa emoção, motivo esse em que a pessoa se sente com seu ego ferido, por conta de uma traição, abandono de seu parceiro (a), rejeição. Ao cometer o crime, alegam que amavam demais, e não poderia ver seu amado (a), sendo de mais ninguém, nem mesmo dele.

Abordaremos os sentimentos que permeiam essa agressividade, sendo eles o amor, paixão, emoção, ódio, sentimentos esses que faz gerar uma obsessão, sendo capaz de infringir lei e seu bem tutelado, que é a vida.

Um sentimento tão nobre e puro como o amor, pode se transformar em ódio ao ponto de ser capaz de tirar a vida de alguém? Quando esse sentimento se transforma em perda o desejo de vingança projeta uma atitude criminosa, e para se saciar, executa a pessoa amada, perdendo sua racionalidade.

Nosso Código Penal não define o que seja “crime passional”, também não há previsão, portanto é necessário fazer um estudo aprofundado de maneira mais justa para se aplicar uma decisão.

É necessário compreender o motivo do agente, podendo contribuir para examinar um aumento ou diminuição de pena, vendo a possibilidade de se enquadrar nos homicídios privilegiados ou qualificados.

Para melhor compreensão, o trabalho foi dividido em quatro capítulos conceituando melhor a abordagem do tema e explanando o perfil do homicida, o que move o homicídio e alguns exemplos de casos reais que já existiram e tiveram uma grande repercussão.

O primeiro capítulo será a conceituação e seus aspectos; o seguinte é abordado seus motivadores e seus fundamentos, a análise aplicada a psicologia de um homicida e para fechar, veremos os tipos de homicídios e causas de excludentes.

A pesquisa é realizada de forma bibliográfica e teórica, tendo bases em autores, fontes primárias e secundárias, como alicerce principal o livro da Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo Luiz Nagib Eluf, *A paixão no banco dos réus*, além da internet. Janeiro. 1992, p. 237-250.

Portanto, o objetivo desse trabalho será demonstrar que uma pessoa pode cometer um crime influenciado por emoção, e que a lei está

respaldada para assegurar sua penalidade, ressaltando a primazia do direito à vida.

CRIMES PASSIONAIS

O homicídio passional é uma expressão utilizada para nomear crimes cometidos por “intensa paixão”, apresentando ciúmes patológicos, baixa autoestima, insegurança, possessividade, não demonstrando empatia ao parceiro (a), não se importando com os sentimentos do outro, são pessoas egoístas, apresentando no decorrer do relacionamento práticas abusivas e agressivas antes de acontecer o assassinato, como violência moral, física, sexual, psicológica, até chegar ao inevitável.

Os crimes passionais reproduzem a história do homem, é uma dinâmica em que pessoas em um determinado momento são vítimas de uma ruptura, e então conduzidos por intensa emoção e privados dos sentidos, cometem a violência. Se origina através de uma traição, movido a paixão, pelos ciúmes, posse, aliançados pela inaptidão do fim do relacionamento.

Antes de falarmos do crime passional, precisamos entender o que é a violência, para a Organização Mundial de Saúde, caracteriza-se pelo uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2002).

É um crime composto de agressões físicas e psíquicas movido pelo sentimento, pois há relação afetiva entre as partes, que pode ser sexual ou não, onde se dá o término de uma vida, levado por uma violenta emoção. É mobilizado pela impulsividade e pela aberração do estado emocional, então a pessoa em detrimento de qualquer razão, é movida por um ciúme doentio, geralmente patológico, cometendo atos que depois de feitos, vira uma reflexão, com a justificativa de que amava demais.

Em se tratando de crimes passionais, Branco (1975, p. 203-204) defende que:

Nos delitos passionais, por sua vez, se examinados em profundidade, verifica-se que a vítima sempre prepara a tragédia, seja porque trai o amante, seja porque rompe a ligação amorosa, sendo então justificada pelo agente do crime. Este, psicologicamente neurótico, está mais do que certo de que não poderia agir de outra forma, pois a vítima merecia tal castigo. Está o assassino tão convencido de sua justiça que se julga perseguido pela ação do poder judiciário criminal.

O agente levado pela violenta emoção, não pensa no que irá ocorrer futuramente, age pelo instinto. Quem comete o crime nessa situação, não tem capacidade e entendimento e autodeterminação anulável para tais sentimentos.

Aspectos gerais do homicídio passional

O crime passional de certa forma, é premeditado, existe uma premeditação do fato, até a ação do feito, nesse caso, a maioria dos casos não é feito por impulso, a pessoa leva algum tempo para planejar, então nesse caso, não se enquadra inteiramente no passional, embora tenha aquele sentimento não correspondido, o passional assume sua autoria, não existe violenta emoção onde há premeditação, sentimentos em excessos podem levar a pessoa a cometer um crime fatal.

O suposto amor que se transforma em morte, o sentimento de posse sobre o outro fazendo com que a pessoa sinta que aquele ser humano é um objeto, uma continuação de si mesmo, encara o mundo dentro dele, é uma pessoa egoísta, narcisista que não consegue dimensionar o mundo de seu parceiro (a), sendo dominador, obsessivo.

O homicídio passional, em sua grande maioria, é comum acontecer contra mulheres, embora exista casos esporádicos contra homens, a cada dez casos de crimes passionais, sete são protagonizados por homens, por esse motivo, surgiu a existência da Lei do Feminicídio. Ofeminicídio é uma modalidade de homicídio que o homem comete embestado de menosprezo, ódio, sentimento de superioridade e posse, constituindo-se com uma extrema violência machista, Oliveira; Santos (2014).

Crimes como estes, nos levam a refletir sobre a real motivação destes atos, a perda da outra pessoa é como se estivesse ferindo o próprio ego, perdendo sua identidade. É evidente que a pessoa que tem uma instabilidade emocional tenha uma pretensão maior de cometer algo desacerbado, pessoas descontroladas pelo emocional não conseguem ter clareza na parte racional.

Culpabilidade

Na década dos anos 70, muitos casos passionais foram absolvidos, pois eram concebidos como uma maneira de lavar sua honra.

O Código Penal brasileiro, diz que é a emoção ou a paixão não exclui a culpabilidade de quem fere ou mata uma outra pessoa. Para o direito penal positivado na norma escrita, não há tratamento específico e mais brando para o homicida passional. A culpabilidade reside numa ligação de natureza psíquica entre o sujeito e o fato criminoso.

Jescheck (apud MIRABETE, 2006, p. 193) esclarece:

[...] do princípio da culpabilidade se depreende que, em primeiro lugar, toda pena supõe culpabilidade, de modo que não pode ser castigado aquele que atua sem culpabilidade (exclusão da responsabilidade pelo resultado) e, em segundo lugar, que a pena não pode superar a medida da culpabilidade (dosagem da pena no limite da culpabilidade).

Em assonância, Capez (2008, p.40) observa:

O homicídio passional, na sistemática penal vigente, não merece, por si só, qualquer contemplação, mas pode revestir-se das características de crime privilegiado desde que se apresentem concretamente todas as condições dispostas no §1º do art. 121 do CP. Desse modo, se o agente flagra sua esposa com o amante e, dominado por violenta emoção, desfere logo em seguida vários tiros contra eles, poderá responder pelo homicídio privilegiado, desde que presentes condições muito especiais. Finalmente, se a emoção ou a paixão estiverem ligadas a alguma doença ou deficiência mental, poderão excluir a imputabilidade do agente.

Assim, só há culpabilidade se o sujeito estivesse em bom estado com seu psicológico, tendo consciência de estruturar e vontade de acordo com o direito (imputabilidade); se o agente estiver em condições que o possibilita a compreender a ilicitude de sua conduta (conhecimento da ilicitude do fato) e verificar se era possível agir de maneira diferente daquela (exigibilidade de conduta diversa), sendo os elementos da culpabilidade. Sendo assim, a culpabilidade é um juízo de reprovação e somente pode ser responsabilizado o sujeito que poderia ter agido em conformidade com a norma penal, mas não o fez.

ELEMENTOS MOTIVADORES DOS CRIMES PASSIONAIS

Todo crime passional é cometido a partir de uma emoção, uma pessoa só se comporta ou se expressa de maneira violenta e agride o outro acreditando que essa reação seja a melhor resposta para solucionar o que está vivendo. Nestes casos, percebem que sua honra, sua moral, seu poder sobre o outro encontra-se prejudicado. A perda de seu companheiro (a) pra outra pessoa, é como se estivesse ferindo seu ego, desvalorizando sua própria identidade.

Estudo de Oliveira e Bressan (2014), verificou que a partir das percepções dos próprios agressores, os principais motivos para o crime foram: “controle sobre a mulher, relacionado a família de origem, traição,

autopercepção, culpa, medo do abandono e perspectiva para o futuro e não o amor.”

A rejeição, autoestima e amor-próprio baixo faz com que o agente queira manipular a vida do outro, querendo que a pessoa se molde a ela, no que se sente confortável, não se preocupando com o conforto e o bem estar de seu parceiro (a), e se a pessoa fizer algo que não está em seu contexto, gera a insegurança.

Na intenção em discorrer os aspectos presentes deste crime, vale ressaltar os elementos subjetivos que o permeiam, sejam eles: Amor, Paixão, Ciúmes e o Ódio.

Amor

Segundo o dicionário Aurélio (2006, p. 118), o Amor é uma emoção ou sentimento que leva uma pessoa a desejar o bem a outrem. Proteger e conservar a pessoa pela qual sinta afeição, devoção extrema.

Esse sentimento tão sublime não está relacionado aos crimes passionais, está relacionado com o desrespeito à liberdade e individualidade do outro. As pessoas não matam por amor, matam por ódio, só o ódio que faz levar alguém a tirar a vida de outra pessoa.

A nossa jurisprudência não diz que o criminoso passional sente amor pela vítima o comete o crime justificando amar. Quem ama não mata. Portanto, o agente não comete essa periculosidade levado a esse sentimento.

Rabinowicz (2007, p. 46) ao tratar do amor, diz existir três formas de amor: o platônico, o afetivo e o sexual.

Sob a ótica da Psicologia, Itagiba (apud ELUF, 2009, p. 134-135) afirma ser overdado amor:

[...] resignação e auto sacrifício, ternura e perdão. Transpira animalidade o amor que assassina, gerado pelo egoísmo paroxístico, da sensualidade bestial, da ameaça da exclusividade da posse, do despique do amante preterido, do ciúme da mulher ofendida na vaidade, da prepotência da concupiscência e do ódio, a que chama sentimento de honra. Nada colhe o argumento de que o crime, na vida dos passionais, é meramente episódico. Esses delinquentes, à verdade, não reincidem. Mas a ameaça de pena exerce intimidação sobre todos. A impunidade açularia, ao revés, o incremento do passionalismo.

Portanto, não existem argumentos plausíveis para que a motivação do crime seja virtude do amor.

Paixão

O dicionário Michaelis (2008, p.1529) define paixão como: “um sentimento forte, como o amor e o ódio; movimento impetuoso da alma para o bem ou para o mal; desgosto, mágoa, sofrimento prolongado.”

O termo passional, vem da palavra paixão, pois é um sentimento ou emoção levado a um alto grau de intensidade, entusiasmo muito vivo, é um termo que designa um sentimento muito forte de atração por uma pessoa, objeto ou tema. A paixão é intensa, envolvente, um entusiasmo ou um desejo forte por qualquer coisa.

Dalgalarro (2008, p. 157) conceitua a paixão como “um estado afetivo extremamente intenso, que domina a atividade psíquica como um todo, captando e dirigindo a atenção e o interesse do indivíduo em uma só direção, inibindo os demais interesses”.

O Crime passional está ligado a paixão, pois a pessoa apaixonada perde a percepção e a visão de muitas coisas, e projeta em cima do outro o que gostaria de ver, e quando sai do que se espera, é onde se inicia o problema, tornando-se prejudicial e doentio.

Eluf (2003, p. 112) expõe:

A paixão não basta para produzir o crime. Esse sentimento é comum aos seres humanos, que, em várias medidas, já o sentiram ou sentirão em suas vidas. Nem por isso praticaram a violência ou suprimiram a existência de outra pessoa. A paixão não pode ser usada para perdoar o assassinato, senão para explicá-lo. É possível entrever os motivos que levam um ser dominado por emoções violentas e contraditórias a matar alguém, destruindo não apenas a vida da vítima, mas, muitas vezes, sua própria vida, no sentido físico ou psicológico. Sua conduta, porém, não perde a característica criminosa e abjeta, não recebe a aceitação social.

[...] a paixão que move a conduta criminosa não resulta do amor, mas sim do ódio, da possessividade, do ciúme ignóbil, da busca da vingança, do sentimento de frustração aliado à prepotência, da mistura de desejo sexual frustrado com rancor. (ELUF, 2009).

A paixão não justifica um crime, e nem deve ser o motivo usado para excluir a culpa de um assassino.

Ciúmes

Segundo o dicionário online, ciúme é o estado emocional complexo que envolve um sentimento penoso provocado em relação a uma pessoa de quem se pretende o amor exclusivo; receio de que o ente amado dedique

seu afeto a outrem; zelo (mais us. no pl.); medo de perder alguma coisa.

Esse sentimento é uma espécie de um ácido emocional que corrói os relacionamentos, minam as autoestimas, desencadeiam relações abusivas, gera espancamentos, podendo levar a prática dos crimes passionais.

Sokoloff (1954, p.23) proclama que a origem do ciúme se encontra na fase inicial da humanidade, com o homem selvagem e primitivo, porém a civilização contemporânea, com todo o seu progresso, não diminuiu, sequer, a intensidade do ciúme, o qual permanece tão enigmático e complexo como o próprio homem.

É a manifestação de um profundo complexo de inferioridade do relacionamento, individualidade afetiva. O ciumento se sente ferido em seu amor-próprio, a pessoa que nutre esse sentimento contrai ansiedade e incerteza, sua segurança depende só do outro.

Diz Eluf, “o ciúme nasce de um profundo complexo de inferioridade; é um sintoma de imaturidade afetiva” (ELUF, 2009). Ainda citando Roque de Brito Alves, “o ciumento considera a pessoa amada mais como ‘objeto’ que verdadeiramente como ‘pessoa’ no exato significado da palavra. Esta interpretação é característica do delinquente por ciúme”.

Todo ser humano, alguma vez na vida já sentiu ciúmes, aquele sentimento de medo a perder a pessoa amada, mas os ciúmes têm que ser moderado, é uma resposta emocional, a faltadele pode gerar u problema, e o excesso dele também.

Existe o ciúme crônico, que traz consigo sentimentos que envolvem e tomam os pensamentos do indivíduo de uma forma tranquila, e temos o ciúme patológico, sendo um sentimento impuro, cego, levando a pessoa ter reações inexplicáveis, tornando-as agressivas, gerando dúvidas sobre o seu parceiro (a), fantasias e pensamentos que a maioria das vezes, não existe.

Cumpramos, neste passo, lição de Almeida e Centeville (2008, p.174):

O ciúme patológico pode ser considerado também uma doença com consequências físicas e psicológicas para ambas as partes, para o ciumento e para a vítima do ciúme. Existem pessoas que passam do limite por medo de perder o bem-amado ou simplesmente por insegurança e falta de confiança em si próprio ou no outro. Então, o ciúme patológico é uma reação complexa porque envolve um largo conjunto de emoções (dor, raiva, tristeza, inveja, medo, depressão e humilhação), pensamentos (ressentimento, culpa, comparação com o rival, preocupação com a imagem, autocomiseração) reações físicas (taquicardia, falta de ar, excesso de salivação ou boca seca, sudorese, aperto no peito, dores físicas) e comportamentos (questionamento constante busca frenética de confirmações e ações agressivas e mesmviolentas).

Por consequência, a pessoa ciumenta faz a vida dele e da pessoa amada um inferno, prejudicando e desestruturando ambos, levando-o a ter loucuras e alucinações, até o acontecimento do passional.

Ódio

Segundo Michaelis, o ódio é a Aversão ou repugnância que se sente por alguém ou por alguma coisa; antipatia, desprezo, enzona, odiosidade: *“Ódio que acaba com a vida não é ódio, é sombra de ódio, é simples e reles antipatia. O verdadeiro é o que passa às outras gerações”* (JAI2).

Nos criminosos passionais, a rejeição leva ao ódio, que gera a violência. O ódio é a vontade de destruir/eliminar algo ou alguém, é a prepotência de querer mudar no outro aquilo que é incapaz de mudar nela mesmo.

É um estado afetivo do ser humano, pode ser compreendido como a paixão, a paixão no sentido daquele tradicional de “patus”, que é um estado de transbordamento das emoções e sentimentos incontrolláveis, um afeto emocional que mobiliza o ser humano a uma reação que é qualificada como agressiva, destrutiva, repulsiva, carrega uma conotação negativa.

Rabinowicz (2007, p.54), ressalva:

Curioso sentimento o que nos leva a destruir o objeto de nossa paixão! Mas não devemos extasiar-se perante o fato; é, antes, preferível deplorá-lo. Porque o instinto de destruição é apenas o instinto de posse exasperado. Principalmente quando a volúpia intervém na sua formação. Porque a propriedade completa compreende, também o *jus abutendi* e o supremo ato de posse de uma mulher é a posse na morte.

Odiamos o que projetamos, o outro se torna um objeto de satisfação narcisista.

De acordo com Sodré et al. (2010, p. 90), “o ódio tende a dominar o amor culminando em um homicídio passional quando é o homem que é traído, visto que este tem na mulher seu objeto sexual e quando a perde para outro se enche de ódio e mata seu objeto de desejo”.

O amor por si só, mesmo o possessivo, não conseguiria chegar ao ponto de tirar a vida de um indivíduo, sendo necessário, portanto, a soma entre o amor e o ódio para se alcançar um resultado doloso.

ANÁLISE PSICO-SOCIOJURÍDICO DOS CRIMES PASSIONAIS

Todo crime é uma fotografia exata e em cores do comportamento do indivíduo, por exemplo, nas multiplicidades de golpes, ferocidade na execução, falta de premeditação, não esconder o cadáver, é um tipo de homicida, mas também existe aquele que mata com apenas um tiro, premedita, esconde o corpo, são tipos diferentes, mas quem manda e determina o comportamento, é o psiquismo.

A pessoa que comete o homicídio passional não sente arrependimento, pois o que ela queria que acontecesse, fez acontecer, a vítima é de mais ninguém, e isso é uma satisfação imensa, pois seu ego não estará mais ferido, mas para a sociedade quer demonstrar que está arrependido, mas não pelo fato de ter matado, mas sim pelo motivo de perder a liberdade, e portodos estar o acusando e chamando de louco.

Assim, Ballone (2005) aduz:

Estes distúrbios são caracterizados pela instabilidade do estado de ânimo com possibilidades de explosões de raiva, ódio, violência ou afeição. A agressão pode ser expressada fisicamente ou verbalmente e as explosões fogem ao controle das pessoas afetadas. Entretanto, tais indivíduos não tem conduta antissocial e, pelo contrário, são simpáticas, bem falantes, sociáveis e educadas quando fora das crises.

Passional é o indivíduo que, pelo exagero de seus sentimentos (amor, honra, ciúme, medo, orgulho, vaidade, inveja etc.), demonstra uma anormalidade psiconeurótica capaz de prejudicar a si próprio e aos demais (BRANCO, 1975, p. 137).

O autor de crime passional possui uma ilimitada necessidade de dominar e uma preocupação exagerada com sua reputação. O horror ao adultério se manifesta claramente, mas não pelo que este último significa para o relacionamento a dois e sim em face da repercussão social que fulmina o homem traído (ELUF, 2003, p. 115-116).

O passional está relacionado ao narcisismo, egocentrismo, ao poder, a posse e ao medo. Muitos casos físicos, psíquicos e morais poderiam ser evitados mediante tratamentos, evitando prejudicar a própria e vida e a do outro.

Quando o amor vira ódio

O suposto amor que se transforma em ódio, causa muita comoção na sociedade e muita emoção na mídia. Quando o amor vira ódio, ele mata! São chamados de crimes passionais. No Brasil, existe alguns casos emblemáticos, por exemplo, o caso da menina Eloá:

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UM CRIME PASSIONAL: BREVE RELATO DOS FATOS:

Em 13 de outubro de 2008, por volta das 13h, Lindemberg Alves Fernandes, de 22 anos, inconformado com o fim do relacionamento, invadiu o apartamento da ex-namorada Eloá Cristina Pimentel, onde a jovem estudava na companhia de três amigos – Nayara Rodrigues da Silva, Iago Vilela e Victor Campos. Após fazer ameaças, o sequestrador libertou os dois rapazes naquela mesma noite. No dia seguinte, Nayara chegou a deixar o local, mas, numa atitude inesperada, retornou ao cativeiro para ajudar nas negociações.

Durante cerca de 100 horas, o país acompanhou o drama das duas jovens que terminou de maneira trágica. O sequestro se arrastou até o início da noite de 17 de outubro, quando a polícia invadiu o apartamento. Acuado, Lindemberg disparou contra as meninas. Eloá morreu com um tiro na cabeça e outro na virilha. Nayara foi atingida no rosto, mas sobreviveu. O crime aconteceu em Santo André, no ABCpaulista.

A ação da Polícia de São Paulo foi questionada. Enquanto o comandante da operação afirmava que invadira o local apenas após ouvir o primeiro disparo do sequestrador, imagens mostravam que Lindemberg só havia atirado depois da entrada dos policiais.

Em 16 de fevereiro de 2012, Lindemberg Alves foi condenado a 98 anos e dez meses de prisão pelos 12 crimes pelos quais foi julgado.

Nesse sentido, conforme Eluf (2015, p. 145): [...] todo homicida passional é determinado; dificilmente alguém o demove da sua obsessão assassina. Por essa razão, a negociação que se estabeleceu durante todo o período de cativeiro não teria chance de prosperar, como não prosperou. Lindemberg não queria dinheiro, não queria garantir sua fuga, não queria proteger sua integridade física. Estava obcecado por matar Eloá.

Outro caso célebre, que foi altamente brutal, é de Angela Diniz, Breve relato:

No dia 30 de dezembro de 1976, a *socialite* mineira Ângela Diniz foi morta a tiros por seu marido, o empresário Raul “Doca” Fernandes do Amaral Street, no balneário de Búzios, no Rio de Janeiro. Doca Street foi condenado a dois anos de cadeia, mas obteve o direito de cumprir a pena em liberdade. A tese da defesa era de que ele teria agido em legítima defesa da honra e “matado por amor”. O argumento gerou polêmica. Militantes feministas organizaram um movimento cujo slogan – “quem ama não mata” –

tornou-se, anos mais tarde o título de uma minissérie da Globo.

Também o caso Yoki, da Elisa Matsunaga, o qual a justificativa foi o amor e o ciúmes:

Caso Marcos Kitano ou caso Yoki, se refere ao homicídio do empresário nipo-brasileiro Marcos Kitano Matsunaga, que ocorreu em 19 de maio de 2012, quando então CEO da empresa alimentícia Yoki, aos 42 anos de idade. O crime foi cometido por sua esposa, Elize Araújo Kitano Matsunaga, quando tinha 30 anos, que confessou tê-lo assassinado com um tiro na cabeça de pistola .380 e esquartejado o seu corpo. A motivação do crime teria sido, segundo ela, a descoberta de uma relação extraconjugal de seu marido.

Segundo Elize, somente ela teria sido responsável pelo crime, descartando a participação de outra pessoa. O caso foi encerrado na madrugada de 5 de dezembro de 2016, quando o juiz Adilson Paukoski proferiu a sentença que a condenou a 19 anos 11 meses e 1 dia de reclusão. Elize foi condenada pelo crime de Homicídio qualificado, previsto nas hipóteses do art. 121, §2º do Código Penal Brasileiro.

Será que quem ama mata? Como uma pessoa em nome do amor se torna um homicida? O assassino nasce ou se torna um? Quem são os inocentes ou culpados? Às vezes, somos apenas seres humanos que levados por circunstâncias alheias, acabamos cometendo atos que ante pareciam ser impensáveis em alguma eventualidade da vida, o agente se descontrola ou não aceita a rejeição da pessoa amada.

Freud deixou isso muito claro: Amor e ódio andam juntos, se estou amando, eu sublimei-o o odiar, se eu não consigo mais amar, por vezes o ódio toma conta, pois ninguém pode dizer que matou por amor, a pessoa ama ou odeia; quando ela mata, é por ódio. A transformação do amor em ódio pode acontecer a qualquer momento e a qualquer lugar.

O Amor se for real, não pode andar junto com o ódio, é algo infinitamente mais profundo, transcendental e real, mas para amar tem que ter a maturidade consciência, algo que não é comum de se encontrar.

Emoção e paixão como doença

O artigo 28, I, do Código Penal, a emoção e a paixão não excluem a responsabilidade penal. Emoção é o estado súbito e passageiro, enquanto a paixão é o sentimento crônico e duradouro. Pode a emoção servir como circunstância atenuante, nos moldes do artigo 65, III, “c”, ou como causa de diminuição de pena, como prescrevem os artigos 121, §1º, e 129, §4º,

ambos do Código Penal. A paixão, no entanto, dependendo do grau e da capacidade de entendimento do agente, pode ser encarada como doença mental (paixão patológica – art. 26, *caput*, CP).

Croce e Croce Júnior (1995, p. 526-527) trazem a maneira como as emoções e as paixões são geradas no organismo humano:

A emoção e a paixão particularmente vívidas são geradas pelo sistema límbico (arquipallium), região cerebral constituída pelo tálamo, hipotálamo, amígdala, hipófise e hipocampo. Com efeito, descargas elétricas no sistema límbico às vezes desencadeiam sintomas semelhantes aos das psicoses ou aos produzidos por drogas psicodélicas ou alucinógenas. [...] Uma parte pelo menos do papel determinante da emoção e da paixão nos sistemas endócrinos límbicos, como a hipófise, a amígdala, o hipotálamo, é proporcionada através de pequenas proteínas hormonais – das quais a mais conhecida é o ACTH (hormônio adrenocorticotrófico) -, que afetam diversas funções mentais, como a retenção visual, a ansiedade e o prazo da atenção. É útil saber que o mau funcionamento do sistema límbico, tanto por hipos quanto por hiper estimulação natural ou artificial, pode produzir a ira, o medo ou um excesso de sentimentalismo, podendo os indivíduos afetados ser tomados erroneamente por loucos, mas que, também, é neles que se forma a violenta emoção a que se refere a lei.

Existem casos de emoções e paixões que devem ser tratados como doenças mentais, conseqüentemente, exclui a imputabilidade, devendo ser conceituado com o código penal em seu art. 26, *caput*.

O primeiro – aspecto moral – atenua o crime ante a consciência normal da sociedade. O segundo – aspecto psiquiátrico- compreende o caso patológico, apesar de sua fugacidade, e teria o valor de uma causa de inimputabilidade, fundada em razões médicas de perturbação grave da vontade e da inteligência (Noronha, 1967, p. 202).

Leon Rabinowicz trata a emoção como nossos instintos egoístas (medo, alegria, ira) ou altruísta (piedade e ternura) feita dos movimentos e das sustações originadas do nosso subconsciente. Sendo assim, os dois caracteres essenciais da emoção são a intensidade e a brevidade. Pelo contrário, a paixão é uma emoção prolongada e intelectualizada, diz o autor.

A emoção é o estado agudo; a paixão, o estado crônico. A paixão é sempre cortada por processos de emoção.

Vale dizer que a emoção e paixão não excluem a inimputabilidade da pena, o fato de estar em uma condição forte ou intensa para uma decisão agressiva criminal de característica ou fundamento de justificativa passional não é atenuante, não sendo argumento para fundamentar uma discussão

para redução ou anulação da pena em função de tratamento. Em sua grande maioria, são imputáveis.

Legítima defesa e honra como causa de excludente

Na nossa sociedade, houve o cultivo da tolerância da traição masculina, as mulheres foram criadas com esse dogma de que a traição advinda de um homem fosse normal, algo natural, onde eles teriam essa liberdade, por muito tempo isso foi aceito pelas mulheres, até começar a ter equiparação desse quadro, onde os homens se sentiam com sua masculinidade ferida.

Segundo Maria Berenice Dias (2010, p. 01):

A chamada legítima defesa da honra foi forjada mediante a ideia de que, se é possível defender a vida, possível é defender a vida interior, que é a honra. [...] A convicção de que a infidelidade da mulher denegria a dignidade do homem acabava por autorizar sua morte, como forma de resguardo do próprio agressor. Assim, durante muito tempo, foram absolvidos todos os que, sentindo-se ultrajados, lavaram a própria honra a sangue.

No mesmo entendimento, Eluf (2003, p. 163) denuncia:

No entanto, sempre esteve claro que a legítima defesa da honra foi um artifício. Os advogados sabiam, perfeitamente, que lei nenhuma no Brasil falava nessa modalidade de legítima defesa, mas os jurados, leigos que são, não iriam decidir com base no texto expresso de lei, mas de acordo com seus valores culturais.

“Honra é atributo pessoal independente de ato de terceiro, donde impossível levar em consideração ser um homem desonrado porque sua mulher é infiel. A simples invocação de infidelidade não dá o direito de o cônjuge traído executar a seu bel – prazer à pena de morte. Alei e a moral não permitem que a mulher prevarique. Mas negar-lhe, por isso, o direito de viver, seria um requinte de impiedade” (TJPR-AC-REL. Luiz Perrotti – RT 473/372).

Todavia, a ementa do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) a seguir alinhavada, os tribunais de forma geral, não reconhecem os pressupostos arguidos pela defesa:

PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA. EXCLUDENTE DE ILCITUDE INEXISTENTE.

ABSOLVIÇÃO

SUMÁRIA.

IMPOSSIBILIDADE

E. QUALIFICADORA DO MOTIVO TORPE E EMBOSCADA. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO. CIRCUNSTÂNCIAS SUFICIENTES PARA CONFIGURAR AS QUALIFICADORAS. IN DÚBIO PRO SOCIETATE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A

alegada legítima defesa da honra não configura causa excludente de ilicitude, de forma que não é apta a propiciar a absolvição sumária do acusado. 2.

A denúncia descreve que o réu matou a vítima porque "ela se negava a reatar o relacionamento amoroso que haviam rompido meses antes, agindo, portanto, por motivo torpe", ou seja, existem fortes indicativos de que essa recusa da vítima levou o acusado a cometer o delito, portanto, motivado pelo sentimento de vingança. 3. À luz do contido na prova dos autos pode-se afirmar que o acusado efetivamente esperou que a vítima passasse por ele para que pudesse colhê-la desprevenida, o que caracteriza, ao menos, indício da qualificadora de emboscada, de modo que, uma vez que existem dúvidas quanto a forma de ação do réu, e como nesta fase vigora o princípio do *in dubio pro societate*, as dúvidas persistentes devem ser dirimidas pelo Tribunal do Júri, órgão constitucionalmente instituído para julgar os crimes dolosos contra a vida. (TJPR – RESE nº 0649058-6. Órgão Julgador: 1ª Câm. Criminal. Rel. Denise Hammerschmidt. Data de julgamento: 01.07.2010).

Portanto, a legítima defesa da honra não é um argumento sólido para justificar os crimes passionais, pois a honra é algo peralíssimo.

CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIO

O termo homicídio na acepção etimológica significa “destruição da vida de um ser humano, provocada por ato voluntário (ação ou omissão) ou involuntário; crime que consiste em tirar a vida de outrem; assassinato” (HOUAISS, 2011).

A vida do homem é o primeiro bem jurídico a ser tutelado, Acquaviva (2008, p.59) classifica o homicídio como:

Do latim *hominis excidium*, o homicídio é a injusta destruição da vida de um ser humano provocada por outro ser humano. A morte da vítima há de ser injusta, em caso contrário seriam homicidas, sujeitos a punição,

aqueles que agem em legítima defesa. A conduta do agente há de ser a causa da morte da vítima.

Ainda neste sentido, em definição, Hungria (1958) considera homicídio como sendo:

(...) o tipo central dos crimes contra a vida e é o ponto culminante na orografia dos crimes. É o crime por excelência. É o padrão da delinqüência violenta ou sanguinária, que representa como que uma reversão atávica às eras primeiras, em que a luta pela vida, presumivelmente, se operava com o uso normal dos meios brutais e animalescos. É a mais chocante violação do senso moral médio da humanidade civilizada.

Vejamos a seguir, os aspectos existentes de homicídios.

Simples

O homicídio simples é o primeiro crime contra vida, é a injusta supressão da vida humana extrauterina, praticado por outra pessoa.

Está previsto no art. 121: “Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos.”

O homicídio simples, em tese, não é objeto de qualquer motivação especial, moral ou imoral, tampouco a natureza dos meios empregados ou dos modos de execução apresenta algum relevo determinante, capaz de alterar a reprovabilidade, para além ou para aquém da simples conduta de matar alguém (BITENCOURT, 2007, p. 43).

O homicídio será “simples” por exclusão, ou seja, quando não se adequar às hipóteses de homicídio “privilegiado” ou “qualificado”.

Qualificado

Considera-se qualificado o homicídio se impulsionado por certos motivos ou se praticado com determinados recursos, com a pena mínima de 12 anos e a pena máxima 30 anos.

Existem qualificadoras de ordem objetivas e subjetivas, as subjetivas são aquelas que dizem a respeito da intenção do agente, ela está ligada ao estado anímico, é o que motiva o agente a praticar o crime, já as objetivas estão ligadas ao fato, ao modo de execução do crime.

As hipóteses de homicídio qualificado estão previstas pelo §2º do artigo 121 do Código Penal. Art. 121.

[...] §2.º Se o homicídio é cometido:

- I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;
 - II – por motivo fútil;
 - III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;
 - IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;
 - V – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.
- Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

O homicídio passional se enquadra no motivo torpe, pelo fato de causar repugnância, desprezo. Um rime totalmente imoral.

Eluf (2008, p. 11) defende que:

É importante mostrar que o homicídio passional, em regra, é qualificado, não privilegiado. Qualificado pelo motivo que é torpe (vingança), pelo uso de recurso que dificulta ou impede a defesa da vítima (surpresa), pelo emprego de meio cruel (vários tiros ou facadas no rosto, no abdome, na virilha). Não é privilegiado porque, na grandemaioria dos casos, o agente não se encontra sob o domínio de violentaemoção logo em seguida a injusta provocação da vítima.

Porém, existe ensinamentos que defende o passional como motivo fútil, por não haver torpeza na conduta, veem futilidade no crime.

Conforme ensina Luiza Najib Eluf (2009, p. 171), “fútil é o mesmo que insignificante, irrelevante, sem importância, de modo que a reação do acusado, ao matar a vítima, afigura-se totalmente desproporcional ao motivo que o levou ao ato”.

Leciona também Guilherme de Souza Nucci (2008, p. 605), “motivo fútil significa que a causa fomentadora da eliminação da vida alheia calcou-se em elemento insignificante se comparado ao resultado provocado”.

“Há casos em que o homicida passional se vê tomado de tamanho ódio que, além do motivo que levou ao crime poder ser considerado torpe ou fútil, ainda há a utilização de meio cruel, como na hipótese da vítima ser morta por numerosos golpes de faca.” (ELUF, 2009, p. 176).

Portanto, pode o ministério público, na fase acusatória utilizar os recursos da qualificadora como motivo torpe ou fútil para sustentação da incriminação, dependendo da situação, pode pedir aumento de pena ou não, das causas agravantes.

Privilegiado

O homicídio privilegiado previsto no art. 121, §1º do Código Penal, quando é praticado sob o domínio de uma compreensível emoção violenta, paixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, que diminuam sensivelmente a culpa do homicida (Caronte), o privilégio é uma situação que torna a pena do homicídio diferente, menor do que a pena do homicídio simples, é um conceito doutrinário, uma vez que, a expressão privilegiada não constana legislação.

O Código penal, em seu art.121, §1, menciona casos de diminuição de pena, podendo o juiz reduzir em 1/3 a 1/6, quando o agente comete o crime por motivo de relevante valor moral, social ou sobre o domínio de violenta emoção, logo em seguida da injusta provocação da vítima, e é esse que encaixa ao tema.

Luiza Nagib Eluf (2009, p. 162) conclui:

A ideia do homicídio privilegiado surgiu de um movimento que tentava dificultar as reiteradas absolvições produzidas pelo Tribunal do Júri que evidente, entendia que este tipo de crime seria uma ideia 15 de justiça. O ícone a frente desta causa seria nada menos que o seletor penalista Roberto Lyra, promotor de justiça.

Essa figura privilegiada serve para situações em que atitudes merecem menor reprovação ou censura, de acordo com o comportamento do homem médio. O estado de ânimo referente ao domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, significa que a pessoa ficou cega, enlouquecida, dominado por uma provocação injusta da vítima, que despertou ira e descontrole emocional.

Passionais

O homicídio passional não possui legislação específica em nosso Sistema Penal. É a falta de controle emocional, a pessoa que comete esse crime está enraivecida pelo outro, por meio de impulso, desprovido da razão, sem medir as consequências viola um bem jurídico que é tutelado por lei, que é a vida.

Segundo Rabinowicz, (2000, p. 68). Existem várias formas para interpretar a “A expressão “homicídio passional”. Na técnica jurídica da expressão significa dizer que é “a conduta de causar a morte de outrem, levado por uma forte paixão ou emoção”, ou seja, o homicídio praticado por ódio, inveja, ciúme ou intenso amor”. O autor ainda menciona que: “A segunda concepção da expressão enquadra-se no campo jurídico penal e nos traz a ideia da conduta do cônjuge traído que, por ciúme ou amor incontrolável ou desvairado, mata o seu cônjuge adúltero ou o amante deste”.

Conforme entendimento de Ferri, (1934, p. 63):

O amor não é a única paixão que qualifica o delito passional, tanto na linguagem jurídica, como na linguagem comum, mas as paixões ligadas à etiologia do crime são: o amor, a honra, a fé religiosa ou a política. Essas, normalmente exercem uma função útil na sociedade e só aberram em determinadas condições mesológicas e antropológicas.

Hungria (apud LEAL, 2005) complementa que o homicídio praticado por quem diz termatado por amor ou por uma paixão incontrollável não deixa de representar uma forma deturpada desta nobre virtude humana, que é o amor.

O homicida passional, como um doente do caráter, pode ser entendido, porém não pode deixar de ser punido. É o que expõe Eluf (2003, p. 112): A paixão não basta para produzir o crime. Esse sentimento é comum aos seres humanos, que, em variáveis medidas, já o sentiram ou sentiram em suas vidas. Nem por isso praticaram a violência ou suprimiram a existência de outra pessoa. A paixão não pode ser usada para perdoar o assassinato, senão para explicá-lo. É possível entrever os motivos que levam um ser dominado por emoções violentas e contraditórias a matar alguém, destruindo não apenas a vida da vítima, mas, muitas vezes, sua própria vida, no sentido físico ou psicológico. Sua conduta, porém, não perde a característica criminosa e abjeta, não recebe a aceitação social.

Portanto, o homicida passional é considerado um doente mental, não tendo controle sobre si, sendo doente e egoísta, não possuindo controle moral sobre suas atitudes, quando falamos em crime passional, vários outros elementos vêm à tona, o Ministério Público denuncia réu como incurso na figura qualificada.

Causa de diminuição de pena

O Código penal, em seu art.121, §1, menciona casos de diminuição de pena “Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço”.

O delito passional devia ser julgado de acordo com dois critérios: a qualidade dos motivos e a personalidade do autor. Estes dois itens deviam ser analisados e eram fundamentais para estabelecer se o criminoso era ou não um passional. O motivo que o levou à ação tinha de ser relevante para a manutenção da ordem moral da sociedade. Se agiu em defesa de princípios, como família e honra, a paixão que o impulsionava se classificava como social e, portanto, era possível a atenuação da pena, diminuindo o tempo de reclusão ou levando a absolvição do criminoso (BORELLI, 2011).

A causa diminuição de pena, denominada violenta emoção, está relacionada com o homicídio passional. A violenta emoção pode ser definida como “a expressão enérgica de um instinto, domínio de emoção repentina e intensa, estado afetivo que produz momentânea e violenta perturbação ao psiquismo do agente” (PÊGO, 2007, p. 39). Se a pessoa se encontra em um estado psíquico fora de si, causando desequilíbrio emocional e perda de autocontrole, apenas pode ser atenuada.

“O passional é momentâneo, não é um criminoso comum, não reincide. O que demonstra que foi tomado de grande emoção, derivada da paixão aguçada, capaz de dominar sua vida e seus atos, levando-o à prática de atos extremos” (GAIA, 2009, p. 135).

O nosso sistema penal, nos casos que não há certeza na comprovação da acusação, em caso de dúvidas, o réu será absolvido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido objetivou identificar os elementos intrínsecos e caracterizadores do crime passional, analisando o aspecto doutrinário. Concluímos que esse crime é um homicídio cometido por pessoas que diziam amar seus parceiros, impelidos por intensa emoção, motivado pelos ciúmes, entre outros motivadores, o criminoso atenta contra a integridade física e psicológica de seu companheiro (a).

Esse tipo de violência está constante em nossa sociedade, os crimes contra a vida são os mais graves, ao qual exploramos os passionais, devendo assim ser protegido pelo nosso ordenamento jurídico.

O ser humano age por impulso, tendo atitudes impensáveis, a emoção e a paixão despertam um estado violento no psíquico do agente, tendo como justificativa: “se não é meu/minha, é de mais ninguém!”, e defendem-se dizendo que mataram por mais demais. O matar por amor não existe, matam por ódio.

As circunstâncias dos crimes se enquadram aos homicídios privilegiados ou qualificados, devendo o juiz examinar os fatos para arguir as penas. Foi destacado alguns casos existentes famosos que tiveram grande relevância na mídia e foi feita uma breve análise sobre eles.

A maioria dos casos não é premeditado, porém há exceções, existem criminosos que planejam, analisam como irá realizar o fatídico, havendo premeditação. Como se viu, a emoção e a paixão não são casos de inimputabilidade, mas em alguns casos, pode beneficiar o agente.

Com a finalização deste artigo, podemos concluir que os crimes passionais podem ser cometidos por qualquer ser humano, independente de cor, raça ou classe social, assim, o objetivo desse artigo, ao falar deste tema, além de relevância jurídica, há grande relevância para a sociedade, pois se o tema for amplamente debatido, podemos salvar vidas. Dessa forma, o objetivo foi alcançado.

REFERÊNCIAS

- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Vade mecum criminal**. – São Paulo: Rideel, 2008.
- ALMEIDA, Thiago de Almeida. CENTEVILLE, Valéria. **Propostas psicoterapêuticas paravítimas do ciúme patológico**. Caderno de Anais da VI Jornada APOIAR: saúde mental e violência: contribuições no campo da psicologia clinica social. - São Paulo: Pró Reitoria de Cultura e Extensão Universitária : IP/USP, 2008.
- ALVES, Roque de Brito. **Ciúme e crime, crime e loucura**. 1 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- BALLONE. G. **Transtornos da linhagem sociopática**. 2005. Disponível em: <<http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=30&sec=91>>. Acesso em 12 out. 2021.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal – parte especial**. 6. ed. rev. e atual. v.2. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BORELLI, Andrea. . **Paixão e Criminalidade** (Passion and Crime). Disponível em: <http://www.novacriminologia.com.br/Artigos/ArtigoLer.asp?idArtigo=1264?>. Acesso em: 18 de jan. 2011.
- BRANCO, Vitoriano Prata Castelo. **Curso Completo de Criminologia**. 1ª ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1975.
- CAPEZ, Fernando .Curso de direito penal, volume 2: **parte especial: dos crimes contra a pessoa a dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos** (arts.121 a 212). 8. ed. de acordo com a Lei n. 11.464/2007. – São Paulo: Saraiva, 2008.
- Caso Yoki**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Marcos_Kitano
- CROCE, Delton e CROCE JÚNIOR, Delton. **Manual de medicina legal**. 2. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995.
- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DIAS, Maria Berenice. **A honra masculina**. 2010. Disponível em: Acesso em: 28 set. 2021.

DICIONÁRIO **On line Houaiss**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/dicionarios/>>. Acesso em: 10 de out 2021.

DICIONÁRIO **On line Michaelis**. Disponível em: <<http://www.michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 29 de set 2021.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de PontesVisgueiro a Pimenta Neves**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de PontesVisgueiro a Lindemberg Alves**. 4 ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres de PontesVisgueiro a Lindemberg Alves**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

EXCLUSIVO MEMÓRIA GLOBO **Entrevista exclusiva da jornalista Renata Ceribelli aoMemória Globo**, em 30/05/2012, sobre a entrevista com Nayara Silva, amiga de Eloá.

FERRI, Enrico. **O delito Passional na civilização contemporânea**. São Paulo: Saraiva 1934,p.3.

GAIA, L. G. **Crimes Passionais**. 2009. Revista de Graduação UNIVEM, v. 1, ano 2, p. 127-141.

HUNGRIA, Nélon. **Comentários ao Código Penal: Decreto Lei nº 2.848, de 7 dedezembro de 1940**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1958.

KRUG, E.G. et al. **World report on violence and health** Geneva: World Health Organization, 2002.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional – a notícia faz história**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar,2004.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal – parte geral**. 23. ed. v.1. São Paulo:Atlas, 2006.

NORONHA, E. Magalhães. **Direito Penal**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1967. V.1

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal: parte geral: parte especial**, 4 ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

Oliveira e Bressan (2014), <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/4279/4357>.

OLIVEIRA, F.; SANTOS, M. **A Constitucionalidade do Projeto de Lei nº 292/2013 – “Femicídio”, versus a Igualdade de Gênero Proposta pelo art. 5º, I da Constituição Federal**. Disponível em: [http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-](http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/2216-4783-1-PB.pdf)

[.content/uploads/2015/04/2216-4783-1-PB.pdf](http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/2216-4783-1-PB.pdf) . Acesso em: 23 set. 2021.

Paixão in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018.

PÊGO, N. C. C. M. **Crimes Passionais: atenuantes X agravantes**. Presidente Prudente: Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito), Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, 2007.

RABINOWICZ, Léon. **O crime passional**. Leme: AEA Edições Jurídicas, 2000. RABINOWICZ, Léon. **O crime passional**. São Paulo: Mundo Jurídico, 2007.

Ribeiro, S. N., **Crimes passionais e outros temas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

SODRÉ, E. S.; ROCHA, G.; MILSTEIN, J.; SANTOS, J.; SOARES, J. C.; HORA, L.;

CALAZANS, L.; FONSECA, M.; GONÇALVES, H. A. **Homicídio Passional: quando paixão se transforma em crime**. 2014. Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais Unit, v. 1, n. 2, p. 87-99.

CAPÍTULO 21

POBREZA, RIQUEZA E DESIGUALDADES EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

Jaciara de Santana

PHD em Ciências da Educação Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na
Universidade de Coimbra-Portugal
Doutora e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela
Universidade Católica do Salvador
Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana

RESUMO

Este artigo visa levantar questões centrais sobre a riqueza, pobreza e desigualdades em São Francisco do Conde – BA, com o objetivo de demonstrar que em São Francisco do Conde, como no Brasil e na Bahia, o enigma da riqueza, da pobreza e da desigualdade, aparece com grande expressividade. Destaca-se que o município supracitado é detentor de uma grande riqueza natural (petróleo), porém sua população convive com indicadores sociais muito baixos em relação a municípios com arrecadação muito inferior às receitas que a prefeitura municipal de São Francisco do Conde dispõe. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) local foi de 0,714 em 2000, superado por cidades como Madre de Deus por exemplo.

Palavras-chave: Pobreza; Riqueza; Desigualdades; São Francisco do Conde

INTRODUÇÃO

Para iniciar a discussão sobre a riqueza deve-se definir o termo com vistas a fomentar as discussões de forma coerente, posteriormente situar as riquezas naturais para em seguida fazer um recorte espacial de forma a trazer a discussão sobre riqueza em São Francisco do Conde para entender como ocorre o enigma de um município detentor do maior PIB *per capita* (R\$ 288.370,81) do país e seus moradores conviverem com índices de pobreza muito altos (55,5%) segundo o IBGE, 2000 e PNUD.

De certa forma, a complexidade existente em São Francisco do Conde também faz parte do enigma brasileiro, pois não se justifica que um país, segundo a mídia em geral e o IBGE (2010), classificado como a 8ª economia mundial, 13º em produção científica no mundo ser, segundo a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP-2011), ocupam 88º em Índice de Desenvolvimento Humano (IBGE, 2010). Cabe uma discussão nas agendas das academias e de inúmeros órgãos no âmbito municipal, estadual, federal, organismos internacionais e nas organizações não-governamentais (ONGs) interessadas no tema.

Conforme a SEI (2010) demonstra no caderno especial A Bahia em Números, edição – IV, o Brasil como oitava economia mundial participa dos “BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China, que despontam como países emergentes, na economia mundial, ancorados por suas grandes extensões territoriais, mercado interno e reservas naturais”. O BRICs foi o nome dado a estas economias mundiais pelo economista inglês Jim O’Neill, que criou o termo em 2001 para se referir ao conjunto dos quatro países com poder de dar cartadas no jogo econômico mundial, protagonismo crescente no cenário geopolítico e de baixo risco para os investidores mundiais (LUNA, 2010, p.18).

O Estado da Bahia, em 2008, segundo o IBGE, ocupa o 7º lugar no PIB total do Brasil e o 19º lugar no PIB *per capita* e no IDH. Como um indicador também enigmático de sua situação social, a Bahia ocupa o 1º lugar no país em percentagem de professores da rede pública de ensino, sem curso superior completo 50,85%, contra 2,85% do Estado de São Paulo (GÓIS, 2011, p.C3). Em São Francisco do Conde, apesar de 70% do quadro docente possuir ensino superior, segundo SEDUC, 2009, os níveis educacionais da população estão aquém da média nacional. Das pessoas entre 15 e 17 anos, 85% têm menos de oito anos de estudo e das pessoas entre 18 e 24 anos, 62,2% estão na mesma situação fato que revela um vértice do enigma estabelecido neste rico município baiano.

Segundo o dicionário Aurélio (2001), riqueza significa: Qualidade do que, ou de quem é rico; opulência, abundância de bens, de fortuna; bens materiais, de valor: possuir muitas riquezas; cópia, fartura, abundância de qualquer coisa; riqueza de imaginação; fertilidade, fecundidade: riqueza do solo (FERREIRA, 2001, p. 610). O Minidicionário Escolar da Língua Portuguesa (2010), define riqueza como qualidade ou condição de rico; abundância; fartura; a classe dos ricos (RIOS, 2010, p.454). Define-se riqueza também, como o conjunto de bens, materiais ou imateriais, externos ao homem, que contribuem para o seu bem-estar, individual ou coletivo,

direta ou indiretamente, para o que é indispensável que sejam possuídos, ou, pelo menos, usados pelos homens.

A significação da palavra riqueza é diversificada não apenas entre países, mas também entre os membros de uma mesma nação. Diz respeito à fartura de bens que uma pessoa possui seja em dinheiro, patrimônios móveis, imóveis. Ela também é avaliada pela possibilidade que se tem de ser usuário de serviços essenciais, como a saúde, a educação, entre outros.

Nos trabalhos de organismos internacionais como os do Banco Mundial e Organização das Nações Unidas (ONU), utilizam-se metodologias apoiadas nos índices sintéticos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no começo da década de 1990. Criado por Mahbub ul Haq, em colaboração com Amartya Sen, o IDH que se apresenta como medida geral do desenvolvimento humano, ainda que não ambicione abranger todos os aspectos do desenvolvimento, uma vez que tal conceito é mais rico e complexo do que um índice pode esperar capturar.

Neste campo de estudo trabalha-se com a teoria desenvolvida por Haq e Sen, no qual se publicou uma série de estudos criticando a fórmula tradicional usada para medir o desenvolvimento de um país. Para eles, a melhor medida deve estar vinculada às oportunidades que são oferecidas à população para que esta faça suas escolhas e possa exercer plenamente sua cidadania. Sendo assim, verificar o nível da produção econômica de nada adiantava, pois, a produção de riquezas não significa sua equilibrada distribuição entre a população. Também se utilizou o IDH para medir o grau de desenvolvimento de um país, levando-se em consideração três aspectos:

- A renda per capita – toda riqueza produzida pela sociedade ao longo de um ano dividida proporcionalmente por sua população;
- A longevidade – expectativa de vida da população;
- A escolaridade – número de crianças alfabetizadas e regularmente matriculadas nas escolas.

Visando dar suporte ao trabalho, foi necessário comprovar as amostras recolhidas e analisá-las. Por isso, recorreu-se à pesquisa de campo para comprovar os dados da amostragem e entender como ocorrem as distorções entre renda per capita e a renda real por habitante em São Francisco do Conde.

Em geral, os indicadores econômicos elevados, são ocupados pelas capitais estaduais ou por municípios, na sua maioria do interior do Brasil, muitos com baixa densidade demográfica e sede de empreendimentos

altamente rentáveis. Alguns deles com suas economias ligadas às atividades energéticas de alto valor agregado como hidrelétricas, conversores e transmissores de energia, exploração, produção e refino de petróleo e gás, extração e beneficiamento de minérios e minerais ou portos e/ou aqueles com economias voltadas para agricultura com lavouras de soja, algodão, milho e pecuária (GÓIS, 2011, p. A10).

São Francisco do Conde como percebido, se mantém no ranking dos municípios brasileiros com maior PIB *per capita* da União (R\$ 288.370,81) em 2008. Segundo o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2010), a prefeitura municipal de São Francisco do Conde teve uma das maiores arrecadações por impostos do Brasil, em 2008 por volta de R\$ 334.451.233,80 em receitas próprias e transferências de recursos, (Tabela 1):

Tabela 1 – Receita municipal de São Francisco do Conde - 2008

Receita Municipal São Francisco do Conde - 2008	
Receita própria do município	R\$ 32.860.364,05
Transferência de recursos	R\$ 295.590.869,75
Receita total	R\$ 334.451.233,80

Fonte: BRASIL.TCM, 2008.

Toda esta abundância de recursos, advinda da arrecadação de ICMS no município de São Francisco do Conde, quando e se utilizada numa perspectiva igualitária das capacidades defendidas por (SEN, 2001, p.46) - “parcelas maiores para os merecedores” – tende a incluir tratamento igual para merecimentos iguais, dando a cada um a mesma recompensa por merecimento que é dada ao outro”.

Neste sentido, ressalta-se que esta renda se igualitariamente dividida pela população, como mostram os estudos das Nações Unidas, o PNUD (2000), alavancaria as condições de vida da população como um todo, tornando as sociedades mais justas, caso incluíssem, conforme SEN (2001), capacidades, liberdades e motivações: A “abordagem da capacidade” tem algo a oferecer tanto à avaliação do *bem estar* como à apreciação da *liberdade* (SEN, 2001, p.225); podendo refletir em novas e distintas motivações usadas para analisar e avaliar a igualdade de liberdades. Um povo motivado *capacitariamente*, segundo a abordagem de Sen (2001), seria aquele que desfrutasse equitativamente de igualdade para alcançar o *bem-*

estar, assim atingiria bons índices em educação, longevidade (qualidade de vida), renda e liberdades de escolha, estando assim, fora das constantes problemáticas sociais que tanto afligem as comunidades na contemporaneidade.

Caso estas “motivações” (riqueza distribuída de forma igualitária pela população local - como sugere a esquematização do PIB *per capita*) pudessem refletir na realidade da população local, do município de São Francisco do Conde, melhoraria significativamente sua qualidade de vida, fato que não ocorre na singularidade deste lugar. Observam-se no cenário local que esta alta arrecadação, advinda dos impostos é muito alta quando se compara, por exemplo, a cidades da Bahia, com os menores PIB (Tab. 2), como por exemplo, Gavião, Contendas do Sincorá, Ibiquera, Lafaiete Coutinho e Dom Macedo Costa, conforme o IBGE (2010), com arrecadações muito pequenas quando comparados aos municípios de maiores arrecadações como São Francisco do Conde, Salvador e Camaçari, por exemplo, (Tab.2):

Tabela 2: Municípios do Estado da Bahia com maiores e menores PIB – 2008

PIB 2008 (5 Menores)		PIB 2008 (5 Maiores)	
		Total	
Municípios	PIB	Municípios	PIB
Gavião	13.993	Salvador	29.668.442
Contendas do Sincorá	15.147	Camaçari	10.474.421
Ibiquera	15.433	São Francisco do Conde	9.002.648
Lafaiete Coutinho	15.778	Feira de Santana	5.263.533
Dom Macedo Costa	16.263	Candeias	3.173.598

Fonte: IBGE, 2010.

Resumindo a tabela 2 mostra os cinco maiores e menores PIB municipais do Estado da Bahia, em 2008, onde se verifica uma relação com o tamanho da cidade ou com o peso do setor industrial, como é o caso de São Francisco do Conde, Camaçari, Candeias, Simões Filho e Feira de Santana.

Nota-se que São Francisco do Conde, está à frente da segunda maior cidade da Bahia, Feira de Santana, com uma diferença em torno de

3.739.115; só esta diferença é maior que o PIB da quinta cidade em arrecadação que é Candeias em 2008, para contrapor estes números, apresentaram-se municípios com os menores PIB da Bahia como os citados na tabela 18 com uma diferença de milhares e milhares de reais.

Dos cinco maiores PIB *per capita* municipais do Estado da Bahia, observa-se que o município de São Francisco do Conde aparece no topo da lista com R\$ 288.371,00 impulsionado pela indústria (refinaria RLAM), seguido de Cairú R\$ 55.509,00 também movido pela indústria energética, com a descoberta do gás natural em Manati que abriu um novo olhar sobre a produção do gás natural no Estado da Bahia, segundo o Jornal O Globo *online*. Em terceiro lugar aparece Camaçari com R\$ 45.950 também com economia voltada para indústria, seguidas de Candeias e São Desidério onde se destacam também a indústria, e no primeiro caso, e agronegócios no segundo caso.

Verifica-se que cerca de mais de 70% da economia de São Francisco do Conde advém do petróleo. Esta característica é comum à maioria das cidades onde o PIB *per capita* se destaca. São municípios que possuem zona industrial e onde as riquezas produzidas nas fronteiras municipais não são apropriadas pela população residente. Apesar do PIB alto, em São Francisco do Conde parcela da população vive em estado de pobreza e miséria, fato que constitui um enigma para este estudo, onde os sanfranciscanos, aqui chamados de “filhos da terra”², mais da metade da população em 2000, recebiam em média de 1/2 de 3/4 de salário-mínimo mensal como vimos anteriormente. Em 2010 estas discrepâncias se mantêm, tendo aumentado em 30% o número de pessoas que vivem com esta renda no território sanfranciscano.

A arrecadação recebida pela prefeitura municipal de São Francisco do Conde, como mostrado na tabela 19, foi gasta, em 2008 com: repasse à Câmara de Vereadores, cerca de R\$ 17.484.387,36; R\$ 27.969.834,24 com saúde e 58.253.720,12 com educação números estes que são maiores que os recursos recebidos por muitos municípios com menores arrecadações como mostraremos a seguir (Tab.3):

Tabela 3 – São Francisco do Conde – Despesas (parcial) 2008

São Francisco do Conde	Despesas/2008
Repasse do duodécimo à Câmara	R\$ 17.484.387,36 em 2008 (dados informados pelo gestor)
Gastos com Saúde	R\$ 27.969.834,24 em 2008 (dados informados pelo gestor)
Gastos com Educação	R\$ 58.253.720,12 em 2008 (dados informados pelo gestor)
Total	R\$ 103.707.942,02

Fonte: BRASIL, TCM, 2008.

Mesmo não aparecendo na tabela ressalta-se que no município em 2010, os gastos com festas são altos e no último São João o município gastou cerca de duzentos mil reais para contratação de astros nacionais, como o cantor Luan Santana por exemplo.

Neste ano (2008), o PIB *per capita* de São Francisco do Conde foi o maior do Brasil (IBGE, 2010), entretanto no cenário local, segundo relato da população, com os desmandos dos últimos gestores e a má gestão pública transformaram as riquezas municipais em carência de educação, com escolas sucateadas funcionando em casas alugadas, mal iluminadas, sem materiais didáticos e pedagógicos para os docentes trabalharem, sendo que nenhuma escola foi construída no município em quase 20 anos; saneamento básico, com esgotos a céu aberto; ruas esburacadas; saúde, com postos fechados, falta de medicamentos básicos na farmácia, falta de pagamento às empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares, terceirização de serviços, funcionários públicos efetivos em casa a mando dos gestores; e uma série de outros problemas divulgados pela mídia baiana e nacional.

Em 2005, um gestor municipal foi cassado pela justiça eleitoral, acusado de compra de voto, ele teve as contas rejeitadas (mau uso do dinheiro público) pelo Tribunal de Contas dos Municípios. seu sucessor, em 2007, também fora cassado, por ação criminal no Ministério Público da Bahia por uso de laranja e superfaturamento em contrato na área de saúde o mesmo teve seu mandato anulado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, ficando no cargo durante um ano e sete meses. Sendo novamente sucedido por seu antecessor, que reassumiu a prefeitura, em agosto deste mesmo ano, conforme denúncias no Ministério Público da Bahia (BAHIA, MP, 2007).

Entretanto, conforme pesquisa de campo realizada, a riqueza observada no município, não se reflete como indicador de desenvolvimento municipal, muito menos na apropriação da renda pela população residente, dizem que a baixa densidade demográfica pode ser um item a se analisar para justificar este fenômeno, mas cabe registrar neste estudo que há uma cumplicidade entre políticos e os administradores públicos municipais, que por vezes se revezam no poder local, atrelados a ausência do Estado no território local.

O pequeno município exibe bolsões de pobreza em localidades como Roseira, na sede, acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Caípe e em toda a espacialidade local fatos que contrapõem sua riqueza. Segundo o Tribunal de Contas dos Municípios, São Francisco do Conde foi o 3ª (terceiro) maior município da Bahia em arrecadação de impostos, em 2008.

Em 2009 os recursos recebidos com transferência de recursos pela prefeitura municipal de São Francisco do Conde foram (Tab. 4):

Tabela 4 – Transferência de recursos nos municípios baianos 2009

Transferência de recursos 2009	Total	% em relação ao total dos municípios
Total de municípios da Bahia	10.387.031.423	100,0
Salvador	1.515.414.906	14,6
Camaçari	138.449.387	1,3
Candeias	51.006.009	0,5
São Francisco do Conde	49.388.150	0,5
Madre de Deus	36.903.056	0,4
Valente	17.007.597	0,2
MÉDIA	301.361.517	2,9

Fonte: BRASIL, TCM, 2010.

Destaca-se o município de Valente, neste estudo, para permitir uma comparação entre municípios do Recôncavo com um município do sertão baiano, no caso situado na região sisaleira. Mostrando assim, as diferenças econômicas entre estas diferentes regiões do Estado da Bahia onde se reflete todo um descompasso como no Brasil na distribuição da renda, fazendo com que o número de miseráveis e pobres continue aumentando.

Em 2010, a prefeitura local arrecadou cerca de 0,5% de recursos totais repassados aos municípios baianos ficando atrás apenas de Salvador, Camaçari e Candeias (Tab. 5):

Tabela 5 – Transferências de recursos São Francisco do Conde – 2010

Municípios	Total	% em relação ao total dos municípios da Bahia	Recursos (Per capita)	População
Total de municípios da Bahia	10.387.031.423	100,0		
Salvador	1.515.414.906	14,6	566,2	2.676.606
Camaçari	138.449.387	1,3	569,8	242.984
Candeias	51.006.009	0,5	614,0	83.077
São Francisco do Conde	49.388.150	0,5	1.488,9	33.172
Madre de Deus	36.903.056	0,4	2.122,8	17.384
Valente	17.007.597	0,2	692,0	24.579
Média (dos 6 municípios)	301.361.517	2,9	1.009	512.967

Fonte: BRASIL, TCM, 2010.

Observa-se que a hierarquia das cidades continua sendo a mesma como demonstrado nas tabelas anteriores, com um aumento nos valores de um ano para outro. No topo a capital Salvador, por seu conjunto de serviços e atividades industriais, tem cerca de 2.676.606 hab/km², e recursos *per capita* de 566,2; seguidas Camaçari, segunda cidade baiana em repasse de recursos, recebeu de transferências de recursos em 2010, R\$ 138.449.387, por conta da indústria e ser sede do pólo industrial baiano, precedidas por Candeias (R\$ 51.006.009), em terceiro lugar e São Francisco do Conde (R\$ 49.388.150) respectivamente.

O município de Camaçari (BA), com população de 242.984 hab/km² (IBGE, 2010), quase 10 vezes menos população que Salvador tem recursos *per capita* 569,20 melhores cerca de três pontos a frente da capital; seguidas de Candeias movidas pelo setor industrial forte, atrelados ao setor de serviços com recursos *per capita* 614,0 também melhor que a capital baiana, e população em menor escala, com cerca de 83.077 hab/km², continua sendo como em 2009 (Tab.5) a terceira cidade em transferência de recursos. Neste cenário aparece São Francisco do Conde, quarta cidade em transferência de recursos, em 2010 (R\$ 49.388.158) empata com Candeias em percentual representado (0,5%), sendo o segundo maiores recursos *per capitado* Estado (R\$ 1.488,9) em 2010 com uma população pequena em relação aos demais municípios apresentados 33.183 hab/km², São Francisco do Conde continua movido pela indústria, porém seu dinamismo se restringe a este setor conforme o Censo 2000 e confirmados pelos resultados divulgados no Censo de 2010. Setores como comércio, serviços e agronegócios são incipientes neste município.

O município de Madre de Deus com população de 17.384 hab/km² desponta como aquele que possui mais recursos *per capita* do Estado da Bahia cerca de R\$ 2.122,8 com população pequena em relação aos demais municípios baianos, a pequena ilha aparece no cenário baiano com os melhores índices.

Para contrapor, volta-se ao semiárido baiano a pequena Valente, localizada na microrregião de Serrinha, distando de Salvador 244 Km, que desponta em 2010 com recursos *per capita* (R\$ 692,0) melhor que o da capital e de demais cidades da região metropolitana. Segundo IBGE, em 2010, sua população é em 13.491 habitantes na zona urbana e 11.088 na zona rural, totalizando 24.579 habitantes, fato que contradiz os números oficiais das cidades baianas com população rural equivalente à população urbana. Possui uma área de 384 km², é constituído do bioma caatinga. Possui clima semiárido. Tem água encanada, energia elétrica, telefone, TV, aeroporto para pequenas aeronaves, terminal rodoviário, clubes recreativos, estádio municipal.

Com economia pautada no comércio local, por três grandes empregadores: A Prefeitura Municipal localizada no centro da cidade, a indústria de calçados Via Uno e a indústria de tapetes e carpetes de sisal da Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira – APAEB. A agricultura familiar é a principal fonte de renda para as pessoas da zona rural aliada à cultura do sisal, planta que deu a Valente o título de capital da fibra. (Silva e Silva, 2006, p.163). Com recursos *per capita* chegando a

R\$ 692, 0 e IDHM em torno de 0, 657 que é considerado mediano pela Organização das Nações Unidas – ONU. Em 2010 recebeu de transferência de recursos cerca de R\$ 17.007.597 em relação ao total de municípios da Bahia estando numa posição de destaque.

A média destes números apresentados na tabela 5 demonstra como a distribuição desigual da renda e dos serviços pode interferir no modo de vida das populações nas cidades baianas, caso esta abundância de recursos seja redesenhada de forma a distribuir equitativamente as riquezas sanfranciscanas atreladas à eficiência na qualidade nos serviços públicos em geral e vinculadas a operacionalização eficaz dos gestores nos gastos públicos e mobilização social com vistas a fiscalizar estes gastos podem, amenizar, em tese, os sintomas da corrupção política rompendo os círculos viciosos de forma a garantir formas equitativas de bem estar social, defendidas pela ONU e desta maneira dar uma guinada de 180º no cenário político-social e reverter quadros como, por exemplo, em São Francisco do Conde, cidadãos ricos por natureza, porém com administradores incapazes de gerir o bem público de forma coerente, coesa e igualitária.

Esta sessão visa levantar algumas hipóteses sobre a pobreza na cidade de São Francisco do Conde. Para tanto é necessário definir pobreza, o que não é muito fácil, devido ao seu alto grau de subjetividade e às vezes arbitrariedade que envolve as diferentes definições. Muitos autores relacionam e direcionam a pobreza à renda proveniente de uma situação de emprego formal. Para outros, entretanto torna-se necessário envolver nessa definição conceitos como liberdade e igualdade.

CONCEITO DE POBREZA

O estudo sobre pobreza mostra-se extremamente relevante no mundo contemporâneo e no Brasil. Assim sendo, este tema complexo, coloca-se no centro das discussões nos meios acadêmicos e sociais, fazendo parte da agenda social dos governos no mundo atual. Muitos autores abordam a temática, porém nem sempre os critérios apresentados para conceituar o tema são convergentes quanto à definição do que venha a ser pobreza, por exemplo. Estudiosos do tema como Sen (2000), Rocha (2003), Pochmann (2003). No entanto, a diversidade de condições socioeconômicas e culturais entre os países justifica segundo Rocha (2003), uma adoção de conceitos específicos de pobreza; isto poderia se constituir um erro para se estabelecer algumas comparações internacionais (2003, p. 31). Porém, em alguns casos

aplica-se este conceito, seguindo algumas divisões. Como sugere Rocha (2003):

No caso dos países subdesenvolvidos, onde a renda nacional é insuficiente para garantir o mínimo considerado indispensável para cada um de seus cidadãos; no segundo grupo dos países desenvolvidos onde a renda per capita é elevada e a desigualdade de renda entre indivíduos é em grande parte compensada por transferências de renda e pela universalização do acesso a serviços públicos de boa qualidade. O terceiro grupo formado por países situados numa situação intermediária. Assim o valor atingido pela renda per capita mostra que o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a persistência da pobreza absoluta se deve a má distribuição de renda (ROCHA, 2003 p.31).

Configura-se um Brasil, nas últimas décadas, com altos índices no que se refere às desigualdades na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Na região Nordeste, como na Bahia, as desigualdades são latentes. Cabem assim, estudos que abordem esta temática e busquem soluções para dirimir esta problemática, levando-se em conta a história desigual deste país, onde a injustiça social exclui grande parte da população do acesso às condições mínimas de vida digna e de cidadania.

Nos trabalhos de organismos internacionais como os do Banco Mundial e Organização das Nações Unidas – ONU utilizam-se metodologias apoiadas nos índices sintéticos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no começo da década de 1990. Criado por Mahbub ul Haq, em colaboração com Amartya Sen, o IDH apresenta-se como medida geral do desenvolvimento humano. Para eles, a melhor medida deve estar vinculada às oportunidades que são oferecidas à população para que esta faça suas escolhas e possa exercer plenamente sua cidadania. Sendo assim, verificar o nível da produção econômica de nada adiantava, pois, a produção de riquezas não significa sua equilibrada distribuição entre a população.

O IDH resume várias discussões em números, facilitando o entendimento, dando uma síntese da realidade discutida e ou analisada. A pobreza é definida, geralmente, como a falta do que é necessário para o bem-estar material – especialmente alimentos, moradia, terra e outros ativos. Em

outras palavras, a pobreza é a falta de recursos múltiplos que leva à fome e à privação física.

Segundo Amartya Sen, a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo (1999, p.18) e não apenas uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Para ele a melhor análise deve estar vinculada as oportunidades que são oferecidas à população para que esta faça suas escolhas e possa exercer sua cidadania.

Por “capacidade” entendem-se as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. Sen (1999) cita o exemplo de uma pessoa abastada que faz jejum por sua livre e espontânea vontade pode ter a mesma realização de funcionamento que uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema. Porém, a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda. A primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda (SEN, 1999).

A Constituição Federal do Brasil, em seu capítulo II, artigo quarto, IV relaciona o salário-mínimo como sendo direito de todos os trabalhadores para melhorar sua condição social:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988).

No Brasil, alguns estudos têm considerado o valor equivalente a meio salário-mínimo mensal para definir a pobreza. Fica evidente que este valor não reflete a realidade brasileira, visto que não se atinge aos objetivos sociais a que este indicador suplanta. No território sanfranciscano a pobreza está diretamente relacionada ao aspecto econômico das desigualdades ao qual Sen (2000) defende “igualdade de condições para todos” e que a carta constitucional brasileira igualmente enfatiza.

Pobreza para Rocha (2003, p. 9), é um fenômeno complexo podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Resume afirmando que esta definição

depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto social e econômico. Assim sendo, neste estudo, associa-se o conceito de pobreza à insuficiência de renda.

Acredita-se que a pobreza é um fenômeno carregado de complexidade, no contexto brasileiro e de países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento, por envolver questões de ordem econômica e social e, ao mesmo tempo, englobar outros conceitos que igualmente envolvem “a satisfação das necessidades básicas” e o conceito de *bem-estar*.

Para Sen (1999), a percepção da pobreza como conceito relativo é uma abordagem de cunho macroeconômico, assim como o conceito de pobreza absoluta. A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas.

Neste contexto, vale ressaltar que não se levou em consideração que a integridade física dos envolvidos levasse-os a óbito, apenas era pra alertar para situações de privação onde questões de sobrevivência não estivessem em jogo. Para Rocha, pobreza absoluta está relacionada a questões de sobrevivência física. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, significando incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Sendo assim, não existe um ponto determinado que finda a discussão empírica sobre pobreza relativa ou absoluta, apenas elas não apresentam limites claros (ROCHA, 2003, p.11).

A autora continua mostrando que a adoção de linhas de pobreza relativa em linhas de pesquisa acabou levando à aplicação indevida dessa abordagem em países subdesenvolvidos, onde a noção de pobreza absoluta ainda é relevante.

O Banco Mundial, nos anos 80, recorre a uma abordagem desse tipo ao definir como linha de pobreza para países de renda média como o Brasil, o patamar de 1/3 do PIB *per capita* (HICKS e VETTER, In ROCHA, 2003, p. 83), o que, em 2003 correspondia a R\$1.200/ano ou R\$100/pessoa/mês. Observa-se que a linha de pobreza determinada desta forma tem um valor arbitrário, um tanto superior ao patamar de meio salário-mínimo (então \$75 naquele ano) também frequentemente utilizado como linha de pobreza no Brasil.

Define indigentes ou pobres como caracterizados por uma insuficiência de renda para atender o consumo mínimo. Neste sentido os indigentes são

definidos como aqueles que não dispõem de renda para adquirir a cesta alimentar básica, o que não permite fazer interferências sobre seu estado nutricional; continua argumentando que existe um escopo para julgamento de valor associado à definição das necessidades básicas, à forma de ordenar os pobres em função do número de necessidades não atendidas e a ponderação relativa atribuída a cada uma das necessidades consideradas (SANTOS, 1965, p.19-20). Fato que novamente vem contrapor a Constituição Federal Brasileira ao definir e delimitar o salário-mínimo como supridor de carências.

RAÍZES E IMPLICAÇÕES

Milton Santos em “A cidade nos países subdesenvolvidos” (1965) faz uma análise do papel que representam as cidades nos países considerados subdesenvolvidos; conceitua as cidades como sendo o elo que articula o mundo rural ao urbano através de atividades desenvolvidas entre mercados fornecedores e consumidores. Neste aspecto, contracenam cidades, como Salvador e o mundo rural representada, no caso em tela, por São Francisco do Conde onde a exploração do petróleo cresceu no Recôncavo a partir da década de 50 do século XX, reforçando a posição de Salvador metrópole como portuária, comercial, política e administrativa. Produziu mudanças profundas na região que passou por um processo de estagnação econômica e demográficas intensas no final do século XIX até meados do século XX. Desse período até 1980 a metrópole Salvador teve um acréscimo na população em torno de 300%, e um crescimento econômico próspero, atrelado ao desenvolvimento ou estagnação de cidades menores como São Francisco do Conde que vivia um momento de estagnação e euforia por conta da instalação da refinaria em seu território tornou-se dormitório dos trabalhadores da refinaria.

Para Santos, o fato de ser um pólo atrativo de capitais (Santos, 1965, p.6) torna as cidades um espaço desejado pela maioria, que vê nas mesmas a esperança de melhorar as suas condições socioeconômicas, expectativa essa frustrada em razão da incapacidade das cidades de manter os capitais sob seu domínio e espaço gerando, em contrapartida, a proliferação do subemprego, quando não do desemprego em massa, fomentando, por conseguinte, o agravamento das desigualdades.

Tem-se nos espaços privilegiados das cidades como Salvador, por exemplo, tudo o que uma grande cidade pode oferecer, entretanto em cidades menores como São Francisco do Conde, vive-se o drama do impacto das mudanças provocadas pela industrialização sobre a qualidade de vida da

população e suas relações sociais; assim as pessoas acabam estabelecendo como *segunda moradia* (pessoas com residência fixa em Salvador e nos finais de semana vão para o interior, em São Francisco do Conde, por exemplo).

Para Costa Pinto este drama é decorrente da industrialização que de um lado, impõe relações contratuais de trabalho em substituição ao paternalismo tradicional e, de outro do que denomina “secularização da vida social” (Costa Pinto, 1958. apud. Brandão, 1998, p. 19), muito embora estudos posteriores à década de 80 sobre a industrialização, mostrem que ela não se manteve uma vez diminuiu-se o tempo de operação dos poços e não foi capaz de fazer evoluir as relações sociais patriarcais que continuaram a dominar o quadro familiar. Das raízes deste drama e das relações colonialistas correntes na história do município de São Francisco do Conde surgem as desigualdades e a pobreza local com suas implicações na vida cotidiana dos moradores locais. A região corroborava com elevadas taxas de analfabetismo que, na época (1950/1970), atingiu metade da população e, por sua vez, era se constituída, segundo Costa Pinto (1958), por caatingueiros sazonais preferidos pelos produtores de cana de açúcar por serem menos onerosos que os descendentes dos escravos, pescadores, pequenos agricultores e as mulheres domésticas.

Pouco a pouco o território franciscano foi diminuindo significativamente, havendo um período de estagnação urbana onde a população franciscana diminui entre 1970 e 1980, em torno de 6.913 pessoas migraram para outras cidades, voltando a crescer nos anos 2000.

Na perspectiva do território, segundo Santos, a presença de uma grande cidade em torno da qual girará tantas outras menores é outro fator de diferenciação de organização dos espaços. Essa metrópole acaba, em função, da sua organização, exercendo influência sobre as demais. No seu processo de organização é perceptível a presença de espaços bem demarcados: os centros e as áreas periféricas. Em alguns deles, a convivências entre segmentos sociais bastante diferenciados se faz sem o estabelecimento de tantos conflitos, mas essa afirmação não pode ser generalizada, pois noutras cidades, os limites são claros.

Assim sendo, Salvador assume seu papel de catalisadora e comanda o grupo de cidades que compõem sua região. Nesta região onde cidades menores como Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho todas compõem uma região no entorno a Salvador ambas constituídas por indústrias e próximas da metrópole. Onde São Francisco do Conde aparece no décimo segundo lugar em população, mas em arrecadação de ICMS chega em

primeiro lugar perdendo apenas para Salvador e as vezes, empata com Camaçari onde se concentra o Pólo Petroquímico e a Ford, além de várias outras empresas.

ESPACIALIDADES DA POBREZA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

Busca-se neste item espacializar a pobreza no território franciscano. Situado no Recôncavo baiano, o município de São Francisco do Conde está, conforme a Superintendência de Estudos Econômicos – SEI, 2000, incluído na faixa costeira onde se apresentam os melhores índices de IGDS – Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico, pois “usufrui dos resultados do antigo dinamismo econômico observado até meados do século XIX, quando entra em decadência e passa a ser excluída dos novos ciclos da economia estadual “, fato que contradiz a realidade em São Francisco do Conde hoje, visto que os indicadores econômicos não se refletem em crescimento e desenvolvimento para seus moradores.

Mesmo não apresentando significativa importância econômica atual, o Recôncavo, traz toda uma infraestrutura que serviu ao período de crescimento econômico, ainda hoje serve ao “crescimento e desenvolvimento social local.” Verificam-se também aspectos referentes aos 50 anos de existência da Petrobrás no território da Região Metropolitana de Salvador, entre 1950 aos anos 2000 e aspectos positivos ou não da instalação desta empresa para população local. Este estudo baliza-se em dados a partir da análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNAD'S, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; estas pesquisas domiciliares anuais permitem construir uma diversidade de indicadores sociais que retratam a evolução da distribuição nos padrões de vida e da apropriação de renda dos indivíduos.

Como métodos o Índice de Desenvolvimento Humano usa os resultados obtidos das somas dos três índices mostrados anteriormente: Educação, Longevidade e Renda. Encontrados os resultados de cada um dos itens, faz-se a soma e divide-se por três: quanto mais próximo de um (1) for o resultado melhor deve ser a condição do país e de seu povo, quanto mais distante, pior será o IDH desta população.

Na tabela 6 podem-se observar as variações na densidade demográfica brasileira, em especial às da Bahia e sua Região Metropolitana – RMS, onde Salvador continua sendo o maior pólo de desenvolvimento da região metropolitana por concentrar quase a metade do PIB do Estado da

Bahia, com uma renda per capita muito superior as demais regiões e também uma quantidade muito grande de serviços, escolas, lazer e etc.

Salvador tem um índice médio (IDHM) 0,805 que é alto em relação aos outros pontos do país. Suas variáveis aumentam por conta da educação seguida da longevidade. Apenas para São Francisco do Conde na variável renda, tem uma porção privilegiada por conta da ampliação da refinaria, que aumentou cerca de 40% da produção (Tab. 6):

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano do País, estado e município 1991 e 2000

País, Estado e Municípios	IDH - M		Renda		Longevidade		Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Anos								
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Bahia	0,590	0,688	0,572	0,620	0,582	0,659	0,615	0,725
Salvador	0,751	0,805	0,719	0,746	0,679	0,744	0,856	0,924
São Francisco do Conde	0,622	0,714	0,544	0,589	0,593	0,689	0,728	0,863
Camaçari	0,651	0,734	0,586	0,623	0,586	0,707	0,780	0,873
Candeias	0,631	0,719	0,582	0,608	0,558	0,684	0,754	0,866
Madre de Deus	0,661	0,740	0,564	0,624	0,613	0,707	0,807	0,889
Santo Amaro	0,626	0,684	0,538	0,576	0,551	0,648	0,730	0,827
São Sebastião do Passé	0,618	0,693	0,558	0,579	0,631	0,668	0,666	0,832
Valente	0,540	0,657	0,486	0,555	0,528	0,656	0,605	0,759

Fonte: PNUD – Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000.

Salvador, como a capital do maior estado em extensão territorial do Nordeste, acumula muitos problemas, visto que em seu território observa-se uma alta densidade demográfica, acompanhada de todos os problemas que esta posição pode trazer. É também em Salvador que se observam os maiores índices em educação e longevidade, ou seja, em expectativa de vida da população. São Francisco do Conde, como já foi destacado possui indústria em seu território o que eleva a variável renda, esse indicador não se reflete na qualidade de vida da população residente nesta cidade. Observa-

se também, na tabela 6 que cidades como Candeias e Madre de Deus, limítrofes a São Francisco do Conde, tem IDH maiores, esta cidade, perde para São Sebastião do Passé e Santo Amaro que em 2000, possuíam IDH menores e também fazem fronteira à São Francisco do Conde. Na variável educação São Francisco do Conde é o último no *ranking* estando atrás de Candeias, Camaçari, Madre de Deus, São Sebastião do Passe, Santo Amaro e Salvador.

Na variável longevidade, São Francisco do Conde também está abaixo de municípios novos como Madre de Deus (0.707) em 2000 que se mantém como cidade de médio IDH. São Francisco do Conde aparece com o IDH (0.689), ou seja, com uma expectativa de vida reduzida para municípios do seu entorno. O item longevidade é conferido a lugares onde se superam a expectativa de vida, e vão além dos índices como as pessoas com idades superiores a setenta e oito anos de idade.

Vale ressaltar que no município de São Sebastião do Passé, a variável renda, aumenta pouco em 2000, mas na variável educação (0.666) em 1991 dá um salto para (0.832), ou seja, um aumento de 0.166, seguindo a tendência nacional em aumentar sua classificação no PNUD, para cidades de médio desenvolvimento.

Os índices de pobreza em São Francisco do Conde não melhoraram como deveriam, pois, apesar do índice ter aumentado um pouco, isso não se reflete na melhoria da qualidade de vida da população local. Volta-se novamente a tabela 6, onde demonstra-se como está ocorrendo uma melhora na qualidade de vida (IDH) desta população.

Conforme demonstrado na tabela 6, a renda média destes municípios melhorou, comparado a Salvador percebe-se com mais clareza as distorções na microescala metropolitana, por Salvador, possuir uma alta densidade demográfica acompanhada por todos os problemas que esta posição pode trazer, acaba ficando em situação desprivilegiada em relação às cidades no seu entorno. Ainda assim apresenta um médio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que 0.8, sendo até maior que alguns estados da Região Nordeste do Brasil.

Percebe-se que há uma diferença de 0,12 entre os dois municípios em 1991, mas ainda assim a classificação do PNUD, para as cidades é de médio desenvolvimento. Em 2000 a diferença diminui entre a capital e São Francisco do Conde para 0,9, porém em relação às outras Unidades de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Metropolitana de Salvador, (São Francisco do Conde apresenta uma situação ruim, pois é a 121ª cidade,

sendo que 120 unidade (80,5%) estão em melhores condições e 28 unidades (18,8%) estão em pior situação.

Utilizou-se ainda a pesquisa de campo feito *in loco* buscando comprovar que não houve mudanças significativas quanto a qualidade de vida da população local, as amostras recolhidas deixam entender como ocorrem as distorções entre renda per capita e renda real por habitante em São Francisco do Conde.

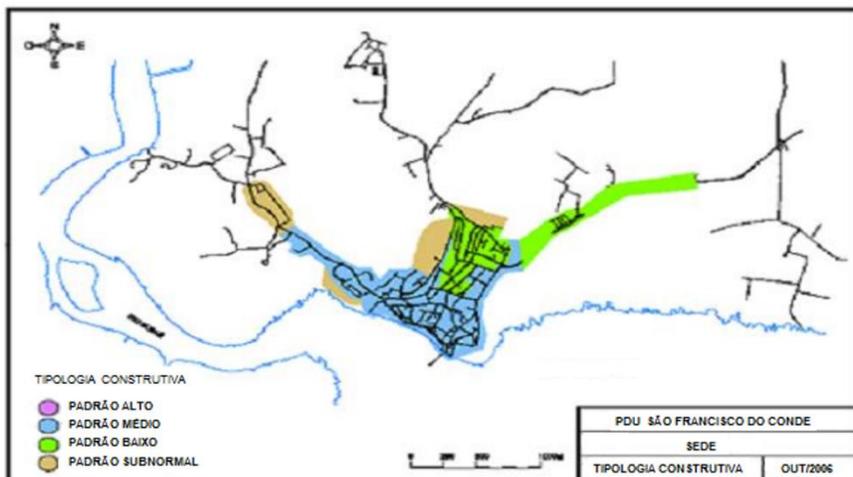
Assim sendo, trataremos pobreza numa dimensão particular, como insuficiência de renda, interrogando a existência no território local de pessoas que vivem com renda familiar inferior ao nível mínimo estabelecido, por organismos nacionais e internacionais. Este mínimo, segundo a Carta Magna de 88, será capaz de suprir as necessidades básicas dos cidadãos, para que possam satisfazer suas necessidades básicas e estarem acima da linha de pobreza que no Brasil é de 1/3 do salário-mínimo (R\$181,66, em 2011), seguindo as medidas das Nações Unidas.

Para espacializar a pobreza no município de São Francisco do Conde, faz-se necessário mostrar nuances pouco vistas no cenário nacional para um município rico com este. Porém sabe-se que este em um problema que aflige parte da população brasileira onde o enigma da pobreza, associado às péssimas condições das populações nas cidades brasileiras está diretamente imbricado com situações de corrupção política, desmando e descontrole do Estado que não age na legalidade punindo os infratores desta legislação e ausência por parte da população de mobilização contra o mau uso dos recursos públicos municipais.

Na Sede do município é onde se encontravam em 2000 domicílios com as melhores rendas conforme Censo Demográfico. Conforme IBGE (2010) houve uma alteração e as maiores rendas estão concentradas no distrito de Mataripe, pesquisa de campo realizada e confirmada pelos dados oficiais, entretanto existem muitos logradouros onde o poder público não chega deixando os cidadãos vivendo em estado de pobreza e miséria.

A tipologia habitacional da Sede (Fig. 1) é bem definida com casas de alvenaria e beneficiada por serviços de infraestrutura em geral, porém, à medida que se afastam do centro da cidade em direção a São Bento das Lajes, Campinas, Dom João e Santa Eliza é que se observam os hiatos do enigma anunciado neste estudo (Fig. 1):

Figura 1: Tipologia habitacional do distrito da Sede - 2006



Fonte: PDDU de São Francisco do Conde, p. 34, 206, adaptado por Jaciara de Santana, 2011.

O distrito Sede compreende as localidades da Sede, Santa Eliza, Engenho D'Água, Engenho de Baixo, Roseira, Porto de Brotas, Campinas, São Bento, Baixa Fria e quilombo Dom João. Na Sede existem localidades onde as desigualdades são visíveis, neles, os moradores vivem em condições de miséria e pobreza; inexistem serviços básicos como esgotamento sanitário, água encanada e os tipos de moradias denunciam a ausência total de políticas que visem à redução das desigualdades em que vive parcela da população de São Francisco do Conde. Assim, pode-se declarar que nem todo cidadão sanfranciscano é rico como pensam as pessoas que não participam desta territorialidade. Nas figuras 2 a 5, demonstram-se partes das desigualdades observadas na sede de São Francisco do Conde.

Figuras 2 -5 – Espacialidades da pobreza no distrito sede- São Francisco do Conde

Figura 2 - Povoado de Santa Eliza



Figura 3 - Povoado da Baixa Fria



Figura 4 - Povoado de Campinas



Figura 5 - Nova São Francisco – Sede



Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

Distrito de Monte Recôncavo e Quilombo do Monte

Na figura 6 demonstra-se espacialmente a tipologia do distrito Monte Recôncavo

Figura 6: Tipologia habitacional do distrito do Monte Recôncavo - 2006



Fonte: PDDU de São Francisco do Conde, p. 34, 206, adaptado por Jaciara de Santana, 2011.

O distrito do Monte Recôncavo abrange as localidades de Monte Recôncavo Paramirim, Coroado, Madrugá ambos situados as margens da BA - 522 conforme PDDU (2008 p.27). Neste distrito, uma ínfima parcela da população presta serviços na Petrobrás e suas concessionárias e os demais trabalham nas lavouras que ainda persistem no município. É no Monte Recôncavo onde se localizam cerca 70% dos afro-descendentes do município sendo que em 2009 a comunidade foi oficialmente classificada como remanescente de quilombolas segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social do município (Fig. 7 e 8).

Figura 7 - Ginásio do Monte Recôncavo 2011.



Figura 8 - Nova Praça do Monte Recôncavo, 2011.



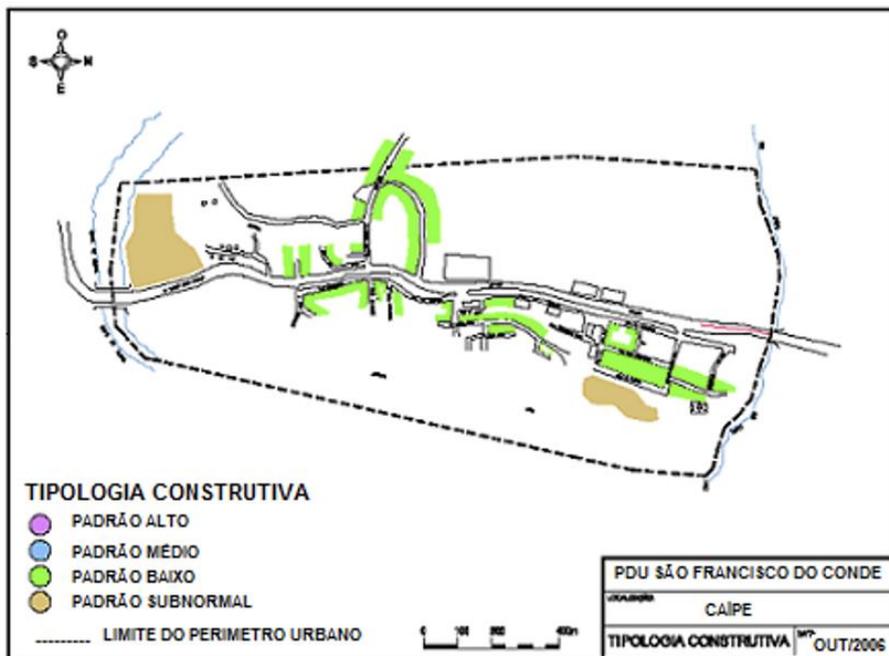
Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

Nas figuras 7 e 8 demonstram-se o ginásio do Monte, que acolhe todas os jovens deste distrito e povoados próximos na figura 76 mostram-se o conjunto habitacional construído para abrigar as pessoas que não tinham moradias e neste construíram esta praça onde as crianças brincam livremente.

Apesar de possuir edificações residenciais em alvenaria, com água encanada e esgotamento sanitário, o distrito do Monte Recôncavo apresenta alguns problemas comuns na atualidade, tem um loteamento clandestino na sua área limítrofe, com casas de taipa, com cobertura em telhas de amianto, sem infraestrutura, falta esgotamento sanitário e piso em terra batida e sem sanitários que carecem de atenção especial dos órgãos competentes.

Distrito de Mataripe

Figura 9: Tipologia habitacional do distrito do Mataripe - 2006



Fonte: PDDU de São Francisco do Conde, p. 34, 206, adaptado por Jaciara de Santana, 2011.

É o distrito de Mataripe que engloba todos os povoados localizados ao sul do município: Caípe, Jabequara da Areia e Jabequara das Flores (ambas em área que estão mais próximas da cidade de Candeias, mas recebem toda infraestrutura da prefeitura de São Francisco do Conde), Santo Estêvão, Socorro as Ilhas do Pati e Bimbarras. Mataripe situa-se ao longo da BA - 523, que interliga os municípios de Candeias e Madre de Deus ficando o povoado de Caípe, ao longo da faixa de acesso existem construções de baixo padrão inclusive invasões de área marítima (APA - Área de Proteção Ambiental), com terrenos alagadiços em área de manguezal, onde os moradores vivem em condições subnormais expondo um enigmático quadro de pobreza e miséria

denunciado pelos meios de comunicação em massa, a exemplo o Jornal A FOLHA DE SÃO PAULO com edição em 31/07/2011 onde o jornalista Antonio Góis, denuncia a persistência da miséria em 30 das 200 cidades com PIB mais alto do Brasil, com destaque para São Francisco do Conde município por ser detentor do PIB mais alto do país a população residente convive com indicadores sociais baixíssimos e não usufrui das benesses produzidas pela riqueza advinda da indústria petrolífera. Nas figuras 10 a 13 apresentam-se fotografias das pesquisas de campo realizadas, nela constatou-se a eminência das desigualdades em São Francisco do Conde e nos seus distritos respectivamente.

Figuras 10 a 13- Espacialidades da pobreza no distrito de Mataripe – 2010

Figura 10 - Povoado de Jabequara



Figura 11 - Povoado de Jabequara



Figura 12 - Povoado de Mataripe

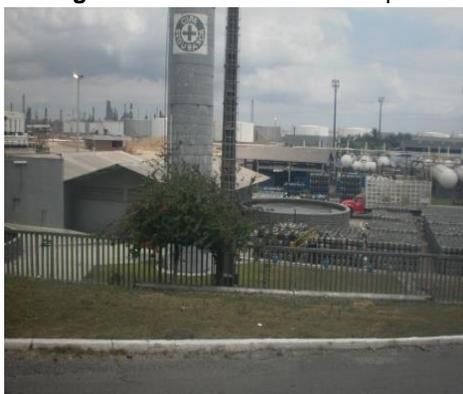
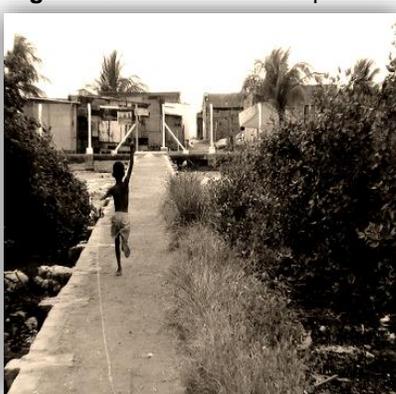


Figura 13 - Povoado de Caípe



Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

Nas figuras 10 e 13 povoado de Jabequara da Areia, bem próximo a Candeias, verifica-se ruas sem pavimentação, com lixo depositado a céu aberto. Figura 10 apresenta-se a zona industrial de Mataripe, na figura 13 expõe o quadro dramático vivenciado pela comunidade do Caípe onde as crianças convivem com os esgotos a céu aberto, lixo exposto nas ruas periféricas, e pessoas morando em áreas de proteção ambiental (APA) no manguezal. Praticamente dentro da Refinaria RLAM as pessoas apelam por moradias, saneamento básico, médicos e enfermeiros todos os dias nos postos de saúde, policiamento ostensivo para diminuir a cooptação de jovens para a criminalidade e o mundo das drogas. Pode-se assinalar também, que em Mataripe, os cidadãos pensam diferente das pessoas residentes no distrito Séde; porque se preocupam com os estudos e vêem neste segmento o caminho para melhorarem a sua qualidade de vida, deixando de lado questões outras como o assistencialismo político já destacado neste trabalho.

A população de São Francisco do Conde, dos anos 90 aos anos 2008, mais precisamente, não vivencia um período como vem experimentando atualmente, a cidade virou um canteiro de obras, na gestão atual, estão trabalhando como nunca neste lugar, com obras de infraestrutura, construção de novas habitações para o povo mais necessitado, calçamento e pavimentação de ruas e áreas que anteriormente sequer eram visualizadas pelos políticos locais, assim na próxima sessão, ilustraremos algumas obras que podem dar uma sustentabilidade melhor para esse povo rico, mas que enigmáticamente vive em bolsões de pobreza e miséria.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Visualizando algumas formas de se melhorar a qualidade na vida das pessoas que residem em São Francisco do Conde a administração local definiu algumas estratégias político-instrumentais, que segundo eles servirão à população, com base neste argumento e no Plano Diretor Urbano do município, construído por empresas contratadas pela prefeitura, para justificar o injustificável no papel e assim não perder as verbas. Neste sentido, existem discussões desde 2006 sobre a construção de um empreendimento turístico na histórica Ilha de Cajaíba na sede do município bem defronte a Baía de Todos-os-Santos, segundo alguns moradores *será muito importante para desenvolver a cidade*, para outros ele vai acabar com a fauna e flora da ilha e ainda destruir o sustento dos pescadores e marisqueiras locais e do entorno, desconsiderando inclusive que esta Ilha pertence às comunidades remanescentes de quilombolas como afirmam os pescadores da região.

A gleba adquirida pela *Property Logic* Brasil está situada na região geográfica denominada Recôncavo Baiano, que tem como marco geográfico principal a Baía de Todos-os-Santos. Comumente chamada Ilha de Cajaíba, reúne de fato quatro pequenas ilhas unidas entre si, denominadas Cajaíba, Sergimirim, Pióca e Casqueiro, que agrupadas apresentam a forma de um S, e tem relevo de colinas alinhado como uma espinha dorsal, com elevação máxima de 58 metros em relação ao nível do mar.

O empreendimento tem como objetivo promover o desenvolvimento urbano, turístico e econômico da Ilha de Cajaíba, conseqüentemente do município de São Francisco do Conde, tendo o turismo como sua principal atividade, uma vez que a região detém o privilégio de possuir cenários com aptidões para este fim, reunindo condições essenciais para o pleno desenvolvimento desta atividade.

O projeto, de grandes proporções, destina-se ao mercado europeu, norte e sul-americano, sendo os destinatários, turistas do segmento alto, para estadias médias (superiores a 5 dias), jogadores de golfe e clientes que procuram segundas residências. O projeto será implantado em quatro fases durante um prazo aproximado de 10 anos, que poderá ser ampliado, conforme as variações do mercado turístico e imobiliário baiano.

Com a área total da propriedade é de 419,84ha destinados à ocupação proposta pelo Plano Diretor. A área total passível de ocupação, extraídas as zonas de uso restrito e as áreas de APP, corresponde a 227,51ha. O índice de ocupação das unidades implantadas no projeto foi calculado com base na área total da ilha, foi estimado em 4,44%, ou seja, 18,63 ha com 4.250 unidades sendo 1.663 unidades residenciais, 2.494 unidades hoteleiras, O acesso será através de carros, ônibus, embarcações e helicópteros.

No projeto do Beach & Golf Resort – Ilha de Cajaíba, segundo o Jornal Correio da Bahia, (31/05/2009 acesso às 12h37min), o turismo de São Francisco do Conde será contemplado com um reforço de mais de 6,3 mil apartamentos, além de 604 vilas turísticas em 20 glebas. Incluindo campo de golfe, marina, campos esportivos, shopping e serviços, centro educacional, spa, heliponto, centro equestre, piscinas, campo de futebol, quadras de tênis, além de outros equipamentos voltados para os esportes náuticos.

Figura 15 -Engenho Cajaíba - 2009



Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde, 2009.

Segundo o relatório executado pela equipe de Especialistas em inspeção, auditoria e gestão ambiental da Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (Facceba), o empreendimento tem o objetivo de promover o desenvolvimento urbano, turístico e econômico de São Francisco do Conde e destina-se ao mercado europeu, norte e sul-americano. Possui muitas falhas que, apontadas na audiência pública de junho de 2009, até a presente data não foram respondidas a esta equipe e a ONG Vidas presidida pelas senhoras Joilma da Silva Menezes e Maria Noêmia de Souza (ONG Vidas, 2009).

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente (2009), problemas como a proliferação desmesurada de algas (ex. maré vermelha) com potencial produção de toxinas (como as hepatotoxinas), ocasionando a morte massiva de peixes e moluscos prejudicando o sustento de pescadores e moradores litorâneos.

Outro exemplo, a recarga da matéria orgânica na área costeira circunvizinha do centro urbano de São Francisco do Conde (orla), apresentando-se decomposição com a geração de maus odores e proliferação de vetores. Por tanto a determinação do ponto do emissário final deve-se acompanhar de um estudo hidráulico que garanta uma boa dispersão deste material aportado ao mar.

Faz-se necessário informar quais seriam as providências tomadas no caso de apresentar-se uma situação de alteração ecológica devido ao lançamento de efluentes além de se os efluentes provenientes das diferentes

áreas (doméstica, semi-industrial, sanitária, etc) receberão o mesmo tipo de tratamento ou terão tratamento diferenciados. Outros itens apontados foram quanto ao abastecimento de água, descarte dos resíduos sólidos, impactos ao meio ambiente, meio socioeconômico, quanto aos transportes e condição e qualidade de vida local. Sendo necessário observar quais são as disposições do Plano Diretor do Município de São Francisco do Conde com relação a esta ilha, de forma que não entre em conflito com projetos futuros a serem desenvolvidos em outras ilhas com empreendimentos semelhantes.

O PAC destaca a despoluição da Bahia de Todos-os-Santos, através de ações de saneamento, mas o complexo Eco resort planeja fazer lançamento de volumes elevados de efluentes, o qual é contraditório ao PAC.

O manguezal representa 50% da flora da ilha (mangue vermelho, amarelo e branco). 5.645 m³ de material lenhoso serão suprimidos do qual 3.794 m³ corresponde a Cabruca onde se apresenta uma vegetação de mata atlântica estabelecida que faça sombra às plantações de cacau. Neste caso deveria considerar-se a supressão preferivelmente em outras áreas que representam vegetação inicial.

No RIMA se relacionam que os estudos da fauna identificaram 9 ordens de artrópodes, 7 espécies de reptéis, 71 espécies de vertebrados terrestres, cachorros de mato, sagui e sariguê, mas não se contempla ações que permitam a sobrevivência destas espécies.

Ressalta-se que o objeto deste parecer apresenta comprometedor lacuna de dados e informações que apontam para a necessidade de se refazer avaliações e/ou incluir aspectos de base técnica que melhor embasem a avaliação das condições de segurança ao meio ambiente. Quaisquer empreendimentos que vierem a ser instalados na ilha de Cajaíba e proximidades podem apresentar problemas, principalmente aqueles relacionados às implicações ambientais.

Ressalta-se que as associações de pescadores e marisqueiras e sociedade quilombolas também estão se manifestando contra a execução deste projeto, porém se o Ministério Público não julgar os processos esta ilha será captada para o turismo internacional e não se sabe de fato o que acontecerá com a população de São Francisco do Conde e entorno, o que se vê é a Ilha vazia, foi toda desocupada tiraram todos os moradores desta, que apenas está a serviço das empresas que a adquiriu.

Anterior, a atual conjuntura política local em São Francisco do Conde, existia um caos político-administrativo no município onde na disputa pelo poder havia uma dança assíncrona entre prefeitos e seus vices. Evidenciando que a má gestão dos recursos públicos atreladas a impotência das entidades

comunitárias locais e falta de participação da população nas gestões acarretam desmandos nos cofres públicos.

Após um período de estagnação e turbulência que o município de São Francisco do Conde vivenciou com as últimas gestões municipais onde os administradores se restringiam a assinar documentos e esquecia-se de exercer seus mandatos com trabalho a serviço da comunidade.

O fato é que durante aproximadamente 20 anos os moradores da pequena São Francisco do Conde não viam tanto trabalho sendo empreendido pela prefeitura local. Na atual gestão, o município está se modificando, e recompondo de tantos desmandos políticos o desenvolvimento local é pauta básica na agenda atual do município com vistas a atingir o desenvolvimento econômico, como diretriz básica para o desenvolvimento do projeto urbano desta.

Assim surge na perspectiva local uma nova ótica, que é a do trabalho para o bem-estar das pessoas, dos cidadãos. A atual administração de São Francisco do Conde está pondo em prática os planejamentos feitos pelas consultorias contratadas para construir os planos nas gestões anteriores apenas para justificar recursos e transformando a cidade em um canteiro de obras. Obras de infraestrutura, em sua maioria, que visam dar uma melhor qualidade de vida à população local tanto atingida nos últimos anos por escândalos envolvendo o município.

Projetos com Inclusão de Idosos

Projetos com Inclusão de Idosos: MELHOR IDADE com turmas de idosos a partir de sessenta anos de idade, no Centro de Convivência do município, com programação nos dois turnos, onde se trabalha com alfabetização, trabalho com o samba resgatando suas origens, trabalhos artesanais e esportes.

Transferência de renda

Transferência de renda com o Programa de Acolhimento Social - PAS: Programa de complementação de renda (PAS), atende a 4.063 famílias beneficiando cerca de 15 mil pessoas, segundo Secretaria de Desenvolvimento Econômico (2011) este ainda exige a frequência dos membros das famílias beneficiadas na escola regular, que acontece em parceria com as secretarias municipais de Educação, Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social e Saúde. Para a concessão

deste benefício, que está vinculado a outros projetos executados pelas secretarias municipais como o TOPA, é exigido que as famílias participem de atividades socioeducativas promovidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, responsável pela coordenação do projeto. A finalidade do projeto é preparar o cidadão de São Francisco do Conde para, no futuro, conseguir se sustentar independentemente da ajuda financeira do Município.

Critérios estabelecidos são: ter filhos menores de 17 anos comprovadamente matriculados na escola, serem residentes no Município há, no mínimo, cinco anos e possuir uma renda mensal inferior a meio salário-mínimo por membro da família. Após inscrição do cidadão no programa, ele recebe a visita de um assistente social que confere toda a documentação necessária. Comprovada a situação de pobreza os cidadãos recebem um cartão de pagamento e passam a receber o benefício e serem monitorados pelo serviço social em conjunto com outras secretarias. Constata-se que este, de fato não ocorre, "estimulando o assistencialismo clientelismo" político trazendo impactos insignificantes para o município, além de desestimular os cidadãos a procurarem um emprego formal (PPDU, 2008 Diagnóstico Preliminar, p.06).

Instalação da Universidade Federal

Instalação da Universidade Federal – UNILAB- Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, criada em 2009 está sendo instalada no município prevista para iniciar suas atividades em 2012 objetivando formar cidadãos para desenvolver a integração entre o Brasil e os países de Língua Portuguesa, especialmente os africanos. O Campus será construído na comunidade da Baixa Fria na sede do município. Entretanto não se tem critérios estabelecidos para assimilar estes jovens que serão egressos desta nova demanda que pretende formar.

Programa Universitário Franciscano – UNIFAS

Programa Universitário Franciscano – UNIFAS: (em funcionamento desde 2004), para atender os estudantes universitários como bolsa auxílio, tem como objetivo conceder bolsas complementares para os estudantes carentes e residentes no Município. Projeto criado na gestão da prefeitura anterior com o nome Bolsa Universitária. O atual governo fez uma revisão do projeto dando uma repaginada, recadastrou todos os beneficiados que estiverem matriculados em cursos superiores ou de pós-graduação.

O UNIFAS é um incentivo financeiro para os cidadãos que possuem uma

renda insuficiente e desejam estudar e buscar uma melhor qualificação profissional concede atualmente 641 bolsas a estudantes do Município; como contrapartida o estudante deveria prestar serviços à comunidade e estágio de quatro horas semanais na área de estudo e ações socioeducativas desenvolvidas pela prefeitura, ressalta-se que esta não ocorre por falta de um controle efetivo da Prefeitura, que também oferece o transporte gratuito que leva os alunos para as faculdades em Salvador, Santo Amaro e Candeias. As bolsas de estudo, de valor máximo de R\$ 450 (quatrocentos e cinquenta reais), os estudantes precisam ter frequência de 80% e para eles se manterem regularizados, não podem ultrapassar o limite de duas reprovações por semestre. Também devem encaminhar um relatório geral de suas atividades, por meio de um documento emitido pela Instituição de Ensino Superior que deve ser reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação.

Programa de habitação

No campo da habitação o programa SONHO MEU: Intitulado Sonho Meu este projeto faz parte do plano de habitação do município, feito com base no relatório socioeconômico da cidade (PDDU, 2006) que detectou os bairros (povoados) mais carentes de São Francisco do Conde, como Madrugá, São Bento das Lajes, Macaco, Caípe. O projeto resulta de uma ação emergencial em favor dos cidadãos afetados pelas fortes chuvas que afligiram a cidade e destruíram as casas de parte dos habitantes da região. Os loteamentos estão sendo construídos com recursos financeiros provenientes unicamente do município e com toda a infraestrutura necessária parque, pavimentação, água encanada e energia elétrica.

Foi construído o conjunto Mãe Carlita com 60 casas, o programa habitacional da prefeitura já entregou outras na localidade do Madrugá, Macaco e na Dorna com 125 casas. Está sendo construído o primeiro conjunto habitacional verticalizado no município na localidade do Gurugé constituído de casas e apartamentos.

No cenário local é perceptível a mudança de atitudes e ações neste município, assim sendo não se pode deixar de assinalar a importância dos serviços que estão sendo oferecidos à população local que ficou sem assistência desde os anos 80, com os governos passados, porém existe muito trabalho a ser feito em prol da qualidade de vida dos cidadãos franciscanos, principalmente aqueles que vivem nos povoados e distritos fora da Sede municipal.

Necessário que os novos gestores, bem como toda população pensem em ações que sirvam a coletividade sanfranciscana e os planejamentos para a cidade sejam elaborados com a participação dos munícipes e pensados por e para as pessoas que dele fazem parte, cabendo assim não só uma ação participativa e cidadã, mas também uma ação educativa firme que possa consternar todas as mazelas que esse assistencialismo velado seja enterrado e dê espaço para novos atores sociais que promovam mudanças duradouras e cidadãs.

Outras ações previstas pelos planejadores, estão sendo implementadas, no município como um todo, cabendo registro para que outros cidadãos tenham acesso e possam auxiliar os gestores públicos na difícil tarefa de trabalhar para o *bem estar* da população, como afirma Sen (2000), “Para combater os problemas que enfrentamos, temos que considerar a liberdade individual como um comprometimento social”...a expansão da liberdade é o principal fim e o principal meio para o desenvolvimento (Sen, 2000, p.10)”. Como obter bem-estar sem liberdade para escolher aquilo que se quer ou pretende-se fazer? Pensemos nestes fatos para quem sabe inferir positivamente na realidade vivida e poder lançar o desafio de uma sociedade mais igualitária e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste artigo descrever o enigma da pobreza versus riqueza no território de São Francisco do Conde, onde as desigualdades aparecem de forma latente. Para tanto demonstrou-se a espacialização da pobreza local visando um melhor posicionamento frente as questões propostas.

O problema inicial desta pesquisa está no fato de verificar se o enigma da riqueza e da pobreza em São Francisco do Conde tem grande expressão no Recôncavo como em todo Brasil. Buscando responder a essa pergunta buscou-se percorrer uma linha do tempo visando compreender melhor as principais fases deste território, reconhecendo a agroindústria do açúcar como elemento determinante para modificação do território sanfranciscano, seguido pela indústria do petróleo, elemento que dinamizou o crescimento econômico e social da região a partir da construção da refinaria com toda sua complexidade.

As desigualdades regionais no Brasil são as maiores do mundo segundo organismos internacionais, o que se explica pelas desigualdades internas de cada estado. Esperamos ter demonstrado que não sendo um

município pobre São Francisco do Conde tem desigualdades em todo seu território apesar possuir em seu território a segunda refinaria de petróleo do país. Não sendo pobre é necessário que haja disponibilidade da população local para sair da comodidade e buscar mudanças que agregem melhorias para a qualidade de vida de sua população; sendo necessário também vontade política para diminuir as desigualdades existentes, visto que se tem no território local disponibilidade de recursos para combater a pobreza.

Buscou-se oferecer condições de compreensão sobre o contexto local em São Francisco do Conde e agregar conhecimento de estudiosos da área, acadêmicos e comunidade em geral, sobre esta cidade brasileira, tão mencionada pelos meios de comunicação nacional quando o tema é riqueza ou distribuição de renda riqueza tem prejudicado os munícipes residentes porque não fomenta novas ações, não desenvolve uma dinâmica sustentável de criação de novos postos de trabalho, de desenvolvimento do comércio local e muito menos criação de novos eixos de desenvolvimento como a vocação turística por exemplo, a população carece de uma educação de qualidade para vislumbrar com maior clareza perspectivas de uma vida melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. SIDRA. **Censo demográfico – 2010**. Disponível em: <[HTTP://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t8z](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t8z)>. Acesso em 13/08/2011.

BAHIA, Assembleia Legislativa da Bahia. **Biografia Deputado Osmar Ramos**. Salvador. 2011 Acesso em 21/02/2011. Disponível em <<http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=131>>

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Bahia, Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. Salvador: Academia de Letras da Bahia; UFBA 1998.

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado/ **Camaçari: Recursos Recebidos Diretamente pelo cidadão 2010**. Brasília. 2011 Acesso em 21/02/2011 <<http://ba.transparencia.gov.br/Camaçari/receitas/pelo-cidadao/acoes?exercicio=2010>>

BRASIL, Portal da Transparência do Governo Federal: Controladoria Geral da União. Transferência de Recursos por Estado /**Transparência nos**

Municípios – Valente. Acesso em 21/02/2011. Brasília. 2011 Disponível em <http://ba.transparencia.gov.br/Valente/>

BRASIL, Senado Federal. **Constituição Federal** – Imprensa Nacional, DF. 1988.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Mini Aurélio do século XXI.** – 4ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: LCDA, 2000, p. 587.

GÕES, Antônio. **Miséria persiste em 30 das 200 cidades com PIB mais alto.** Jornal Folha de São Paulo. (p.A10). 31 de julho. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-IBGE. **Censo Demográfico 1950/2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em <<HTTP://ibge.gov.br/home/presidencia/noticias-impressao>>. Acesso em 10 dez. 2010.

LUNA, Luzia. Caderno Especial Bahia em Números: **PIB municipal revelou maior dinâmica dos municípios agroindustriais em 2008.** Jornal A Tarde/ Caderno Especial (p.4-5). 19 de dezembro. 2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano.** Brasília. 2000. Último acesso em 23/10/2011. Disponível em <http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_salvador/release_desigualdade.pdf>

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil.**-2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

RIOS, Dermival R. **Minidicionário escolar de língua portuguesa.** São Paulo: DCL, 2010, p.440.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1965.

SEI – **Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia,** 2011. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/projetos/site/images/publicacoes/sumario/estatisticas_municipios/sumario_est_mun_2010_v13.pdf. Último acesso em 12/08/2011.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Nobel, 2000;

SEVERINO, Antonio Joaquim, 1941- **Metodologia do trabalho científico** - 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Sylvio B. de M e COELHO, Araori Silva. **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros**. João Pessoa, PB: Grafset, 2008.

SILVA, Sylvio B. de M e. SILVA, Barbara - Christine N. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia**. Salvador: Mestrado em Geografia/UFBA 2/ed. 2006.

SOUZA, M. J. L. de. **“Território” da divergência (e da concepção): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, M. A.; SPOZITO, E. S. (Org.). *Território e territorialidades: teorias processos e conflitos*. São Paulo: UNESP, 2009.

SOUZA, M. J. L. de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, Iná Elias et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Modernidade e Pobreza**. São Paulo: Nobel, 1994.

YIN, Robert K. Estudo de caso: **Planejamento e método**. Porto Alegre: *Bookman*, 2002, p.31.

CAPÍTULO 22

IMPACTO DAS REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS NOS INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO E DESEMPENHO ECONÔMICO DA OI S/A

Lidiane Galvão Bessa da Costa

Universidade de Brasília (UNB)

Alinie Rocha Mendes

Universidade de Brasília (UNB)

RESUMO

Este estudo buscou investigar se as reorganizações societárias realizadas pela Oi S/A impactaram seu endividamento e desempenho econômico-financeiro. Essa pesquisa se classifica como exploratória-descritiva com abordagem qualitativa, e a coleta de dados foi realizada através da leitura dos relatórios da administração no sítio eletrônico da Oi S/A, e os dados financeiros- econômicos foram coletados na base de dados da Economática®. Todas as informações compreenderam o período de 2008 a 2016. As reorganizações realizadas entre os anos de 2008 a 2016, sendo incorporação, cisão parcial e uma tentativa de fusão, tiveram como objetivos consolidar os ativos, atuar em todo o território nacional, aumentar a eficiência operacional entre as atividades desenvolvidas, simplificar a estrutura societária e a governança das companhias, e expandir-se para o mercado internacional. Contudo, evidências empíricas encontradas nessa pesquisa demonstraram que essas estratégias não responderam positivamente às expectativas, visto que não contribuíram para o crescimento econômico da companhia. A situação se agravou a partir de 2012, porque o Grupo Oi aumentou seu endividamento em moeda estrangeira para incorporar a Brasil Telecom. Posteriormente em 2014, a tentativa de fusão com Portugal Telecom acabou contribuindo para mais um crescimento no endividamento, e impactou de forma negativa a geração de valor e o retorno sobre ativos, patrimônio líquido e investimentos, seguida de resultados negativos com perdas e desvalorização de suas ações levando ao processo de recuperação judicial da Oi S/A até os dias atuais.

Palavras-chaves: Oi S/A; Reorganização Societária; Endividamento; Desempenho Econômico-Financeiro.

INTRODUÇÃO

Com a globalização e as mudanças na conjuntura econômica, as empresas, com ou sem fins lucrativos, necessitam se manterem em um mercado cada vez mais competitivo, para isso precisam buscar meios de se reorganizarem a fim de atender da melhor forma seus objetivos operacionais e societários. Missaglia (2015) conceitua reorganização societária como procedimentos através dos quais as empresas realizam cisão, fusão, incorporação, divisão, venda ou encerram suas atividades. Dentre os principais motivos que levam as empresas a se reorganizarem estão: a busca por competitividade, o afastamento de divergências entre acionistas, melhoria da imagem perante a opinião pública e o planejamento tributário.

Segundo Rocha e Silveira (2015), ao longo da década de 90 vários setores como Telecomunicações, Siderurgia, Ferrovias, dentre outros, passaram por uma rodada de privatizações no país, e o que se presenciou posteriormente foi um profundo processo de reorganização societária, incluindo fusões, aquisições, trocas de ativos e incorporação de empresas.

A Privatização do setor de Telecomunicações em 1998, o avanço da Tecnologia, acompanhado do aumento de usuários nos serviços de telecomunicações, fez o Brasil atrair grandes empresas dispostas a investir (Mocelin & Barcelos, 2012). De acordo com a Associação Nacional de Telecomunicação (ANATEL), em 2018 o setor registrou no Brasil 324 milhões de assinaturas, e segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), 98,2% dos brasileiros tem acesso aos serviços de telefonia móvel, o que contribuiu para uma forte competição entre grandes grupos econômicos que disputam parte deste mercado.

Nesse contexto a Oi S/A, empresa do setor de Telecomunicações, atualmente em recuperação judicial, é resultado de diversas incorporações e reorganizações societárias realizadas ao longo dos anos de 2002 e 2016, na tentativa de que seus serviços alcançassem uma abrangência nacional, tornando-a mais competitiva para disputar com as demais empresas do setor.

Portanto este estudo busca responder o seguinte problema de pesquisa: As reorganizações societárias realizadas pela Oi S/A impactaram seu endividamento e desempenho econômico-financeiro? Portanto o objetivo geral é analisar se as reorganizações societárias impactaram a saúde financeira da empresa, para tanto este trabalho busca verificar o histórico das reorganizações da empresa, analisar seu desempenho econômico, e analisar o endividamento, e por fim comparar os resultados.

A escolha e relevância do tema se deu pela importância dos indicadores contábeis como instrumento de diagnóstico financeiro das entidades. Também é importante contribuir com a literatura no sentido da relevância em avaliar os custos embutidos nas reorganizações societárias, para que os usuários da informação contábil tenham conhecimento dos impactos dessas estratégias na firma, visto que qualquer mudança relevante em empresas do porte da Oi S/A, ocasionam impactos no mercado, na geração de emprego, de renda e no fornecimento de serviços essenciais como o de telecomunicação.

REVISÃO DE LITERATURA

Oi S/A

A partir do ano de 1997, com a criação da Lei Geral de Telecomunicações iniciou no Brasil o processo de privatização de empresas estatais de telefonia, em 1998 foram criadas as empresas Telemar com atuação em 64% do território nacional e a Brasil Telecom com atuação em 30%. A Oi foi uma marca criada pela Telemar em 2002 com a finalidade de atuar no ramo de telefonia móvel, posteriormente foi feita uma reorganização societária da Telemar com a Brasil Telecom, garantindo presença em todo território nacional. (Santos, 2014)

Em 2011, a Oi iniciou o processo de reorganização societária com o objetivo de transformar as três empresas do grupo, Telemar (TMAR), TNL e Brasil Telecom (Brt), cujas ações eram negociadas na bolsa de valores, em uma só, denominada Oi S/A. Neste mesmo ano foi formalizada a aliança industrial entre a Oi e a Portugal Telecom permitindo a empresa negociar suas ações nas bolsas de valores de São Paulo e Nova Iorque. Segundo a Teleco (2015) em 2010 a Portugal Telecom assinou um termo de compromisso para fazer parte do grupo Oi, adquiriu 10% de participação acionária, havendo assim uma entrada da Portugal Telecom no grupo cuja Oi é controladora. Em 2013, foi anunciada a união das atividades da Oi com a Portugal Telecom, nesse processo a empresa aumentou seu capital com os ativos portugueses e africanos da Portugal Telecom.

As demonstrações que passaram a ser consolidadas permitiram uma visão ampla da situação financeira após essa aquisição: o valor que representa a dívida, em milhões, das empresas Portugal Telecom e Oi, foram respectivamente, 14.480 e 30.262. (Gontijo, 2013).

E em 20 de julho de 2016 a Oi entra com o pedido de Recuperação judicial, com o objetivo de preservar os serviços prestados a seus clientes

enquanto renegociar suas dívidas, e atualmente segundo o relatório anual de sustentabilidade (2017), a Oi S/A atua em todo território nacional oferecendo uma variedade de produtos de telecomunicações integrados para clientes residenciais, empresas e órgãos governamentais, além disso, sua cobertura móvel 2G abrange cerca de 93,0% da população brasileira, possuindo em torno de 16,5% do *Market-share* em telefonia móvel e de 33,2% em telefonia fixa.

Reorganizações Societárias

Com os impactos da globalização no ambiente de negócios e as novas necessidades do mercado, as empresas necessitam cada vez mais se manterem competitivas, adotando ações estratégicas para o alcance da produtividade e eficiência operacional. Sendo assim, uma das formas de inovar e agregar valor à empresa, é através da reorganização societária que permite englobar uma fatia maior de mercado, ampliar o campo de atuação com um número maior de clientes, e também diminuir a concorrência (Dhingra & Aggarwal, 2014).

As reorganizações societárias podem ocorrer através de quatro técnicas, são elas: Fusão, Cisão, Incorporação ou Transformação. A lei das Sociedades Anônimas (LSA) em seu artigo 223 dispõe que a incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais ou diferentes e deverão ser deliberadas na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.

Nos dizeres de Borba (2018), fusão, cisão e incorporação, podem ocorrer tanto em sociedade empresária quanto em empresas cujo titular seja o empresário individual. Sendo que a fusão e incorporação servem como concentração, junção de empresas, e a cisão configura-se desconcentração societária. Para as companhias de capital aberto cabe à Comissão de Valores Mobiliários - CVM estabelecer as normas que irão contabilizar e avaliar às operações de fusão, cisão e incorporação segundo a Lei 6.404/76.

O processo de fusão compreende a união de duas ou mais sociedades para formar uma nova, e são sucedidos em decorrência desse processo para a nova sociedade todos os direitos e obrigações, pois, na fusão as empresas fusionadas deixam de existir. Segundo o que estabelece a Lei nº 6.404/76. O processo de fusão de empresas concretiza-se no ato em que estas se unem, mudando a personalidade jurídica e formando uma nova sociedade (Borba, 2018).

De acordo com o Art. 228 da LSA, a fusão constitui negócio plurilateral que tem por finalidade jurídica a integração de patrimônios societários em uma nova sociedade, e uma das consequências principais desta operação jurídica é a extinção de todas as sociedades fundidas para

que surja uma nova sociedade. No referido artigo, fica disposto de forma clara que as empresas ao se fundirem, sendo fusão de duas ou mais sociedades, estas se tornaram uma, todos os direitos e também obrigações se realizarão na nova sociedade.

Já na Cisão a companhia transfere para outra sociedade existente ou criada para esse fim parcelas total ou parcial do seu patrimônio. De forma prática, a empresa “A” quando cindida gera duas novas sociedades “A1” e “A2”. Se “A” transferir 100% do seu patrimônio, ela deixa de existir, ou se “A” apenas divide seu capital ocorre cisão parcial; em ambos os casos são sucedidos todos os direitos e obrigações. Portanto, cisão caracteriza uma desconfiguração societária através da divisão da participação dos sócios dando início a criação de novas sociedades cindidas, a fim de satisfazer os interesses individuais e harmonizar eventuais conflitos (Borba, 2018). Na Cisão o patrimônio é dividido em parcelas e transferido para uma ou mais sociedades, a transferência é realizada para a empresa previamente criada para este fim, e ocorre então a extinção da empresa cindida (Rizzardo, 2018).

De acordo com Terres, Borba e Souza (2011), são muitos os motivos pelo qual as empresas fazem cisão, podem ser: com o objetivo de liderar ou transferir principalmente imóveis que tenham interesse de manter para venda em outras empresas, reduzir custos operacionais, viabilizar e ampliar o negócio, aumentar e diversificar as atividades, ou somente transformar sua estrutura a fim de atender às exigências do mercado de forma mais moderna e eficiente.

Quanto à Incorporação, o art. 227 da Lei 6.044/76 dispõe que é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos direitos e obrigações. “A” absorve “B”, e nesse processo a incorporadora deixa de existir. Inicia-se a incorporação de empresas por meio de assembleias na incorporadora e na incorporada. Segundo Borba (2018), a incorporadora por meio de perícia avalia o patrimônio líquido da incorporada, e posteriormente aprova ou não a incorporação com a incorporada, através da assembleia que dará autorização aos seus administradores para protocolar a subscrição do capital da incorporadora.

Rizzardo (2018) discorre que se impõe a incorporação para fins de reorganização societária, ou mesmo em razão de outras motivações, como evitar a concorrência de empresas que atuam no mesmo ramo de atividades ou de produção, conseguir o monopólio em setores da economia. Em notícia publicada pela Folha de São Paulo em 2017, empresa Natura Cosméticos S/A. incorporou duas marcas internacionais, a Britânica The Body Shop, em 2018, e a Australiana Aesop, no ano de 2013. Ambas as incorporações foram com o objetivo de expandir-se no exterior.

A transformação é a operação pela qual se muda, altera-se ou modifica-se o tipo societário de uma organização (Weber, 2008). No processo de transformação a companhia muda seu tipo societário para outro, se assim por unanimidade for decidido pelos acionistas e quotistas, ou caso contrário estiver previsto a transformação no contrato social, sem que haja dissolução ou liquidação da mesma, de acordo com art. 220 da LSA. Neste caso, a transformação não prejudicará em caso algum o direito dos credores, mantendo-se as mesmas garantias que o tipo societário anterior lhes oferecia. Segundo Carvalhosa (2002) na transformação “não existe dissolução ou liquidação da pessoa jurídica, mas sim a extinção dos atos constitutivos, que são substituídos por outros”.

Em seus estudos Richetti e Toigo (2016) discorrem que é comum constituir uma empresa limitada “piloto”, e depois de ter toda sua estrutura legal estabelecida ser transformada em sociedade anônima, porém esse processo não é somente aplicado em grandes empresas, mas em qualquer tipo de empresa.

Análise econômico-financeira e estudos empíricos

Para as empresas que buscam diferenciais para se manterem atuantes e obterem sucesso nas suas operações, torna-se necessário o controle eficiente das finanças, e uma das ferramentas utilizadas além das reorganizações societárias, é a análise econômico-financeira. Portanto, essa análise auxilia a interpretação e compreensão do desempenho financeiro e econômico da entidade no decorrer do tempo, permitindo, por exemplo, verificar tendências, observar o desenvolvimento das práticas realizadas e estabelecer perspectivas futuras, ou seja, podendo proporcionar a companhia um melhor planejamento de suas atividades operacionais.

Diversos agentes econômicos têm interesses diversificados em relação aos resultados evidenciados na análise econômico-financeiro, ou seja, a análise atende a diversos tipos de demandas por informações. Os usuários internos estão interessados em avaliar o retorno dos investimentos aplicados, gerenciar e controlar os resultados obtidos, determinar políticas tributárias e avaliar a segurança quanto a recuperação dos recursos financeiros investidos na entidade. Por outro lado, os usuários externos estão interessados em medir a competência de pagamento da companhia, avaliar a capacidade de rentabilidade dos recursos da empresa, verificar o grau de endividamento da empresa, dos retornos de seus ativos fixos e distribuição de dividendos, entre outros (Gitman, 2010).

Diante do contexto foram realizados alguns estudos com a temática proposta nesse artigo, conforme a Tabela 1:

Tabela 1. Estudos Anteriores

Autores	Objetivo	Variáveis Utilizadas	Principais Resultados
Macohon, Zittei, & Klann (2016)	Analisaram a variância dos indicadores de desempenho de 47 empresas com ações negociadas na BM&FBOVESPA que passaram por operações de combinação de negócios no ano de 2010	ROA, ROE, Valor de Mercado, Endividamento, Margem Líquida e Tamanho	Conclui-se que as variações estatisticamente significativas no período de análise podem não estar correlacionadas às operações de combinação de negócios
Romano e Almeida (2015)	Investigaram os possíveis efeitos no mercado de capitais ocorridos antes, durante e após a fusão da Sadia e Perdigão (nova BRFS.A)	Valor da empresa, retorno das ações	Houve retornos extraordinários positivos e estatisticamente significativos tanto para empresa Sadia (adquirida) quanto para a adquirente (Perdigão), sendo que os retornos da firma adquirida foram maiores do que os retornos da empresa adquirente.
Vidal, Martins, & Gonçalves (2014)	Analisaram o processo de inovação em empresas que adotaram como estratégia a criação de valor e a sinergia através da estratégia de fusão	Metodologia de estudo de eventos	concluiu-se que inovações em produtos e parcerias geraram maior valor diante dos outros tipos de inovações em curto prazo no período pós-fusão
Araújo et al (2017)	Analisaram os resultados obtidos no processo de reestruturação/operação de fusões e aquisições realizado pela empresa de telecomunicações Oi S/A	Metodologia de estudo de eventos	O estudo demonstrou que nem sempre os processos de fusão e aquisição são vantajosos para as partes relacionadas, devido às características

			complexas que envolvem tais operações
Hackbart e Morellec (2008)	Analisaram o comportamento dos retornos de ações em fusões e aquisições	Retorno das ações, beta	concluíram que há retorno extraordinário para as empresas-alvo e próximo a zero para as firmas adquirentes
Melo, Tinoco e Yoshitake (2011)	Avaliaram os efeitos econômicos e financeiros das combinações de negócios ocorridas nas empresas B2W Companhia Global do Varejo, JBS S.A e Braskem	Indicadores de rentabilidade, liquidez e endividamento	Os resultados da pesquisa apontam que as operações podem ter impactado negativamente os resultados econômicos das empresas.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo teve como objetivo principal analisar se as reorganizações societárias realizadas pela Oi S/A impactaram seu endividamento e desempenho econômico-financeiro, portanto essa pesquisa se classifica como exploratória-descritiva com abordagem qualitativa, definido por Matias-Pereira (2006) como sendo o método utilizado quando as informações não podem ser quantificáveis, sendo analisados de forma indutiva permitindo empregar diferentes concepções e estratégias de investigação, e também quantitativa visto que se avaliam os indicadores. Por fim Marconi e Lakatos (2007) complementa que a pesquisa exploratória-descritiva visa construir maior clareza de conceitos e identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Quanto aos procedimentos utilizados na coleta de dados, a pesquisa se classifica com documental, que inclui todos os materiais e pesquisas divulgados sobre o tema proposto, sendo uma fonte rica de dados permitindo ao pesquisador uma análise e manipulação reforçada das informações (Marconi & Lakatos, 2007). A coleta de dados foi realizada através da leitura dos relatórios da administração no sítio eletrônico da Oi S/A, e os dados

financeiros- econômicos foram coletados na base de dados da Economática®, todas as informações compreenderam o período de 2008 a 2016. Optou-se pela escolha até o ano de 2016, porque a partir desse ano a empresa entrou em processo de recuperação judicial, e as reorganizações societárias mais relevantes foram realizadas no recorte temporal escolhido.

Inicialmente, foram estruturadas as informações dispostas nos relatórios de administração e notas explicativas em relação as reorganizações societárias da companhia. Após foram identificados os dados relevantes disponibilizados nesses documentos, e buscou-se compreender a natureza das informações evidenciadas. Após foram coletados os dados econômico-financeiros para o cálculo dos índices conforme a tabela 2.

Tabela 2. Indicadores de Desempenho e Endividamento

Indicadores	Descrição	Fórmula	Base
IMOB_CAP	Imobilização do Ativo Fixo / Capital Próprio	do Ativo Fixo / Patrimônio Líquido	Assaf (2020), Tavares e Penedo (2018)
END_Fin	Endividamento Financeiro	Empréstimos e Financiamentos (Curto e Longo Prazo) / Patrimônio Líquido	Assaf (2020), Selvam et al. (2016)
END_Geral	Endividamento Geral	Passivo Circulante / Patrimônio Líquido	Assaf (2020), Selvam et al. (2016)
END_LP	Endividamento de longo prazo	Passivo não circulante / Ativo Total	Assaf (2020), Vieira, Neves e Dias (2019)
EBITDA	EBITDA sobre o Ativo Total	Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização / Ativo Total	Santos e Brito (2012), Selvam et al. (2016).
Lev_Fin	Alavancagem Financeira	Lucro Operacional/ Lucro Operacional - Despesas Financeiras	Assaf (2020), Tavares e Penedo (2018)
ROA	Rentabilidade dos Ativos	Lucro Líquido / Ativo Total	Lee (2011), Santos e Brito (2012), Selvam et al. (2016)

ROE	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	do Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	Santos e Brito (2012), Selvam et al. (2016)
ROI	Rentabilidade dos Investimentos	dos NOPAT/ (Ativo Total - Passivo não oneroso)	Assaf (2020), Tavares e Penedo (2018)

Nota: NOPAT (Lucro Líquido + despesas financeiras) * (1-IR)

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

Por fim, na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, foram confrontados os períodos de reorganização com seus respectivos objetivos e se os mesmos impactaram os indicadores econômico-financeiros da companhia.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente procurou-se estabelecer as reorganizações societárias realizadas pela Oi, e suas justificativas no período de 2008 a 2016 como demonstra a Tabela 3:

Tabela 3. Reorganizações Societárias da Oi S/A

Ano	Descrição	Justificativa
2008	Incorporação da Amazônia Celular S.A	Consolidar os ativos relacionados às atividades da Amazônia Celular com a Oi
2009	Incorporação da Brasil Telecom	Atuar em todo o território nacional
2011	Incorporação da Way TV	Aumentar as eficiências operacionais entre as atividades desenvolvidas
2012	Cisão Parcial da TMAR, sendo incorporada pela Coari, em seguida A Coari e TNL foram Incorporadas pela Brasil Telecom que mudou sua denominação para Oi S/A	Simplificar a estrutura societária e a Governança das Companhias

2014	Tentativa de fusão entre Oi e Portugal Telecom	Expansão para o mercado internacional
2015	Venda da Portugal Telecom	Desacelerar alavancagem, fortalecer a flexibilidade financeira

Fonte: Dados da pesquisa

No ano de 2008, a empresa iniciou uma incorporação com sua controlada indireta Amazônia Celular S/A, que detinha autorizações para exploração de serviços de telefonia móvel celular nos estados do Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará e Roraima, permitindo ao Grupo Oi utilizar recursos de números pertencentes à Amazônia.

No exercício findo de 2008, de acordo com o relatório da administração essa reorganização não trouxe impacto relevante nas demonstrações contábeis, mas garantiu maior eficiência operacional e societária para as empresas envolvidas. Ainda em 2008, o Grupo Oi anunciou a aquisição da Brasil Telecom (BrT) por R\$ 5,3 bilhões, que teve o objetivo de alinhar interesses comerciais ampliar, sua atuação para todo o território nacional e também internacional.

Em março de 2009 foi concluída a reorganização societária com a Amazônia Celular, o que ocasionou um aumento de 7% no patrimônio líquido da Oi conforme relatório da administração, e permitiu consolidar os ativos das envolvidas. Nesse mesmo ano iniciou-se a incorporação da Brasil Telecom, e o Grupo Oi reconheceu pelo valor justo em suas demonstrações contábeis todos os ativos e passivos identificáveis, e os passivos contingentes.

Para adquirir a BrT e investir na implantação da rede de tecnologia 3G o Grupo Oi precisou buscar financiamentos e empréstimos com bancos nacionais e internacionais, que elevaram substancialmente suas obrigações, como demonstra a Tabela 4, além de aumentar suas despesas financeiras devido a juros flutuantes, o que ocasionou redução dos seus lucros.

Tabela 4 - Endividamento

ÍNDICES	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
IMOB_CAP	143%	90%	47%	55%	208%	215%	133%	177%	211%
END_Fin	85%	41%	39%	77%	300%	311%	186%	415%	421%

END_Geral	159%	89%	137%	199%	522%	508%	432%	573%	560%
END_LP	54%	57%	57%	59%	71%	73%	49%	69%	13%

Fonte: Dados da pesquisa

A incorporação com a Tele Norte Leste Participações (TNL) no ano de 2010, e com a Way TV em 2011, buscaram unificar as atividades desenvolvidas, além de aumentar as eficiências operacionais, e no decorrer desse período a Oi obteve um pequeno aumento do endividamento consolidado como demonstra a tabela 4, que foi resultado de empréstimos adquiridos para financiar melhoria da qualidade e atendimento das obrigações regulatórias, segundo relatório da administração.

Em 2012, os acionistas do Grupo Oi aprovaram a reorganização societária de cisão e incorporação, o que possibilitou a concentração de todas as participações acionárias em um única companhia, e teve sua denominação social alterada para Oi S/A. O objetivo dessa reorganização era simplificar a estrutura societária e governança, além de aumentar a liquidez das ações e racionalizar custos e despesas operacionais, mas em decorrência dessa mudança os saldos patrimoniais e de resultado das demonstrações consolidadas como foi observado elevaram consideravelmente, e seu endividamento teve um aumento de 48,2%.

Esse endividamento oriundo da reorganização societária é principalmente em moeda estrangeira, de debêntures pública e privados e empréstimos bancários, e no exercício seguinte, em 2013, houve uma redução de R\$ 5,7 milhões, devido à amortização do principal acrescidos de juros atualizados.

No ano de 2014, a Oi S/A divulgou diretrizes para uma potencial fusão envolvendo a Portugal Telecom, com o objetivo de combinar negócios e atividades em Portugal e na África, criando uma nova companhia denominada CorpCo, que seria controlada pela PT. Para isso seria necessário aumento do seu capital em R\$ 13,1 bilhões, integralizados em dinheiro e ativos da Portugal Telecom, além de capitalização das suas subsidiárias para pagamento do endividamento.

Porém os ativos da Portugal Telecom que foram integralizados ao capital da Oi eram papéis da empresa portuguesa Rio Forte Investments S.A, que não foram quitadas na data acordada, e teve sua falência declarada em dezembro de 2014. Desse modo não foi possível realizar a fusão entre as empresas, e a Oi devolveu esses títulos a PT em troca da transferência de suas ações para as subsidiárias, negociação realizada através de um contrato autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Percebe-se que toda essa negociação envolve cifras bilionárias, e mesmo a fusão

sendo frustrada, o endividamento consolidado da Oi diminuiu no exercício de 2014.

No ano de 2015, após esse longo período de reestruturações societárias como incorporações e fusões, a Oi decidiu vender os ativos da Portugal Telecom para a empresa portuguesa Altice S/A, com o objetivo de diminuir sua alavancagem, fortalecendo-se financeiramente e consolidando-se no mercado do país, segundo o relatório da administração.

O endividamento consolidado da Companhia aumentou 65,13% em relação a 2014, totalizando R\$ 54.981 milhões, isso porque os ativos e passivos da Portugal Telecom antes classificadas como operações descontinuadas, e com sua efetiva venda passou a integrar a dívida consolidada da Oi. A elevação ocorreu também pela captação de recursos para investimentos e refinanciamento das dívidas.

Nas suas reorganizações societárias a Oi S/A buscou simplificar sua estrutura societária e aumentar sua produtividade e competitividade através da redução de custos. Mas o que se verifica em seus índices de endividamento total, é que ao longo do período houve um aumento significativo, principalmente no período de 2010 a 2016, esse aumento justifica-se pela aquisição de empréstimos e financiamentos, e a absorção de passivos e ativos das incorporadas.

Percebe-se que esses processos de reorganizações societárias trouxeram consequências significativas para o endividamento da Oi, principalmente de 2011 para 2012 em decorrência da reorganização societária em que foram sucedidos todos os bens e direitos, inclusive as obrigações. Da mesma forma impactaram os indicadores de desempenho da companhia conforme dispõe a Tabela 5.

Tabela 5. Indicadores de Desempenho

ÍNDICES	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
EBITDA	16,4	-11,7	24,0	17,0	18,9	18,6	20,1	9,9	0,2
Lev_Fin	2,2	2,7	2,3	2,8	2,7	1,9	-167,4	-11,8	12,3
ROA	5,8	-5,0	7,3	3,2	2,6	2,1	-4,3	-5,5	-8,7
ROE	17,4	-13,2	17,6	9,2	16,3	13,1	-28,6	-31,7	-53,0
ROI	11,4	-5,6	9,3	6,0	9,6	6,7	6,4	2,8	0,1

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

Observa-se pelo EBITDA que a capacidade da empresa em gerar caixa através de suas estratégias operacionais diminuiu ao longo do período, principalmente nos anos de 2009 e 2016, o que impactou o pagamento dos seus credores e conseqüente aumento do endividamento. A alavancagem financeira apresentou leve oscilações até 2013, porém em 2014 e 2015 o custo da dívida foi maior que o retorno, explicado pelo acréscimo dos passivos da Portugal Telecom na dívida consolidada da Oi.

Analisando o retorno sobre os ativos (ROA), que mede a capacidade dos ativos em gerar lucro, o que se pode perceber é que houve oscilações, e quedas sucessivas no período de 2012 a 2016, explicada pela redução do lucro operacional. O lucro operacional da Companhia reduziu principalmente pelo resultado negativo de equivalência patrimonial das suas controladas, e no ano de 2015 pela Portugal Telecom.

Para avaliar a capacidade da Oi em valorizar seus próprios recursos e dos investidores foi utilizado o indicador de rentabilidade sobre o patrimônio (ROE), e o que se pode verificar no quadro 5 é que no período de 2014 a 2016 tiveram resultados negativos. O ROE é calculado pela razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido, e ambos tiveram impactos negativos, o primeiro pelo aumento das despesas financeiras oriundas dos empréstimos e financiamento, e a segunda pelos sucessivos aumentos dos prejuízos acumulados. O mesmo ocorreu com o retorno sobre os investimentos que diminuiu ao longo do período, ou seja, a capacidade de gerar valor para os investidores através das suas estratégias operacionais e financeiras não foi eficiente. Dessa forma, verifica-se que os principais impactos gerados pelas reorganizações societárias nos indicadores de desempenho, se deu de 2013 para 2014, fruta da defasagem temporal entre o aumento do endividamento e a capacidade de geração de recursos.

CONCLUSÃO

No Brasil, grupos econômicos buscam o crescimento e a eficiência, como ocorreu na fusão entre Sadia e Perdigão que formaram a BRF Foods, uma das maiores companhias do mundo. Contudo, no caso das reorganizações societárias da Oi S/A a pesquisa verificou que logo após à aquisição da Brasil Telecom, a marca Oi se consolidou e tornou-se uma das mais importantes empresas de telecomunicações brasileira, além de garantir maior cobertura em todo território nacional.

Entretanto, verificou-se que a situação econômica da companhia a partir de 2012 sofreu impactos em seus resultados bem como no seu endividamento, visto que para adquirir a Brasil Telecom a empresa contraiu empréstimos e financiamentos com um grande volume em moedas

estrangeiras. Em seguida, ocorreu a parceria estratégica internacional com a Portugal Telecom, que ocasionou a incorporação de passivos na dívida consolidada da empresa, seguida de resultados negativos com perdas e desvalorização de suas ações levando ao processo de recuperação judicial da Oi S/A até os dias atuais.

Este estudo revelou que as reorganizações societárias realizadas pela companhia com o objetivo de aumentar a competitividade, expandir sua atuação no mercado, melhor liquidez, além de simplificar sua estrutura societária, acabaram contribuindo para o crescimento do seu endividamento e impactando de forma negativa a geração de valor e o retorno sobre ativos, patrimônio líquido e investimentos, demonstrando que tais reorganizações não contribuíram para o objetivo de crescimento econômico, conforme foi destacado no quadro 2.

Dessa forma, sugere-se como futuros estudos, trabalhos que venham relacionar empresas nacionais ou estrangeiras com as mudanças macroeconômicas, e se estas mudanças vêm afetar a saúde financeira das empresas que e quais as medidas tomadas para evitar estes cenários. Outra linha interessante seria abordar quais as atividades de negócios em que mais ocorrem esses processos de reestruturações, comparando com países mais desenvolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações (2018). *Relatório anual 2018*. Recuperado de <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2018-06/aceso-servicos-de-telecomunicacoes-diminui-em-2017>

Araújo, L. M et al . (2017). Fusões e Aquisições no Contexto da Globalização. *Revista de Gestão*, 1(3), 1-26.

Assaf, N. A (2020). *Estrutura e análise de balanço: um enfoque econômico-financeiro*. São Paulo, SP: Atlas.

Borba, J. E. T. (2018). *Direito Societário*. São Paulo, SP: Atlas.

Carvalhosa, M. (2002). *Comentários à lei de sociedade anônima: Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as modificações das Leis nº. 9.457, de 5 de maio de 1997, e nº. 10.303, de 31 de outubro de 2001*. São Paulo, SP: Saraiva.

Dhingra, D., & Aggarwal, N. (2014). Corporate restructuring in India: a case study of Reliance Industries Limited (RIL). *Global Journal of Finance and Management*, 6(9), 813-820.

Gitman, L. (2010). *Princípios de administração financeira*. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall.

Hackbart, D., & Morellec, E. (2008). Stock returns in mergers and acquisitions. *The Journal of Finance*, 63(3), 1213-1252. Doi: 10.1111/j1540-6261.2008.01356.x

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (1976). Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF. Recuperado de : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm

Macohon, E. R., Moreira Zittei, M. V., & Klann, R. C. (2016). Análise da variância dos indicadores de desempenho das empresas que passaram por operações de combinação de negócios. *Contextus – Revista Contemporânea De Economia E Gestão*, 14(2), 199-211. <https://doi.org/10.19094/contextus.v14i2.852>

Marconi, M, de A., & Lakatos, E. M. (2007). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, SP: Atlas.

Matias-Pereira, J. (2006). *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. São Paulo, SP: Gen.

Melo, I. C. A., Tinoco, J. E. P., & Yoshitake, M. Combinação de Negócios no Brasil em empresas de capital aberto no período de 2005 a 2008: Identificação dos Impactos nas Demonstrações Financeiras. *ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia*, 4 (1), 23-46.

Missagia, L. R., & Velter, F. (2015). *Contabilidade Avançada: Teoria e Questões*. São Paulo, SP: Método.

Mocelin, D. G., & Barcelos, R. L. G. (2012). Tecnologia, competitividade e regulação: a estruturação do mercado das telecomunicações no brasil. *Caderno CRH : revista do Centro de Recursos Humanos*, 25 (66), 409-432.

Oi, RAS. (2017). *Relatório Anual Sustentabilidade*. Recuperado de http://ri.oi.com.br/download_arquivos.asp?id_arquivo=397E8BA8-1DC3-407C-840B-CB52DCE22D44

Ribeiro, A. E. L., & Mário, P. C. (2008). Utilização de metodologias de reestruturação societária como ferramenta de planejamento tributário: um estudo de caso. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, 19 (4), 107-128. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/370>

Rizzardo, A. (2018). *Direito de empresa*. Rio de Janeiro, RJ: Forense.

Rocha, M. A., & Silveira, J. M. F. (2015). Propriedade e controle dos setores privatizados no Brasil: uma avaliação da reestruturação societária pós-privatização. *Revista de Economia Contemporânea*, 19(1), 49-73.

Romano, P. R., & Almeida, V. S. (2015). Análise dos Efeitos em Mercado de Capitais Decorrentes de Fusões: O Caso BRF S.A. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(5), 606-625.

Santos, A.A. do N. (2014). *Avaliação de Empresas Oi S/A*. Tese (Doutorado). Ibmec Business School, Rio de Janeiro, RJ.

Santos, J. B., & Brito, L. A. L. (2012). Toward a subjective measurement model for firm performance. *Brazilian Administration Review*, 9 (2), 95–117.

Selvam, M., Gavarthri, J., Vasanth, V., Lingaraja, K., & Marxiaoli, S. (2016). Determinants of Firm Performance: A Subjective Model. *International Journal of Social Science Studies*. 4(7).

Tavares, V.B, & Penedo, A.S.T. (2018). Desempenho empresarial e níveis de governança corporativa: um estudo longitudinal das empresas listadas na BM&FBOVESPA entre 2001 e 2015. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, 6(23), 160-179.

Teleco. (2015). *Dados operacionais e econômicos anuais do Grupo Oi*. Recuperado de <http://www.teleco.com.br/operadoras/ptelecom.asp>

Terres, J. C. J., Borba, J. A., & Souza, M. M. (2011). Reorganizações Societárias: uma análise dos processos de cisão arquivados na JUCESC entre os anos de 2006 e 2008. *Revista Universo Contábil*, 7(1), 36 – 48.

Vidal, P. G., Martins, I., & Gonçalves, P. (2014). Inovação de empresas em processo de fusão: um estudo das empresas de serviços e indústria. *Revista de Ciências da Administração*, 16(369), 26-40. Doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n39p27>

Weber, S. A. V. (2008). Transformação, incorporação, fusão e cisão. *Revista de Negócios*, 6 (2), 22-32.

CAPÍTULO 23

UMA ANÁLISE DO PERFIL DA DÍVIDA ATIVA DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS BRASILEIRAS

Darlan de Moura Ponte

Universidade de Brasília (UnB)

Matheus Henrique Bastos Leite

Universidade de Brasília (UnB)

Alinie Rocha Mendes

Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo inicial de analisar o perfil da dívida ativa das Organizações Contábeis (OCs). Foram selecionados 71.165 CNPJs cujos CNAEs se enquadram na prestação de serviços contábeis. Na amostra selecionada, foram analisados 9.490 CNJPs que possuíam algum tipo de dívida previdenciária ou de FGTS na base de dados disponibilizada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), segregados por estado da federação. Os resultados apontam que o montante da dívida vinculado às Organizações Contábeis, sendo previdenciária ou de FGTS, ultrapassa a marca de R\$780 milhões em débitos, entre situação regular e irregular. O estado de Tocantins apresentou o maior percentual da amostra, no qual 27% das OCs possuem algum tipo de dívida previdenciária ativa. Entre os estados com maior média de valor por débitos vinculados ao FGTS, o DF se destaca com a maior média, em um valor aproximado de R\$78.000 por OC devedora. Diante dos resultados, conclui-se que uma parcela considerável das Organizações Contábeis brasileiras possui um nível de desacordo com suas responsabilidades sociais e fiscais. Em relação à prática de suas atividades, as OCs atuam como agente de conscientização aos contribuintes acerca da importância do recolhimento dos tributos, podendo gerar influência negativa perante a sociedade.

Palavras-chave: Dívida ativa. Organizações Contábeis. Sistema Previdenciário. FGTS.

Método da Pesquisa: MET2 – Estudo de Caso/Campo

Área de Conhecimento da Pesquisa: Contabilidade Fiscal

INTRODUÇÃO

O capitalismo, segundo a escola Keynesiana, consiste no acúmulo de capital, ou seja, concentração de riqueza e renda por meio de classes sociais. Acaba que o acúmulo excessivo de renda por parte de algumas classes tende a gerar uma desigualdade social entre esses grupos. Essa desigualdade muitas vezes dá-se pelo fato de que certos grupos sociais, que na maioria das vezes são os empresários, terem a propriedade dos meios de produção. Dessa forma, a riqueza acaba se concentrando nas mãos daqueles que possuem os meios necessários para gerar renda, seja por meio de maquinários, terras ou instalações industriais (KEYNES, 1996).

Hobbes (1974) ressalta que a natureza humana está alicerçada no desejo do homem pelo poder. Na visão desse pensador, a igualdade entre os indivíduos é firmada por meio de um contrato social estabelecido por leis. O Estado, em suas atribuições, atua como regulador intervindo na economia por meio de políticas públicas na intenção de coordenar as relações privadas do mercado. As metas sociais criadas pelo Estado têm a função de amenizar os problemas causados pelo próprio sistema capitalista e distribuir as riquezas produzidas entre todos da população (GRAU, 2007).

Segundo Giambiagi e Além (2011) o governo exerce três funções principais por meio da política fiscal: Função Alocativa, Função Distributiva e Função Estabilizadora. A primeira corresponde ao fornecimento de bens públicos em que o governo determina o tipo e a quantidade de bens públicos a serem ofertados à população. A segunda está relacionada a ajustes na distribuição de renda entre os meios de produção, podendo ser feita por meio de impostos ou subsídios, na intenção de garantir a conformidade na qual a sociedade considere justa. Por último, a terceira função tem por objetivo o uso da política econômica com pretensão o alto nível de emprego, estabilidade de preços e obtenção de taxa adequada de crescimento econômico.

Na tentativa de equalizar a distribuição de renda no cenário capitalista, conforme mencionado acima, o tributo, dentro da política econômica, tem o objetivo de proporcionar maior igualdade dentro da sociedade, pois interfere diretamente na distribuição de renda. Sendo assim, o governo deve manter a justiça fiscal levando em consideração não somente a arrecadação do tributo, mas também a função social dele. Logo, pode-se perceber a importância que o tributo exerce na sociedade e como o recolhimento desse pelas esferas governamentais impacta nas políticas econômicas e fiscais. A partir do recolhimento do tributo é gerada a receita

do Estado, que será utilizada para cumprir suas finalidades e obrigações, por meio de dispêndios do Estado em prol da sociedade.

Nesse sentido, o presente estudo tem foco nas contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Cabe ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio da Súmula 353, dispõe que o FGTS possui natureza de contribuição social afastando, assim, o caráter de tributo e sua aplicação conforme expresso no Código Tributário Nacional (CTN). Entretanto, alguns autores compreendem que o FGTS possui sim exação tributária. Segundo Carrazza (2007) as contribuições sociais podem ser divididas em impostos ou taxas, dependendo da contraprestação da exação, entendendo-se assim a Contribuição ao Instituto Nacional da Seguridade Social como taxa. Favacho e Brasil (2015) relatam que a destinação da receita sendo ela de exclusividade ou não dos cofres públicos, não altera o caráter tributário. Esses mesmos autores apontam que o Governo Federal vem tomando empréstimo desse Fundo, caracterizando como um empréstimo compulsório ilegal, ou seja, não constituído por Lei Complementar. Com isso, na essência de sua arrecadação, o FGTS tem de fato fins públicos e, por tanto, será considerado como espécie de tributo no estudo em questão.

A contribuição, ou seja, o pagamento dos tributos previdenciários e do FGTS são de grande importância, tanto para o empregado quanto para o Estado. A partir do recolhimento dos tributos previdenciários o Estado disponibiliza financiamento ao trabalhador para garantir sua estabilidade financeira em período de aposentadoria. O investimento para a estabilidade parte do próprio empregado, ou seja, o Estado não contribui com os valores que são recolhidos dos contribuintes, apenas assume o papel fiscalizador.

No caso do FGTS, a contribuição garante ao trabalhador o direito de usufruir parte do valor do fundo nos casos de demissão sem justa causa por parte do empregador. Dessa forma, o trabalhador não fica desamparado financeiramente enquanto busca novas oportunidades no mercado de trabalho. A contribuição do FGTS também gera benefícios ao Estado, pois como já foi mencionado em parágrafos anteriores, o governo pode tomar valores do fundo, na forma de empréstimo, para finalidades específicas.

Tendo em vista os fatos supracitados, o presente estudo tem como questão central de pesquisa: qual o perfil da dívida ativa dos tributos previdenciários e de FGTS nas Organizações Contábeis? Cujo o objetivo é identificar se as Organizações Contábeis têm realizado o recolhimento dos tributos previdenciários e de FGTS corretamente. Entende-se que estas instituições possuem um papel fundamental na conscientização social e

tributária dos contribuintes e da sociedade em geral, sendo assim, é de extrema importância que essas organizações cumpram com as obrigações fiscais estabelecidas por lei.

O estudo se mostra relevante visto que o recolhimento dos tributos tem a finalidade de custear as despesas do governo, assim como realizar as contribuições sociais necessárias para o desenvolvimento do Estado e melhorar o bem-estar dos cidadãos, por meio de investimentos em programas de saúde, educação, manutenção da infraestrutura, entre outros. Além disso, contribui para expansão da literatura nacional sobre o tema na área da contabilidade, em especial no ramo tributário e no aspecto social.

REFERENCIAL TEÓRICO

DÍVIDA ATIVA

Conforme o Art. 39 da Lei nº 4.320/64, a Dívida Ativa consiste no crédito da Fazenda pelas receitas públicas que, por algum motivo, não foram recebidas dentro do prazo estabelecido. Para que um determinado contribuinte seja registrado na Dívida Ativa é necessário que seja realizado, anteriormente, uma apuração da liquidez do débito e da certeza do não pagamento do tributo por parte das autoridades responsáveis pela fiscalização. Por sua vez, Lopes (2009) define a Dívida Ativa como o valor que é cobrado por lei pela Fazenda Pública, sendo ou não de sua titularidade, onde o crédito é inscrito no órgão público competente após a conclusão do devido processo administrativo legal e passado o prazo para pagamento da dívida pelo devedor.

Segundo a Lei de Execução Fiscal, a inscrição da Dívida Ativa constitui em ato de controle administrativo de legalidade. O órgão responsável deve apurar a liquidez e certeza do crédito, suspendendo a prescrição por 180 dias ou até a distribuição da execução fiscal, caso esta ocorra antes do fim do prazo (BRASIL, 1980, artigo 2º, parágrafo terceiro). Cabe à PGNF a gestão administrativa e judicial dos créditos tributários (previdenciários e não previdenciários) e não-tributários. Logo, A PGNF é a autoridade pública competente responsável pela inscrição do crédito tributário vencido na Dívida Ativa.

A cobrança para o pagamento do crédito vencido, após a inscrição da Dívida Ativa da União (DAU), pode se dar de duas formas: Cobrança amigável, realizada por meio do Poder Judiciário ou por meio de execução fiscal, via cobrança judicial. Após esgotadas as oportunidades realizadas pela

cobrança amigável para a quitação administrativa do débito, passa a ser realizada a cobrança judicial, na qual o devedor é direcionado à Certidão de Dívida Ativa (CDU). Essa etapa do processo constitui-se por meio de execução fiscal no âmbito do Poder Judiciário. (PGFN, 2013).

A partir do ano de 1987, o índice de inadimplência fiscal em comparação ao PIB começa a ter uma crescente. Se for levado em consideração a existência de uma parcela ponderável de tributos que ainda foram pagos e que não estão inscritos como Dívida Ativa, esse indicador passa a ter uma análise mais agravante (SANTOS, 2001). Moreira (2003) aponta que a Dívida Ativa tem aumentado de forma bastante expressiva, passando de 0,1% do PIB em 1986 para 13% em 1998. Em julho de 2003 a Dívida Ativa da União atingiu R\$192 bilhões, não sendo considerado nesse montante os dados da Previdência Social. Logo, nota-se que os valores inscritos em Dívida Ativa são significativos e podem impactar no equilíbrio das contas do Balanço Patrimonial da União.

SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO

Entende-se por sistema previdenciário social, o fundo de recursos financeiros destinado à população adulta quando afastada do mercado de trabalho, seja por motivos de doença, desemprego involuntário, invalidez, idade avançada ou tempo de serviço. No Brasil, de acordo com Batich (2004), o sistema previdenciário tem início em meados do século XX, quando empregados de uma mesma empresa privada criaram fundos de auxílio, em que o trabalhador também colaborava, com o objetivo de garantir uma forma de subsistência quando não fosse possível manter o trabalho por motivos de doença ou velhice.

A seguridade social foi instaurada de fato no Brasil em 1923, por meio da Lei Eloy Chaves, em que fora criado a Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP). À época, essa lei obrigou as companhias ferroviárias do país a criar uma CAP como departamento responsável por recolher a contribuição do patrão e a dos funcionários e pagar o benefício aos aposentados e pensionistas (WESTIN, 2019).

Por mais que as CAPs tenham sido criadas pelo governo, essas não apresentavam caráter estatal, pois o financiamento e administração dos recursos tinham natureza civil. A organização dessas CAPs evidencia que a primeira manifestação do sistema previdenciário brasileiro se fundamenta sob as bases de um sistema privatista, ou seja, por uma empresa, possuindo

autonomia em relação ao poder público e com regime de capitalização (SILVA e COSTA, 2016, apud AZEREDO, 1993).

Em meados dos anos de 1930 as CAPs deram lugar aos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP). Estes possuíam a função de efetivar o controle financeiro, administrativo e diretivo do sistema previdenciário como um todo. Segundo Ibrahim (2015) a unificação das caixas de pensões em institutos ampliou a representatividade estatal perante o sistema previdenciário nacional, pois possuíam natureza autárquica e eram subordinadas à União, reforçando assim o controle público sobre esse sistema.

Com o Decreto-Lei de nº. 7.835/45 foi determinada a majoração das prestações de benefícios concedidos pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e estabeleceu os limites máximos e mínimos para eles. Esses limites foram expressos no Art. 2 dessa lei:

“A partir da data da vigência deste Decreto-lei, as prestações dos benefícios de aposentadoria ou de auxílio pecuniário por motivo de doença, bem como dos de pensão, não serão inferiores, respectivamente, a 70% (setenta por cento) e a 35% (trinta e cinco por cento) do salário mínimo local, de adulto, fixado de acordo com as leis respectivas, nem superiores, respectivamente a Cr\$ 1.700,00 (mil e setecentos cruzeiros) e a Cr\$ 960,00 (novecentos e sessenta cruzeiros)” (BRASIL, 1945).

O cenário em que esses IAPs funcionavam, assim como foi também com a Caixa de Aposentadorias e Pensões, era caracterizado pelo sistema de capitalização, ou seja, cada indivíduo ficava responsável pelo custeio do seu benefício. Sendo assim, com a criação de cada um desses Institutos, aumentou-se substancialmente os gastos para o governo, uma vez que, com o princípio da tripartite paritária, a contribuição do Estado e das empresas não poderia ser menor do que a dos empregados. Segundo Santos (2009), esse fato foi fundamental para o fim do modelo de capitalização, pois o repasse que cabia à União era insuficiente para o sistema de contribuição tripartite. Outro aspecto importante que gerou o declínio do modelo de capitalização foi a utilização indevida dos recursos da Previdência por parte do estado.

Por meio do Decreto-Lei 72/1966 os Institutos de Aposentadoria e Pensões foram unificados e criou-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), vinculado ao Ministério do Trabalho e Aposentadoria. Com essa lei houve a uniformização da legislação das contribuições e dos benefícios, assim como a perda da gestão da instituição por parte dos

trabalhadores. Logo, com base no Art. 4 dessa lei, o cargo de gestão fica nomeado em comissão pelo Presidente da República, por indicação do Ministro do Trabalho e Previdência.

A partir da Constituição Federal de 1988, Art. 194, o conceito de Seguridade Social passa a abranger as áreas da Saúde, Assistência Social e Previdência Social. E, em 1990, o Decreto- Lei nº. 99.350/1990 estabelece a fusão entre o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Mediante o Art. 3 desse Decreto competia ao INSS:

- I - promover a arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sociais e demais receitas destinadas à Previdência;
- II - gerir os recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social;
- III - conceder e manter os benefícios e serviços previdenciários; executar as atividades e programas relacionados com emprego, apoio ao trabalhador desempregado, identificação profissional, segurança e saúde do trabalhador. (BRASIL, 1988)

Ante o exposto, nota-se que o sistema de previdência brasileiro passou por diversas mudanças durante o período do século XX até ser estruturado no formato atual. Ainda passamos por reformas, sendo a última providenciada pela Emenda Constitucional nº. 103/2019, a qual estabeleceu mudanças como idade mínima, tempo de contribuição, novas alíquotas, acúmulo de pensão, entre outros pontos importantes. Todas essas mudanças foram necessárias para que o sistema brasileiro de previdência possa ser sustentável.

FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)

Assim como a Seguridade Social, o conceito de estabilidade no emprego também se deu pela Lei nº. 4.682, de 24 de janeiro de 1923, Lei Eloy Chaves. Com base no Art. 42 dessa lei, os empregados das empresas ferroviárias só poderiam ser demitidos em casos de falta grave constatada em inquérito administrativo.

Até então, os trabalhadores que contribuíssem com o pagamento da aposentadoria, ao se vinculassem às Caixas de Previdência, caso fossem demitidos, acabavam perdendo o direito às contribuições, tendo em vista que

não existia legislação que garantisse o retorno desses valores aos empregados. Com isso, a quantidade de associações com as Caixas era bastante reduzida, justamente pelo empregado não possuir essa garantia.

Esse cenário passa a mudar com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sancionada pelo presidente Getúlio Vargas em 1943, pelo Decreto-Lei nº. 5.452, considerado um marco da Era Vargas. O Art. 479 dessa mesma lei estabelece que caso o empregado seja despedido sem justa causa e que o contrato tenha termo estipulado, o empregador será obrigado a pagar uma indenização ao trabalhador em virtude da remuneração que este teria direito até o encerramento do contrato. Além disso, o Art. 492 estabelece que se empregado possuir mais de 10 anos de serviço na mesma empresa não poderá ser demitido, a menos que por motivos de falta grave ou circunstâncias de força maior, sendo estas devidamente comprovadas.

Diante dos fatos apresentados e das leis produzidas em favor do empregado, o trabalhador passa a ter garantias dos valores depositados e assegurado, de certa forma, a sua estabilidade no emprego, nos casos de quebra de contrato de trabalho sem justa causa ou em que o trabalhador tenha alcançado mais de 10 anos na instituição em que presta serviço. Entretanto, na prática, a estabilidade não estava sendo bem conduzida pelos empregados, nem pelos empregadores. Acontece que muitos empregadores forçavam a demissão dos empregados antes que atingissem os 10 anos de serviços e, assim, alcançassem a estabilidade. Por outra, alguns empregados forçavam a própria dispensa com o objetivo de ganhar a indenização prevista no Art. 499 do Decreto-lei nº. 5.452 (OLIVEIRA, 2007).

Para sanar os gargalos atrelados à estabilidade, que acabou gerando impasses entre os empregados e empresários, por questões de acordos de trabalho, foi criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pela Lei 5.107/66. Segundo Garcia (2010) o FGTS conceitua-se como um direito trabalhista para empregados urbanos e rurais, cuja finalidade é estabelecer um fundo de depósitos em dinheiro, onde os valores serão destinados para garantir a indenização do tempo dos serviços prestados ao empregador.

O regime do FGTS previa tantos os empregados atuais quanto os empregados que fossem admitidos a partir da vigência da Lei 5.107/66. A preferência por esse regime devia ser realizada mediante declaração escrita anotada na Carteira Profissional do empregado, assim também como no livro de registro. A contribuição do FGTS, conforme a lei mencionada acima, era regida da seguinte forma:

Art. 2º - Para os fins previstos nesta Lei, todas as empresas sujeitas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ficam obrigadas a depositar, até

o dia 20 (vinte) de cada mês, em conta bancária vinculada, importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga no mês anterior a cada empregado, optante ou não, excluídas as parcelas não mencionadas nos arts. 457 e 458 da CLT (BRASIL, 1966).

A administração desse Fundo, conforme expresso na Lei nº. 8.036/90, ficou atribuída ao Conselho Curador do Ministério do Trabalho e Previdência, o qual será responsável pela fiscalização do recolhimento das contribuições por parte dos empregadores, da cobrança dos débitos levantados, como também do lançamento dos créditos de juros e correção monetária nas contas dos empregados e das aplicações dos recursos arrecadados.

Para melhor controle das arrecadações e fiscalização desses valores, as contribuições desse Fundo foram centralizadas em banco único – Caixa Econômica Federal (CEF). À essa instituição financeira foi delegada o papel de agente operador no qual compete a centralização dos recursos, administração das contas vinculadas, elaboração das análises jurídica e econômico-financeira dos projetos de habitação popular, infraestrutura urbana e saneamento básico a serem financiados com recursos do FGTS, assim como a realização de todas as aplicações com recursos do FGTS por meio de sistemas informatizados e auditáveis.

Sobre a natureza jurídica do FGTS, alguns autores apresentam posicionamentos variados em relação a sua definição. De acordo com Maranhão (1992) o FGTS baseia-se num crédito legal dos trabalhadores, decorrentes da execução do contrato de trabalho. Sendo assim, o Fundo é um crédito de direito adquirido expressa em lei mediante o cumprimento do contrato de trabalho. Delgado (2004) por sua vez, enfatiza que o FGTS possui natureza tridimensional quanto aos seus objetivos e estrutura (empregatícia, jurídica e social).

De acordo com o Art. 2 da Lei 8.036/90, o direito de realizar movimentações da conta vinculada do FGTS destina-se ao trabalhador por meio das condições previstas nesse mesmo artigo ou aos seus dependentes, em caso de falecimento do trabalhador. O saque do Fundo pode ser realizado, conforme expresso na Lei nº. 13.932/19, pelas modalidades: Saque-Rescisão ou Saque-Aniversário.

Cabe ressaltar que a definição de trabalhador, expressa no §2º do Art. 15 da Lei 8.036/90, consiste em toda pessoa física que presta serviços a empregador, sendo ele tomador de mão-de-obra ou locador, sendo excluídos do direito ao FGTS os trabalhadores autônomos, os servidores públicos civis e os militares.

ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS (OCS)

O Sistema Tributário Nacional brasileiro compreende o recolhimento de diversas espécies tributárias, onde cada tributo possui um tratamento específico, ocasionando uma complexidade no momento de interpretar as leis tributárias, juntamente com as constantes mudanças que ocorrem. O Art. 96 do Código Tributário Nacional, regido pela Lei 5.172/66, enfatiza que a expressão “legislação tributária” abrange as leis, os tratados, as convenções internacionais, os decretos, as normas complementares que tratam sobre tributos e as relações jurídicas a eles pertinentes.

Dessa forma, levando em consideração as diversas normas que tratam sobre o campo tributário e a complexidade de compreensão atreladas à legislação, existe a possibilidade de o contribuinte realizar o pagamento de forma indevida, onde o valor recolhido pela empresa seja diferente do valor da obrigação legalmente prevista em lei ou até mesmo de realizar o recolhimento do tributo sem que haja a incidência para tal. Diante disso, cresce cada vez mais a demanda por organizações qualificadas na área tributária que prestem serviços voltados ao auxílio e à compreensão das leis tributárias e que utilizem os meios legais para a economia fiscal em favor das empresas, conhecida como elisão fiscal.

Segundo Dória (2001) há duas espécies de elisão fiscal, a primeira trata-se da elisão induzida por lei e a segunda resultante das lacunas na lei. A primeira elisão consiste naquela em que o próprio legislador favorece algum setor econômico, por razões extrafiscais. A segunda espécie de elisão baseia-se nas lacunas da lei tributária das quais os contribuintes utilizam para poder fugir da tributação. A elisão fiscal é realizada por meio de um planejamento tributário onde é realizado um estudo detalhado das empresas, buscando analisar a melhor forma de tributação.

Para Oliveira, Chierigato, Junior, & Gomes (2009) a contabilidade tributária tem por função o gerenciamento dos tributos, de forma que as empresas não sejam penalizadas por sanções legais e fiscais, ou seja, a contabilidade deve ser o suporte da entidade oferecendo o melhor método de tributação a ser utilizado para melhor eficiência dos resultados.

Dentro desse cenário de gestão fiscal, podemos destacar as Organizações Contábeis que são entidades responsáveis pela prestação desses serviços às empresas. A Resolução CFC n.º 1.555/2018 dispõe sobre os requisitos para que uma entidade seja considerada como Organização Contábil. Com base nessa norma, as pessoas jurídicas, sendo estas matrizes

ou filial, constituídas para desempenhar atividades contábeis, em qualquer modalidade, deverão ser registradas em Conselho Regional de Contabilidade de cada jurisdição.

O registro apenas será concedido às organizações que possuírem, dentre seus objetivos, a atividade contábil e quando profissionais contábeis forem detentores da maioria do capital social. Para que esse registro seja admitido à OC solicitante, os profissionais da contabilidade deverão estar com a situação regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

Os serviços ofertados pelas OCs, segundo Figueiredo e Fabri (2000), são disponibilizados conforme a atuação e a necessidade do cliente. Dentre esses serviços pode-se destacar três grandes grupos: atos constitutivos societários, serviços contábeis e os serviços especializados, sendo esse último o ramo no qual é realizada a prestação de serviços voltados a consultorias e assessorias de natureza contábil ou tributária.

No âmbito tributário, as OCs que realizam um bom planejamento podem gerar grandes benefícios econômicos para as empresas, seja pela análise da base de cálculo para verificar se apuração do tributo está sendo realizada de forma correta, encontrando lacunas na lei para a não incidência de certos tributos, mediante a atividade desempenhada, ou até mesmo atuando na recuperação de crédito tributário, devido impostos recolhidos de forma equivocada pelas organizações.

Os responsáveis técnicos pelos serviços prestados nas Organizações Contábeis, conforme Resolução CFC n.º 1.555/2018, serão dos profissionais da contabilidade, mediante comprovação em Contrato Social, Estatuto, Contrato de trabalho ou pela Prestação de Serviço celebrado entre as partes. Além do profundo conhecimento da legislação tributária, levando em consideração as constantes mudanças normativas e a interpretação dessas leis, o profissional contábil também carrega uma responsabilidade social perante os seus clientes. O Código de Ética do Contador – NBC PG 01, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), estabelece a conduta do contador, quando no exercício da sua atividade. Segundo essa norma, é vedado ao contador na prática de suas funções a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la.

O cumprimento do Código de Ética por parte do contador estabelece uma questão de responsabilidade social, pois trata-se de uma ciência social que busca representar as informações referentes ao patrimônio da entidade de forma fidedigna. Buher (2007) destaca que num cenário onde a cultura empresarial prioriza a todo momento o lucro e o retorno sobre o capital, essa conscientização social se torna cada vez mais relevante na relação entre

contador e empresário, onde o primeiro deve orientar o segundo a realizar, de forma correta, a destinação da riqueza gerada para os respectivos setores: sociedade, empregados e governo.

Além da responsabilidade social, o contador desempenha, dentre suas atividades, a responsabilidade fiscal. Segundo Pertuzatti e Merlo (2005) a conscientização tributária é fundamental para a condução dos contribuintes, sendo um princípio básico para que as organizações possam realizar uma gestão fiscal de maneira correta. Caso o profissional contábil exerça uma influência negativa perante os seus clientes, estes podem ser prejudicados pelo descumprimento das normas fiscais, causando prejuízos financeiros em função de multas e penalizações impostas por órgãos fiscalizadores na esfera estadual, municipal ou federal.

METODOLOGIA

O estudo se enquadra, quanto ao seu objetivo, como descritivo, sendo sua abordagem qualitativa, tendo em vista a necessidade de uma análise mais profunda sobre o tema abordado (BEUREN, LONGARAY, RAUPP, SOUSA, COLAUTO, & PORTON, 2006). De acordo com Andrade (2002) a pesquisa descritiva atenta-se em observar os fatos, registrando-os, analisando e interpretando os acontecimentos sem que o pesquisador interfira neles. Ainda sobre a pesquisa descritiva, Gil (1999) relata que essa pesquisa tem como principal objetivo descrever certa população ou fenômeno ou na relação entre variáveis.

ESPECIFICAÇÃO DA AMOSTRA

Iniciando-se o processo de coleta de dados, foram reunidas bases de dados completas disponibilizadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em seu sítio oficial (<https://www.gov.br/pgfn/pt-br>), no menu 'Dados Abertos', por meio de download. As referidas bases apresentavam o montante inscrito em dívida ativa vinculado a cada CNPJ cadastrado junto à Receita Federal do Brasil (RFB). Sendo assim, os dados brutos se referiam a uma população que compreendia o montante inscrito em dívida ativa de todos os CNPJs cadastrados junto à RFB, entretanto, ao considerar o objetivo deste estudo, a amostra final foi constituída apenas de CNPJs vinculados a Organizações Contábeis (OCs).

Os dados se tratavam, especificamente, de dívida ativa relativa ao não recolhimento de valores previdenciários e de FGTS, separados por

estado da federação no qual cada organização estaria constituída. Como a pesquisa possui foco nas OCs, foram extraídos apenas os montantes relacionados a CNPJs ativos na base de dados da RFB e que realizem atividades contábeis. Optou-se por selecionar os CNPJs a partir da verificação de seu Cadastro Nacional de Atividade Econômica (CNAE). Sendo assim, foram considerados os seguintes CNAEs para classificação dos serviços realizados como atividades contábeis: 6920601 – Atividades de Contabilidade; 6920602 – Atividades de Consultoria e Auditoria Contábil e Tributária; 6621502 - Auditoria e Consultoria Atuarial; e 7020400 - Atividades de consultoria em gestão empresarial.

No contexto deste estudo, considera-se que qualquer CNPJ registrado nos 4 (quatro) CNAEs mencionados anteriormente estão vinculados a empresas que exercem atividades contábeis e podem ser consideradas Organizações Contábeis (OCs). Os CNAEs foram selecionados conforme disposto na Resolução CFC nº 1555/2018, que define Organizações Contábeis como “pessoa jurídica que tiver, entre seus objetivos, a atividade contábil”.

Por fim, os valores da Dívida Ativa diretamente vinculados a OCs foram categorizados por estado, por meio do software Microsoft Excel®, para que assim fosse realizada a análise de forma concreta sobre àquelas organizações que desempenham atividade contábil e que apresentaram registros de valores na Dívida Ativa, possibilitando que o perfil da dívida fosse traçado de acordo com a sua natureza, montante e estado da federação, por meio de cálculos de somatório de valores e média ponderada.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e com a Política de Dados Abertos (Decreto nº 8.777/2016), periodicamente a PGFN atualiza e divulga base de dados que contempla informações sobre os devedores, bem como a natureza, o montante e a data de inscrição da referida dívida, separando-as em situação irregular (em cobrança) e situação regular (benefício fiscal, garantia, suspenso por decisão judicial e em negociação). Vale ressaltar que informações acerca da dívida previdenciária e do FGTS não estão protegidas pelo sigilo fiscal, conforme disposto no Art. 198 do Código Tributário Nacional (CTN). Para Rossi e Santos (2016), é essencial manter-se um eficiente sistema de controle interno com relação aos créditos de dívida ativa, a fim de que se possa garantir o recebimento dos

mesmos e estabelecer a cultura do sentimento de justiça fiscal àqueles que se apresentam como bons pagadores.

Dentre outras atribuições, o profissional contábil desempenha importante papel no trato das obrigações tributárias e trabalhistas das organizações. O contador é responsável por múltiplos controles, conciliações, recolhimentos e apurações, bem como elabora e coordena toda a execução do planejamento tributário (OLIVEIRA e GONÇALVES, 2013). Considera-se então o nível de conhecimento do profissional contábil no tocante ao devido recolhimento de obrigações trabalhistas e sua importância no que diz respeito à Seguridade Social.

Ao analisar os dados publicados pela PGNF em julho/2020, nota-se considerável valor inscrito em dívida previdenciária e FGTS vinculados a OCs brasileiras. O Brasil possui cerca de 71.000 (setenta e um mil) Organizações Contábeis registradas em Conselhos Regionais de Contabilidade, destas, cerca de 13% possuem algum tipo de dívida previdenciária ou de FGTS, totalizando um somatório que ultrapassa a marca de R\$780 milhões em débitos (situação regular e irregular). A maior parte do valor diz respeito à dívida previdenciária, cerca de 750 milhões de reais, sendo relativo ao FGTS o valor restante, cerca de R\$30 milhões em dívidas.

Nos estados, o percentual de OCs em débito com o recolhimento do FGTS permanece constante, entre 1% e 2% por estado, exceto pelo estado de Santa Catarina (SC) que não chega a alcançar 1% e os estados do Amazonas (AM), Alagoas (AL) e Sergipe (SE), que chegam a alcançar a marca de 3% de endividados. Esse percentual cresce quando o cálculo é sobre a dívida previdenciária, o estado do Tocantins (TO) atinge o maior percentual, onde cerca de 27% das organizações contábeis possuem algum tipo de dívida previdenciária ativa, seguido pelo estado do Pará (PA) com cerca de 23% de organizações endividadas e o Amapá (AP) com aproximados 22%. Destaca-se o estado de Minas Gerais (MG) que possui apenas cerca de 5% de organizações endividadas.

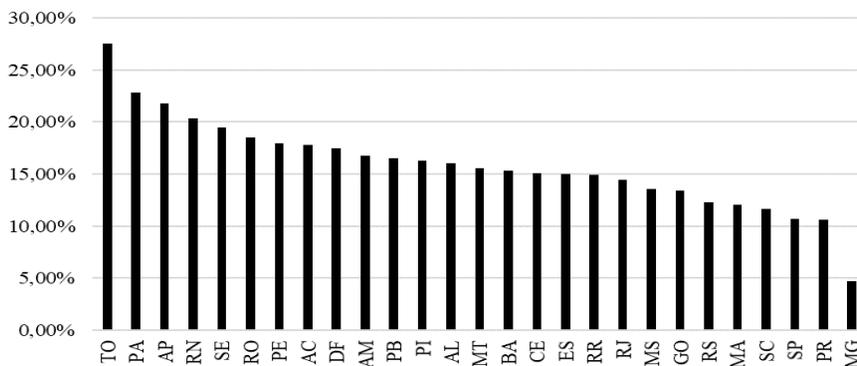


Figura 1 - Percentual de OCs com dívida previdenciária por estado

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação aos montantes inscritos, a média de endividamento pelo total das organizações devedoras em cada estado também é considerável. O Distrito Federal (DF) ocupa a primeira posição na média de valor de organizações por FGTS, com um valor aproximado de R\$78.000,00 por OC devedora, seguido dos estados do Rio de Janeiro (RJ), com aproximados R\$65.000,00 e do estado da Paraíba (PB) com uma média aproximada de R\$60.000,00. Apenas os estados do Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Acre (AC) possuem médias abaixo de R\$ 10.000.

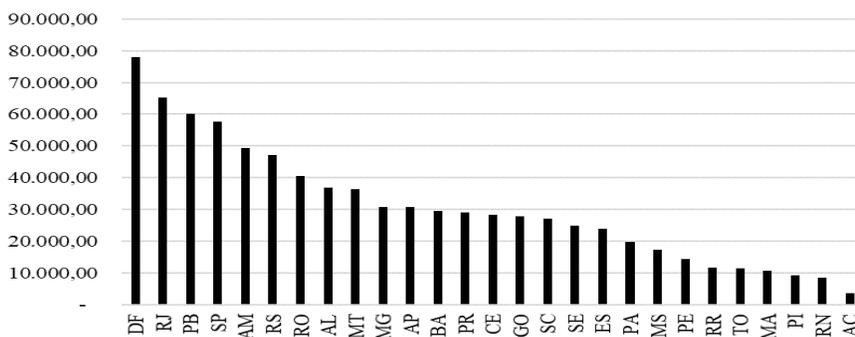


Figura 2 – Média da dívida de FGTS das OCs por estado

Fonte: Elaborado pelo autor.

As médias dentre as OCs no que tange à dívida previdenciária se mostram ainda mais expressivas, como apresentado anteriormente, os montantes inscritos neste tipo de dívida são de aproximados 750 milhões de reais. Na ótica da dívida previdenciária, a maior média é apresentada no

estado do Amapá (AP), com aproximados R\$160.000,00 de dívida por OC endividada, seguidos do estado do Rio de Janeiro (RJ) com cerca de R\$145.000,00 e do estado de São Paulo (SP) com, aproximadamente, R\$108.000,00 inscritos em dívida, por organização devedora no estado. Atenta-se ao estado do Rio de Janeiro (RJ) que, apresentando altos índices de dívida previdenciária e de FGTS, também é o estado com uma das maiores médias de dívida por organização contábil em ambos os tipos de dívida e para o estado do Piauí (PI), que se apresenta entre os três menores valores, também em ambos.

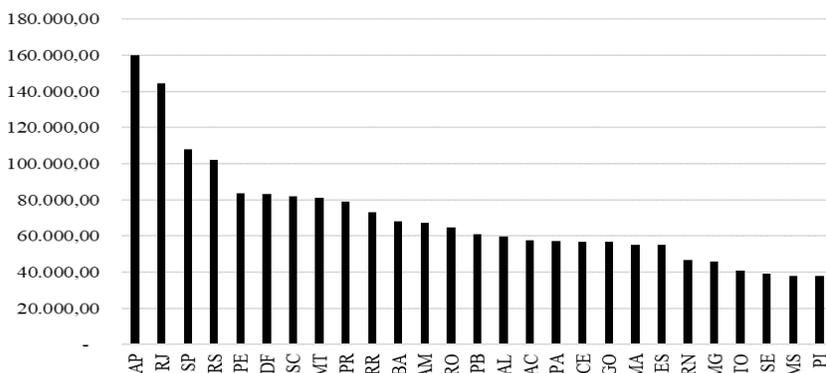


Figura 3 – Média da dívida previdenciária por estado

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os valores aqui apresentados são referentes à última base de dados abertos divulgada pela PGFN (julho/2020) e contrastados com o quantitativo de OCs divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade em 05 de agosto de 2020.

Mesmo com a apresentação dos montantes expressivos, as OCs estão distantes de fazerem parte dos setores que acumulam as maiores dívidas Previdenciárias e de FGTS. Em abril/2018, a PGFN divulgou informação que apontava o Setor Hospitalar como o ramo com o maior débito junto ao FGTS, seguido de setores como transporte aéreo, educação superior e atividades de vigilância e segurança privada, à época, somente o setor de atendimento hospitalar chegava a somar um montante de mais de R\$85 milhões em dívidas. No ano seguinte, em agosto/2019, a PGFN divulgou nova listagem contemplando os 500 maiores devedores da previdência e a situação segue similar, empresas do setor de transporte aéreo e educação superior lideram também o ranking com os maiores valores inscritos em dívida previdenciária, regular ou irregular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar se as Organizações Contábeis estão realizando o recolhimento dos tributos nos ramos previdenciário e FGTS corretamente. Para alcançar tal objetivo, essa pesquisa analisou os valores da Dívida Ativa inscritos em Organizações Contábeis em âmbito nacional, categorizadas por estado. Para isso, foram analisados 71.165 CNPJs cujos CNAEs se enquadram em atividades contábeis. Dentre o total de 71.165 CNPJs, 9.490 encontravam-se com algum tipo de dívida previdenciária ou de FGTS na base de dados disponibilizado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Por meio dessa categorização os dados foram analisados, identificando a concentração dos valores dessas dívidas (previdenciária e FGTS) por região.

O resultado da análise apresenta que: (1) O montante da dívida por parte das organizações contábeis, sendo ela previdenciária ou de FGTS, ultrapassa a marca de R\$780 milhões em débitos, sendo situação regular e irregular; (2) O estado de Tocantins apresenta o maior percentual (27%) de organizações contábeis que possuem algum tipo de dívida previdenciária ativa; (3) O DF se destaca como a maior média de valor em dívida de FGTS, aproximadamente R\$78.000, por OC devedora; (4) O estado do Amapá apresenta a maior média na ótica da dívida previdenciária com valores aproximados a R\$160.000,00 por OC.

Diante dos resultados apresentados, conclui-se que as Organizações Contábeis se configuram no cenário das instituições que apresentam valores na Dívida Ativa por não recolhimento dos tributos, com uma proporção considerável, devido aos valores apresentados em cada tributo (previdenciário e FGTS). A análise desses dados evidencia que essas organizações possuem um nível de desacordo com suas responsabilidades sociais e fiscais.

O estudo contribui para expansão da literatura nacional sobre o tema na área da contabilidade, principalmente no ramo tributário e no aspecto social, pois evidencia a importância do recolhimento do tributo da maneira correta.

Em relação às limitações da pesquisa, pode-se destacar que o estudo realizado não considera as mudanças no cenário econômico nacional causadas pela pandemia de Covid-19 que se originou no ano de 2020.

Sendo assim, para agenda de pesquisas futuras, sugere-se a aplicação de estudo equivalente, porém realizando um comparativo dos dados de forma longitudinal, onde se considerem os dados pré e pós

pandemia, tendo em vista que a situação alterou o cenário econômico nacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

AZEREDO, B. **O sistema previdenciário Brasileiro: Diagnósticos e Perspectivas de Mudanças**. Rio de Janeiro. CEPP n. 9. Texto para Discussão, 1993.

BEUREN, Ilse Maria; et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 1.555, de 6 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre o registro das organizações contábeis. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<https://cfc.org.br>>. Acesso em: 26 mai. 2022

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL, Constituição (1988). **Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>.

BRASIL, **Decreto-lei nº. 72, de 21 de novembro de 1966**. Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-72-21-novembro-1966-375919-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 mai. 2022.

BRASIL, **Decreto-lei nº. 4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-publicacaooriginal-90368-pl.html>>.

BRASIL, **Decreto-lei nº. 5.452, de 1 de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>.

BRASIL, **Decreto-lei nº. 7.835, de 6 de agosto de 1945.** Determina a majoração das prestações de benefícios concedidos pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, estabelece limites máximos e mínimos para as mesmas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7835.htm>.

BRASIL, **Decreto-lei nº. 99.350, de 27 de junho 1990.** Cria o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) define sua estrutura básica e o Quadro Distributivo de Cargos e Funções do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores de suas Unidades Centrais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99350.htm>.

BRASIL, **Lei nº. 4.320, de 17 de março 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>.

BRASIL, **Lei nº. 5.107, de 13 de setembro 1966.** Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5107.htm>. Acesso em: 16 mai. 2022.

BRASIL, **Lei nº. 5.172, de 25 de outubro 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm>.

BRASIL. **Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.** Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6830.htm> Acesso em: 16 de jun. de 2022.

BRASIL, **Lei nº. 8.036, de 11 de maio 1990.** Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8036consol.htm>. Acesso em: 16 mai. 2022.

- BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **As disposições do Código Tributário Nacional não se aplicam às contribuições para o FGTS.** Brasília, 1 de out. 2002. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2012_31_capSumula353.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022
- BATICH, M. **Previdência do Trabalhador: uma trajetória inesperada.** São Paulo em Perspectiva 18(3): 33-40, 2004.
- BUHRER, Paulo Sérgio. **O profissional contábil e a destinação social dos tributos das empresas.** Guarapuava: UNICENTRO, 2007.
- CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário.** 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- CASTRO, C. A. P. de. e LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário.** 18ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC PG 01 - **Código de Ética Profissional do Contador.** Disponível em: <<https://cfc.org.br>>. Acesso em: 23 mai. 2022.
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R1). **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.** Brasília, 2 de dezembro de 2011.
- DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho.** 3ª ed. São Paulo: LTr, 2004.
- DÓRIA, A. R. S. **Elisão e evasão fiscal.** 2. ed. São Paulo: Bushatsky, 2001.
- FIGUEIREDO, S.; FABRI, P. E. **Gestão de empresas contábeis.** São Paulo: Atlas, 2000.
- GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GARCIA, G. F. B. **Manual de Direito do trabalho.** Ed. 2, rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.
- GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica.** 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- HOBBS, T. O leviatã. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário.** 21ª ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LIMA, D.; SEVERO, P. **Uma Discussão sobre a Natureza Contingente e o Critério de Reconhecimento da Dívida Ativa da União**. Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 8, n. 2, p. 213–232, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/8150/6401>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

LISTA DE DEVEDORES DA PGFN. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Economia. 2020. Disponível em: <<https://www.listadevedores.pgfn.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2020.

LOPES, M. L. R. **Processo judicial tributário**. Execução fiscal e ações tributárias. 5. Ed. Revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

MARANHÃO, D. **Direito do Trabalho**. 16ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 1992.

MOREIRA, A. J. L. **A dívida ativa da União: um estudo da recuperação dos créditos inscritos**. Tese (Mestrado em Administração) Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2003.

NOGUEIRA, R. B. **Curso de direito tributário**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

OLIVEIRA, J. A. de. **Recursos Humanos no Setor Público**. Brasília: ENAP, 1994.

OLIVEIRA, L. M.; *et al.* Manual de contabilidade tributária. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, R.; GONÇALVES, M. **A Importância do Planejamento Tributário para as Empresas**. Revista Científica E-Locução, 1(03), 9, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.faex.edu.br/index.php/e-Locucacao/article/view/84>>

OLIVEIRA, S. A. Q. **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a Proteção Contra Despedida Arbitrária: Análise Crítica**. Tese (Mestrado em Direito e Economia), Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2007.

PERTUZATTI, E.; MERLO, R. A. **O Programa de Educação Fiscal do Estado de Santa Catarina: Uma Reflexão sobre o Papel do Contador**. Revista Universo Contábil, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 48-62, jul. 2007. ISSN 1809-

3337. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/97>>.
- PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL. Disponível em: <<https://www.gov.br/pgfn/pt-br>>. Acesso em: 03 agost. 2020.
- PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN. Dívida Ativa – Cartilha para os órgãos de origem. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/pgfn/pt-br>> Acesso em: 16 de jun. de 2022.
- ROSSI, G.; SANTOS, W. **Peculiaridades da Arrecadação e Cobrança da Dívida Ativa na Administração Pública**. Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 8, n. 1, p. 205–225, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/7393>>. Acesso em: 16 mai. 2022.
- SANTOS, D. F. C. dos. **Previdência Social no Brasil: 1923-2009: Uma Visão Econômica**. São Paulo: ed. AGE, Ed. 1, 2009.
- SANTOS, R. S. (Coord.). **Esgotamento do Padrão de Financiamento e Crise Fiscal do Estado: um estudo comparado entre Brasil, Espanha e Portugal: Relatório de pesquisa**. Salvador: NPGA/CNPq, 2001.
- Setor hospitalar é um dos ramos com maiores débitos junto ao FGTS**. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Economia. (2018). Disponível em: <<https://www.gov.br/pgfn/pt-br/assuntos/noticias/2018/setor-hospitalar-e-um-dos-ramos-com-maiores-debitos-junto-ao-fgts>>. Acesso em: 15 set. 2020.
- SILVA, L. L. da.; COSTA, T. de M. T. da. **A formação do Sistema Previdenciário Brasileiro: 90 anos de História**. Administração Pública e Gestão Social, 8(3), jul.-set. 2016, 159-173, 2016.
- WESTIN, R. **Primeira lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos**, Agência Senado, ed. 57, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CAPÍTULO 24

VALUE RELEVANCE DA PERDA DE IMPAIRMENT DO GOODWILL: UM ESTUDO DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3

Lidiane Galvão Bessa da Costa

Universidade de Brasília (UnB)

Alinie Rocha Mendes

Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

Tendo em vista que até o ano de 2004 o *Goodwill* sofria capitalização e amortização conforme IAS 22 e a partir do IFRS 3 está submetido ao *impairment test* e, nesse mesmo íterim, destaca-se o embate constante entre correntes a favor e contra a aplicação do teste de imparidade do *goodwill* retratados no *Discussion Paper* do IFRS realizado em março de 2020 o qual debateu dentre outros assuntos a possibilidade de reintroduzir a amortização do *goodwill* em detrimento do *impairment* do *goodwill*, o estudo mostra-se relevante auxiliando em conclusões relevantes ao tema. Ainda sobre o PIR 2020, enfatiza-se que o documento de discussão apresenta visões preliminares do conselho sobre como as empresas podem fornecer melhores informações para que os investidores avaliem aquisições de outras empresas. As visões preliminares visam a divulgação de informações e a contabilização do ágio e, nesse contexto, o presente artigo busca analisar a influência da perda de *impairment* do *goodwill* na *value relevance* das empresas brasileiras listadas na B3. Para isso aplicou-se o modelo de Ohlson (1995) com adaptações que verificam a influência de variáveis de desempenho econômico-financeiro das empresas relacionando-as com valor das ações no mercado de capitais em uma amostra de 36 empresas listadas na B3 no período de 2015 a 2019. Os resultados demonstram que há influência do lucro líquido, do patrimônio líquido e do *goodwill* no valor de

mercado das ações, contudo não foram encontradas evidências da influência da perda de *impairment* do *goodwill*.

Palavras-Chaves: *Value Relevance; Goodwill; Impairment; Mercado de Capitais.*

Área temática do evento: Contabilidade para Usuários Externos

INTRODUÇÃO

No último ano grandes conglomerados movimentaram vultuosos recursos na conta *impairment*, cita-se casos como da Nexa sucursal da Votorantim que apresentou perdas com *impairment* na ordem de R\$ 2,2 bilhões, tal fato explicou boa parte do prejuízo de R\$ 2,73 bilhões auferido no ano. Na mesma toada, a Eletrobrás divulgou *impairment* realizado na usina de Candiota 3 no valor de R\$ 611 milhões, sendo tal perda principal motivação para queda de 44% na lucratividade da empresa no período.

Por outro lado, casos como a compra de US\$ 1,5 bilhão em Bitcoins pela Tesla e, ainda, supondo a suscetibilidade ao teste de imparidade destes ativos, constitui-se um risco de manobra econômica para controle de resultados através ganhos e perdas com tais operações, fatos como esses corroboram a importância do estudo do tema no âmbito acadêmico.

Os ativos são registrados na contabilidade pelo seu valor de aquisição e situações diversas podem reduzir a capacidade de geração de benefícios futuros desses, diante disso, existem várias maneiras para calcular a recuperabilidade dos ativos e uma delas é o teste de *impairment*, sendo possível evidenciar e mensurar a perda de capacidade de recuperação do valor contábil de um ativo de longa duração, atribuindo seu fair value (ZANDONAI; BORBA, 2009).

Sob enfoque mercadológico e normalizador destaca-se a dicotomia entre investidores, empresas e normalizadores no que tange a melhor alternativa para corrigir distorções nos valores do goodwill. Corroborando com tal afirmação coloca-se a alteração normativa promovida em 2004 a qual extinguiu procedimentos de capitalização e amortização do goodwill substituindo-o pelo teste de imparidade, conforme previsto na International Financial Reporting Standards (IFRS) 3 - Business Combinations (CAPPELLESSO; ROCHA; DANTAS, 2018).

Na tentativa de sanar o problema estudos surgem na esfera acadêmica, contudo, é notório a necessidade de desenvolver o tema no

âmbito nacional, já que a maioria dos estudos abarca amostras provenientes de países com mercado de capitais desenvolvido em detrimento daquelas economias emergentes, com isso, identificar se a perda por impairment do goodwill é percebida como informação relevante para investidores de mercados emergentes traria contribuições adicionais ao tema (CAPPELLESSO; ROCHA; DANTAS, 2018).

Dito isto, este estudo procura responder o seguinte problema de pesquisa: a perda de impairment do goodwill influencia o value relevance das empresas listadas na B3? Assim o objetivo geral é analisar a influência da perda de impairment do goodwill na value relevance das empresas listadas na B3. Os objetivos específicos são: analisar a relevância do lucro líquido por ação no valor de mercado das empresas; analisar a relevância da perda de impairment do goodwill no valor de mercado das empresas; e comparar resultados.

Para o cumprimento do objeto proposto foi utilizado uma adaptação do modelo de valuation de Ohlson (1995), muito popular na literatura contábil para apresentar modelagens estatísticas de valoração de empresas. Através do modelo proposto considerando dados de uma amostra de 36 empresas listadas no B3 que tiveram goodwill durante o período de 2015 a 2019 os resultados alcançados demonstram que o mercado brasileiro não reage às informações sobre a testagem do impairment deixando indícios de que o procedimento não gera informações úteis para o processo decisório dos investidores.

Esses resultados empíricos evidenciaram a necessidade de reavaliação do método de testagem da recuperabilidade do goodwill sinalizando aos órgãos normalizadores a carência dos métodos de valoração do goodwill no que tange ao acesso a informações úteis. Corroborando com isso, destaca-se o anseio dos gestores por maior simplicidade nos procedimentos de valoração do goodwill e, conseqüente, redução nos custos para realização destes procedimentos de correção a valor justo dos ativos. Por fim, a presente pesquisa contribui no sentido de evidenciar ou não a relevância do teste de impairment sobre o ágio na combinação de negócios para investidores brasileiros, além de apontar possíveis soluções no sentido de melhorar procedimentos contábeis a respeito da recuperabilidade do goodwill.

REVISÃO DA LITERATURA

Relevância dos Resultados Contábeis e Imparidade do Goodwill

De acordo Brown, Lo e Lys (1999) o conceito de *value relevance* já era foco de pesquisa na área de contabilidade desde a década de 60, enfoque em analisar o conteúdo informacional das demonstrações contábeis para determinar mercados de capitais, o *value relevance* é a associação entre as informações contábeis e o preço ou retorno das ações (ZEGHAL; CHTOUROU; FOURATI, 2012). Na qual sugere os preços das ações é a variável dependente e as informações contábeis formam a variável independente (GRILLO *et al.*, 2016).

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estabelece o teste de redução ao valor recuperável através do pronunciamento CPC 01 (R1) – Perda por redução ao valor recuperável, o *goodwill* pode ser considerado uma antecipação dos futuros benefícios econômicos, já que os ativos, pela sua natureza, não podem ser identificados e reconhecidos individualmente. De que assegura o valor contábil de um ativo que não possa ser maior do que o seu valor recuperável. Porém, o valor estimado entre o maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso (PACHECO; ROVER; VICENTE, 2018).

Segundo o Pronunciamentos Técnico CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, para que uma informação contábil seja relevante deve proporcionar ao usuário a capacidade de alterar sua tomada de decisão. Assim, um determinado dado tem a capacidade de influenciar os preços das ações ou até mesmo mudar a expectativa do investidor (BARTH, BEAVER E LANDSMAN, 2001).

Acerca do *value relevance*, a literatura discorre que as informações contábeis podem ser absorvidas pelo mercado, impactando no preço ou retornos das ações. Porém, a informação sobre a perda por desvalorização, contabilizada pelo *goodwill* pode influenciar as tomadas de decisões pelo mercado. Portanto, uma vez contabilizada a perda por desvalorização do ágio (*goodwill*) ela não poderá ser revertida (ZEGHAL; CHTOUROU; FOURATI, 2012)

Nesse sentido o *goodwill* pode exercer papel importante no balanço patrimonial das organizações, sendo que é possível a perda por redução ao valor recuperável provocara um impacto nas demonstrações do resultado do

exercício (DRE). Porém, se tornando relevante para o mercado de capitais brasileiro, por meio dos preços das ações, sabendo que boa parte dos lucros operacionais é reduzido em decorrência ao *goodwill* (VIGLIONI *et al.*, 2018).

As informações contábeis são relevantes para o mercado de capitais pois permite que os seus usuários continuem mantendo em suas carteiras as alternativas de investimentos, e suas preferencias quando ao risco e ao retorno continuam sendo atendidas (DE SOUZA; BORBA, 2017). A suavização dos resultados tem o foco na redução da variabilidade dos resultados ao longo do tempo e refletir um crescimento dos lucros. Isso, se refere ao desejo dos gestores em manter um resultado positivo, já que visa diminuir as flutuações do resultado ao longo do tempo (CASTRO; MARTINEZ, 2009).

Value Relevance da Perda por Redução ao Valor Recuperável do Goodwill

O valor do *goodwill* é o montante de lucros futuros esperados na rentabilidade normal da organização. Porém a diferença entre o valor da empresa e o seu patrimônio avaliado a valor de mercado, que está relacionado com a diferença na expectativa de geração de fluxos de caixa futuros, o que pode levar o adquirente a pagar a mais pelo negócio (MARTINS *et al.*, 2010).

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, refere-se a um ativo que representa benefícios econômicos futuros que resulta em outros ativos adquiridos em uma combinação de negócio. Em uma combinação de negócio, se observa que as empresas que pagam altos valores para adquirir outras companhias, resulta em um montante de *goodwill* a ser reconhecido no ativo intangível da adquirente (DE SOUZA; BORBA, 2017). Assim, as empresas devem realizar o teste de *impairment* para o *goodwill* anualmente ou com mais frequência, no caso de indícios de desvalorização no ativo, garantindo que o seu valor contábil não excedesse o valor recuperável (CPC 01).

Antes da aprovação do CPC 15 em 2009, o *goodwill* era capitalizado e amortizado, mas logo após a CVM nº 580, o *goodwill* passou a ser objeto de *impairment* no mínimo anualmente ou quando houvesse desvalorização. Os defensores do *impairment* do *goodwill* argumentam que a abordagem proporciona informações privadas sobre fluxos de caixa futuros (ABUGHAZALEH; AL-HARES; HADDAD, 2012; LI; SLOAN, 2017).

De acordo com Li et al. (2011), há diversos estudos sobre o impairment do goodwill, transmitindo informações aos investidores e que esses revisam as suas expectativas. Assim, buscando a verificação dos anúncios de perda no goodwill revelando novas informações ao mercado, todos esses fatores permitidos pela norma a possibilidade de os gestores influenciarem a teste de redução ao valor recuperável. Porém, os gestores podem subestimar ou superestimar uma perda por impairment ou simplesmente não a reconhecer, depende dos seus incentivos (GOVINDARAJU et al., 2007; ZANG, 2008).

Mesmo o goodwill sendo usado por oportunidade na gestão das empresas, vários estudos provam que a perda do impairment do goodwill é capaz de fornecer informações privadas sobre os fluxos de caixa das organizações e ser inutilizadas pelos investidores. Assim, toda informação é relevante para o mercado de capitais (ABUGHAZALEH; AL-HARES; HADDAD, 2012; LI; SLOAN, 2017; ZANG, 2008)

Diante do trabalho exposto, verifica-se a importância das perdas de goodwill, visto que os valores registrados em transações de combinação de negócio (CPC 15) muitas vezes são significativos e o reconhecimento de perdas no ativo pode afetar os resultados da organização, como o patrimônio líquido e também o futuro fluxo de caixa. Como informado acima, não existe mais amortização do goodwill, o que levou a certa previsibilidade do impacto no resultado econômico da organização.

Ao estudar o assunto na literatura nacional e estrangeira, é possível encontrar vários conceitos que apesar de divergentes nas questões conceituais apontam para mesma interpretação de resultados, conforme elucidado no quadro 1:

Quadro 1 - Conceitos de teste de *impairment*

Fonte	Conceito de <i>Impairment</i>
Raupp e Beuren (2006)	“Dano econômico; perda nos benefícios futuros esperados do ativo”
Silva <i>et al</i> (2006)	“Instrumento utilizado para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico”
Santos, Machado, Schmidt (2003)	“Diferença entre o valor contábil e o <i>fair value</i> do ativo, quando o segundo for menor”
Seetharaman <i>et al</i> (2006)	“Diferença entre valor registrado e valor justo”

Meeting e Luecke (2002)	“Quando o valor de ativos de longa duração ou grupo de ativos excede seu valor justo e não é recuperável”
Alciatore, Easton e Spear (2000)	“Se o valor do ativo não é recuperável do seu fluxo de caixa não descontado”

Fonte: Adaptado de Zandonai e Borba (2009).

Estudos Relacionados

Na literatura nacional e internacional existem pesquisas empíricas relacionadas ao tema proposto, desse modo o quadro 2 sintetiza esses estudos:

Quadro 2 - Estudos empíricos

Autores	Objetivo	Variáveis Utilizadas	Principais Resultados
AbuGhazaleh, Al- Hares e Haddad (2012)	Avaliar a relevância do valor das perdas por redução ao valor recuperável após a adoção da IFRS No. 3 “Combinação de negócios”.	Lucro Líquido, Valor Contábil do Patrimônio Líquido, Perda por <i>Impairment</i> reconhecida, Valor Contábil do <i>Goodwill</i> , Valor de Mercado da Firma.	Os resultados empíricos revelam uma associação negativa significativa entre as perdas por imparidade reportadas do <i>goodwill</i> e o valor de mercado, sugerindo que estas imparidades são percebidas pelos investidores para medir de forma fiável uma diminuição no valor do <i>goodwill</i> e incorporadas nas suas avaliações de avaliação da empresa

<p>Lapointe-Antunes, Cormier e Magnan (2009)</p>	<p>Investigar a relevância do valor e a oportunidade nas perdas transitórias de ágio registradas por empresas canadenses após a adoção de normas revisadas sobre ágio adquirido</p>	<p>Lucro antes dos Impostos, Valor Contábil do Patrimônio Líquido, Perda por <i>Impairment</i> reconhecida, Valor Contábil do <i>Goodwill</i>, Valor de Mercado da Firma.</p>	<p>Encontraram uma relação negativa entre as perdas relatadas e o preço das ações. os investidores percebem que há oportunidades de discricionariedade gerencial quando há um comitê de auditoria mais eficaz.</p>
<p>Cappellesso, Rocha e Dantas (2018)</p>	<p>Analisar o <i>value relevance</i> da perda por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i> no mercado de capitais brasileiro.</p>	<p>Lucro Líquido por ação, Patrimônio Líquido por ação, Perda por <i>Impairment</i> reconhecida por ação, Valor Contábil do <i>Goodwill</i> por ação, Valor de Mercado por ação.</p>	<p>Os resultados demonstraram uma associação positiva e significativa entre o valor de mercado e o patrimônio líquido, o lucro líquido e o <i>goodwill</i>. Por outro lado, a perda por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i> não apresentou significância para explicar o valor de mercado.</p>
<p>Martins, Girão, Paulo, e Callado (2012)</p>	<p>Analisar o <i>value relevance</i> dos ativos intangíveis identificados (ID) e do <i>goodwill</i> (GW) reportados pelas companhias abertas brasileiras</p>	<p>Valor Contábil do Patrimônio Líquido e <i>Goodwill</i>, Ativo Financeiro Líquido, Ativos Intangíveis Identificáveis, Ativo Operacional Líquido, Valor de Mercado da Firma.</p>	<p>As principais evidências mostram que os ativos intangíveis apurados e o <i>goodwill</i> são estatisticamente significativos para a determinação do valor de mercado da empresa. Observou-se também, que o <i>goodwill</i> é avaliado de forma conservadora pela contabilidade, já os intangíveis</p>

			identificados são avaliados de forma agressiva
Pacheco, Rover e Vicente (2018)	Verificar a influência do nível de evidenciação do ativo intangível (NEAI) na <i>value relevance</i> de companhias de capital aberto brasileiras	Foi elaborada uma métrica a partir da NBC TG04 R4(2017), resultado líquido por ação, patrimônio líquido por ação, preço da ação na primeira cotação.	Os resultados apontaram um nível de evidenciação médio de 62,93%, sendo discrepante a diferença entre maior e o menor (91,09%). Em relação à influenciado NEAI na <i>value relevance</i> resultou significativa estatisticamente, com um poder explicativo de 38,09%.
Souza e Borba (2017)	Verificar o <i>value relevance</i> do nível de <i>disclosure</i> das combinações de negócios e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) reconhecido nas companhias brasileiras de capital aberto	Foi elaborada uma métrica a partir do CPC-15 R1 (2011, Lucro Líquido por ação, Patrimônio Líquido por ação, Perda por <i>Impairment</i> reconhecida por ação, Valor Contábil do <i>Goodwill</i> por ação I, Valor de Mercado por ação.	Os resultados demonstraram que o nível de <i>disclosure</i> das combinações de negócios é positivamente e significativamente relacionado ao preço das ações. Contudo, o <i>goodwill</i> reconhecido nas combinações de negócios, embora em média apresente um valor significativo na transação, não demonstrou significância estatística para explicar o preço das ações.

Fonte: Base teórica da pesquisa

Elaborado pelos autores

Baseado nos achados dos estudos citados na seção anterior, foram formuladas duas hipóteses de pesquisa:

H₁: O valor de mercado da ação sofre influência em função do lucro líquido por ação.

H₂: O valor de mercado da ação sofre influência negativa em função da perda de *impairment* do *goodwill*.

Para elaboração tomou-se por base que o valor de mercado das ações reage a divulgação acerca do lucro líquido e da perda de *impairment* do *goodwill*, ou seja, nessas informações existe *value relevance* para seus acionistas.

METODOLOGIA

Essa pesquisa buscou analisar a influência da perda de *impairment* do *goodwill* na *value relevance* das empresas listadas na B3. Portanto, a pesquisa se classifica com descritiva com abordagem quantitativa, visto que utiliza técnicas estatísticas para explicar a relação entre várias (MARTINS; THEÓFILO, 2018). Quanto ao procedimento de coleta de dados, se classifica como documental, pois buscou analisar documentos de fontes primárias alinhadas ao objetivo da pesquisa. Os dados das empresas foram coletados da base de dados da Economatica®, e do sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários no período de 2015 a 2019.

Para compor a amostra, foram selecionadas as empresas que reconheceram *goodwill* em pelo menos um exercício no período de 2015 a 2019, conforme tabela 1:

Tabela 1 - Composição da amostra

Descrição	Quantidade
Total de empresas	46
(-) Empresas sem informações suficientes	10
(=) Total após a exclusão	36
(x) Quantidade de anos	5
(=) Quantidade de observações utilizadas	180

Fonte: Dados da pesquisa.

Elaborada pelos autores

Posteriormente, foi realizada uma parametrização para identificar aquelas que, no intervalo de tempo analisado, reconheceram perda por *impairment* do *goodwill*, conforme disposto na tabela 2:

Tabela 2 – Parametrização da amostra

	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Empresas com reconhecimento de <i>goodwill</i>	36	36	36	36	36	180
Empresas com reconhecimento de perda por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i>	6	7	6	5	7	31
% com <i>impairment</i>	16,67%	19,44%	16,67%	13,89%	19,44%	17,22%

Fonte: Dados da pesquisa.

Elaborada pelos autores

Variáveis e Modelo de Regressão

Para operacionalização da análise, utilizou-se variáveis de dependentes, independentes e de controle já utilizadas em outras pesquisas empíricas, conforme a tabela 3:

Tabela 3 – Variáveis da pesquisa

Variáveis	Descrição	Cálculo	Base
DEPENDENTE	Valor de mercado por ação (VMA)	Valor da ação com defasagem de 3 meses	Ohlson (1995); Cappelless, Rocha e Dantas (2018); Rodrigues (2012).
	Lucro por ação (LPA)	Lucro Líquido / Total de ações	Ohlson (1995); Cappelless et al (2018); Rodrigues (2012).
VARIÁVEIS INDEPENDENTES E DE CONTROLE	Valor patrimonial por ação (VPA)	Patrimônio Líquido / Total de ações	Ohlson (1995); Pacheco, Rover e Vicente (2018); Cappelless et al (2018)
	<i>Goodwill</i> por ação (GWA)	Valor do <i>goodwill</i> / Total de ações	Cappelless, Rocha e Dantas (2018); Martins, Girão, Paulo, e Callado (2012)

Perda de <i>impairment</i> do <i>goodwill</i> por ação (PIWA)	Perda de <i>impairment</i> do <i>goodwill</i> / Total de ações	Cappellesso et al (2018); AbuGhazaleh, Al- Hares e Haddad (2012); Lapointe-Antunes, Cormier, e Magnan (2009).
--	---	---

Fonte: Dados da pesquisa.

Elaborada pelos autores

Para verificar as influências levantadas nas hipóteses dois modelos de regressão foram utilizados:

$$VMA_{it} = \alpha + \beta_1 LPA_{it} + \beta_2 VPA_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$VMA_{it} = \alpha + \beta_1 LPA_{it} + \beta_2 VPA_{it} + \beta_3 GWA_{it} + \beta_4 PIGWA_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em que:

VMA_{it} representa o valor de mercado por ação da empresa i no ano t ;

α o intercepto da regressão;

$\beta_1 LPA_{it}$ corresponde ao lucro por ação da empresa i no ano t ;

$\beta_2 VPA_{it}$ corresponde ao valor patrimonial por ação da empresa i no ano t ;

$\beta_3 GWA_{it}$ corresponde ao valor do *goodwill* por ação reconhecido pela empresa i no ano t ;

$\beta_4 PIGWA_{it}$ corresponde ao valor da perda de *impairment* do *goodwill* reconhecido pela empresa i no ano t ;

ε_{it} é o termo de erro.

O modelo (1) é o tradicional modelo de Ohlson (1995) já utilizado em outras pesquisas acerca do mercado de capitais. E o modelo (2) corresponde ao modelo adaptado, em que se incluiu duas variáveis o *goodwill* por ação (GWA) e a perda de *impairment* do *goodwill* por ação (PIGWA), com o objetivo de verificar a influência da perda de *impairment* do *goodwill* sobre o valor de mercado das ações.

Diante do exposto nessa seção, e alinhado com outras pesquisas correlatas como a de Ohlson (1995), Cappellesso, Rocha e Dantas (2018); Rodrigues (2012); Pacheco, Rover e Vicente (2018); Martins, Girão, Paulo e Callado (2012), foi elaborado o quadro 3 com o sinal de relação esperado entre as variáveis:

Quadro 3 – Relação entre variáveis

Variável	Sinal Esperado
VMA	+ (positivo)
VPA	+ (positivo)
LPA	+ (positivo)
QWA	+ (positivo)
PIGWA	- (negativo)

Fonte: Pesquisas correlatas.

Elaborado pelos autores.

Após a coleta de dados, categorização, definição de variáveis, utilizou-se o software *Stata 16* para tratar os dados da amostra por meio dos modelos de regressão linear de múltiplas variáveis propostos para dados em painel balanceado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO**Estatística Descritiva e Correlação**

A tabela 4 dispõe a estatística descritiva da amostra:

Tabela 4 – Estatística Descritiva das Variáveis

	Observações	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
VMA	180	15,8823	11,3750	14,8958	0,2697	78,3900 118,047
VPA	180	8,0344	0,0125	20,5673	0,0127	2
LPA	180	4,3783	0,0018	5,8897	0,1258	18,688
GWA	180	1,4516	0,0029	6,4932	0,2548	53,2821
PIGWA	180	0,0031	0,0000	0,0191	0,0000	0,2113

Fonte: Dados da Pesquisa, Software *Stata16*.

Elaborada pelos Autores

Por meio da Tabela 4, reparam-se os maiores valores de médias por ação, na seguinte ordem, valor de mercado (R\$ 15,88), patrimônio líquido (R\$ 8,03), lucro líquido (R\$ 4,38), *goodwill* (R\$ 1,45) e perda por *impairment* do *goodwill* (R\$ 0,00). O valor de mercado e o patrimônio líquido obtiveram a

maior variabilidade, mostrando que seus elementos estão mais dispersos em relação à média.

Buscou-se realizar o teste de multicolinearidade por meio da matriz de correlação de Spearman, visto a não adequação ao modelo de distribuição normal, com o objetivo de verificar se há existência de forte relação entre as variáveis, pela estimação de correlações lineares, o que poderia enviesar os resultados caso a correlação seja maior que 0,80 (GUJARATI; PORTER, 2011). A tabela 5 apresenta a matriz de correlação entre as variáveis:

Tabela 5 – Matriz de Correlação

	VMA	VPA	LPA	GWA	PIGWA
VMA	1				
VPA	0,059**	1			
LPA	0,061**	0,403	1		
GWA	0,082***	0,391	-0,016	1	
PIGWA	-0,003*	-0,036	-0,012	-0,034	1

Nota: * A correlação ao nível de significância de 1% (*), de 5% (**), e 10% (***)

Fonte: Dados da Pesquisa, Software Stata 16
Elaborada pelos Autores

Os resultados demonstram que a variável VMA possui uma relação inversa com a PIGWA, ou seja, quanto maior a perda por *impairment* do *goodwill* menor é o valor de mercado das ações, resultado em consonância com os achados de Cappellesso *et al.* (2018), e divergente de AbuGhazaleh *et al.* (2012), que não encontraram relação significativa entre essas variáveis. Portanto, não existe consenso na literatura que a PIGWA influencia com significância o valor de mercado da ação.

Entretanto, as relações positivas do patrimônio líquido por ação (VPA), do lucro líquido por ação (LPA) e do *goodwill* por ação (GWA) com o valor de mercado por ação, indicadas na tabela 4, estão alinhadas com a pesquisa de AbuGhazaleh *et al.* (2012), Capellesso *et al.* (2018) e Pacheco *et al.* (2018). Indicando que o valor de mercado da ação é influenciado de forma positiva pelo lucro, patrimônio líquido e *goodwill* por ação.

Análise da Regressão

Neste tópico, a tabela 6 dispõe os resultados com a aplicação do modelo 1 da regressão linear de múltiplas variáveis proposto:

Tabela 6 – Resultados da Regressão do Modelo 1

	Estimador	Erro padrão	Valor-P
Interseção	16,1739	1,2002	0,0010
VPA	0,3010	0,0593	0,0000
LPA	0,4757	0,0009	0,0010

Resumo do modelo de análise de regressão

R- Quadrado	R-quadrado ajustado	Observaçõ es
0,4713	0,4526	180

Modelo de regressão (1): $VMA_{it} = \alpha + \beta_1 LPA_{it} + \beta_2 VPA_{it} + \varepsilon_{it}$. Em que: VMA_{it} representa o valor de mercado por ação da empresa i no ano t ; α o intercepto da regressão; $\beta_1 LPA_{it}$ corresponde ao lucro por ação da empresa i no ano t ; $\beta_2 VPA_{it}$ corresponde ao valor patrimonial por ação da empresa i no ano t ; ε_{it} é o termo de erro.

Fonte: Dados da pesquisa. Software Stata 16.

Elaborado pelos autores.

Os resultados indicaram pelo R-quadrado ajustado, que as variáveis utilizadas explicam 45,26% da variância no valor de mercado por ação. Portanto, a performance das empresas quanto ao lucro e ao patrimônio líquido influenciam o valor de mercado por ação. Esse resultado converge com o encontrado por AbuGhazaleh *et al.* (2012), Capellesso *et al.* (2018).

O patrimônio líquido por ação (VPA) e o lucro líquido por ação (LPA) obtiveram coeficientes positivos e estatisticamente significantes, que resulta em relação direta entre seus valores e o valor de mercado por ação. Porém, destaca-se que o VPA deteve maior poder explicativo (0,0000) do que o LPA (0,0010), este fenômeno também fora observado em outras pesquisas no cenário brasileiro (CAPPELLESSO; ROCHA; DANTAS, 2018; DE SOUZA; BORBA, 2017). No tocante ao segundo modelo de regressão proposto, os resultados encontram-se na tabela 7:

Tabela 7 – Resultados da Regressão do Modelo 2

	Estimador	Erro padrão	Valor-P
Interseção	16,0853	1,2179	0,0000
VPA	0,4137	0,0658	0,0000
LPA	0,2091	0,0009	0,0010
GWA	0,2753	0,1909	0,0010
PIGWA	-2,3847	58,3546	0,3675

Resumo do modelo de análise de regressão

R-Quadrado	R-quadrado ajustado	Observações
0,395874	0,362589	180

Modelo de regressão (2): $VMA_{it} = \alpha + \beta_1 LPA_{it} + \beta_2 VPA_{it} + \beta_3 GWA_{it} + \beta_4 PIGWA_{it} + \varepsilon_{it}$. Em que: VMA_{it} representa o valor de mercado por ação da empresa i no ano t ; α o intercepto da regressão; $\beta_1 LPA_{it}$ corresponde ao lucro por ação da empresa i no ano t ; $\beta_2 VPA_{it}$ corresponde ao valor patrimonial por ação da empresa i no ano t ; $\beta_3 GWA_{it}$ corresponde ao valor do goodwill por ação reconhecido pela empresa i no ano t ; $\beta_4 PIGWA_{it}$ corresponde ao valor da perda de impairment do goodwill reconhecido pela empresa i no ano t ; ε_{it} é o termo de erro.

Fonte: Dados da pesquisa. Software Stata 16.

Elaborado pelos autores

Para o modelo de regressão (2), que busca analisar os efeitos de quatro variáveis, quais sejam VPA, LPA, GWA e PIGWA, o R-quadrado ajustado indica que 36,26% da variação da variável dependente, valor de mercado por ação, pode ser explicada pelo modelo.

Seguindo a mesma dinâmica da análise do modelo 1, o VPA e o LPA demonstram relação direta com o valor de mercado por ação. Contudo, mais uma vez o VPA obteve maior poder explicativo (0,0000) do que o LPA (0,0010), levando a rejeição da H_1 em que valor de mercado da ação sofre influência em função do lucro líquido por ação, corroborando com os achados de Lopes *et al.* (2002), Capelesso *et al.* (2018), e AbuGhazaleh *et al.* (2012) que discorrem sobre a maior relevância do patrimônio líquido em detrimento do lucro líquido, no cenário com maior concentração acionária como ocorre no Brasil.

Com base nos resultados, observa-se que todas as variáveis apresentaram o sinal esperado (Quadro 1). O patrimônio líquido por ação (VPA), o lucro líquido por ação (LPA) e o goodwill por ação (GWA)

apresentaram coeficientes positivos e significantes com a variável dependente, por outro lado a perda por *impairment* do *goodwill* por ação (PIGWA) teve sinal negativo e não significativa. Isso demonstra que há relação direta e relevante entre os valores de VPA, LPA e GWA e o VMA, variável dependente.

Porém, a relação inversa do PIGWA em relação ao valor de mercado por ação não é estatisticamente significativa (0,3675), o que leva a rejeição da H₂ de que o valor de mercado da ação sobre influência negativa em função da perda de *impairment* do *goodwill*. Muito embora o *Goodwill* demonstre ser significativa para os acionistas e o valor de mercado da ação, assim como sugeridos em estudos anteriores como o de Capelesso *et al.* (2018) a perda de *impairment* não demonstrou ser relevante no mercado acionário brasileiro. Contudo, é importante destacar que o mesmo não ocorre em mercados como o Americano e Europeu como pontuaram os estudos de Zang (2008), AbuGhazaleh *et al.* (2012), Lapointe-Antunes *et al.* (2009).

Visto que a *value relevance* é uma medida de utilidade da informação, que captura tanto a relevância quanto a confiabilidade (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001), a não significância da perda por *impairment* do *goodwill* no valor de mercado pode indicar que esta métrica pode não ser útil para a tomada de decisão dos investidores brasileiros. Sua falta de utilidade pode ser explicada por o processo da perda de recuperabilidade do *goodwill* carecer de transparência, uma vez que há um relevante julgamento em suas estimativas e o *goodwill* é afetado pelo fenômeno de *shielding*, em que outros ativos relacionados protegem seu valor recuperável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a amortização do *goodwill* é vedada pelos normativos contábeis, um dos motivos para esta proibição era que a amortização nem sempre proporcionava informações relevantes para o mercado de capitais. Porém, após essa vedação os *stakeholders* levantaram algumas preocupações sobre a baixa do *goodwill* ser pelo modelo apenas *impairment*, como o fato de o modelo não conseguir captar completamente os efeitos de variação dos valores do *goodwill*.

Além disso, com o feedback obtido pelo IASB, pode-se atribuir à manutenção do modelo de apenas *impairment* os seguintes argumentos: o *goodwill* não tem vida útil definida, a amortização é arbitrária e o modelo apenas *impairment* traz informações mais úteis. Porém, há argumentos para a volta da amortização do *goodwill*, quais sejam, a amortização é simples e

direta, o *impairment* não funciona tão bem quanto o esperado e o *goodwill* é consumido ao longo do tempo.

Visto a divergência entre as posições de manter o modelo de apenas *impairment* ou voltar com a amortização do *goodwill*, este estudo examinou os reflexos do mercado de valores mobiliários brasileiro ao reconhecimento de perdas de recuperabilidade do ágio de expectativa por rentabilidade futura (*goodwill*). Assim, o foco foi investigar a *value relevance* dessa apropriação ao resultado no valor de mercado das ações das empresas analisadas, para isso se utilizou uma amostra de empresas de empresas listadas na B3 que reconheceram *goodwill* em seus balanços no período de 2015 a 2019.

A fim de realizar a análise da *value relevance* da perda de recuperabilidade do *goodwill*, aplicou-se dados em painel e os modelos de regressão de Ohlson e um adaptado. Os dados em painel foram utilizados para X. Os modelos de regressão foram empregados para testar as hipóteses de que o valor de mercado da ação sofre influência em função do lucro líquido por ação (H_1) e de que o valor de mercado da ação sobre influência negativa em função da perda de *impairment* do *goodwill* (H_2).

A hipótese 1 foi confirmada pelo modelo de regressão clássico de Ohlson, conforme os resultados da Tabela 6. Por outro lado, a hipótese 2 foi rejeitada. Apesar de a perda de *impairment* do *goodwill* ter correlação negativa com o valor de mercado da ação, sua não significância evidencia o fato da perda por *impairment* do *goodwill* não ser uma informação relevante para o mercado, pois não há aparente reação no valor de mercado por seu reconhecimento.

Esta pesquisa apoia a literatura sobre o teste de recuperabilidade do *goodwill*, uma vez que, ao se verificar *value relevance* do *impairment* do *goodwill*, são obtidas informações para avaliar a reação dos usuários contábeis em relação a esta métrica e, conseqüentemente, a sua utilidade. Porém, levanta-se como limitações da pesquisa o não uso de outros métodos de estatísticos, por exemplo, testes de robustez, que fortaleceriam a precisão dos resultados alcançados. Sugere-se para futuras pesquisas a comparação entre mercados, principalmente, entre aqueles com mercados de capitais consolidados e aqueles com mercados de capitais emergentes; a comparação entre os setores que possuem *goodwill* em diferentes proporções para verificar se os impactos são semelhantes; e testar a *value relevance* de outros ativos intangíveis em relação ao *goodwill*.

REFERÊNCIAS

ABUGHAZALEH, N. M.; AL-HARES, O. M.; HADDAD, A. E. The Value Relevance of goodwill impairments: UK Evidence. **International Journal of Economics and Finance**, [s. l.], v. 4, n. 4, p. 206–216, 2012. Available at: <https://doi.org/10.5539/ijef.v4n4p206>

BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1, p. 77–104, 2001.

BROWN, S., LO, K.; LYS, T. Use of R² in accounting research: measuring changes in value relevance over the last four decades. **Journal of Accounting and Economics**, v. 28, n. 2, p. 83-115, 1999.

CAPPELLESSO, G.; ROCHA, L. C. N.; DANTAS, J. A. Value Relevance da Perda por Redução ao Valor Recuperável do Goodwill: Evidências das Empresas Listadas na BM&FBovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 102–120, 2018.

CASTRO, M. A. R.; MARTINEZ, A. L. Income smoothing, custo de capital de terceiros e estrutura de Capital no Brasil. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, [s. l.], v. 10, n. 6, p. 25–46, 2009. Available at: <https://doi.org/10.1590/s1678-69712009000600004>

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) de 04 de agosto de 2011. **Combinação de Negócios**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=46>. Acesso em: 11 abr. 2021.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) de 10 de dezembro de 2019. **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 11 abr. 2020.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) de 07 de outubro de 2012. **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2>. Acesso em: 11 abr. 2021.

DE SOUZA, M. M.; BORBA, J. A. Value Relevance do Nível de Disclosure das Combinações de Negócios e do Goodwill Reconhecido nas Companhias de Capital Aberto Brasileiras. **Revista Contabilidade e Finanças**, [s. l.], v. 28, n. 73, p. 77–92, 2017. Available at: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201703240>

GOVINDARAJU, R. *et al.* No 主観的健康感を中心とした在宅高齢者における健康関連指標に関する共分散構造分析Title. **Procedia Manufacturing**, [s. l.], v. 30, n. 22 Jan, p. 588–595, 2007.

GUJARATI, DAMODAR N.; PORTER, DAWN C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

LAPOINTE-ANTUNES, P.; CORMIER, D.; MAGNAN, M. Value relevance and timeliness of transitional goodwill-impairment losses: Evidence from Canada. **The International Journal of Accounting**, v. 44, n. 1, p. 56-78, 2009.

LI, K. K.; SLOAN, R. G. Has goodwill accounting gone bad? **Review of Accounting Studies**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 964–1003, 2017. Available at: <https://doi.org/10.1007/s11142-017-9401-7>

MARTINS, E. *et al.* Goodwill: uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s. l.], v. 21, n. 52, p. 1–25, 2010. Available at: <https://doi.org/10.1590/s1519-70772010000100005>

MARTINS, E.; ALMEIDA, D. L.; MARTINS, E. A.; COSTA, P. S. Goodwill: uma análise dos conceitos utilizados em artigos científicos. **Revista de Contabilidade & Finanças**, 21(52), 2010.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. [S.l.: s.n.], 2009.

OHLSON, J. A. Earnings, book values, and dividends in equity valuation. **Contemporary Accounting Research**, v. 11, n. 2, p. 661-687, 1995.

PACHECO, J.; ROVER, S.; VICENTE, E. F. R. Value relevance do nível de evidenciação do ativo intangível nas companhias de capital aberto brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [s. l.], v. 15, n. 37, p. 178–199, 2018. Available at: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n37p178>

RODRIGUES, JOMAR. M. **Convergência contábil internacional: uma análise da qualidade da informação contábil em razão da adoção dos padrões internacionais de contabilidade editados pelo IASB**. 2012. 183 f. Tese (Doutorado em Contabilidade), Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília-UnB, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Brasília, 2012.

SEETHARAMAN, A. Managing impairment of goodwill. **Journal of Intellectual Capital**. v. 7, n. 3, p. 338-353, 2006.

VIGLIONI, M. T. D. *et al.* Indicadores Econômico-Financeiros Determinantes de Fusões e Aquisições: um Estudo na Indústria de Tecnologia no Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 420–438, 2018. Available at: https://doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n3a7

ZANDONAI, F.; BORBA, J. A. O que dizem os achados das Pesquisas Empíricas sobre o teste de impairment: uma análise dos Journals em língua inglesa - What the Empirical Research findings tell about impairment test: an analysis of english Journals. **Contabilidade, Gestão e Governança**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 24–34, 2009. Available at: <http://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/59>

ZANG, Y. Discretionary behavior with respect to the adoption of SFAS no. 142 and the behavior of security prices. **Review of Accounting and Finance**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 38–68, 2008. Available at: <https://doi.org/10.1108/14757700810853842>

ZEGHAL, D.; CHTOUROU, S. M.; FOURATI, Y. M. The effect of mandatory adoption of IFRS on earnings quality: Evidence from the European union.

Journal of International Accounting Research, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 1–25, 2012. Available at: <https://doi.org/10.2308/jiar-10221>

CAPÍTULO 25

CUIDADO PASTORAL: A SAÚDE FÍSICA, EMOCIONAL E ESPIRITUAL DO PASTOR

Filipe Zappala Massi de Oliveira Francioni

Advogado; jornalista, servidor público federal; Graduado em Direito; Pós-graduado em Direito Privado; Pós-graduado em Direito Público; Pós-graduado em Políticas e Gestão em Segurança Pública; Pós-graduado em Direito Militar; Pós-graduado em Administração Pública pela PUC Minas; Graduando em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Brasília/DF.

RESUMO

Este artigo analisa o cuidado pastoral, a saúde física, emocional e espiritual do pastor. A importância do cuidado pessoal que deve ser proporcionado ao pastor, como pessoa e como ovelha, e a preservação desse como ser humano. O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar fatores que levam o pastor ao esgotamento físico, emocional e espiritual na carreira ministerial e as medidas de prevenção e tratamento do esgotamento no trabalho pastoral para evitar ou amenizar as crises e conflitos a qual o pastor é suscetível através do cuidado que envolve a igreja, a família e o próprio pastor. A metodologia utilizada no presente trabalho é a indutiva, uma vez que o pastor como cuidador de pessoas é abordado na perspectiva de que ele é, também, uma ovelha entre ovelhas, um ser humano passível de cuidados e amor. Este trabalho foi realizado com base em uma minuciosa pesquisa bibliográfica em livros, Bíblias, artigos científicos, dissertação de mestrado e tese de doutorado, referentes ao cuidado pastoral. Os resultados obtidos através da discussão atestaram a imprescindibilidade e indubitável necessidade de um acompanhamento, bem como o mentoreamento constante de pastores através da aplicação de medidas de prevenção

voltados intencionalmente para a pessoa do pastor na esfera física, emocional e espiritual.

Palavras-chave: Cuidado pastoral; esgotamento; fatores; prevenção, saúde.

INTRODUÇÃO

O tema do artigo está relacionado ao esgotamento físico, emocional e espiritual do pastor, tendo como justificativa o número expressivo de pastores que lutam contra esgotamento físico, emocional e espiritual, causadores de patologias que geram grande angústia ao ser humano, muitas vezes podendo levar o mesmo a atitudes extremas, culminando com o suicídio, conforme descrito no artigo: suicídio de pastores evangélicos no Brasil (MELO, MELO e BETT, 2019).

Recentemente a comunidade cristã foi abalada com a notícia do aumento do índice de suicídios de pastores de diversas denominações evangélicas, até mesmo de padres católicos, que chegando ao ápice do esgotamento físico, emocional e espiritual decidiram aplicar a pena capital contra si mesmo. Os números são inquietadores e traz à luz um alarmante e silencioso pedido de socorro por partes de pastores e demais líderes religiosos.

Somente no ano de 2017, três padres suicidaram-se num espaço de 15 dias, dois pastores das Assembleias de Deus, um pastor da Igreja Presbiteriana e uma pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular (SILVA, 2018). Com esse alerta, o presente tema passou a ser objeto de estudo na psicologia, na medicina e na teologia, notadamente nas disciplinas de Aconselhamento.

Em 2019, um caso de suicídio envolvendo um pastor norte-americano chocou a comunidade evangélica dos Estados Unidos da América. Jarrid Wilson era um pastor muito conhecido e reconhecido por seu trabalho em defesa da saúde mental em uma grande igreja no sul da Califórnia. Wilson era líder de um movimento de apoio às vítimas da depressão, e mesmo sendo expert em saúde mental sucumbiu ao esgotamento físico, emocional e espiritual da sua carreira ministerial colocando um fim a sua vida.

Muitos pastores enfrentam problemas, e problemas sérios. Em uma tese de mestrado (BÔA SORTE, 2022) foram apontados dados alarmantes de uma pesquisa realizada pelo Instituto Schaeffer, que tem como missão equipar e tratar pastores e igrejas. Após dezoito anos de pesquisa, iniciada

em 1989, o instituto revelou que a atividade pastoral é muito perigosa, pois 70% dos pastores lutam constantemente contra a depressão e 71% estão “esgotados”.

Além disso, 72% dos pastores dizem que só estudam a Bíblia quando precisam preparar sermões, 80% acreditam que o ministério pastoral afeta negativamente as suas famílias, e 70% dizem não ter um “amigo próximo”.

A pesquisa também estimou que 80% dos estudantes de seminário (incluindo os recém-formados) irão abandonar o ministério dentro de cinco anos. Não há dados consistentes sobre quantos cometem suicídio, mas está claro que os pastores não estão imunes a isso.

A pergunta da pesquisa a ser respondida é: Como e quais as maneiras de se prevenir o esgotamento físico, emocional e espiritual do pastor? A prevenção é uma ferramenta imprescindível para evitar ou minimizar o desgaste do pastor.

Os objetivos do presente artigo são definir o conceito de “cuidado” e de “pastor”, bem como de analisar os fatores que levam o pastor ao esgotamento físico, emocional e espiritual na carreira ministerial e, por fim, apresentar as medidas de prevenção para evitar esse esgotamento a qual o pastor é suscetível.

A metodologia a ser utilizada é a indutiva, baseada na experiência pessoal do pastor, uma vez que o pastor além de cuidador de pessoas é também uma ovelha entre ovelhas, um ser humano passível de cuidados e amor.

O CUIDADO

A palavra “cuidar” deriva do latim *cogitare* que significa ‘imaginar’ ‘pensar’, ‘meditar’, ‘julgar’, ‘supor’, ‘tratar’, ‘aplicar’ a atenção, ‘refletir’, ‘prevenir’ e ‘ter-se’. Cuidar é o ‘cuidado’ em ato (PINHEIRO, 2005). A origem da prática de cuidar teve seu início restrito ao espaço doméstico, privado, particular.

Desde sua concepção, até a sua morte, o ser humano precisa de cuidados. Da geração até o nascimento, da infância a adolescência, da adolescência até a vida adulta. Da vida adulta até o envelhecimento, todos necessitam de cuidados.

Identifica-se desde a Grécia Antiga, que a prática do cuidado, ou cuidar, vem sendo exercida no interior das famílias, e sua realização demandava um saber prático adquirido no fazer cotidiano, passando, assim,

de geração a geração. Nesta época, a gestão do cuidado era uma tarefa feminina. Quem cuidava da casa dos filhos, dos escravos dos doentes eram as mulheres.

Aliás, uma responsabilidade bastante repetida até os dias de hoje em muito cotidianos familiares. Cuidar é o mesmo que “refletir acerca de, prevenir-se, ter cuidado consigo mesmo ou zelo consigo mesmo” (FERREIRA, 2004).

O “cuidar de si” refere-se a uma relação de ajuda, especialmente nas profissões relacionadas ao cuidado do ser humano, nos aspectos físico, mental e espiritual (FOUCAULT, 2004). Para a psicologia e suas literaturas, o cuidar de si ou autocuidado é considerado um ato mais emocional do que físico, envolvendo a prevenção mental e emocional, entretanto, com o passar dos anos, ficou constatada a real necessidade do cuidar de si abranger também a parte física do ser humano.

O autocuidado, ou cuidar de si, também foi uma preocupação recorrente nos textos Bíblicos. Encontramos em Lucas, conhecido como “médico amado” a preocupação de Paulo, nos primórdios do cristianismo, que assim recomendava aos pastores: “Cuidai de vós mesmos e de todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastorear a Igreja de Deus, que ele adquiriu com o seu próprio sangue.” (JERUSALÉM, At. 20:28).

Outra concepção muito interessante é aventada pelo professor Leonardo Boff. Ele leciona que a palavra “cuidado” vem da raiz cura do latim coera *cogitare-cogitatus* e pode ser compreendida como relação de amor e amizade que promove cura e conclui:

O sentido de *cogitare-cogitatus* é o mesmo de cura: cogitar é pensar no outro, colocar a atenção nele, mostrar interesse por ele e revelar uma atitude de desvelo, até de preocupação pelo outro. “Um modo de ser mediante o qual a pessoa sai de si e centra-se no outro com desvelo e solicitude” (BOFF, 1999, p. 90-91).

Na compreensão das línguas latinas, a expressão “cura d’almas” era utilizada para designar o sacerdote ou o pastor cuja incumbência reside em cuidar do bem espiritual das pessoas e acompanhá-las em sua trajetória religiosa (MIRANDA, 2007).

O ministério pastoral deve ser entendido como a dimensão de ajuda e cuidado proporcionado às pessoas no contexto da comunidade cristã (WEDEL; DÜCK, 2021). Então podemos concluir que a figura pastoral é

aquela que cuida de pessoas, compreendidas teologicamente como ovelhas de um rebanho. Sua missão ministerial consiste principalmente em apascentar e pastorear vidas humanas.

O PASTOR

A figura central a ser estudada no presente trabalho é a do pastor, ou segundo Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), Líder Eclesiástico. A origem da palavra Eclesiástico vem do grego *ekklesiastikós*, do latim *ecclesiasticus*, que significa “assembleia do povo ou alguém que fala para uma assembleia” (WIKCIONÁRIO,2020).

Ainda, conforme define *Wikcionário*, Eclesiástico é a característica dada a alguém pertencente à igreja, ao clero e sacerdócio, ou seja, seu corpo ministerial de obreiros, líderes religiosos e administradores. Entretanto, por questões didáticas, passaremos a identificar o líder Eclesiástico como pastor.

Na Antiguidade o nome pastor é empregado de forma literal e figurado. Uma vez que, desde tempos remotos, a ocupação comum na Palestina era o pastoreio, o termo é fundamental para a descrição das pessoas do campo em todos os períodos da história (WHITE, 1988).

Para Jonker (2011), ao analisar de forma literal, a figura do pastor, quando empregada para governantes, indica, por analogia, a sua responsabilidade de cuidado, proteção, paciência e honestidade para com o seu “rebanho”, ou seja, o pastor devia cuidar incansavelmente dos animais indefesos. A devoção ao dever era posta à prova ao montar-se guarda sobre o rebanho, noite após noite, contra as feras e os salteadores.

Quanto à analogia figurada do pastor, inserida no contexto bíblico, observa-se na primeira parte da bíblia, notadamente no Antigo Testamento, que Deus é chamado de pastor, que no hebraico *roeh*, significa conduzir, guiar; e *ra'ah*, no hebraico significa na tradução literal “pastor” aquele que apascenta.

Alguns exemplos sobre a identidade de Deus como pastor são encontrados no Antigo Testamento. O salmista **Asafe suplica a Deus: “Escuta-nos, Pastor de Israel, tu, que conduzes a José como a um rebanho; tu, que tens o teu trono sobre os querubins, manifesta o teu esplendor” (NOVA VERSÃO INTERNACIONAL, Sl. 80:1).**

Além do livro de Salmos, encontramos no Antigo Testamento outras menções de Deus como pastor. Waltke (2010) observa que, **Jacó em sua velhice**, dias antes de morrer, recapitula o cuidado e a provisão de Deus: “E abençoou a José, dizendo: “Que o Deus, a quem serviram meus pais Abraão e Isaque, o Deus que tem sido o meu **pastor** em toda a minha vida até o dia de hoje” **(NOVA VERSÃO INTERNACIONAL, Gn. 48:15)**.

O Antigo Testamento, tem como característica o uso de verbos para demonstrar a ação de alguém, apresentando Deus como Aquele que apascenta, conduz, guia, dirige, procura, cuida, faz retornar, reúne, guarda, faz recolher-se, visita, inspeciona, julga, tira de, liberta, faz sair de, faz subir, faz entrar, faz vir, salva, conhece, faz aliança (BOSETTI; PANIMOLLE, 1986).

Já nos textos neotestamentários, a palavra grega para pastor é *poimén* (CHAMPLIN; BENTES, 1995). Esse termo aparece 14 vezes, apresentando o mesmo significado do Antigo Testamento, ou seja, significa cuidar, como está escrito no livro de Efésios: “E ele designou alguns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, e outros para **pastores** e mestres” **(NOVA VERSÃO INTERNACIONAL, Ef. 4:11)**.

No Novo Testamento, ressurge a metáfora do pastor associado ao cuidado de pessoas. Desta forma, Jesus é visto nos Evangelhos sinóticos como rei-pastor. O evangelista Lucas não vai usar o sentido figurado para se referir ao pastor e sim a *ánthopos*, “homem”, percebendo assim que Jesus era um cuidador do povo de Israel enquanto homem.

A igreja do Novo Testamento confirma em Jesus o cumprimento das profecias messiânicas dos profetas Jeremias, Miquéias, Isaías, Ezequiel, Zacarias entre outros, as quais diziam que Javé suscitaria um pastor que reuniria o rebanho e que teria cuidados contínuos do Senhor.

Segundo as escrituras, esse pastor seria encarregado por executar um governo reto, justo. Essa confirmação legitima o reinado do Messias, como descrito no texto de Jeremias **(NOVA VERSÃO INTERNACIONAL, Jr. 23: 3-6)**: “Eu mesmo reunirei os remanescentes do meu rebanho [...] e os trarei de volta à sua pastagem [...] estabelecerei sobre eles pastores que cuidarão deles”.

A tradição judaica conhecia Moisés como pastor fiel, mas Jesus Cristo transcende o significado contido na história e na missão de Moisés (BOSETTI; PANIMOLLE, 1986). Ele é o pastor do novo Êxodo, em condições de conduzir o seu povo à salvação escatológica. O escritor de Hebreus chama-o de “O grande Pastor de ovelhas” **(NOVA VERSÃO INTERNACIONAL, Hb. 13:20)**.

Independentemente da visão pastoral, seja ela do Antigo Testamento, do Novo Testamento, ou até mesmo na contemporaneidade, a premissa maior será sempre ligada ao cuidado, zelo, seja na forma literal ou figurada. Entretanto, para o pastor, o exercício de sua atividade cuidadora acaba se tornando caro para sua vida física, emocional e espiritual, onde na maioria das vezes o resultado do trabalho leva-o para o centro de crises e armadilhas dentro do ministério pastoral.

FATORES QUE POTENCIALIZAM O ESGOTAMENTO FÍSICO, EMOCIONAL E ESPIRITUAL NA CARREIRA MINISTERIAL.

No artigo “Esgotamento no Trabalho Pastoral” de Souto e Fluck (2018), eles apresentam três fatores que levam o pastor ao esgotamento no trabalho pastoral. Nesta obra, os autores agrupam os fatores em três categorias, sendo a primeira em Fatores Ocupacionais; a segunda em Fatores Interpessoais e a terceira em Fatores Intrapessoais (SILVA, 2006).

É muito importante clarificar que, embora haja outros fatores que contribuem para o esgotamento físico, emocional e espiritual na carreira ministerial, os três fatores acima podem ser considerados vetores consequenciais e potencializadores de problemas na saúde física, emocional e espiritual do pastor, portanto, sendo o foco principal de análise e discussão do presente trabalho de conclusão de curso ora apresentado.

FATORES OCUPACIONAIS

Os fatores ocupacionais estão diretamente ligados ao ambiente da igreja e as atividades ministeriais desenvolvidas nela (SOUTO; FLUCK, 2018). A ocupação através do trabalho pastoral potencializa o esgotamento dos pastores quando estes são vistos como meros empregados da igreja. Infelizmente, muitos são vistos como peças descartáveis e substituíveis quando não enquadrados na dinâmica local, o que maximiza esse esgotamento. Os pastores que se esgotam por causa de fatores ocupacionais, não veem fim no seu trabalho, ou seja, precisam estar em prontidão 24 horas por dia, e ainda assim, são alvos de críticas por parte de membros da sua comunidade local.

Em muitas profissões, o dia de trabalho tem hora certa para começar e terminar. Já outras profissões, entre elas a do líder cristão, não tem fim, o que pode dar a sensação de estar constantemente de prontidão. Isso pode levar ao

extremo, tanto pela igreja como para o líder. Um dia interminável é uma fonte de estresse, pois o líder começará a ter dificuldade de separar trabalho do lazer. (BUCKLAND, 2003, p. 189)

O sentimento que fica evidente para o pastor é que o trabalho não tem começo, não tem fim e que produz uma sensação de que nada foi concluído (SOUTO; FLUCK, 2018).

Os pastores, como um dos poucos generalistas que ainda permanecem, aconselham o aflito, casam o romântico, sepultam os mortos, organizam os desorganizados, advertem o errante e consolam os tristes. Os pastores atendem tantas pessoas quanto o vendedor de uma loja; assistem tantas reuniões de comissão como os legisladores e mantêm uma exaustiva agenda social como a de uma celebridade. O pastor também se empenha em suficientes estudos, oração e meditação para fazer o trabalho e unir de forma agradável o acadêmico e o monástico. (SILVA, 2006, p. 60)

Silva (2006) apresenta um leque de atividades inerentes a atividade pastoral, que muitas das vezes passa por despercebido pela igreja. Desta forma, a atividade ministerial ocupacional repetitiva e enfadonha também contribui para o esgotamento do pastor. Se analisado, chega-se à conclusão de que a maior parte do trabalho pastoral é considerada repetitivo.

Um exemplo claro se perfaz com a preparação das mensagens, ou seja, com a missão cumprida no domingo à noite, o pastor já está pensando na mensagem que vai ter que preparar para ministrar no próximo domingo. Não só de mensagens vive um pastor, mas de uma grande quantidade de agendas a serem realizadas dentro de um ano.

Não bastasse a quantidade excessiva de compromissos, soma-se o trabalho e desgaste psicológico que essas atividades produzem ao pastor. Se algum membro ou parente de membro de sua igreja falece, o pastor é uma das primeiras pessoas a serem acionadas e não importando a hora. De igual forma quando alguém adoece e vai parar em um hospital, o pastor é logo acionado. No ministério pastoral não há limites ou barreiras.

Os membros da igreja esperam que o pastor esteja pronto dia e noite para ajudá-los em quase todo tipo de problema e não apenas os espirituais. O fator ocupacional, não equalizado de forma correta, traz grandes prejuízos na saúde física, emocional e espiritual.

FATORES INTERPESSOAIS

Outro cooperador para o esgotamento físico, emocional e espiritual na carreira ministerial é o fator interpessoal. Os fatores interpessoais estão intrinsicamente ligados aos relacionamentos que margeiam o ministério pastoral (SOUTO; FLUCK, 2018).

A verdadeira vocação pastoral e o seu trabalho estão ligados à sua comunidade, desta forma, é natural que essa comunidade crie expectativas relacionadas ao trabalho pastoral do seu líder, criando, portanto, um ciclo vicioso em que o pastor entende que Deus espera muito dele, a igreja espera muito dele e ele próprio espera muito de si mesmo.

Tornou-se costumeiro nas igrejas evangélicas, ao contratarem pastores para assumirem seus ministérios pastorais, apresentarem a esses, demandas e necessidades de seus membros, criando uma atmosfera de cobranças antes mesmo da criação de um vínculo relacional desse com a comunidade.

Viver uma vida exemplar, estar disponível sempre a todas as pessoas a todos os propósitos, levar a igreja a crescer numericamente, equilibrar sabedoria com liderança e amor, ensinar às pessoas as profundas verdades da fé, ser bom pai de família que demonstre o que significa ser líder espiritual da família, amante da esposa e que desempenhe um papel importante como um modelo positivo para seus filhos, construir relacionamento significativo com os membros da igreja, representar a igreja na comunidade, crescer espiritualmente, administrar a igreja de modo efetivo e profissional, sem perder o lado humano e fraterno. (BARNÁ, apud SILVA, 2006, p. 63)

As muitas demandas que envolvem as relações interpessoais entre pastor e igreja geram expectativas acima dos níveis aceitáveis, acarretando sua percepção a obrigatoriedade moral de assumir atividades relacionadas à liderança além das que realmente precisam ser assumidas.

Buckland (2003) em sua obra apresenta uma lista de expectativas típicas de um líder:

Pregar duas vezes aos domingos e ser encarregado dos cultos, liderar uma reunião de oração nas tardes de domingo, ser responsável por uma reunião de confraternização para os jovens, liderar um grupo de estudo bíblico semanal, passar todas as manhãs estudando a Bíblia e preparando as pregações e estudos, visitar os doentes, fazer visitas para conhecer os membros e oferecer aconselhamento aos necessitados todos os dias à tarde e os demais dias à noite, dedicar tempo para o cônjuge e os filhos individualmente, estar sempre disponível para atender os telefonemas de todos os membros da igreja, realizar funerais e dar acompanhamento aos familiares nos meses subsequentes ao enterro, realizar casamentos e aconselhamento pré-nupcial, participar de reuniões da denominação e manter-se atualizado e estimular a igreja a alcançar o seu propósito. (BUCKLAND, 2003, p. 68)

Como já ressaltado, os pastores exercem um ministério multifacetário, e sempre em situações extremas, na maioria das vezes são os primeiros a serem procurados. Como líderes espirituais, os pastores ocupam-se com diversas situações inerentes a vida e a morte, mais do que qualquer outra profissão, pois o pastor não trabalha somente com o fator emocional, mas principalmente espiritual.

O pastor precisa possuir e manter uma saúde emocional forte, pois este se ocupa com toda sorte de problemas dos membros de sua igreja. A problemática enfrentada em sua totalidade, não está somente relacionada aos problemas ligados as famílias de sua igreja, mas também relacionados a sua própria família.

80% consideram que o ministério pastoral afeta suas famílias; 25% das esposas de pastor veem a agenda de trabalho do marido como uma fonte de conflitos; 80% dos pastores dizem que não passam tempo suficiente com a esposa; 56% das esposas de pastores dizem que não têm amigos próximos; 52% dos pastores dizem que eles e suas esposas acreditam que estar no ministério pastoral é perigoso para o bem-estar e a saúde da família. (LONDON, apud CORDEIRO, 2011, p. 32)

Os dados apresentados por Cordeiro (2011) em sua obra mostram que esses e outros problemas causam frequentemente sérios conflitos conjugais e disfunções familiares. Os pastores que estão no ministério pastoral tem propensão a ver o seu casamento acabar em divórcio na mesma proporção que os membros da igreja local em geral. O fator interpessoal tem demonstrado muita nocividade para a saúde física, emocional e espiritual do pastor, sendo imprescindível a observância por parte não só desse, mas também da igreja.

FATORES INTRAPESSOAIS

Os fatores intrapessoais são causas que contribuem com o esgotamento pastoral quando o descuido com a saúde seja físico ou emocional perdem o seu lugar na lista de prioridades (SOUTO; FLUCK, 2018).

São tantas as atividades diárias envolvendo o ministério pastoral, que o pastor, quando possui um tempo em sua extensa agenda, não tem condições físicas e emocionais para se dedicar a uma atividade física, ou mesmo, separar um tempo com a família, esposa, filhos, amigos, ou até mesmo realizar um simples exame de saúde.

A vida ministerial pode ser comparada a uma conta bancária. Ter uma conta bancária é muito útil, quando tem saldo. Entretanto se apenas retiramos dinheiro e nunca depositamos, teremos problemas. Eventualmente a conta irá para o vermelho e não vai ter mais crédito. Muitos líderes gastam suas reservas de energias até que não lhes resta mais nada. Os líderes que se ausentam várias noites por semana, comem com pressa, cancelam dias de folga passam pouco tempo com a família, têm pouca oportunidade para cuidar de si. (BUCKLAND, 2003, p. 198)

Em suma, a atividade ministerial se torna nociva quando o pastor inobservadamente ignora os sinais de que algo não vai bem com sua saúde física, emocional e espiritual. Essa nocividade é potencializada quando este não sabe ou não consegue administrar seu tempo, principalmente suas prioridades.

Quando o pastor não consegue equalizar seu tempo, ele perde qualidade de vida. Uma boa administração do tempo produz qualidade no

tempo com a família, amigos e outros passatempos (SILVA, 2006). Vale ressaltar que o tempo para a prática das orações diárias, estudos bíblicos e cultos em família e atividades eclesíásticas, em geral, também precisa ser separado.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO ESGOTAMENTO NO TRABALHO PASTORAL

Prevenção é um conceito pouco explorado quando o assunto envolve a pessoa do pastor e o ministério pastoral, isso em função da dogmática de que o pastor é ou deve ser e se comportar como um “super-homem” de Deus.

O Dicionário On line Português apresenta o significado da palavra “prevenção da seguinte forma: Conjunto de atividades e medidas que, feitas com antecipação, busca evitar um dano ou mal: prevenção de incêndios, prevenção de doenças” (Dicionário On line Português, 2023).

Infelizmente, as medidas que buscam evitar o esgotamento físico, emocional e espiritual dos pastores são colocadas em prática somente quando os efeitos desse esgotamento beiram o afastamento do pastor de suas atividades ministeriais. Se torna natural, que, por receio, vergonha e medo, a constatação de que algo está errado fica restrito a família do pastor, e por vezes relatado a um profissional de saúde que tardiamente apresenta o diagnóstico e tratamento.

Para evitar o esgotamento no trabalho pastoral, devem-se buscar medidas preventivas na vida do pastor, na vida pessoal do pastor, relacional e congregacional (SOUTO; FLUCK, 2018).

A questão de evitar o esgotamento está intimamente ligada com a nossa saúde pessoal como um todo. Para termos uma igreja saudável, devemos tomar iniciativa em três níveis: a denominação caso exista, a congregação e o líder. Estes devem cooperar entre si se desejam estabelecer expectativas realistas e uma rotina de trabalho correta. (BUCKLAND, 2003, p. 237)

PREVENÇÃO NA VIDA PESSOAL DO PASTOR

Muitos acreditam que a prevenção para o esgotamento físico, emocional e espiritual do pastor começa na sua igreja, entretanto, a primeira medida preventiva começa no lar do pastor, através de sua esposa, filhos e

demais parentes. Um pastor fisicamente, emocionalmente e espiritualmente saudável no seu lar transportará para seu ministério essas virtudes, ao contrário, apenas dificuldades para ele e para a igreja.

Uma triste realidade hoje dentro das igrejas evangélicas está relacionada a excessiva carga de trabalho designada ao pastor, que em muitas comunidades não possui o privilégio de ter pastores auxiliares aptos a dividirem o peso da bagagem, restando a este pastor pouquíssimo ou nenhum tempo com a sua família. Tempo para a família é mais que lazer, é um tratamento preventivo contra o esgotamento na vida do pastor. Tempo em família é tempo de qualidade.

A Bíblia é didática quando o assunto é cuidado. O próprio Apóstolo Paulo recomenda que os líderes tenham cuidado de si mesmo. A necessidade de um compromisso sério consigo mesmo, ou seja, o pastor precisa estar consciente do seu compromisso na prevenção contra o esgotamento pastoral.

De acordo com Lopes o pastor precisa cuidar de si mesmo antes de cuidar do rebanho de Deus, pois a vida do pastor é a vida do seu pastorado. Há pastores cansados do trabalho pastoral porque tem cuidado dos outros e negligenciado o cuidado de si mesmo.

Silva (2006) entende que a prevenção contra o esgotamento pastoral deve ser realizada através da realização de algumas atividades práticas:

Dedicar tempo cada dia para o crescimento espiritual, descansar um dia por semana, gozar de férias planejadas, dormir regularmente pelo menos 8 horas, alimentar-se adequadamente e regularmente, ter um plano de relaxamento e meditação, ter um plano de exercício físico, treinar pessoas para o trabalho na igreja e delegar responsabilidades, jamais dar uma resposta imediata para um novo compromisso. (SILVA, 2006, p. 81)

Cordeiro (2011) leciona em sua obra que o pastor precisa priorizar o cuidado consigo mesmo. Precisa listar o que o abate e o que o revigora na sua vida emocional. *“Aquilo que enche o seu tanque e o que o esvazia”*.

Planeje seu dia de descanso para realizar atividades que encham o seu tanque: golfe, pescaria, exercícios, ficar em casa, jardinagem, o que funcionar para você. Mude

de ritmo! Faça coisas pessoais que você deseja realizar a muito tempo, mas certifique-se de que seja bom e relaxante e agradável. Você precisa de um dia de descanso. (Cordeiro, 2011, p. 152)

Pereira (2014) observa que o pastor deve variar suas rotinas, que pode incluir: tomar um caminho diferente para o escritório, comer algo diferente no café da manhã, ir a uma festa à noite, ver um filme com a esposa e filhos, fazer caminhada e ler algo não teológico. Um ritmo de vida sadio contribui bastante, para uma vida emocional saudável e um ministério pastoral com qualidade.

PREVENÇÃO NA VIDA RELACIONAL DO PASTOR

Quando o relacionamento do pastor com suas ovelhas é saudável, gera consequências benéficas, levando a todos naquela comunidade a terem oportunidade de crescimento e amadurecimento através de uma verdadeira amizade construída.

Quando se pensa seriamente sobre o que significa ser um amigo, certas qualidades marcantes começam a surgir, tais como lealdade, confiança e franqueza. Para um relacionamento e uma amizade serem dignas de algo verdadeiro e autêntico, é necessário ser uma pessoa inteira, completa, construindo integridade, dignidade e autoestima (PARROT, 1999).

Por isso, o verdadeiro relacionamento entre pastor e suas ovelhas deve ser baseado na amizade e respeito acima de tudo. Os relacionamentos, para serem saudáveis e autênticos, devem basear-se na identidade da pessoa, nos seus propósitos, coragem e na capacidade de comprometer-se com coisas que vão além da pessoa.

Quando o pastor assume um papel ativo de relacionamento dentro da comunidade, as ovelhas do seu ministério passam a participar deste crescimento e isso é amizade verdadeira e recíproca. Outra forma de prevenção, além do relacionamento amável da igreja com o pastor, é o mentoreamento deste, ou seja, todo pastor precisa ter mais que um amigo, mas um mentor, aquele que será seu fiel escudeiro, sempre pronto a ouvir, a sorrir, a chorar, a alegrar-se, a chorar a sugerir, a exortar em amor.

Silva (2006) aborda em sua obra hábitos relacionais que são medidas preventivas para o pastor evitar o esgotamento no trabalho pastoral, hábitos envolvendo o acompanhamento, a igreja e a família:

Desenvolver um relacionamento estreito com um ou mais

conselheiro, encontro um companheiro de ministério para um tempo de oração juntos, desenvolver um círculo de amizade com algumas pessoas-chaves da igreja, planejar atividades com a família com o objetivo de investir mais tempo juntos, encontrar um ponto de equilíbrio entre a família e o trabalho, dedicar tempo para conversar com a esposa sobre assuntos não relacionados com a igreja. (SILVA, 2006, p. 82)

Desta forma, os relacionamentos interpessoais do pastor constituem um antídoto contra o esgotamento no trabalho pastoral. Esses relacionamentos precisam ser fundamentados no amor. As medidas de prevenção devem ser estimuladas por todos que margeiam o pasto: família, amigos e igreja.

PREVENÇÃO NA VIDA CONGREGACIONAL DO PASTOR

A vida congregacional do pastor interfere em muito na sua saúde física, emocional e principalmente espiritual. O ambiente da igreja se torna tóxico para o pastor quando ele caminha sozinho, quando não recebe o apoio necessário. O pastor é como um capitão de um grande barco, onde ele comanda todos os marinheiros e suas atividades antes mesmo do navio zarpar, sob a orientação de Deus.

O trabalho precisa ser realizado de forma sincronizada onde todos, do diaconato aos pequenos grupos e organizações, absolutamente todos estão trabalhando em prol de um único objeto que é navegar com segurança até o seu destino. Assim é o pastor no meio de sua congregação, ele precisa de apoio de toda igreja para desenvolver as atividades semanais da igreja e outras atividades como visitas a hospitais, asilos, orfanatos, prisões, lares e tantas outras inerentes ao ministério pastoral.

Toda igreja deve atentar para o fato de que, não é pelo fato do pastor ser um empregado contratado, que ele tem a obrigação contratual ou até mesmo moral de cumprir tudo sozinho. Nenhum time de futebol ganha um jogo com apenas um jogador, mesmo que ele seja o craque do time, todos vencem juntos.

Outra medida preventiva contra o esgotamento pastoral é o incentivo ao crescimento pessoal e intelectual do pastor, sendo imprescindível e fundamental para benefício da saúde espiritual do pastor e da própria igreja. Silva (2006) apresenta algumas orientações relevantes no cuidado preventivo do pastor:

Os pastores necessitam de suporte de seus auxiliares mais diretos para lidar com a questão do esgotamento pastoral, a igreja deve colocar padrões e articular expectativas considerando a saúde física e emocional do seu pastor, igreja deve encorajar o seu pastor quanto ao seu crescimento intelectual e profissional, o pastor deve ser compensado adequadamente em termos de salários, férias, moradias e outros. (SILVA, 2006, p. 80)

A compensação referente a salários, férias e outros benefícios são pontos nevrálgicos dentro das igrejas. Embora a profissão de pastor seja vista como uma atividade confessional por muitas denominações evangélicas, sendo inclusive já reconhecida por lei a confessionalidade da atividade pastoral, a ausência de segurança e estabilidade afetam profundamente a saúde física, emocional e espiritual do pastor.

Para se prevenir esse tipo de desgaste, a igreja deve propiciar ao pastor segurança e estabilidade durante seu ministério, concedendo férias regulares, descanso semanal, salário digno, e, quando possível, plano de saúde, moradia, transporte e outros benefícios. A igreja local precisa atuar tanto na prevenção quanto no cuidado com os pastores que já sofreram ou são impactados pelas consequências do esgotamento pastoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema central, abordagem e discussão deste artigo se ocuparam com o cuidado pastoral: a saúde física, emocional e espiritual do pastor, os fatores que levam ao esgotamento e as medidas a serem efetivadas para evitar esse esgotamento. Para se responder à pergunta da pesquisa deste trabalho, foi necessário inicialmente conceituar o termo “cuidado” e “pastor”.

A partir dos conceitos já estabelecidos, o autor do presente artigo passou a descrever os três principais fatores que levam o pastor ao esgotamento físico, emocional e espiritual no ministério pastoral que foram definidos em fatores Ocupacionais; Fatores Interpessoais e Fatores Intrapessoais.

Os três fatores supramencionados foram identificados e considerados pelo autor como vetores consequenciais e potencializadores de problemas na saúde física, emocional e espiritual do pastor, portanto, sendo

o foco principal de análise no presente trabalho de conclusão de curso ora apresentado.

Após descrever os fatores que levam ao esgotamento na saúde física, emocional e espiritual do pastor, o autor apresentou as medidas que podem evitar esse esgotamento, medidas a serem aplicadas ou direcionadas previamente na vida pessoal, relacional e congregacional do pastor, se tornando, imprescindíveis no combate a um mal silencioso que afeta uma grande porcentagem de pastores de diversas denominações evangélicas.

Desta forma, conclui-se que os objetivos desejados no presente trabalho foram alcançados de forma satisfatória, uma vez que, a prevenção é a melhor ferramenta para que o pastor não venha a ter sua saúde física, emocional e espiritual atingida durante seu ministério pastoral.

Embora o autor tenha alcançado a resposta da pesquisa do presente trabalho de conclusão de curso de forma integral, recomenda-se o aprofundamento da pesquisa ora objeto de discussão. É preciso de uma compreensão coletiva de que o pastor é uma pessoa simples, chamado e vocacionado ao ministério pastoral para o exercício do sacerdócio real, que necessita de cuidados tanto quanto seu rebanho, afinal, quem cuida, precisa ser cuidado.

Conclui-se que o presente artigo traz uma importante contribuição para a Teologia, notadamente para as áreas de Aconselhamento e Capelania Pastoral. A prevenção, sem dúvidas, é o maior cuidado para a saúde física, emocional e espiritual do pastor durante o exercício da sua atividade confessional.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA – Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002. CONCÍLIO VATICANO II – Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1968.

BOSETTI, Elena; PANIMOLLE, Salvatore A. Deus-pastor na Bíblia: solidariedade de Deus com seu povo. São Paulo: Paulinas, 1986.

BÔA SORTE, Davi Oliveira et al. Dimensões do sofrimento psíquico em pastores das Assembleias de Deus: causas potenciais e medidas preventivas. 2022

BUCKLAND, Colin. O líder de carne e osso. São Paulo: Vida Nova, 2003.

CORDEIRO, Wayne. Andando com o tanque vazio? Encha o tanque e renove sua paixão. São Paulo: Editora Vida, 2011.

CHAMPLIN, R. N. e BENTES, J. M. Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia. 6 volumes. São Paulo: candeia, 1995

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da Língua Portuguesa. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

In: Bíblia Sagrada. Tradução de Fernando. 3ª Edição. São Paulo - SP: Editora NVI, 2023.

JONKER, LOUIS. Rhl: In: Willem A. VanGemeren, org., *Novo Dicionário Internacional de Teologia e Exegese do Antigo Testamento*, São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

LOPES, Hernandes Dias. De pastor a pastor: princípios para ser um pastor segundo o coração de Deus. São Paulo: Hagnos, 2008.

MELO, E.M.; MELO, S.D.;BETT,G.B. Artigo – Suicídio de Pastores Evangélicos no Brasil, 2019.

PARROT, Les e Leslie. *Relacionamentos*. 2 ed. São Paulo: Vida, 1999.

PEREIRA, Jeremias. *Coragem Líder! palavras de ânimo para pastores e líderes*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2014.

PINHEIRO, R. & MATTOS, R. A. *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. 3.ed. Hucitec/IMS/Uerj-Abrasco, 2005.

PREVENÇÃO. *In: DICIO, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: < Prevenção - Dicio, Dicionário Online de Português >. Acesso em: 19/11/2023.

SILVA, R.F. *Burnout e suas ressonâncias em ministros religiosos: parâmetros para prevenção – Dissertação (mestrado em ciências da religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.*

SILVA, Jetro Ferreira da. *O Burnout pastoral na perspectiva da teologia prática: definições, causas e prevenção*. São Paulo, 2006. 142. Tese (Doutorado), Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora Assunção.

SOUTO, Gilmar Santos; FLUCK, Marlon Ronald. *Esgotamento no trabalho pastoral*. Revista Teologia, Sociedade e Espiritualidade Betânia; N°5, VOL 1, Curitiba – PR, 2018

WALTKE, BRUCE K., *Comentando o Antigo Testamento: Gênesis*, São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

WEDEL, S; DÜCK, A.W. *Pastores também são ovelhas: importando-se para cuidar daqueles que cuidam*. Revista Cógnito, 2021. Disponível em: Pastores

também são ovelhas: | Revista Cógno (fidelis.edu.br). Acesso em: 17/09/2023.

WIKCIONÁRIO – pt.wiktionary.org/wiki/eclesiástico, acesso em 15/09/2020 às 20:19h.

WHITE, WILLIAN, Rã'ã: In: R. Laird Harris, et. al., eds. *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*, São Paulo: Vida Nova, 1998.

CAPÍTULO 26

MELHORAMENTO GENÉTICO NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Daniel Soares Ferreira

Doutor em Agronomia, Universidade Federal de Viçosa- UFV

Ana Caroline Figueiredo

Doutoranda em Zootecnia, Universidade Federal de Viçosa- UFV

João Marcos Soares Ferreira

Doutorando em Agronomia, Universidade Federal de Viçosa- UFV

Serli de Oliveira Cabral

Doutoranda, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Dalila da Costa Gonçalves

Doutoranda, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Vanessa Sessa Dian

Doutoranda, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Morgana Scaramussa Gonçalves

Doutor em Agronomia, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Wilian Rodrigues Ribeiro

Doutor em Agronomia, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Wallisson da Silva Freitas

Professor do Instituto Federal, do Espírito Santo campus Ibatiba - IFES

RESUMO

A agricultura moderna enfrenta desafios significativos em relação à biodiversidade, solos, água e atmosfera, especialmente diante das crescentes tendências de crescimento populacional, consumo de carne, energia e desperdício alimentar. Nesse contexto, o melhoramento genético direcionado a cultivos ecológicos emerge como uma estratégia vital, promovendo variedades adaptadas, resistentes e eficientes, essa abordagem contribui essencialmente para a sustentabilidade ambiental, integrando melhoramento de plantas, práticas sustentáveis e alto rendimento. O texto aborda a importância do melhoramento genético para enfrentar desafios alimentares decorrentes das mudanças climáticas e do aumento populacional. Destaca-se a necessidade de reavaliar estratégias de

melhoramento para promover diversidade genética e resiliência nos sistemas agrícolas. Neste contexto o melhoramento genético participativo busca aumentar a eficiência no uso de recursos, desenvolvendo plantas adaptadas a condições locais com potencial aumento da agrobiodiversidade. Ademais, variedades geneticamente diversas são mais eficazes em adaptar a condições climáticas variáveis e de resistir a pressões bióticas, fortalecendo a estabilidade dos sistemas agroecológicos. Ao contextualizar o papel do melhoramento genético no desenvolvimento rural sustentável, com ênfase no melhoramento participativo para agricultores familiares, buscamos uma abordagem integrada que promova a resiliência e a autonomia nas comunidades agrícolas. O melhoramento genético no contexto da produção agroecológica busca desenvolver variedades de plantas que se alinhem aos princípios da agroecologia, promovendo a sustentabilidade, a resiliência ambiental e a produção de alimentos saudáveis. A integração harmoniosa dessas práticas no manejo agroecológico é essencial para criar sistemas agrícolas que são tanto produtivos quanto ambientalmente responsáveis.

Palavras chaves: Biodiversidade agrícola; culturas locais; melhoramento de plantas; melhoramento participativo.

INTRODUÇÃO

A imprevisibilidade do clima e o aumento populacional impactam os sistemas agrícolas globais. Garantir alimento para sustentar uma população em constante crescimento diante das mudanças climáticas é o principal desafio que enfrentamos como espécie. Dentro desse contexto desafiador, a aplicação de técnicas de melhoramento genético fundamenta-se como uma abordagem estratégica e crucial para potencializar a resiliência das culturas agrícolas frente às variabilidades climáticas (BORÉM, *et al.*, 2021).

O melhoramento genético não apenas otimizar características desejáveis das plantas, como resistência a estresses abióticos e maior produtividade, mas também adaptá-las de maneira mais eficaz às condições climáticas imprevisíveis, mitigando assim os riscos associados à insegurança alimentar (INYANG *et al.*, 2021; BRITO *et al.*, 2021). Vale ressaltar que a segurança alimentar transcende o aspecto produtivo, englobando elementos cruciais como acesso, disponibilidade, qualidade nutricional e utilização apropriada dos alimentos e dos recursos naturais disponíveis. Destaca-se ainda a necessidade de satisfazer as demandas do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias

necessidades, forjando assim um compromisso essencial com a responsabilidade ecológica e social.

Para enfrentar a complexidade das alterações climáticas e atender à crescente demanda alimentar, garantindo simultaneamente a segurança alimentar e a saúde humana, é necessário reavaliar as estratégias de melhoramento de plantas. Essa reavaliação deve orientar-se no sentido de promover a diversidade genética em vez de comprometê-la, reconhecendo a importância de cultivares adaptadas às novas condições climáticas e capazes de fornecer alimentos nutritivos e sustentáveis.

Este enfoque busca construir resiliência nos sistemas agrícolas, contribuindo assim para abordar os desafios interligados da mudança climática e segurança alimentar. Neste sentido, o melhoramento genético quando aplicado de maneira responsável, considerando as dimensões éticas, ambientais e de saúde humana torna-se um aliado para a agricultura (PHAM; MENDEL, 2019; BORÉM, *et al.*, 2021). Ressaltamos que ao envolver a manipulação genética de plantas, animais e microrganismos para aprimorar suas características desejáveis (MACHADO *et al.*, 2022; FAO, 2018) deve-se manter uma abordagem ética visando a agrobiodiversidade do ambiente.

Ao considerarmos a agricultura de base ecológica, surgem diversas correntes, como a agricultura orgânica, agroecologia, permacultura, entre outras (CHABLE *et al.*, 2020; BRZOWSKI; MAZOUREK, 2023). Estas correntes, de forma explícita ou implícita, partilham uma característica comum: a oposição à agricultura convencional/tradicional, predominante desde a Revolução Verde no século passado. Este conjunto heterogêneo de práticas agrícolas alternativas busca desafiar e remodelar os paradigmas vigentes, adotando abordagens mais sustentáveis e alinhadas aos princípios ecológicos.

Dentro desse cenário, investigaremos o papel do melhoramento genético como um aliado nos sistemas ecológicos de produção. Por meio desta revisão, almejamos destacar o potencial aumento da agrobiodiversidade obtido por meio da estruturação e execução de um programa participativo de melhoramento de plantas.

Integrando Estratégias de Melhoramento Genético na Produção Ecológica

As conquistas no âmbito do melhoramento genético e da biotecnologia demonstram aplicabilidade também no contexto ambiental e nos diversos sistemas de produção agrícola. Ao contextualizar os avanços do

melhoramento genético ao longo dos anos, é essencial reconhecer o sucesso alcançado, especialmente nas culturas fundamentais como trigo, soja, arroz e milho entre outras *commodities*, no entanto os atuais sistemas alimentares enfrentam desafios devido à dependência intensiva de algumas culturas básicas, resultando em práticas ecologicamente insustentáveis e vulneráveis às mudanças climáticas (INYANG *et al.*, 2021). Já em 1950, Frankel alertava sobre os perigos associados à busca desenfreada pela uniformidade no melhoramento de plantas, destacando as ameaças iminentes à obtenção de maiores produções e à perda da diversidade biológica (FRANKEL, 1950). Não podemos negligenciar a preocupação crescente em torno da perda de biodiversidade, um tema crucial para aprimorar a sustentabilidade na agricultura.

Ao integrar o melhoramento genético na produção ecológica, busque-se a harmonização entre a maximização da produtividade e a minimização do impacto ambiental. Isso inclui a promoção da biodiversidade no campo, a redução do uso de insumos químicos e a preservação dos recursos naturais (CECCARELLI; GRANDO, 2022). A variedade de culturas resultantes desse processo pode contribuir para a resiliência do ecossistema agrícola, adaptando-se de maneira eficiente a condições variáveis.

Essa aplicação oferece a perspectiva de se utilizar menos agrotóxicos mantendo os ganhos produtivos, de modo que ao integrar os aspectos ambientais, sociais e econômicos estaremos promovendo a harmonia entre os sistemas agrícolas e os ecossistemas naturais (BARRIOS *et al.*, 2020; DORIN, 2021, ONG; LIAO, 2020) e a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais (BARRIOS *et al.*, 2020; DORIN, 2021, ONG; LIAO, 2020). Essa abordagem holística é possível e não apenas propõe soluções para os desafios agrícolas contemporâneos, mas também responde à crescente demanda por alimentos mais saudáveis e produzidos de forma sustentável.

A busca desenfreada por rendimento, ao longo do processo de domesticação, contribuiu com boa parte das perdas biológicas, uma das principais razões para os rendimentos mais baixos alcançados (PONISIO *et al.*, 2015). A redução da biodiversidade torna nossas culturas mais vulneráveis, pois sua uniformidade genética as impede de adaptar-se eficazmente às mudanças climáticas de curto e longo prazo, além disso, devido a utilização indiscriminada de agrotóxicos sintéticos, favorece o surgimento de variantes resistentes (CECCARELLI; GRANDO, 2022).

Restaurar essa diversidade agrícola é fundamental para promover sistemas alimentares mais resilientes e socialmente justos a longo prazo. De

acordo com Altieri (2012), a agroecologia oferece uma estrutura metodológica para uma compreensão mais aprofundada tanto da natureza dos agroecossistemas quanto dos princípios que os governam. Ao abordar tanto a diversidade da produção quanto a diversidade alimentar, a agroecologia se destaca como uma abordagem integrada que promove sistemas agrícolas mais resilientes, sustentáveis e capazes de atender às necessidades alimentares variadas das comunidades locais (KANSANGA *et al.*, 2021).

A agroecologia enquanto ciência estabelece uma conexão entre o conhecimento tradicional e técnico-científico, valorizando inovações tecnológicas para abordar desafios de produtividade, além disso, ela reconhece o papel central do produtor, catalisando uma reestruturação social nas comunidades agrícolas e sublinhando a importância do trabalho no campo (CHABLE *et al.*, 2020; GONÇALVES *et al.*, 2020; KANSANGA *et al.*, 2021).

Conforme destacado por Barrios *et al.* (2020), Dorin (2021) e Ong; Liao (2020) os princípios ecológicos que diferem os cultivos agroecológicos dos cultivos com alto grau de tecnologia ou também conhecidos como convencionais, envolvem o manejo e a conservação e o equilíbrio da biodiversidade dos sistemas agrícolas, a pluralidade de culturas, por meio da utilização de culturas intercalares, rotação de cultura e plantio mínimo, controle biológico de pragas e doenças, entre outras técnicas que visam promover o equilíbrio entre os conceitos sociais, culturais e ambientais do sistema agroecológico.

A perspectiva agroecológica no âmbito do melhoramento genético destaca a importância da participação ativa das comunidades locais, agricultores e pesquisadores, visando manter a integridade das plantas, sempre almejando a premissa de que essas plantas possam completar o seu ciclo independente da utilização de insumos externos (INYANG *et al.*, 2021). Embora as vantagens do cultivo agroecológico para o agroecossistema sejam evidentes, as técnicas de melhoramento genético voltadas para atender às premissas desse modelo de cultivo ainda são pouco exploradas e restritas. Isso ocorre devido à predominância de estudos direcionados para cultivos de alta tecnologia (VIELLA, 2008; CHABLE *et al.*, 2020).

Melo *et al.* (2022) ressalta a escassez de espécies melhoradas especificamente para o manejo agroecológico. Assim, a abordagem agroecológica muitas vezes se apoia em espécies desenvolvidas para cultivos convencionais ou nas conhecidas espécies crioulas. Estas últimas apresentam características que favorecem a redução de insumos químicos,

além de capacidade de adaptação e reprodução em ambientes dinâmicos, sem comprometer a qualidade dos produtos, especialmente relacionada ao vigor das plantas.

Viella (2008) destaca a necessidade de incorporar variedades locais e crioulas, que exibem considerável variabilidade genética, nos processos de melhoramento de plantas. Esse envolvimento requer a aplicação de técnicas como introdução de germoplasmas, indução de mutação e cruzamento para a obtenção de novas espécies, aprimorando assim a diversidade genética e favorecendo o desenvolvimento de cultivares adaptadas e resilientes (INYANG *et al.*, 2021).

De forma geral, na literatura é destacado que materiais como o Trigo Sarraceno (*Fagopyrum esculentum*) (ROMANOVSKAJA *et al.*, 2020), Feijão Carioca (*Phaseolus vulgaris*) (MELO *et al.*, 2022; SOUZA *et al.*, 2019), variedades de milho crioulo (*Zea mays*) (FRAGOSO *et al.*, 2020), variedades de tomate orgânico (*Solanum icopersicum*) (CHABLE *et al.*, 2020; PERSIANI *et al.*, 2022) e Variedade de Batata Doce Orgânica (*Ipomoea batatas*) (SYLLA *et al.*, 2020) perpetuam entre variedades que foram desenvolvidas ou selecionadas para atenderem aos cultivos agroecológicos.

Embora os estudos sobre melhoramento genético de plantas para cultivos agroecológicos estejam em estágio inicial, é possível adotar técnicas voltadas à seleção de variedades melhoradas com maior adaptabilidade a esse tipo de cultivo e que atendam aos princípios da sustentabilidade e ao mesmo tempo fortalecendo a base genética de sistemas agroecológicos.

Melhoramento genético e desenvolvimento rural sustentável

O melhoramento genético representa uma técnica crucial no âmbito do desenvolvimento rural sustentável e na modernização da agricultura como um todo. Sua aplicação propicia a seleção de características desejáveis, viabilizando a obtenção de variedades com elevada resistência a estresses bióticos e abióticos, bem como maior produtividade e qualidade.

Essa prática de seleção de características desejáveis, empregada ao longo de milênios por agricultores e melhoristas, não só contribui para incrementos substanciais na produtividade, mas também para o fomento de práticas agrícolas mais sustentáveis (BRZOWSKI; MAZOUREK, 2023; KOLSETH *et al.*, 2015; INYANG *et al.*, 2021; BESPALHOK *et al.*, 2022). Para atingir a sustentabilidade nos ambientes agrícolas, é imperativo compreender que o sistema deve aderir a três pilares fundamentais: ser socialmente justo, em conformidade com os direitos, deveres e a soberania social;

ambientalmente correto, respeitando a agrobiodiversidade ambiental e promovendo a preservação dos recursos naturais; e economicamente justo, buscando atender consistentemente às premissas econômicas do sistema (BARRIOS *et al.*, 2020; DORIN, 2021; ONG; LIAO, 2020).

Ressalta-se que o conceito de desenvolvimento rural sustentável se destaca pela busca de soluções que equilibrem os pilares da sustentabilidade nas comunidades rurais, visando garantir a qualidade de vida dos habitantes locais. Ao mesmo tempo, também deverá promover a conservação dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade integrando aspectos sociais, econômicos e ambientais para alcançar um desenvolvimento rural duradouro (RASOOLIMANESH *et al.*, 2019; SACHS *et al.*, 2019; KSHOSLA *et al.*, 2020).

O desenvolvimento rural sustentável, ao considerar os agricultores familiares, destaca a importância desses pequenos produtores na produção de alimentos, principalmente no aporte de legumes, hortaliças e frutas. Contudo, os programas convencionais de melhoramento genético frequentemente não atendem às suas demandas devido às suas características distintas. A agricultura familiar, conduzida por pequenos proprietários rurais e utilizando mão de obra do núcleo familiar, destaca-se pela prática de cultivo diversificado em diferentes sistemas de produção (FONSECA *et al.*, 2014). Caracterizada por alguns cultivos agroecológicos e/ou orgânicos em áreas de menor extensão territorial, essa prática enfrenta desafios, como a limitação na implementação de controles através de tecnologias e insumos externos, essenciais para variedades melhoradas.

Considerando esses aspectos, o melhoramento participativo emerge como uma estratégia para otimizar a produtividade de cultivares locais e/ou introduzidas, integrando-se à promoção da biodiversidade na agricultura familiar. Essa abordagem realizada diretamente na propriedade rural por meio de ferramentas participativas, envolve a seleção cuidadosa de cultivares para uso direto ou como genitores, proporcionando uma resposta adaptativa às necessidades específicas desses contextos agrícolas.

O melhoramento participativo é um processo dinâmico que permite a evolução contínua das variedades cultivadas. À medida que as condições ambientais e as pressões bióticas mudam, a comunidade envolvida no processo pode ajustar e melhorar as variedades de forma colaborativa. Além disso, o melhoramento participativo pode desempenhar um papel crucial ao preencher a lacuna representada pela escassa disponibilidade de variedades especificamente adaptadas aos cultivos orgânicos (INYANG *et al.*, 2021; CECCARELLI; GRANDO, 2022; BRZOWSKI; MAZOUREK, 2023).

Ao capacitar plenamente os agricultores familiares, envolvendo-os integralmente em todas as fases, desde a produção produção, seleção e troca de sementes, o melhoramento participativo alinha-se ao desenvolvimento rural sustentável. Não apenas acrescentando valor às cultivares locais e tradicionais, mas, promovendo a geração de emprego e renda, contribuindo ativamente para o empoderamento das comunidades de agricultores familiares e tradicionais (FONSECA *et al.*, 2014).

Embora o melhoramento genético possa trazer benefícios significativos para a produção agrícola, também pode ter impactos sobre a agrobiodiversidade e a sustentabilidade agrícola. Ressalta-se que o foco no melhoramento genético de algumas espécies ou variedades pode levar à redução da diversidade genética em nível global. Isso ocorre quando variedades tradicionais ou locais são substituídas por variedades melhoradas. Como anteriormente descrito a perda da diversidade genética pode diminuir a capacidade de adaptação das culturas agrícolas a mudanças ambientais, como pragas, doenças e variações climáticas. Além disso, a redução da diversidade genética pode resultar na perda de características únicas presentes nas variedades tradicionais, como sabores, cores e texturas distintas (FOYER *et al.*, 2016; GAJ *et al.*, 2016).

A ênfase no melhoramento genético de algumas variedades altamente produtivas pode levar a uma dependência excessiva dessas variedades. Isso pode aumentar a vulnerabilidade da agricultura a riscos, como o surgimento de novas pragas ou doenças que afetam especificamente as variedades amplamente cultivadas. Além disso, a dependência de poucas variedades pode limitar a resiliência dos sistemas agrícolas, pois a perda de uma variedade pode ter um impacto significativo na produção tanto atual quanto do futuro (FOYER *et al.*, 2016; GAJ *et al.*, 2016).

Como discutido, os modelos tradicionais de melhoramento genético na agricultura estão vinculados à perda de conhecimentos tradicionais, uma vez que a busca por variedades aprimoradas frequentemente leva ao abandono de práticas agrícolas e saberes locais relacionados a cultivares específicas. Esta diminuição de conhecimento pode comprometer a capacidade das comunidades agrícolas de enfrentar desafios específicos de seus ambientes locais, conforme destacado em estudos como os de Foyer *et al.* (2016), Gaj *et al.* (2016) e Ferbach *et al.* (2019). No entanto, essa lacuna poderia ser atenuada mediante a adoção de modelos de melhoramento genético voltados para sistemas agroecológicos, promovendo a aproximação entre empresas, centros de melhoramento genético e produtores. A implementação do melhoramento genético participativo pode ser considerada

como uma estratégia eficaz para preservar e integrar conhecimentos locais, capacitando as comunidades agrícolas a lidar de maneira mais resiliente com os desafios específicos de seus ambientes.

Em conclusão, o desenvolvimento rural sustentável desempenha um papel essencial na garantia da segurança alimentar, conservação de recursos naturais e preservação da biodiversidade. Além disso, este modelo contribui para a redução das desigualdades sociais e a promoção de uma economia mais justa e inclusiva, conforme evidenciado por estudos como os de Rasoolimanesh *et al.* (2019), Sachs *et al.* (2019) e Kshosla *et al.* (2020). Entretanto, a implementação bem-sucedida demanda políticas públicas e investimentos adequados para transformar o modelo de produção e promover comunidades rurais mais justas e sustentáveis, conforme enfatizado pelos mesmos autores.

Desenvolvimento de cultivares superiores e seu elo para a sustentabilidade ambiental

A preservação ambiental e a segurança alimentar constituem desafios cruciais nos dias atuais, demandando soluções para a redução das emissões de gases de efeito estufa, o aumento da disponibilidade de água e a conservação da biodiversidade, assim como a garantia de acesso regular e sustentável a alimentos nutritivos e seguros para toda a população (KOLSETH *et al.*, 2015; RÓTOLO *et al.*, 2015; SACHS *et al.*, 2019; BRITO *et al.*, 2021). Nesse cenário, as variedades transgênicas emergem como potenciais contribuintes, embora exijam uma compreensão mais aprofundada sobre os reais impactos que essas culturas agrícolas podem ter na saúde humana e no meio ambiente (BRISTER; NEWHOUSE, 2020; SHAH; PATHAK, 2019; ARANI *et al.*, 2021; RÓTOLO *et al.*, 2015; KOLSETH *et al.*, 2015).

A edição genética constitui uma tecnologia empregada na agricultura com o propósito de desenvolver organismos geneticamente modificados (OGMs), plantas melhoradas com capacidade de expressar características desejáveis (GAJ *et al.*, 2016; FERNBACH *et al.*, 2019). Buscam-se como características de plantas mais resistentes e produtivas, sendo possível redução no uso de agrotóxicos (SACHS *et al.*, 2019). Adicionalmente, a adoção de variedades transgênicas tolerantes à seca possibilita a produção de culturas em regiões com escassez de água, oferecendo contribuições substanciais para a segurança alimentar (SHAH; PATHAK, 2019; ARANI *et al.*, 2021).

Os OGM's por possibilitarem maiores produtividades ou a produção de mais alimentos em áreas menores, auxiliam indiretamente na pressão de expansão das áreas cultivadas em áreas de florestas e outros habitats naturais. (FOYER *et al.*, 2016; GAJ *et al.*, 2016, FERNBACH *et al.*, 2019; PHAM; MENDEL, 2019). O desenvolvimento de variedades transgênicas tem suscitado debates e preocupações socioambientais ao longo dos anos (HAILE *et al.*, 2019; GAJ *et al.*, 2016).

A utilização de OGMs pode resultar em dependência e limitação da diversidade genética, o que levanta implicações socioeconômicas, incluindo desigualdades de acesso a tecnologias e benefícios, além de impactos negativos para agricultores de pequena escala que podem enfrentar dificuldades no mercado (FERNANDEZ *et al.*, 2021; LAPEGNA; PERELMUTER, 2020; SKILL *et al.*, 2022; FERNBACH *et al.*, 2019; PHAM; MENDEL, 2019). Desta forma, ressalta-se novamente que a utilização de práticas de melhoramento participativo poderia minimizar esse efeito para os pequenos agricultores.

Apesar das aparentes dicotomias e críticas da vertente agroecológica, a edição genética pode contribuir com a agricultura sustentável, sendo possível identificar áreas de convergência e oportunidades de sinergia entre essas abordagens. A criação de plantas mais resilientes e adaptáveis a condições climáticas extremas, por exemplo, apresenta potencial utilidade em regiões onde a agroecologia é aplicada, reduzindo a dependência de insumos químicos (BRISTER; NEWHOUSE, 2020; SHAH e PATHAK, 2019; ARANI *et al.*, 2021).

Segundo LOTZ *et al.* (2020), a engenharia genética e a agroecologia podem harmonizar-se de maneira complementar dentro do escopo da agroecologia e sustentabilidade. Por exemplo quando a engenharia genética fora utilizada para conferir resistência a pragas e doenças, tornando as culturas menos vulneráveis, ao otimizar as práticas do Manejo Integrado de Pragas (MIP), cria-se uma abordagem sinérgica, para promover a sustentabilidade agrícola, garantindo uma produção mais resiliente, eficiente e alinhada aos princípios da agroecologia. Entretanto, a aceitação e a desejabilidade dessas práticas serão variáveis, dependendo das normas e valores adotados pelos movimentos sociais e políticos.

Por isto, discussões acaloradas nos últimos anos têm se concentrado nas abordagens sinérgicas entre essas linhas de trabalho, em busca de harmonizar a necessidade de aumentar a produção de alimentos para atender à crescente demanda global, ao mesmo tempo em que permitam a resiliência dos sistemas agrícolas. Contudo, é imperativo realizar uma análise

crítica considerando cuidadosamente seus potenciais desafios e limitações (FERNANDEZ *et al.*, 2021; LAPEGNA e PERELMUTER, 2020; SKILL *et al.*, 2022; FOYER *et al.*, 2016; GAJ *et al.*, 2016; FERBACH *et al.*, 2019).

Tanto a edição genética e o desenvolvimento de variedades transgênicas quanto a agroecologia apresentam oportunidades e desafios para a agricultura do futuro. É importante que essas abordagens sejam avaliadas de forma crítica e cuidadosa, considerando seus possíveis impactos na saúde humana, no meio ambiente e na sociedade como um todo. A utilização dessas tecnologias deve ser orientada por princípios de sustentabilidade, diversidade e justiça social, visando promover sistemas agrícolas mais resilientes e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O melhoramento genético emerge como ferramentas promissoras para alavancar a sustentabilidade nos cultivos agrícolas contemporâneos. A inserção de características desejáveis mediante engenharia genética proporciona expressivas vantagens, tais como resistência a agentes patogênicos, adaptação a condições ambientais adversas e otimização da eficiência na utilização de recursos hídricos e nutricionais. Essas modificações engendram uma redução concomitante na demanda por agrotóxicos e fertilizantes, mitigando, assim, os impactos ambientais associados a esses insumos. Além disso, a criação de variedades transgênicas que ostentam resistência a doenças propicia uma diminuição na dependência de defensivos químicos, fomentando, por conseguinte, a preservação da biodiversidade e a vitalidade do solo. Em contextos caracterizados pela escassez hídrica, a implementação de cultivares transgênicas tolerantes à seca figura como uma estratégia viável para galvanizar a produção alimentar em cenários ambientais adversos, conferindo robustez à segurança alimentar. Nesse ínterim, impera a necessidade de uma diligente condução de estudos, garantindo uma avaliação metódica dos potenciais riscos à saúde humana e ao ecossistema, a fim de assegurar uma aplicação ética e responsável dessa tecnologia, em busca de um equilíbrio salutar entre incremento de produtividade e sustentabilidade.

O melhoramento participativo emerge como uma estratégia vital para enfrentar os desafios contemporâneos da agricultura, notadamente as alterações climáticas. Ao adotar uma abordagem dinâmica da agrobiodiversidade e cultivar populações evolutivas, essa prática promove a

seleção de variedades mais produtivas e adaptadas. Este método não apenas assegura a estabilidade do rendimento agrícola, mesmo em condições climáticas adversas, mas também reduz a dependência de agroquímicos, mitigando assim as emissões e promovendo a produção de alimentos mais saudáveis. A colaboração entre agricultores, pesquisadores e comunidades locais no processo de melhoramento participativo não apenas fortalece a resiliência das culturas, mas também contribui para a construção de sistemas agrícolas sustentáveis e ecologicamente conscientes.

REFERÊNCIAS

ARANI, A.B. *et al.* Investigating the status of transgenic crops in Iran in terms of cultivation, consumption, laws and rights in comparison with the world. **Scientific Reports**, v.11, n. 9204. 2021. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-88713-7>

BARRIOS, E. *et al.* The 10 Elements of Agroecology: enabling transitions towards sustainable agriculture and food systems through visual narratives. **Ecosystems and People**. V. 16, n. 1. 2020.

BESPALHOK, J. C.; GUERRA, E. P.; OLIVEIRA, R. **Noções de Genética Quantitativa**. In: BESPALHOK, J. C.; GUERRA, E. P.; OLIVEIRA, R. *Melhoramento de Plantas*. 2007. Disponível em: www.bespa.agrarias.ufpr.br/conteudo

BORÉM, A. *et al.*, **Melhoramento de plantas**. 8 ed. Editora oficina de textos. 2021.

BRISTER, E.; NEWHOUSE, A. E. Not the Same old chestnut: Rewilding forest with biotechnology. **Environmental Ethics**. V. 42, n.2. p. 149-167. 2020. <https://static1.squarespace.com/static/59ceebaed7bdce30eda23a5f/t/62e5c33fbec3777260708b68/1659224896829/Brister+Newhouse+2020+Env+Ethics+chestnut+biotech+rewilding>.

BRITO, L.F. *et al.* Review: Genetic selection of high-yielding dairy cattle toward sustainable farming systems in a rapidly changing world. **Animal**. V.15, n.1. 2021. <https://doi.org/10.1016/j.animal.2021.100292>

BRZOZOWSKI, L.; MAZOUREK M. A Sustainable Agricultural Future Relies on the Transition to Organic Agroecological Pest Management. **Sustainability**. V.10, n.6. 2023. <https://doi.org/10.3390/su10062023>

CHABLE, V. *et al.* Embedding Cultivated Diversity in Society for Agro-Ecological Transition. **Sustainability**. V. 12, n.3. 2020. <https://doi.org/10.3390/su12030784>

CECCARELLI, S.; GRANDO, S. Return to agrobiodiversity: Participatory plant breeding. **Diversity**, v. 14, n. 2, p. 126, 2022. <https://doi.org/10.3390/d14020126>

DORIN, B. Theory, Practice and Challenges of Agroecology in India. **International Journal of Agricultural Sustainability**. v. 20, n.2. 2022. <https://doi.org/10.1080/14735903.2021.1920760>

FAO. (2018). The State of Food Security and Nutrition in the World 2018: Building climate resilience for food security and nutrition. <http://www.fao.org/3/I9553EN/i9553en>

FERNANDEZ, A.S. Relationship between Maize Seed Productivity in Mexico between 1983 and 2018 with the Adoption of Genetically Modified Maize and the Resilience of Local Races. **Agriculture**. v.11, n.8. 2021. <https://doi.org/10.3390/agriculture11080737>

FERNBACH, P.M. *et al.* Extreme opponents of genetically modified foods know the least but think they know the most. **Nature Human behaviour**, v.3, p. 251–256, 2019. <https://www.nature.com/articles/s41562-018-0520-3>

FRANKEL, Otto Herzberg *et al.* The development and maintenance of superior genetic stocks. **Heredity**, v. 4, p. 89-102, 1950. <https://doi.org/10.1038/hdy.1950.6>

FONSECA, M. A. J. Recursos genéticos e melhoramento de hortaliças para e com a agricultura familiar. **Horticultura Brasileira**, v. 32, p. 508-508, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-053620140000400023>

FOYER C.H. *et al.* Neglecting legumes has compromised human health and sustainable food production. **Nature Plants**, v. 2, n.16112. 2016. <https://doi.org/10.1038/nplants.2016.112>

FRAGOSO, E. J. N. *et al.* Agroecology and family farming: A perspective of sustainability in the Brazilian Semiarid region. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**. v.7, n.12. 2020. <https://journal-repository.theshillonga.com/index.php/ijaers/article/view/2882>

GAJ, T. *et al.* Genome-Editing Technologies: Principles and Applications. **Cold Spring Harbor Perspectives in Biology**. v. 1, n.8. 2016. <https://cshperspectives.cshlp.org/content/8/12/a023754.short>

GONÇALVES, D. C. *et al.* A (re) evolução do Homo Sapiens: degradação, agroecologia e sustentabilidade. in: JUNIOR, M. R. P. **Cultura, sociedade e sustentabilidade: um diálogo necessário**, Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 54p. <https://doi.org/10.46420/9786588319055cap1>

HAILE, A. *et al.* Community-based breeding programmes are a viable solution for Ethiopian small ruminant genetic improvement but require public and private investments. **Journal of Animal Breeding and Genetics**. v. 136, n.5. p. 319-328. 2019. <https://doi.org/10.1111/jbg.12401>

INYANG, P. *et al.* Environmental impact and genetic expressions of new drought tolerant maize genotypes in derived savannah agro-ecology. **NOTULAE SCIENTIA BIOLOGICAE**. v. 13, n.1. 2021. <https://doi.org/10.15835/nsb13110691>

KANSANGA, M.M. *et al.*, Agroecology and household production diversity and dietary diversity: Evidence from a five-year agroecological intervention in rural Malawi. **Social Science & Medicine**. v. 288, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.113550>

KOLSETH A.K. *et al.* Influence of genetically modified organisms on agro-ecosystem processes. **Agriculture, Ecosystems & Environment**. V. 124, n.27, p. 96-106. 2015. <https://doi.org/10.1016/j.agee.2015.08.021>

LAPEGNA, P; PERELMUTER, T. Genetically modified crops and seed/food sovereignty in Argentina: scales and states in the contemporary food regime. **The Journal of Peasant Studies**. V.47, n.4, 2020. <https://doi.org/10.1080/03066150.2020.1732933>

LOTZ, L.A.P. *et al.* Genetic engineering at the heart of agroecology. **Outlook on Agriculture**. V49, n.1, p. 21–28. 2020. <https://doi.org/10.1177/0030727020907619>

MELO, L.C. *et al.* BRS FC310: Carioca common bean cultivar with semi-early cycle, upright growth habit, and resistance to major diseases. **Functional Plant Breeding Journal**. V.4, n.1. 2022. <http://159.89.122.252/fpbj/index.php/fpbj/article/view/137>

ONG, T.W.Y., LIAO, W. Agroecological Transitions: A Mathematical Perspective on a Transdisciplinary Problem. **Frontiers in Sustainable Food Systems**. v.4, n.1, 2020. <https://doi.org/10.3389/fsufs.2020.00091>

PERSIANI, A. *et al.* Soil hydraulic arrangement and agro-ecological practices in organic rotations: effects on crop performance, soil properties and carbon balance. **Agroecology and Sustainable Food Systems**. v.46, n.8. 2022. <https://doi.org/10.1080/21683565.2022.2106009>

PHAM, N., MANDEL, N. What Influences Consumer Evaluation of Genetically Modified Foods?. **Journal of Public Policy & Marketing**. v.38, n.2. 2019. <https://doi.org/10.1177/0743915618818168>

PONISIO, L. C. *et al.* Diversification practices reduce organic to conventional yield gap. Proceedings of the Royal Society B: **Biological Sciences**, v. 282, n. 1799, p. 20141396, 2015. <https://doi.org/10.1098/rspb.2014.1396>

ROMANOVSKAJA, D. *et al.* Influence of Morphostructural Elements for Buckwheat (*Fagopyrum esculentum* Moench) Productivity in Different Agricultural Systems. **Plants**. V.11, n.18. 2022. <https://doi.org/10.3390/plants11182382>

RÓTOLO, G.C. *et al.* Time to re-think the GMO revolution in agriculture. **Ecological Informatics**. v. 26, n.1, p.35-49. 2015. <https://doi.org/10.1016/j.ecoinf.2014.05.002>

SACHS, J.D. *et al.* Six Transformations to achieve the Sustainable Development Goals. **Nature Sustainability**. V.2, p. 805-814. 2019. <https://doi.org/10.1038/s41893-019-0352-9>

SHAH, K.; PATHAK, L. Transgenic energy plants for phytoremediation of toxic metals and metalloids. In: **Transgenic plant technology for remediation of toxic metals and metalloids**. Academic Press, 2019. p. 319-340. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-814389-6.00015-8>

SKILL, K. *et al.*, Cultivating Agroecological Networks during the Pandemic in Argentina: A Sociomaterial Analysis. **Land**. v.11, n.10. 2022. <https://doi.org/10.3390/land11101782>

SOUZA, L.F. *et al.* Common bean (*Phaseolus vulgaris* L.) seeds for agroecological cultivation. **CABI**. V.14, n.1, p.33-40. 2019.

SYLLA, P.M.D.D. *et al.* Agronomic Performances and Nutritional Assessment of Three Sweet Potato Varieties (*Ipomoea batatas* (L) Lam.) Introduced in an Agroecological Zone of Groundnut Basin in Senegal. **Journal of Experimental Agriculture International**. V. 12, n.7, p.1-12. 2020.

VIELLA, M.S. **Estimativas de parâmetros genéticos para caracteres de cenoura em sistemas de cultivo agroecológico**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. 2008.

RESUMO

CAPÍTULO 27

COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM NA PEDIATRIA DE UM HOSPITAL DO INTERIOR DA BAHIA DURANTE A PANDEMIA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Linalva Oliveira Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
linalvaosantos@gmail.com

Gilvana da Silva Mota

UNEX
gilvanamota@hotmail.com

Lays Santos França

Faculdade de Tecnologia e Ciências
laysantos120@gmail.com

Liane Oliveira Souza Gomes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
lianegomesmm@hotmail.com

Márrissa Oliveira Santos

UNEX
marrissa.santos@ftc.edu.br

RESUMO

Introdução: Tendo em vista que a coordenação de enfermagem é uma das ações privativas do enfermeiro a Resolução COFEN 311/2007, que dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, nos traz que o profissional enfermeiro tem responsabilidade e dever de: estimular, promover e criar condições para o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos profissionais de Enfermagem sob sua orientação e supervisão.¹ Em 20 de

janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou o surto de uma doença respiratória causado pelo coronavírus (SARS-CoV-2) como uma Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional sendo considerada como uma pandemia em 11 de março de 2020.² Tomar as precauções adequadas para proteção dos profissionais e das pessoas à sua volta, tornou-se um grande desafio. No que se refere a atuação do enfermeiro coordenador da equipe de enfermagem, destaca-se a relevância do seu papel como educador e supervisor de ações essenciais, uma vez que se faz necessário a realização periódica de treinamentos. Assim, a Educação Permanente em Saúde configurou-se a estratégia mais adotada para o enfrentamento da COVID-19, sendo imprescindível o envolvimento e o compromisso de toda a equipe para que se obtivesse redução da incidência de novos casos e das possíveis repercussões negativas ocasionadas neste novo cenário. **Objetivos:** Relatar ações desenvolvidas pela enfermeira coordenadora da equipe de enfermagem no controle e prevenção da infecção causada pela COVID-19. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência elaborado a partir das atividades desenvolvidas durante a coordenação de uma equipe de enfermagem da pediatria de um Hospital público do interior baiano, no período de outubro/2019 a janeiro/2022. **Resultados:** Durante o período de coordenação de uma equipe de enfermagem de um Hospital público, num espaço reduzido e com uma pandemia em curso foi possível observar a importância das ações educativas e de prevenção, bem como a parceria e adesão de toda a equipe às novas orientações. Foram realizadas ações educativas em sala de espera e durante as consultas de enfermagem com elaboração e distribuição de folder educativo. Ressalta-se que durante o primeiro ano da pandemia, houve redução no comparecimento das crianças na emergência pediátrica, o que favoreceu uma resolução/encaminhamento, por meio do acolhimento e da escuta qualificada. Destaca-se que a valorização do envolvimento familiar serviu como aliados durante a consulta de enfermagem e realização dos

exames necessários, proporcionando um ambiente tranquilo, acolhedor e seguro para a criança e seu acompanhante. Desse modo, foi possível observar a satisfação das mães que procuraram pelo serviço e nenhum relato das profissionais que haviam sido contaminadas, atribuiu a sua contaminação ao ambiente de trabalho. No caso da enfermagem, que se encontrava na linha de frente nos atendimentos de saúde, coube um preparo intensivo para o cuidado não só do outro, mas de si com ações de proteção específica, sendo necessário que cada um reconhecesse sua capacidade, tanto em relação ao preparo pessoal e familiar, quanto em relação ao preparo profissional. **Conclusões:** Evidencia-se a importância do desenvolvimento de ações de Educação Permanente em Saúde e adesão às ações preventivas, com maior confiabilidade no serviço, tendo em vista que são meios eficazes para sensibilização e disseminação de informações. Vale salientar também que a experiência obtida durante os dois anos de coordenação contribuiu significativamente para o crescimento pessoal e profissional da enfermeira que exerceu a função de coordenadora. **Implicações para o campo da saúde e enfermagem:** As ações educativas e a adesão às ações preventivas colaboram para a organização, controle e redução dos casos positivos para SARS- CoV-2, levando a melhor qualidade de vida da criança, família e comunidade, com valorização da enfermagem em seu exercício profissional. Hoje contamos com o Hospital da criança que foi construído durante a pandemia e que acolhe todas as crianças do município de Jequié e toda a região que abrange 26 municípios, prestando um serviço de excelência com profissionais mais preparados e muito mais humanizados.

Palavras-chave: Enfermagem, Pediatria, COVID-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RIGOTTI, AR et al. Resilience of Healthcare Systems in the face of COVID-19: an experience report. Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. 2022, v. 56, e20210210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0210>[enhttps://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0210pt](https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0210pt).

2. SILVA RS, SANTOS DT, CARVALHO SS, LISBOA ACFN. Código de Ética dos Profissionais

de Enfermagem: uma pesquisa documental. Enfermagem em Foco [online], 2012, 3 (2): 62-66.

3. WITT RR. A enfermagem em eventos epidemiológicos: o caso da COVID-19. Aproximações durante o distanciamento: reflexões sobre a pandemia da COVID-19 [e-book]. Porto Alegre: UFRGS, p.20, 2020.

RESUMO

CAPÍTULO 28

RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS ATIVIDADES CURRICULARIZADAS DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO E O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS

Elimeire Alves de Oliveira

Mestre em Ensino e Processos Formativos (UNESP) Especialista em Gestão Escolar (UNICAMP). Especialista em Tutoria Em Educação à Distância e Docência do Ensino Superior (Faculdade FUTURA -Grupo Educacional FAVENI) Graduada em Direito (UNIFEV). Graduada em Pedagogia (Faculdade de Antônio Augusto Reis Neves). Graduada em Letras (UNIFEV) Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia na Faculdade FUTURA. Advogada.

Endereço: Votuporanga - SP, Brasil E-mail: elimeire.alves@gmail.com

Tiago Moreno Lopes Roberto

Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP); Especialista em Saúde Mental (FUTURA); Graduado em Psicologia (UNIFEV); Doutorando em Ciências da Saúde (FAMERP). Gestor de Políticas Acadêmicas da Faculdade FUTURA; Docente dos Cursos de Pedagogia, Administração e Ciências Contábeis (FUTURA); Docente dos Cursos de Psicologia e Odontologia (UNIRP).

Endereço: São Jose do Rio Preto – SP, Brasil E-mail: tiagomorenolopes@hotmail.com

Ricardo David Lopes

Pós Graduado em Tutoria em EAD, Pós Graduado em Gestão do trabalho pedagógico, Pós Graduado em Matemática e Física; Graduado em Matemática pelo (Instituto Superior De Educação Elvira Dayrell); Graduado em Ciências Contábeis (Centro Universitário de Caratinga). Licenciado em Pedagogia (Centro Universitário FAVENI).

Docente e Coordenador de EAD do Grupo Educacional Faveni
Endereço: Votuporanga - SP, Brasil E-mail: ricardo@unifaveni.com.br

Ana Paula Rodrigues

Graduada em Educação Física, Pedagogia e Administração, Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade e Doutora em Educação, Diretora Acadêmica da Faculdade FUTURA.

Endereço: Caratinga – MG, Brasil E-mail: diretoria@faveni.edu.br

Vinicius Guiraldelli Barbosa

Mestrando em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil – UB, campus de Fernandópolis – SP. Contador, Administrador, Consultor Financeiro, Especialista em Gestão Empresarial, Especialista em Gestão Contábil e Financeira, Professor Universitário e Coordenador de Extensão da Faculdade Futura – Grupo Educacional FAVENI.

Endereço: Valentim Gentil – SP, Brasil E-mail: vnois@hotmail.com

Bruno Pontes de Araújo

Pós-graduado em Estratégia de Saúde da Família. Graduado em Medicina - Universidade de Buenos Aires (2021). Revalidado pela Universidade estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Médico generalista - ESF Manuel Alves - TANABI/SP. Docente Universitário no Centro Universitário Faveni - Guarulhos SP.

Endereço: Guarulhos - SP E-mail: bruno.pontes@hotmail.com

RESUMO

A curricularização da Extensão no ensino superior do Brasil tem como objetivo agregar as atividades extensionistas à matriz curricular dos cursos, na busca de integrar, de forma indissociável, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo a comunidade acadêmica e também a sociedade como um todo. Conforme a Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação, trata-se de um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. Neste sentido, são ações que perpassam o currículo, transcendendo os muros das instituições de ensino superior, numa interação transformadora, tanto no que diz respeito à formação integral do discente, como na mudança positiva nos espaços sociais em que ela acontece. Assim, o presente trabalho traz um relato sobre práticas de extensão promovidas em cursos presenciais e à distância numa instituição de ensino superior, mediante o envolvimento dos alunos e da comunidade em um projeto transversal, cujo eixo temático foi a Educação Ambiental, resíduos sólidos, especificamente o descarte

consciente de pilhas e baterias. As ações foram implementadas em encontros aos sábados, que aconteceram na própria instituição e em espaços comunitários, onde foram executadas as atividades de ensino, orientações e pesquisa. Inicialmente, o tema foi apresentado aos alunos, mediante exposição oral e farto referencial teórico. Em seguida, houve uma palestra ministrada por um convidado e especialista no tema, responsável pelo setor de coleta de resíduos sólidos numa autarquia municipal de saneamento básico, voltada a alunos, colaboradores e comunidade geral. Diante dessas formações, os alunos passaram a fazer uma pesquisa de campo para levantar os pontos de coleta já existentes no município e verificar locais estratégicos que pudessem ser instalados coletores de pilhas e baterias, como empresas, escolas, inclusive Unidades Básicas de Saúde. Após esse levantamento, os dados foram compilados e repassados à autarquia de saneamento básico, que providenciou coletores, os quais foram entregues pelos alunos nos locais pesquisados. Além disso, os alunos produziram artigos para o jornal local, com informações científicas sobre o assunto, disseminando os conhecimentos adquiridos. Conclui-se, portanto, que se tratou de uma experiência exitosa, na medida que desenvolveu um conjunto de competências primordiais que vão além do conhecimento acadêmico e que são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social, para uma atuação profissional responsável e para a vivência cidadã. Competências para transformar o eu, o outro e a sociedade. E, neste processo, foram evidenciadas importantes habilidades socioemocionais, como empatia, autoconhecimento, lidar com emoções de maneira eficaz, habilidades sociais, tomada de decisões, pensamento crítico, na medida em que ajudaram os alunos a interagir, comunicar, resolver problemas e protagonizar mudanças efetivas no contexto social. Desenvolver habilidades socioemocionais nos estudantes é crucial para o sucesso não apenas na vida acadêmica, mas também ao longo de sua vida. São competências que ajudam os alunos a enfrentar desafios, a se adaptarem a diferentes ambientes, trabalhar em equipe, comunicar-se de forma eficaz e gerenciar conflitos, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos mais completos e preparados para o mundo contemporâneo.

Palavra-chave: Extensão. Curricularização. Competências e habilidades socioemocionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.**

Mello, Cleyson de Moares, José Rogério Moura de Almeida Neto, Regina Pentagna Petrillo. **Curricularização da Extensão Universitária** -2º edição, Rio de Janeiro.

RESUMO

CAPÍTULO 29

RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

Tiago Moreno Lopes Roberto

Mestre em Psicologia da Saúde (FAMERP); Especialista em Saúde Mental (FUTURA); Graduado em Psicologia (UNIFEV); Doutorando em Ciências da Saúde (FAMERP). Gestor de Políticas Acadêmicas da Faculdade FUTURA; Docente dos Cursos de Pedagogia, Administração e Ciências Contábeis (FUTURA); Docente dos Cursos de Psicologia e Odontologia (UNIRP).

Endereço: São Jose do Rio Preto – SP, Brasil E-mail: tiagomorenolopes@hotmail.com

Elimeire Alves de Oliveira

Mestre em Ensino e Processos Formativos (UNESP) Especialista em Gestão Escolar (UNICAMP). Especialista em Tutoria Em Educação à Distância e Docência do Ensino Superior (Faculdade FUTURA -Grupo Educacional FAVENI) Graduada em Direito (UNIFEV). Graduada em Pedagogia (Faculdade de Antônio Augusto Reis Neves). Graduada em Letras (UNIFEV) Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia na Faculdade FUTURA. Advogada.

Endereço: Votuporanga - SP, Brasil E-mail: elimeire.alves@gmail.com

Daniela Zagonel Villaça Lima

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (FAAP). Pós Graduanda em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao TEA e aos Transtornos do Desenvolvimento (INSTITUTO CONTINUUM); Graduanda em Psicologia (UNIRP); Formação em Desenvolvimento Humano (IPQ- USP).

Endereço: São Jose do Rio Preto-SP, Brasil E-mail: danizvlima@gmail.com

Andrea Gavazzi Cardoso Felix

Farmacêutica - Universidade São Francisco, Pós graduada em Farmácia Industrial Pós graduada em Farmácia de Manipulação e Homeopatia, Pós graduada em Acupuntura Graduanda do curso de Psicologia na Unirp, Pós graduada em ABA pelo Instituto da Vida.

Endereço: São Jose do Rio Preto- SP, Brasil E-mail: andreagcfelix@gmail.com

Maria Cecília Pereira Soares Ribeiro

Doutora em Ciências da Saúde (FMUSP); Especialista em Psicopedagogia, Gestão Escolar, Docência e Gestão em Educação à Distância, Libras, Língua Portuguesa, Redação e Oratória (UBC), Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental (Faculdade Oswaldo Cruz) e Biologia Molecular (USJT); Graduado em Ciências Biológicas (UNINOVE), Letras (UBC), Pedagogia (Issed/Faved) e Graduanda em Psicologia (UNIRP) .

Coordenadora Pedagógica na Prefeitura de São José do Rio Preto.

Endereço: São Jose do Rio Preto- SP, Brasil E-mail:mribeiro@educacao.riopreto.br

Thiago Ruither Vilas Boas

Graduando em Psicologia (UNIRP)

Endereço: São Jose do Rio Preto- SP, Brasil E-mail: Thiago.ruither@gmail.com

RESUMO

A disciplina de Psicologia Experimental está prevista na formação dos Psicólogos, nos anos iniciais do curso, com o objetivo de proporcionar experiências científicas por meio da experimentação. O primeiro laboratório de Psicologia Experimental surgiu na universidade de Leipzig, pelo Médico, Psicólogo Alemão Wilhelm Maximilian Wundt, e seu principal objeto de estudo foi a consciência e para sua investigação utilizou métodos experimentais naturais, adaptando muitas técnicas empregadas pelos fisiologistas da época para avançar em uma nova Psicologia, que se superasse o campo filosófico por meio da experimentação, numa perspectiva prática. O método experimental se estrutura num conjunto de procedimentos de observação; desenvolvendo hipóteses; experimentação; descrição e discussão dos achados, identificando as possíveis relações causais entre variáveis. As práticas pedagógicas investigativas são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento crítico reflexivo e criativo do aluno de Psicologia, na busca da compreensão do comportamento humano e dos

diversos fatores que podem influenciá-lo. Sendo assim, o presente relato vem justificar a importância da prática em laboratório na disciplina de Psicologia Experimental com o programa Sniffy Pro para fins pedagógicos na busca da compreensão dos conceitos trabalhados, correlacionando-os com as práticas experimentais. A prática laboratorial se desenvolve por meio de atividades essencialmente práticas, habilidades ligadas aos princípios conceituais e metodológicos, trazendo a observação sistemática de um organismo que se comporta em um ambiente proposital e relativamente simples. O programa Sniffy Pro exibe um rato em uma caixa de Skinner incluindo 40 sequências de movimentos adaptadas, a partir de 600 quadros extraídos do vídeo de um rato vivo movimentando-se. Vale ressaltar que o programa Sniffy Pro não substitui as vivências com um rato real; alguns autores enfatizam que o Sniffy Pro é para fins pedagógicos não tem caráter de pesquisa, para explorar o comportamento de ratos seria fundamental trabalhar com animais reais. O presente relato de experiência aconteceu na disciplina de Psicologia Experimental nos primeiros semestres do curso de Psicologia, em que foram ministradas aulas teóricas e práticas no laboratório de informática de uma instituição de ensino superior localizada no Noroeste Paulista. Essas práticas foram direcionadas por meio de um manual contendo exercícios com a utilização do software Sniffy Pro. Os estudantes encontraram informações teóricas e procedimentos práticos para desenvolver experimentos que estão relacionados à demonstração dos conceitos básicos da Psicologia Experimental, Nível Operante, Treino no alimentador, Modelagem, Reforçamento Contínuo (CR.F), Extinção, Razão Fixa (FR), Razão Variável. Podemos concluir que, por meio das práticas pedagógicas com o software Sniffy Pro, os alunos conseguiram assimilar os conteúdos das aulas teóricas, assimilando-os com acontecimentos e vivências da sua rotina, compreendendo o comportamento humano com um olhar crítico e reflexivo. Também foi possível observar que os conceitos básicos trabalhados nas atividades com o Sniffy Pro geraram maior

compreensão nas práticas de análise do comportamento aplicada- Applied Behavior Analysis (ABA)- de modo a formular e imaginar a teoria de forma prática e consistente na mudança comportamental em diversos tipos de transtornos. Ou seja, ensinou o desenvolvimento de novos repertórios comportamentais para proporcionar uma melhor qualidade de vida ao indivíduo.

Palavra-chave: Psicologia Experimental; Sniff Pro; Práticas Pedagógicas

REFERÊNCIAS

Fraisse, Paul (1970). La evolución de la psicología experimental. Em P. Fraisse & J. Piaget (Orgs.). **Historia y método de la psicología experimental** [Trad. M. T. Cevasco]. Buenos Aires: Paidós.

Schultz, Duane P; Schultz, Sydney Ellen. **História da Psicologia Moderna**. 10ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

Sobre os Organizadores

Prof^a MSc. Helena Portes Sava de Farias



Mestre em Desenvolvimento Local (2015), possui graduação em Enfermagem (2006), Licenciatura em Letras (2006) e especializações em Saúde da Família (2013), Enfermagem do Trabalho (2009) e Terapia Intensiva (2007) pelo Centro Universitário Augusto Motta. Consultora em Aleitamento Materno em Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Assessora editorial e sócia da Editora Epitaya. CEO da Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Atualmente é docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde da Família do Centro Universitário Augusto Motta. É professora conteudista de disciplinas online na área da saúde. Criadora do aplicativo EDUSAÚDE. Criadora de conteúdo sobre Educação,

Publicação Acadêmica e Aleitamento Materno no YouTube. Organizadora de dez livros na área da enfermagem, com vinte e cinco capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas e mais de cem trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Enfermeira que acredita e investe no poder transformador da educação em saúde. Tem experiência na área de Enfermagem, Publicação Acadêmica, Tecnologias, Aleitamento Materno, Saúde Coletiva e Saúde da Família com ênfase na Educação em Saúde e Educação popular.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6894100533869006>

Prof. MSc. Ronny Rodrigues Correia



Graduado em Fisioterapia pelo Centro Universitário Unimetrocamp Wyden Campinas (2019), realizou aprimoramento profissional em Fisioterapia Hospitalar Geral, Centro Universitário UniMáx Planck (2020), formou-se Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Cirurgia e Medicina Translacional (2022), atualmente realiza Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Cirurgia e Medicina Translacional (Capes 4) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor e Supervisor do Curso de Fisioterapia na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Membro Docente representante da Reitoria na Comissão Ética no uso de Animais (Ceua) na Universidade Metodista de Piracicaba. Atua com Aluno/Pesquisador CNPQ na

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho no Programa de Pós-Graduação em Cirurgia e Medicina Translacional a nível doutorado no grupo de Pesquisa Aspectos Epidemiológicos, Genéticos, Morfológicos e Terapêuticos das Doenças Pediátricas do Trato Gastrointestinal, colabora como aluno/pesquisador no Programa de Mestrado Profissional associado a Residência Médica (MEPAREM) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5395544992458093>

Publicação em capítulo de livro

A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.

Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).

Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro

- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.

Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

[@epitaya](#) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 



**DIMENSÕES DO SABER
E O DIÁLOGO
MULTIDISCIPLINAR**

**HELENA PORTES SAVA DE FARIAS
RONNY RODRIGUES CORREIA**


Editora

